FICHA TÉCNICA

Título	SAUDADES DA TERRA – Livro III
Autor	DOUTOR GASPAR FRUTUOSO
Edição	INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA
Revisão de texto e reformulação de índices	JERÓNIMO CABRAL

Catalogação Proposta

FRUTUOSO, Gaspar, 1522-1591

Saudades da terra : livro III / Doutor Gaspar Frutuoso ; [Palavras prévias de João Bernardo de Oliveira Rodrigues ; Notícia biográfica das «Saudades da Terra» por João de Simas] - Nova ed. - Ponta Delgada : Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.

Ass: AÇORES / HISTÓRIA / HISTORIOGRAFIA AÇORIANA. séc. 15 - 16

LIVRO TERCEIRO

DAS

SAUDADES DA TERRA

PALAVRAS PRÉVIAS

João Bernado de Oliveira Rodrigues
Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 1970

Nesta longa e penosa caminhada que tem sido a publicação das "Saudades da Terra", por incumbência do Instituto Cultural de Ponta Delgada e de acordo com o manuscrito original, eis-nos chegados ao Livro III, aquele que o Dr. Gaspar Frutuoso dedicou à ilha de Santa Maria e que, na ordem que vimos seguindo, é o penúltimo dos seis que constituem o precioso códice, hoje depositado na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.

Deste livro, em 1922, por motivo das comemorações centenárias do nascimento do seu autor, saiu uma edição, cuja tiragem, em extremo reduzida, cedo a converteria em raridade bibliográfica, pelo que, de há muito, se impunha ser reimpressa. No entanto, ela constitui, juntamente com a do Livro IV, referente a S. Miguel, e saída dos prelos pouco depois, a melhor homenagem que os micaelenses podiam prestar ao seu mais antigo cronista, assinalando a data memorável que, então, se festejava. Isto se deveu a um grupo de estudiosos e admiradores do Dr. Gaspar Frutuoso, que, instituídos em sub-comissão editora, e após baldadas diligências para uma publicação integral da obra (em vista do inexplicável e incompreensível sequestro que durante longos anos interditou o autógrafo a olhos estranhos), se limitaram a dar à luz da publicidade os Livros dedicados às ilhas que constituem o distrito de Ponta Delgada, e que, precisamente, eram dos poucos de que existiam cópias merecedoras de confiança.

No limiar desta segunda edição é-me sumamente grato evocar os nomes desses beneméritos, que, não se poupando a canseiras de qualquer espécie, conseguiram repor da melhor forma possível o texto que, então, se presumia constar do manuscrito do Dr. Gaspar Frutuoso. São eles: Alexandre de Sousa Alvim, Dr. Humberto Bettencourt de Medeiros e Câmara, João de Simas, Dr. Luís Bernardo Leite de Athayde, Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda e Rodrigo Rodrigues, os quais, com o contributo financeiro dos Corpos Administrativos do distrito, designadamente da Junta Geral, tudo fizeram para que o IV centenário do nascimento do nosso mais ilustre cronista fosse, naquela data, condignamente comemorado na terra da sua naturalidade.

* * *

A primeira edição deste Livro III das "Saudades da Terra" ficou logo valorizada de forma notável com os trabalhos que lhe foram apensos, respectivamente da autoria de Rodrigo Rodrigues e João de Simas. Refiro-me, como é óbvio, à "Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Fructuoso" e à "Notícia Bibliográfica das Saudades da Terra", que, pelo seu extraordinário valor histórico e documental, consideramos não deverem ficar circunscritas à reduzida tiragem do volume em que foram impressas. E, assim, logo foi nosso intento incluí-las na presente publicação, tanto mais que não me consta que alguém, após aqueles autores, tenha chegado a conclusões diferentes ou mais actuais acerca das matérias ali versadas. Se a "Notícia biográfica do Dr. Gaspar Fructuoso" saiu já na recente edição do Livro I, como, aliás, estava indicado a abrir uma obra para cuja leitura se não dispensa o conhecimento da vida do autor, a "Notícia bibliográfica das Saudades da Terra" acompanha novamente este Livro III, embora se reconheça que na parte que se refere ao autógrafo, o qual João de Simas, ao tempo que a escreveu, ainda não conhecia, esteja em alguns pontos ultrapassada; contudo, no seu conjunto

e, especialmente, em matéria de cópias, constitui ainda um eruditíssimo trabalho da maior valia, a que entendemos juntar a série de artigos (infelizmente incompleta) que aquele bibliófilo publicou no "Correio dos Açores" em Agosto e Setembro de 1950, por ocasião da oferta do códice frutusiano à Junta Geral de Ponta Delgada pelo falecido Marquês da Praia e Monforte e, por conseguinte, quando o mesmo foi entregue à sua guarda, como director que, então, era da Bibloteca Pública desta cidade. Pena foi que João de Simas não levasse por diante o seu intento de dar testemunho público do raro valor do mais importante cimélio que hoje ali se encontra, pois que o interrompeu no momento em que ia entrar numa análise mais detalhada e crítica, relacionando-a, segundo parece, com factos da história nacional.

* * *

Achamos igualmente oportuno rematar esta edição com as "Anotações ao Livro III das Saudades da Terra", da autoria do historiador e genealogista mariense Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, que foram encontradas no seu espólio literário e se introduziram no fim do XV volume do "Arquivo dos Açores", que, como se sabe, é exclusivamente dedicado à ilha de Santa Maria.

Publicação que se deveu à iniciativa e à pesquisa daquele incansável investigador, cujo falecimento em 1950 não consentiu vê-la concluída, prosseguiu alguns anos mais tarde a expensas da Câmara Muncipal de Vila do Porto, mas com uma tiragem tão diminuta de exemplares, que pode muito bem considerar-se hoje uma espécie rara.

Por isso, entendemos que aquelas "Anotações", conhecidas apenas de um restrito número de pessoas, tinham inteiro cabimento nesta edição das "Saudades da Terra", não só pela matéria que lhes diz respeito e toda ela se prende com figuras e factos referidos por Frutuoso, como pela homenagem que assim se presta à memória do seu autor, que foi, indiscutivelmente, um notável cabouqueiro da história açoriana, em especial da ilha em que nasceu.

* * *

É este Livro III, porque trata da ilha dos Açores que mais cedo foi habitada, aquele que Frutuoso primeiramente aproveitou para se ocupar do problema do seu descobrimento, que o mesmo é dizer do descobrimento do Arquipélago, apesar deste assunto lhe escorrer dos bicos da pena sempre que se lhe oferecia a oportunidade; d'aí tê-lo versado em outros livros da sua obra, em especial no Livro IV e no Livro VI.

É já um lugar comum dizer-se que o cronista micaelense nesta matéria não pode ser apontado como fonte das mais fidedignas. Tendo escrito a 150 anos de distância do acontecimento, não fez mais do que transmitir a tradição que recolheu através de variadas origens e de que nos dá versões nem sempre concordantes e, por vezes, inaceitáveis, se quisermos tomá-las à letra rigorosamente. Isto acarretou-lhe na opinião de muitos a fama de escritor destituído em absoluto de espírito crítico, o que em nosso parecer não corresponde à verdade, porque em vários passos das "Saudades da Terra" ele revela possuir qualidades apreciáveis de argumentação e independência de juízos. Alguns têm ido longe demais nas suas atitudes depreciativas, negando ao nosso cronista o menor merecimento como historiador probo e digno de admiração.

A este respeito, dou a palavra ao Sr. Dr. Martim de Faria e Maia, que, respondendo à crítica bastante acerba do falecido Dr. Manuel Menezes ([1]), que o acusa de excessiva e absurda credulidade, quase retirando qualquer valor à sua crónica, diz o seguinte: "As suas "Saudades

da Terra" são farto manancial de ocorrências, dados e tradições orais, cujo conhecimento é indispensável a quem queira fazer a história dos primitivos tempos das ilhas portuguesas do Atlântico. Esse alfobre de informações de vária ordem, que se deve exclusivamente ao virtuoso vigário da Ribeira Grande, é mesmo a única grande fonte de elucidação sobre aquele tempo. Tal mérito subsiste independentemente da circunstância de naquela obra não se encontrar a manifestação do tal "espírito crítico"... à maneira moderna e, aliás, mais vale ser infantilmente ingénuo e demasiadamente crédulo (não é este precisamente o caso de Frutuoso) do que aparecer suspeito de paixão e parcialidade". ([2]) *E na sua brilhante defesa, que não exclui calma, serenidade e bom senso na apreciação dos juízos formulados, o Dr. Martim de Faria e Maia demonstra como "o absurdo e o inverosímil" eram frequentes nos cronistas do século XVI, citando, a propósito, André de Rezende e Damião de Góis, e exemplifica com passos extraídos das "Saudades da Terra" que Frutuoso "não é precisamente e sempre o expositor passivo e irreflectido", de que o querem acusar. É-nos grato assinalar aqui a importância do trabalho d'aquele nosso ilustre conterrâneo, hoje embaixador de Portugal em Oslo, que, confinado aos estreitos limites de uma publicação periódica, foi pena não ter sofrido uma maior divulgação como estudo, que é, dos mais valiosos sobre a personalidade do patriarca das letras açorianas.*

Para testemunhar o apreço que ainda hoje Frutuoso merece aos verdadeiros cultores da História, recorro também a Joaquim Veríssimo Serrão, o insigne autor de "O Reinado de D. António, Prior do Crato", e que, com o seu persistente estudo, continua a acarretar importantes materiais para o enriquecimento da historiografia nacional.

Em livro publicado há poucos anos refere-se ao nosso cronista, usando dos seguintes termos: "Apesar da sua erudição, por vezes cai em erros temporais — e que historiador se pode gabar de não os cometer? — sendo a cronologia o seu "único tendão de Aquiles" (serve-se de uma expressão de Velho Arruda), e acrescenta: "Mas a grandeza da sua obra supera os possíveis defeitos que aqui e além nela se enxergam". ([3])

E Duarte Leite, aliás, conhecido pela severidade dos seus juízos críticos, embora considere Frutuoso confuso e fonte de pouca confiança em matéria do descobrimento dos Açores, não hesita em reconhecer a sua "probidade indiscutível" e a "sua diligência em aproveitar todos os elementos de informação". ([4])

A propósito das versões que Frutuoso recolheu acerca daquele facto histórico e do povoamento que se lhe seguiu, ainda hoje tão mal conhecidos, apesar de vivermos numa época de intenso trabalho de investigação por cartórios e arquivos, e isso motivado pela escassês de documentos e informações coevas, que nem sempre se ajustam e, por vezes, se contradizem, havemos de reconhecer que não seria fácil no seu tempo obter dados mais precisos ou exactos, servindo-se de uma fonte informativa, por natureza confusa e fantasiosa, como seria a tradição, coada através de duas ou três gerações num meio, que, então começava a organizar-se como agregado social.

Ainda há pouco, em interessante artigo publicado na revista "Atlântida", do Instituto Açoriano de Cultura, o Sr. Dr. A. Machado Guerreiro lamenta que, acerca do descobrimento dos Açores e dos primórdios da sua existência como terras habitadas, só pairam a incerteza e a discussão, apesar do esforço que muitos vêm dando para abrir clareiras em assunto tão obscuro e controvertido, desde o seu início como que envolto em denso véu de mistério. ([5])

Contudo, algumas das informações de Frutuoso a esse respeito não são tão dignas de desprezo como à primeira vista podem parecer. Assim o entendeu Jordão de Freitas ao aceitar as suas conjecturas, constantes do cap.º I do Livro VI das "Saudades da Terra", sobre as viagens de retorno da costa de África pelo mar largo para explicar o achamento do nosso arquipélago, igualmente defendidas com brilho e valioso pormenor pelo sábio almirante Gago Coutinho. ([6]) *Recorrendo ao seu testemunho para comprovar uma hipótese, hoje muito em voga sobre tal matéria, Jordão de Freitas, embora partidário de um conhecimento pré-henriquino dos arquipélagos atlânticos, baseia-se no nosso cronista para justificar a definitiva ocupação portuguesa destas ilhas no século XV.* ([7])

E, por seu turno, Velho Arruda chama a atenção para aquela passagem do cap.º I do Livro IV, em que o autor confessa que o que sabe do descobrimento de S. Miguel em 1444 vem de "memórias", "escritos de antigos", passados de mão em mão, e "lembranças de moradores" que no seu tempo ali viviam, pretendendo assim explicar que aquela data foi a que nesta ilha "sempe se conservou desde o seu início colonizador e não um invento" dele próprio, Frutuoso, "como o tem insinuado a hiper-crítica moderna", ([8]) *desconcertada, acrescentamos nós, com o*

espaço de doze anos, que, segundo a tradição recolhida nas "Saudades da Terra", medeou entre a descoberta de Santa Maria e a de São Miguel.

Embora as notícias de Frutuoso se afastem bastante do mais importante relato que temos sobre o assunto, que é a "Relação" de Diogo Gomes, almoxarife do Paço de Sintra, coevo do acontecimento, que fala em algumas ilhas dos Açores descobertas numa só viagem, das quais menciona 5, há, no entanto, entre ambos, um ponto de contacto, que é o de afirmarem que o Arquipélago foi descoberto pelos marinheiros portugueses do Infante D. Henrique, independentemente de qualquer conhecimento ou notícia que dele existisse proveniente dos navegadores da segunda metade do século XIV e que, por imprecisa e vaga, resultou inútil para a vida prática. ([9])

Digamos de passagem, com Velho Arruda, que ao espírito do nosso cronista não era estranha a hipótese destas terras terem sido avistadas por algum povo da idade antiga ou medieval, como se depreende da seguinte frase, colhida no cap.º XXXII do Livro I das "Saudades da Terra": "posto que, como cuido, já em algum tempo antigo foram vistas e achadas mas não povoadas como agora". ([10])

E se nos lembrarmos de que Martim de Boémia, que foi o homem a quem o referido Diogo Gomes ditou a sua "Relação", insere no seu "Globo de Nuremberg" uma notícia do descobrimento com a indicação do ano de 1431, isto é, aquele que Frutuoso aponta para o encontro dos ilhéus das Formigas, temos de concordar que não vai uma grande distância entre a data que a tradição por ele fixada consagrou e as dos escassos dados documentais que a crítica admite como indiscutíveis e que, quer se aceite ou não um conhecimento prévio das ilhas pelos navegadores dos últimos séculos medievais, são basilares para afirmar, sem a menor sombra de dúvida, que foram os portugueses da época henriquina quem introduziu a civilização cristã e europeia nestas paragens atlânticas.

Quero referir-me aos dois preciosos documentos, ambos datados de 1439, que desfazem todas as hesitações que pudessem subsistir a este respeito. Não só provam que houve o descobrimento dos Açores pelos marinheiros do Infante D. Henrique, ou "redescobrimento", como propõe Vitorino Magalhães Godinho ([11])*, mas também que o arquipélago figurava já no pensamento deste príncipe para o conjunto do plano da expansão portuguesa no século XV.*

O primeiro é o célebre monumento cartográfico do maiorquino Gabriel de Valsequa, que regista as nove ilhas açorianas, razoavelmente bem situadas, e com uma marcação totalmente diversa da dos portulanos anteriores, para mais valorizada com a tão discutida legenda "aquestas illes foran trobades p. Diego de Silves pelot del rey de Portogall an lay MCCCCXXVII", a qual, depois da leitura a que procedeu o prof. Damião Peres, não vemos motivo plausível para duvidar da sua veracidade ([12])*. Este portulano abre como que uma nova fase na representação cartográfica do nosso arquipélago, que, a pouco e pouco, no decorrer do século XV se vai precisando melhor, sobretudo na nomenclatura das ilhas, como o atestam certas cartas contidas no Atlas Veneziano, datado aproximadamente de 1489, consequência bem visível do trabalho de reconhecimento e sucessiva, embora lenta, ocupação daquelas pelos homens de Portugal.*

O outro documento é a carta de D. Afonso V de 2 de Julho de 1439, que concede ao Infante a autorização para mandar povoar sete ilhas dos Açores, onde anteriormente "mandara lançar ovelhas", documento em extremo valioso, porque é o mais antigo referente ao Arquipélago e ao seu povoamento, até hoje encontrado nas chancelarias reais, e de cuja autenticidade não é lícito duvidar-se ([13])*.*

No meio dos relatos mais ou menos aceitáveis dos cronistas, com as falhas, confusões e formas diversas de interpretar a que estão sujeitos e, por vezes, obscurecem mais do que iluminam o facto histórico que se pretende esclarecer, os documentos acima citados estabelecem como que uma baliza, a partir da qual podemos dizer que passou o nosso Arquipélago a fazer parte do mundo conhecido e habitado ([14])*.*

Ora a narrativa de Frutuoso situa-se dentro deste período, que vai de 1427 a 1439, e com todas as incongruências que se lhe possam apontar, não vemos motivo para que seja totalmente posta de parte, porque, em especial no que se refere aos primórdios do povoamento, pode conter muito de válido e aproveitável, se não quisermos retirar à tradição todo o valor que a História ainda lhe confere como fonte de conhecimento ([15])*.*

Mais uma vez apelamos para a autoridade de quem com mais profundeza e indiscutível juízo crítico se debruçou sobre o problema do descobrimento dos Açores: Manuel Monteiro Velho Arruda, a quem se ficou devendo uma valiosa e até hoje mais completa colectânea de documentos sobre o assunto.

Ao analisar os depoimentos de Frutuoso, o ilustre historiador mariense afirma: "Adivinhamos as dificuldades que encontraria ao historiar o descobrimento destas ilhas açorianas, pois que das viagens ocidentais feitas no século XV a historiografia oficial nada ou muito pouco registava, como no-lo confessam alguns cronistas, e de entre esses, Barros, o historiador máximo de quinhentos. Serviu-se muito das narrações, relatórios e lembranças dos homens antigos, serviu-se, enfim, da tradição, que, embora já alterada por duas gerações, ainda assim a sua colheita foi preciosa para hoje podermos saber ou pelo menos entrever o que nessas épocas heróicas obraram os nossos predecessores" ([16]). *E, como é lógico, considerando prejudicadas pela "Relação" de Diogo Gomes algumas das hipóteses que Frutuoso formulou — a do descobrimento de S. Miguel de modo algum se pode interpretar à letra, não só pelo facto de antes de 1444 já haver colonos, aos quais se deve também referir a carta régia de 1443* ([17]), *mas ainda pelas inverosimilhanças a que nos podem conduzir — sugere, como, aliás, todos os que de boa fé estudam o assunto, que a tradição recolhida pelo nosso cronista confundiu as expedições de reconhecimento e distribuição de gado (e, possivelmente, de colonos* ([18])*) pelas várias ilhas com aquilo que intitulou viagens de descobrimento* ([19]).

Cabe-me, no entanto, fazer aqui uma pergunta. Qual o significado da palavra "descobrimento" no século XVI? Usá-la-iam os escritores no sentido restrito que hoje lhe damos ou empregavam-na numa acepção muito mais vasta, cujo âmbito se não limitava ao simples acto de achar qualquer coisa que até aí era desconhecida?

Jaime Cortesão, com toda a autoridade que lhe advém da sua alta categoria intelectual, pronuncia-se sobre o assunto a propósito do contrato celebrado entre a Coroa e Fernão de Loronha para o arrendamento do comércio do Brasil, o qual continha uma cláusula que obrigava o arrendatário a mandar "descobrir" todos os anos 300 léguas da costa. Diz aquele ilustre historiador que "convém, no entanto, esclarecer que as palavras "descobrir" e "descobrimento" não implicavam forçosamente o achado de terras totalmente ignoradas. Utilizavam-se também para designar a exploração de terras mal conhecidas, tanto mais que um primeiro descobrimento supunha com frequência o simples perlustrar, quer do rumo geral, quer de trechos isolados das costas" ([20]).

Ora, parece-nos que esta explicação se pode ajustar sem grande esforço ao caso vertente, ou seja à insistência com que Frutuoso se refere ao descobrimento de cada uma das ilhas do grupo central, que, pela sua proximidade, foram com certeza avistadas numa única viagem.

Porque só com o significado de "explorar" é que podemos admitir que Frutuoso diga que a ilha do Pico se descobriu nove anos depois de ter sido descoberta a do Faial.

O mesmo raciocínio se deve aplicar à Graciosa, cujo primeiro capitão-donatário, Pedro Correia, "sabendo que ela aparecia", pediu licença a El-rei para ir "descobri-la".

E com boa vontade também à de S. Miguel, quando diz que o Infante D. Henrique, tendo conhecimento de que um negro, residente em Santa Maria, a avistara, encarregou Fr. Gonçalo Velho da sua descoberta.

* * *

Outro ponto de discussão nas "Saudades da Terra" é aquele que se refere à figura de Gonçalo Velho como descobridor do Arquipélago, igualmente com base numa tradição que não tem encontrado provas em qualquer documento ou narrativa dos tempos coevos.

De facto, os poucos relatos merecedores de confiança que se referem ao assunto dão sempre este navegador como chefe da expedição ou expedições que se fizeram para lançamento de gado nas ilhas ou para o seu mais antigo povoamento, designadamente, de

Santa Maria e S. Miguel. Azurara, num passo da "Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné", que Jaime Cortesão demonstrou estar mutilado em obediência a uma política de sigilo seguida pelos governantes em matéria de expansão marítima ([21]), intitula-o comendador da primeira daquelas ilhas, de cujo povoamento fora encarregado pelo Infante D. Henrique. Na "Crónica de D. Pedro de Menezes" o mesmo Azurara chama-o "comendador das ilhas dos Açores e de Santa Maria, que sam no mar Oceano". Igual tratamento lhe é dado na carta de 1443, em que se concede isenção da dízima aos respectivos povoadores. Na carta de perdão de D. Afonso V a João de Lisboa, com data de 1455, já não aparece como comendador; fala-se aí em "ilhas de que Gonçalo Velho tem o cargo" ([22]). Mas no regimento de justiça que o Infante D. Henrique lhe enviou, publicado por Frutuoso neste Livro III das "Saudades da Terra", já aquele navegador é tratado por "capitão por mim em minhas ilhas de Santa Maria e S. Miguel nos Açores". E na carta de brasão de armas passada ao donatário João Soares de Sousa, a 18 de Junho de 1527, expressamente se diz que seu pai, João Soares Velho, herdara a capitania de Santa Maria de Gonçalo Velho, capitão da dita ilha e comendador de Almourol ([23]).

No parecer de Velho Arruda, esta falta de uniformidade quanto à forma de designar o cargo que Gonçalo Velho exerceu nos Açores, especialmente em Santa Maria e em S. Miguel, relaciona-se com as modificações que sofreu o regimen administrativo destas ilhas, desde o seu primitivo e mais antigo povoamento. Se as mesmas ao princípio constituíam uma comenda da Ordem de Cristo, de que o Infante era o governador, a qual detinha, conjuntamente com o espiritual, o poder temporal, mais tarde, com a transição para o sistema das capitanias, o segundo daqueles poderes passou a caber exclusivamente aos seus altos donatários, que os capitães aqui representavam.

E exemplificando com o que se passou no arquipélago da Madeira, em que as capitanias foram concedidas anos depois da primitiva colonização, Velho Arruda conclue que "nestas duas ilhas de Santa Maria e S. Miguel, antes das primitivas cartas de capitanias, houve uma forma administrativa — a da comenda — que paralelamente corresponderia às mais antigas administrações do grupo madeirense" ([24]).

Ora a circunstância de não existir nenhum documento ou narrativa da época que indique Gonçalo Velho como descobridor dos Açores tem levado alguns historiógrafos do nosso tempo a negar-lhe qualquer interferência nesse facto histórico, ou por considerarem as ilhas já de há muito conhecidas, e para esses não houve descobrimento no século XV, ou porque a sua acção se limitaria a distribuir gado e a dar início à ocupação humana das terras mais orientais do Arquipélago. Para estes últimos, o problema está resolvido com a já citada legenda do planisfério de Gabriel de Valsequa, que, como se sabe, afirma que as ilhas foram encontradas por Diogo de Silves, piloto do rei de Portugal.

Mas, é o próprio Prof. Damião Peres, ao qual, como disse, se deve a última leitura e interpretação dessa legenda, quem, atribuindo a Gonçalo Velho a função não menos importante de colonizador, admite a possibilidade, para os que mais se apegam à tradição, de ele ter chefiado o navio ou frota descobridora, "juntamente com o humilde mas valioso piloto, sob cuja direcção náutica se realizou a viagem que levou ao descobrimento dos Açores" ([25]).

Velho Arruda, a quem o problema mereceu profunda e demorada atenção no importante estudo com que antecedeu a sua "Colecção de documentos" relativa àquele facto histórico, não hesita em admitir Gonçalo Velho como descobridor do Arquipélago.

Na época em que escreveu aquele trabalho ainda o Prof. Damião Peres não divulgara (ou não fizera) a leitura a que procedeu da referida inscrição da carta de Valsequa, pelo que se mantinham de pé os problemas acerca da data e do nome do piloto.

Por isso a sua argumentação assentou em outras bases, que passamos a expor.

Apoiando-se em Diogo Gomes, que dá Gonçalo Velho como escolhido pelo Infante para estudar as correntes ao longo da costa de África e ao sul das Canárias, vê no comendador de Almourol um perito em matéria de navegação.

Considera, pois, que não é de estranhar que lhe tivesse sido confiado o comando das primeiras expedições aos Açores, demais a mais, como quer o almirante Gago Coutinho ([26]), se no regresso de uma dessas viagens ao litoral africano, internando-se no mar largo para fugir a ventos contrários (a chamada volta do Sargaço), lhe foi dado avistar as ilhas mais orientais do Arquipélago, hipótese que, como já vimos, Frutuoso formula no cap.º I do L.º VI. E ainda com fundamento em Diogo Gomes que, ao narrar a primeira viagem de distribuição de gado em

Santa Maria e S. Miguel, diz que a primeira destas ilhas se chamava ilha de Gonçalo Velho, pergunta se tal designação não resultaria do facto de ele a ter descoberto, antes de lá ir lançar animais, possivelmente numa viagem de retorno da costa de África ([27]).

Recorre também a um passo de João de Barros, que, explicando a origem do que narra sobre o descobrimento dos Açores (uns papéis rotos e desordenados de Azurara e algumas lembranças de D. Afonso V existentes no Tombo), informa que estas ilhas "já naquele tempo (1439) eram descubertas e nellas lançado algum gado, por mandado do mesmo Infante, por hum Gonçalo Velho, commendador de Almourol junto da Villa de Tancos" ([28]).

E Velho Arruda comenta: "A análise das duas orações finais deste período diz-nos que as ilhas dos Açores eram descobertas por Gonçalo Velho e nelas era deitado o gado por mandado do Infante D. Henrique. O agente do verbo na voz passiva é Gonçalo Velho".

Esta interpretação poderá parecer algum tanto subtil, e, talvez, especiosa, mas não deixa de ter a sua validade, se considerarmos com aquele investigador "que onde estava a "lembrança" de que Gonçalo Velho viera deitar gado nos Açores, estaria também a de que os descobriu". E remata as suas deduções, acrescentando que "assim o entendeu o Dr. Gaspar Fructuoso, pois que no cap.º II do L.º IV e no cap.º I do L.º VI das Saudades da Terra cita aquele período (o de João de Barros) e dele faz a base da sua história" ([29]).

Se tivermos em linha de conta que geralmente as capitanias das ilhas descobertas eram entregues àqueles que chefiavam as expedições de descobrimento ou reconhecimento, havemos de concordar que não há motivos suficientes para recusar ao comendador de Almourol o feito que a tradição, por seu turno, lhe atribui, e de que o nosso cronista se fez eco, aliás, escorado em um dos grandes historiadores do século XVI.

É este também o parecer de Jaime Cortesão, que, para o efeito, recorda ter o mesmo acontecido com os arquipélagos da Madeira e de Cabo Verde, "e coisa semelhante com as ilhas das Flores e Corvo, só em 1452 redescobertas por Diogo de Teive" ([30]).

* * *

É de supor que Frutuoso se documentasse o melhor possível para a elaboração deste seu Livro III, que trata de uma ilha tão próxima desta de S. Miguel, em que residia, e para onde não lhe seria difícil deslocar-se.

Sabemos que Velho Arruda, com quem privamos muito de perto, estava convencido de que o nosso cronista deveria ter colhido pessoalmente em Santa Maria os informes de que nos dá conta nas "Saudades da Terra".

Sobretudo, a minuciosa descrição topográfica da ilha parece reflectir um conhecimento "de visu", o que, aliás, aquele falecido mariense teve a ocasião de verificar, ao percorrer de lés a lés a sua pequenina terra, identificando com intensa curiosidade o que Frutuoso a seu respeito escrevera.

Rodrigo Rodrigues, a este propósito, chama a atenção para a riqueza de pormenor com que o cronista descreve a furna do ilhéu de S. Lourenço, no cap.º VIII, e considera que só poderia resultar de um exame atento e directo, próprio de uma pessoa, como Frutuoso, que em toda a sua obra dá provas de um grande interesse pelos fenómenos da Natureza ([31]).

De facto, muitas das suas observações, pelas minúcias a que desce, parecem provir de uma auscultação pessoal das coisas e dos homens, como, por exemplo, aquela que se refere ao feitio indolente dos habitantes, quando diz, quase no fim do cap.º VI, que "não são dados a muito trabalho, pelo que nela (na ilha) não há muitas coisas boas e curiosas que pudera haver, se se deram a isso".

Igualmente, nas comparações que faz no cap.º IX entre os gados de Santa Maria e S. Miguel regista que os daquela ilha são "muito mais gordos e encevados", estendendo-se em

particularidades que denotam um contacto demorado com a terra e um espírito extremamente vivo e curioso, a que nenhum assunto é indiferente.

E muitos casos, como este, poderíamos apontar, se não nos falecesse o ânimo para os colher e não reconhecêssemos a inutilidade de um tal trabalho, visto estarem bem patentes em toda a obra.

Convivendo com os habitantes e recolhendo muito do que lhes ouviu, parece estranho que nada tenha escrito sobre a passagem de Colombo por Santa Maria, quando do regresso deste navegador da sua primeira viagem à América, facto histórico afirmado por autores espanhóis e também por uma tradição que ficou no povo mariense e está directamente relacionada com a pequena ermida dos Anjos, à qual por mais de uma vez o cronista se refere, e aonde a maior parte da tripulação da "Niña" se dirigiu em cumprimento de uma promessa à Virgem.

Velho Arruda, no "Ensaio Crítico" com que antecedeu a sua edição do Livro I das "Saudades da Terra", atribui este silêncio a desconhecimento do facto. Mas deste parecer já não é o seu neto, Dr. Jacinto Monteiro, que do assunto se ocupou, e com mão de mestre, no erudito e bem deduzido trabalho publicado na revista "Insulana", sob o título de "O episódio colombino da Ilha de Santa Maria". Usando de sólidos argumentos, conclui por considerar propositada tão estranha omissão, a qual, aliás, igualmente se verifica em todos os cronistas portugueses do século XVI, exceptuando António Galvão, que no "Tratado dos Descobrimentos" diz que "Colombo no regresso da sua primeira viagem passou pelas ilhas dos Açores" ([32]).

Ora, se nos lembrarmos de que este autor foi para Frutuoso fonte de acentuada preferência em matéria de descobrimentos e conquistas, mais nos firmamos na opinião daquele jovem historiador, que defende o ponto de vista de que esse silêncio se reportava a um caso de especial melindre, pelo que de desagradável podia acarretar para a memória de D. João II, que, segundo os cronistas espanhóis, pretendera provocar em Santa Maria o malogro da expedição, que, em nome da Espanha, acabava de descobrir terras para o Ocidente.

Sabemos como o cronista micaelense era cauteloso em tudo o que escrevia e estamos mesmo convencidos de que foi ele próprio o censor da obra, quando a destinou à publicação, do que há diversos indícios ao percorrer o manuscrito original. Disso temos testemunhos neste Livro III, em que uma boa parte do capítulo XXIII foi por ele riscada, como no seu devido lugar anotamos, certamente por lhe ter chegado ao conhecimento que não passava de um embuste o exemplo de santidade a que piedosamente quis referir-se e sobre o qual já o Santo Ofício se havia pronunciado ([33]).

Também em nota da pág. 83 deste volume chamamos a atenção do leitor para uma frase que foi alterada pelo próprio cronista, pois que da sua primitiva redacção poderia depreender-se qualquer sentimento de desgosto pela realeza de Filipe II em Portugal. Digamos de passagem que isto é para nós mais uma prova de que Frutuoso, ao começar a redigir as "Saudades da Terra" — o Livro III pode muito bem colocar-se em 1582 — não se manifestava um ardoroso "filipista", como aparentemente somos tentados a supor, em virtude da guarida que ele deu na sua obra aos elogios (de resto, feitos por outrem) de acérrimos partidários daquele soberano ([34]).

Ora não é de admirar que sobre assunto tão melindroso, como aquele que se prendia com a política do "Mare Clausum", conduzida genialmente por D. João II, mas com implicações graves que poderiam denegrir a memória deste rei, Frutuoso seguisse o exemplo dos historiadores portugueses, a ponto de nem sequer citar João da Castanheira como loco-tenente do capitão-donatário de Santa Maria João Soares, que governou a ilha durante a ausência deste e à primeira vista surge como principal culpado do desagradável incidente ([35]).

Remetemos o leitor mais curioso para o estudo do Dr. Jacinto Monteiro, que, servindo-se de vasta bibliografia, parece ter esgotado o assunto, embora sem prova documental concludente da tese, aliás, muito compreensível, que defende com inegável talento. E para reforçar a explicação que apresenta sobre o rigoroso silêncio mantido pelo nosso cronista a respeito de Colombo em Santa Maria, o que igualmente se verifica no Livro I, ao referir-se à descoberta das Índias Ocidentais, aquele distinto mariense afirma que "não convinha que já em pleno domínio filipino, ele (Frutuoso) viesse evocar um acto desprestigiante para Portugal, precisamente numa época em que haveria o maior interesse político em mostrar a boa harmonia entre as duas nações, agora reunidas sob a mesma coroa" ([36]).

* * *

O Livro III das "Saudades da Terra" é o mais pequeno da volumosa obra que o cronista micaelense nos legou.

No original conta apenas 38 folhas, abrangendo três cadernos, o 15.º, o 16.º e o 17.º. Como participa dos vícios que igualmente se registam no Livro II, e quero aqui referir-me apenas às interpolações que sofreu, o número de folhas de cada caderno é variável. Assim, o 15.º tem dezessete, por nele se ter introduzido o "Contraponto" do Dr. Daniel da Costa acerca do bispo do Funchal D. Luís de Figueiredo e Lemos, e o 17.º onze, porque se intercalou uma, após a confecção do livro, destinada a narrar a defesa do 5.º capitão-donatário Brás Soares de Sousa contra os corsários ingleses.

Exceptuando o dos capítulos que se referem a essas interpolações e das folhas que imediatamente os precedem, pois que tiveram de ser substituídas para que aquelas se praticassem, o papel empregado é o que constitui o grosso da obra, isto é, a parte que o Dr. Gaspar Frutuoso escriturou com a sua própria mão.

Como este assunto já foi tratado no estudo que se publicou no Livro I das "Saudades da Terra", limitamo-nos a dizer que aqueles capítulos, e as folhas igualmente citadas, não são do seu punho; quem os escreveu, dispunha de uma letra claríssima, alta e larga, que no dizer de João de Simas, chega a ser monótona à força de regularidade ([37]).

O primeiro é da autoria do Dr. Daniel da Costa, físico que acompanhou o bispo D. Luís de Figueiredo e Lemos à ilha da Madeira quando este foi nomeado para a diocese do Funchal, como consta do respectivo título. Com certeza foi remetido a Frutuoso já depois de escrito este Livro III. Assim o provam os atropelos praticados nas folhas antecedentes e as emendas na numeração dos capítulos que se seguem a este, que ficou a figurar como IV. Para mais, D. Luís de Figueiredo e Lemos recebeu aquela mitra em 1586 e é possível colocar a primitiva redacção do Livro numa data anterior, como deduzimos do que se segue.

No cap.º XIV ao referir-se a este mariense chama-o "deão da Sé de Angra e vigário geral em todo o bispado", frase cujo sentido o próprio Frutuoso depois alterou, acrescentando nas entrelinhas com o seu conhecido cursivo extremamente miúdo "e agora é bispo do Funchal".

Aliás, Rodrigo Rodrigues admite que este Livro fosse começado em 1582, ou mesmo antes, pela citação que no seu cap.º VIII se faz de uma vinha que em S. Lourenço pertencia a Fr. Belchior Homem, "cuja agora é", na expressão do autor. Como esse indivíduo morreu em 1582, o biógrafo do Dr. Gaspar Frutuoso fundamenta-se neste passo para estabelecer a sua cronologia ([38]).

É de atender, entretanto, a que Velho Arruda, ao estudar a família de Belchior Homem, revela-nos nada menos do que três indivíduos com este nome, vivendo aproximadamente na mesma época, visto tratar-se de tio, sobrinho e sobrinho neto. Contudo, Frutuoso refere-se expressamente a Fr. Belchior Homem, como proprietário da dita vinha, sendo de notar que o sobrinho-neto do mesmo nome e seu testamenteiro é sempre tratado nos documentos como padre ([39]).

Não admira que o nosso cronista tivesse gosto em incluir novamente na sua obra o elogio de D. Luís de Figueiredo e Lemos — e digo novamente, porque no Livro II, já ele lhe dedicaria um capítulo, aliás, redigido por outrem e também manfestamente interpolado após a confecção daquele seu trabalho sobre o arquipélago da Madeira.

Tratava-se de um mariense ilustre, que fora pároco da igreja de S. Pedro de Ponta Delgada e exercera, como vimos, funções de alto relevo na diocese de Angra. Se não foi seu amigo pessoal, certamente o conheceu, pois, como refere João de Simas, "por aqui andou em pequeno, nos primeiros estudos e nos de humanidades e preparatórios ([40])*".*

Mais tarde, quando a Terceira levantou a voz por D. António, Prior do Crato, e já depois de ter aqui paroquiado e exercido o cargo de ouvidor eclesiástico, acompanhou a esta ilha de S.

Mguel o bispo de Angra, D. Pedro de Castilho, como ele fervoroso adepto da causa de Filipe II de Espanha, a tempo daquele prelado dominar o movimento que, então, em Ponta Delgada, se esboçava contra o usurpador. Em 1581, como também lembra João de Simas e no dizer do próprio Frutuoso, iniciou a inquirição, ordenada pelo mesmo bispo, relativamente "à vida, fama, bom exemplo e virtudes" da beata micaelense Margarida de Chaves, de quem o nosso cronista fora director espiritual, e mais tarde, juntamente com o Dr. Bernardo Leite de Sequeira, autor de um novo sumário para instruir o processo da sua pretendida beatificação, como conta Fr. Agostinho de Monte Alverne ([41]).

Em obra que, como estamos crentes, se destinava a ser publicada, o panegírico do açoriano, que ele possivelmente consideraria o mais notável do seu tempo, não era descabido no livro que dedicaria à terra onde tão ilustre figura nascera.

Quanto ao cap.º XXI, que se refere à luta que o 5.º capitão-donatário, Brás Soares de Sousa, e os marienses sustentaram contra os corsários ingleses do Conde de Northumberland em 1589, por conseguinte, já depois do livro estar redigido, compreende-se o interesse em incluí-lo logo a seguir aos capítulos que narram a terrível incursão dos franceses de 1576, a primeira que a ilha sofreu, e o socorro que de S. Miguel lhe foi enviado. Consta de uma folha, que no códice tem a numeração de 174, e nela aparece, como dissemos, a mesma letra que escreveu o "Contratempo", com certeza, daquele excelente calígrafo, que supomos ter também sido encarregado de passar a limpo os capítulos do Livro IV em que se faz a descrição topográfica da ilha de S. Miguel.

É provável que o relato a que nos estamos referindo e constitui o objecto do dito capítulo XXI fosse redigido pelo próprio cronista, pois que a respectiva linguagem não difere consideravelmente da sua. Se o não foi, aceitou-o de boa vontade; assim o comprovam as várias entrelinhas do seu punho, este facilmente reconhecível, como já temos asseverado, pelos assentos que lavrou no registo paroquial da Matriz da Ribeira Grande.

A sua intercalação no livro obrigou-o a novas emendas ao numerar mais uma vez os capítulos que se lhe seguem. Contudo, a numeração dos fólios não ficou afectada, porque, como já tivemos a oportunidade de dizer, esta parece ser feita pelo próprio autor, no fim da vida, e depois de ter reunido todos os cadernos que deviam constituir as "Saudades da Terra".

E por aqui nos detemos, pondo termo a estas considerações que, na parte que se referem aos informes de Frutuoso sobre o descobrimento ou reconhecimento dos Açores, não tiveram outro fim senão procurar fazer justiça à sua probidade como historiador.

Porque poderá parecer ocioso que nestas "Palavras Prévias" viéssemos aflorar um tal assunto sem qualquer achega que contribua para o esclarecimento dos seus problemas, o que, de resto, jamais foi nosso intento, nem se compadecia com os modestos recursos de que dispomos. Mas se nos lembrarmos de que é esse um dos pontos fracos das "Saudades da Terra", servindo de pretexto para apoucar a personalidade do seu autor e negar-lhe os reais méritos que possui, compreender-se-á que numa edição destinada ao leitor menos versado em temas desta natureza (a ortografia actual, que nela vem sendo utilizada, assim o comprova) se tenha reconhecido a necessidade de o esclarecer, para mais tratando-se de uma matéria que, se por enquanto é confusa e continua objecto de dúvidas e discussões, apesar de estudada por figuras do maior relevo na historiografia nacional, não deixa, contudo, de interessar directamente aos naturais deste arquipélago e a todos aqueles que, de qualquer forma, se lhe dedicam ou lhe dão o seu apreço.

E para finalizar resta-me apresentar aos Srs. Hugo Moreira e Nuno Álvares Pereira os meus agradecimentos, ao primeiro pelas notas que amavelmente me forneceu e ficaram registadas no seu devido lugar, ao segundo pela valiosa colaboração que me prestou, encarregando-se do penoso e aborrecido trabalho da confecção dos índices, com que este volume se encerra.

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA DAS "SAUDADES DA TERRA"

Não apenas das *Saudades da Terr*a, mas de toda a extensa obra que compôs o Dr. Gaspar Frutuoso, devia este ensaio conter o estudo bibliográfico, se, em inteira estrutura, tivesse até nós chegado o conjunto religioso e histórico da sua produção literária.

Perderam-se, porém, desaparecidos ou destruídos, talvez, "os dezasseis manuscritos da sua Teologia e sua própria letra ([42])" — documentação dos alevantados méritos de teólogo, tão apregoados pelos que dele tratam, — que formariam, com a parte histórica que ficou, a delineação acentuada das duas feições predominantes do seu espírito. Não nos referimos, é claro, ao carácter literário, propriamente dito, que só poderá avaliar-se, com justiça, pelo conhecimento integral da misteriosa *História de dois amigos da Ilha de S. Miguel* ([43]), onde melhor terá manifestado o relevo do seu estilo, quer se trate de singela ficção novelesca, quer de velada auto-biografia, como, aliás, há todas as razões para supor esta segunda hipótese. De passagem, contudo, não queremos deixar de notar o exagero que se nos afigura encerrar a asserção do Sr. Dr. Teófilo Braga ([44]), quando atribui a Fructuoso muitos dos vícios do *culteranismo,* cuja influência tão grandemente se fez sentir na literatura portuguesa do século seguinte. Achamos excessivo o juízo crítico do ilustre professor, porquanto, se em muitas páginas do nosso cronista se nota o amontoado confuso e prolixo de apontamentos que não tiveram redacção definitiva, em muitas outras depara-se com deleitosos períodos de inegável beleza, claros e, quase sempre, extraordinariamente suculentos, muito longe da maneira intrincada que caracteriza aquela época literária. O Dr. Fructuoso era mais lido, sem dúvida, em Bernardim e João de Barros, do que nos fastidiosos precursores da escola de Luís de Gongora.

À tardia introdução da imprensa nos Açores ([45]) atribuimos um pouco ter-se tresmalhado esta parte religiosa da sua obra, felizmente a menos importante, pois é de presumir que se mais cedo existisse o necessário recurso, atento o elevado grau de consideração em que era tido o autor, talvez hoje a possuíssemos, juntamente com a parte histórica, nalguns daqueles belos fólios das ricas edições joaninas de setecentos. Impressa a crónica, principalmente, queremos crer no desenvolvimento de um maior gosto pelas memórias históricas, donde resultaria possível continuação à obra do mestre que os tempos, a pouco e pouco, lhe iriam ajuntando. Em terra a breve trecho rica e ligada à vida universal como forçado porto de refresco e abrigo da navegação dos Dois Mundos, mal se compreende esta demora na introdução daquele benefício civilizador; demora que prejudicou as letras açorianas, não somente na parte respeitante às muitas espécies que se perderam, como pretendemos aconteceu com esta do nosso cronista, mas também na intensidade de composição literária, cujo apoucamento a sua ausência motivou. Contrariamente, a vida histórica e literária do arquipélago, intensa e vivida em muitas das suas manifestações, teria ficado mais e vincadamente tratada, se a facilidade da letra redonda, ainda que custosa, tivesse sido, no devido tempo, profícuo estímulo a muitos e apurados espíritos que por aqui galhardamente vicejaram e que dariam assim maior pujança ao bracejar, apesar de tudo viçoso, dos vários ramos da bibliografia açoriana.

Do Dr. Gaspar Fructuoso é também quase todo o *Livro I do Tombo* ([46]) do arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Estrela da vila da Ribeira Grande, onde vigariou vinte e seis anos, o qual, a pretexto de portaria, cujos termos se desconhecem, foi levado, pelos anos de 1853 ou 1854, por Bernardino José de Sena Freitas, investigador e publicista de conhecido mérito que larga temporada demorou entre nós. Contém, se porventura existe, muitas notícias históricas até 1674, ano em que se começa o *Livro II,* pertencendo a autoria das posteriores, a 1591 aos sucessores do Dr. Fructuoso naquela paróquia. Não obstante a perda deste volume é sensivelmente menor, supondo devam encontrar-se nas *Saudades da Terra* todas ou quase todas as memórias que do seu tempo nele estão consignadas; seria, porém, de toda a utilidade

poder apreciar-se a extensão, datas e forma delas, no interesse da talvez infundamentada conjectura de terem sido a origem do pensamento criador da sua crónica ([47]).

Ouvimos, cremos que com algum fundamento, ter o comendador Sena Freitas, falecido há precisamente cinquenta anos ([48]), legado todos os seus livros, entre os quais se encontrava este a que nos vimos referindo, ao Colégio de S. Fiel da Companhia de Jesus. A despeito de várias tentativas, nada se apurou até hoje sobre a sua permanência naquele estabelecimento de instrução, antes e posteriormente à implantação do regimen actual, que exilou os seus proprietários, assim como resultaram nulas todas as diligências efectuadas no espólio do eminente micaelense, notável orador e polemista, P.e José Joaquim de Sena Freitas, filho daquele, há anos ([49]) falecido no Brasil.

É de notar a curiosa circunstância do singular destino que cumpriram os livros do nosso cronista, tendo de passar, no decorrer do tempo, pelas mãos dos filhos de S. Ignácio de Loyola. A sua livraria, de mais de quatrocentos ([50]) volumes impressos — importante, se a considerarmos em pleno século XVI, no povoado que era, então, a já vila da Ribeira Grande, a pouco mais de um século da descoberta da imprensa e numa ilha que também pouco mais de cem anos contava de povoada — pelo catálogo dos quais se estimaria proficientemente a vasta cultura do seu possuidor, igualmente foi deixada, juntamente com os seus autógrafos, ao Colégio de Todos os Santos dos Padres Jesuítas de Ponta Delgada, por cujo estabelecimento entre nós tanto se empenhara e a quem dedicava muita afeição. De todos aqueles volumes, que se perderam, levados para Lisboa, como supomos, por ordem do então Conde de Oeiras, onde talvez se possa saber do seu destino ([51]) no Arquivo do Juízo da Inconfidência, apenas e providencialmente se salvou, embora em parte mutilado, o precioso manuscrito das *Saudades da Terra* — rico e primordial repositório concernente à primeva história das ilhas atlânticas pertencentes a Portugal, em especial dos Açores, e notavelmente desta de S. Miguel, mais de espaço e largamente tratada.

Em consequência, tão somente nos podemos ocupar deste único monumento que resta da actividade mental do venerando cronista, do qual tomamos o encargo de tratar, já pela especificação bibliográfica que esta edição tem por dever conter, já porque, dobados mais de três séculos na grande ampulheta do tempo, ainda se não conhece em muitas das suas particularidades, dado o prolongado infortúnio que de longe vem pesando sobre o autor e a sua obra, agravado, há oitenta anos, com a proverbial, e, de mais em mais, irritante inacessibilidade do manuscrito original; pelo que forçoso nos é o conhecimento das cópias, ainda que, na maior parte, meras garabulhas no proveito da destrinça genealógica, bem assim das edições ao depois vindas a lume e nada devendo à fidelidade por feitas sobre maus transuntos; umas e outras fragmentárias, que são, contudo, de necessidade para do seu confronto resultar muitas vezes a melhor inteligência de uma palavra ou período mal ortografada ou compreendido, e ainda de algum parágrafo que a negligência abandonou ou maltratou.

Para tanto, indispensável se torna saber da existência de tais espécies, do que contêm, e onde se encontram, quando é possível averiguá-lo; o que nos abalançamos a tentar neste pequeno estudo, em que, a par e em conclusão, procuramos também demonstrar, pelo número e importância das que se conhecem e das de que ainda há memória, o interesse que no perpassar dos séculos a monumental crónica do Dr. Gaspar Fructuoso tem merecido e o alto conceito em que justamente tem sido estimada.

* * *

Todavia, apesar de tudo o que dificultou e porfiadamente continua a embaraçar a necessária divulgação, não foi a *História das Ilhas,* como ordinariamente intitulavam, e talvez o próprio autor denominou as *Saudades da Terra,* desconhecida de todo a muitos dos mais venerados cultores da historiografia nacional ([52]). Encontram-se com frequência, nos nobiliários e crónicas religiosas e profanas, citações e referências fixadas à autoridade do nome de Fructuoso, firmando a responsabilidade de muitas asseverações na verdade que sempre e

incontestadamente procurou o *Cronista das Ilhas,* como, por antonomásia, também o cognominaram. Não queremos com isto dizer que todos, sem reparo, confiassem na absoluta veracidade de muitas narrações da grande crónica insulana: a crítica, quase sempre benigna, salienta o exame que elas lhe mereciam; o próprio autor, lealmente, aponta suas dúvidas na costumada prevenção — *dizem alguns...* — com que a miúdo precede as notícias sobre que não oferece garantia ou que ao seu espírito repugnam, o que, aliás, não é de admirar na vastidão de centenas de páginas, nas quais teve muitas vezes de curar por informações, quiçá com propósito erroneamente fornecidas. Todos, porém, concordam na sua excelente boa fé e na boa vontade, que sempre manifesta, de acertar.

Elogiosas em extremo são quase sempre as referências que ao seu nome se acham, revelando muita consideração pelas virtudes de sua vida e autêntico valor da sua obra, tidas uma e outra, salvo pequenas excepções, no mais subido apreço. Sejam-nos lícito registar, neste particular e como prova desta estima, as palavras que lhe consagra D. António Caetano de Sousa, na aprovação ([53]), que concede à *História Insulana,* como qualificador do Santo Ofício; referindo-se ao P.e Cordeiro, diz teve: ...“o amor de promover as glorias da sua patria, e fazer patente ao mundo a escondida e sempre desejada *História das Ilhas* que compoz o Dr. Gaspar Fructuoso”... *Escondida e desejada* já era então e continua a ser, infelizmente, ainda hoje, passados dois séculos sobre ter o erudito cónego regrante traçado estas palavras, que certamente não imaginou os *fados* se agradariam de manter em obstinada e permanente actualidade...

Poderíamos citar muitos mais autores, dos que ao nosso cronista fazem alusão mais ou menos demorada; levar-nos-ia, porém, longe apontar aqueles que conhecemos e os que supomos o mencionem, para o que teríamos de proceder a trabalhos de busca para os quais, neste meio, nos faltam alguns recursos. Não pode incluir-se, pois, neste estudo, esta longa secção, que caberá bem numa bibliografia *fructuosiana* que, esperamos, um dia se virá a fazer como homenagem mais completa à sua memória, na demorada elaboração que as condições de agora, pela urgência, não permitem. Entendemos, contudo, dever mencionar alguns que se prendem mais directamente com o nosso ponto de vista e poucos daqueles outros cuja lição desconhecemos, na qual haja probabilidades de encontrar referências proveitosas a este ensaio.

O que mais nos fere a atenção em todos eles é a grande pobreza de informações; na parte que se refere à sua obra, que é a que nos interessa, a sua deficiência não quis, ao menos, dizer os livros ou capítulos que continham as cópias que referem, ou o nome de seus possuidores, indicações por qualquer das quais se poderia proceder a melhor identificação. Exceptuaremos o Abade Barbosa, na *Bibliotheca Lusitana* ([54]), e José Soares da Silva, nas *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo delrei D. João I...,* ([55]) onde vêm citadas, respectivamente, as cópias da Casa de Vimieiro e a de Gastão José da Câmara Coutinho, as quais veremos em seu lugar.

O erudito Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, primeiro possuidor conhecido desta cópia da Casa de Vimieiro, convenceu-se de que possuía na sua rica livraria o original da obra de Fructuoso. A este propósito diz o Conde da Ericeira ([56]): “Entre os livros que conservava (o chantre) e espero achar, dizem estes escritores, e o mesmo Manuel Severim, que estavam nesta livraria... o original do Conde D. Pedro e o da *História das Ilhas* de Gaspar Fructuoso ([57])”. Noutro lugar ([58]) acrescenta *constar-lhe* estar o original na posse dos Jesuítas de S. Miguel, isto sete anos depois de impressa a *História Insulana,* de Cordeiro, onde o prestantíssimo académico podia verificar as circunstâncias exactas.

Como se vê, vem de longe o pouco conhecimento do que ao nosso cronista interessa; outros autores, que vamos ver, ainda são menos precisos nas vagas notas que deixaram.

Fr. Francisco Brandão, na *Monarchia Lusitana* ([59]), faz a referência, cremos que a mais antiga que se conhece, ao nosso cronista, quando, ao tratar do apelido Zarco, diz ...“Pelo que não há que aceitar a explicação que o Dr. Gaspar Fructuoso dá na História das Ilhas, dizendo chamar-se João Gonçalves Zarco”... Parece, em consequência, ter visto uma cópia, que não aponta, pelo menos da parte respeitante à Madeira ou seja o Liv. II.

Na *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* ([60]) e no *Agiologio Lusitano* ([61]) o já citado D. António Caetano de Sousa diz que viu algumas cópias, porém imperfeitas, mas sem indicar quais.

N'*O Céu aberto na Terra* ([62]), em que se faz crítica áspera mas pouco razoável a uma afirmação do Dr. Fructuoso, seu autor, o cónego Francisco de Santa Maria, transcreve quase textualmente a passagem referente a D. Agostinho Ribeiro, 1.º bispo de Angra, por onde se conclui que compulsou pelo menos o cap.º XIII do Livro VI das *Saudades da Terra,* no qual se trata daquele prelado.

A *Biblioteca Hispana Nova* ([63]), do bibliógrafo espanhol D. Nicolau António, também refere Fructuoso; ignoramos, porém, se dá notícia de alguma cópia, porque não conseguimos consultá-la, o que nos aconteceu com a *Memoria para a Bibliotheca Lusitana* ([64]), ms. do P.e Francisco da Cruz, e com o *Theatrum Lusitanae Litterarium* ([65]), ms. do Dr. João Soares de Brito, nos quais, respectivamente, a 24 de Agosto e Letra G. n.º 21, igualmente se menciona o nosso cronista.

Nas pisadas de Nicolau António seguiu D. António Leon Pinelo, o qual, no seu *Epitome de la Biblioteca Oriental* ([66]), chama *Fr.* Gaspar Fructuoso ao autor da *Historia de las Islas.* Este ([67]) menciona também a seguinte obra: *"Descubrimiento e sucesos de la Isla de San Miguel,* en Português: MS. fol. segun D. Nic. Ant. en las *Adiciones* á su Bibl. Hisp. nova MS." A notícia ([68]), como a dá D. Nicolau António, é como segue: "Anonimus, Lusitanus, scripsit, Cardoso teste: *Descobrimento e successos das Ilhas* (sic) *de S. Miguel.* MS. in — fol.". Será uma cópia das *Saudades da Terra,* cujo autor esqueceu ao copista referir?

Supomos também se devem encontrar notícias em outros bibliógrafos, cuja existência conhecemos, mas que não pudemos ver, principalmente os inéditos. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, na sua riquíssima Secção de Manuscritos, conservam-se importantes espécies, ricos filões ainda inexplorados debaixo do ponto de vista do que interessa ao nosso cronista e, em geral, à bibliografia açoriana, como a *Minerva Lusitana* ([69]) de D. Manuel Caetano de Sousa, a *Biblioteca Histórica Lusitana* ([70]) de D. Tomás Caetano de Bem e muitas mais que seria fastidioso enumerar. Chama-nos particularmente a atenção grande parte das obras ([71]) deste D. Manuel Caetano de Sousa, curioso e douto bibliógrafo, de quem há mais trabalhos naquela Biblioteca, entre eles a *Lux Romana, sub stella Clementina* ([72]), onde se encontra menção de uma preciosa espécie fructuosiana que não vemos citada em nenhuma outra parte.

O título, tal como o extraímos das *Variedades Açoreanas* ([73]), de José de Torres, é como se segue:

"Vida de Gaspar Fructuoso, ms. que escreveu o padre Vicente de Paiva, da Companhia, o qual está entre os mss. de Cardoso in Biblioteca Archi (episco ?) *pali cod. 9 de Lusitana Sanctitate a f. 639 e f. 665.*

O P.e Vicente de Paiva, talvez um açoriano de quem não encontramos notícia, deve ter sido, supomos, pouco posterior, senão contemporâneo de Fructuoso, a quem conheceu a obra ou de quem apanhou naquele primeiro caso, ainda fresca, a consideração que a ele votavam, o que o levou a escrever a biografia. Do que não pode restar dúvida é a sua estada nesta ilha, onde só podia encontrar bases para a biografia de uma personalidade quase desconhecida lá fora. Presumimos que o Cardoso, a que se faz referência, é o licenciado Jorge Cardoso, autor do *Agiologio Lusitano,* e que os seus livros existiram ou existem na Biblioteca Arquiepiscopal de Lisboa. Jorge Cardoso faleceu em 1669, setenta e oito anos depois de Fructuoso, isto é, bem perto dele. Estimaremos não se tenha perdido esta espécie, cuja importância nos dispensamos de encarecer e que nela se encontre a msteriosa filiação ([74]) do cronista, tão ansiosamente procurada.

Não sabemos onde se conserva, talvez na Biblioteca Nacional de Lisboa, o *Catalogo de Chronistas portuguezes* ([75]) ms. in — 4.º, por Francisco Nunes Franklin, por cujo título parece dever incluir alguma notícia do Dr. Fructuoso.

Em outras bibliotecas públicas de Portugal podem também guardar-se algumas espécies que desconheçamos, porventura alguma cópia; outrossim não nos devemos esquecer das bibliotecas particulares, muitas delas ricas em manuscritos, das quais nomearemos, em especial, as importantes colecções ([76]) dos Srs. Duques de Cadaval ([77]), Visconde da Esperança, Marqueses de Alegrete (Condes de Tarouca), Marqueses de Sabugosa (Condes de S. Lourenço), Conde de Arrochela, etc.

Também ignoramos de que cópia se serviu o capitão e escrivão dos Resíduos de Ponta Delgada, Agostinho de Barros Lobo, para as suas *Genealogias extrahidas das Saudades da Terra* ([78]); talvez alguma feita por sua mão, que se perdeu ou que é hoje irreconhecível.

Como se vê, são numerosos os autores que conheceram o Dr. Gaspar Fructuoso e que da sua estima pela memória dele dão conta em suas citações; infelizmente, como já acentuamos, só se reconhece nelas bastante pobreza de informação para o que desejamos, embora em algumas se note grande riqueza de imaginação.

De fins do século XVIII em diante tornam-se menos frequentes as referências.

Já no século XIX aparecem, entre outros, Francisco de Borja Garção Stockler, mais tarde capitão-general destas ilhas, que no seu *Ensaio historico sobre a origem das mathematicas em Portugal* ([79]) se refere à cópia da livraria do Duque de Lafões, como veremos adiante; D. Fr. Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva, que cita ([80]) uma das existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, reportando-se ao testemunho do bibliotecário-mor Dr. António Ribeiro dos Santos, de modo que nos leva a supor que naquele momento só existia uma naquele estabelecimento; José de Torres, que menciona algumas em vários tomos dos manuscritos das suas *Variedades;* e Inocêncio Francisco da Silva, que só para o suplemento do seu *Diccionario Bibliographico Portuguez* ([81]) tem conhecimento do Dr. Fructuoso, acusando a existência de seis cópias, isto ainda assim, por informação do Dr. João Teixeira Soares. Jorge César Figanière e José Carlos Pinto de Sousa, respectivamente na *Bibliographia Historica Portugueza* ([82]) e *Bibliotheca Historica de Portugal e seus Dominios Ultramarinos* ([83]), tendo, como se vê, tratado especialmente de bibliografia histórica, nada dizem.

Finalmente, no seu último quartel, surge o grande esforço que para o estudo da bio-bibliografia do nosso cronista empregou o Dr. Ernesto do Canto, investigador de altíssimo merecimento, que com notável critério científico tratou vários pontos da nossa história, como o atesta toda a sua obra que é, ao mesmo tempo, prova eloquente de muito trabalho e honestidade; a ele devemos, no desfazer de lendas e no desenredar de emaranhadas confusões, o estabelecimento de algumas verdades históricas.

Para a bibliografia, que é a parte que nos interessa, deixou-nos a notícia do manuscrito original que se vê na *Bibliotheca Açoreana,* vol. I, pág. 129, e apontamentos de diversas cópias que agrupou sob o título *Breve notícia sobre as copias das Saudades da Terra do Dr. Fructuoso,* a qual vai da mesma pág. 129, *ad calcem,* até à 132; seguem-se-lhe acrescentamentos no suplemento àquele vol., pág. 436 e no vol. II, pág. 102. São vinte e duas, ao todo, as cópias de que nos dá conhecimento.

Constituem estes estudos do Dr. Ernesto do Canto a primeira tentativa bibliográfica das *Saudades da Terra* e é sobre eles que agora organizamos este novo ensaio. Tivemos primeiramente tenção, quando pensamos na elaboração deste estudo, de os reeditar, pura e simplesmente, acompanhados dos necessários acrescentamentos; estes, porém, foram-se avolumando de forma tal, que, juntamente com novas espécies que surgiram, tornavam impossível conservar a desejada boa ordem, motivo porque achamos conveniente traçar uma nova orientação, procurando conseguir a sistematização que estes trabalhos requerem. Seja isto dito sem o menor desprimor para com a memória do eminente historiógrafo micaelense, incansável trabalhador e seguro guia de todos quantos tratam de velharias açorianas, à qual rendemos o preito do mais vivo culto e a maior das considerações.

* * *

Para melhor método e facilidade de busca, dividimos este trabalho nas três partes naturalmente indicadas.

A primeira sobre o manuscrito original, cujo imperfeito conhecimento dá lugar a muitas hesitações e dúvidas; diremos o que conseguimos saber, baseando-nos naqueles que noutro tempo puderam vê-lo.

A segunda abrange as cópias, mais ou menos importantes, de que temos conhecimento. Na impossibilidade da sua colocação por ordem cronológica, como desejávamos, por ser a de mais vantagem para a sequência da sua curiosa filiação, pois descendem umas das outras como vergônteas do mesmo tronco, entendemos reparti-las em três sub-divisões: 1.ª — as

existentes nas bibliotecas públicas nacionais e estrangeiras, começando pelas que se conservam na Biblioteca Pública desta cidade, às quais seguem depois as da Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca Pública do Rio de Janeiro e Biblioteca Real de Edimburgo; 2.ª — as que existem em poder de particulares; 3.ª — as de que se ignora o paradeiro, talvez na sua maior parte já destruídas. Dentro dos respectivos agrupamentos, procuramos seguir, o melhor que pudemos, a ordem cronológica dos seus copistas ou, na ignorância destes, a dos seus possuidores, afim de ficarem, tanto quanto possível, devidamente localizadas na época a que pertencem.

A terceira e última parte compreende os impressos, os quais também julgamos útil dividir em três secções: 1.ª — as edições especiais; 2.ª — os capítulos mais ou menos numerosos transcritos em obras de outros autores; 3.ª — os capítulos espalhados pela imprensa periódica.

Do contexto de todas estas espécies não podemos garantir a absoluta fidelidade e completa inteireza, porque seria em extremo fatigante o demorado confronto com aquelas que merecem confiança, sobre ser impossível realizá-lo em muitas que não temos à mão.

Como certa temos também a inevitável duplicação que se dará entre algumas espécies manuscritas, inconveniente a que não podemos obviar por falta, que obsta assim à identificação que seria para desejar, das necessárias marcas de copistas, possuidores, ou quaisquer outros esclarecimentos que entre elas fizessem distinção.

Toda a numeração dos livros e capítulos é referida sempre ao *Índice das Saudades da Terra e do Ceo* mandado extrair do original pelo Dr. Ernesto do Canto e publicado no *Archivo dos Açores,* vol. I, pág. 409 a 434, e *Bibliotheca Açoreana,* vol. I, pág. 133 a 155. Como na composição de ambas as publicações saltou o capítulo XLIX do Livro II, aqui damos o respectivo título:

CAPÍTULO XLIX — *Como o Capitam Simão Gonçalves da Camara foi feito Conde da Calheta, e de outras mercês que lhe El-rei fez; de sua edade, costumes e falecimento.*

De outras particularidades, como folhas desaparecidas e outras que presumivelmente foram introduzidas e modificações e alterações ao texto de Fructuoso, tratamos adiante no estudo do autógrafo; um facto, contudo, queremos desde já salientar: o aparecimento da maior parte do capítulo XLVI (Ilha das Flores) do Livro VI, que o Índice dá como não existente, juntamente como o XLV, falta motivada pelo desaparecimento de quatro folhas (aliás duas: quatro páginas), o qual se encontra na cópia da Biblioteca da Ajuda. Pela parte que restou, pode-se considerar que só faltarão poucos dos primeiros parágrafos.

* * *

Postas estas considerações preliminares, em que julgamos conveniente apontar, ainda que sucintamente, as razões do desconhecimento de parte da obra do nosso cronista, e que nos impede de a tratarmos no seu conjunto, as fontes que nos serviram e as que presumivelmente virão a servir para o melhor e mais completo estudo, e o intuito que nos levou a proceder às divisões que estabelecemos, resta-nos, agora e finalmente, pedir benevolência para os lapsos e omissões que se notem no decorrer deste ensaio, para os quais esperamos nos sirva em parte de desculpa, sobre a nossa insuficiência, a precipitação com que tivemos de ordenar estes apontamenos e a distância a que nos encontramos de algumas espécies, para as quais nos tivemos de servir de informações às vezes deficientes.

Que nos seja também levada em conta a convicção de ser nosso único intuito, ao traçar este quadro bibliográfico, o de prestar o nosso modesto concurso à comemoração quatri-centenária do nascimento da notável e complexa personalidade que foi, como homem e como escritor, o Dr. Gaspar Fructuoso — o insigne cronista e virtuoso varão que ao recusar um dia, *si vera est fama,* com o governo da mitra de Angra, a sua elevação às dignidades prelatícias, que em vida lhe dariam honras e prerrogativas de *príncipe* na Terra, certamente não julgaria ficar, como veramente se conserva na memória dos tempos, pelo valor e pela cronologia, o *príncipe*

daqueles açorianos que, na ordem intelectual, à sua terra têm dedicado a valia do seu talento e o préstimo do seu labor.

Ponta Delgada, Agosto de 1922.

João de Simas

— I —

O AUTÓGRAFO ([84])

a) SAUDADES DA TERRA

In fol. de 580 (?) fls. [7-302, 307-585, 588-592 (?)]

LIVRO I — Em que se trata como a Fama veio ter com a Verdade que estava solitária em uma serra da Ilha de S. Miguel, onde a Verdade conta o descobrimento das Ilhas Canárias e de Cabo Verde e Índias de Castela, e das razões prováveis contra duas opiniões que há das Ilhas dos Açores, e por fim põem algumas conjecturas dos primeiros e antigos descobridores delas.

Capítulos I a XXXII. Fl. 7.

LIVRO II — Em que trata do descobrimento da Ilha da Madeira e suas adjacentes, e da vida e progénie dos Ilustres Capitães dela.

Capítulos I a LI. Fl. 63.

LIVRO III — Em que trata do descobrimento da Ilha de Santa Maria, que foi a primeira que se achou das nove chamadas dos Açores, e da vida e progénie de seus Capitães e Comendadores.

Capítulos I a XXVI. Fl. 142

LIVRO IV — Em que trata do descobrimento da Ilha de S. Miguel e da vida e progénie dos Ilustres Capitães dela, e dos seus moradores e de algumas coisas que nela aconteceram.

Capítulos I a CXI (o CXII não chegou o autor a escrevê-lo) e CXIII. Fl. 180.

LIVRO V — História de dois amigos da Ilha de S. Miguel.

Capítulos I a XXXI. Fl. 444.

LIVRO VI — Em que trata do descobrimento das Ilhas Terceira, S. Jorge, Fayal, Pico, Graciosa, Flores e Corvo.

Capítulos I a XXXIV (o XXXV não chegou a ser escrito), XXXVI a XLIV (ficou incompleto, e o XLV desapareceu), XLVI (resta parte) a XLIX. Fl. 486.

(b) SAUDADES DO CEO

In fol. de 15 fls. (5—19).

Capítulos I a IV e mais 3 fls. com *Lembranças para as Saudades do Ce*o,

São pois duas espécies diversas, pelo título e numeração das fls., as *Saudades da Terra* e as *Saudades do Ceo,* reunidas no mesmo vol. depois, supomos, da morte do autor, e não esta a continuação da primeira, como erradamente muitos supõem, chegando até a chamar-lhe *Livro VII* ([85]).

Eis o que se pode concluir do *Índice das Saudades da Terra e do Ceo,* mandado extrair do original e publicado pelo Dr. Ernesto do Canto no *Archivo dos Açores e Bibliotheca Açoriana,* como já referimos ([86]), exceptuando-se o que diz respeito à falta de fls. 303-306 e não existência do cap. CXII do Liv. IV, cujo informe tiramos da cópia do Morgado João de Arruda Botelho e Câmara, adiante descrita, e ao aparecimento de enorme parte do cap. XLVI do Liv. VI, que se encontra na cópia da Biblioteca da Ajuda e que o *Índice* dá como completamente desaparecido.

O Dr. Ernesto do Canto, que em 1876 compulsou o autógrafo, termina assim a notícia que dele dá na *Bibliotheca Açoriana,* vol. I, pág. 129:

"O volume está protegido por uma capa de couro grosso, e tem mais de 600 páginas *(aliás folhas)* de primorosa escrita. As primeiras páginas parecem ser de gravura, tam regular e egual é a forma da letra! A caligrafia do princípio do volume vai a pouco e pouco sendo menos bela, sem deixar nunca de ser perfeitamente inteligível. As linhas são muito juntas e cada pagina, sem margens, não terá menos de quarenta linhas. As folhas das *Saudades do Ceo* que se encontram no fim do volume, em vez de serem um trabalho posterior às *Saudades da Terra,* revelam, pelo contrario, que foram escritas por mão muito firme e quando o autor gosava de boa vista, sem o que não poderia escrever com letra tão miúda e compacta".

Na pág. seguinte, ao tratar da cópia do Morgado João de Arruda, acrescenta:

"Quem ler desprevenido esta copia julgará que o autografo do Dr. Gaspar Fructuoso está muito viciado por aditamentos, entrelinhas e adulterações, feitas por mão estranha. O Sr. João de Arruda notou na sua copia todas as alterações que encontrou, e com muita acrimonia se exprime a respeito delas e de quem as fez. Pede, porém, a justiça se diga, que muitas das entrelinhas são da propria letra do Dr. Fructuoso que, não tendo margens suficientes para lançar as correcções, as escreveu em letra muito miúda em entrelinhas. A observação cuidadosa do autografo que fizemos, inclina-nos a julga-las do próprio autor, e levou-nos a este resultado a comparação da letra d'elas com uns apontamentos que se acham no fim do volume original no Liv. 7 com o título de apontamentos para as *Saudades do Ceo,* escritas em letra muito miúda e semelhante à das emendas que se encontram nos livros anteriores".

"Tivemos também muitas ocasiões de verificar nos registos publicos a veracidade das emendas feitas no texto original pelo autor ou por outrem, com o fim, não de viciar o trabalho, mas sim, de aperfeiçoa-lo".

"A verdade também exige se declare haver notas e substituições, de letra indubitavelmente diversa, feita talvez pelos Jesuitas possuidores do volume original quase dois séculos."

A pág. 25 do mesmo vol. da *Bibliotheca Açoriana,* ao tratar do Jesuíta António Leite ([87]), diz ainda:

"São talvez do Padre Antonio Leite algumas emendas e retoques que se encontram, por letra diferente, na autografo das *Saudades da Terra...".*

Sem entrar em considerações sobre a autenticidade de entrelinhas lançadas em limitadíssimo espaço que não permite curso livre ao natural talhe da letra, tornando-se por consequência difícil reconhecê-la, e sem curar do maior ou menor valor ou verdade das notas e acrescentamentos, ainda que feitas no louvável intuito de corrigir ou aperfeiçoar, conclue-se destas transcrições a manifesta adulteração do texto original, pelo próprio Dr. Ernesto do Canto verificada, apesar de só se referir a *emendas e retoques* e deixar em claro, sem sobre eles se pronunciar abertamente, factos de maior gravidade, como sejam capítulos introduzidos, folhas deslocadas, etc., limitando-se a fazer geral prevenção contra as indicações de João de Arruda, não querendo ligar maior importância às anotações deste, para quem neste assunto, temos que olhar com a consideração especial que deve merecer a sua grande familiarização com o original, do qual leu todas as páginas, notas e acrescentamentos no extenuante trabalho de cinco anos, que tanto levou a fazer a sua cópia.

Não podia talvez o Dr. Ernesto ter notado, na relativamente ligeira compulsão que do original fez, ainda que afirme ter feito estudo cuidadoso, muitas das diferenças que o Morgado Arruda aponta, nas quais pôde reparar por ter passado demoradamente por todo o volume.

O Morgado João de Arruda, um dos homens de maior destaque na sociedade micaelense do seu tempo, é para merecer algum crédito; dado a estudos históricos, principalmente de genealogias, todos os seus trabalhos revelam, senão inteligência de desmedida robustez e poderosas faculdades de crítica, ao menos o cuidadoso amor que lhe mereciam as cousas antigas, que lhe consumiram grande parte da vida. Só o tempo, porém, lhe poderá dar ou negar razão. ([88])

Vejamos algumas ([89]) das alterações que encontrou no autógrafo de Fructuoso e que ia cuidadosamente anotando ao passo que prosseguia na cópia e extratos dos diversos livros:

Livro I — Nada notou de anormal, o que confirma a hipótese de ser este o único livro que o autor deixou revisto e pronto para a impressão.

Livro II — Cap. XX, a seguir às palavras ...*Diogo Teixeira, filho do terceiro donatário de Machico, tem duas filhas que não herdaram a capitania,* diz: "E tudo o mais até o fim deste capítulo e até o capítulo 30 inclusivo não está por letra de Fructuoso"...; cap. XXX: "ainda que este capítulo não está por letra de Fructuoso como atraz disse"...; cap XXXI: "cujo princípio e duas regras mais deste capítulo não estão por letra de Fructuoso e o mais até o fim dele está por letra do dito autor"; cap. XXXII: "que está emendado na conta e parece-me 23, e que os capítulos 20 até 29 que tratam dos elogios de Tristão Vaz da Veiga foram acrescentados a este livro e mesmo não estão por letra do autor, como atraz tenho dito"; cap. XXXIII: "que também está emendado somente na conta"; cap. XXXIV e XXXV, *idem;* cap. XLI: "que está emendado na conta e riscado em muitas partes e finalmente acabado por letra diferente...; cap. XLII: "cujo capítulo inteiro não está por letra de Fructuoso"; cap. XLIII: "que também não está"; cap. LI: "que também está emendado na conta, como estão todas as atraz desde que neste livro se introduziram os louvores de Tristão Vaz da Veiga".

Livro III — Cap. III, no final: "e pela tal letra diferente se explicam muitas genealogias, que por eu as conhecer fabulosas, em parte as não copio"; cap. IV: "Cujo elogio do Dr. Daniel da Costa está pela dita letra diferente e foi introduzido aqui, tendo-se viciado em parte o capítulo 3, cujo fim achei por letra de Fructuoso no fim do dito Contraponto, no princípio da folha acima do capítulo 5, o qual se percebe ser o 4, cujo fim do sobredito capítulo 3 diz o seguinte": *nomeados no processo da historia que viram com seus olhos...* "o qual fim bem claro está ser do capítulo 3, o qual penso ser viciado por duas causas: a primeira foi o querer exaltar os povoadores de S. Maria com aquelas palavras que traz o P.e Cordeiro no liv. 4, cap. 2, fol. 99 § 9 *in fine" — todos foram do conselho dos reis e muitos, seus privados...* "é verdade que o dito capítulo 3 faz este elogio aos Velhos, mas não está escrito por letra de Fructuoso; a segunda causa porque foi viciado o dito capítulo 3, julgo ser para infamar a Jorge Velho, pois no sobredito capítulo 3 diz a dita letra diferente que Jorge Velho era sobrinho de el-rei de Fez e que não merecia casar com África Anes"; cap. V: "que bem se percebe ser o 4 e está emendado na conta por introduzirem o contraponto"; cap. VI: "que está emendado na conta"; cap. VII: *idem;* cap. XIII: "que bem se vê ser o 12"; cap. XVI: "que bem se vê ser o 15"; cap. XIX: "que está emendado na conta e era realmente o capítulo 18"; cap. XX: "que é realmente o 19" ...e no final: "e segue-se o capítulo 22 que está emendado na conta, porém devemos tornar atraz a fl. 172, a qual folha se introduziu para se acabar o dito capítulo 20 e se meter de novo o capítulo 21, que todo está escrito por letra diferente, e se faz muito suspeitoso este vício por ir o dito capítulo 20 seguido acabar a fl. 175, por letra de Fructuoso, como acima dissemos"; cap. XXI: "que, como já disse, se introduziu aqui"; cap. XXII: "que está pegado e junto ao capítulo 20 e principia aonde este acaba por letra de Fructuoso".

Livro IV — Cap. III: "a que neste princípio rasgaram uma folha e introduziram outra por letra diferente"...; cap. VIII: "No princípio deste capítulo está por letra diferente e miúda o seguinte: *"Segundo afirmam antigos, estando o Infante D. Henrique... cada um julgue o que melhor lhe parecer* ([90]), "e o que está por letra de Fructuoso é o que segue, que bem claramente se vê ser o princípio do capítulo..."; cap. XXIX: *Dos Pavões, povoadores da Vila de Agua de Pao* "(aqui riscaram as palavras seguintes, mas contudo se lê em a letra do autor)" *mais antigos nesta Ilha que os Oliveiras;* cap. XXX: "no princípio deste capítulo está por letra miúda e diferente o seguinte": *A geração dos Vasconcelos..., deixando aqui o seu filho;* "e o que está por letra de Fructuoso é o seguinte que bem se vê ser o princípio do capítulo"...; cap. XXXVII: "o qual não

está escrito por letra de Fructuoso, nem os seguintes até o capítulo 50 inclusivo, que todos se acham em um caderno de papel de marca mais pequena que a do livro a que se acha encorporado o dito caderno, o qual está escrito por letra miúda que imita letra de imprensa"; cap. L, no final: "e aqui acaba o caderno da letra diferente"; cap. LI: "Deste capítulo em diante torna a continuar a letra do autor", e no final do § 61 diz: "aqui furtaram quatro folhas pois no livro se vê que de fls. 302 passam a 307 e a palavra — nosso — que é a última que está no fim de fl. 302 não está repetida na seguinte folha, como o autor costuma"; cap. LII: "que está emendado na conta mas segundo a ordem que o autor leva adiante parece estar certo"; cap. LIII: "aqui está descoberta a causa porque furtaram as quatro folhas de que fiz menção no capítulo 51, § 61, e vem a ser e me parece que nas ditas quatro folhas se incluía o capítulo 52, cujo fim eles uniram ao dito cap. 51 e emendaram o capítulo 53 em 52, como claramente se vê deste último capítulo que o autor ([91]) contava por 53, do qual fizeram dois capítulos, um até o § 48, chamando-lhe capítulo 52, e do fim do dito capítulo 53 do autor é que fizeram este capítulo 53, afim de não lhe ser necessário emendar adiante a letra da conta dos capítulos do autor, que por esta ideia lhe vem a cair certa; prova-se isto porque o autor, pela sua letra, dá princípio na folha antecedente ao parágrafo seguinte com palavra — no ano — como atraz disse, e se ele quizesse que este fosse o capítulo 53 havia por na folha atraz a palavra capítulo, como ele costuma, e bem se vê estar a cabeça e conta deste capítulo por letra diferente"...; cap. CII, no final: "aqui está acrescentado pela mesma letrinha miúda que viciou o capítulo 8, de Jorge Velho, e fez o que quiz de Fructuoso em muitas partes dele, e diz" — *Capítulo 103, Dos mortos e feridos,* etc. — "quando se vê ser tudo o mesmo capítulo 102 e estarem adiante os capítulos emendados"; cap. CIII: "que está emendado em 104"; cap. CIV: "que está emendado em 105"; cap. CV: "que está emendado em 106"; cap. CVI: "que está emendado em 107"; cap. CVII: "que está emendado em 108"; cap. CVIII: "que está emendado em 109"; cap. CIX: "que está emendado em 110. Aqui está acrescentado pela mencionada letrinha mais um capítulo que diz" — *Capítulo CXI,* etc. — "e continua o parágrafo quase pegado ao de cima, por onde julgo que tudo isto é o capítulo 109 até ao fim". No final: "aqui está acrescentado pela sobredita letrinha" — *Capítulo 112,* etc. "e segue o" — *Capítulo 113,* etc., "e continua o parágrafo seguinte e último pegado ao de cima"; a seguir ao parágrafo, que é pequeno, diz: "e parece que aqui acaba, porém sem acabar a lauda passou a outra folha e diz o seguinte"...

Livro V — A epígrafe deste livro, que no *Indice* publicado na *Bibliotheca Açoriana* é somente *História de dois amigos da Ilha de S. Miguel,* é, nesta cópia de João de Arruda, a seguinte: *Livro quinto das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso, natural da Ilha de S. Miguel, em que se contão, na história de dois amigos, uns honestos amores que aconteceram nela.* No final: "Fim do Livro quinto que todo está por letra de Fructuoso, o qual é cheio de muitos versos e obras poeticas, e finalmente promete dar notícias das Ilhas de baixo, mas o descobrimento delas e todo o mais fim do Livro 6.º não está por letra do autor".

Livro VI — O título deste livro é também nesta cópia mais completo do que no *Indice: Livro 6 das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso em que brevemente se trata do incerto descobrimento da Ilha Terceira, S. Jorge, Faial, Pico, Graciosa, Flores e Corvo, suas adjacentes, e do que se pode saber da vida e progenie dos Capitães delas e seus habitadores, e de algumas cousas que n'elas aconteceram.* Cap. VII: "aqui traz Fructuoso ([92]) a doação", etc.; cap. XXXIV, no fim: "falta o capítulo 35 ([93]), porém as folhas estão certas em Fructuoso"; cap. XLIV: "este capítulo tem somente o princípio porque faltam aqui duas folhas em Fructuoso, que são 586 e 587 e a fls. 588 trata já da Ilha das Flores e vem a faltar os capítulos 45 e 46 ([94]) e deste último está o fim, às ditas fls. 588, que trata da descrição da Ilha das Flores, segundo o que eu percebo do seu conteúdo", etc.; cap. XLIX ([95]): "e com este capítulo creio que acabava o Livro 6 do Dr. Gaspar Fructuoso, do qual capítulo julgo que faltam algumas folhas. Segue-se um caderno que suponho ser o Livro 7 do Dr. Gaspar Fructuoso, em que trata das Saudades do Ceo", etc. Depois de mencionar os capítulos das *Saudades do Ceo,* fecha assim o volume: "e nada mais está com fama de ser do Dr. Gaspar Fructuoso, digo com fama, por não estar o Livro 6 e muitas mais cousas por letra sua".

Notemos também que as epígrafes dos livros começam invariavelmente, nesta cópia de João de Arruda, por: *Livro... das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso,* chegando a acrescentar numa: *natural da Ilha de S. Miguel,* palavras que não devem ser do cronista que, muito modesto e não costumando referir-se a si próprio ([96]), certamente as não escreveu, assim como não cremos que sejam do Morgado Arruda que, muito meticuloso, como acabamos de ver, não introduziria palavras da sua lavra, e, se o fizesse, distingui-las-ia do texto, como costuma. Só nos resta, em consequência, a hipótese de serem escritas por mão

estranha e a certeza de que se encontram no original, como demonstram muitas cópias anteriores ao Morgado Arruda, em que aparecem aqueles mesmos dizeres. ([97])

O próprio título que deram ou se dá ao volume, esse nome estranho, mas sugestivo, de *Saudades da Terra,* será também o que Fructuoso lhe destinava? Registemos que Arruda, seguindo fielmente o original e notando tudo o que não era ou lhe pareceu não ser do autor, não deu à sua cópia este título, como seria natural, mas o de *Historia Inçulana (sic).* Ou o original não terá frontispício, no qual se dê nome a toda a obra? Se tivesse o de *Saudades da Terra,* com certeza o copiava, mesmo que não estivesse da letra de Fructuoso, diferença que acusaria como em todas as outras partes que lhe pareceram ou estão adulteradas; nunca lhe daria, porém, outro título. Ou está no original o de *Historia Insulana,* que Cordeiro teria adoptado? ([98])

Contudo, esta locução — Saudades da Terra — não é alheia, afora as referidas epígrafes dos livros, ao próprio texto. No Livro II, pág. 144 deste volume, § 2, encontra-se: "De qualquer maneira destas que seja, tudo são tristes *saudades do mundo e da terra,* que ha que comer, ou tarde ou cedo, a todos"... No Livro IV depara-se com uma designação mais exacta, que não sabemos se se refere ao volume todo, se só ao Livro V, como adiante veremos. É assim o final do referido livro:

..."nesta de S. Miguel, de cuja narração faço, Senhora, o fim, ainda que o não tem as *Saudades da Terra,* nem menos as do *Ceo,* que os dois amigos, seus naturais, nela e fora dela tiveram".

"Dizendo eu à Fama, isto é, Senhora, o que pude saber desta Ilha de S. Miguel, afora a *Historia dos dois amigos* que nela houve, que é larga de contar, nos fomos por entre mato praticando e comendo das uvas da serra, pretas, roxas e brancas, e das alvas camarinhas que se parecem na cor e grão com o fino aljofre, recolhendo-nos em nossa sombria pousada, onde passamos escura noite às vezes dormindo, outras falando claras e amorosas palavras, agradecendo ela o trabalho passado de lhe dizer tantas particularidades desta terra, mostrando-me desejar de me meter em outro de também lhe contar a *Historia dos dois amigos* que houve nela, como amanhecesse e depois que o sol começou a alumiar a face da terra, nos fomos assentar no costumado lugar, junto da grande e fresca ribeira, onde passamos ambas o que adiante direi".

De muita importância será saber-se que este último período, que na cópia de João de Arruda vem no final do Livro IV, na cópia da Biblioteca da Ajuda, cuja factura deve ser pouco posterior à morte de Fructuoso, porque pertenceu a Martim Gonçalves da Câmara, célebre padre jesuíta, valido de D. Sebastião, vem no fim do Livro VI, o que de alguma maneira nos leva a concluir que primitivamente o Livro V esteve no fim de todo o volume, se é que dele fazia parte, o qual depois colocaram no fim da Ilha de S. Miguel, por serem os *dois amigos* dela naturais ([99]).

A lição, porém, do manuscrito da Ajuda, apresenta considerável diferença desta, principalmente na troca das palavras — Ilha de S. Miguel — por — Ilhas dos Açores —, o que parece indicar que tendo-se mudado a situação do Livro V, igualmente se transportou para o fim do Livro IV estes dizeres que àquele diziam respeito. Se se admitir a hipótese de ter sido feita a cópia em vida de Fructuoso, pode-se julgar a mudança, depois daquela concluída, da mão do próprio autor.

Termina assim a cópia da Ajuda:

"Dizendo eu à Fama, isto é, Senhora, o que pude saber *destas dos Açores e mais Ilhas,* afora a *Historia dos dois amigos* que é larga de contar, nos fomos por entre mato praticando, comendo das uvas da serra, pretas, roxas e brancas, e das alvas camarinhas que se parecem na cor e grão com o fino aljofre, recolhendo-nos em minha sombria pousada onde passamos escura noite às vezes dormindo, outras falando claras, amorosas palavras, agradecendo ela o trabalho passado de lhe dizer tantas particularidades *d'estas Ilhas,* mostrando-me desejar de me meter em outro de também lhe contar a *Historia dos dois amigos* que houve nesta de S. Miguel, como amanhecesse, do qual trabalho me escusei por imaginar tereis enfadado *(sic)".*

De notar é também que os autores antigos, desde Fr. Francisco Brandão a D. António Caetano de Sousa e outros, lhe chamam sempre *Historia das Ilhas.* Parece-nos que o primeiro que refere este título de *Saudades da Terra* é o P.e Cordeiro, dizendo, na sua *Historia Insulana,* Liv. II, cap. II, § 22 *in fine:* ..."deixou um grande tomo, chamado comumente

Descobrimento das Ilhas; e a que ele intitulou *Saudades da Terra;* e lhe ia ajuntando outro a que chamavam *Saudades do Ceo"...*

Que prova teve Cordeiro de que não fosse o próprio Fructuoso quem deu o nome de *Descobrimento das Ilhas ?*

Fr. Agostinho de Mont'Alverne, nas suas *Chronicas da Província de S. João Evangelista,* vol. II, cap. II, § 9, que se vê atraz a pág. LXXIV ([100]), diz: "O tempo que lhe restava de pastorear as ovelhas, gastou em fazer um livro do *descobrimento das ilhas* de Canárias, de Cabo Verde, Madeira, Corpo *(sic)* e destas nossas, em que dá notícia não só dos primeiros que nelas entraram e dos honrados troncos que nelas plantaram, mas ainda das igrejas, conventos e mosteiros que nelas fundaram"... Mont'Alverne, mais digno de crédito do que Cordeiro, não conheceu e não refere o título de *Saudades da Terra* ([101]).

Dos cronistas açorianos, parece-nos mais preciso Francisco Afonso de Chaves e Melo, que na *Margarita Animada* ([102]), pág. 346, diz, referindo-se a Fructuoso: "Todo o tempo que lhe restava da sua paroquial obrigação gastava na composição de alguns livros, e à sua curiosidade devem todas estas Ilhas o conservarem-se escritas em um grande tomo as verdadeiras notícias de seus descobrimentos, e as genealogias dos seus primeiros povoadores, escrevendo neste particular de sorte que a ninguém desagradou, sendo perigoso e difícil assunto o contentar a todos, em cujo tomo, com *outros dois manuscritos* da sua própria letra, a que ele intitulou Saudades da Terra, e Saudades do Ceo"...

Será assim? Chaves e Melo, porém, é, como Cordeiro, de reputação bastante duvidosa...

Deve reparar-se, no entanto, na sua maneira de dizer, tão diferente de Cordeiro, cuja *Historia Insulana* foi publicada seis anos antes da *Margarita.*

Algumas outras anotações de João de Arruda parecem-nos dignas de nelas se meditar.

Assim, notemos que na cópia da Biblioteca da Ajuda o Livro II não contém os nove capítulos, XXI a XXIX, que encerram os louvores de Tristão Vaz da Veiga, donatário de Machico, seguindo-se nela ao capítulo XX o actual XXX com o número XXI. Este facto parece corroborar o que afirma o Morgado Arruda, quando diz insistentemente e adiante confirma não estarem estes nove capítulos do punho de Fructuoso. Outro tanto refere dos capítulos XXX e XLIII, que, contudo, existem naquela cópia, como do XLII, o qual trata de D. Francisco de Lemos ([103]), Bispo do Funchal, e não vem naquele apógrafo. João de Arruda vai notando, como se vê das transcrições que fazemos, a numeração sempre modificada desde o capítulo XX até ao final do livro.

Registemos também que Fructuoso não dedica nove capítulos a nenhum dos donatários desta Ilha de S. Miguel, o que seria mais natural, tratando-se da terra onde nasceu, viveu e morreu e conhecia melhor, tratando-se da terra onde nasceu, viveu e morreu e conhecia melhor, como o atesta a grande extensão do Livro IV. Não nos parece, pois, que tão desenvolvidamente quisesse tratar do donatário de parte de uma Ilha que não era a sua.

Quanto ao Livro III, este que agora sai a lume, achamos de bastante interesse a nota de João de Arruda relativa ao capítulo III, na qual diz ter encontrado o fim deste capítulo na fl. 154, em que começa o capítulo V, o que confirma a sua hipótese de ter sido outrem quem, a fls. 148, introduzisse o capítulo IV, que consta do enfadonho *Contraponto* ou vida de D. Francisco de Lemos ([104]), da autoria do Dr. Daniel da Costa. Poderá admitir-se que tenha sido o Dr. Fructuoso quem truncasse o próprio texto daquele seu capítulo?

João de Arruda vai notando depois as emendas da numeração dos capítulos que primitivamente era de menos um, a qual teve de se alterar por se lhe ter metido mais este. O mesmo diz dar-se com o capítulo XX, cujo final se encontra a fls. 175, tendo se introduzido, com a folha anterior, o capítulo XXI, que atesta não ser de Fructuoso.

Com este capítulo XX do Livro II passa-se um facto que reputamos também de algum interesse e é o de se encontrar em algumas cópias, todas do mesmo tipo, do Livro IV, logo a seguir ao capítulo XXXVI, com a nova numeração de — capítulo I —, na qual, de II a VI, seguem os capítulos LI a LV.

A falta nestas cópias dos capítulos XXXVII a L, que formam a descrição de S. Miguel, desculpa de algum modo uma das mais graves notas de João de Arruda, na qual afirma não pertencerem à autoria de Fructuoso estes capítulos. Porém, como diz estarem por letra

imitando a de imprensa, por consequência de difícil senão impossível confronto com a caligrafia usual do cronista, e por se conterem, segundo afirma, em um caderno de papel de marca mais pequena do que a do resto do volume e ainda por se acharem no apógrafo da Ajuda, sentimos certa repugnância em poder julgar não ser do nosso cronista a deliciosa e esmiuçada descrição da sua terra ([105]).

Pode talvez supor-se andar aquele caderno, ao tempo da factura, de protótipo das mais usuais cópias do Livro IV, separado do volume. Colocado ou reposto mais tarde no seu lugar, aparecem os capítulos em outras cópias, conservando aquelas a sua falta e a falsa numeração. O que não sabemos explicar é a cópia no Livro IV do referido capítulo XX do Livro III. Talvez que por tratar de um filho de S. Miguel, os copistas o incluíssem no livro que a esta Ilha diz respeito.

Quanto ao Livro VI, não sabemos que pensar da insistência com que João de Arruda assegura não ser de letra de Fructuoso. Teria o cronista deixado, por sua morte, muitos apontamentos destinados àquele Livro, que outrem, talvez o Padre António Leite, poria em ordem e conservando o mais possível as próprias frases teria acrescentado ao volume? Se o Livro é de Fructuoso, tem algum interesse a seguinte frase que se encontra no fim do cap. I: "Isto é, Senhora, o mais antigo que soube do descobrimento da Ilha Terceira e das outras além sem alcançar precisamente o tempo em que e como e de quem foram achadas, o que pode ser que vós inquirindo e examinando achareis e descobrireis, depois que lá fordes. *Direi somente algumas cousas delas e principalmente da Ilha Terceira no estado em que estava antes de ser tomada e saqueada".* Não parecem estas palavras indicar que Fructuoso só deixou alguns capítulos tratando da época anterior às *alterações da Ilha Terceira,* pelo que não lhe devem pertencer os que tratam dos sucessos de D. António e de factos posteriores? ([106])

Reparamos também que João de Arruda não notou emendas na numeração das folhas. Teria esta sido feita por Fructuoso? Ou, tendo de intercalar capítulos novos, à maneira que ia ordenando os seus apontamentos, preferiu não a fazer para no fim a colocar certa? Como se explica, se a numeração foi feita pelo autor, a mudança de folhas que João de Arruda nota?

Perdemo-nos no meio de tantas dúvidas e afirmações contraditórias, por entre as quais se buscará inutilmente o fio da oculta verdade.

Não tendo, pois, bases em que possamos assentar, para a resolução, em última análise, do assunto, procuraremos somente estabelecer algumas conjecturas que nos parecem mais de presumir.

O Livro V, as primitivas *Saudades da Terra,* deve ter sido o primeiro composto, talvez começado ainda em Salamanca. Absolutamente desconhecido, porque nenhum copista o trasladou, a não ser para alguma das cópias cujo conteúdo ignoramos, dele só resta o índice dos trinta e um capítulos que contém, pelos títulos dos quais se pode inferir tratar-se de uma auto-biografia. Neles se encerra presumivelmente a história da mocidade aventurosa de Fructuoso, aqueles dez anos de Salamanca, vividos dos 26 aos 36 ou 37 anos, prenhes de audácia e plenos de ilusões. ([107])

Vejamos em resumo dos títulos dos seus capítulos a curiosa *História de dois amigos,* à qual Cordeiro, João de Arruda e Ernesto do Canto não concederam a mínima importância.

Mandado pelo pai a terras estranhas (cap. II), para lá aprender, *Philomesto* — o nosso Gaspar Fructuoso? — perdendo-se de um mercador que o acompanhava, vai dar a uma serra, entre uns pastores que o agasalham, dentre os quais o maioral do fato ([108]) manda ou aconselha os pastores a guiá-lo à corte de *Narfendo* — Fernando — (No cap. XXII refere-se a um *Narfendo,* seu grande amigo, sendo uma sua aventura a causa deste vencer a seus inimigos. No cap. XVII refere-se ainda ao reino de Narfendo. As palavras *reino e côrte* devem ser tomadas em sentido figurado, pois deve tratar-se de um paço ou casa solarenga que Phlomesto frequentasse).

No castelo de *Ricatena* — Natércia ([109]), Caterina ([110]), protege-a contra três cavaleiros irmãos, vencendo-os em combate (cap. V e VI); e pouco depois livra de uns salteadores um irmão do mercador que o acompanhou, a quem depois encontra hóspede de seu pai (cap. VII); até que se torna para a sua terra por novas que tem do falecimento deste, conhecendo e travando-se de amizade, nesta ocasião, com *Philidor* — talvez o Dr. Gaspar Gonçalves ([111]) — (cap. VIII).

Andando um dia na caça, chega aos paços do pai de *Thomariza* — Martha Roiz? Maria Tomazia? — de quem se enamora e a quem intenta descobrir o seu amor (cap. IX), sobre o qual se faz uma écloga (cap. X). Não tendo conseguido abrandar o coração da esquiva donzela, sai da sua terra com *Aenio* — Joane — indo-lhes depois Philidor no encalço (cap. XI), ficando da partida dos três amigos um cantar (cap. XII).

No Largo das Rans (?) Philomesto e Aenio livram a esposa de um lavrador (cap. XIII), enquanto Philidor, andando em busca de Philomesto, vai ter aos paços de *Lamentor* (um dos anagramas empregados por Bernardim, que o faz irmão de *Aonia;* Manuel Tavares, de Estremoz, segundo o sr. Dr. Teófilo Braga ([112]), nos quais, vendo escritas as *Saudades* de Bernardim Ribeiro, faz uns versos em seu louvor (cap. XIV); indo depois ao Bosque de Bulcão (aliás Boscan ([113])), em que também estava *emboscado* Garcilasso de la Vega, faz dois sonetos em louvor de ambos (cap. XV).

Livra depois (cap. XVI) Philidor uma donzela chamada Guardarima — Miraguarda ([114]), Marguarida —, chegando em seguida, por outra aventura, ao *reino* de Narfendo, onde é bem recebido e festejado por amor de Philomesto (cap. XVII).

Acordando de um sonho triste, ouve um homem estar chorando ao longo do Rio Tormes (afluente do Douro que banha Salamanca), que com o grande frio estava coalhado (cap. XVIII), no qual reconhece Philomesto; determinam então ambos e Aenio de se tornarem para a sua terra, antes do que Philidor põe dois sonetos na eça do Príncipe D. João (m. em 2-1-1554), filho de D. João III, em umas exéquias fúnebres que naquela *estranha terra* por sua morte se fizeram (cap. XIX).

Acabam depois os dois amigos Philomesto e Philidor outra aventura nas torres de *Grimaldo* (?) e *Mirabel* — Belmira — (cap. XX), sendo em seguida tomados por salteadores; apartando-se Philidor, vai ter entre um arvoredo como álamo ([115]), onde a Ninfa tinha escrito a *Écloga de Crisfal* (cap. XXI), junto da qual escreve um louvor deste (cap. XXIII), enquanto que a Philomesto acontecia outra aventura, em que foi causa de Narfendo, seu grande amigo, vencer a seus inimigos, despedindo-se depois ambos para sempre (cap. XXII).

Philidor, entretanto, socorre um cavaleiro que achou pelejando contra outros, no qual reconhece *Natonio* — António ([116]), seu amigo, despedindo-se com propósito de voltarem para a sua terra depois que morre a mulher deste (cap. XXIV). Despede-se de Natonio, faz um soneto em louvor do grande poeta lusitano Luiz de Camões e chega à sua terra, onde encontra Philomesto que, perdidas as esperanças em Thomariza, se enamora de *Gurioma* — Guiomar ([117]) — que a morte logo lhe rouba (cap. XXV).

Enterra-se Gurioma (cap. XXVI) e Philomesto vai carpir suas mágoas para junto de uma ribeira ([118]) (cap. XXVII), acompanhado no grande desgosto pelo seu amigo Philidor, que compõe o epitáfio para a sepultura da querida morta (cap. XXVIII); em seguida vão ambos fazer vida solitária para uma serra, para onde o *Cavaleiro da Rocha (?)* envia a Philidor uma elegia (cap. XXIX), à qual responde (cap. XXX).

Termina com o cap. XXXI, cujo título é o seguinte:

— "Do que se diz de Philomesto e Philidor, que se foram desta Ilha a longes terras fazer penitência, e de um romance antigo que daquele tempo ficou de sua história".

Parece, pois, tratar-se da história da vida de Fructuoso naquele período de estudante na velha Salamanca, na qual, com seus amigos, todos rapazes cheios de vida, estúrdios e brigões, corria atrás das ilusões do amor em aventuras próprias do tempo, então ainda de ardente e plena *cavalaria.*

Aventuras e amores, tudo quis contar, talvez que para desafogo da própria *saudade,* seguindo o estilo suave e triste, tão em voga naquele período da sua vida, em que de boca em boca e em livro corriam os malogrados amores de Bernardim e Crisfal, pois é em 1554, quando cursava Salamanca, que aparece impressa em Ferrara a 1.ª edição conhecida da *Historia da Menina e Moça* ([119]), tendo junta a *Egloga de Cristovão Falcão, chamada Crisfal* ([120]). A leitura de ambas desperta-lhe o desejo de contar suas desventuras na mesma forma e estilo em que os dois bucólicos tão doridamente relatam as suas, o que faz usando também de anagramas a ocultar as verdadeiras personagens. É bastante evidente a influência que um e outro tiveram no seu ânimo, bastando ler com atenção os títulos dos capítulos para se notar a reminiscência que daquelas obras lhe ficara. O próprio título do que chamam Livro V — *Historia de dois*

amigos da Ilha de S. Miguel — é bem o mesmo da *Historia de dois amigos* — que a Dona, Senhora antiga, conta à Menina e Moça, assim como o de *Saudades da Terra,* que devia ter pertencido primeiramente só a esta parte, é lembrança daquele das *Saudades,* que o editor de 1558 dá à *Historia* de Bernardim.

Ou a influência dos dois poetas no seu espírito foi tão grande, naquele período de verdadeiro furor literário causado pelo aparecimento da novela e da écloga, que o Dr. Fructuoso teria composto a sua *Historia de dois amigos* num mero intuito literário, simples concepção idealista de uma novela de cavalaria, género tanto em voga no tempo, sem os factos nela descritos compreenderem as aventuras reais da sua vida. ([121])

Inclinamo-nos, porém, para a hipótese de ser a narrativa de factos da sua mocidade aventurosa e da de seus amigos, talvez os micaelenses que no tempo dele estudaram no lendário burgo salamanquino, dos quais não quis deixar de conservar, como maior recordação, as produções poéticas de Philidor — dos *dois amigos* o único que foi poeta. Devem ser as *saudades da terra* as suas recordações do *homem* do tempo moço, do tempo em que as responsabilidades da vida lhe não pesavam, na despreocupação natural de quem não sentia obrigações a cumprir.

Em seguida, demarcando bem a mudança de posição, começaria a compor as *Saudades do Céo,* em que já é o *padre* que fala, talvez com remorso de alguma loucura passada, como se depreende do cap. IV:

— "...como os dois amigos Philomesto e Philidor indo por um ermo, ouviram eco que parecia de um pecador arrependido que começava a fazer penitência".

Logo no princípio da sua composição surgir-lhe-iam cuidados de maior monta — os trabalhos históricos, sem dúvida — os quais dali em diante lhe absorvem completamente a atenção. Tencionando prosseguir para além do cap. IV, ia entretanto tomando nota de *lembranças,* isto é, de pontos que não queria deixar de referir.

Parece ser, pois, a segunda das suas composições o natural seguimento da primeira, com a qual formaria a auto-biografia completa.

Por certo temos que da exegese delas resultará o melhor conhecimento da sua vida, principalmente no que diz respeito ao primeiro período, quase desconhecido; assim como presumivelmente poderão conter alguma revelação que venha aclarar as vidas de Bernardim Ribeiro, Cristóvão Falcão e Sá de Miranda, porventura até algum elemento para a resolução definitiva do debatido caso do Crisfal.

Contudo, ou mero entretenimento literário, primeiro vôo do escritor tentando uma novela de cavalaria, ou autêntica história da sua vida, a que não quis deixar de dar um certo ressaibo romântico, as *Saudades da Terra* — a vida, a agitação, os amores e desventuras do homem — e as *Saudades do Ceo* — talvez o arrependimento daquela na meditação do padre —, devem ter sido as duas partes primeiramente compostas. O facto das *Saudades do Ceo* estarem escritas em letra tão miúda e compacta, que só podia o autor fazê-la quando ainda gozava de boa vista, como nota o Dr. Ernesto do Canto, é uma prova do que pretendemos afirmar. Infelizmente o Dr. Ernesto nada diz sobre a letra do Livro V, e João de Arruda só refere estar todo o livro pela de Fructuoso.

Abandonadas, pois, as *Saudades Ceo,* com propósito de mais tarde as continuar, dedicou-se inteiramente à grande criação da crónica, distraindo um pouco da sua actividade para os deveres do seu cargo, entre os quais a composição de sermões e meditações teológicas, que ia arquivando nos "deseseis manuscritos de sua Teologia", a que se refere Cordeiro.

Tomando apontamentos, ouvindo homens antigos, filhos dos povoadores, pedindo a amigos, alguns talvez dos tempos de Salamanca, informes e notícias das outras ilhas, percorrendo a sua e talvez algumas, senão todas, as do arquipélago açoriano e ainda outras, vai até ao fim da vida empregando grande diligência na reunião de materiais, coligindo-os, ordenando-os, apartando capítulos, agrupando livros.

Teria obedecido de princípio a algum plano preconcebido? Estabeleceria ele próprio a divisão dos livros? Que nome teria dado de princípio, e talvez sempre, à colossal crónica? A ordem dos capítulos e livros terá sido disposição sua ou doutrem? Até onde vai a adulteração do texto?

Interrogações de difícil resposta. A nós afigura-se-nos que o título primitivo seria o de *Descobrimento e successos dos Açores* (como aquela espécie anónima a que se refere D. Nicolau Antonio e como Chaves e Melo e Mont'Alverne deixam transparecer) e depois, em orientação mais larga, o de *Historia das Ilhas,* título que referem todos os autores antigos, circunstância que devemos ter sempre em vista.

Mais tarde, temendo a aproximação do fim da vida, que efectivamente se lhe extingue dali a breves anos, dedica-se ao aperfeiçoamento da sua obra ([122]), nessa altura um amontoado de capítulos e apontamentos para outros em diversos cadernos de papel. É talvez nesta ocasião que faz os primeiros oito capítulos do Livro I (as considerações sobre a Verdade e a Fama) e que estabelece a divisão dos livros em que inclui o Livro V, as primitivas *Saudades da Terra,* cujo nome estende a toda a obra; vai corrigindo e aperfeiçoando sucessivamente, ou documentando algumas das passagens dela, até que, chegando a morte, a deixa incompleta e imperfeita, mas reunida.

Ou, em hipótese talvez mais razoável, seriam os Jesuítas que agruparam os diversos livros no mesmo vol., no intuito de não deixarem perder os cadernos avulsos que Fructuoso lhes legara.

Impossível é, pois, no meio de tão bastas confusões, julgar com propriedade e justiça a prioridade de factura das três ou duas partes que constituem o volume, e apreciar a maior ou menor extensão de vícios e adulterações que evidentemente padeceu.

Só poderá tentar-se o restabelecimento da verdade, ainda assim com a dificuldade que devemos supor grande, quando se conseguir proceder ao indispensável e rigoroso exame paleográfico, em que, pelo cotejo das letras e estudo minucioso de todas as particularidades, se possa chegar a reconstituir a primitiva disposição do autor e fazer também, se possível, a devida restituição ao texto original.

É necessário, porém, que o tempo e o destino permitam o estudo do precioso autógrafo, cuidadosamente escondido pelos seus proprietários, como misterioso e cobiçado tesouro em que olhos *estranhos* não *devem* pousar — menos, por certo, por extremos de entranhada bibliofilia, do que por intransigente e sobremodo imcompreensível desafecto pela história da sua terra...

O destino!...

Pertinaz e inexorável este que há trezentos anos vem pesando sobre a memória do eminente cronista!

Como não fosse bastante esquecer-lhe os progenitores — o que o deixa assim parecer um como que filho espúrio da terra, única mãe que talvez amou —; sobre ter-lhe perdido uma parte importante da obra — e com ela o desaparecimento da faceta especulativa do seu espírito —; compraz-se ainda, com a impassibilidade e crueza de sempre, em conservar birrenta e sistematicamente sonegado ao mais pequeno estudo o único documento que da sua actividade mental resta, apesar de mutilado e adulterado, ao qual, por maior ironia desse desapiedado destino, nem pelo menos se sabe ao certo o título!

Implacável e perseverante destino, na verdade.

* * *

No autógrafo das *Saudades da Terra* encontra-se ainda a notícia da erupção vulcânica acontecida nesta Ilha em 1630, resumo que da relação mais circunstanciada fez o próprio autor, o P.e Manuel Gonçalves, cremos que com o seguinte título:

Lembrança que fez o Padre Manuel Gonçalves, da Companhia de Jesus, quando no Colégio de Ponta Delgada esteve, de um dos mais notáveis casos que nesta Cidade e Ilha aconteceu, em matéria de terremotos e incêndios, aos dois dias de setembro de mil seiscentos e trinta anos ([123]).

As primeiras palavras parecem ter sido antepostas ao título, como da sua leitura se depreende, depois da retirada do autor desta Ilha; primitivamente seria só:

De um dos mais notáveis casos, etc..

Costuma andar no fim de algumas cópias do Livro IV, como na que o P.e João Ignácio Pereira Toste de Mesquita legou à Biblioteca Pública desta cidade, na qual se encontra, a fls. 295 (actual pág. 589), o título que deixamos transcrito; na cópia pertencente ao Sr. Dr. Alfredo Bensaúde, a fls. 404, vem com as seguintes alterações que julgamos do copista:

De um notável terremoto que aconteceu na era de 1630, depois de falecido o autor deste livro.

No *Archivo dos Açores,* vol. II ([124]), pág. 547 o Dr. Ernesto do Canto, que já então compulsara o original, dá-lhe também o nome de *Lembrança;* não cita, porém, as fls. das *Saudades da Terra* em que foi copiada, o que acontece também com Cordeiro e João de Arruda. Supomos deva estar junto de algum dos capítulos que Fructuoso dedica aos fenómenos vulcânicos, porventura o XCI, como se pode talvez concluir pela altura em que Cordeiro dele dá notícia, logo depois que acaba de resumir a matéria daquele e do anterior capítulo.

Além desta referência, que se pode ver na *Historia Insulana,* Liv. V, cap. XII, § 95, fala ainda Cordeiro do P.e Manuel Gonçalves no cap. XXII, § 274. Natural de perto de Coimbra, encontrava-se, no tempo daquele terramoto, no Colégio dos Padres Jesuítas desta cidade, do qual, em seguida ao P.e Gonçalo de Arez, que em 1667 ocupava o cargo, foi o sétimo reitor. Igual cargo desempenhou mais tarde no Colégio de Braga.

Pelo modo como se exprime Cordeiro, no final do citado § 95, pode supor-se que a *Lembrança* "se ajuntou ao livro do dito Fructuoso"; Ernesto do Canto, porém, a pág. 547 do referido vol. II do *Archivo dos Açores,* diz: "Esta lembrança *foi escrita* pelo autor no manuscrito original das Saudades da Terra". Como não entraram em mais explicações, ficaremos na dúvida.

Pode também ter-se dado o caso de o P.e M. Gonçalves a ter escrito independentemente, sendo trasladada depois por mão estranha para o autógrafo de Fructuoso.

À mais desenvolvida relação primitiva, da qual, não resta, que saibamos, nenhuma cópia, refere-se o autor no final da *Lembrança:*

"Tudo isto fica assim referido só em suma, porque foram inumeráveis as cousas que sobre este caso se fizeram, todas de muita edificação e exemplo, da qual fiz então por assim m'o cometer a obediência, além do Il.mo Sr. D. Rodrigo da Câmara, Conde de Vila Franca, que então aqui estava, me encomendar uma larga relação que levou algumas doze ou mais folhas de papel (ainda que poucas foram para o que a tal matéria muito mais larga o pedia), a qual o dito Senhor Conde mandou a Sua Magestade, e um traslado da mesma à Sr.ª Condessa, sua mulher, e outro ao Il.mo e Rev.mo Sr. D. João Coutinho, seu tio, Bispo que então era de Lamego, e agora está eleito por digníssimo Arcebispo de Évora".

* * *

Depois da morte do Dr. Fructuoso, passou o autógrafo, juntamente com os volumes que da sua autoria deixou e com os que da alheia possuiu, a enriquecer a livraria do Colégio de Todos os Santos desta cidade, em cuja posse se conservou até 1760, ano em que foram expulsos, em obediência ao decreto pombalino que extinguiu a Companhia de Jesus em todo o então Reino de Portugal e seus domínios, os membros daquele instituto que nesta Ilha viviam.

Deve ter sido neste largo período de 169 anos (1591-1760), que padeceu as adulterações e vícios acima referidos ([125]).

Da posse dos Jesuítas transitou o volume para o poder do Governador da Ilha, António Borges de Bettencourt, segundo referem todos os autores que tratam deste assunto.

O Dr. Ernesto do Canto narra assim o facto ([126]):

— "Conta a tradição oral que o Governador de S. Miguel ao sair do Convento acompanhando os Padres, que presos iam embarcar, trazia debaixo do braço o precioso volume, escrito pelo Dr. Fructuoso. Talvez a isso se deva a sua conservação, pois de contrário teria dado pasto à traça, ou se teria perdido com mais livros da Biblioteca dos Jesuítas".

Não julgamos natural este procedimento do Governador, apropriando-se, à vista de todos, dum volume pertencente aos Jesuítas, na ocasião solene em que os entregava para a condução a Lisboa à guarda do Vice-almirante Manuel Carlos da Cunha e Távora, 6.º Conde de S. Vicente, que aqui propositadamente vinha para o desempenho daquela missão.

Mesmo protegido pelas sombras da noite ([127]), seria expor aos mais acerbos e também risíveis comentários o seu aparecimento naquele acto oficial, sobraçando as incómodas seiscentas folhas, a cujo peso caminhava ajoujado do Colégio ao cais.

Para nós é ponto assente que só mais tarde, quando procedia com vagar ao inventário ([128]) dos bens e papéis dos exilados, percorrendo os volumes que constituíam a livraria e tendo achado o autógrafo de Fructuoso de bastante interesse, se resolveria a tomá-lo para si.

Curiosas, e talvez mais na verdade, são as seguintes informações ([129]) de Bernardino José de Sena Freitas, que infelizmente se esqueceu de as fundamentar, ou de dizer como teve delas conhecimento:

— "Este precioso manuscrito histórico, genealógico e poético, legou Fructuoso por sua morte aos Padres da Companhia do Colégio da Cidade de Ponta Delgada: estes o possuíram até à sua expulsão desta cidade no ano de 1760; de cuja comissão o Marquez de Pombal encarregara o benemérito Governador desta Ilha António Borges de Bettencourt, e de envolta lhe ordenara que inventariasse os bens destes proscritos, etc.: a bom recado pôz o Governador os livros e papéis, remetendo um inventário ao *Juizo da Inconfidencia* e outro ao *Conselho da Fazenda;* faleceu o dito Governador, decorreram anos e afinal o Ministro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho (depois Conde de Linhares) por informações secretas do hábil José Ricardo da Costa Gama ([130]), Tenente da Guarnição do Castelo de S. Braz desta Cidade, exigiu que os herdeiros do finado Governador remetessem todos os livros dos Jesuítas, parecendo ignorar que o manuscrito era da letra do próprio autor".

"Ao Governo foi enviado um livro manuscrito intitulado — Saudades da Terra — pelo Dr. Gaspar Fructuoso; não o original, mas uma cópia, a qual presentemente se acha na Bibliotheca Pública de Lisboa, cujo transunto julgo fiel, porque havendo-o sido na ortografia o seu copista, é de presumir que não alterasse o seu contexto"...

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1.º Conde de Linhares, além de ministro de estado, foi inspector geral da Biblioteca Pública de Lisboa, no desempenho do qual cargo teria envidado esforços para a entrada daquele volume na Biblioteca. Notemos, porém, que um ano antes da sua morte (1812) era governador ([131]) desta Ilha o oficial brasileiro José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, do qual o Dr. Ernesto do Canto diz constar ter mandado extrair do original a cópia das *Saudades da Terra* que existe na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. Pode supor-se ser este o volume que ao Governador deram com destino à Biblioteca Pública da Côrte, e que, por morte do Conde de Linhares, teria enviado para o Rio, onde então estava a Côrte e para onde D. João VI tinha levado todos os livros da Casa Real, que constituíram mais tarde o fundo da actual Biblioteca Pública da capital fluminense.

Também não sabemos a qual das cópias da Biblioteca Nacional de Lisboa quis Sena Freitas referir-se; a única que pode oferecer alguma condição de possibilidade para esta hipótese é a que tem os n.ºs 470-471 (a n.º 9, adiante). Talvez que pelos registos de entrada ou pelos livros de correspondência, se existem, possa chegar-se a alguma conclusão, se se averiguar a data da sua entrada naquele estabelecimento, e assim corroborar ou derrubar, definitivamente, a asserção de Sena Freitas. Seria também de interesse saber-se a data de entrada dos n.ºs 303, 304 e 305 (n.ºs 6, 7 e 8, adiante). A 7.637, cuja acquisição é muito posterior (como se verá no n.º 10), não pode ter relação com este facto.

A nossa opinião, porém, é de que nenhuma daquelas cópias se prende com o Governador Cavalcanti nem com a ilusão da ordem do Conde de Linhares, que porventura quiseram aqui fazer.

Por morte, em 1772, do Sargento-mor do Presídio do Castelo de S. Braz e das Ordenanças da Ilha de S. Miguel e Governador das armas em toda ela, o fidalgo-cavaleiro António Borges de Bettencourt, ficou o autógrafo fructusiano pertencendo ao seu filho, P.e Luiz Bernardo Borges de Bettencout, Vigário ([132]) da Matriz da Vila da Lagoa e Ouvidor ([133]) do Eclesiástico nesta Ilha, de quem o houve por empréstimo, para fazer as suas cópias, o Morgado João de Arruda Botelho e Câmara, como se vê da transcrição que fazemos da pág. 8 da parte I da sua obra *Notícias verdadeiras* ([134]), etc., da qual se conserva uma cópia na Biblioteca Pública desta cidade, Legado Ernesto do Canto.

Por referir alguns factos ignorados e estar inédita, aqui damos uma parte da *Notícia da História do Dr. Gaspar Fructuoso:*

— "Ele nasceu em Ponta Delgada em 1522, e esta Ilha foi descoberta em 1444 ([135]), pelo que havia setenta e oito anos de descoberta quando ele nasceu, e me parece que quando não alcançasse alguns dos primeiros povoadores, de certo falou com os filhos destes, dos quais podia alcançar notícias verdadeiras, maiormente sendo naturalmente curioso e indagador delas desde a infância. Ele foi formado em Filosofia e Teologia na Universidade de Salamanca, e faleceu em 1591, sendo virtuoso vigário e pregador na Matriz de Nossa Senhora da Estrela desta Vila da Ribeira Grande, e deixou a história que compoz do descobrimento das Ilhas, e suas genealogias aos Padres da Companhia da Cidade de Ponta Delgada, aonde se conservou até 1760, tempo em que por ordem régia foram daqui presos os ditos Padres numa nau comandada pelo Conde de S. Vicente, o qual entregou tudo que estava no Colégio a António Borges de Bettencourt, que então governava esta Ilha, e ele guardou em sua casa a dita história, que ficou a seus filhos ([136]), que sempre o negaram, até que eu por muitas diligências a alcancei da mão de um deles, chamado Luiz Bernardo Borges de Bettencourt, Vigário da Matriz de Santa Cruz da Vila da Lagoa, Ouvidor do Eclesiástico nesta Ilha, e logo tratei de o mandar copiar, e depois de ter feito grande gasto, quando a fui conferir, não achei conforme, porque não copiaram as palavras como se pronunciavam naquele tempo, e tinham saltado regras por ser a letra do autor muito miúda, de forma que me resolvi a copiar tudo pela minha mão, em que gastei mais de cinco anos, e copiei somente o Livro IV, que contém cento e nove capítulos, em que o autor tratou desta Ilha, sua e minha Pátria (!); conferida por dois tabeliães desta Vila, que primeiro foram ao Arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Estrela reconhecer a letra do Dr. Fructuoso que se acha nos termos dos baptismos e recebimentos que ele lançou, e declarei o que achei por letra do autor e o que em muitas partes estava acrescentado, emendado e riscado, e as folhas que em parte foram tiradas; cujo original foi do meu poder para casa do Desembargador, Corregedor que foi desta Comarca, João José da Veiga ([137]) por ordem do dito Ouvidor que o deixou a um homem da Vila da Lagoa, e dizem que este o vendeu a Duarte Borges da Câmara Medeiros por 200$000. E das outras Ilhas copiei os capítulos mais notáveis e apontei em breve o que me pareceu, e para que os meus parentes, sucessores e amigos possam fazer ideia do que contém a dita história ([138]), abaixo lhes vou dizer o que contém cada livro".

Segue a súmula dos seis livros e nota dos números, com algumas inexactidões, dos capítulos que copiou ([139]).

O indivíduo acima referido, herdeiro do Vigário da Matriz da Lagoa, foi, segundo o Dr. Ernesto do Canto ([140]), único que lhe cita o nome, José Velho Quintanilha. Sendo o falecimento do Vigário posterior a 13 de Abril de 1835, data em que ainda desempenhava aquele cargo, pouco tempo demorou o volume em seu poder, talvez uns escassos cinco anos, pois foi por 1840 ([141]) que efectuou a venda ao Morgado Duarte Borges da Câmara Medeiros, mais tarde 1.º Visconde da Praia ([142]).

Desde então está o manuscrito na posse da actual família, sua possuidora, a qual tem fielmente observado a tradição, criada pelo seu ascendente, da negativa formal aos pedidos de consulta e estudo, salvo a excepção feita com o Dr. Ernesto do Canto e que ainda assim teve o desfecho que é de todos conhecido.

Conseguiu este em 1876 da Viscondessa da Praia, D. Ana Teodora Borges da Câmara e Medeiros, já então viúva, que lhe fosse facultado o volume no escritório da Casa Praia,

segundo sua própria proposta, com o fim de extrair o *Índice* e conferir as cópias e edições que possuía e completá-las nas partes omissas.

Encarregados dois empregados seus de fazerem o trabalho, quando apenas estavam conferidas as cópias dos Livros I e III e a terminar a conferência do Livro II com a edição que deste fez no Funchal em 1873 o Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, abruptamente é recusado o manuscrito e retirada a licença de prosseguir a encetada tarefa.

Surpreso o Dr. Ernesto com o estranho procedimento, num assomo de mal contido humor, lançou na parte inferior da pág. 4 do precioso exemplar daquela edição, que hoje se conserva no seu Legado na Bibloteca Pública desta cidade, a seguinte nota:

"N. B. Todas as emendas no texto impresso foram feitas pelos dois indivíduos encarregados de o conferirem com o original pertencente à Viscondessa da Praia, em março 1876. Infelizmente porém quando a conferência alcançava a pág. 239, ordem superior mandou retirar o precioso Ms. do Dr. G. Fructuoso, para satisfazer aos desejos de um ignorante timorato. Ernesto do Canto".

Possuidor do manuscrito o 2.º Visconde da Praia, Dr. António Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa, depois Conde e Marquês da Praia e de Monforte, baldados esforços foram empregados para se proceder à desejada publicação, árdua empresa a que até ombros reais se meteram, sem que para a sua efectivação nada pudessem conseguir.

Conta-se que a instâncias da Sociedade de Geografia de Lisboa ([143]), o Rei D. Luiz, seu presidente honorário, fizera ao Marquês o pedido da cedência do volume para ser editado por aquela agremiação, pedido a que por sua parte obtemperara, dizendo pretender custear ele próprio uma edição que de há muito planeava e desejava mandar executar.

Tradicional se conservou esta resposta, pois que ainda há pouco, quando dos herdeiros do falecido ([144]) Marquês se diligenciou obter o volume para por ele se fazer a presente edição, respondeu em nome deles o Sr. Barão de Linhó, dizendo ser também desejo dos proprietários mandar fazer a edição condigna que o autógrafo de Fructuoso merece.

Supomos indivisa a propriedade do volume, e que compartilham dela o Sr. Duque de Palmela e o actual representante da varonia dos Praias, sobrinho destes e neto do titular do mesmo nome, Sr. Marquês da Praia e de Monforte.

Das razões que tenham influído nesta persistente recusa, sempre que nova, e desgraçadamente infrutífera, tentativa surge para o mais amplo conhecimento da grande crónica, nada sabemos; só nos resta desejar e esperar que se desvaneça qualquer mal entendida prevenção e que a S. Ex.ªs venha o convencimento de que melhor irá à sua prosápia não continuar a desviar dos seus foros de fidalguia aquele que por esta razão anda dela transviado, pois natural apanágio das estirpes alevantadas tem sido em todos os tempos a protecção aos escritores e esforço para maior difusão das letras e não descaroável e preocupada detenção de preciosidades bibliográficas.

— II —

CÓPIAS

DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

1 — Copia das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso, offerecida por Jacinto Leite Pacheco de Bettencourt em 4 de maio de 1889 a Ernesto do Canto

Contém:

Liv. IV — cap. 1-22, 24-31 (este incompl.)

Letra do séc. XVIII. 1 vol. in-4.º de 1-171-2 fls., a primeira com o frontispicio moderno, da letra do Dr. Ernesto do Canto, e as duas últimas com índice. Falta o rosto primitivo, se o teve, e a primeira e última (ou mais?) folhas do texto. Deteriorado pela humidade, no começo e no fim. Encadernação coeva em carneira.

Jacinto Leite Pacheco de Bettencourt, micaelense já falecido, era filho de Jacinto Leite de Bettencourt, de quem talvez houve esta cópia.

Conserva-se na Secção de Manuscritos do Legado Ernesto do Canto, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

2 — Livro 3.º das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso, em que se trata do descobrimento da Ilha de Santa Maria, que foi a primeira que se achou das nove chamadas dos Açores, e da vida e progenie de seus Capitães e Comendadores.

Contém, como o título indica, o

Livro III — completo

2.º quartel do séc. XIX. 1 vol. in-fol. de 1-223-1 fls., a primeira com o rosto, a última com o índice. A numeração primitiva, que o aparo da encadernação fez desaparecer em algumas folhas, ia até 224, por incluir o rosto.

Segundo a nota neste lançada pelo punho do Dr. Ernesto do Canto, foi. — “Mandada copiar pelo Sr. Laureano Francisco da Câmara Falcão, do original em poder do Visconde da Praia, Duarte Borges da Camara Medeiros, por Francisco Jacinto Borges, em 184?”.

Não concordamos, porém, com esta asserção, por se notarem muitas emendas resultantes da conferência com o autógrafo, como nota o próprio Dr. Ernesto do Canto na *Bibliotheca Açoriana,* I, pág. 132, o que nos leva a concluir não se tratar de um apógrafo, a não ser que o copista fosse completamente inepto.

De Laureano Francisco da Câmara Falcão — o Morgado Laureano, como era mais conhecido —, coronel de auxiliares desta cidade, e de sua primeira mulher D. Maria Jacinta de Vasconcelos, foi filho António do Canto Vasconcelos da Câmara Falcão que, por morte do pai em 1868, herdou o vol., no qual fez a numeração actual, como se infere da nota do verso da fol. 223:

— "Contém este livro duzentas e vinte e trez folhas, que ficam todas numeradas e rubricadas com o meu cognome que diz — Canto e Vasonccellos — Ponta Delgada, 10 de Outubro de 1870. Antonio do Canto Vasconcellos da Câmara Falcão".

Também de sua mão está, no frontispicio, a dedicatória com que ofereceu o vol. a Ernesto do Canto, em 23 de Dezembro de 1875.

Deste ainda se encontra, a fls. 223 v. a seguinte nota: — "Mandei conferir esta cópia com o original, terminando a conferência em 16 de Março de 1876; começada a 26 de Fevereiro por dois indivíduos cuidadosos. Ernesto do Canto".

Dela trata, sob o n.º 14, na sua *Breve Notícia sobre as cópias,* etc..

Sobre ela foi também conferida a do Sr. Rodrigo Rodrigues, para servir à impressão do presente volume.

Conserva-se na Secção de Manuscritos do Legado Ernesto do Canto, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

3 — Livro 4.º das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Furtuozo (sic), *em que se trata do descobrimento da ilha de S. Miguel, e da vida e progenie dos Ilustres Capitães d'ella, e dos seus moradores, e alguas cousas que n'ella aconteceram.*

Contém:

Liv. IV — cap. I-XXXVI, LI-LV, LXVI-LXVIII, LXXVII, XCVI-C.

2.º quartel do séc. XIX I vol. in-fol. peq. de 226-10 fls., sendo uma em branco, 7 com o *Index das cousas mais notáveis d'esta Obra* e 2 com o *Indice dos capítulos.* Sem frontispicio. A epígrafe está no fol. 1, logo acima do título do cap. I.

Cópia feita pelo Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros (1786-1858), figura grada na sociedade de então e um dos vultos de maior influência na administração pública desta terra.

Vem descrita, sob o n.º 9, na *Breve notícia sobre as cópias,* etc., por Ernesto do Canto e ainda no mesmo vol. da *Bibliotheca Açoriana,* pág. 248, n.º 1611, sob o nome do pai. Minucioso, diz ser feita em papel de peso inglês, marca — *Bath superfine* —; equivocou-se porém no número de folhas do final do volume e na quantidade e numeração dos capítulos. Afirma também ter sido executada sobre o original, ficando "interrompido o trabalho da cópia, por ter o Sr. Duarte Borges da Camara Medeiros mandado buscar o original, quando o comprou", com o que não concordamos por conter muitos erros, como na numeração dos cap. 77 e 97 a que chama 69 e 99 e pela ordem em que estão colocados — os últimos estão assim: 96, 98, 97, 100, 99 — afora vícios do texto, o que tudo nos leva a concluir não ser apógrafo. Ademais, obedecendo ao tipo comum das cópias do Liv. IV, a que já aludimos (aquele tipo, em que a seguir aos primeiros 36 capítulos vêem os 51 a 55) pode concluir-se ser esta feita sobre alguma delas. Os capítulos de numeração mais alta devem ter sido tirados de outras cópias, em diversas épocas, como atesta a desordem da numeração.

Se apesar de tudo, é certa a afirmação de Ernesto do Canto, os muitos erros e defeitos não abonam os méritos do copista, o que certamente não teve em vista evidenciar, tratando-se de seu próprio pai, que era, aliás, homem ilustrado e de muita consideração no seu tempo.

A letra, muito igual e correcta, está já esmaecida. Deve ter sido feita por 1840.

Conserva-se na Secção de Manuscritos do Legado Ernesto do Canto, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

4 — Livro I, em que se trata como a Fama... Livro II do Dr. Gaspar Fructuoso, em que se trata... As epígrafes dos Liv. III e IV começam como vulgarmente: *Livro... das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso...*

Contém:

Liv. I — completo.

" II — "

" III — " e o cap. XX a pág. 527 do texto do Liv. IV.

" IV — " cap. I - XLVII (incompl.), LI-LVI, LIX-LXII e LXV.

3.º quartel do séc. XIX. 4 tomos in-fol. dos quais o último dividido em 2 vol; de 177-2 fls., com o Liv. I; 214-3 fls., com o Liv. II; 86-2 fls., com o Liv. III; 612-12 pág. com o Liv. IV, — cuja paginação segue em outro vol., abrangendo de pág. 613 a 912, das quais só estão ocupadas as 623-679. Sem frontispicio. As epígrafes dos livros estão acima do começo do texto nas primeiras pág. dos respectivos volumes.

Cópia feita pelo Padre João Ignácio Pereira Toste de Mesquita.

Os índices dos capítulos dos três primeiros livros, que ocupam as fls. inum. finais, são da letra do Dr. Francisco da Silva Cabral, bibliotecário que foi da Biblioteca Pública desta cidade. O índice do Liv. IV, que ocupa as 12 pág. finais e inum. do 4.º vol. é do Sr. Alexandre de Sousa Alvim, zelosíssimo Director daquele estabelecimento, por cuja letra estão também o final do cap. 47, que o Padre Toste deixara incompleto e que vai até pág. 615 e várias continuações a outros capítulos a pág. 523. Fez também o vol. em seguimento ao tomo 4.º e a mudança de numeração em paginação. Neste último vol. estão copiados por seu punho os cap. 56, 59, 62 e 65, começando o primeiro a pág. 633. Anteriormente, pág. 613-632, estão colados vários capítulos impressos, os quais mencionaremos na secção competente. A pág. 524 tem também outro capítulo colado.

De pág. 589 do 4.º tomo até pág. 512 (final do 1.º vol.) vêm as seguintes espécies, estranhas às *Saudades da Terra:*

"Lembrança que fez o Padre Manuel Gonçalves, da companhia de Jesus, quando no Collégio de Ponta Delgada esteve, de um dos mais notáveis casos que nesta Cidade e Ilha aconteceu, em matéria de terremotos e incêndios, aos dois de setembro de mil seiscentos e trinta annos". Pág. 589-594, ant. fls. 205-297 v.

"Outra lembrança" (da cheia ocorrida em Ponta Delgada de 13 para 14 de Novembro de 1707). Pág. 595, ant. fl. 298.

"Cópia fiel de um caderno escripto em letra muito antiga, e que trata não só da descoberta desta Ilha de S. Miguel e de algumas das outras Ilhas, bem como dos terramotos nesta dita Ilha de S. Miguel e nas mais; e era como se segue, sem que tenha o nome de quem o escreveu, e só vejo ser muito antigo":

"Descobrimento da Ilha de S. Miguel". Pág. 596-602, ant. fls. 208 v. — 301.

"Do mesmo caderno, em que se trata do descobrimento da Ilha Terceira, cabeça dos Açores". Pág. 603-605 ant., fls. 301 v. — 302.

"Breve notícia do descobrimento da Ilha de Santa Maria". Pág. 606-607, ant. fls. 303 v. — 304.

"É do mesmo caderno o que se segue do descobrimento da Ilha de S. Jorge". Pág. 607-608, ant. fls. 304-304 v.

"Também se segue o descobrimento da Ilha do Fayal" — Pág. 608-609 ant. fls. 304 v. — 305.

"Trata o mesmo caderno do descobrimento da Ilha do Pico". Pág. 610, ant. fls. 305.

"Mais trata o mesmo do descobrimento da Ilha Graciosa". Pág. 611-612, ant. fls. 305 v. — 306 v.

O Padre João Ignácio Pereira Toste de Mesquita foi natural do lugar das Manadas, da Ilha de S. Jorge, filho de Jorge Ignácio Pereira Toste e de Perpétua Rosa da Silveira e faleceu estando desempregado nesta cidade de Ponta Delgada em 24 de Junho de 1866, contando 49 anos, e aqui fez testamento (tabelião Luís Maria de Morais) em 22 de Abril do mesmo ano, o qual se acha registado a fls. 130 do liv. 30 do *Registo de Testamentos* da Administração do Concelho desta cidade.

A verba respeitante a esta cópia diz assim:

— "Disse mais ele Reverendo Testador que deixa à Biblioteca desta cidade quatro livros que tem em manuscrito, copiados das obras de Gaspar Fructuoso"·

Foi pois legada e deu entrada naquela Biblioteca, em cuja Secção de Manuscritos se conserva, em 1866 e não oferecida em 1860, como diz o Dr. Ernesto do Canto no n.º 3 da sua *Breve notícia sobre as cópias,* etc., em que dela trata. Contrariamente ao que julgou e afirma, a letra é toda igual e a cópia abrange os liv. I a IV e não somente os III e IV. A notícia do apenso vem no vol. II da *Bibliotheca Açoriana,* pág. 102.

5 — Livro 1.º das Saudades da Terra compostas pelo Dr. Gaspar Fructuoso, em que se trata como a fama (veio ter com a verdade que estava ([145])*) solitária em uma serra da Ilha de S. Miguel onde lhe a verdade conta o descobrimento das Ilhas Canárias, e de Cabo Verde, e Índias de Castella, e das razões prováveis contra duas opiniões que há das Ilhas dos Açores, e por fim põem algumas conjecturas dos primeiros e antigos descobridores d'elas.*

Contém, como o título indica, o

Liv. I — completo.

3.º quartel do séc. XIX. vol. de 1-156-2 fls., a primeira com o rosto, as duas últimas com o índice. Foi mandada fazer pelo Dr. Ernesto do Canto sobre um volume da cópia de André da Ponte Quental da Câmara, que por 1875 estava em poder de Francisco de Arruda Furtado, como se vê adiante, quando dela tratamos. Deve ter sido, pois, por cerca daquele ano que se executou.

No frontispício tem a seguinte nota:

— "Foi esta cópia conferida com o original em poder da Viscondessa da Praia, em Ponta Delgada, principiada a conferir a 5 de Fevereiro de 1876, acabada aos 26 de Fevereiro de 1876. E. Canto".

Pelas muitas emendas resultantes da conferência, se vê quanto deve ser viciada a de André da Ponte.

É o n.º 7 da *Breve notícia sobre as cópias,* etc.

Conserva-se na Secção de Manuscritos do Legado Ernesto do Canto, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

6 — Livro primeiro ([146]) *das Saudades da Terra de Gaspar Fructuoso que conthem o descobrimento da Ilha da Madeira.*

Contém:

Liv. II — cap. IV (e mais?), XXXI, XXXII, XXXVII, XXXIX.

Letra do séc. XVII. 1 vol. in-4.º de 84-1 fls. encadernado em pergaminho. Tem no princípio dois brasões e tarjas desenhadas à pena e intermédio um soneto, pela leitura e exame dos quais talvez seja possível averiguar o nome de quem ordenou a sua factura ou a quem pertenceu, se foi, porventura, executada ou mandada executar no propósito de oferta. A fls. 3:

"Descubrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos Capitães da dita Ilha escrita por Gaspar Fructuoso coronista das Ilhas".

A fl. 4 começa o texto: "No tempo de El Rey Duarte de Inglaterra ouve hum nobre Ingles"... que é o princípio do cap. 4. Daquela fl. até à 32 segue o texto sem divisões, pelo que supomos possa encerrar mais um ou dois capítulos, além deste. De fl. 32 até final vêm os quatro capítulos acima mencionados e respectivos títulos, porém sem numeração.

Citada, sob o n.º 1, na *Breve notícia sobre as cópias,* etc.

Conserva-se na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa ([147]) sob a cota 303 (antigo códice B—2—45 e, no tempo de José Torres, B—3—31, segundo se infere do índice das *Saudades da Terra,* à frente da sua cópia, adiante descrita).

7 — Livro segundo das saudades da terra do Doutor Gaspar Fructuoso em que se trata o descubrimento da Ilha de Sancta-Maria que foi a primeira que se achou das nove chamadas dos Açores e da vida e progenia de seus capitães e commendadores.

Contém:

Liv. III cap. I, II, XII e XIII.

Letra do séc. XVII, diversa da do códice anterior. 1 vol. in-4.º de 20 fls. inum., encadernado em pergaminho. Os capítulos são numerados de 1 a 4.

Conserva-se na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa sob a cota 304 (antigo códice B—2—46. José Torres dá-lhe a de B—3—32).

8 — Livro quarto das Saudades da Terra de Gaspar Fructuoso que conthem o descobrimento das Ilhas de Cabo Verde.

Contém:

Liv. I — cap. XXI, XXII e XXXII.

Letra do séc. XVII, diversa da dos dois códices anteriores. 1 vol. in-4.º de 35 fls., encadernado em pergaminho. Os capítulos não têm numeração.

Conserva-se na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa sob a cota 305 (antigo códice B—2—47. José Torres refere a de B—3—33).

9 — Livro segundo das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso... A fls. 112 o *Livro segundo* (sic) *das Saudades da Terra...* A fls. 129 o *Livro terceiro* (sic) *das Saudades da Terra...*

Contém:

Liv. II — cap. I—VIII, XII—XIX, XXX—XXXIX, XLIII—XLVI, XLIX e L.

Liv. III — cap. I, II, XII e XIII

Liv. IV — cap. I, II, XXXVII—L, LIII, LVI—LVIII, LXI (confunde com o LXIV, ambos incompletos), LXIII, LXIV, LXVI—LXXII, LXXIV—LXXVIII, LXXXII—LXXXIX, XCVI.

Começo do séc. XVIII. In-fol. de 1—400 fls. (391—9, estas com a numeração de 392 a 400, moderna, a lápis), encadernado em 2 volumes, o 1.º, cujo frontispício está ornado de desenhos à pena, vai até fls. 128, o 2.º começa na fl. 129 tendo na 388 a *Lembrança* do P.e Manuel Gonçalves: *De hum notavel terremoto que aconteceu na era de 1630...,* cujo texto termina com outro desenho à pena. A fls. 391 começa o *Index dos capítulos* que ocupa as nove folhas finais, primitivamente sem numeração.

Deve ter sido o arquétipo da cópia hoje possuída pelo Sr. Dr. Alfredo Bensaúde (n.º 15, adiante), porque, além de contar os mesmos livros e capítulos com idênticos defeitos e o texto do P.e Manuel Gonçalves com o mesmo título, ainda no índice a citação das folhas em que estão os capítulos condiz com a desta. O copista, trasladando o índice por inteiro, não reparou que só combinariam as respectivas numerações, se coincidissem as suas folhas com as do original de que se serviu; como, porém, se não deu este facto, não se encontram os capítulos nas folhas que refere.

Condizem também com esta cópia as referências às folhas do texto de Fructuoso, que se encontram na *Continuação das Famílias dos Ilustres Capitães...,* a qual está apensa ao manuscrito do Sr. Dr. A. Bensaúde. Podendo ser atribuída a Gastão José da Câmara Coutinho a autoria ou, pelo menos, a ordem de elaboração desta espécie, poderá talvez concluir-se ser esta a cópia que foi por ele possuída (n.º 33, adiante). Citando-se ali o ano de 1722 como sendo aquele até ao qual se trata das *famílias continuadas,* queremos também supor que por cerca dele tenha sido esta cópia feita.

Conserva-se na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa sob as cotas 470 e 471 (antigos códices B—6—22 e 23. José de Torres refere as de B—3—34 e 35).

10 — Cópia que pertenceu a Manuel Severim de Faria, Chantre da Sé de Évora.

Contém:

Liv. II — cap. XXI—XXVI.

Liv. III — cap. III, IV, XI, XVII—XXI, XXIII—XXV.

Liv. IV — cap. IV, XXVI, XXIX—XXXVI, LXXIV, LXXVI, LXXIX—LXXXI, XCI, XCIV, CIII, CVIII—CX.

Séc. XVII. 1 vol. in-fol. de 682 pág. s. n., protegido por capa de pergaminho. Não tem frontispício. Supomos não ter também as epígrafes dos livros porque na nota que temos presente só se menciona a numeração deles: *Livro II, Livro III,* etc.

É das cópias mais antigas, talvez a segunda na ordem da antiguidade, porventura apógrafo, e uma das poucas em que os copistas respeitaram a numeração original dos livros e capítulos.

Foi pertença do Morgado de Vimieiro, conforme a marca que se vê na capa de pergaminho. É portanto a chamada cópia do Chantre Severim, mencionada pelo Abade Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana:*

"Na livraria do Excelentíssimo Conde de Vimieiro se conserva uma cópia que foi do falecido insigne antiquário Manuel Severim de Faria, Chantre da Sé Catedral de Évora, o qual persuadiu a João Franco Barreto, como afirma na *Bibl. Port.* M. S., reduzisse esta obra a melhor forma e estilo".

Por morte do Chantre em 1655, ficou seu herdeiro o sobrinho, filho do irmão Francisco de Faria Severim, de nome Gaspar de Faria Severim, o qual "foi possuidor de uma numerosa e selectiva livraria ([148])".

De Gaspar de Faria Severim, Secretário das Mercês e Expediente, Comendador e Alcaide-mor de Moura (ou Mourão ([149])?) e de sua mulher D. Mariana de Noronha, nasceu D. Francisca de Noronha, sobrinha-neta do Chantre, pela qual passou a livraria deste para a Casa de Vimieiro, pelo seu casamento com D. Diogo de Faro e Sousa, IX Senhor de Vimieiro e de Alcoentre, que foi assim, na linhagem dos Faros, o primeiro possuidor desta cópia.

Inocêncio ([150]) conta o destino da maior parte dos livros de Manuel Severim de Faria:

"As (obras do Chantre) que ficaram manuscritas passaram depois do seu falecimento, juntamente com a sua copiosa e escolhida livraria, a enriquecer outra, ainda mais abundante e numerosa, qual era em Lisboa a do Conde de Vimieiro, riquíssimo tesouro literário que foi, como tantos outros, reduzido a cinzas pelo incêndio subsequente ao terremoto de 1755".

Infelizmente só escapou esta *segunda parte* da cópia de Fructuoso, pois o Chantre possuiu uma *primeira parte* que deve ter sido pasto das chamas naquele calamitoso desastre, à qual se refere D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira, na *conta* dada à Academia Real de História Portuguesa ([151]) sobre a Livraria Vimieiro:

"O fólio 136 era Fructuoso — Descobrimento das Ilhas por Gaspar Fructuoso, o primeiro livro e descrição das Canárias e Cabo Verde, de que não vi outra cópia, tem notícias dignas de se lerem para aperfeiçoar a Corografia; o segundo livro compreende a Ilha da Madeira e dos Açores, principalmente a de S. Miguel, de que há muitas cópias, e este parece o original".

A de que nos vimos ocupando é assim referida pelo mesmo académico ([152]):

"O fólio 143.º era — História de Varões ilustres naturais das Ilhas, que parece segunda parte da de Gaspar Fructuoso, pois principia pelo capítulo 21 e pela vida de Tristão Vaz da Veiga; e continua com a relação histórica de muitas famílias das Ilhas da Madeira e Açores; segue-se o livro terceiro da mesma história, e largamente a vida de D. Luiz de Figueiredo, Bispo do Funchal, escrita por Daniel da Costa, com o título de Contraponto; a ordem dos capítulos está alterada e parece que foram escolhidos os mais importantes da obra maior que escreveu Gaspar Fructuoso, e me dizem se conserva no Colégio da Companhia da Ilha de S. Miguel; o capítulo segundo inclue muita parte da história da Ilha de S. Miguel e de S. Maria, das Genealogias, e acções dos seus capitães, principalmente da família de Coutinho, que foram comendadores da Ilha de S. Maria, de Gonçalo Vaz Botelho, chamado o Grande, e seus descendentes, e de outros povoadores destas Ilhas; também escreve por extenso a vida de D. Gilianes da Costa, o primeiro, e de alguns successores; escreve outros successos militares, e políticos, a renda dos naturais das ilhas".

Parece, pois, evidente o propósito do copista de fazer a 1.ª parte com as descrições corográficas e a 2.ª com a narrativa histórica e genealogias, alterando a seu bel-prazer a ordem do autor, no que não reparou o douto Severim de Faria, que julgou possuir o original de Fructuoso, e o próprio Conde da Ericeira que ainda conjecturava autógrafa a 1.ª parte, como atrás vimos ([153]).

Era proprietário da cópia, por ocasião do terramoto de Lisboa, o 4.º Conde, D. Sancho de Faro, a qual vinha na família desde o bisavô.

Falecido sem descendência, passou a casa para seu irmão D. João de Faro, 5.º e último Conde de Vimieiro, a quem, por também não ter deixado descendência, sucedeu em 1801 a 3.ª Condessa de Lumiares, D. Maria do Resgate Portugal Carneiro da Gama Sousa e Faro, que foi assim Senhora daquela vila, ignoramos, porém, se do volume também.

Parece-nos mais razoável ter desaparecido da posse dos Vimieiros depois do terramoto e andar por diversas mãos, até que foi parar à livraria alfarrabista de João Pereira da Silva (não sabemos se pai ou filho, ambos — Frade — de alcunha), na R. dos Retroseiros, 117, em Lisboa, como se vê pelo carimbo na capa.

Daqui foi, julgamos que por compra, para a Biblioteca Nacional da mesma cidade, em cuja Secção de Manuscritos se conserva, sob a cota 7637 (antigo códice Y—2—50).

11 — *Livro primeiro em que se trata...* A fls. 66: *Livro segundo das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso...* A fls. 144 e 171 os Liv. III e IV com as epígrafes semelhantes à do II. A fls. 324: *Livro quinto das Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso em que se trata do incerto descobrimento da Ilha Terceira e das Ilhas de* ([154])*...*

Contém:

Liv. I — cap. I—XXI e XXXII.

Liv. II — cap. I—XX, XXX—XLI, XLIII, XLIX—LI.

Liv. III — cap. I, II, V—X, XII e XIII.

Liv. IV — cap. I, II, XXXVII—LI, LXVI—LXXIII, LXXVII, LXXXII—XC, XCII, XCIII, XCV e XCVI.

Liv. VI — cap. I—XI, XIII, XIV, XVI—XVIII, XXXII—XLVIII ([155]).

Fins do séc. XVI ou primeiros anos do XVII. 1 vol. de 429 (?) fls. A primeira folha contém muitas assinaturas que parecem da mesma pessoa, escritas ao inverso do texto. A numeração dos capítulos é sempre seguida, alterando, em consequência, a do original. Assim, o liv. I termina com o 22, o liv. II com o 36, o liv. III com o 10 e o liv. IV com o 39. No liv. VI vêm numerados até ao 16 (18 do original) e os restantes não têm numeração. O cap. 20 do liv. II não tem as últimas palavras do título: *até à vinda de Tristão Vaz da Veiga.*

Atrás, a pág. CXXXI—CXXXXII já fizemos algumas referências a esta cópia e transcrevemos o final dela. Para a hipótese, que aventamos a pág. CXXXIV, de não serem de Fructuoso os capítulos das *alterações* da Ilha Terceira, 20—31 do Liv. VI, notemos ainda que não vêm nesta cópia. É das pouquíssimas que trazem parte deste Liv.

A seguir ao de João de Arruda Botelho e Câmara, é o mais importante dos apógrafos das *Saudades da Terra* e o primeiro na antiguidade, se não for certa a data de 1587 que se vê na cópia n.º 29, adiante.

No verso da penúltima fl. tem várias notas, das quais as duas primeiras dizem assim:

— "Qualquer livreiro pode encadernar estes escritos do Doutor Fructuoso, que são 38 cadernos. Francisco Pereira".

— "Este livro é da casa de S. Roque da Companhia desta cidade de Lisboa, assim como os mais que ficaram do P.e Martim Gonçalves da Câmara (que Deus tem), cujo ele era, porque todos devera a esta casa. Francisco Pereira".

Supomos, em consequência, ter sido mandado executar pelo próprio Martim Gonçalves da Câmara, irmão do também P.e da Companhia, Luiz Gonçalves da Câmara, preceptor e ambos validos ([156]) de D. Sebastião, se é que o não foi pelos P.es do Colégio desta Ilha, que tinham havia pouco herdado o autógrafo, do qual quiseram ofertar uma cópia ao poderoso luminar do seu instituto.

Num caso ou outro, o certo é que o manuscrito interessava deveras ao P.e Martim Gonçalves, por conter notícias desenvolvidas da sua família, assim como dele e dos irmãos que tiveram menção das mais lisongeiras ([157]). Era filho do 4.º Capitão Donatário do Funchal João Gonçalves da Câmara, 3.º do nome, e irmão de Simão Gonçalves da Câmara, 5.º Donatário, a quem D. Sebastião fez 1.º Conde da Calheta, em 1576.

Morto o P.e Martim, reclamou o volume seu sobrinho Jorge da Câmara, como diz outra nota:

— "Depois por dúvidas e trocas que houve, se deu este livro a Jorge da Câmara, governador da Ilha. E ele o deu a Diogo Lopes de Sousa, Conde de Miranda, Governador do Porto, o qual o deu ao Il.mo e Rev.mo Sr. D. Rodrigo da Cunha, sendo inda então Bispo do Porto. O Dr. João da Costa Correia".

Jorge da Câmara nasceu na Índia, filho natural de Rui Gonçalves da Câmara (irmão do P.e Martim), e foi Comendador de Afife na Ordem de Cristo e Governador da Ilha da Madeira ([158]). Vem mencionado nas notas ([159]) do Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo com o cognome de — o Poeta — e com as seguintes datas referentes ao cargo de Governador Geral da Madeira: 18 de Janeiro de 1614, nomeação; 17 de Dezembro do mesmo ano, posse; e 6 de Julho de 1618, o fim do governo.

Como natural do Porto, onde faleceu em 1647, citam o *Diccionário Popular* ([160]) de Pinheiro Chagas e o *"Portugal" — Diccionário* ([161]), etc., em notícia extraída do Abade Barbosa, um Jorge da Câmara, eclesiástico, também poeta, cognominado o Marcial Português, filho de Martim Gonçalves da Câmara, Comendador de S. Cristovam de Nogueira, na Ordem de Cristo, e de D. Brites Manuel, sua 2.ª mulher. Repare-se na extraordinária coincidência de usarem o mesmo nome, e de serem ambos poetas e de ser ainda no Porto, onde o segundo viveu, que o primeiro ofereceu o volume a Diogo Lopes de Sousa, 2.º Conde de Miranda, Governador da Relação e Casas do Porto e seu Distrito.

Do pai do Marcial Português, que, pelos apelidos Gonçalves da Câmara, parece da família dos Donatários do Funchal, não encontramos notícias. Por ser Martim, confundiu-o com o Jesuíta do mesmo nome uma nota a lápis que vem abaixo das três que transcrevemos e que vem assinada por *Jordão,* supomos que o Sr. Jordão de Freitas, actual Director da Biblioteca da Ajuda. Diz a nota.

— "João (aliás Jorge) era sobrinho e não filho de Martim G. da Câmara. Jordão".

Na família do P.e Martim Gonçalves só encontramos outro Jorge da Câmara, porém filho de Domingos da Câmara, 1.º neto de Manuel da Câmara, Cónego da Sé de Braga e 2.º neto de D. Manuel de Noronha, Bispo de Lamego, que era tio do P.e Martim, isto é, Jorge da Câmara era neto de um primo deste. Está assim uma geração adiante do 1.º Jorge, pelo que não se poderá certamente confundir com ele. Temos por certo, pois, que o manuscrito foi do Governador da Madeira, como diz a nota, o qual tenha sido talvez confundido com o Poeta pelo Dr. Álvaro R. de Azevedo.

Do Conde de Miranda passou o vol. para D. Rodrigo da Cunha, que foi 57.º Bispo do Porto. A oferta deve ter sido feita entre 1619, ano em que entrou como Bispo naquela cidade, e 1626, em que já é Arcebispo de Braga. Em 1627 apareceu impresso, também no Porto, por João Rodrigues, o *Indez* ou *Catálogo* ([162]) da sua livraria, o primeiro catálogo de livraria particular que apareceu em Portugal, em que vem, diz o Conde da Ericeira ([163]), com o título de *Descobrimento e História das Ilhas de S. Miguel, Cabo Verde e Canárias,* o apógrafo de que vimos tratando.

Depois da sua morte, sendo Arcebispo de Lisboa, em 1643, não sabemos à propriedade de quem passou o volume e que voltas levou até que apareceu na Biblioteca do Paço da Ajuda, na mesma cidade, onde se conserva.

12 — Cópia existente na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro.

É a n.º 2 da *Breve Notícia sobre as cópias* etc., onde o Dr. Ernesto do Canto diz: — "talvez incompleta, que, por informação fidedigna, consta ter sido mandada extrair do original pelo Governador José Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque..."

Veja-se atrás, pág. CXLIV, o que dizemos a propósito deste talvez pretendido apógrafo.

Apesar de empregadas algumas diligências, não conseguimos apurar particularidades bibliográficas e numeração dos livros e capítulos que contém.

13 — Cópia existente na Biblioteca Real de Edimburgo.

Deve Conter:

Liv. I — completo.

Liv. II — completo.

Liv. III — completo.

Liv. IV — I—XLVII (incompleto) e mais?

Liv. V — ?

Liv. VI — ?

1.º quartel do séc. XIX. 2 vol. in-fol. de quase 2.000 pág. cada um.

Dela foi extraído o Liv. II para a impressão da edição feita no Funchal, em 1873, pelo Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, em cujo *Prólogo* (pág. V) diz o seguinte:

— "Mas publicar a obra toda, fora-nos impossível; faltavam-nos o tempo e os meios precisos para a edição dos dois tomos do manuscrito, de quasi duas mil páginas de fólio cada um".

"A cópia que possuimos houvemo-la do Sr. João Diogo Pereira de Agrela da Câmara, da Vila de Santa Cruz, da Madeira. Foi no primeiro quartel deste século, pelo Sr. João Agostinho Pereira de Agrela da Câmara, mandada tirar do autógrafo (!) que, para esse fim e por especialíssimo obséquio, o Sr. André da Ponte do Quental, da Ilha de S. Miguel, trouxera a esta da Madeira, por ocasião de aqui vir casar com a Sr.ª D. Carlota de Bettencourt e Freitas".

À margem do exemplar da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, Legado Ernesto do Canto, tem por letra deste a seguinte nota, referente à época do casamento:

— "Casou em 1811, por procuração; só depois lá foi".

Abaixo acrescenta o Dr. Rodrigues de Azevedo terem-lhe aquelas informações sido também asseguradas por Pedro Agostinho Pereira de Agrela da Câmara e por aquele João Diogo, de quem houve o manuscrito. Eram ambos filhos do Morgado João Agostinho Pereira de Agrela da Câmara, por cuja morte, em Fevereiro de 1835, ficou herdeiro da cópia este último, que era o sucessor no morgadio.

Em carta ([164]), de 23 de Janeiro de 1876, diz o Dr. Álvaro R. de Azevedo a Ernesto do Canto:

"Já vendi a um lord o manuscrito das *Saudades da Terra,* que ao presente está na Biblioteca Real de Edimburgo".

"Os dois volumes do meu manuscrito contém quasi duas mil páginas cada um; no fim do segundo lê-se a palavra — fim —; mas não me lembro qual o número de livros da obra".

"É certo, porém, que me recordo de que no meu manuscrito se não fala de algumas das Ilhas dos Açores".

Nada sabemos de mais particularidades e numeração dos livros e capítulos, que seria de interesse conhecer para se avaliar ao certo o que contém a cópia de André da Ponte Quental da Câmara, (n.º 37, adiante) hoje em lugar incerto, à semelhança da qual deve esta também conter a *Lembrança* do P.e Manuel Gonçalves.

Não nos chegaram a tempo de aqui se incluírem informações pedidas para a capital da Escócia

DE PARTICULARES

14 — *LIVRO QUARTO das saudades da terra do Doctor Gaspar Frutuozo, em que se trata do descobrimento da Ilha de São Miguel; e da vida e progenia dos illustres capitães della, e de seus moradores, e de alguas couzas q. nella aconteceram. Tresladou-o o R.do P.e Pregador, & deffinidor habitual Fr. Nicolao de São Lourenço.*

Em o p.ro de Ianeiro de 1687.

Contém:

Liv. III — cap. XX.

Liv. IV — cap. I—XXXVI, LI—LV.

Último quartel do séc. XVII, como indica a data, acima, de 1687, que parece ser o ano em que foi ou começou a ser executada. 1 vol. in-fol. de 3-131 fls., das quais uma (a n.º 20) em branco. A seguir ao cap. 36 tem — Fim das gerações de S. Miguel — e logo depois o cap. 20 do Liv. III com o número 1 e os 51-55 com a numeração de 2 a 6, terminando pelas palavras: — Fim de Fructuoso a fls. 319. — É a mais antiga que nos aparece neste tipo comum das cópias do Liv. IV, a que já nos referimos. Cursivo elegante e uniforme, bem legível, apesar da tinta estar em muitas partes apenas ligeiramente perceptível. Muito deteriorada a encadernação coeva em carneira, tendo já partida uma das duas pranchetas de madeira que formam as pastas.

O frontispício é de letra imitando a de imprensa, menos as palavras referentes ao copista, que se acham em caligrafia usual, por tinta, e parece que por mão indubitavelmente diferente, no espaço, primitivamente em branco, acima da linha ocupada pela referida data. Tem outro frontispício copiado por este, mais moderno, chegando só até à palavra *aconteceram.*

Fr. Nicolau de S. Lourenço foi um dos franciscanos de maior influência nesta ilha, no seu tempo, e a ele se refere Fr. Agostinho de Mont'Alverne nas suas *Chrónicas da Província de S. João Evangelista,* vol. I, Not. 5.ª, *passim.* A primeira data que se encontra a ele referente é a de 11 de Agosto de 1668, dia em que no Convento de S. Francisco desta cidade se celebrou o 8.º Capítulo desta Província, em que saiu eleito definidor. É depois eleito Custódio, cargo que não aceita, e mais tarde aparece em guerra aberta com algumas deliberações de outro Capítulo, das quais recorre para o Núncio, sendo-lhe dada satisfação. De todas as referências de Fr. Agostinho de Mont'Alverne se conclui ter sido figura de valor ([165]) na sua Ordem; não lhe encontramos, porém na rápida busca que fizemos, notícias posteriores àquele ano de 1687.

Não sabemos por onde andou o vol. depois da sua morte. Um século depois estava em poder do Capitão-mor de Vila Franca e Coronel de Milícias José Bento Botelho de Arruda Coutinho e Gusmão (1766-1828), como se vê da seguinte nota, escrita no frontispício:

— "Este livro é de José Bento Botelho de Arruda Coutinho e Gusmão, fidalgo cavaleiro da Casa Real e Capitam-mor das Ordenanças de Vila Franca do Campo, Ilha de S. Miguel".

Conservou-se depois na posse de seus descendentes ([166]), até seu 2.º neto José Bento Botelho de Gusmão, 2.º Visconde e 1.º Conde do Botelho, falecido em 1919, último, na varonia dos Botelhos, que possuiu esta cópia.

Está hoje em poder do Sr. Dr. Albano de Gusmão Tavares do Canto Taveira, sobrinho daquele titular.

15 — *Livro Primeiro Das Saudades da Terra do Doutor Gaspar Fructuoso, natural da Ilha da Madeira, digo de São Miguel; em que se tracta do Descobrimento da ilha da Madeira e suas adjacentes, e da Vida e Progenie dos Illustres Cappitaens della.* A fls. 129 v. o *Livro Segundo* (sic)... A fls. 145 v. o *Livro Trecr.º* (sic)

Contém:

Liv. II — cap. I—VIII, XII—XIX, XXX—XXXIX, XLIII—XLVI, XLIX e L.

Liv. III — cap. I, II, XII e XIII.

Liv. IV — cap. I, II, XXXVII—L, LIII, LVI—LVIII, LXI (fundido com o LXIV, ambos incompletos), LXIII, LXIV, LXVI—LXXII, LXXIV—LXXVIII, LXXXII—LXXXIX, XCVI.

Séc. XVIII, posterior a 1722. 1 vol. in-fol. de 413-11-1 fls. Frontispício ornado de desenhos à pena. As epígrafes dos outros dois livros têm também, na parte inferior, alguns desenhos, mas de maior simplicidade. Encadernação coeva em carneira. A fls. 403 vem a *Lembrança* do P.e Manuel Gonçalves com o título: — *De hum notavel terremoto, que aconteceu na Era de 1630, depois de falecido o Auctor deste Livro,* e vai até fls. 406. De 407 a 413 o *Index dos Cappitollos,* com a numeração referente à cópia n.º 9, como já notamos atrás, a pág. CLVII. As 11 fls. finais, com numeração própria, contêm a:

Continuação das Famílias dos Illustres Cappitães da Ilha da Madeira, Condes da Calheta, e dos mais que têm a Baronia de Camaras, do tempo, em que a escreveo o Doutor Gaspar Fructuozo, no seu 2.º Livro das Saudades da Sua Terra, a Ilha de Sam Miguel, athé o tempo prezente.

Ao título segue um pequeno preâmbulo que termina com estas palavras:

— "... começando das pessoas até donde chega o dito Doutor Fructuoso, até às que vivem neste ano de 1722".

A fls. 1 v.: *Cappitães da Ilha da Madeira, Condes da Calheta;* a fls. 2: *Condes da Atouguia e Senhores da Ilha Dezerta;* a fls 4: *Condes da Atouguia;* a fls. 5 v.: *Senhores da Ilha Dezerta;* a fls. 8 v.: *Almotaçêis Móres;* a fls. 10: *Capitães da Ilha de São Miguel e Condes de Rybeira Grande*. Termina do seguinte modo:

— "Fóra as casas que aqui se continuam, e conservam a baronia de Câmaras por via das filhas que dela casaram, há poucas casas ilustres de Portugal que não tenham sangue dela, e aqui se não continuam porque foi só intento de fazê-lo àquelas casas que seguiu o Doutor Gaspar Fructuoso, autor deste livro e pessoa de toda a autoridade e crédito".

O ramo mais tratado é o dos Senhores das Ilhas Desertas, com minuciosidades que não se observam nos outros, principalmente as notícias de Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho e Ataíde e de seu filho Gastão José da Câmara Coutinho e Ataíde, respectivamente 4.º e 5.º Senhores daquelas Ilhas, pelo que supomos ter sido esta *Continuação* feita ou ordenada por este, porque, como se vê adiante no n.º 33, entregava-se a estudos genealógicos e era possuidor de uma cópia das *Saudades da Terra,* talvez a n.º 9, como dissemos ao tratarmos dela, à qual correspondem as referências à numeração das folhas do texto de Fructuoso que nesta se encontram.

A letra, bela e correcta, é sempre a mesma do princípio ao fim do volume.

Foi possivelmente este Gastão José quem ordenou que sobre a sua se fizesse esta cópia, a que juntou a continuação genealógica, ou encontrando-se esta espécie entre os seus papéis, algum de seus descendentes a teria mandado trasladar para esta cópia, na ocasião em que ordenava a factura dela.

Do que parece não restar dúvida é de que pertenceu e se conservou nesta família até que pelo casamento de D. Juliana da Câmara, terceira neta de Gastão José da Câmara Coutinho e Ataíde e filha de D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho Pereira de Sande, 8.º ([167]) Senhor das Ilhas Desertas, com D. João de Noronha Camões de Albuquerque e Sousa Moniz, 6.º Marquês

de Angeja, passou para a posse desta casa, como se vê do *ex-libris* brasonado deste título ([168]) colado ao centro do verso da pasta superior do volume.

Acima do *ex-libris* tem uma nota mandando ver a *Bibliotheca Lusitana* e no alto da pág. as seguintes palavras:

— "Este livro é de João Evangelista Ryb ([169]) (eiro?). Tem 413 folhas além do Appendix que tem onze folhas".

No verso da última folha:

— "Este livro era da livraria dos Marquezes d'Angeja que o houve da de Manuel de Severim de Faria ([170]), e custou vinte e quatro mil réis, Lisboa, 5 de Janeiro de 1853. Alexandre de Oliveira".

Ignoramos se na ocasião desta compra o vol. estava ainda na casa de Angeja, de que era então senhor o 8.º Marquês, D. Caetano Gaspar de Almeida Noronha Portugal Camões Albuquerque Moniz e Sousa.

O Dr. Alexandre de Oliveira, formado em medicina pela Universidade de Leyde, na Holanda, foi irmão e herdeiro do 1.º Conde do Tojal e morreu sem geração, passando toda a casa a Astley Campbell ([171]), major do exército inglês, a cujos herdeiros julgamos comprou esta cópia o Sr. Alfredo Bensaúde, hoje proprietário dela. É assim a última nota do volume:

— "Da biblioteca de Alexandre de Oliveira, na quinta do Tojal, passou este livro para a de Alfredo Bensaúde — por compra a herdeiros seus — em 1902".

Está actualmente em poder do Sr. Rodrigo Rodrigues.

16 — Cópia pertencente ao Snr. Conde de Albuquerque, Dr. Duarte d'Andrade Albuquerque Bettencourt.

Contém:

Liv. III — cap. XX.

Liv. IV — cap. I—XXXVI, LI—LV.

Letra do séc. XVIII. 1 vol. in-fol. de 2-177-16 fls. Nas 2 primeiras vem o *Indes* (sic.) resumido e das 16 finais e inumeradas, 3 são em branco, 1 é ocupada por algumas linhas doutra letra com o título de *Lembranças particulares,* e as restantes contêm algumas tentativas de árvores genealógicas, a maior parte com base no *Livro Velho de Linhagens* e poucas ligadas com Fructuoso, todas, porém, muito reduzidas, sendo a mais desenvolvida uma dos Bettencourts. Pelas frequentes referências a obras históricas, vê-se que foi propriedade de um erudito amador de genealogias ([172]). Estão também em branco uma folha entre o índice e o começo do texto e as 24-28. Sem frontispício, começa, sem epígrafe, por *Capítulo hum...*

É do tipo comum das cópias do Liv. IV. A seguir ao cap. 36 tem: *Fim das gerações de S. Miguel* e depois o cap. 20 do Liv. III e os 51-55 do Liv. IV, numerados de 1 a 6. Termina: *Fim do Frutuoso a fls. 319.*

Está em poder do Sr Conde de Albuquerque desde fins do séc. passado.

17 — LIVRO QUARTO das Saudades da Terra do Doutor Gaspar Fructuoso, em que se trata do descobrimento da Ilha de S. Miguel, & da vida & progenie dos illustres Capitães della, & dos seus moradores & alguas couzas que nella aconteseram.

Contém:

Liv. III — cap. XX.

Liv. IV — cap. I—XXXVI, LI—LV.

Letra do séc. XVIII? 1 vol. in-fol. de 119-6 fls., estas inumeradas e contendo o *Index das couzas notáveis que neste livro se contêm.* As palavras *Livro quarto e Capítulo primeiro* são escritas em tinta encarnada. Sem frontispício.

É do tipo comum das cópias do Liv. IV. Termina o cap. 36 por: *Fim das gerações de S. Miguel* e seguem o cap. 20 do Liv. VII e os 51-55 do Liv. IV, numerados de 1 a 6. Acaba: *Fim do Fructuoso a fls. 319 — Peixoto.* A mesma rubrica na primeira folha.

O seu actual proprietário, Sr. Eugénio Moniz, em carta datada em Lisboa de 24 de Julho deste ano, amavelmente nos informa destas particularidades e acrescenta:

— "Esta cópia está bem conservada e encadernada em couro antigo, apresentando em algumas cópias sinal evidente de se terem servido de processo químico para fazer sobressair melhor a escrita, aliás bastante regular, o que faz supor, apesar da rubrica — Peixoto — não se tratar de — uma outra cópia antiga de *péssima letra* — que pertenceu a João Ignácio Peixoto, como se vê na *Bibliotheca Açoriana,* n.º 11 ([173])..."

"Possuo este manuscrito há perto de quarenta anos, mas infelizmente não consigo recordar-me de como me veio parar à mão, nem a quem havia pertencido".

18 — *Historia Inçulana. Composta pello R. do Dr. Gaspar Fructuoso, Formado em filosofia e Theologia pela Universidade de Salamanca, e Vigario proprio da Matriz de Nossa Senhora da Estrella da Villa da Ribeira Grande aonde faleceo no ãno de 1591, tendo nascido na Villa de Ponta Delgada em 1522. E fielmente copeada do seu original, conferida e robricada n'esta Cidade de Ponta Delgada aos 14 de 8.bro de 1814 por mim João de Arruda Botelho e Camara.*

Contém:

Liv. I — cap. IX, XXI e XXXII.

Liv. II — cap. I, IV, V, VIII, XXXIII (este incompl.), XL.

Liv. III — cap. I—III, XII—XIV, XX.

Liv. IV — completo

Liv. VI — cap. I, IX, XII, XIII, XV, XIX—XXI, XXIV—XXIX, XXXII, XXXIV, XXXVI, XXXVIII, XLII.

Começada em 1809 e acabada em 1814. In-fol. de 9 (inum.: 1 com o título, 1 em branco, 4 com o índice do Liv. IV e 3 em branco) — 31 (Liv. I a III) — 390 (Liv. IV) — 47 (inum.: Liv. V e VI). Antes do Liv. IV tem 11 fls. em branco e depois outras 11. O vol. é protegido por uma capa de couro cru em forma de carteira.

No frontispício tem ainda a seguinte nota:

— "Também conferida por dois Tabeliães, como se vê a folhas 390, somente o Livro quarto desta ilha de S. Miguel".

O certificado da conferência é datado da Ribeira Grande, 12 de Janeiro de 1815 e assinado pelos tabeliães António José da Ponte e Victorino Felix Moniz, ambos daquela vila.

Afora os capítulos copiados por inteiro e que já referimos, tem extractos, alguns bastante largos, de muitos outros, muitas vezes pelas próprias palavras do autor, e dos restantes os títulos e numeração das folhas do original em que se encontram. Os que têm extractos são os seguintes: do Liv. I — 8, 11-13, 17, 18, 22-24 e 27; do Liv. II — 2, 3, 6, 7, 9, 10, 12, 14-20, 30-

32, 35, 37-39, 41, 43-46, 49-51; do Liv. III — 4-6, 9, 11, 15-19, 21-23, 25 e 26; do Liv. V — 1, 2, 11, 13 e 25 (só o soneto a Camões); do Liv. VI — 2-5, 7, 8, 11, 22, 23, 31, 33, 37, 39-41, 43, 47 e 48. Incluimos o 19 deste Liv. no número dos inteiros, o qual julgamos completo por não ter nenhuma nota em contrário, apesar de só conter dois parágrafos. O 33 do Liv. II tem só falta de um parágrafo. Das *Saudades da Ceo* tem os títulos dos capítulos.

Contém muitas notas sobre os vícios que o Morgado Arruda encontrou no autógrafo, as quais na sua grande parte transcrevemos na notícia deste, pág. CXXVII, *supra* ([174]). Além destas, vejam-se muitas outras referências a esta cópia em toda aquela notícia, *passim,* em que a tomamos como base de algumas reflexões sobre o original, dando-lhe a consideração que merece, como notável apógrafo que é, o único pela qual se pode obter alguns esclarecimentos, enquanto não terminar o prejudicial encantamento em que aquele se conserva.

É um apreciável monumento de veneração pelo Dr. Fructuoso e a prova da muita paciência e cuidado do Morgado João de Arruda Botelho e Câmara que consumiu cinco anos a fazê-lo, ainda que seja para lamentarmos não ter esgotado o precioso autógrafo, o que lhe custaria um pouco mais de trabalho.

Vem descrito sob n.º 4 na *Breve notícia sobre as cópias,* etc.; é inexacta, porém, a nota dos capítulos que contém, por a ter tirado o Dr. Ernesto do Canto da inserta pelo próprio João de Arruda na sua *Notícia da História do Dr. Gaspar Fructuoso, apud Notícias verdadeiras* ([175]), da qual já fizemos a transcrição respeitante ao autógrafo, que se vê atrás a pág. CXLV. A sua cópia refere-se nos seguintes termos, a pág. 11:

— "... todos (os cap. do Liv. IV) copiados por mim, com letra mais miuda do que esta, a todos os capítulos copiei por inteiro e mandei conferir por dois tabeliães, que declaram as emendas, acrescentamentos, riscaduras e vicios que acharam no original, e todo o livro está rubricado com o meu sobrenome, que diz — Arruda".

"Já houve quem pretendesse este livro para se imprimir, ao que respondi que não tinha duvida, depositando ele 400$000 réis em mão de pessoa da minha confiança e da sua, com declaração que dando-me o livro sem vicio, nem acrescentamento, nem folhas rasgadas, e acabado de se imprimir eu o receberia e ele os seus 400$000 reis, que em tanto estimo, segundo o trabalho e despezas que fiz para o ter, e ninguem já intenta que eu lh'o empreste, nem se escandalisam de mim, porque se o emprestasse a um, e a outro não, faria ofensa aos meus amigos e pessoas de autoridade e respeitaveis, pois que todos sabem o prometimento que eu tinha feito do dito livro não sair da minha casa, aonde o mostro a todos e não o nego a ninguem que nele quer vêr alguma cousa, ou tirar copias do que lhes convem, e advirto aos meus sucessores que devem fazer o mesmo prometimento, e se o não observarem constantemente ha de vir esta casa a ficar sem ele, porque pelos emprestimos o hão de viciar, negar e sumir".

Os sucessores, porém, pouco tempo a tiveram em seu poder, pois tendo falecido em 31 de Janeiro de 1845 ([176]), neste mesmo ano seu filho Francisco de Arruda Botelho vendeu-a por 200$000 réis, juntamente com outros trabalhos do pai, ao eminente bibliófilo José do Canto ([177]), em cuja riquissima biblioteca se conserva, hoje em poder de seus herdeiros, por amável permissão dos quais serviu para por ela se fazer a conferência do Liv. IV, que agora será editado ([178]).

19 — Saudades da Terra, pelo Dr. Gaspar Fructuoso.

Contém:

Liv. III — cap. XX.

Liv. IV — cap. I—LVIII, LXI (fundido com o LXIV, ambos incompletos), LXIII, LXIV, LXVI—LXXII, LXXIV—LXXVIII, LXXXII—LXXXIX, XCII, XCVI.

Séc. XVIII e XIX. 1 vol. de 20-580 fls., das quais estão em branco as 188, 326-366, 412-452, 458-467 e 534-536. Das 20 anteriores, 4 são em branco e as restantes ocupadas pelos índices de quatro das cópias da Biblioteca Nacional de Lisboa (n.ºs 6-9, *supr*a), de uma das quais (a n.º 9) esta é cópia, executada ou ordenada ([179]) por José de Torres, em acrescentamento a uma mais antiga, talvez de fins daquele primeiro séc., a qual contém nas suas 224 fls. os cap. 1-36 a 51-55 do Liv. IV e o 20 do Liv. III, na mesma ordem e numeração em que se encontram nas deste conhecido e comum tipo, já por vezes referido, e com o *Index das cousas notáveis que neste livro se contêm,* começando na primitiva fl. 217, actual 573. Separada em duas partes pelo fim do cap. 36 do Liv. IV — *Fim das gerações de S. Miguel —,* às primeiras 180 fls. juntaram as que vão de 181 a 536, actuais, às quais apuseram as que restavam da primitiva cópia, 181-224, com a numeração de 537 a 580, ficando assim colocados no fim do vol. o cap. 20 do Liv. III e os 51-55 do Liv. IV e o índice que diz respeito somente a estes e aos 36 referidos. A numeração dos capítulos é também uma barafunda, copiada como foi da citada cópia n.º 9. O cap. 92, cujo número está certo, foi introduzido depois por José do Canto. Sem frontispício: o título acima é o do começo dos índices. A parte mais antiga é, porventura, alguma das cópias que vão adiante como de lugar incerto, o que é hoje impossível de identificar. A outra parte deve ter sido executada depois de 1852, ano em que José de Torres foi residir para Lisboa, onde certamente se lhe desvaneceu o juízo, que formava, de ser apógrafa a citada cópia n.º 9, ao depois o arquétipo da sua, como manifestou a Felix José da Costa em carta ([180]) de 3 de Maio de 1846:

— "Dois exemplares completos há do inédito "Saudades da Terra", o original do Visconde da Praia e o *apógrafo* da Biblioteca Nacional de Lisboa ([181])".

Vem citado este complicado manuscrito sob o n.º 8, na *Breve Notícia sobre as cópias,* etc., que erradamente lhe atribui os Liv. I a IV, lapso a que o Dr. Ernesto do Canto foi levado pelos índices que se encontram à frente do volume, quando é certo conter somente o que acima mencionamos.

Constitui o vol. XVIII dos Mss. ([182]) da colecção denominada *Variedades Açorianas,* curioso e importante repositório de impressos e manuscritos, jornais, volumes, opúsculos, cópias e notas durante muitos anos cuidadosamente reunidos pelo notável escritor, produto, juntamente com muitas publicações que dele restam, das horas vagas dos seus labores oficiais, as quais, na maior parte, dedicava a assuntos de história açoriana.

José Joaquim de Torres Borges, José Joaquim de Torres, ou, finalmente, José de Torres, era filho de Bento José de Torres e de sua mulher D. Maria Ricarda Borges e nascido em Ponta Delgada em 17 de Junho de 1827. Faleceu em Lisboa em 4 de Maio de 1874.

Por compra à sua viúva, pela quantia de £ 200, foram adquiridas as *Variedades,* e em consequência, o vol. que vimos tratando, por José do Canto, em cuja biblioteca se conserva, hoje em poder de seus herdeiros.

Supomos ter sido esta compra efectuada particularmente e não no leilão da sua livraria, realizado em Junho de 1875; não conseguimos, porém, constatar se vem ou não citadas no respectivo catálogo ([183]), por não termos podido ver nenhum exemplar, ainda que o seu título e reduzido número de páginas (15) indica não ser já da livraria completa.

20 — Cópia feita por Manuel Barbosa da Câmara Albuquerque.

Contém:

Liv. III — completo.

Executada, por cerca do 3.º quartel do séc. XIX, sobre a do Morgado Laureano Francisco da Câmara Falcão (n.º 2, *supr*a).

Manuel Barbosa da Câmara Albuquerque, filho de Ignácio Manuel da Câmara e de D. Eugénia Eufrásia da Câmara Soares de Albuquerque, foi natural da Ilha de S. Maria, onde

viveu, e dedicou-se com muita proficiência a estudos genealógicos das famílias da sua terra, dos quais deixou muitas notas nesta sua cópia.

Por sua morte (1880-84?), ficou o vol. a sua viúva, D. Eugénia Violante da Câmara Albuquerque, que mais tarde o cedeu ao Sr. Dr. Teófilo Braga, sobrinho, pelo lado materno, do marido, em cujo poder se conserva.

Por só tardiamente termos conhecimento da existência desta cópia, não pudemos inquirir de mais particularidades bibliográficas.

21 — Cópia feita pelo Padre António Egídio de Sousa.

Contém:

Liv. IV — cap. I—XIV (este incompleto).

3.º quartel do séc. XIX, em ou pouco posterior a 1858. 1 vol. in-fol. de 199—1 fls., das quais as 37, 38, 51, 68 e 110-195 em branco. Falta a fl. 1, pelo que está também incompleto o cap. 1, indo o texto de Fructuoso até fls. 106 v. Do fim da fl. 45 a 50 um acrescentamento e nas 86, 99 v. e 100, outros assuntos. As fls. 107-109 são ocupadas pela matéria a que se refere a seguinte nota:

— "E porque, por falta do livro que eu estava copiando, não posso continuar por ora na minha cópia, passo por isso a meter de permeio a história adeante do que sei sobre os dois padroados dos dois conventos de S. André e de S. João desta cidade de Ponta Delgada, e mesmo do de S. Ana das Capuchas, de S. Sebastião de Angra na Ilha Terceira, história esta que por escrita sua assinada de 11 de Janeiro de 1807 e que disse a tivera dos livros das nomeações dos logares dos Padroados, me transmitiu a Madre Lúcia (?) Teresa, religiosa que foi em S. André e por ela assinada aos 18 de Janeiro de 1807".

Das fls. 196 a 199 vem um índice dos cap. 1—36 do Liv. IV, a que chama 1.ª parte — e do 20 do Liv. III e 51-55 daquele Livro, numerados de 1 a 6, e com o nome de — 2.ª parte —, pelo que se vê ser a cópia de que se serviu uma das do tipo comum do Liv. IV. Anterior ao índice tem a nota que segue:

— "Já que tive o grande desgosto do dono do livro das Saudades da sua Terra que o Dr. Gaspar Fructuoso, Vigário em Nossa Senhora da Estrela da Matriz da Ribeira Grande, composera e dera à luz sobre as famílias desta Ilha até quando morreu em 24 de Agosto de 1591, ter-me tirado esse livro que eu estava copiando, aumentando com notas minhas como se pode ver nos capítulos de 1 até 13 que copiei e parte do 14, por isso darei abaixo em resumo os capítulos de todo o livro, e assim o programa de cada um dos mesmos capítulos, tanto os da primeira como da segunda parte".

As notas a que se refere o copista estão lançadas em grandes margens ao lado do texto.

Na fl. 200 uma nota sobre outro assunto; na final, inum., encontra-se uma pequena notícia sobre Fructuoso, reflectida da do P.e António Cordeiro, e no verso o seguinte termo de encerramento:

— "Tem este livro duzentas folhas, rubricadas por mim P.e António Egídio de Sousa em 24 de Maio de 1858. Ponta Delgada da Ilha de S. Miguel de felicíssima sorte, como diz o Dr. Gaspar Fructuoso, a pág. (sic) 9 v., em 24 de Maio de 1858. O P.e António Egídio de Sousa".

A cópia é pouco fiel e a letra denota já a mão pouco firme.

O P.e Egídio, como era conhecido, de alcunha o *Carcanha,* filho de António José de Sousa e de Amélia Rosa, foi natural da Vila da Ribeira Grande e faleceu nesta Cidade de Ponta Delgada a 5 de Fevereiro de 1865, tendo sido beneficiado na Matriz de S. Sebastião e advogado público nos auditórios da Ilha. Deixou testamento, no qual não sabemos se faz referência aos seus livros; esta cópia teve-a ([184]) da mão de um sobrinho, no presente ano, o Sr. José Nicolau de Medeiros, de quem é propriedade actual.

22 — Cópia feita por António Pacheco Botelho de Mendonça.

Contém:

Liv. IV — cap. I, II, X, XII e XXI.

Pelo 3.º quartel do séc. XIX. Ocupa as fls. 14-40 e 49-59 de um vol. in-fol de 195 fls., a que faltam as 13, 41-48, 60, 65, 69, 70, 74, 149-153, 181 e 183, o qual primitivamente destinado a livro do protocolo do Juízo de Direito desta Comarca de Ponta Delgada, como se vê pelo termo de abertura assinado pelo Juiz Francisco Joaquim de Oliveira, em que ordena ao escrivão António Pacheco Botelho de Mendonça numere e rubrique as folhas, e pelos diversos autos que nele se chegaram a registar até fls. 12.

Os capítulos do texto de Fructuoso vêm em ordem bastante alterada, chegando a ter alguns parágrafos repetidos; tem também alguns parágrafos dos cap. 3 e 11.

De fls. 59 em diante vêm muitas árvores genealógicas, a maior parte com a designação de pertencerem a uma série do Dr. João de Medeiros (João Luiz de Medeiros?), e outras do próprio Botelho de Mendonça, em algumas das quais faz a sua própria ascendência, quase todas, de umas e de outras, demonstração de linhagens interessadas na successão e administração de vínculos, capelas, etc., motivo a que obedeceu sem dúvida o desordenado traslado de vários capítulos e parágrafos das *Saudades da Terra.* Encontram-se também no volume muitos apontamentos, mesmo sem relação com árvores, alguns de curioso interesse.

António Pacheco Botelho de Mendonça, o *Sexta-feira,* por alcunha, era filho de Vicente Joaquim Botelho de Mendonça e de D. Eufrásia Jacinta Tavares de Arruda e faleceu por 1899.

Este *livro velho,* porque o compilador diz possuir um *livro novo* ([185]), também de árvores e apontamentos, é actualmente propriedade do Sr. Major Alfredo de Melo Azerêdo.

23 — Cópia feita por Francisco Vaz Pacheco de Castro.

Contém:

Liv. III — completo.

Liv. IV — cap. I—XLVII (este incompl.), LI—LV.

3.º quartel do séc. XIX. Principiada em 1875. 3 vol. in-fol. de 125, 342 e 309 fls., dos quais os dois primeiros ocupados pelo texto de Fructuoso e o terceiro pela repetição resumida, muitas vezes pelas próprias palavras do autor, de alguns daqueles cap. do Liv. IV, à qual o copista chamou índice, apesar de não estarem os extractos por ordem alfabética.

Só este último livro vem mencionado, na *Breve notícia sobre as cópias,* etc., sobre o n.º 10, na qual o Dr. Ernesto do Canto diz ter sido a cópia executada sobre a do Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros (n.º 3 *supr*a) pelo punho do sobrinho Francisco Vaz Pacheco de Castro. Porém, contendo a mais daquela os cap. 37-47 e a menos o 66-68, 77 e 96-100, parece-nos haver equívoco na informação, afigurando-se-nos antes ser cópia da de André da Ponte Quental da Câmara, pela qual, em 1875, o Dr. Ernesto do Canto mandou executar uma do Liv. I (n.º 5, acima), e que emprestaria ao sobrinho, ou este a haveria de Francisco de Arruda Furtado, em poder de quem estava então *(vid.* o n.º 36, adiante).

A parte do Liv. III é cópia da do Morgado Laureano Francisco da Câmara Falcão, (n.º 2, *supr*a) depois de estar conferida com o autógrafo, sendo, em consequência, a sua factura posterior a 1876, ano em que foi feita aquela conferência.

Francisco Vaz Pacheco de Castro (1839-1884) foi filho do Morgado João Silvério Vaz Pacheco de Castro e de D. Emília Carolina do Canto, e irmão do Rev.mo Sr. Padre João Vaz Pacheco do Canto e Castro, possuidor da cópia depois da sua morte, de quem a houve por compra em fins de 1918, o autor deste ensaio.

24 — Cópia feita pelo Dr. José Botelho de Melo.

Contém:

Liv. III — completo.

Liv. IV — cap. XXXVII—XLVI.

1883. 2 vol. in-fol de 2-159 e 2-136-2 pág., estas duas últimas com o respectivo *Indice,* ocupando o do outro vol. as pág. 157-159. No frontispício do Liv. III lê-se:

— Doutor Gaspar Fructuoso — Livro 3.º das Saudades da Terra que trata da ilha de Santa Maria (Cópia) 1883.

O do Liv. IV é de factura mais moderna, e diz:

— Doutor Gaspar Fructuoso — Capítulo 37.º a 46.º do Livro 4.º das Saudades da Terra. Cópia feita em 1883.

Apurada caligrafia, de grande uniformidade e beleza.

O Dr. José Botelho de Melo, devotado bibliófilo micaelense, que dedicou grande parte da vida a reunir uma curiosa colecção de livros e papéis referentes aos Açores, era filho de Francisco Botelho de Melo e faleceu nesta cidade de Ponta Delgada a 16 de Maio do corrente ano, passando toda a casa para seu sobrinho-afim, o Sr. Dr. Horácio Rodolfo Pinheiro, que é actualmente o proprietário desta cópia.

25 — Cópia feita por José Pedro da Costa.

Contém:

Liv. III — cap. I-III, V—XXI?

Fins do séc. XIX. O vol. contém, afora os capítulos mencionados, extractos dos restantes daquele Livro.

José Pedro da Costa foi professor do Liceu Central desta cidade e genealogista muito versado e considerado em assuntos respeitantes à Ilha de S. Maria, onde nasceu, na Vila do Porto, em 27 de Janeiro de 1837, filho de Luiz José da Costa e de D. Umbelina Emília da Costa. Faleceu nesta cidade em 4 de Março de 1919, passando os seus livros, entre eles, esta cópia, para o Sr. Dr. Ramiro Jácome da Costa Coutinho, seu filho.

26 — Cópia feita pelo Snr. Rodrigo Rodrigues.

Contém:

Liv. III — completo.

Liv. IV — completo.

1906-15. 4 vol. in-fol., respectivamente de 1-75, 1-166, 1-177 e 1-105, no primeiro dos quais vem o III, cujo frontispício, a fl. I, inum., diz assim:

— "Rodrigo Rodrigues copiou em 1906, de uma cópia conferida com o original".

"Foi conferida com a cópia do Morgado Laureano (mandada trasladar do original, sendo o copista Francisco Jacinto Borges, em 1840 e tantos, e conferida pelo original depois em 1875), em Dezembro de 1920. Foram também alguns capítulos conferidos com a cópia do P.e Toste (pertencente à Biblioteca Pública de Ponta Delgada) e com a cópia do Morgado Arruda (pertencente à Biblioteca de José do Canto). Rodrigo Rodrigues".

Foi começada sobre a de José Pedro da Costa (n.º 25, atrás).

Até fls. 67 o texto de Fructuoso, na 68 o índice dos capítulos e da 69 a 75 o índice onomástico. Serviu para a impressão do presente vol.

O Liv. IV ocupa os restantes 3 volumes, com frontispício, cada um, na folha inum. respectiva. No primeiro lê-se:

— "Cópia da parte do Livro 4.º das *Saudades da Terra* do Dr. Gaspar Fructuoso".

"Esta cópia começa no cap.º 37, e é trasladada de uma cópia ([186]) que pertenceu ao Chantre de Évora Manuel Severim de Faria, na sua maior parte, sendo alguns capítulos, que a dita cópia não continha, trasladados das cópias existentes na Bibloteca Pública de Ponta Delgada, e dos excertos publicados no *Archivo dos Açores.* Rodrigues".

"(Os capítulos 1.º a 36.º, deste Livro 4.º estão publicados em volume, pelos editores Francisco Maria Supico e José Pedro de Jesus Cardoso, em Ponta Delgada, 1876, por isso se não transcrevem nesta cópia, que é continuação do dito volume publicado)".

"Vol. 2.º, cap. 37 a 62 (continuação do vol. 1.º, que é publicado acima referido)".

No verso do frontispício, o índice daqueles cap. 37-62. O texto vai até fls. 158 e nas restantes, 159-166, o índice onomástico.

O frontispício do outro vol., em cujo verso vem o índice dos respectivos capítulos, diz:

— "Cópia de parte do Livro 4.º das *Saudades da Terra* do Dr. Gaspar Fructuoso".

"Vol. 3.º (continuação do vol. 2.º). Livro 4.º, capítulos 63 a 95. Rodrigo Rodrigues".

O texto prolonga-se até fls. 167, a 168 em branco, e nas 169-177 o índice onomástico.

O frontispício do último vol., no verso do qual vem também o índice dos respectivos capítulos, refere:

— "Cópia de parte do Livro 4.º das *Saudades da Terra* do Dr. Gaspar Fructuoso".

"Vol. 4.º (continuação do vol. 3.º). Livro 4.º, capítulos 96 a 113".

O texto estende-se até fls. 90, as 91-99 em branco, e nas 100-105 o índice onomástico.

Conferida esta parte do Liv. IV, com o apógrafo do Morgado João de Arruda, vai servir para a impressão da maior parte daquele livro, na presente edição.

27 — Cópia feita pelo Snr. Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda.

Contém:

Liv. III — completo.

1906. 1 vol. in-fol. de 131 fls. Foi feita sobre a do Sr. Rodrigo Rodrigues, e conferida em Setembro de 1920, somente até ao cap.12, pelas do Morgado Laureano Francisco da Câmara

Falcão (n.º 2, *supr*a) e P.e João Ignácio Pereira Toste de Mesquita (n.º 4, acima). Em vol. aparte, de 200 pág., tem o Sr. Dr. Velho Arruda muitas notas e acrescentamentos.

28 — Cópia feita pelo Snr. Dr. Humberto de Bettencourt de Medeiros e Câmara.

Contém:

Liv. IV — cap. I—XLVII (este incompl.).

1907. 1 vol. in-fol. de 261 pág. O título, num pequeno rectângulo de papel, aderente à superfície externa da pasta superior do vol., diz:

— *GASPAR FRUCTUOSO. SAUDADES DA TERRA. Livro 4.º Cópia de Humberto de Bettencourt.* Foi executada, parte sobre a do Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros (n.º 3, atrás) e parte sobre a do Sr. Conde de Albuquerque (n.º 16, *supr*a), no propósito de ser levada até à conclusão daquele livro; ficou, porém, interrompida pelo projecto, já então sugerido, da presente edição.

Conferida com o apógrafo do Morgado João de Arruda, vai ser desmembrada para dar começo à respectiva impressão, depois do que o Sr. Dr. Humberto de Bettencourt a condena a desaparecer.

Pelas muitas emendas que resultaram da conferência, se vê quanto são viciadas aquelas cópias.

Vid. nota ([187])*, abaixo.*

DE PARADEIRO DESCONHECIDO

29 — Descobrimento da ilha da madeira e discursos da vida e feitos dos capitães da dita ilha.

Séc. XVI. 1 vol. in-4.º, de 90 fls., encadernado em pergaminho. Encontra-se sob o n.º 2072, a pág. 303 do *Catálogo da livraria do fallecido distincto bibliógrapho e biblióphilo José Maria Nepomuceno* ([188])..., o título que damos acima, acrescido da palavra — História — e indicações do formato, número de folhas, etc., e a seguir:

— "Começa pela História da descoberta e vida do primeiro Capitão Gonçalves Zarco, e acaba na do quinto, Simão Gonçalves da Câmara. — Autógrapho?"

"Na margem superior do frontispício, tem esta nota de letra diferente do texto: — *De Gaspar Fructuoso Chronista das Ilhas* — e na parte inferior da última folha, da mesma letra: — *De Pedro de Andrada Betancurt, filho de Antonio dandrada do couto Betancurt, natural da Ribeira brava 587* (1587) *4 de março* (autographa). A letra da obra é mais antiga que a das notas".

Em diversas obras genealógicas que compulsámos, não conseguimos identificar aqueles nomes, a despeito de termos encontrado alusão a vários Andrades Bettencourt da Vila da Ribeira Brava. Precisávamos, para chegar a alguma conclusão, saber primeiramente o que se deve pensar da veracidade daquela data de 1587, o que só se poderá julgar, conhecendo o período em que viveu aquele Pedro de Andrade.

Em 1587, trabalhava ainda Fructuoso no aperfeiçoamento da sua obra, pelo que nos parece estranho aparecer com visos de ainda maior antiguidade, uma cópia, apesar de pequena ou fragmentada, do Liv. II das suas *Saudades da Terra.*

Não sabemos, infelizmente, onde demora actualmente o precioso manuscrito, cujo conhecimento, se porventura é da autoria de Fructuoso, como tudo parece indicar, viria com certeza lançar mais alguma luz nas dúvidas em que nos debatemos para a reconstituição do texto autêntico do cronista.

Por maior infelicidade, morreu já o livreiro Manuel Gomes, que poderia informar o nome de para quem comprara este Ms. por 25$050 no leilão daquela livraria, como se vê a pág. 48, sob o n.º já referido, do *Appêndice ao catálogo da importante livraria de José Maria Nepomuceno* ([189]).

Não encontramos também referência a esta cópia na *Bibliotheca Açoriana,* onde vêm, aliás, citadas algumas espécies desta livraria, assim como não deparamos com qualquer nota ou marca no exemplar daquele *Catálogo* que pertenceu ao Dr. Ernesto do Canto, hoje no seu legado, na Biblioteca Pública desta cidade.

30 — Cópia que pertenceu ao Lic.do P.e João de Sousa Freire.

Deve supor-se cópia do "livro de Gaspar Fructuoso, que fez das gerações das ilhas", pelo menos de alguns capítulos das genealogias desta ilha, o "livro do Dr. Gaspar Fructuoso que tem o Licenciado João de Sousa Freire, vigário que foi da egreja de S. Pedro da Ribeira Seca...", e a que alude o extracto de um nobiliário anónimo, publicado pelo Sr. Ares de Sá, no *Frei Gonçalo Velho* ([190]).

Vid. na *Notícia biográfica,* pág. LXIX e seguinte, *supra,* uma transcrição maior deste último trecho e as considerações sobre a família e pessoa do Lic.do Freire.

A cópia deve ser de factura anterior a 1620, ano em que foi passada a certidão que a ela se refere. Ignora-se de quem a houve o referido vigário, e para quem passou depois da sua morte, em 1709.

31 — Cópia feita pelo P.e António Cordeiro.

No Liv. I, cap. I, § 2 da sua *História Insulana,* diz Cordeiro, referindo-se às *Saudades da Terra:*

— "...cujo original está no Colégio da Companhia de Jesus da cidade de Ponta Delgada da Ilha de S. Miguel, que vi com atenção e *todo fielmente copiei".*

Deve ter sido executada a cópia em 1664 ou 1665, em que aqui esteve e a que faz alusão em diversas partes, entre elas no Liv. V, cap. VIII, § 50: — "Mas porque no ano de 1664 para 1665 vi e observei com meus olhos na mesma Ilha as ditas Furnas...". Não tornou depois a estas Ilhas, como declara no Liv. VII, cap. I, § I: — "...estamos já há quase cincoenta anos (escreve por 1714) fora delas, sem tornarmos lá...".

Contava então 23 para 24 anos, pois nascera em Angra em 1641, filho de Manuel Cordeiro e de Maria de Espinosa, e cursava as aulas do Colégio de Ponta Delgada, tendo já concluído o noviciado em Coimbra.

Não deve achar-se exagerada a expressão *que todo copiei,* porque somente sobre uma cópia completa poderia ter composto a *História Insulana,* em que vai seguindo e a cada passo citando as *Saudades da Terra,* de que, afinal, é quase mera cópia, ainda que em parte resumida e adulterada, parando, em quase todos os assuntos, na altura em que Fructuoso os deixou. O próprio título é talvez o mesmo que este destinava à sua obra, como já notamos a pág. CXXXI. ([191])

Sobre a fidelidade é que nos podem restar dúvidas, atentas as poucas qualidades de cuidado e critério de que deu provas.

É a n.º 20 da *Breve notícia sobre as cópias* etc., na *Bibliotheca Açoriana,* vol. I pág. 436.

Falecido em Lisboa em 1722, no Colégio de Santo Antão, neste devia ter ficado a sua cópia, que presumivelmente se perdeu por ocasião do terramoto de 1755. Por se supor completa a de André da Ponte Quental da Câmara (n.º 36, adiante) lembra-nos a possibilidade de ser a mesma, adquirida mais tarde em Lisboa, por este.

32 — História das Ilhas.

No *Catalogue of the valuable library of the late Right Honourable Lord Stuart de Rothesay including many illuminated and important manuscripts* ([192]), sob o n.º 1758, vem descrito, com o título acima.

— "An early manuscript commencing with Chapter XXI, thus: *Em que a verdade começa a contar a progenia e heróicos feitos de Tristão Vaz da Veiga, quinto capitão da Jurisdição de Machico e último possuidor dela, por mercê de sua majestade, do seu Conselho, ge* (ne) *ral da milícia de toda a ilha da Madeira* and ending hees-Deeds taining Accounts of the Families of Velhos, Alpoens, Faleiros, Fontes, Curvelos and Sarnaeses (Sarnaches) in the *Ilha de Santa Maria e de onde procederam os Figueiredos que há nela,* with an Account of the Island. The principal Part of the volume however is occupied by a Description of the Ilha de S. Miguel and the Families thereof, but especially da *Familia dos Bethancores que vieram da Madeira.* A valuable genealogical manuscript — fólio".

Transcrevemos textualmente esta notícia da fl. 60 v. do vol. IX dos Mss. das *Variedades Açorianas.* Não pudemos trasladar directamente do *Catálogo,* para prevenir qualquer possível incorrecção, por não termos conseguido ver nenhum exemplar.

Vem citada esta espécie, fora da *Breve notícia das cópias,* etc,. no n.º 995, pág. 166 do vol. I da *Bibliotheca Açoriana,* onde o Dr. Ernesto do Canto diz ser: "Talvez alguma das cópias das *Saudades da Terra* de Fructuoso".

Esta maneira de dizer foi talvez consequência do Dr. E. do Canto não ter visto os dizeres do *Catálogo,* pelos quais se depreende claramente tratar-se de uma cópia das *Saudades da Terra,* porventura a do Chantre de Évora, Manoel Severim de Faria (n.º 10, *supr*a), que também começa pelo cap. 21 do Liv. II, mas que não possui os cap. da descrição de S. Miguel. Pela abreviada nota que transcrevemos, nada se pode inferir da extensão da cópia.

33 — Cópia que pertenceu a Gastão José da Câmara Coutinho e Ataíde.

No vol. I, n.º CXLII do *Prólogo das Memórias para a história de Portugal que comprehendem o governo del-rey D. João I...,* refere o académico José Soares da Silva ter-lhe sido confiada, por seu dono Gastão José da Câmara Coutinho, Estribeiro-mor da Rainha, uma cópia das *Saudades da Terra.*

É presumivelmente a n.º 9, *supra,* como, ao tratarmos dela, e na n.º 15 conjecturamos, e onde também supomos ter sido este quem compôs os sugeriu a *Continuação das Famílias dos Illustres Cappitães...* que está apensa a esta última.

Gastão José (1662-1736) foi, como já dissemos, 5.º Senhor das Ilhas Desertas e filho de Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho e Ataíde. Desempenhou vários cargos na Côrte, entre eles o de Estribeiro-mor de D. Mariana d'Áustria, mulher de D. João V, e era muito dado ao estudo de genealogias, como dizem o *Diccionário Popular* e o *"Portugal" — Diccionário* etc. Dele dá também notícia com algumas inexactidões biográficas, a *Bibliographia Nobiliárchica Portugueza* ([193]).

Vem citada esta espécie, sob o n.º 12, na *Breve notícia sobre as cópias,* etc., onde vimos a indicação da obra que a refere.

34 — Cópia que pertenceu a Jerónimo de Brum.

Sem mais indicações, refere o n.º 18 da *Breve notícia sobre as cópias,* etc., ter havido uma pertencente a Jerónimo de Brum, da Ilha do Faial.

Cremos tratar-se de Jerónimo de Brum da Silveira Porras, como num Mss. ([194]) de letra do Dr. Ernesto do Canto se lê, e cujo título diz:

Memórias Genealógicas da Família dos Porras escriptas por Jerónymo de Brum da Silveira Porras, chefe da mesma Família na Ilha do Fayal aos 21 de Janeiro de 1740.

Com o título de: — *Memórias dos Lemos de Faria, do Fayal,* refere a *Bibliographia Nobiliárchica Portugueza* ([195]) outra obra deste Jerónimo de Brum. Nesta e no *Nobiliário da Ilha Terceira* ([196]) aparece abreviadamente nomeado por Jerónimo de Brum da Silveira e nas *Famílias Faialenses* ([197]), do Sr. Marcelino Lima, por Jerónimo de Brum da Silveira Porras Frias Taveira.

Em atenção ao facto de ter sido genealogista, atribuimos-lhe a posse desta cópia, porquanto ignoramos como o Dr. E. do Canto teve dela conhecimento. Talvez se encontre alguma notícia, se não o próprio Ms. na Biblioteca de José do Canto, casado com D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, terceira neta daquele Jerónimo de Brum.

35 — Cópia que pertenceu ao Dr. Caetano de Andrade Albuquerque.

Séc. XVIII. 1 vol. in-4.º. Parece ter sido vista pelo Dr. E. do Canto, que no n.º 17 da sua *Breve notícia sobre as cópias,* etc., lhe marca o formato.

O Morgado Dr. Caetano de Andrade Albuquerque, apreciável genealogista de quem ficou um vol. de linhagens micaelenses, nasceu em 1711, filho do Dr. José Jacinto de Andrade Albuquerque e de sua 2.ª mulher D. Margarida Maria de Araújo e Vasconcelos. Foi o primeiro, de que há memória, possuidor desta cópia, talvez por ele executada ou mandada executar, atento o género de trabalhos a que se dedicava, para os quais necessitava de a miúdo consultar as genealogias de Fructuoso.

Do seu 3.º casamento, em 1759, com D. Teresa Maria Inocência Taveira de Brum, provieram seus descendentes, naturais possuidores da casa e livros do seu antepassado, sendo o último que possuiu a cópia de que tratamos o seu 3.º neto, Dr. Caetano de Andrade Albuquerque Betencourt, (1844-1900) ou, abreviadamente, o Dr. Caetano, como era e é mais conhecido, figura de alto relevo na sociedade micaelense do último quartel do séc. passado. Nas suas mãos foi visto o manuscrito, ainda por 1880, pelo Sr. Henrique de Andrade Albuquerque, e do filho deste, o Sr. Jacinto de A. Albuquerque, de quem tivemos esta informação, também soubemos não ter sido aquele encontrado na livraria do Dr. Caetano, onde se devia encontrar e seria propriedade actual do Sr. Dr. José Jacinto de Andrade Albuquerque Bettencourt, seu filho e herdeiro.

É talvez a mesma que referimos no n.º 16, *supra,* por ser da mesma época e ter sido possuída por um genealogista.

36 — Cópia que pertenceu a André da Ponte Quental da Câmara

É a n.º 5 da *Breve notícia sobre as cópias* etc., em que o Dr. E. do Canto diz ter visto 1 vol. in-fol. de 647 fls., enc., com o papel por aparar, contendo de fls. 1 a 164 o Liv. I, de 165 a 337 o II, de 339 a 420 o III, de 420 a 634 o IV, até ao cap. 47 (incompl.) e de 635 a 647 a *Lembrança* do P.e Manuel Gonçalves, pelo qual declarou depois ter mandado fazer a cópia do Liv. I que possuiu (n.º 5, *supr*a). Pela extensão da cópia do Morgado João Agostinho Pereira de Agrela da Câmara (n.º 13, *acim*a), de que esta foi arquétipo, supõe o Dr. E. do Canto a existência de mais um vol., que devia encerrar o resto da crónica. Por esta mesma extensão, afigura-se-nos ser esta talvez a cópia que fez o P.e António Cordeiro (n.º 31, *supr*a), que declarou ter copiado a obra inteiramente.

Pertenceu a cópia a André da Ponte Quental da Câmara (1767-1845), avô de Antero e filho do capitão André da Ponte do Quental, que no primeiro vol. lançou a seguinte nota ([198]), trasladada por José de Torres na carta ([199]) a Felix José da Costa, com o fim de confirmar os seus desarrazoados juízos sobre Fructuoso:

— "Tudo isto... é totalmente inútil e de uma prolixidade fastidiosa e insuportável; em estilo semi-bárbaro, cheio de trapalhadas e absurdos ridículos, como pode verificar quem tiver paciência para ler tanta palheirada".

Revolucionário do 1820, ao seu espírito de poeta repugnariam principalmente as genealogias, quase sempre monótonas e servindo mais à história do que à filosofia; cremos, contudo, que só a exaltação de momento terá produzido o mau humor daquela frase, de admirar na sua cultura.

Aquele primeiro vol. estava em 1875 ([200]) em poder de Francisco de Arruda Furtado, não sabemos se pai ou filho, ambos vivos naquele ano.

37 — Cópia que existiu na Livraria do Duque de Lafões.

É a n.º 21 da *Breve notícia sobre as cópias,* etc..., a pág. 436 do vol. da *Bibliotheca Açoriana.* A ela encontrou referência o Dr. Ernesto do Canto na nota 13.ª a pág. 112 do *Ensaio histórico sobre a origem das mathemáticas em Portugal* ([201]), por Francisco de Borja Garção Stockler, mais tarde Capitão-general destas Ilhas, que declara ter consultado uma cópia das *Saudades da Terra* "que existe na Livraria do Ill.mo e Ex.mo Sr. Duque de Lafões". Nas *Obras* ([202])"... do mesmo autor há também referências a Fructuoso.

D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, 2.º Duque de Lafões, morreu em 1806. A riquíssima biblioteca por ele reunida está de há muito desbaratada.

38 — Cópia que pertenceu a Luiz Maria de Moraes.

Diz o Dr. E. do Canto, no n.º 11 da *Breve notícia sobre as cópias,* etc., haver uma cópia antiga, de péssima letra, incompleta, que pertenceu a Luiz Maria de Moraes, por herança de João Ignácio Peixoto, pela qual se tinha começado a imprimir a edição dos cap. 1-36 do Livro IV, feita em 1876 pelo Sr. José Pedro de Jesus Cardoso e Francisco Maria Supico. Por este modo de dizer, conclui-se que outra serviu para acabar a edição, o que em parte concorda com a informação do Sr. Cardoso, sobre a cópia de Manuel Leite da Gama (n.º 41, adiante).

João Ignácio da Costa Peixoto (cas. em 1813, sem geração) era filho do Dr. do mesmo nome, Guarda-mor de Saúde em Ponta Delgada em 1803, talvez o primeiro possuidor do manuscrito, e tio-avô da Ex.ma Sr.ª D. Maria Teodora de Sequeira Moraes, viúva de Luiz Maria de Moraes, depois de cuja morte o vol. se desencaminhou.

39 — Cópia que pertenceu a Luiz da Câmara Coutinho Carreiro de Castro.

A fls. 55 do vol. III dos Mss. das *Variedades Açorianas,* diz José de Torres:

— "1846 — Dezembro 28 — Hoje foi-me confiado por João António ([203]) Cogumbreiro (filho de António Nicolau de Medeiros) um traslado do cap. 6.º do 4.º Livro das *Saudades* de Fructuoso, tirado de uma cópia de todo ([204]) o dito Livro 4.º que possui Luiz da Câmara Coutinho Carreiro de Castro, — Mais uma cópia deste livro de que não tínhamos tradição!".

Luiz da Câmara Coutinho Carreiro de Castro (1771?—1848), era filho do Morgado Francisco Manuel da Câmara Coutinho Carreiro e de D. Francisca Vicência de Castro, e morreu sem geração. Supomos ter passado a sua casa para seu sobrinho, José Maria da Câmara Coutinho Carreiro de Castro, 1.º Barão de Nossa Senhora da Saúde, em cuja descendência se não encontra notícia do manuscrito.

40 — Cópia que pertenceu a Bernardo do Canto Medeiros.

Na mesma fl. e vol. das *Variedades Açorianas,* em acrescentamento à nota que transcrevemos no n.º antecedente, vem:

— "Pelo Bernardino ([205]) soube que Bernardo do Canto, de Vila Franca, teve também uma cópia mutilada".

Bernardo do Canto (bat. em Ponta Delgada, cas. em Vila Franca em 1821) era filho do Morgado José Caetano Dias do Canto e de D. Bernarda Isabel do Canto e Castro.

Não vem mencionada esta cópia pelo Dr. Ernesto do Canto, seu sobrinho.

41 — Cópia que pertenceu a Manuel Leite da Gama.

Citada, sem mais indicações, no n.º 11 da *Breve notícia sobre as cópias,* etc.

Manuel Leite da Gama era filho do Dr. Joaquim Leite da Gama Araújo, continental, e de D. Maria Augusta do Rego Sá Bettencourt, da Vila da Ribeira Grande, e morreu em 1872.

Assevera-nos o Sr. José Pedro de Jesus Cardoso ter sido feita sobre esta cópia a edição dos cap. 1-36 do Livro IV, que deu a lume conjuntamente com Francisco Maria Supico, em 1876, a qual fora para aquele fim confiada a ambos por António Leite da Gama, depois de falecido o pai.

42 — Apógrafo mandado executar pelo Morgado João de Arruda Botelho e Câmara.

Na transcrição, que fizemos a pág. CXLVI, *supra,* de parte da *Notícia da história do Dr. Gaspar Fructuoso,* diz o Morgado Arruda:

— "...logo tratei de (o autógrafo) mandar copiar, e depois de ter feito grande gasto, quando a fui conferir, não achei conforme, porque não copiaram as palavras como se pronunciavam naquele tempo, e tinham saltado regras por ser a letra do autor muito miúda de forma que me resolvi a copiar tudo pela minha mão..."

Não pode, pois, haver dúvida de que João de Arruda possuiu outra cópia além da por ele feita (n.º 18, acima), da qual, infelizmente, não refere a extensão. Supomos que conteria as genealogias, ou pouco mais, do Liv. IV. Deve ser anterior a 1809, ano em que começou a outra.

43 — Cópia mandada executar pelo Morgado Laureano Francisco da Câmara Falcão.

No n.º 15 da *Breve notícia sobre as cópias,* etc., refere o Dr. E. do Canto existir uma de parte do Liv. IV em poder de D. Maria Luíza da Câmara Falcão, viúva do Morgado Laureano, feita pelo mesmo copista e nas mesmas condições da do Liv. III, cuja factura foi por este ordenada (n.º 2, *supr*a).

Informa-nos o Sr. Dr. Humberto de Bettencourt, sobrinho daquela Senhora, já falecida, de que nunca existiu tal cópia, provindo o equívoco da confusão com outro manuscrito, que hoje possui.

44 — Cópia feita por Bernardino José de Sena Freitas.

Na nota n.º 2 de pág. 96 da *Memória histórica sobre o intentado descobrimento de uma supposta ilha ao norte da Ilha Terceira* ([206])..., de B. J. de Sena Freitas, encontrou o Dr. Ernesto do Canto notícia deste manuscrito, que cita, sob o n.º 13, na sua *Breve notícia sobre as cópias,* etc. Diz a nota, cuja parte aqui transcrita está a pág. 97:

— "Com insano trabalho, e não menos dificuldade, extraímos uma cópia daquele manuscrito (as *Saudades da Terr*a), servindo-nos da do Sr. Morgado João de Arruda, na qual se acham anotados todos estes pontos ([207]) e se exibem algumas observações suas, mui judiciosas, de que nos aproveitamos. Cabe aqui significarmos nosso eterno reconhecimento pelo singular favor que nos fizera o benemérito genealogista e patriótico micaelense, o Ill.mo Sr. João de Arruda Botelho e Câmara, confiando-nos tão cavalheiramente a sua cópia, acrisolado favor que ele a todos tem negado, e até repelindo com brio ofertas pecuniárias pelo empréstimo do livro".

Conclui o Dr. E. do Canto que, quando muito, terá a mesma extensão daquela de que se serviu, sem dúvida a n.º 18, *supra,* porque é a que contém as notas de J. de Arruda. Feita por cerca de, ou pouco posteriormente, talvez a 1840, período em que o Comendador Sena Freitas veio para os Açores, deve conservar-se entre os seus livros, os quais desde a sua morte em 1872, demoram em logar que desconhecemos. *(Vid. pág. XVIII, atrás).*

45 — Cópia feita por Francisco Vaz Pacheco de Castro.

Pela cópia que executou em 1875 (n.º 23, *supr*a), fez outra Francisco Vaz Pacheco de Castro, com o fim de a ofertar a seu irmão o Dr. Eugénio Vaz Pacheco do Canto e Castro, como refere o Dr. E. do Canto, tio de ambos, no vol. II, pág. 103 da *Bibliotheca Açoriana.* Não se referindo este à parte do Liv. III que àquela pertence, supomos dever esta conter somente os cap. do Liv. IV, que mencionamos na respectiva notícia.

O Dr. Eugénio Pacheco faleceu em 1911. Ignoramos se o manuscrito ainda se conserva em poder de seus herdeiros.

— III —

IMPRESSOS

EDIÇÕES ESPECIAIS

1 — As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso — História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens — Manuscripto do século XVI, annotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo...

Funchal. Typ. Funchalense, 1873.

Contém:

Liv. II — completo.

1 vol. in-4.º de XI — 920 pág. e um retrato de — *João Gonçalves Zarco, Descobridor do Arquipélago da Madeira. Cópia do retrato que está no Palácio de S. Lourenço no Funchal* — executado em Lx.ª — *Lith. Palhares.* O brazão de armas da Cidade do Funchal, no frontispício, acima da designação do lugar e data.

O texto de Fructuoso vai até pág. 310, seguindo-se as *Notas,* até pág. 856, e da imediata até 869 o *Glossário de palavras, phrases e orthographia obsoletas e antiguadas que se encontam no texto e notas.* A pág. 872 vem o *Índice de diplomas e documentos,* na 878 o *Índice de pessoas e cousas notáveis* e na 908 o *Índice geral, abrangendo o texto e notas.* Nas 919 e 920 as *Erratas.* No fim desta última pág. vem anunciada para venda a cópia que serviu para a impressão, a qual foi posteriormente comprada por um lord e cedida à Biblioteca Real de Edimburgo, como se vê no n.º 13 das *Cópias,* atrás. Diz o anúncio:

— "Vende-se o manuscrito das *Saudades da Terra do Dr. Gaspar Fructuoso,* em dois tomos de fólio de quasi duas mil páginas cada um, assim como outros inéditos da história deste arquipélago da Madeira, citados nas notas. — Quem quizer comprá-los, pode dirigir-se por carta para *A. R. Azevedo, Ilha da Madeira, Funchal".*

O preciosíssimo exemplar que pertenceu ao Dr. Ernesto do Canto, hoje seu Legado, na Biblioteca Pública desta cidade, tem muitas e importantes emendas e acrescentamentos ao texto de Fructuoso, resultantes da conferência *(vid. a nota transcrita a pág. XL),* com o autógrafo, até pág. 239, cap. 42, onde diz: "e foi assim despachado e provido e por ele confirmado". Ficou por conferir a parte final deste capítulo e os nove restantes.

É edição hoje rara.

2 — Gaspar Fructuoso — Saudades da Terra — História Genealógica de S. Miguel.

Ponta Delgada. Typ. do Amigo do Povo, 1872.

Contém:

Liv. IV — cap. I-XXXVI.

1 vol. in-4.º de VIII-276-1 pág., sem frontispício nem índice. Na última pág. vem as *Erratas* e nas oito primeiras o prólogo, sem título, assinado pelos editores, o Sr. José Pedro de Jesus Cardoso e Francisco Maria Supico, tendo de pág. III a VI uma biografia ([208]) de Fructuoso, da autoria de António Pereira.

O texto é viciadíssimo, por feito sobre má cópia. *Vid.* os n.ºs 38 e 41 das *Cópias,* acima.

É já com bastante dificuldade que se obtém algum exemplar desta edição.

3 — Tri-centenário de Camões. — Soneto em louvor do Grande Poeta Lusitano, pelo Dr. Gaspar Fructuoso.

Ponta Delgada. Typ. do "Archivo dos Açores", 1881.

Contém, como o título indica:

Liv. V — cap. 25, só o soneto ([209]).

Peç. in-8.º de 8 pág., sendo três de *Nota explicativa.*

Edição de trinta exemplares unicamente, feita pelo Dr. Ernesto do Canto.

Por não termos conseguido ver nenhum exemplar, extraímos esta notícia do n.º 50, pág. 22 da *Bibliographia Camoneana nos Açores, por ocasião e posterior ao Centenário* ([210]), do Dr. José Afonso Botelho Andrade. Por esta razão não sabemos o que diz a *Nota explicativa;* refere-se, certamente, ao facto de aparecer como autor do soneto *Philidor,* que é, dos *dois amigos* o poeta, mas não Fructuoso, segundo todas as probabilidades que se depreendem do índice dos cap. daquele Liv. V.

4 — Centenário da descoberta da América por Christovam Colombo. 1492-1892.

Ponta Delgada. Typ. do Archivo dos Açores, 1892.

Contém:

Liv. I — cap. XXII.

1 peç. in-4.º de 12 pág. Texto enfaixado, sem capa nem frontispício. Edição de luxo. Até pág. 10 o texto de Fructuoso e nas restantes a *Carta do Dr. Jerónymo Monetário a D. João II...* e notas do Dr. Ernesto do Canto, editor desta publicação.

5 — Gaspar Fructuoso. A Luiz de Camões. Soneto. Ed. Joaquim de Araújo.

Padova. Tipografia Fratelli Gallina, M. D. CCC. XCVI.

Contém, como o título indica:

Liv. V — cap. 25, só o soneto.

1 peç. in-8.º de VIII pág. No verso do frontispício diz: *Seis exemplares* e na pág. seguinte:

"Pelo casamento da Ill.mª e Ex.mª Sr.ª D. Maria Guilhermina do Canto Brum e do Ex.mº Sr. Dr. Guilherme Poças Falcão.

O soneto ocupa as pág. VII e VIII e nas duas anteriores um pequeno prólogo, sem título, datado no Lido, 1896, que começa:

— "Não se recomenda em louçanias de estilo, nem revoa em alturas de imaginação, o Soneto de que nesta *plaquette* se dá primeira impressão autónoma..."

Como se vê no n.º 3, não é verdadeira esta afirmação, pois que a primeira edição é anterior 15 anos.

E conclui:

— "Atentei em que mingoavam na Camoneana do sr. José do Canto uma edição autónoma do soneto de Fructuoso e um livrinho, que, entre tantas raridades, recordasse ao consumado bibliófilo, cuja sciência em muito considero, o recente enlace nupcial de sua amada Filha. Remedeio a falta neste diminuto opúsculo. Sem lhe opor auto de asperesas de metrificação, desculpáveis em quem não manejou as formas poéticas, arquivo o preito de homenagem de um contemporâneo de Camões ao Príncipe dos poetas das Hispanhas, tão pouco saudado e tam escassamente enaltecido pelos escritores do seu tempo. Ramo de flores silvestres, não desdiz numa "corbeille" de noivado".

A capa tem só: *A Luiz de Camões*

6 — Dois inéditos acerca das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo: Saudades da Terra (século XVI) por Gaspar Frutuoso e Espelho Cristalino em jardim de várias flores (século XVII) por Frei Diogo das Chagas. Com uma introdução e anotações de António Ferreira de Serpa.

Coimbra. Imprensa da Universidade, 1921.

Contém:

Liv. VI — cap. XXXVI-XLI, XLVI (a parte que resta) - XLVIII.

1 vol. in-4.º de 4-246 pág. O texto de Fructuoso, trasladado da cópia existente na Biblioteca da Ajuda (n.º 11 das *Cópia*s) vai de pág. 9 a 76, com notas e árvores genealógicas, como todo o vol., que contém, afora a matéria acima indicada, alguns estudos do Sr. Dr. Ferreira de Serpa. Até pág. 7 o prólogo, sem título.

É *separata* de *O Instituto. Vid* o n.º 22, abaixo

7 — Gaspar Fructuoso, Saudades da Terra. Livro III (Ilha de S. Maria). Edição comemorativa do IV centenário do nascimento do Dr. Gaspar Fructuoso.

Ponta Delgada. Tip. do Diário dos Açores, 1922.

Contém:

Liv. III — completo.

É a presente edição. 1 vol. in-4.º de 6-CCIII-2-188-1 pág., ao qual seguem mais três vol., de cerca de 409 pág. cada um, com o Liv. IV completo. O texto de Fructuoso ocupa as pág. 1-144,

tendo anteriormente a *Justificação da Edição,* da autoria do Sr. Dr. Humberto de Bettencourt, a *Notícia biográfica do Dr. Gaspar Fructuoso,* do Sr. Rodrigo Rodrigues e a *Notícia bibliográfica das Saudades da Terra,* que é este ensaio. Posteriormente vem os *Índices onomásticos,* organizados pelo Sr. Rodrigo Rodrigues, o *Índice toponímico,* do Sr. Alexandre de Sousa Alvim, e o *Índice geral* e *Errata.*

Vid. nota ([211])*, abaixo*

CAPÍTULOS EM PUBLICAÇÕES DE OUTROS AUTORES ([212])

8 — Uma viagem ao Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel em Junho de 1840, por Bernardino José de Senna Fretas.

Lisboa. Na Imprensa Nacional, 1845, 1 vol. in-fol.

Contém:

Liv. IV — cap. XLIX.

Encontra-se nas pág. 97-105, constituindo o cap. VII do vol., com o seguinte título:

Descripção inédita das Furnas da Ilha de S. Miguel (a que o vulgo chama Boccas do Inferno), pelo Dr. Gaspar Fructuoso.

9 — Cantos populares do Archipélago Açoreano — Publicados e annotados por Theóphilo Braga.

Porto. Typ. da Livraria Nacional, 1869. 1 vol. in-8.º.

Contém:

Liv. IV — cap. LXXIII ([213]).

Está nas pág. 335-345.

10 — Frei Gonçalo Velho, por Ayres de Sá.

Lisboa. Imprensa Naconal, 1899 — 1900. 2 vol. in-8.º.

Contém no vol II:

Liv. III — cap. II	(pág. 184-190)
Liv. III — cap. XII	(pág. 215-225)
Liv. IV — cap. I	(pág. 227-236)
Liv. IV — cap. II	(pág. 236-246)
Liv. IV — cap. III	(pág. 246-276)
Liv. IV — cap. VIII	(pág. 276-284)
Liv. IV — cap. XVII	(pág. 284-288)
Liv. IV — cap. XXVII	(pág. 288-296)

Liv. IV — cap. XXX (pág. 297-300)

Liv. IV — cap. XXXVII (pág. 190-202)

Os cap. 2, do Liv. III, e 37, do Liv. IV, pertencem ao agrupamento *IV — Documentos na íntegra — Séculos XVI a XVIII — Bibliotheca Nacional de Lisboa,* onde são os Documentos DCXXXVIII e DCXXXIX, e os restantes ao *V — Documentos já publicados — Séculos XV a XVI — Origens indicadas,* com os n.ºs DCXLI e DCXLIII-DCXLIX. Tem ainda no mesmo vol., a pág. 181 e 202, os cap. 1 e 3 do Liv. III, incompletos.

11 — Dois açoreanos no "Governo Interino" proclamado em 15 de Setembro de 1820 e depois, na "Junta Provisional do Governo do Reino", por António Ferreira de Serpa...

Lisboa. S. d. t., MCMXVII. 1 vol. in-8.º.

Contém:

Liv. VI — cap. I-XI, XIII, XIV, XVI-XVIII.

Vem, em *Apêndice,* de pág. 192 a 272, traladados da cópia da Biblioteca da Ajuda (n.º 11 das *Cópias,* atrás), seguindo-se-lhe mais alguns trabalhos do Sr. Dr. Ferreira de Serpa.

É *separata* do vol. IV do *Arquivo da Universidade de Lisboa,* como se declara na capa, única parte do vol. que teve impressão autónoma, pois o texto conserva a mesma paginação e numeração de cadernetas da publicação original.

CAPÍTULOS NA IMPRENSA PERIÓDICA ([214])

12 — O Philólogo — Jornal da Sociedade Escholástico-Michaelense.

Ponta Delgada, 1844. In-4.º. Quinzenal.

Contém, nos n.ºs 5 e 6 de 1 e 15 de Março daquele ano, respectivamente nas pág. 35-38 e 46-48:

Liv. IV — cap. LXXIII.

13 — O Açoreano Oriental.

Ponta Delgada, 1835 até à actualidade. In-fol. Semanal.

Contém, em folhetim do n.º 476 de 1 de Junho de 1844:

Liv. IV — cap. LXXIII.

14 — Archivo dos Açores — Publicação destinada à vulgarisação dos elementos indispensáveis para todos os ramos da História Açoreana.

Ponta Delgada, 1878-1894 os 12 vol. in-8.º, coordenados pelo Dr. Ernesto do Canto. Continua.

Contém, nos lugares abaixo designados:

Liv. III — cap. XII	(Vol. IV, pág. 193-199)
Liv. IV — cap. LI	(Vol. XII, pág. 122-233)
Liv. IV — cap. LII	(Vol. XII, pág. 133-141)
Liv. IV — cap. LIII	(Vol. I, pág. 525-527)
Liv. IV — cap. LIV	(Vol. XII, pág. 141-146)
Liv. IV — cap. LV	(Vol. XII, pág. 147-157)
Liv. IV — cap. LXX	(Vol. I, pág. 276-282, 337-341)
Liv. IV — cap. LXXI	(Vol. I, pág. 342-348)
Liv. IV — cap. LXXII	(Vol. I, pág. 348-352)
Liv. IV — cap. LXXIII	(Vol. I, pág. 352-356)
Liv. IV — cap. LXXXIV	(Vol. I, pág. 458-465)
Liv. IV — cap. LXXXV	(Vol. I, pág. 465-466, 536-541)

Liv. IV — cap. LXXXVII	(Vol. II, pág. 85-91)
Liv. IV — cap. LXXXVIII	(Vol. II, pág. 91-83, 172-179)
Liv. IV — cap. LXXXIX	(Vol. II, pág. 179-186)
Liv. IV — cap. XCII	(Vol. II, pág. 76-78, 149-154)
Liv. IV — cap. XCVII	(Vol. II, pág. 389-395)
Liv. IV — cap. XCIX	(Vol. II, pág. 395-399)
Liv. IV — cap. C	(Vol. II, pág. 399-407)
Liv. IV — cap. CI	(Vol. II, pág. 407-416)
Liv. IV — cap. CII	(Vol. II, pág. 417-437)
Liv. IV — cap. CIII	(Vol. II, pág. 437-439)
Liv. IV — cap. CIV	(Vol. II, pág. 439-446)
Liv. IV — cap. CV	(Vol. II, pág. 446-452)
Liv. IV — cap. CVI	(Vol. II, pág. 452-457)
Liv. VI — cap. XXXIV	(Vol. II, pág. 188-190)

Tem, no vol.I, pág. 409-434, o *Índice* das *Saudades da Terra e do Ceo,* ao depois publicado também na *Bibliotheca Açoriana,* como já referimos, transcrevendo em ambos o Soneto a Luiz de Camões que faz parte do cap. 25 do Liv. V. Afora vários trechos em diversos volumes, tem ainda no vol. IV, pág. 395, um excerpto importante do cap. 9 do Liv. VI, fazendo parte de *Os Corte-Reaes* ([215]), memória histórica do Dr. Ernesto do Canto, *separata* desta publicação, onde se encontra a pág. 19. O mesmo excerpto, mais incompleto, foi fornecido pelo Dr. E. do Canto a Henry Harrisse, que o publicou no *Appendice,* n.º XLI, pág. 245, da sua memória *Les Corte-Real et leurs voyages au Nouveau-Monde* ([216]).

15 — O Autonómico — Folha semanal.

Vila Franca do Campo, 1898 até à actualidade.

Contém nos n.ºs 276 e 277 e 380, de Março e Abril de 1904:

Liv. IV — cap. LXXIII.

16 — O Heraldo — Jornal illustrado, litterário e noticioso.

Ponta Delgada, 1899-1903, In-fol. Semanal.

Contém, nos n.ºs 20 e 21 de 17 e 24 de Setembro de 1899:

Liv. IV — cap. LXXV.

17 — San Miguel — Semanário cathólico.

Ponta Delgada, 1905—1911. In-fol.

Contém:

Liv. IV — cap. LXXVI (N.ºs 154-158 de 30 de Maio e 6, 13, 20 e 27 de Junho de 1908)

Liv. IV — cap. LXXXVI (N.ºs 203-205, de 22 e 29 de Maio e 5 de Junho de 1909)

Têm ambos os cap. uma pequena introdução do Sr. Alexandre de Sousa Alvim, a cujos esforços se deve a sua publicação.

No n.º 282, de 3 de Dezembro de 1910, tem ainda os §§ 1 e 2 do cap. 64 do Liv. IV.

18 — Correio Michaelense.

Ponta Delgada, 1908—1911. In-fol. Diário.

Contém:

Liv. IV — cap. LIV (N.ºs 479-481, de 21-23 de Dezembro de 1909)

Liv. IV — cap. LV (N.ºs 731, 733, 736, 741, 744, 746, 747 e 749 de 2, 4, 8, 14, 17, 19, 21 e 23 de Novembro de 1910)

Liv. IV — cap. LVI (N.ºs 814, 816 e 818 de 13, 15 e 17 de Fevereiro de 1911)

Liv. IV — cap. LXI e LXII, fundidos e incompletos (N.ºs 823 e 827 de 23 de Fevereiro e 2 de Março de 1911)

Liv. IV — cap. LXIV (N.ºs 927 e 929 de 14 e 17 de Julho de 1911)

Liv. IV — cap. LXXIV (N.ºs 804 e 805 de 30 e 31 de Janeiro de 1911)

Liv. IV — cap. LXXVI (N.ºs 295, 297, 299 e 302 de 10, 12, 14 e 19 de Maio de 1909)

19 — A República

Ponta Delgada, 1911—1920. In-fol. Diário.

Contém, no n.º 30, de Maio de 1911:

Liv. IV — cap. LXIV, com falta do § 12.

20 — Atlântida — Revista de literatura, arte, ciência e crítica social.

Santa Cruz da Ilha Graciosa, 1915—1916. In-fol. Mensal.

Contém:

Liv. VI — cap. XXXII (N.ºs 3 e 4 de Março e Abril de 1915, respectivamente pág. 50-52 e 78-79)

Liv. VI — cap. XXXIII, incompleto (N.ºs 4, 5 e 6 de Abril, Maio e Junho do mesmo ano, pág. 79-80, 92 e 95-97, e 117-120)

Trasladados da cópia da Biblioteca da Ajuda (n.º 11 das *Cópias,* atrás) pelo Sr. Dr. António Ferreira de Serpa, que tencionava fazer sair nesta revista os três capítulos que dizem respeito à Ilha de S. Jorge. Ficou, porém, no cap. XXXIII, incompl. por ter cessado a publicação

21 — Arquivo da Universidade de Lisboa.

Lisboa 1917?. In-8.º.

Contém, no vol. VI; pág. 192-272:

Liv. VI — cap. I-XI, XIII, XIV, XVI-XVIII.

Fazendo parte dos *Dois açoreanos no "Governo Interino" proclamado em 15 de Setembro de 1820...* do Sr. Dr. António Ferreira de Serpa. *Vid.* a *separata,* n.º 11, *supra.*

22 — Boletim da Sociedade dos Archeólogos.

Lisboa.

Iniciou a publicação, feita pelo Sr. Dr. António Ferreira de Serpa, dos cap. do Liv. VI, respeitantes ao Distrito da Horta *(vid.* o n.º 7 supra). Ignoramos quantos cap. publicou, os n.ºs da publicação e respectivas datas. *(Vid. nota [217]).*

23 — O Instituto — Revista scientífica e literária

Coimbra, 1852 até à actualidade.

Contém:

Liv. VI — cap. XXXVI-XLI, XLVI-XLVIII.

Fazendo parte dos *Dois inéditos acerca das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo,* publicados pelo Sr. Dr. António Ferreira de Serpa e que é *separata* desta publicação. Começou em 1918 no n.º 10 do vol. 65 e continuou no vol. 66 e 67. *Vid.* o n.º 8, *supra.*

João de Simas

(Vid. nota [218]).

O AUTÓGRAFO FRUTUOSIANO **(1)** NOS PRIMEIROS DIAS DA SUA EXISTÊNCIA NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE PONTA DELGADA

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS INICIAIS SOBRE O QUE ERAM E O QUE SÃO AS "SAUDADES DA TERRA" AS "SAUDADES DO CÉU".

ALGO DE INTERESSANTE SOBRE O CRISFAL COM MAIS UMA CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA POÉTICA DE CRISTÓVÃO FALCÃO

No 359.º aniversário da morte de Gaspar Frutuoso
1591 — 24 de Agosto — 1950

NO LIMIAR

Escrevo estas notas propositadamente para serem publicadas nos fins deste Agosto de 1950, período em que decorre mais um aniversário sobre o falecimento de Gaspar Frutuoso, acontecido precisamente na tarde de 24 daquele Agosto de 1591, de repente, por "Nosso Sõr o chamar de preça", conforme a expressão do termo de óbito.

Para qualquer ser que vem à luz, as datas mais importantes são as duas extremas — o nascimento e a morte —, tudo o mais não passando de incidentes ou acidentes.

De Frutuoso, de certeza apenas se sabe o dia em que terminou os seus dias e, por isto, é ele a sua única data de comemoração.

Ocorreu-me não deixar em silêncio a deste ano, considerando a lembrança deste 359.º aniversário do seu passamento de especial significado evocativo, por se encontrar agora no domínio da Nação, pela primeira vez desde que as suas mãos deixaram de lhe tocar, a parte da sua obra espiritual que se salvou da incúria do homem e da injúria do tempo.

Foi no dia 3 último, ou, melhor, na sua noite, que, pouco depois das 23 horas, o autógrafo frutuosiano deu entrada na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, onde fica em usufruto perpétuo desta instituição, conforme o desejo expressamente manifestado pelo seu benemérito doador, o Sr. Marquês da Praia e de Monforte.

Se memória desta vida se consente no assento etéreo onde, decerto, se encontra, o espírito de Gaspar Frutuoso estará cheio do maior contentamento por se achar na Biblioteca Pública da sua cidade natal uma parte do muito que pensou, sentiu e escreveu. A sua obra de Sacerdote, as lucubrações do teólogo, os documentos da sua apostolização pela palavra do pregador, foi-lhe, é de crer por tudo quanto sabemos da sua vida, extremamente querida e com pesar terá sabido do seu desaparecimento. Mas não menos querida lhe foi, sem dúvida, a sua obra de historiador, produto de muitos anos de trabalhos e canseiras, em que deixou vincado o seu amor pelo Atlântico Português, principalmente pela Ilha que lhe foi berço.

À minha guarda o precioso códice, tenho estado a proceder ao seu estudo, em primeiro lugar para o cumprimento de um dos mais elementares deveres de bibliotecário, qual é o de não confiar qualquer livro à consulta pública antes de fazer a sua descrição inventarial, mormente ao tratar-se de uma espécie da importância cimeliária do autógrafo frutuosiano, importância grande debaixo do ponto de vista nacional e única debaixo do ponto de vista açoriano.

Coloco o dever bibliotecário em primeiro lugar não apenas por respeito à lei, mas também por entender sinceramente que assim deve ser, porquanto qualquer de nós, como particulares, ao obtermos ou procurarmos obter, por compra ou oferta, qualquer cousa, o que fazemos antes de mais nada é averiguar o estado em que se encontra essa qualquer cousa.

O que eu não disse, nem digo, é que o dever apontado estaria mais alto do que outro interesse meu, um interesse muito grande, um dos maiores da minha vida — a paixão do bibliógrafo frutuosiano.

Como há dias lembrei, nas palavras que tive a honra de proferir na sessão de homenagem ao Sr. Marquês da Praia e de Monforte, promovida pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada por motivo da oferta do autógrafo de Gaspar Frutuoso, anda por quarenta anos a minha devoção pelo insigne cronista insulano e pela sua obra.

Há quarenta anos que procuro solução para muitas dúvidas e hesitações resultantes de vários passos obscuros quer da parte conhecida, quer da parte até agora desconhecida do autógrafo frutuosiano, dúvidas e hesitações que estão largamente apontadas na minha "Notícia bibliográfica" publicada em 1922 no Livro III das "Saudades da Terra".

Há quarenta anos que procuro conhecer esta cousa comesinha que é o número de folhas ou de páginas que de Gaspar Frutuoso nos ficaram.

Quantas vezes, dúzias de vezes, em hora de "saudade frutuosiana", perguntava a mim mesmo:

— Mas, afinal, quantas folhas haverá ainda no famoso códice? Serão todas da letra de Frutuoso?

Sabia que não eram já todas as que ele deixara, segundo os apontamentos do Morgado João de Arruda, e, papel ao lado, lápis na mão, dedicava-me a fazer contas — contas, afinal, infelizes, porque me faltava a extensão dos capítulos necessários para o efeito, isto é, o número de laudas que ocupavam.

Os resultados brigavam sempre uns com os outros, por mais cuidado que eu puzesse nas muitas operações que executei. Lembrava-me, então, do velho Júlio Verne, de um dos seus livros que li em rapaz, no qual encontrei a preciosa definição de que a conta de somar é um jogo de paciência chinesa, de resultados diferentes a cada vez que se faz. Como o meu forte nunca foi a aritmética, que tem sempre para mim envergadura super-atómica, não tinha remédio senão conformar-me, contentando-me, à falta da verdade, em calcular que seria de cerca de seiscentos o número de folhas do autógrafo frutuosiano.

Em outras ocasiões avassalava-me uma curiosidade infinita sobre o que seria a "História dos dois amigos da Ilha de S. Miguel", que forma o Livro V das "Saudades da Terra". Debruçava-me sobre os índices referidos, e não apenas dúzias, mas centos de vezes, lia e relia os títulos dos capítulos. "História de dois amigos" é também a que a Dona Senhora antiga conta à Menina e Moça. De saudades é cheio o livro de Bernardim. Não há dúvida de que esta obra do mavioso bucolista português influenciou o título e a factura das "Saudades da Terra". E detinha-me no título do Capítulo XIV, a pensar no que significariam, para a génese do trabalho de Frutuoso, os versos em louvor de Bernardim que ele menciona.

A minha atenção, ia a dizer o meu sonho, demorava-se ainda mais tempo um pouco adiante — no Capítulo XXI é o encontro com o álamo onde a Ninfa tinha escrito a Écloga de Crisfal e, logo a seguir, no XXIII, anunciava-se o louvor de Crisfal posto ao pé do álamo onde estava a Écloga.

Como acentuei na minha citada "Notícia bibliográfica", encontrar-se-ia possivelmente nestas passagens de Frutuoso alguma cousa de importante sobre a diferenciação de Bernardim e Cristóvão Falcão, os quais, havia então pouco mais de uma dúzia de anos (1908-1922), se procurava confundir literariamente.

Logo naquela para mim muito querida noite de 3 para 4, comecei a satisfazer o interesse e a curiosidade acumulados em quarenta anos de ansiedade e de dúvida — quarenta anos de amor sem esperança, que se tornaram agora num idílio que me traz como que embriagado de contentamento, tonto de alegria.

Noite de vibração e de encantamento inesquecíveis foi aquela — só quando os olhos se recusaram a continuar a ler é que terminou quando já ia a romper a madrugada.

Logo procurei avidamente e logo encontrei resposta a algumas das perguntas que há quarenta anos tenho na cabeça. A outras só posteriormente obtive satisfação. A outras ainda, não será possível obter solução, ao que infelizmente creio.

Tomadas as notas para o inventário, das quais fazem naturalmente parte alguns dos esclarecimentos achados agora, entrou comigo o desejo de as divulgar, para conhecimento, tão imediato quanto possível, dos bibliógrafos e historiógrafos e também da parte do público que por estas cousas se possa interessar. Quanto à população local, o aparecimento do códice frutuosiano despertou imensa curiosidade, sendo grande o número de pessoas que têm procurado esta Biblioteca no intuito de ver o famoso livro. Algumas nunca leram uma linha de Frutuoso, nem tencionam fazê-lo, e assim o declaram, mas a lenda criada em volta do cimélio tantos anos oculto aguçou a sua atenção e com prazer contemplam as páginas amarelecidas onde sabem que foi escrita a história dos primeiros tempos da sua terra, da nossa terra.

Mas, não me sorriu a ideia de publicar as notas do inventário demasiado rebarbativas na sua forma, siglas e abreviaturas próprias.

Resolvi, por isto, fazer uma descrição mais amena, assim como as que trazem as monografias do turismo artístico com relação às paisagens ou aos monumentos sobre os quais querem chamar a atenção.

Nem tal ideia poderá parecer menos cabida, porquanto o autógrafo de Frutuoso é um autêntico monumento.

Há dias, na já citada alocução que proferi na Sala das Sessões da Junta Geral deste Distrito, adoptei para a crónica de Frutuoso a designação de catedral historiográfica, expressão feliz achada por Fidelino de Figueiredo para os monumentos de vários Grandes de Portugal dedicados à nossa história.

Não tenho, pois, mais do que continuar e o título de Catedral Frutuosiana desculpará a forma da sua descrição como monografia turística, desta vez não artística, mas bibliográfica.

Uma espécie de viagem à volta. Há, publicadas muitas viagens à volta do Mundo ou do Globo, há viagens à volta de Continentes, de Países, de Regiões maiores ou menores. Há até uma “Viagem à volta do meu quarto”. Poderá, pois, haver também uma viagem à roda das “Saudades da Terra” e das “Saudades do Céu”. E há ainda uma “Viagem Sentimental”, que perfeitamente serve para a adjectivação dos malogrados amores do pastor Crisfal com a linda Maria das lágrimas doces e dos beijos saborosos, expressos na poesia que comoveu Frutuoso e que é, segundo Carolina Michaelis, “a mais extensa e melhor da literatura nacional e talvez de todas as literaturas modernas”.

O leitor vai assim fazer comigo uma visita ao monumento frutuosiano, a primeira visita e o primeiro exame moderno à sua estrutura arquitectónica.

Os autores que em todos os tempos falaram do Cronista das Ilhas, como ele era conhecido, descuraram muitos pormenores, porquanto no tempo em que escreveram não eram de grande preocupação várias circunstâncias bibliográficas, como o número de folhas ou de páginas. Ernesto do Canto, quando teve nas mãos este manuscrito, não tomou nota de tal minúcia e quando o quis fazer, para a notícia que publicou na sua “Bibliotheca Açoriana”, já não conseguiu vê-lo.

Cabe-me, pois, a honra de uma primazia, da qual eu não ignoro a responsabilidade.

Por isto, o cicerone pede benevolência para quaisquer deficiências que se notem, embora algumas sejam propositadas, no intuito de evitar um demasiado alongamento deste trabalho, reservando supri-las em outro estudo, mais completo e perfeito.

E agora, com o maior respeito e a mais sentida comoção, aproximemo-nos — está à vista a Catedral Frutuosiana.

Ponta Delgada, Agosto de 1950.

João de Simas ([219])

O AUTÓGRAFO FRUTUOSIANO **(2)** NOS PRIMEIROS DIAS DA SUA EXISTÊNCIA NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE PONTA DELGADA

———————

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS INICIAIS SOBRE O QUE SÃO AS ”SAUDADES DA TERRA” E AS ”SAUDADES DO CÉU”.

Não há que abrir a porta. Porque não há porta, nem portada, nem pórtico, nem portal, nem portão, nem portaria, nada que lembre qualquer destas partes essenciais da arquitectura de uma edificação.

Nem mesmo um átrio pobre.

Nem um simples guarda-vento, como é raro haver igrejinha que o não tenha, quanto mais uma construção da grandiosidade desta.

Apenas um tapume como que de casa em obras, já muito carcomido pelo tempo, a desconjuntar-se.

Afasta-se o tapume e...

— Meus Senhores, descubramo-nos!

É já a Catedral. Plena catedral já:

I

Livro primeiro das saudades da terra cõpostas
pello Doctor Gaspar Fructuoso, em q se tracta
como a Fama veo ter cõ a Verdade, que
staua solitaria em hua serra da ilha de
Sam Miguel: onde lhe a Verdade
conta o descobrimento das ilhas
Canarias, e do Cabo Verde, e In-
dias de Castella e dá razoens pro-

Transcrevo a epígrafe até à altura de se notar que não confere com todos os seus dizeres a que anda impressa (1939). É — *do* Cabo Verde e não *de.* É — *dá* razões e não *das.* Descuidos dos copistas. E estes dois não têm importância de maior. Há muito mais graves, como se verá em outra andança frutuosiana que tenciono fazer e que, se eu vivesse no Século XVII, teria o seguinte título: “Erros, trocas e saltos, propositados ou não, assim como todas as qualidades de tolices e deslizes cometidos nas cópias do autógrafo frutuosiano até pelos seus melhores e mais cuidadosos apografistas”.

Estamos na folha 7.

Devia haver, portanto, 6 folhas antes. Mas não há.

Seriam o tal pórtico. Estou certo de que nada teriam de letra de Frutuoso, nem mesmo de outrem. O autor destinava-as, naturalmente, à abertura da obra — título geral, presumível dedicatória e mais do que provável introdução. Cousas que guardou para o fim, porventura para quando o livro fosse para imprimissão, como acontece com todos os autores, que só fazem o prólogo e escolhem o título e dedicatória definitivos depois de escrito o trabalho e muitas vezes até depois de todo impresso. E talvez nunca colocasse ali as 6 folhas, tendo apenas feito o cálculo de que necessitaria de tal espaço para os preliminares e por isto teria dado o n.º 7 à primeira folha. Se é que a numeração geral foi feita por ele, o que não posso apurar agora rigorosamente. Se foi de outrem, a intenção é a mesma — papel para as peças prembulares.

O algarismo 7 não está escrito, porque da cabeça da folha desapareceu o canto exterior onde, decerto, existiu, como existem os números das folhas a seguir, menos os das 8 e 9, que não consigo ler. — 10 e 11 estão muito esmaecidos mas distinguem-se bem. — 12 é o primeiro que se lê claramente por ter sido, sem dúvida, renovado, ou melhor, feito de novo e mais recentemente, pois a forma é diferente e a tinta é bem mais escura.

Se existiram aquelas hipotéticas 6 folhas, muito cedo desapareceram, mas talvez não tenha sido delas o primeiro "cair da folha" de entre os que marcaram o outono em que entrou o códice frutuosiano depois da morte do seu autor. Foi pena terem caído muito cedo, pois quanto mais tempo durassem mais tempo teriam servido de "guarda vento", que é como quem diz de "guarda-dedos".

A sua falta determinou o cansaço desta primeira folha, que se apresenta, além de mais amarelecida do que qualquer outra, muito ensebada e puída pelas muitas mãos que nela tocaram durante perto de quatrocentos anos, a começar pelas do autor.

O desgaste foi tal que toda a folha se adelgaçou mais do que qualquer outra e na parte inferior da frente, assim como em todo o pé, o papel acabou por desaparecer. No pé não há prejuízos, mas na frente deixaram de existir letras e até palavras.

Ela, assim como, diga-se já, algumas outras, do mesmo modo bem feridas, assim como, de um modo geral, todo o livro, precisam de limpeza e restauro. Confiá-lo-ei o mais cedo que puder ser aos cuidados carinhosos e sábios de um bom especialista de biblioplastia, trabalhos que não serão decerto muito baratos, mas a Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — a nossa "Mãe" — estou certo que dará às verbas de dotação da Biblioteca Pública, a cargo do seu orçamento, o reforço necessário para a ida do códice frutuosiano ao sanatório de que necessita. O outono, em que entrou bem cedo, foi longo e por isso é impossível rejuvenescê-lo de modo a emprestar-lhe um ar primaveril, mas depois de tratado ficará com certeza com o aspecto de uma idade já madura, mas bem conservada.

Os estragos não são maiores porque, felizmente, o papel é de boa qualidade, um almasso forte e encorpado, que é, por boa sorte o da maior parte da obra. Tem marca de água, à qual me referirei mais largamente mais adiante, quando tratar dos materiais de construção empregados na nossa querida catedral. Por agora só direi que me parece não ser das marcas usadas em Portugal no Século XVI, pelo que me ocorre que talvez a sua origem seja de algum dos países do Norte da Europa com os quais esta ilha estava, então, como hoje, em relações comerciais — Inglaterra, França ou Holanda.

A epígrafe do Livro I está lançada nesta primeira folha, que é, lembramos, a 7, ao alto da lauda, mais ou menos na altura em que principia o texto em toda a obra.

Há margens em todas as folhas, embora não largas.

Dou as dimensões.

Primeiro a do papel de quase toda a obra. É o do almasso vulgar — 332x230. Em algumas partes é 342x230.

A mancha da escrita é, em média, 290x200.

A medianiz regula pela largura de 35, o que dá uma média de 17 para cada margem interior.

As margens da cabeça e do pé são sempre maiores do que a da frente e, ao contrário do que se dá com os livros impressos, a margem da cabeça é quase sempre maior do que a do pé.

Não é preciso prevenir o turista que me acompanha de que estes números exprimem milímetros, com grande desgosto meu, pois gostaria bem que referissem metros, senão quilómetros...

É tempo de acabar com a primeira folha.

Ao lado das últimas quatro linhas da epígrafe está o "aviso" a que já me referi na alocução que proferi há dias na Sala das Sessões da Junta Geral.

Copio de novo, agora, do original:

"Está ordenado pelos superiores, q. este liuro senão empreste em nenhu modo pera fora de Casa, por vários incouenientes q. nisso pode aver. E ainda quando em Casa se deise ver a algue defora, deue assistir-lhe algu dos nossos por boas rezões".

Eles lá sabiam, os Padres Jesuítas ali do Colégio, as "razões" que tinham...

A 2 cent. abaixo da última linha do título do Livro está:

Capitulo primeiro de huns quei-xumes

que faz a verdade

stando solitaria em hua

serra da ilha de Sã

Miguel

Também estes dizeres não estão conforme com os que andam impressos. É — *da* Ilha e não *na.* A forma como saiu não traz prejuízo, mas não é a verdadeira, o que é o bastante para não ser a boa.

Segue-se uma nota de 1865 sobre o pagamento de selo na importância de quarenta réis, na repartição da Fazenda Pública da Ribeira Grande. Mais adiante há outro registo de 240 réis. Tratarei de averiguar, não sabendo por agora do que se trata.

E depois é o começo do texto, do muito venerável texto escrito pela mão do Cronista das Ilhas.

E que linda letra tinha ele! Como a minha caligrafia garatujada tem inveja da dele!

Já Ernesto do Canto lhe tinha chamado "primorosa escrita".

"As primeiras páginas, disse na "Bibliotheca Açoriana" (I, 129), parecem ser de gravura, tão regular e igual é a forma da letra".

Mais abaixo, escreveu ainda Ernesto do Canto: "As linhas são muito juntas e cada página sem margens não terá menos de quarenta linhas".

O insigne e benemérito historiógrafo açoriano escreveu isto em 1888, quando tinha passado uma dúzia de anos sobre aquele de 1876 em que compulsara o autógrafo frutuosiano e por isso já se não lembrava bem de que todas as páginas têm margens e de que o número de linhas é bem superior. Um pouco abaixo de 60, em média 60 e tal e 71 já contei eu.

Ainda nesta primeira folha, que é, torno a lembrar, a 7, está escrito, no canto interno da cabeça, o algarismo 1. É o n.º do caderno seguindo-se todos os outros também numerados pela mesma mão, talvez a de Frutuoso, o que não posso apurar agora com exactidão.

Está a ver-se que a numeração dos cadernos era destinada a evitar alteração na ordem da sua colocação. Corresponde ao que, com letras e números, ou só com números, ou só com letras, os impressores antigos e modernos costumavam e costumam fazer no pé da primeira página de cada folha, a fim de facilitar a dobragem e, depois, a coleccionação dos vários cadernos para a formação do volume.

Na primeira folha, a 7, começam estragos da traça, picos e furos, alguns dos quais prejudicam o texto, indo até à folha 49.

Na segunda folha, o canto exterior do pé e parte da frente são ainda bastante ensebados. Nas outras folhas muito menos.

Até que chegamos ao fólio 59, no verso do qual acaba o Livro I, seguindo-se 3 folhas em branco, que estão numeradas 60, 61 e 62.

Os primeiros 5 cadernos tem 10 folhas, tal qual como hoje, e o último, o n.º 6, apenas 6 folhas, metade delas em branco, como acabo de dizer.

Com as tais folhas que desapareceram, esta primeira parte do códice frutuosiano teria 62. Nota-se que as 6 folhas perdidas formariam um caderno que não teve número, o que me leva a supor que se sumiram antes de feita a numeração dos que subsistiram.

Esta parte tem, pois, de certeza certa, 56 fólios.

Começa a entrar em mim a esperança de desmentir, ao menos uma vez, aquela definição da conta de somar do velho amigo Júlio Verne...

Ponta Delgada, Agosto de 1950.

João de Simas ([220])

O AUTÓGRAFO FRUTUOSIANO **(3)**
NOS PRIMEIROS DIAS DA SUA EXISTÊNCIA
NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE PONTA DELGADA

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS INICIAIS SOBRE O QUE ERAM E O QUE SÃO AS "SAUDADES DA TERRA" E AS "SAUDADES DO CÉU".

II

Fica para trás aquilo a que o próprio Frutuoso chama o "princípio remoto". A vetustíssima Atlântida e as antigas Ilhas de Canária juntam-se às novas Ilhas de Cabo Verde (1460) e às ainda mais novas Índias de Castela (1492) para constituírem um como que ponto alicerçal do que no pensamento do cronista é "outro princípio mais chegado" — os Arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Atingimos com o primeiro o que se pode chamar uma nave da catedral:

Liuro segundo das saudades da terra do
Doctor Gaspar Frutuoso em q se tracta
do descobrimento da ilha da ma-
deira, e suas adiacentes, e da
uida e progenie dos ilus-
tres capitaens dellas.

E é logo o grande altar inicial, apresentando à adoração dos fiéis da História a figura mais representativa de Portugal dos Descobrimentos, uma dos Maiores da Raça, que é também uma das Maiores do Mundo Moderno, o iniciador da Era Nova em que vivemos.

Se já não estivéssemos de chapéu na mão, era caso para o tirarmos agora. Façamo-lo mais uma vez, embora nesta ocasião só em pensamento, rendendo homenagem mais do que sentida, mais do que profunda:

Capitulo 1.º — do nascimento, progenie,
autoridade, e costumes do iffãte
Dom Hamrique, q mãdou des-
cobrir as ilhas de porto
Sancto, da Madr.ª, e
dos Açores

Note-se que nas edições Azevedo (1873) e Damião Peres (1925 e 1926) não existe a forma *Hamrique* nem a penúltima palavra daquele título — *dos.*

Entre parêntesis note-se também que o Padre António Cordeiro não percebeu a razão que levou Frutuoso a falar do Infante D. Henrique nesta altura da sua crónica. E já não era menino quando resumiu as "Saudades da Terra" na sua "História Insulana", que saiu em 1717, ano em que perfazia uns 76 ou 77 da sua idade. Se as ilhas do Arquipélago da Madeira foram o início dos Descobrimentos, era aqui o lugar para colocar a figura do Navegador e não à frente da notícia das Canárias, como fez Cordeiro.

Fechando o parêntesis, olhamos as cimeiras da nave e vemos que estamos no fólio 63.

Veneramos o Infante, saudamos João de Barros, memoramos as audácias do Zargo, Perestrelo e do Tristão Vaz, comovemo-nos com o lendário Machim e a sua linda Ana, vemos ao longe Porto Santo, admiramos mais uma vez as belezas da Madeira, a Ponta do Pargo, a Praia Formosa e o alcantilado meio da terra — uma viagem de sonho até ao verso da folha 91.

Ao iniciar a folha seguinte, o coração dá um baque. É outra vista — outro papel, outra mão...

Por hábito, o olhar do bibliógrafo desce a interrogar o pé da página e não vê o reclamo que desde o início vinha notando.

É agora a ocasião de falar dos reclamos de Frutuoso.

O cronista "cimentava" com eles todas as páginas, o que é de certa raridade, pois usualmente os autores e impressores antigos empregavam-nos apenas na passagem do verso de uma folha para o retro da seguinte. Frutuoso, para maior segurança no ajustamento das pedras da sua construção, fazia-os do retro para o verso de cada folha e do verso desta para o retro da seguinte. Há algumas excepções, muito poucas, em toda a obra, apenas para justificar a regra que ele seguia e que punha em destaque, pois a palavra reclamada, às vezes uma simples conjunção, nunca aparece sozinha, mas ladeada por duas minúsculas vinhetas, uns traços pequeninos e levemente ondulados, do mesmo desenho daqueles com que costumava fechar os parágrafos, mesmo o último de cada capítulo.

Voltam-se as folhas febrilmente e contam-se nada menos de 14 postas ali por outra mão. Uma profanação? Um acrescentamento praticado com o consentimento do arquitecto?

Malfadada acrescência, ia a escrever — excrescência, que é uma peste para a nossa alma — 9 capítulos (21-29) de elogio aos feitos e acções de Tristão Vaz da Veiga, o famgerado traidor que entregou a Torre de S. Julião da Barra, cujo governo ou comando tinha, às tropas de Filipe II.

O intruso deu-lhe, como uma das recompensas, a Capitania de uma parte da Madeira, e da Jurisdição do Machico, o que não constitui motivo para a entrada nas "Saudades da Terra", em tal volume, daquela detestada figura.

Gaspar Frutuoso não consagrou espaço nem de longe semelhante a qualquer dos donatários das ilhas.

Fazendo referência a apontamentos do Morgado João de Arruda, já em 1922, na minha "Notícia Bibliográfica" (p. CXXXIII), eu escrevi: "Registemos que Frutuoso não dedica 9 capítulos a nenhum dos donatários desta Ilha de S. Miguel, o que seria mais natural, tratando-se da terra onde nasceu, viveu e morreu e conhecia melhor, como o atesta a grande extensão do Livro IV. Não nos parece, pois, que tão desenvolvidamente quisesse tratar do donatário da parte de uma ilha que não era a sua".

A explicação deve residir ou em pedido feito ao cronista para a junção à sua obra dos louvores a Tristão Vaz ou na intromissão abusiva, isto é, praticada depois da morte do autor.

É sabido que para a construção desta nave da sua catedral Frutuoso se serviu de memórias e notas que da Madeira lhe enviaram, citando principalmente um Cónego da Sé do Funchal, Jerónimo Dias Leite, como um dos seus mais prestantes fornecedores de dados relativos àquela ilha.

Logo no fim do capítulo II (fls. 68 do original) refere-se:

> ... à história e enformação dos ilustres capitães da ilha da Madeira, q de pena anda escripta, e eu a alcãcei uer per meo do muito reuerendo, e curioso Hieronimo Dias Leite conego na Sé da cidade do Funchal, q a collegio, e cõpos. E pa cõfirmação disto cõforme ao q nella li, e por outra parte ouvi a homens antigos honrados, e dignos de fé desta ilha de Sam Miguel, e de fora della contarei logo mais particularmente, ainda q cõ brevidade o descobrimento destas duas ilhas do porto Sãcto, e da Madr.ª, e de outras suas vizinhas; e a uida e algus honrosos feitos dos ilustres capitães de todas ellas, deixando as mais particularidades (pois mais nã pude alcançar saber) pa quem dellas quiser escreuer particularmente. Por q são tão grandes e altiuas, honrosas e ricas as cousas desta ilha da Madeira, e das outras, q digo, q estão à sua sombra, e de seus capitães, e moradores, q alem de requererem outro melhor, e mais alto estylo, que o meu, q é baixo, e esteril e tem pequenos, e parcos hombros pa se atruer a leuar tam grande carrega; pode, quem as inquirir, e alcançar saber todas, fazer e compor hu mui grande, curioso, e gostoso volume.

Não se pode ser mais modesto, dando, ao mesmo tempo, logo de entrada, a razão de deficiências que iam encontrar-se. Não fez mais pela simples razão de que "mais não pôde alcançar saber". Avaliam-se perfeitamente as dificuldades com que lutara, a começar pela das comunicações, meses e às vezes mais de ano ou anos à espera de resposta às cartas que enviava a pedir informações.

Quase no fim do livro, a meio do penúltimo capítulo (fls. 139 v.), lembra os nomes dos amigos que incomodou, de novo fala no Cónego e afirma que muitas outras cousas viu, leu e ouviu para coligir e compor o que chama o processo do descobrimento da Madeira.

Copio do autógrafo, como fiz com a transcrição anterior:

> E o G.º aires ferreira tronco nestas de todos elles (Ferreiras), dizê, q fez o descobrimento da ilha da Madr.ª na verdade, escripto (como dice) em tres folhas de papel que o reuerendo conego, e não menos docto, que curioso, Hieronymo Dias Leite *(em entrelinha* — capellão de sua Magestade) depois recopilou, acrescentou, e lustrou cõ seu graue, e polido estylo, e escripto em onze folhas de papel mo enviou, sendo-lhe pedido da minha parte, por intercessam do nobre Belchior frz de crasto, morador na cidade de ponta Delgada desta ilha, em q estamos; e por lho mandar pedir a meu rogo o mui magnifico Marcos lopez Anriquez (o — ri — *em entrelinh*a), mercador de grosso e honroso tracto q foi nesta ilha de San Miguel, mui estimado, e amado nella por suas boas partes, e magnifica condição, que agora reside em Lisboa cõ grande casa, e maior nome. De cuja escriptura, e de outras muitas enformações, que procurei haver de diversas pessoas da Ilha da Madr.ª, e de outras partes, todas dignas de fé; e doutras cousas, q ui, e li, collegi eu, e compus todo este processo do descobrimento da dita ilha; ordenando, arrumando, diminuindo, acrescentando, e pondo tudo em capítulos da maneira, q (snõra) uos estou contando.

Teria sido alguma das pessoas a quem se dirigiu o autor do estendido panegírico do tredo Governador da Fortaleza de S. Julião?

De posse do trambolho, não podendo desprezá-lo para não ofender quem o enviara, mas sem coragem para ser ele próprio a tombá-lo nos seus cadernos, teria encarregado outra pessoa de o fazer?

Perguntas de difícil resposta. ([221])

A única certeza é a de que a letra não é de Frutuoso!

Para a conveniente arrumação foi necessário ao seu introdutor copiar de novo os últimos 7 parágrafos do Capítulo 20, do primeiro dos quais apenas as palavras: *"deuassa do propheta do porto Sancto, como ia tenho atras contado"*.

Com estas palavras se inicia a folha 92, em cujo verso, *in-fine,* está o título do Capítulo 21, o primeiro dos que dizem respeito ao último Capitão do Machico, o tal Tristão de triste memória, os quais decorrem até às primeiras linhas da folha 104.

O acrescentador, para completar a sua obra, teve que recopiar em letra muito larga, para ocupar mais espaço, todo o Capítulo 30, que é, sem dúvida, da autoria de Frutuoso, e o título e as primeiras 2 linhas do Capítulo 31, todo também indubitavelmente do cronista.

E assim acaba o verso da folha 105.

Antes que esqueça, deixe-se anotado que no título do Capítulo 20 não são de Frutuoso as palavras finais: *"até a uinda de Tristão vaz da veiga".*

Nas folhas acrescentadas os reclamos são apenas do verso de cada folha para a folha seguinte.

Ao ver a folha 106 o coração do cicerone desanuvia-se — é de novo o "fresco" de maravilha para os seus olhos. Não é de Rafael, nem de Miguel Angelo, mas para ele tem ainda maior valor. É tinta de Frutuoso, é letra de Frutuoso, que a pátina do tempo apenas esmaeceu levemente, embelezando, porventura, as suas formas elegantes, as suas hastes bem lançadas.

Ponta Delgada, Setembro de 1950.

João de Simas

O AUTÓGRAFO FRUTUOSIANO **(4)**
NOS PRIMEIROS DIAS DA SUA EXISTÊNCIA
NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE PONTA DELGADA

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS INICIAIS SOBRE O QUE ERAM E O QUE SÃO AS "SAUDADES DA TERRA" E AS "SAUDADES DO CÉU".

II — *(Continuação)*

Seguem as vidas dos Capitães do Funchal, depois vêm notícias dos primeiros bispos, com o Capítulo 39 é o primeiro Conde da Calheta, Simão Gonçalves da Câmara e o 40 trata *"do arcebpo, e mais bpos, q foram à ilha da Madeira e houve nella até o tempo do bispo, que agora a gouerna".* As últimas 4 palavras foram riscadas e substituídas por *"dõ Hieronymo barreto".*

O título do Capítulo 41 era: *"da uida, e costumes do illustrissimo, e reuerendissimo bpo da ilha da Madeira dõ Hieronymo Barreto, q neste presente tpo, gouerna o bpado",* mas o ilustríssimo e o reverendíssimo foram riscados, assim como foram riscadas as palavras seguintes ao apelido do Bispo.

Vê-se assim que este capítulo foi escrito em ou anteriormente a 1585, ano em que D. Jerónimo foi transferido para a Diocese de Silves, mas as últimas palavras — *"faleceo santamente"* — são de 1589 ou posteriores, por se ter dado no último ano citado a morte do referido Bispo.

O copista do códice que serviu para a edição Peres fez grossa trapalhada, como se pode ver confrontando o seu texto com o da edição Azevedo. No autógrafo o texto está por letra de Frutuoso até às palavras "clerigos castos e honestos e se hia".

Nesta altura torna a apertar-se o coração do cicerone — outro papel, da mesma marca das folhas que tratam de Tristão Vaz da Veiga, e outra mão, diversa da que escreveu estas últimas. Letra claríssima, alta e larga, chega a ser monótona à força de regularidade. A outra tem maior vibração. Ambas serão já do Século XVII.

Trata-se de nova interpolação de punho estranho ao cronista.

É o fim do Capítulo 41, que o acrescentador teve de recopiar e na mesma folha 120 começa o 42: *"da uida de dom luis de figueiredo de lemos bispo do funchal que ao prezente governa o bispado",* que vai até ao verso da folha 124.

Circunstância curiosa — os reclamos são como os de Frutuoso, de página para página.

Não nos repugna que as notas para este capítulo tenham sido conhecidas de Frutuoso e até solicitadas por ele próprio.

Trata-se de uma figura açoriana, saída dos Figueiredos, ali da Ilha de Santa Maria e teria sido talvez amigo do cronista. Conhecido, e bem, era com certeza.

Por aqui andara em pequeno, nos primeiros estudos e nos de humanidades e preparatórios. Depois de bacharelado em Cânones e Leis por Coimbra e depois de ordenado de presbítero, foi aqui Ouvidor Eclesiástico e seguidamente Deão da Sé de Angra, Vigário Geral, e Governador deste Bispado.

Por esta ilha andou ainda em 1581, iniciando a inquirição ordenada pelo Bispo D. Pedro de Castilho, relativamente à *vida, fama, bom exemplo e virtudes* da Beata sam-miguelense Margarida de Chaves ("Saudades da Terra", Livro IV, vol II, p. 299).

Apresentado Bispo da Madeira, Porto Santo e Arguim em 1585, para a vaga deixada por D. Jerónimo Barreto, chegou ao Funchal no ano imediato, vindo a ser, pela obra que realizou um dos mais notáveis prelados que têm passado por aquela Diocese.

Para arranjo da nova edição, houve que recopiar, na folha 125 e seu verso, o Capítulo 43, cujo texto o copista do códice da Ajuda adulterou, e o começo do 44.

O cicerone volta a ter, com a folha 126, um sorriso de satisfação, que não se interrompe até ao fim do Livro.

O sorriso é por tornar a ver a letra de Frutuoso, a sua tinta, os seus reclamos, o seu papel, porquanto dá vontade de chorar o assunto dos capítulos 44 a 48 — o saque da cidade do Funchal pelos huguenotes franceses em 1566, uma cousa horrível que durou dias, findos os quais a capital da Madeira ficou em pior estado do que se se fosse assolada por um terramoto.

No Capítulo 49 ocupa-se o cronista pela segunda vez do 1.º Conde da Calheta — muitas notas complementares, naturalmente enviadas pelo P.e Martim Gonçalves da Câmara, irmão do referido Conde.

O Capítulo 50 trata do 2.º Conde, que morreu no mesmo ano do 1.º, e fala do único filho por aquele deixado e que foi o 3.º, ao tempo do falecimento de Frutuoso de uns 11 anos de idade apenas.

Lastimara já o cronista (Cap. 30) a pouca dita dos Capitães do Machico pela extinção da sua progénie no número 4 deles e comparara aquela pouca dita com a ventura dos Capitães do Funchal, a quem não faltavam herdeiros. Tem agora receio e chama ao pequeno Simão "tenra e nova planta", de que pende, como por um fio, a linha direita masculina dos Câmaras — Calheta. Mal poderia supor que esta varonia se perderia logo ao 4.º Conde, passando a sua representação, pelo casamento de uma irmã deste, para a Casa Castelo-Melhor.

Teria pena Frutuoso do acabar das linhas direitas dos descobridores e, com ternura pela criança que era, então, o 3.º Conde, pois não contaria 4 anos quando o cronista traçou este capítulo, dedicara-lhe a parte da sua obra respeitante à Ilha da Madeira, sem embargo, diz, de estar toda oferecida ao Capitão de S. Miguel, Rui Gonçalves *(sic):*

Saliento este pormenor por o ter como importante para julgar da data em que Frutuoso escreveu este Capítulo 50, o penúltimo deste Livro II, porquanto me parece dever ser tal data fixada para anteriormente a 17 de Junho de 1583, dia em que Rui Gonçalves foi elevado a Conde de Vila-Franca. Se já fora Conde, quando lhe escreveu o nome naquela altura, o cronista certamente não deixaria de o tratar pelo título, e não apenas pelo nome, como faz no Livro IV, sempre que dele fala depois de ter sido feito Conde.

Antes de deixar este capítulo, não resisto à tentação de reproduzir a seguinte frase (fls. 140), escrita com referência à morte do 2.º Conde, ocorrida em 4 de Junho de 1589:

> Oh tres, e quatro e cem mil uezes benauenturados aquelles q em tpo de tanta angustia do regno intempestiuamente morreram, pois como este capitão conde escaparam dos reuoltosos trabalhos da breue e miseravel uida, e com elle mesmo foram gozar na eterna dos descansos eternos.

Ao destacar estas palavras, lembro-me da acusação de filipista que tem sido feita ao cronista — se estivesse satisfeito com a ocupação de Portugal pelo Rei castelhano, certamente não seria com as palavras transcritas que exteriorizaria o seu contentamento.

Em Junho de 1580, Camões, pouco antes de acabar os seus dias, teria dito que ao menos morria com a Pátria. Aqui, tão ao longe, sem de tal saber, Frutuoso não teve outro pensamento.

E chegamos ao último capítulo deste Livro II, o 51, dedicado às Ilhas Desertas e às "Saluages".

A edição Azevedo traz os 2 parágrafos respeitantes às Selvagens, ainda que em má leitura, não os registando as edições Damião Peres.

Admira tal circunstância, porquanto a cópia da Biblioteca da Ajuda, que serviu para a reprodução Peres, é incomparavelmente superior àquela de que usou Álvaro Rodrigues de Azevedo para a sua edição.

Não sei que razão teria levado o copista do códice da Ajuda a não transcrever aqueles parágrafos, pois não são, de nenhum modo, acrescentamento posterior ao tempo em que fez o seu trabalho. Quando copiou aquele capítulo, já havia muito tempo que Frutuoso o tinha escrito. O mesmo acontece com os capítulos 44 a 48, os quais são de letra de Frutuoso, menos o título e as primeiras linhas do Capítulo 44, até às palavras "toda sua firmesa não", que são de mão estranha.

O que nenhuma das edições reproduz é o parágrafo final deste Capítulo 51, desconhecido de todas as cópias, pelo menos das que tenho visto.

É verdade que não tem interesse histórico e foi por esta razão que porventura não foi copiado, mas, como mais uma vez se refere à Madeira em termos lisonjeiros, vou dá-lo a seguir, dedicando a sua reprodução aos historiógrafos e bibliófilos madeirenses, simbolizando neles a terra que é uma das mais belas e, sem dúvida, a mais importante das que formam o Atlântico Insular Português.

Eis o texto da "despedida" de Frutuoso à linda Ilha, cujos encantos e história procurou exaltar:

> Isto desta ilha contey á Fama. Mas o superior Snõr do Ceo, e da terra mandando lá sobre nos a sombra da noite, nos fomos recolhendo á minha coua; e comendo de caminho per antre a sombra das aruores nã os delicados, e doces manjares, e cordeaes cõservas da ilha da Madeira; mas camarinhas, e mortinhos de muito menos suauidade, e doçura, cõtentãdo-nos por intervallos da noite, e somno cõ praticar cousas de Sciencias, q sam mais cordeal manjar do entendimento: ate q pella manhã seguinte nos tornamos ao lugar costumado; onde assentadas ambas, lhe comecei a contar, o que sabia da ilha de Santa Maria, aqui uizinha, pello modo seguinte.

O verso da folha 141 está em branco, ou melhor, em amarelado.

O sorriso do cicerone sumiu-se... Está triste e preocupado... Evocou o Morgado João de Arruda, cujas notas divulgou em 1922, lançando as primeiras dúvidas sérias sobre a integridade do autógrafo frutuosiano. Deu agora mais alguns pormenores, tirados do original. Ainda mais ficaram para outra vez, por não serem necessários para agora.

De algumas das notas de João de Arruda poderá depreender-se que os capítulos ou partes de capítulos de mão estranha à de Frutuoso não serão da sua autoria. Não é assim. Tudo, ou, pelo menos, quase tudo o que foi recopiado para efeito do ajustamento das folhas interpoladas é de Frutuoso.

Assim só 10 capítulos não são dele.

Só escreveu 41 dos 51 que formam há cerca de tresentos e cinquenta anos o Livro II das suas "Saudades da Terra".

Os 10 excedentes ou nunca os viu ou se viu as notas para eles ou já em redacção definitiva, não quiz aproveitá-los. Se quisesse, teria sido ele próprio a passá-los aos seus cadernos, nem confiaria a tarefa a ninguém, ele que tanto cuidado tinha em não deixar atrás juntas ou fendas por onde pudesse entrar "água" ou reboco estranho ao edifício.

Estão visíveis, ainda que muito debilmente, os algarismos, da numeração dos capítulos que foram apagados para sobre eles se escreverem outros, a fim de ficar em ordem a seriação, ia a escrever a falsificação.

Os algarismos que substituíram os primeiros são de talhe diferente dos algarismos de Frutuoso e a tinta é mais escura, o que denota serem de feitura mais recente.

Tudo vai bem até ao Capítulo 20.

21 a 29 são os de Tristão Vaz da Veiga, introduzidos abusivamente.

O 30 era o 21 e assim por diante, sempre menos 9, até ao 41, que era o 32.

O 42 é o do Bispo D. Luiz de Figueiredo, parece que também acrescentado abusivamente.

O 43 era o 33 e assim por diante, agora sempre menos 10, até ao 51 que era o 41.

Já examinámos vários depoimentos de importância material: a letra, o papel, a tinta, a substituição de algarismos da numeração dos capítulos feita por mão diferente, a forma e a colocação dos reclamos, etc.

Vamos agora ouvir uma testemunha ocular, que assume a importância em todos os tempos atribuída às testemunhas de vista.

Ouçamos o que ela diz neste processo que não é apenas o de uma simples polícia correccional por ligeiras ofensas corporais, mas um caso grave de falsificação de documentos para base de uma acção de... insinuação de paternidade.

Ponta Delgada, Setembro de 1950.

João de Simas ([222])

O AUTÓGRAFO FRUTUOSIANO **(5)**
NOS PRIMEIROS DIAS DA SUA EXISTÊNCIA
NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE PONTA DELGADA

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS INICIAIS SOBRE O QUE ERAM E O QUE SÃO AS ”SAUDADES DA TERRA” E AS ”SAUDADES DO CÉU”.

II — *(Continuação)*

A principal testemunha de toda a trapalhada é a cópia da Biblioteca da Ajuda (N.º 11 da minha “Notícia Bibliográfica”, p. CLX), já atrás citada, mas não posta ainda no lugar que lhe compete.

É — agora e só agora — o mais importante apógrafo das “Saudades da Terra”.

Ao elaborar a minha “Notícia Bibliográfica” considerei como de interesse mais alto a cópia do Morgado João de Arruda (N.º 18, p. CLXX) já pelas preciosas anotações respeitantes às irregularidades encontradas no autógrafo, já por ter o Livro IV completo e conferido por 2 tabeliães com o original, o que lhe dava e dá foros de veracidade que é desnecessário encarecer. Escrevi eu em 1922, referindo-me ao códice da Ajuda: “A seguir ao de João de Arruda Botelho e Câmara, é o mais importante dos apógrafos das “Saudades da Terra” e o primeiro na antiguidade, se não for certa a data de 1587 que se vê na cópia n.º 29”.

Agora, perante o autógrafo, o códice de João de Arruda, a que deu o nome de “História Inçulana”, perde a maior parte da sua importância, ficando quase que só como um título de honra para o seu espírito, documento de imenso trabalho e de imenso cuidado e ainda de veneração frutuosiana levada a extremos. Bastará dizer, a este respeito, que, tendo mandado fazer um traslado do autógrafo, como o indivíduo por ele encarregado deste serviço houvesse cometido vários deslises e “saltado regras”, resolveu-se o bom Morgado a executar a cópia ele mesmo, na qual consumiu a bagatela de 5 anos (1809-1814), apesar de ser apenas de todos os capítulos do Livro IV e de alguns capítulos de outros Livros. Ainda de outros capítulos sumariou passagens ou extractou e registou os títulos de todos os capítulos de toda a obra. Foi o único copista das “Saudades da Terra” que reparou na homenagem prestada a Camões no soneto em que o cronista enalteceu o Épico. Reparou no soneto e copiou-o e por existir nele a mais antiga transcrição que daquela poesia se conhece, o apógrafo de João de Arruda foi vinculado por José do Canto à sua Camoniana, onde tem o n.º 1489 (“Collecção Camoneana de José do Canto”, p. 141). Está aqui ao meu lado, forrado com a sua capa de couro grosso em forma de mala, na livraria deste grande bibliófilo, que há alguns anos deu entrada na Biblioteca a meu cargo.

Com o autógrafo nas mãos, temos à vista todas as circunstâncias que nele se possam notar, quer as referidas, quer as não citadas por João de Arruda e por isto o apógrafo deste arqueólogo sam miguelense, que até há pouco era indispensável, deixou de ser necessário, o que acentuei acima por outras palavras, mas que repito para ter a grata ocasião de afirmar que é dito isto sem qualquer desdouro para a memória deste meu muito prezado confrade em crença e em querença frutuosianas, ao qual aqui deixo uma marca de afectuosa simpatia e de comovida homenagem. Gostaria bem de ter apertado na minha a sua dextra tão amorosamente frutuosiana, mas como tive a infelicidade, por estes e outros motivos, de nascer uns cinquenta anos depois da sua morte, o Destino não me permitiu tal prazer. O que nós dois teríamos falado da venerada catedral e verberado as profanações de que foi vítima...

Todavia, se o texto frutuosiano copiado por João de Arruda perdeu o seu valor perante o autógrafo, ficam de pé as suas notas, muitas delas cheias de interesse, às quais nos teremos de referir mais de uma vez.

Coevo do cronista e por "falar" do conteúdo do autógrafo talvez quando ainda estava em poder de Frutuoso ou pouco posteriormente, o códice da Ajuda assume as alturas de testemunha n.º 1, mas só agora as assume, junto do original. O seu depoimento só é importante ao pé do "corpo de delito" e ainda assim nas condições que ao deante se verão.

Pertenceu ao célebre P.e Martim Gonçalves da Câmara.

Interessava-lhe grandemente por tratar largamente da sua família. Ele próprio teria fornecido ao cronista muitos dados sobre ela e até sobre a sua pessoa, como aquela curiosa cifra dos 600 mil réis (ed. Peres, 1925, p. 232) à qual a sua renda ficara reduzida após a perda do favor régio. (A propósito, uma pequena interrupção para lembrar os 15 mil réis por ano que foram concedidos ao N.º 1 de nós todos quando publicou "Os Lusíadas" — ocorrem-me ao pensamento sempre que ouço falar de rendimentos pessoais do Século XVI...).

No tempo da sua grandeza não teria sabido o P.e Martim da existência de um homem, simples clérigo como ele, que andava a recolher notícias para compor a história das Ilhas Portuguesas do Atlântico.

Atingira os mais altos postos da vida nacional, mesmo o mais alto, logo abaixo do Rei, pois fora Escrivão da Puridade, cargo a que chegara quando já tinha sido Reitor da Universidade de Coimbra e era Presidente da Mesa da Consciência, Presidente do Desembargo do Paço, Presidente do Conselho Real (na ausência do Rei) e Vedor da Fazenda, acumulando ainda a administração de todos os negócios da Justiça.

Teve autêntico valor, mas os historiadores afirmam que a subida a tão alto a deveu ao irmão, o P.e Luiz Gonçalves da Câmara, da Companhia de Jesus. Era este também espírito de envergadura, amigo e companheiro em Paris e em Roma de Inácio de Loiola. Foi confessor do Príncipe D. João, pai de D. Sebastião, e depois preceptor deste e também seu confessor.

O P.e Luiz Gonçalves faleceu em Março de 1575 e logo na corte se formou uma conspiração para abater do seu pedestal o irmão, o grande e incomodativo valido, o qual tinha inúmeros inimigos, já porque um homem nas posições que ele dominava não podia deixar de ter inúmeros inimigos, já porque era de seu natural violento e duro.

Contra ele choviam as queixas, mas o Rei não dava ouvidos, até que um dia e, talvez para não levantar suspeitas, surgiu um motivo fora da governação do Reino. Tinha passado pouco mais de um ano sobre a morte do irmão Luiz, decorrendo os fins de Maio ou os princípios de Junho de 1576.

Estou já a ver justificada furibundação em olhos femininos que porventura acompanhem esta viagem. Parece-me que vejo alguns... Para honra dos machos, diga-se também que a sua indignação não será menor, a começar pela do cicerone.

Foi o caso que outro irmão tinha abalado também para outro mundo, mas, como era casado, deixara viúva.

Chamava-se Nuno Gonçalves da Câmara, segundo diz o Sr. Prof. Dr. Queiroz Velloso ("D. Sebastião", 211). O nosso Frutuoso não cita entre os irmãos do P.e Martim nenhum de nome Nuno. Nas colecções genealógicas de que disponho também não deparo com tal irmão. O que vejo, em Frutuoso e em outros genealogistas, é um Fernão, que os mouros mataram em Tânger e que morreu sem geração. Nuno ou Fernão, pouco importa, um deles teria sido o marido de D. Maria de Noronha, que ficou nova e sem filhos e que por isto resolveu tomar estado segunda vez.

O pior é que a escolha recaiu num homem que não era da mesma altura social e que se chamava apenas Manuel Nunes — um Nunes sem qualquer apelido ou título de nobreza.

P.e Martim não gostou e...

Mas, por ser preferível a todos os respeitos, o cicerone dá gostosamente a palavra ao ilustre historiador de D. Sebastião *(eod. loco):* "Considerando este casamento como uma desonra, resolveu (o P.e Martim) castigar a pobre senhora, mandando-a encerrar numa das lôbregas prisões da tôrre de Belém. Não contente com esta arbitrariedade, quiz também expô-la à

vergonha de atravessar as ruas da cidade, entre esbirros, sobre uma mula, com as mãos manietadas. Ao passar em frente da igreja de Santo António, D. Maria de Noronha, a quem não tinham dito o seu destino, quando a prenderam com tumulto e gritos, imaginando que a levavam ao patíbulo, atirou-se ao chão, na intenção de fugir para o templo; mas caiu tão descomposta, que foi alvo da chacota da garotada. A família de D. Maria de Noronha sentiu-se muito desta afronta e queixou-se ao rei; a rainha, que muitas vezes fôra agravada pelo valido, protestou também contra a inqualificável injúria feita a uma dama nobre".

Faz-se uma pausa para considerar que se se tratasse de uma pobre mulher qualquer, nem dama, nem nobre, talvez a Rainha não protestasse e não julgasse inqualificável a injúria... A questão era outra — é que a Rainha D. Catarina, que fazia em Portugal a política do sobrinho sobrinho Filipe, procurava a todo o transe derrubar o P.e Martim, que não se dobrava às vistas do Rei castelhano.

Volta a palavra ao Sr. Prof. Dr. Queiroz Velloso *(op. cit., 212):* "Logo que o escrivão da puridade se apresentou a despacho, D. Sebastião voltou-lhe as costas. O ascendente do seu antigo confessor e mestre tinha findado; e mandou-lhe depois perguntar, por um dos pagens, com que autoridade ordenara ele a prisão da ex-cunhada. Martim Gonçalves não respondeu e saiu do Paço, para nunca mais lá voltar".

Apesar de todo o mal que dele têm dito e afora o "contrapeso" do procedimento com a cunhada, aliás igual ou semelhante às violências que as prosápias de sangue então e depois e ainda hoje cometiam e cometem frequentemente, a sua figura fica na História sob três aspectos de simpatia.

Foi português inteiro, como se vê das seguintes palavras do Sr. Prof. Dr. Queiroz Velloso *(op. cit., 213);* "... o seu patriotismo pusera-o sempre em guarda contra o predomínio da Espanha. Por isso, D. João da Silva (Embaixador de Filipe II em Lisboa) dizia ao amo que *os seus negocios ganhariam muito se não passassem pelas mãos desse ministro.* É o mais autorizado testemunho da sua dedicação patriótica".

Foi alheio a interesses materiais, isto é, foi um ministro de mãos limpas, quando podia ter sido o contrário e com que facilidade e em que profundidade...

Foi ainda alheio a honrarias e altos postos. Teria sido bispo e arcebispo, se quisesse. Preferiu ficar apenas com os títulos de Padre e de Doutor em Teologia, ambos conquistados pelo seu trabalho e não por favor de ninguém.

No final da sua vida de valido, há um aspecto que não tenho visto no relevo que, julgo, lhe é devido.

Lembremo-nos de que o irmão, P.e Luís, desaprovara a 1.ª aventura de África do seu confessado, e tanto que se retirou para Coimbra. Naturalmente desaprovaria também a 2.ª, a fatal, se não tivesse falecido e continuasse no cargo de confessor do seu antigo discípulo.

Possuía apenas a arma espiritual, mas com essa mesma arma lhe responderia o Rei, afirmando que seu desejo era o de combater os infiéis e dilatar a Fé Católica. Até queria que o tomassem como "Capitão de Deus".

P.e Martim, como muitos outros personagens do País, encararia apavorado o futuro. Possuía uma arma mais eficaz neste caso — o domínio da Fazenda Real. Porque sem dinheiro não se podem fazer empresas grandes ou pequenas — e aquela da África era enorme — P.e Martim propositadamente não procuraria desembrulhar as muito embrulhadas finanças da Coroa, no intuito, ao que pode depreender-se, de desencorajar o Rei e demovê-lo do intento pela impossibilidade de obter as somas fabulosas necessárias.

Houve, mesmo, insinuações a tal respeito, sendo necessário não olvidar que um mês antes de romper com o valido, já D. Sebastião nomeara 2 Vedores da Fazenda e depois, para o lugar do P.e Martim, o antigo ministro de D. João III, Pedro de Alcáçova Carneiro, que os áulicos apontavam como "o único que poderia conseguir os meios necessários à plena realização dos seus empreendimentos guerreiros." ("História de Portugal". Barcelos, V, 90).

Ao caso de D. Maria de Noronha, que não se pode deixar de tomar como deselegante e violento, chamou o Sr. Prof. Dr. Queiroz Velloso a "causa próxima" da queda do P.e Martim. Não teria sido antes o pretexto?

Seja como for, os inimigos de dentro juntaram os seus esforços aos de fora e venceram o único homem que presumivelmente poderia levar o Rei a desistir do seu propósito nefasto, ou ao menos, a adiá-lo para depois de assegurar a sucessão da Coroa.

Aos motivos de simpatia expostos, para mim acresce mais um — agora simpatia frutuosiana, porque, se Martim Gonçalves não existira, não existiria o códice da Ajuda, que nos é indispensável.

Mas não foi por isto que tracei sobre a sua vida a nota de certo modo extensa que deixo aqui — o motivo dela é a necessidade, para efeitos frutuosianos, de pôr em foco a sua faceta anti-castelhana.

Porque o seu anti-castelhanismo marcou toda a sua vida, para honra dele, sem dúvida, mas para... desgosto meu.

É que, valha-me a intenção com que profiro estas palavras, eu apreciaria muito mais que tivesse sido castelhanista — seria mais um, entre muitos que o foram, ou comprados, ou coactos, ou convictos.

E para mim e todos os frutuosianistas, seria bem melhor, pois o anti-filipismo do Padre Martim complica a resolução de alguns problemas do autógrafo das “Saudades da Terra”.

Ponta Delgada, Setembro de 1950.

João de Simas ([223])

O AUTÓGRAFO FRUTUOSIANO **(6)**
NOS PRIMEIROS DIAS DA SUA EXISTÊNCIA
NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE PONTA DELGADA

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS INICIAIS SOBRE O
QUE ERAM E O QUE
SÃO AS "SAUDADES DA TERRA" E AS
"SAUDADES DO CÉU".

III

A seguir à queda, Martim Gonçalves recolheu à Casa de S. Roque, da Companhia de Jesus, em Lisboa, onde ficou residindo até ao fim da sua vida, que só havia de chegar de ali por muitos anos. Este recolher-se à Casa de S. Roque não implica que fosse Jesuíta, porquanto, como já acentuei, era clérigo secular.

Não eram ainda passados 3 meses sobre o seu afastamento do Paço, quando teve a satisfação de ver elevado a 1.º Conde da Vila Nova da Calheta o irmão morgado, Simão Gonçalves da Câmara, 5.º Capitão do Funchal. O alvará é de 20 de Agosto daquele ano, tão fatídico para Martim, de 1576, e por ele D. Sebastião quis distinguir um dos companheiros da 1.ª aventura em África (1574) e os seus filhos, também muito privados do Rei, fazendo-o em lembrança de seu mestre e confessor, o P.e Luiz Gonçalves, e havendo respeito aos serviços que a Coroa tinha recebido de membros da família, dos quais cita alguns, menos, é claro, o P.e Martim.

O Conde Simão passou pouco depois para a sua Capitania, onde já estava em 1578, vindo a falecer no Funchal em Março de 1580.

Ficou em Lisboa o filho mais velho, João, e é já a este que se dirige o Cónego Jerónimo Dias Leite, a solicitar uma cópia do manuscrito de Gonçalo Aires Ferreira, que Gaspar Frutuoso lhe pedia de Ponta Delgada por intermédio de amigos comuns, manuscrito e circunstâncias já atrás referidas em reprodução do próprio texto original do cronista.

João Gonçalves informou certamente o tio Martim de que um homem de S. Miguel, clérigo, andava a compor uma história das Ilhas e que para tal fim queria ver a relação do descobrimento da Madeira escrita pelo citado companheiro do Zarco.

Foi porventura esta a primeira vez que o P.e Martim ouviu falar de Frutuoso, pelo menos como cronista, ou com pretensões a tal.

Saberia então que se tratava de um duplo colega, pois era, como ele, Padre e Doutor em Teologia. Em rendas é que não eram nada "colegas", pois Martim dispunha dos já nomeados 600 mil réis anuais e Frutuoso nada mais tinha do que 42.400 réis em dinheiro e 6 moios de trigo, também por ano, isto nas alturas do pedido de informações ao Cónego Jerónimo, porquanto, mais tarde, deram-lhe um "suplemento do vencimento", como se diria hoje, de 5 mil réis. Atribuindo aos 6 moios de trigo o valor de 20 mil réis, o Vigário e Pregador de Nossa Senhora da Estrela da Vila da Ribeira Grande gozou nos últimos anos da sua vida de um rendimento de 67.400 réis, o que era pouco em relação ao do P.e Martim, mas, ainda assim, representava 4 vezes e meio os tais 15 mil réis da tal pensão do tal Camões dos tais "Lusíadas".

Eram homens de idade aproximada. Frutuoso teria sido de 1522; Martim, segundo o "Elucidário Madeirense" (1940, I, 204), "deve ter nascido no princípio do 2.º quartel do século". Tenho para mim que o seu nascimento se poderá ter dado, em vez de no princípio do 2.º quartel, no princípio do 3.º decénio, isto é, por 1521, pouco mais ou menos. Baseio-me para este cálculo na circunstância de, segundo as colecções genealógicas que conheço, só haver um irmão, o já falecido Fernão, entre Martim e Luiz. Ora, tendo o P.e Luiz visto a luz em 1518, pode muito bem o irmão Martim ter nascido por 20 e pico em lugar de 26 e pico. A não ser que se tivessem metido entre os três, como, aliás, é natural e talvez acontecesse, os nascimentos de algumas das suas 7 irmãs e a não ser, ainda, que o "deve" do "Elucidário" tenha fundamento que desconheço.

Tio e sobrinho teriam mesmo falado do assunto — a futura crónica, na qual uma parte seria a história da sua Ilha e dos feitos dos seus antepassados —, na ocasião em que o sobrinho foi despedir-se do tio e dos Governadores do Reino, antes de partir para a Madeira, onde o pai falecera 3 meses antes e onde ia, já 2.º Conde da Calheta, assumir a posse e governo da sua Capitania.

O tio e os Governadores estavam em Almeirim. Ali o P.e Martim havia ido ter o seu último gesto de patriota propondo e defendendo, como membro do Conselho do Reino, vários alvitres, no sentido de impedir a entrada de Filipe em Portugal. Ali fez parte da Junta de Defesa do Reino, à qual caberia o último esforço do País perante o castelhano, embora apenas um esbracejar, afora o que depois viria da parte do Prior do Crato.

Foi o último acto político do primeiro homem das Ilhas que subiu às mais altas esferas do Governo da Nação. O primeiro cronologicamente e também único na antiga Monarquia, pois Ministros de Estado de origem ou nascimento insular só tornou a haver depois de 1820.

O sobrinho, afinal, não chegou a partir — durante aquela visita a Almerim deu-lhe "o mal de peste de que faleceu no sábado seguinte, quatro dias do mês de junho do ano de 1580" (Ed. Peres, 1925, 314), dele ficando, de seis meses apenas, a "tenra e nova planta" de que já fizemos menção.

Tal acontecimento não prejudicou a remessa do manuscrito de Gonçalo Aires, que já tinha sido enviado, talvez ainda em 1578, ao Cónego Jerónimo, o qual, no ano seguinte, o mandou a Frutuoso, depois de "recopilado, acrescentado e lustrado com o seu grave e polido estilo" e transformado de 3 em 11 folhas de papel.

Depois das acções de Almeirim, P.e Martim ficou de vez em S. Roque, nunca mais se ouvindo dele falar no que respeita às questões da sucessão e acontecimentos subsequentes do Governo de Portugal.

Entretanto, é natural que tenha pensado muitas vezes na crónica que Frutuoso andava a escrever e ter-lhe-ia mesmo mandado apontamentos, ou directamente, ou por intermédio do Cónego Jerónimo, ou ainda por mão dos Padres Jesuítas de S. Roque para os Padres Jesuítas de S. Miguel, sabendo que o cronista era amigo destes, tendo-se até empenhado pelo estabelecimento do Colégio de Todos os Santos desta cidade de Ponta Delgada.

No detalhe de seu rendimento, já atrás citado; neste da morte do sobrinho, a que acabo de me referir; em outros da sua vida e da dos irmãos Luiz e Rui, assim como do pai e de outras pessoas de família, não será difícil reconhecer a sua mão, pelas minúcias que contém e que só poderiam ser conhecidas por membros ou íntimos da família.

No outono de 1591, ou princípios de 1592, teve conhecimento de que falecera Gaspar Frutuoso, deixando os seus livros e a sua crónica inacabada aos Jesuítas de Ponta Delgada.

Logo teria pensado em obter cópia, principalmente da parte ou das partes que mais lhe interessavam — estas seriam as respeitantes à Madeira, que era a sua terra, e a S. Miguel, pois desta Ilha eram Capitães os seus parentes descendentes de Rui Gonçalves da Câmara, filho de João Gonçalves Zargo, seu 3.º avô.

Os Jesuítas de Ponta Delgada logo procurariam satisfazer o pedido, por todos os motivos, a começar pelo de serem agradáveis a um homem a quem o seu instituto muito devia.

Que pedido ou ordem teria dado ou feito sobre a extensão da cópia, não sei. O que sei é que no apógrafo que foi dele se juntaram muitos capítulos não só dos Livros da Madeira e S. Miguel, mas de todos os das "Saudades da Terra", com excepção do V.

Conservou cuidadosamente os cadernos que de Ponta Delgada lhe enviaram, mas não se lembrou de os mandar encadernar, conforme se vê de uma nota que tem no verso da sua penúltima folha, a qual já em tempos registei ("Notícia Bibliográfica", CLXI), e que diz o seguinte: "Qualquer livreiro pode encadernar estes escritos do Doutor Fructuoso, que são 38 cadernos. Francisco Pereira".

Depois os cadernos passaram a volume, sendo encadernados, como se depreende de outra nota, que segue aquela que diz: "Este livro é da casa de S. Roque da Companhia desta cidade de Lisboa, assim como os mais que ficaram do P.e Martim Gonçalves da Câmara (que Deus tem), cujo ele era, porque todos devera a esta casa. Francisco Pereira".

Não gosto desta expressão — "porque todos devera", achando-a, além de mentirosa, deprimente para a memória do P.e Martim. Seria tão tamanino este homem, ocupante de grandes lugares de Portugal e possuidor no fim da vida de 600 mil réis (do Séc. XVI) de renda, seria tão tamanino que por si só, pela sua cabeça e pelo seu dinheiro e até pela grande família a que pertencia, não conseguisse comprar, ou obter de qualquer modo, nem um só livro, devendo "todos" os que possuía à Casa de S. Roque?

Para o apógrafo frutuosiano compreender-se-ia a referência, não sendo necessário grande imaginação para se calcular que teriam sido os Jesuítas de Todos os Santos de Ponta Delgada a facilitá-lo aos Jesuítas de S. Roque de Lisboa.

Mas os seus outros livros? "Todos"?

Fico a pensar em que o tal Francisco Pereira não gostava do P.e Martim...

E fico também a pensar em que não seria esperto, nem muito menos, inteligente, pois deixou o seu nome ligado para todo o sempre a uma afirmação que não resiste à mais pequena análise. O pior é que o único Francisco Pereira que encontro servindo ao intento foi, além de Padre, Doutor, Prepósito da Casa de S. Roque e até — nem mais nem menos — Provincial da Província de Portugal da Companhia de Jesus.

Pois não dou os parabéns à Companhia de Jesus, viveiro em todos os tempos de pessoas de cabeça, por contar entre as suas figuras de comando a que firmou tão infeliz documento.

Mas de boamente lhe perdoo a "má vontade", pois se não fora a sua nota talvez nunca soubéssemos que o apógrafo da Ajuda tinha sido pertença de Martim Gonçalves da Câmara, o que tiraria uma parte da importância de que se reveste aquele manuscrito.

Ponta Delgada, Setembro de 1950.

João de Simas ([224])

O AUTÓGRAFO FRUTUOSIANO **(7)**
NOS PRIMEIROS DIAS DA SUA EXISTÊNCIA
NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE PONTA DELGADA

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS INICIAIS SOBRE O
QUE ERAM E O QUE
SÃO AS "SAUDADES DA TERRA" E AS
"SAUDADES DO CÉU".

III — *(Continuação)*

Afinal, o manuscrito pouco tempo esteve na Casa de S. Roque.

Foi o caso que um sobrinho do P.e Martim o reclamou, conforme consta da seguinte nota, existente no verso da folha já citada: "Depois por duvidas e trocas que houve, se deu este livro a Jorge da Camara, Governador da Ilha. E ele o deu a Diogo Lopes de Sousa, Conde de Miranda, Governador do Porto, o qual o deu ao Ill.mo e Rev.mo Sr. D. Rodrigo da Cunha, sendo ainda então Bispo do Porto. O Dr. João da Costa Correia".

Por aqui se vê que o "direito" da Casa de S. Roque sobre os livros e, extensivamente, porventura sobre outros objectos deixados pelo P.e Martim, era tão precário, que não resistiu a dúvidas e reclamações.

Jorge da Câmara, que nasceu na Índia, era filho natural de Rui Gonçalves da Câmara (irmão do P.e Martim), foi Comendador de Afife na Ordem de Cristo e desempenhou o cargo de Governador Geral da Ilha da Madeira de 1614 (Janeiro, nomeação; Dezembro, posse) a Julho de 1618.

Álvaro Rodrigues de Azevedo deu-lhe o cognome de — o Poeta, certamente por confusão, porque houve mais 2 Jorges da Câmara, um deles poeta, vivendo na primeira metade do Século XVII, os quais devemos considerar fora desta causa.

O 2.º Jorge era filho de Martim Gonçalves da Câmara, Comendador de S. Cristóvão de Nogueira, na Ordem de Cristo, e de sua 2.ª mulher D. Brites Manuel. Foi este o poeta, chamado pela índole do seu estro — o Marcial Português (Barbosa, "Biblioteca Lusitana", II, 796). Como escrevi em 1922, é de reparar na coincidência de usarem o mesmo nome e de serem ambos poetas (se o 1.º Jorge o foi, do que duvido) e de ser ainda do Porto, onde aquele nasceu e viveu, que este 1.º Jorge ofereceu o volume a Diogo Lopes de Sousa, 2.º Conde de Miranda, Governador da Relação e Casas do Porto e seu Distrito.

Do pai deste Marcial Português, cujo nome é igual ao do P.e Martim, nada sei, não o encontrando nas genealogias que conheço. Todavia, calculo que tenha sido filho ou neto de Luiz de Noronha, que teve também aquela Comenda de S. Cristóvão de Nogueira, o qual Luiz era filho de Manuel de Noronha, que por sua vez o foi de João Gonçalves da Câmara, 2.º Capitão do Funchal. O Martim Comendador seria assim 2.º ou 3.º neto deste 2.º Capitão, de quem o P.e Martim era 2.º neto. O parentesco entre o P.e Martim e o filho do seu homónimo era, pois, tão desviado, que não podia servir de base a qualquer reclamação de herança.

Base do desejo de possuir o apógrafo frutuosiano seria para este 2.º Jorge a circunstância de se dar com muita aplicação aos estudos genealógicos (Sousa, "História Genealógica da Casa Real Portuguesa", I, XC, § 84). Dualidade rara, esta de poeta-linhagista, pois em mil poetas talvez se não encontre um dedicado a esta especialidade, mas tem havido, como o próprio Frutuoso, por exemplo. Sorriria ao Marcial o gosto de ter o manuscrito frutuosiano pelas largas notícias genealógicas, afora outras, ali registadas sobre a sua família e assim se explicaria a tentativa de o reclamar, se fora ele, que não foi, a obtê-lo.

O 3.º Jorge era filho de Domingos da Câmara, 1.º neto de Manuel da Câmara, Cónego na Sé de Braga, e 2.º neto de D. Manuel de Noronha, Bispo de Lamego. Este Bispo foi tio do P.e Martim e seu grande protector, sendo quem lhe deu quase todas as rendas de que gozou, porquanto Frutuoso (Ed. Peres, 1925, 203) lhes atribui o valor de 500 mil réis, depreendendo-se daqui que lhe teriam ido de outra origem os 100 mil que faltam para os 600 mil atrás referidos. Neto de um primo do P.e Martim, dá-se com este 3.º Jorge o mesmo que o 2.º, relativamente ao parentesco, tão afastado que não podia justificar pretensão a herança.

Parente próximo era o 1.º Jorge, sobrinho em 1.º grau, portanto nas circunstâncias de ser atendida sua reclamação à posse do apógrafo frutuosiano. Além disto, a expressa referência da nota a "Governador da Ilha" afasta só por si os outros "concorrentes", porque só o 1.º Jorge é que exerceu aquelas funções. A confusão de Azevedo com o poeta é que fez lembrar os homónimos, obrigando a destrinçar os parentescos para excluir o 2.º e o 3.º do processo, por maioria de razão.

Se foi antes ou se foi depois do Governo da Madeira que o 1.º Jorge possuiu o volume, não sei. Tê-lo-ia talvez em seu poder alguns anos e depois ofereceu-o ao Conde de Miranda, porventura por ter manifestado o desejo de o "ver". Quereria ser-lhe agradável, pois este D. Diogo Lopes de Sousa era um dos personagens de maior importância do Portugal do seu tempo, não só por sangue, como pelos lugares que desempenhou e pela forma como o fez. Ao tomar o Governo da Relação do Porto, em 1613, logo se afirmou homem de carácter e limpo de mãos, acabando com as irregularidades que se praticavam nas Justiças da Capital do Norte. Não resisto também a lembrar que se lhe deveu o trabalho notável que foi o apresto, em 6 meses, com todo o equipamento de guerra necessário, de 11 naus que em Abril de 1625 recuperaram a Baía, onde os nossos amigos holandeses se haviam instalado em Maio do ano anterior, com intenções de ali permanecerem.

Não eram, porém, as suas qualidades de grande homem de Governo que o levariam ao desejo ou à necessidade de consultar o manuscrito frutuosiano, mas sim o seu gosto pelas genealogias, pois escreveu "muitos volumes de famílias" (Sousa, *op. cit.,* 83, § 69), aos quais deu o nome de "Famílias do Reino de Portugal (Barbosa, *op. cit.,* I, 671), documentando uma das facetas dos seus vários talentos que não anda referida nos dicionários e enciclopédias.

Ignoro quanto tempo, deve ter sido pouco, possuiu o apógrafo frutuosiano até que o dadivou a D. Rodrigo da Cunha, figura eminente do nosso Século XVII. Eram amigos e admiradores um do outro e tinham bem de quê. D. Rodrigo dedicou-lhe o seu "Catálogo e História dos Bispos do Porto" (1623), ao qual juntou D. Diogo uma "Resposta", em que põe em destaque a figura do pai do Prelado, que este modestamente deixara na sombra. Na sombra ficou, lembra-se a título de curiosidade, esta "Resposta", pois é Barbosa *(op. cit.,* I, 670) o único bibliógrafo, que eu saiba, a mencioná-la, citando outros as folhas que lhe dizem respeito, mas sem a nomear, e além disto é raríssima, pois não se encontra em todos os exemplares daquele "Catálogo". Ainda na sombra ficou, então, por D. Diogo obviamente não poder naquela altura referir-se-lhe, o final da vida de D. Pedro da Cunha, pai de D. Rodrigo, que se deu estando encarcerado na Torre de Belém por ter seguido as armas do Prior do Crato. Tinha bem a quem sair o insigne Prelado, que havia de ser uma das figuras da Restauração, antes de ocorrer a qual (meados de 1639) recusaria o chapéu de Cardeal, mimo com que Filipe IV lhe acenava para o convencer a ajudar à transformação de Portugal em província definitiva de Castela.

Mas não foram estes primores de patriota, os quais só mais tarde teriam ocasião de manfestar-se, que originariam a amizade de D. Rodrigo e D. Diogo, este também suspeito aos Filipes. Falariam, sem dúvida, das possibilidades, ainda então longínquas, da libertação, mas a simpatia dever-se-ia, afora a admiração mútua, a serem ambos irmãos da "Confraria dos Genealógicos", pois o Prelado foi também autor de um "Nobiliário das Famílias do Reino" e era até estudioso de heráldica, tendo composto um "Livro de Armaria". Daqui, porventura, a base da oferta do autógrafo frutuosiano, que tinha ainda para D. Rodrigo o interesse de conter notícias pormenorizadas de 2 Bispados — o do Funchal e o de Angra, assunto da sua maior curiosidade como celebrado escritor que foi desta especialidade, tendo dele ficado, além do já citado volume sobre os Bispos do Porto, outros sobre a "História Eclesiástica de Braga" (1633 e 1635) e a "História Eclesiástica da Igreja de Lisboa" (1642).

A oferta a D. Rodrigo da Cunha deve ter sido feita entre 1619, ano em que entrou no Porto como Bispo da respectiva Diocese, e 1626, em que já é Arcebispo de Braga.

Ao separar-se do volume frutuosiano, não podia o Conde de Miranda pensar em que talvez um dia se arrependeria de o ter dado ao seu amigo D. Rodrigo, se a sua vida se prolongasse por uns 20 anos e tivesse assistido ao casamento da sua filha D. Mécia de Mendonça com o 1.º Conde da Ribeira Grande, D. Manuel Baltazar Luiz da Câmara.

Seria uma bela prenda a figurar na corbelha dos noivos, à falta do autógrafo, que estaria ainda por um século nas mãos dos Jesuítas de Ponta Delgada, este antigo apógrafo da história das ilhas de que os seus maiores eram figuras principais, a começar em João Gonçalves Zarco, o famoso descobridor da Madeira e já então remoto ascendente dos Câmaras-Calheta, dos Câmaras-Vila Franca e finalmente dos Câmaras-Ribeira Grande. Teria tido, sem dúvida, muito prazer a 1.ª Condessa da Ribeira Grande em deixar à sua numerosíssima descendência um livro que receberia do pai e que por seu intermédio iria ser documento de honra do arquivo da nova Casa, ou, melhor, da velha Casa com novo título, documento demais a mais escrito na Vila que dava o nome ao novo Condado e pela mão de um Vigário da sua Matriz. Só por esta razão sentimental o Conde de Miranda hesitaria, porquanto o volume estaria muito melhor nas mãos intelectuais do seu amigo D. Rodrigo da Cunha que nas do pobre 1.º Conde da Ribeira, que viveria apenas uns 43 anos, os últimos dos quais enlouquecido com imensa razão para o ser, só admirando que o não fosse bem mais cedo.

Do Livro na posse de D. Rodrigo tenho uma nota, que vou repetir, do que escrevi em 1922.

Em 1627 foi publicado, impresso no Porto, o "Index" ou "Catálogo" da sua livraria, o primeiro catálogo de livraria particular que apareceu em Portugal, em que vem, diz o Conde da Ericeira, com o título de "Descobrimento e História das Ilhas de S. Miguel, Cabo Verde e Canárias", o apógrafo da Ajuda ("Collecçam de documentos e memorias da Academia Real de Historia Portuguesa", tom. de 1726).

É raríssimo este catálogo. Inocêncio (VII, 168) nunca o viu e Martinho da Fonseca nem o menciona na sua "Lista de alguns catálogos de livrarias públicas e particulares", etc.

Também eu nunca o vi, com bastante pesar meu, pois gostaria de conhecer os termos exactos da descrição da obra, ou, pelo menos, do título, porquanto a citação do Conde da Ericeira fala apenas em S. Miguel, Cabo Verde e Canárias, o que é embrulhada de deslocação e supressão, colocando S. Miguel em primeiro lugar e não falando da Madeira, de Santa Maria e das Ilhas Açorianas de Oeste.

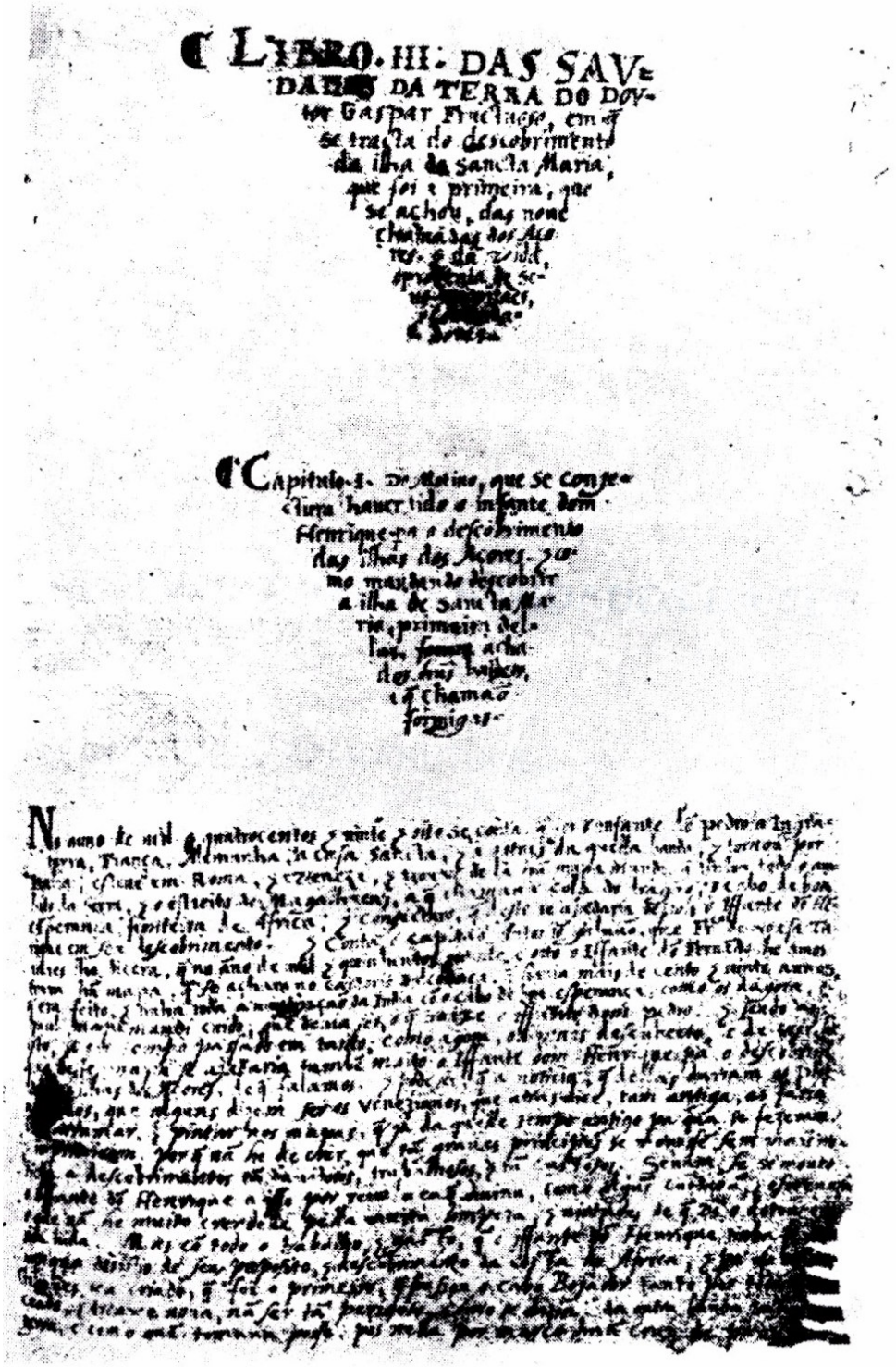
Se o apógrafo frutuosiano se conservou na propriedade de D. Rodrigo da Cunha até à sua morte em 1643, não sei. Nada nos diz que não. Se estava, como tudo leva a crer, de certo assistiu, no Paço Arquiepiscopal de Lisboa, às horas de grande alegria, mas também de grande ansiedade, que o famoso Arcebispo de Lisboa, cabeça já então quatro vezes mitrada, viveu no 1.º de Dezembro de 1640 e dias seguintes, nos quais ficou à frente dos 3 Governadores do Reino nomeados para o caso, enquanto D. João IV não vinha de Vila Viçosa.

Não será talvez fantasia demasiada imaginar que D. Rodrigo, deambulando pelo seu gabinete de trabalho e pela sala da livraria em momentos de grande preocupação, encarasse em certa ocasião o precioso volume, o tirasse da estante e o folheasse. Seria um desejo de encontrar naquele texto frutuosiano a lembrança do contacto, embora já bem delido, do seu primeiro possuidor — o patriota de 1640 gostaria de apertar a mão do patriota de 1580, naquelas horas de angústia ainda, é certo, mas já de glória e de esperança, em que a Nação retomava o seu caminho histórico, o rumo da sua Independência. Procuraria também as mãos do amigo que lhe ofertara o códice, mas essas esperava apertá-las muitas vezes ainda, não podendo calcular que o 2.º Conde de Miranda, a quem os acontecimentos da "manhã pura e alegre" apanharam em Madrid, onde fora chamado mais de um ano antes por desconfiança que dele tinha Filipe IV, ali acabaria a vida nos últimos dias daquele mesmo Dezembro de 1640.

Ponta Delgada, Setembro de 1950.

(Continua)

João de Simas ([225])



FOTOCÓPIA DA PÁGINA N.º 142 DO MANUSCRITO ORIGINAL DAS SAUDADES DA TERRA, EM QUE SE DÁ COMEÇO AO LIVRO TERCEIRO

LIVRO TERCEIRO DAS SAUDADES DA TERRA

DO DOUTOR GASPAR FRUTUOSO, EM QUE SE TRATA
DO DESCOBRIMENTO DA ILHA DE SANTA MARIA,
QUE FOI A PRMEIRA QUE SE ACHOU DAS NOVE
CHAMADAS DOS AÇORES; E DA VIDA E PROGÉNIE
DE SEUS CAPITÃES E COMENDADORES ([226])

CAPÍTULO PRIMEIRO

DO MOTIVO QUE SE CONJECTURA HAVER TIDO O INFANTE D. HENRIQUE PARA O DESCOBRIMENTO DAS ILHAS DOS AÇORES E COMO MANDANDO DESCOBRIR A ILHA DE SANTA MARIA, PRIMEIRA DELAS, FORAM ACHADOS UNS BAIXOS, A QUE SE CHAMAM FORMIGAS

No ano de mil e quatrocentos e vinte e oito se conta que foi o Infante D. Pedro a Ingraterra, França, Alemanha, à Casa Santa e a outras daquela banda, e tornou por Itália; esteve em Roma e Veneza, e trouxe de lá um mapa-mundi que tinha todo o âmbito da Terra e o estreito de Magalhães, a que chamava Cola do Dragão, o Cabo de Boa Esperança, fronteira de África; e conjecturo que deste se ajudaria depois o Infante D. Henrique em seu descobrimento.

E conta o capitão António Galvão que Francisco de Sousa Tavares lhe dissera que, no ano de mil e quinhentos e vinte e oito, o Infante D. Fernando lhe amostrara um mapa, que se achara no cartório de Alcobaça, que havia de cento e vinte anos que era feito e tinha toda a navegação da Índia com o Cabo de Boa Esperança, como os de agora, o qual mapa-mundi cuido que devia ser o que trouxe o Infante D. Pedro. E, sendo assim, isto já em tempo passado era tanto, como agora, ou mais descoberto; e de crer é que deste mapa se ajudaria também muito o Infante D. Henrique para o descobrimento destas ilhas dos Açores, de que falamos. E pode ser que a notícia que delas dariam os fenicianos, que alguns dizem ser os venezianos, que atrás disse, tão antiga as faria por arrumar e pintar nos mapas que já daquele tempo antigo para cá se fizeram e imprimiram, porque não é de crer que tão graves Príncipes se movessem, sem mais notícia, a descobrimentos tão duvidosos, trabalhosos e tão custosos. Senão se se moveu o Infante D. Henrique a isso por revelação divina, como alguns cuidaram e escreveram, o que não é muito crer dele, pela muita limpeza e virtudes de que Deus o dotou em sua vida. Mas com todo o trabalho e gasto que o Infante D. Henrique tinha feito, nunca desistiu de seu propósito e descobrimento da costa de África e para isso mandou Gileannes, seu criado, que foi o primeiro que passou o Cabo Bojador, tanto por todos arreceado, e trouxe nova não ser tão perigoso como se dizia; da outra banda saiu em terra e, como quem tomava posse, pôs nela por marco uma cruz de pau.

Dizem alguns antigos que logo perto deste tempo em que Giliannes passou o Cabo Boyador (sic), estando o Infante D. Henrique em Sagres, no Algarve, mandou um navio descobrir a ilha que agora chamam de Santa Maria, primeiro que todas as outras ilhas dos Açores, o qual navio vindo, andou certos dias no mar, e, não a achando, arribou ao Algarve, e querem dizer que àquela mesma hora disse o Infante aos que com ele estavam em Sagres: — “Agora arribou o navio que ia a descobrir a ilha”, e depois, chegando o mesmo navio, disse o Infante ao capitão e mestre dele: — “Tal dia arribastes”; e, respondendo-lhe que era verdade, lhe disse o Infante que por curto a não acharam. E daí a dias tornou a mandar o mesmo navio, avisando aos que iam nele que fossem mais adiante, e que logo a achariam, como, de feito, acharam. Mas o que mais certo deste descobrimento pude saber é o que agora direi.

Pelas informações e notícia que o Infante D. Henrique tinha destas ilhas dos Açores, como atrás dito tenho, ou porque Deus lho inspirava para bem destes reinos, no ano do Senhor de mil e quatrocentos e trinta e um, reinando em Portugal el-Rei D. João, de Boa Memória, décimo em número e primeiro do nome, tendo o dito Infante em sua casa um nobre fidalgo e esforçado cavaleiro, chamado Frei Gonçalo Velho das Pias, comendador do castelo de Almourol, que está sobre o Rio Tejo, arriba da vila de Tancos, de quem, por sua virtude, grande esforço e prudência, tinha muita confiança, o mandou descobrir destas ilhas dos Açores a ilha de Santa Maria, ou, porventura, também esta de São Miguel; o qual, aparelhando o navio com as coisas necessárias para sua viagem, partiu no dito ano da vila de Sagres e, navegando com próspero vento para o Ocidente, depois de passados alguns dias de navegação, teve vista de uns

penedos que estão sobre o mar e se vêem da ilha de Santa Maria, e de uns marulhos que fazem outros que estão ali perto, debaixo do mar, chamados agora todos Formigas, nome imposto por ele, ou por serem pequenos como formigas, em comparação das ilhas, ou porque ferve ali o mar, como as formigas fervem na obra que fazem; de qualquer maneira que seja, estas Formigas são uns baixos perigosos de rocha e penedia, que estão em trinta e sete graus e meio de altura da parte do Norte setentrional, pouco alevantados sobre o mar. E esta ilha de São Miguel tem outro baixo, que está Nordeste Sudoeste com o porto da vila do Nordeste, afastado da terra por espaço de três léguas; deste baixo, que está Norte Sul com o baixo que chamam as Formigas, até as mesmas Formigas há caminho de oito léguas; e o porto do Nordeste está com elas Nor-noroeste e Su-sueste, em distância de dez léguas. As quais, com a Ponta de Álvaro Pires, que é a da banda de Leste da ilha de Santa Maria, estão Nordeste e Sudoeste, afastadas sete léguas da dita ponta, ficando da mesma ilha quase ao Nor-nordeste.

O que destes baixos aparece sobre a água do mar tem no princípio um grande e alto penedo, e na outra ponta outro mais baixo e pequeno, e, do alto até o mais baixo, corre a compridão delas como do Nordeste a Su-sudoeste, e a ponta mais delgada delas, que é o penedo mais baixo, vai direita à ilha de Santa Maria, esvarando (sic) pela banda do Norte da mesma ilha. Têm estas Formigas, do penedo grande à outra ponta do outro penedo mais pequeno (indo correndo antre eles tudo conforme e igual com outra altura mais baixa), tanto como um bom tiro de besta. O penedo maior, que é a cabeça deste baixo, é de altura de uma casa sobradada, e, deste penedo para a ponta, que é outro penedo um pouco mais baixo, corre em altura de casa térrea. Assim que são três alturas diferentes, porquanto têm os meios mais baixos. E há um canal antre o penedo grande e o outro baixo mais baixo, por onde passam barcos de banda à banda, e aqui, neste canal, morre muito peixe de muitas maneiras nas bocas dele, e morrem também escolares. E da banda de Leste se abrigam os barcos a este penedo grande de todo o temporal que corre contrário de rosto ao Leste. A largura deste baixo será tanto como vinte côvados, de três palmos cada côvado, a lugares mais e a lugares menos. E da banda do Sul está outro baixo arredado, que é o penedo mais pequeno da outra ponta, por antre o qual e o baixo do meio pode passar um barco. E estes penedos dos cabos, assim o grande como o pequeno, chamam os mareantes Cuadas, porque são os extremos e pontas de todo este baixo, que está sobre o mar. E quando o vento é Nor-nordeste, nesta Cuada, ou penedo pequeno, se abrigam dois até três barcos, porque não cabem mais. Mas, sendo o vento mui rijo, então se acolhem à ilha de Santa Maria, o que não é assim no outro abrigo, da banda de leste, que é a Cuada ou penedo mais alto, porque lá, com toda a tormenta do mundo, aguardarão, não todos os barcos que se acharem, senão só quinze até vinte, porque não podem em aquele lugar caber mais, e, quando ali se abrigam, estão amarrados às proízes ao penedo, e com suas poutas botadas no baixo. Da banda do Sudoeste está uma calheta pequena, metida no penedo, em a qual com vento contrário, que é Leste e Les-nordeste, se abrigam dois barcos.

Nestes baixos há muitos caranguejos, lapas, cracas e búzios, em tanta quantidade, que é coisa de espanto ver a multidão deste marisco. Estando pescando aqui uns pescadores da cidade da Ponta Delgada, desta ilha de São Miguel, ceavam todas as noites em terra, ou para melhor dizer, em pedra, sobre o baixo, e àquela calheta vinha ter um lobo marinho, da feição e grandura de um grande bezerro, a encostar-se às pedras, ao qual botavam eles as espinhas do pescado que comiam. E já se aconteceu irem pescadores pescar a estas Formigas e, deixando lenha e uma cruz em cima do penedo, quando tornaram lá o outro ano seguinte, acharam a cruz e a lenha, sem a tormenta a levar. Da Cuada, ou cabo deste grande e mais alto penedo, direito ao Sueste, espaço de uma légua, demora outro baixo debaixo do mar, ficando-lhe o outro alto ao Noroeste, de maneira que estão ambos Noroeste Sueste. Este baixo, que chamam o Raso, é muito mais perigoso que o outro alto, de que mais se temem os mareantes, e onde os navios se perdem; e são três baixas debaixo do mar, com três eiras entrempadas como em triângulo, que farão todas três estendidas e o mar, que no meio se mete, quantidade de três alqueires de terra. Por muito manso e chão que estè (sic) o mar, arreceia qualquer barco, por pequeno que seja, de se meter antre elas, pelo grande fervor que a água ali trás. Com baixa-mar, podem ser sobre estas baixas sete ou oito palmos de água, e com mar grosso (porque cava, então, muito), tudo aparece branco e quase se descobrem. Dizia um Álvaro Gonçalves Maranhão, mareante da cidade da Ponta Delgada, que já vira nestas baixas calhaus como de lastro de navio, que parece que ali em algum tempo de tormenta se perdera.

Neste baixo, e ao redor dele, em barcos, se faz a pescaria principal, onde morre peixe escolar e de toda sorte. Mas os barcos que pescam nele, por ser tão perigoso para de noite

dormirem no mar, que é ali roleiro, logo se acolhem dele ao penedo grande, onde estão mais seguros.

E, às vezes, aos pescadores que viram o lobo marinho na baixa e calheta do penedo alto, lhe saía sobre o mar neste baixo do Sueste o mesmo lobo, o qual conheciam por uma malha branca que trazia detrás de uma orelha, e bem o puderam arpoar, por vezes, se quiseram, o que não faziam com medo da baixa, por não perigar nela. Suspeita-se e dizem destas Formigas que correm pelo fundo do mar com alevantados braços de penedia, antre estas duas ilhas de São Miguel e Santa Maria, com que, como duas boas vizinhas e amigas, as têm ambas liadas e abraçadas, e dizem alguns que, indo ter estas Formigas ao baixo, debaixo do mar, de grande pescaria, em que se toma muito peixe, que está junto da vila do Nordeste desta ilha de São Miguel, como tenho dito, para o Norte, por espaço de oito léguas, vão correndo pelo fundo do mar ao Nor-nordeste, perto de cento e setenta e cinco léguas, até dar em uns baixos que estão junto da ilha das Maidas.

Vindo a estas Formigas Frei Gonçalo Velho no novo descobrimento (como, Senhora, ia contando), não achando ilha frutuosa e fresca, senão estériles e feios penedos, e, em lugar de terras altas e seguras, vendo somente baixas pedras, tão baixas e perigosas, cuidando e suspeitando ele e os da sua companhia que o Infante seu senhor se enganara, julgando aquela pobre penedia por uma rica ilha, não entendendo todos eles com esta suspeita que havia mais que descobrir, se tornaram desgostosos ao Algarve, donde partiram, sem mais ver outra coisa que terra parecesse, e dando esta nova ao Infante D. Henrique, juntamente dizendo seu parecer, que não havia por este mar outras terras senão aquelas duras pedras que nele somente acharam.

CAPÍTULO SEGUNDO

COMO FOI ACHADA A ILHA DE SANTA MARIA POR FREI GONÇALO VELHO, COMENDADOR DE ALMOUROL, QUE PELO INFANTE D. HENRIQUE A SEU DESCOBRIMENTO FOI ENVIADO E FEITO CAPITÃO DELA; E DE ALGUNS ANTIGOS QUE NO PRINCÍPIO A POVOARAM

Como na alta mente do Infante estava posta e entendida outra coisa que os seus não entendiam nem cuidavam, recebendo-os ele com alegre rosto e fazendo as mercês costumadas a semelhantes serviços, confirmou mais o que cuidava, de estar ali perto daquele baixo de penedia à (sic) ilha que ele mandava buscar, e sabendo mui bem que (sic) porfia mata caça e a lebre que uma vez se esconde outro dia se descobre, determinou provar outra vez a ventura e aventurar o pouco que gastava pelo muito que disso esperava cobrar; e, como foi tempo disposto para o descobrimento, no ano seguinte tornou, com rogos e com promessas (como alguns dizem), a mandar o mesmo Frei Gonçalo Velho a descobrir o que dantes não achara, dando-lhe por regimento que passasse avante das Formigas. O qual Gonçalo Velho, tornando a fazer esta viagem, como lhe era mandado, vindo com próspero tempo, querendo Deus já fazer esta tão alta mercê ao Infante e a ele, houve vista da ilha em dia da Assunção de Nossa Senhora, quinze dias de Agosto do ano do Senhor, uns dizem de 1430, outros de 1458. Mas isto não pode ser, porque commumente se disse e afirmou sempre, e assim se acha em algumas lembranças de homens graves desta ilha de São Miguel, que foi achada depois da ilha de Santa Maria ser descoberta doze anos, e se achou na era de 1444, como depois direi tratando dela; pois se esta ilha de São Miguel se achou nesta era de 444 e a ilha de Santa Maria foi achada primeiro que ela doze anos, como todos dizem, e nunca caiu isto da memória dos homens, quem de 1444 tira doze ficam 1432, que é o ano em que se achou a ilha de Santa Maria.

Assim que a mais verdade que pude saber é que foi achada e houve vista dela Frei Gonçalo Velho e seus companheiros, que com ele iam, no ano de mil e quatrocentos e trinta e dois, reinando ainda em Portugal el-Rei D. João, de Boa Memória, décimo rei em número e primeiro do nome, no penúltimo ano de seu reinado, pois ele foi coroado por Rei de Portugal na cidade de Coimbra na era de 1385 anos, e no mesmo ano, véspera de Nossa Senhora da Assunção, que é em Agosto, venceu este Rei a el-Rei de Castela com todo o seu poder, em batalha campal, no Campo de São Jorge, acima de onde ora está edificado o mosteiro da Batalha, sendo de idade de trinta e oito anos, e viveu setenta e seis, dos quais reinou cinquenta, e faleceu véspera de Nossa Senhora de Agosto, na era de 1433 anos, que é um ano depois de se achar a ilha. E neste mesmo ano em que foi achada a dita ilha de Santa Maria (que se chamou assim, e lhe puseram este nome os descobridores dela, porque a acharam em seu dia), nasceu em Santarém o Príncipe D. Afonso, filho de el-Rei D. Duarte, o qual D. Afonso foi o quinto deste nome e duodécimo rei de Portugal.

Com grande contentamento de Gonçalo Velho e de sua companhia foi celebrado aquele dia da Assunção de Nossa Senhora com duas alegres festas, uma por entrar a Senhora no Céu a gozar dos bens da glória, outra por entrarem eles naquela ilha nova a lograr os frutos da terra.

Como entraram, e a primeira terra que tomaram, onde saíram, foi, da banda de Oeste, em uma curta praia de uma abra que se faz antre a ponta da terra, que se chama a Praia dos Lobos, e outra ponta, que se chama o Cabrestante, onde vai sair ao mar uma pequena ribeira que corre todo o ano, chamada a ribeira do Capitão, por correr pelas suas terras, que naquela parte depois tomou para si, que são a Faneca, Monte Gordo, Flor da Rosa, Paúl, Roça das Canas, donde nasce aquela ribeira que vai ter ali ao mar, junto do Cabrestante; onde se fez pelo tempo adiante o primeiro coval, junto da mesma ribeira, em uma pedra mole, como tufo, e amarela, como barro, que se corta à enxada, a que chamam saibro, no qual saibro, onde quer

que o há na ilha, se dá o melhor vinho dela; onde se encovou o primeiro trigo que deu a terra. E assim são os granéis de toda a ilha, que depois fizeram em covas onde acham aquele tufo. E cada cova leva de dois até dez moios de trigo, conforme a como as querem fazer, em que o têm todo o ano, e quem o não encovar põe-se a risco de o perder, como muitas vezes se perde; nas quais covas só se guarda o que se há-de comer e não o que fica para semear, por se não danar, o qual têm fora em granéis, ou em sacos, até o tempo da sementeira. E a terra do Capitão, que ali teve, chega aos seus Covões, que são umas terras que têm uns vales como covas, e por isso lhe chamaram Covões, que estão ao pé da serra e do mato, as quais agora possuem seus herdeiros.

Assim que os primeiros que saíram em terra, ali junto do mar, ao longo daquela ribeira do Capitão, ou desta vez, ou da segunda, fizeram a primeira casa que na ilha se fez, e, depois, pelo tempo adiante fizeram outras pela ribeira acima, e esta foi a primeira povoação da ilha, e por isso escolheu depois ali o Capitão suas terras, que são as melhores da ilha, e dão mais e melhor fruto e trigo, quase como o de Alentejo, quando o ano é temperado e bom.

Andou Gonçalo Velho correndo a costa da banda do Sul, ora no navio, ora na bateira, saindo em terra onde achava lugar para isso, vendo-a coberta de muito e mui espesso arvoredo de cedros, ginjas, pau branco, faias, louros, urzes e outras plantas, notando as baías e pontas, compridão e longura da ilha, e tomando em vasilhas água de fontes e ribeiras e, da terra, alguns ramos de diversas árvores, que nela havia, para mostrar ao Infante.

Fazendo ali pouca detença, como viu tempo conveniente, se partiu para o Reino, onde, chegado ao lugar donde partira, disse ao Infante como achara a ilha, dizendo o que dela entendera e mostrando-lhe as coisas que levava da terra, com a qual nova o Infante, dando graças a Deus, que lha manifestara, e ficando muito contente, recebeu com bom gasalhado e cortesia a Gonçalo Velho e aos mais que lá em sua companhia mandara, fazendo mercês a todos, segundo a qualidade das pessoas e serviços e ofícios de cada um deles, porque, como os bons servos mostram sua virtude e fidelidade em servir com amor e diligência a seus senhores, assim os príncipes e grandes senhores manifestam sua grandeza e magnificência em fazer mercês a seus obedientes súbditos e galardoar com superabundância de amor e obras os serviços de seus fiéis criados.

Não se sabe a certeza se no ano seguinte, depois de achada esta ilha de Santa Maria, se depois algum tempo mais adiante, mandou o Infante deitar gado nela, e se logo a vieram povoar, se dali a alguns anos depois de deitado o gado; mas de crer é que, ou no mesmo ano, ou logo no outro seguinte, mandaria o Infante, solícito nestes descobrimentos, deitar gado vacum, e ovelhum, e cabras, e coelhos, e outras coisas, e aves domésticas para se criarem e multiplicarem na terra, entretanto que a não mandava povoar, e, pelo tempo adiante, pela boa informação que Gonçalo Velho deu da qualidade e fresquidão da terra, determinou o Infante, com aprazimento de el-Rei, de o mandar lá outra vez; mas não se sabe em que era, mais que conjecturar que dali a um, dois ou três anos, faria, como fez, mercê dela ao dito Frei Gonçalo Velho, que a achara, e o mandaria com gente nobre de sua casa e outra de serviço para a povoar, cultivar e beneficiar, e colher nela os frutos de seus trabalhos. Os quais, chegando a ela em os barcos dos navios, descobriram a costa de toda a ilha em torno, pouco a pouco, e, então, pelo tempo em diante iriam pondo os nomes a seu beneplácito às pontas, angras, e ribeiras, e lugares que povoaram, e, principalmente, à Vila do Porto, no bom que acharam em uma formosa baía, onde agora está a principal e mais nobre povoação de toda a ilha; da qual gente, que a ela veio, precisamente não soube o número, nem os nomes. Mas os de alguns antigos que a povoaram no princípio, como melhor pude alcançar, são estes que agora direi.

Afirmam todos, e por verdade se tem, que os primeiros e mais antigos habitadores, que à ilha de Santa Maria vieram, foram, primeiramente, o primeiro Capitão e descobridor dela, Frei Gonçalo Velho das Pias, comendador de Almourol, o qual, como adiante, em seu lugar, direi, descobriu depois esta ilha de São Miguel, por mandado do dito Infante D. Henrique, e foi também Capitão dela; Nuno Velho e Pedro Velho, que passaram depois a esta ilha de São Miguel, ambos irmãos, e sobrinhos do dito Capitão, Frei Gonçalo Velho das Pias, filhos de uma sua irmã, que ele trouxe a estas ilhas moços de pouca idade; e João Soares de Albergaria ([227]), seu sobrinho, filho de outra sua irmã, que também foi Capitão, depois de seu tio, de ambas estas duas ilhas; Filipe Soares, sobrinho do Capitão João Soares de Albergaria ([228]), casado com Constança de Agrela, o qual mataram dois negros seus, estando crestando uma abelheira.

Álvaro Pires de Lemos, segundo dizem, foi o segundo homem dos principais que entrou na ilha. Fernão do Quental e João da Castanheira, homens mui nobres e honrados, que vieram de Portugal e começaram a povoar a ilha, na Vila do Porto, e tiveram dadas nela, e, depois de descoberta esta ilha de São Miguel, vendendo o que tinham na de Santa Maria por pouco preço, se passaram a morar nela, e moraram na Ponta Delgada, acima da qual teve um deles uma serra, que do seu nome se chamou o Pico de João de Castanheira, dos quais direi adiante, quando tratar da mesma ilha. Clenestimor, homem também principal, que veio casado da ilha da Madeira com sua mulher Filipa Gil. João Marvão, criado do Infante D. Henrique e seu feitor e almoxarife na ilha, natural do Sabugal, de Portugal, para onde se tornou já depois de muito velho e ter filhos e filhas, que na ilha ficaram, de uma parenta de Jorge Nunes Botelho, desta ilha de São Miguel, com que foi casado; e os Alpoens da ilha foram seus parentes.

Neste tempo, para fazer prantar canas de açúcar na ilha, e fazê-lo como na da Madeira, mandou o Infante D. Henrique a ela um mestre António Catalão ([229]), o qual as prantou e fez prantar logo no princípio, e deram-se muito boas, que trouxeram a moer nesta ilha de São Miguel, em Vila Franca, e fez-se delas muito bom açúcar; mas, pela pouca curiosidade dos homens, ou por não haver regadias, ou pelo pouco poder, cessou a granjearia delas. Este mestre António ([230]) veio casado à ilha e pediu dadas a el-Rei, e faleceu de mais de cento e dez anos, deixando dois nobres filhos, Genes Curvelo e Francisco Curvelo, homens de muita maneira, honrados e generosos, de magnífica condição e grande esforço.

O Genes Curvelo trouxe os princípios todos da ilha, como foi provisão para se fazer a igreja, e ornamentos e sinos, e as coisas da Câmara, e vivia no cabo da ilha, da banda de Leste, onde se chama Santo Espírito; o qual houve cinco filhos e cinco filhas, com os quais vinha à Vila, à missa, todos a cavalo, com muita prosperidade; sua mulher, chamada Maria de Lordelo, era muito honrada, natural da ilha da Madeira. O Francisco Curvelo casou na ilha com Guiomar Gardeza, mulher nobre, de que houve nobres filhos e filhas. E, assim, de mestre António procedeu a geração dos Curvelos, que é a maior parte da terra. João Vaz Melão ([231]), donde descendeu outra geração, que se chamam os Faleiros. Da África Anes, casada com Jorge Velho, descenderam os Jorges desta ilha de São Miguel, como direi a seu tempo, quando tratar dela.

Dizem também alguns que Pedro Álvares foi dos primeiros habitadores da dita ilha de Santa Maria e foi logo-tente do Capitão, e um seu filho, chamado João Pires, fo o primeiro homem que nela nasceu, e logo depois dele um Álvaro da Fonte. Mas, primeiro que estes ambos, a primeira pessoa que nasceu na dita ilha de Santa Maria foi uma Margaida (sic) Afonso, filha de Afonso Lourenço, do Paúl, que foi mulher de Diogo Fernandes Lutador, que depois morou na freguesia de Nossa Senhora da Luz do lugar dos Fanais (sic), termo da Ponta Delgada, desta ilha de São Miguel.

CAPÍTULO TERCEIRO

DOS VELHOS E ALPOENS, FALEIROS, FONTES, CURVELOS E SARNACHES, QUE TAMBÉM POVOARAM DO PRINCÍPIO A ILHA DE SANTA MARIA, E DONDE PROCEDERAM OS FIGUEIREDOS QUE HÁ NELA ([232])

Nuno Velho, sobrinho de Frei Gonçalo Velho das Pias, comendador de Almourol e primeiro Capitão da ilha de Santa Maria, filho de uma irmã, que, como tenho dito, trouxe seu tio à ilha menino, depois de homem, casou primeira vez nesta ilha de São Miguel com uma mulher mui principal, e segunda vez na ilha de Santa Maria com África Anes ([233]), e houve dela um filho, chamado Duarte Nunes Velho, cavaleiro do hábito de Santiago, e uma filha, chamada Grimaneza Afonso de Melo ([234]), muito honrada, de que procedeu nobre geração, e foi casada com um Lourenço Anes, homem nobre da ilha Terceira, da vila de São Sebastião. E o Duarte Nunes casou em Portugal a primeira vez, de que houve filhos: João Nunes Velho, que casou nesta ilha de São Miguel, na vila da Ribeira Grande, com Maria da Câmara, de que houve uma filha, chamada Dona Dorotea, que agora é Capitoa da ilha de Santa Maria, e Tomé da Câmara, cavaleiro-fidalgo da Casa de el-Rei, e Manuel da Câmara, mestre em Artes e bacharel formado em Teologia, que agora é prior de São Pedro de Alenquer, e João Nunes Velho, que foi mais velho filho, vigairo e ouvidor na ilha de Santa Maria, e outros, que faleceram na Índia. Teve mais Duarte Nunes Velho outro filho, chamado Jordão Nunes, que viveu na dita ilha de Santa Maria, e Nuno Fernandes Velho, muito nobre, que agora mora em Malbusca, fazenda que herdou, como morgado, de seu pai, e tem uma filha, chamada Dona Maria, que foi Capitoa da ilha, mulher do terceiro Capitão João Soares ([235]), segundo do nome, e Francisco de Andrade, cavaleiro-fidalgo da Casa de el-Rei e agora almoxarife em Setúvel, e outro, chamado Bartolomeu de Andrade, cavaleiro-fidalgo, casado em Santarém, e João de Melo, meirinho da correição no Cabo Verde, e outros filhos e filhas. E o dito Duarte Nunes Velho teve também outros muitos filhos e filhas, muito honrados; e um seu neto, filho de sua filha Inês Nunes Velha, chamado Francisco Anes, foi vigairo na ilha do Pico. Morto Nuno Velho (de cuja progénie e armas dos Velhos direi quando tratar do primeiro Capitão, Frei Gonçalo Velho, de que eles descendem) houve África Anes de outro marido, que se chamava Pedro Anes de Alpoem, nobres filhos, Estêvão Pires, Rui Fernandes e Guilhelme Fernandes, donde ficaram os Alpoens, e se passaram depois a esta ilha de São Miguel. Mas com uma nobre e virtuosa mulher que procedeu de Nuno Velho e de África Anes, chamada Inês Nunes Velha, casou um Miguel de Figueiredo de Lemos, dos Figueiredos de Portugal, como aqui direi.

Dizem que antigamente, tendo el-Rei guerras e dando uma batalha aos imigos, encontraram-se de maneira que quebraram as lanças e espadas, ficando alguns sem armas para pelejarem; sendo destes uns dois irmãos que andavam em companhia do Rei nesta batalha, arremeteram a umas figueiras e delas cortaram ramos, com os quais tornaram aos imigos, e neles fizeram grande destruição, grandes cavalarias. Depois de acabada a guerra, chamou el-Rei aos que nela mais se avantajaram para lhes dar apelidos e fazer mercês, e, chamando aqueles irmãos, a um deles lhe pôs nome Figueiredo, porque pelejara com os paus e ramos da figueira do modo sobredito, e dizendo ao outro que visse qual nome e apelido queria, ele lhe respondeu que não queria apelido, que sua fama soaria, donde logo lhe chamaram Soares, e ficou com tal apelido, os quais, ou por serem naturais de Albergaria, ou por el-Rei fazer logo senhor de Albergaria a este primeiro Soares, os legítimos e verdadeiros Soares se chamam de Albergaria e são parentes dos Figueiredos, por os primeiros destes apelidos serem irmãos. E deste Figueiredo veio a proceder em Portugal um bispo que foi de Viseu, chamado D. Gonçalo de Figueiredo, que era irmão de D. Durão. Este bispo teve um filho, chamado Fernão Gonçalves de Figueiredo, e três filhas, chamadas Inês Gonçalves, Maria Gonçalves e Breatiz Gonçalves, todas com apelido de Figueiredo, como seu pai. Fernão Gonçalves de Figueiredo, filho do dito bispo, casou com Maria Dias, mulher mui principal, e

houveram ambos a Diogo Soares de Albergaria, que foi aio de el-Rei D. João e casou com D. Breatiz de Vilhana (sic); foi também aio do Infante, irmão do dito Rei, o qual não houve filhos de sua mulher.

Houve mais Fernão Gonçalves de Figueiredo, filho do dito bispo, de Maria Dias, sua mulher, outro filho, que se chamou Fernão Soares de Albergaria, que casou com D. Isabel de Melo, filha de Estêvão Soares, da qual houve Álvaro Soares, que matou Álvaro de Ataíde, e D. Beatriz, que casou com Afonso de Sequeira e foi ama da Excelente Senhora, e D. Isabel de Melo, que foi mulher de Antão Gomes de Abreu, e outra filha, também chamada D. Breatiz, ([236]) que casou com Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Moura e outra, que se chamava Isabel Soares, que casou com Vasco Carvalho, e D. Briolanja, que casou com João Gomes da Silva, senhor da Chamusca, filho de Rui Gomes Dorgens; houve mais outra filha, que se chamou Dona Catarina, que foi freira em Vila do Conde, e quatro filhos de outra mulher, dois, que chamaram João Soares e Fernão Soares, que foi à Índia, e outros dois, a que não soube o nome. De D. Breatiz, filha do dito Fernão Soares, de Santarém, que foi colaço da Excelente Senhora e pai de Fernão Soares de Albergaria, o do Olho, e Baltazar de Sequeira, senhor do Prado, pai de Diogo Soares, o de Galiza, e D. Catarina, que foi mulher de João Álvares da Cunha, mãe de Mateus da Cunha, e de D. Tomásia, e de outros muitos da Cunha e de Santar.

De D. Isabel, filha do dito Fernão Soares, casada com Antão Gomes de Abreu, nasceu João Gomes de Abreu e Vasco Gomes de Abreu, pai de Diogo Soares, o Rodovalho, e de Cristóvão de Melo; e Pero Gomes de Abreu, morador em Viseu, e Lourenço Soares, vedor e mordomo-mor do Cardeal D. Afonso, e foi pai de Gomes Soares, e de Diogo Soares, e de outros honrados filhos, e de D. Tereza, mãe de D. Isabel, mulher de D. Manuel da Silva.

De D. Breatiz, filha de Fernão Soares e de Isabel de Melo, casada com Diogo de Mendanha, alcaide-mor de Moura, nasceu D. Margarida, mulher de Jorge de Melo, monteiro-mor de el-Rei, e D. Joana de Mendonça, Duquesa de Bragança, e Pero de Mendonça, alcaide-mor de Moura, e António de Mendonça, e Cristóvão de Mendonça.

De Isabel Soares, filha de Fernão Soares, casada com Álvaro Carvalho ([237]), nasceu Álvaro Carvalho e Vasco Carvalho.

De D. Briolanja, filha de Fernão Soares, mulher de João Gomes da Silva, nasceu Francisco da Silva, da Chamusca, e outros.

De Inês Gonçalves de Figueiredo, filha do dito bispo D. Gonçalo de Figueiredo, irmã do dito Fernão Gonçalves de Figueiredo, e de seu marido Martim Anes da Mata, nasceu Álvaro Gonçalves de Figueiredo, que casou com Clara Afonso, sobrinha do bispo de Ceita (sic), dos quais nasceram Luís de Figueiredo, que faleceu solteiro, e Catarina de Figueiredo, mãe de Brás de Figueiredo, o da Cutilada ([238]), e Gonçalo de Figueiredo, que casou com Maria Fernandes de Sequeira, que foi pai de Luís de Figueiredo, de Vila Nova dos Coutos, e de Pero de Figueiredo, de Carvalhiços, e de João de Figueiredo, de Viseu, e de Gonçalo de Figueiredo, que foi pai do Conde de Marialva.

Nasceu mais dos sobreditos Martim Anes e Inês Gonçalves Diogo Gonçalves de Figueiredo, que casou com Isabel Barreiros, dos quais nasceram Luís de Figueiredo, de Tonda, avô de Miguel de Figueiredo, do concelho de Besteiros, bispado de Viseu, e Diogo Barreiros, e Isabel Barreiros, da Guarda.

Nasceu mais de Martim Anes da Mata e Inês Gonçalves de Figueiredo Catarina de Figueiredo, que casou com Luís Anes de Loureiro, dos quais nasceram Luís Anes de Loureiro, cónego em Viseu e abade de Silgueiros, e Gaspar de Figueiredo, que foi cidadão de Lisboa, pai de Joana de Figueiredo, freira no Salvador, e de João de Loureiro e Isabel de Figueiredo.

Nasceram mais dos ditos Martim Anes e Inês Gonçalves, Isabel de Figueiredo, mulher de Diogo Pais, de Viseu, e Frei Fernando de Figueiredo, e Maria de Figueiredo, e Catarina de Figueiredo, os quais não houveram filhos, nem filhas.

De Maria Gonçalves de Figueiredo, filha do dito bispo e irmã do mesmo Fernão Gonçalves e da dita Inês Gonçalves, nasceu Aires Gonçalves de Figueiredo, que se chamou Aires Gonçalves de Santar, que foi senhor das terras de Freigedo e alcaide-mor de Gaia e senhor das terras todas da mesma Gaia.

De Breatiz Gonçalves de Figueiredo, filha terceira do dito bispo e irmã dos sobreditos, veio a nascer Tareya (sic) de Figueiredo, que foi mãe de Henrique de Figueiredo, escrivão da

Fazenda e pai de Rui de Figueiredo, que também foi escrivão da Fazenda e pai de Jorge de Figueiredo; foi também a dita Tareja de Figueiredo mãe de Gomes de Figueiredo, provedor de Évora, e de João de Figueiredo, de Covilhã, e de Fernão de Figueiredo, que foi viso-rei antre Douro e Minho e Covilhã.

E ([239]) deste viso-rei nasceu Luís Dias de Figueiredo, de Tonda, neto de Martim Anes da Mata, o qual Luís Dias de Figueiredo foi fidalgo da casa de el-Rei Dom Afonso e teve quatro filhos, sc., Pedro de Figueiredo, senhor de Falorca, e Gonçalo de Figueiredo, senhor de Vila Chã do Monte, esforçado cavaleiro que foi, na era de mil e quinhentos e treze, na tomada de Azamor, Isabel de Figueiredo, mãe de António de Figueiredo, de Vila Pouca, e João de Figueiredo, de Tonda, que casou com Mécia de Lemos, filha do senhor da vila de Recardães, e além disso tinha também um morgado, e criada na corte, conhecida, por muito nobre, de muitos fidalgos e fidalgas, irmã de Diogo de Lemos, prior que foi de Prado e Recardães, e de Nuno de Lemos, que em Recardães herdou a quinta da Póvoa, vinculada em morgado do pai da dita Mécia de Lemos, seu e dos mais irmãos, em a qual sucedeu Diogo de Lemos, de Recardães, filho do dito Nuno de Lemos, que hoje em dia a possui e é cavaleiro-fidalgo da casa de el-Rei D. João, terceiro do nome, que esté (sic) em glória. E irmã, Mécia de Lemos, de Lopo de Vargas de Lemos, natural de Recardães, cavaleiro do hábito de Cristo, o qual por ser da casa do dito Rei D. João, avô de el-Rei D. Sebastião, o foi servir a África por seu mandado, aonde foi alcaide-mor em Safim e fez muitas cavalarias, antre as quais foi uma que matou um leão real, pela qual razão e por se mandar largar Safim aos mouros, quando de África veio o dito Lopo de Vargas, lhe foi feita mercê do hábito de Cristo com trinta mil réis de tença cada ano, que foi muito pouco, por el-Rei, a quem ele serviu, ser morto nesse tempo. E houve provisão para, por sua morte, deixar esta tença a sua filha Antónia de Lemos, que casou com Manuel da Mota, de Estremoz, parente de D. Jerónimo de Souro (sic) ([240]), bispo do Algarve, e dos Motas da ilha de São Miguel, e agora a possui Jerónima de Lemos, sua neta, filha da dita Antónia de Lemos.

Casou Lopo de Vargas de Lemos em Estremoz com Mor Dias de Landim, da geração dos Landins, conhecidos por cavaleiros fidalgos dos Reis passados na mesma terra e muito mais em África, onde com el-Rei D. Sebastião morreu a maior parte deles; da qual houve dois filhos e quatro filhas, um por nome Frei Brás de Vargas, da ordem de São Jerónimo, o qual el-Rei D. Sebastião, de quem era muito privado, mandou chamar ao mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, por ser de muita autoridade e mui conhecido no Reino, e o levou consigo à jornada de África, onde também ficou; outro, chamado Luís de Vargas de Lemos, que el-Rei D. João, terceiro do nome, deu ao Príncipe no número dos quarenta moços da Câmara e Guarda-roupa, o qual faleceu, sendo casado em Estremoz, rica e honradamente, sem ter filhos.

Das quatro filhas, a primeira, Antónia de Lemos, de que já disse; a segunda, Mécia de Lemos, casou e morreu sem filhos; a terceira, Juliana de Landim, faleceu solteira; a quarta, Camilia de Lemos, ainda hoje viva e viúva em Veiros, tem um filho e quatro filhas. E irmã também a sobredita Mécia de Lemos de outros mais e parenta de Duarte de Lemos, senhor da Trofa, e de João Gomes de Lemos, seu filho, outrossim senhor da Trofa, e de seu irmão Fernão Gomes de Lemos, que andou na Índia; e parenta de Nuno Martins da Silveira, senhor do morgado de Góis e Oliveira do Conde, e guarda-mor de el-Rei D. Manuel, e pai do Conde de Sortelha, D. Luís da Silveira, pai também de D. Diogo da Silveira, Conde de Sortelha e guarda-mor de el-Rei D. Sebastião; e parenta de D. Jorge de Lemos, frade de São Domingos, bispo do Funchal e esmoler-mor que foi de el-Rei D. Sebastião, e de outros muitos fidalgos.

E da dita Mécia de Lemos, irmã do dito Lopo de Vargas e dos mais sobreditos, e do dito João de Figueiredo, de Tonda, seu marido, filho do sobredito Luís Dias de Figueiredo, de Tonda, nasceram dois filhos: o primeiro, o licenciado Jorge de Figueiredo, o qual criado em os estudos para clérigo, neste meio tempo veio a ter conversação com uma moça honrada e orfã de pai, que se chama Lucrécia de Viveiros, sobrinha de um frade de Santa Cruz de Coimbra, por nome D. Vicente, e moradora no mesmo lugar de Tonda, de quem houve um filho, que se chama António de Figueiredo, e, correndo a conversação, se fez clérigo de missa, como os ditos seus pai e mãe lhe mandaram, não sabendo eles o inconveniente que sucedeu, e doze anos disse missa, sendo viúva a dita Lucrécia de Viveiros, sem lhe ir à mão; somente, dizem que dizia ela que era com o dito Jorge de Figueiredo casada, como tinha testemunhas, e que, como falecessem seu pai e mãe dele, ela havia de ser sua mulher e ele tomar outra ordem; e, falecendo assim, por serem velhos, os ditos João de Figueiredo e Mécia de Lemos, a dita Lucrécia de Viveiros, por ordem de seu tio D. Vicente, e dizem que de consentimento de Jorge

de Figueiredo, por dizer que viera a sua lembrança ser com ela prmeiro casado e temer o Dia do Juízo, houve breve do Padre Santo, pelo qual se conheceu da causa, e ela provou seu intento, e foi sentenciado pelo grande doutor, de perpétua fama, Martim de Azpilcueta Navarro, lente de prima em Coimbra, que tornasse ao primeiro estado e matrimónio que contraíra, durando a vida dela, ou que ambos se metessem em religião de conselho, o que ela não quis fazer; antes viveram ambos no estado de casados, de umas portas a dentro, como marido e mulher que eram, e houveram outros filhos, até que ele faleceu haverá dez anos, e ela ainda é viva.

E nasceu do dito João de Figueiredo e Mécia de Lemos, moradores que foram em Tonda, do concelho de Besteiros, bispado de Viseu, Miguel de Figueiredo de Lemos, o qual, por ser parente de D. Filipa de Vilhena e se criar em sua casa, veio à dita ilha ter cargo da Comenda há muitos anos, aonde casou com Inês Nunes Velha, filha de Sebastião Nunes Velho e de Maria Gonçalves, sua mulher, filha de Gonçalo Vaz e de Isabel Pires, sua mulher, todos moradores que foram na dita ilha; e o dito Sebastião Nunes Velho, pai da dita Inês Nunes Velha, foi filho de Grimaneza Afonso, irmã de Duarte Nunes Velho, cavaleiro do hábito de Santiago, o qual Duarte Nunes Velho e Grimaneza Afonso eram filhos de Nuno Velho, irmão de Pero Velho, que viveu nesta ilha de São Miguel, e de África Anes, sua segunda e muito nobre mulher; os quais eram sobrinhos, filhos de uma irmã, de Frei Gonçalo Velho das Pias, comendador do castelo de Almourol e primeiro Capitão das ilhas de São Miguel e Santa Maria, o qual, por trazer consigo a estas duas ilhas e criar os ditos Nuno Velho e Pero Velho, filhos de sua irmã, quisera renunciar neles as ditas capitanias, para o que pedindo licença ao Infante D. Henrique, em cuja casa andava um João Soares, também seu sobrinho, filho de outra sua irmã, o Infante a não quis dar para se fazer a renunciação das capitanias nos ditos Nuno Velho e Pero Velho, por o não terem servido, senão para se fazer em o João Soares, que era de sua Casa, o qual sucedeu nelas por lhas dar o dito seu tio, e depois vendeu esta de São Miguel a Rui Gonçalves da Câmara, como em seu lugar direi, e se ficou com a de Santa Maria, que naquele tempo era melhor e mais povoada. E nela sucedeu seu filho João Soares de Sousa terceiro Capitão, ao qual também sucedeu seu filho Pero de Sousa, como direi quando tratar deles.

Foi África Anes, filha de Gonçalo Anes de Semandeça, de Portugal, homem nobre, ao qual, morrendo todos os filhos, lhe disseram que ao primeiro, que lhe nascesse, pusesse nome que ninguém tivesse; nascendo-lhe esta filha, pôs-lhe nome África, a qual, tomando do pai o sobrenome Anes chamou-se África Anes. Este Gonçalo Anes de Semandeça veio de Portugal e, com ele, esta filha, África Anes, à ilha de Santa Maria, no princípio do seu descobrimento; e primeiro vieram no lugar de Santa Ana, a Nossa Senhora dos Anjos, onde foi a primeira desembarcação e povoação, segundo já disse; o qual Gonçalo Anes, por morrer, ou por se absentar por um desastre que se diz acontecer da morte de um homem, deixou a dita filha, África Anes, muito moça e formosa e, ainda que de pouca idade, muito grave, encarregada ao Capitão Frei Gonçalo Velho, grande seu amigo, por vir com ele de Portugal e ser muito nobre e honrado; o qual Capitão tratou com que África Anes casasse com Jorge Velho, que também com o dito Capitão veio de Portugal, a quem tinha obrigação, e casou, porque de outra maneira (dizem) que não casara ela com ele, segundo a nobreza, primor e opinião que tinha a dita África Anes, por o dito Capitão a casar com este seu amigo, que também era de nobre geração e cavaleiro de África e (segundo afirmam antigos) sobrinho de el-Rei de Fez, da Casa do Infante D. Henrique, com o qual esteve casada muito pouco tempo, e dele teve um filho que povoou e viveu na cidade da Ponta Delgada, além do mosteiro de São Francisco, e outra na vila de Água de Pau; e daqui procederam os Jorges destas ilhas de São Miguel e de Santa Maria, como em seu lugar contarei mais largo. E, assim, teve uma filha, por nome Inês Afonso, mulher de João da Fonte, o Velho, homem muito nobre e abastado, dos quais nasceram João da Fonte, pai de Maria da Fonte e Álvaro da Fonte, Pero da Fonte, Jorge da Fonte, cavaleiro do hábito de Cristo, e Fernão da Fonte, e Adão da Fonte, que todos morreram na dita ilha de Santa Maria.

A segunda vez, casou esta África Anes na ilha de Santa Maria com Nuno Velho, sobrinho de Frei Gonçalo Velho, comendador de Almourol, primeiro Capitão desta ilha e da de Santa Maria, filho de uma sua irmã, ao qual Nuno Velho trouxe consigo o dito Capitão, e a outro seu irmão, que se chamou Pero Velho, que casou nesta ilha de São Miguel, como já está dito.

Da África Anes e de Nuno Velho, segundo marido, nasceram Duarte Nunes Velho, cavaleiro do hábito de Santiago, que morou em Malbusca, da ilha de Santa Maria, e Grimaneza Afonso

de Melo, mãe do sobredito Sebastião Nunes Velho, a qual, por morte do dito seu pai, Nuno Velho, e da África Anes, sua mãe, levou para casa o segundo Capitão de Santa Maria, João Soares de Albergaria, primeiro do nome, por lhe ficar encarregada, para a dar à Rainha, e ser sua sobrinha, filha do dito Nuno Velho, seu primo com-irmão, o que ele não fez, mas em sua casa a casou com um Lourenço Anes, natural da ilha Terceira, da vila de São Sebastião, homem principal, nobre e muito rico, e tão poderoso que teve grandes bandorias com o Capitão de Angra sobre certas propriedades e sua posse, e viveu em a ilha de Santa Maria com a dita sua mulher, Grimaneza Afonso, a qual, quando ia à igreja, levava dez, doze mulheres consigo e lhe levavam o rabo, como ainda há pessoas que disso se acordam e de seu grande fausto.

Da dita Grimaneza Afonso de Melo e do dito seu marido nasceram Sebastião Nunes Velho, pai de Inês Nunes Velha, mulher de Miguel de Figueiredo de Lemos, de que acima disse, e mãe de D. Luís de Figueiredo de Lemos, bispo do Funchal, e de sua irmã, D. Mécia de Lemos, mulher de André de Sousa, filho do dito Capitão de Santa Maria, João Soares de Sousa, segundo do nome, e de outros. Nasceram mais de Grimaneza Afonso e de Lourenço Anes, seu marido, Nuno Lourenço, pai de Matias Nunes Velho, que ora vive na mesma ilha de Santa Maria, e outros.

Nuno Lourenço Velho, filho da Lourenço Anes e de Grimaneza Afonso de Melo, e neto de Nuno Velho, e bisneto de Diogo Gonçalves de Travassos e de D. Violante Cabral, e tresneto de Martim Gonçalves Travassos e de D. Catarina Dias de Melo, da parte masculina, e, da parte feminina, de D. Violante Cabral, que era filha de Fernão Velho e de D. Maria Álvares Cabral, filha do Senhor de Belmonte, este Nuno Lourenço Velho foi casado com Catarina Vaz, de que houve muitos filhos, que, quase todos, morreram na Índia em serviço de el-Rei, e é vivo um, chamado Matias Nunes Velho Cabral, homem de grandes espíritos, esforços, discrição, prudência e magnífica condição, o qual casou com Maria Simões, de que tem um filho, por nome António Cabral de Melo, e algumas filhas, que mora em uma sua quinta, que tem na Frol (sic) da Rosa, acima da Vila, o qual tirou papéis autênticos, em forma devida, de sua nobreza e de seus avós e brazões, em que consta ser fidalgo de geração, e como tal se trata e é tido e havido. E seus avós e bisavós, que foram Nuno Velho, Diogo Gonçalves de Travassos, D. Violante Cabral, Martim Gonçalves de Travassos, D. Catarina de Melo, Fernão Velho, D. Maria Álvares Cabral, filha do Senhor de Belmonte, Frei Gonçalo Velho, comendador de Almourol e Capitão destas duas ilhas, e Rui Velho de Melo, estribeiro-mor de el-Rei D. João, segundo do nome, todos foram do Conselho dos Reis e muito seus privados, e dos mais honrados fidalgos que houve naquele tempo, o que todo (sic) vi por papéis autênticos, em forma devida pelas justiças, e assim foi e é fama comum antre os antigos e modernos. E tem por armas, em seu brazão, o escudo esquartelado: ao primeiro, dos Velhos, que trazem o campo vermelho e cinco vieiras de ouro escurecidas de preto, postas em aspa, e, ao contrairo, dos Melos, que trazem o campo vermelho e seis arruelas de prata encaceradas (sic) antre uma dobre cruz e bordadura de ouro; e ao segundo, dos Cabrais, que trazem o campo de prata e duas cabras de púrpura passantes, armadas de preto, e, ao contrairo, dos Travassos, que trazem o campo vermelho, rosais de flores de trevol postas em aspa, e elmo aberto, guarnido de ouro, paquife de ouro e vermelho e prata e púrpura, e por timbre um chapéu pardo com uma veira de ouro na borda da volta, que é o timbre dos Velhos, e por diferença uma frol de liz de prata. Tem o dito Matias Nunes dois irmãos legítimos, filhos de seu pai e de outra mulher, um, por nome Diogo Velho, e outro, Baltazar Velho Cabral.

Nasceu mais de Grimaneza Afonso de Melo e de seu marido Lourenço Anes, Violante Nunes, avó de Tomé de Magalhães, que agora é almoxarife na dita ilha, homem de muita nobreza, discrição e virtude, e de seu irmão, João Tomé Velho, a qual Violante Nunes foi casada com João Tomé Velho, a qual Violante Nunes foi casada com João Tomé, o Amo, e foi também avó de Cristóvão Vaz Velho e de Fernão Monteiro, que é casado com uma filha do Minhoto, por nome D. Branca, neta de João Soares, terceiro Capitão; os quais Fernão Monteiro e Cristóvão Vaz Velho são primos con-irmãos dos ditos Tomé de Magalhães e João Tomé Velho, filhos de duas irmãs, porque a dita sua avó e Nuno Lourenço e Sebastião Nunes Velho, avô do dito bispo, eram irmãos, filhos de Grimaneza Afonso, sua bisavó.

A terceira vez, casou África Anes com Pedro Anes de Alpoem, homem nobre e estrangeiro, donde nasceu Rui Fernandes de Alpoem, da ilha de Santa Maria, que não teve filho legítimo, senão um filho natural, muito gentil homem e valente mancebo, ao qual mataram à treição (sic), e uma filha, também natural, muito honrada e virtuosa, que casou com o bacharel João de

Avelar, homem nobre, de muita virtude e prudência. Nasceram mais da dita África Anes e Pedro Anes de Alpoem Estevão Pires de Alpoem e Guilhelma Fernandes ([241]), mãe da Maia.

Do tresavô do Bispo do Funchal, Nuno Velho, e de Pero Velho, seu irmão, procederam os Velhos, nobres desta ilha de São Miguel (como depois direi) e da de Santa Maria e das outras; e da África Anes procederam estas três, e outras nobres gerações delas todas.

Gonçalo Vaz, acima dito, pai da dita Maria Gonçalves e avô de Inês Nunes Velha, mulher do dito Miguel de Figueiredo Lemos, era parente dentro no quarto grau de D. Matinho, arcebispo que foi de Lisboa, e de seu irmão, arcebispo que foi de Braga e cardeal em Roma, e de outros fidalgos, seus irmãos e parentes.

E de Miguel de Figueiredo de Lemos, filho de João de Figueiredo, de Tonda, e de Mécia de Lemos, e neto de Luís Dias de Figueiredo, fidalgo que foi da Casa de el-Rei D. Afonso, e de sua mulher, Inês Nunes Velha, filha de Sebastião Nunes Velho e neta de Grimaneza Afonso, filha de África Anes e de Nuno Velho, e neta também do sobredito Gonçalo Vaz, nasceu o licenciado D. Luís de Figueiredo, capelão de el-Rei, bom letrado nos sagrados cânones, vigairo que foi da igreja do Apóstolo São Pedro da cidade da Ponta Delgada e ouvidor geral do Eclesiástico nesta ilha de São Miguel, e dayão da Sé de Angra, e Vigairo Geral e Governador em o espiritual neste bispado, e agora benemérito bispo do Funchal, que, além de sua muita virtude e prudência, é grave na pessoa, macio na condição, suave na conversação, discreto nas palavras, e em seu cargo vigilantíssimo e mui inteiro, pelas quais coisas e boas partes foi mui estimado e honrado de D. Pedro de Castilho, bispo que foi de Angra e destas ilhas, as quais andou com ele visitando. Assim, também nasceu D. Mécia de Lemos, mulher de André de Sousa, nobre fidalgo, filho do Capitão João Soares de Sousa, o terceiro da ilha e segundo do nome, e nasceram Guiomar de Lemos, freira professa no mosteiro de Santo André da Ponta Delgada, que agora se chama Maria da Conceição, e Catarina de Figueiredo, casada primeiro com António Barradas Tavares, fidalgo e estremado cavaleiro, natural desta ilha de São Miguel, e agora com Gaspar Manuel de Vasconcelos, fidalgo de grande virtude e prudência, e Inês Nunes Velha, que casou com Simão Gonçalves Pinheiro, filho de Manuel Álvares Pinheiro, da cidade da Ponta Delgada, e Jorge de Figueiredo, moço da Câmara de el-Rei D. Sebastião, que faleceu na Índia em serviço do mesmo Rei.

E do dito João de Figueiredo, de Tonda, e de sua mulher Mécia de Lemos nasceram mais António de Lemos, que ora é ainda prior de Recardães, e Manuel de Vargas, já defunto, e Catarina de Lemos, mulher de Gaspar de Loureiro, cavaleiro-fidalgo da Casa de el-Rei e primo de Luís de Loureiro, Capitão que foi de Mazagão, e irmãos do dito Miguel de Figueiredo de Lemos. E, afora estes que agora disse, tem e teve muitos mais parentes de muito merecimento e nome, o que tudo consta, notoriamente, por lembranças antigas e papéis e estromentos verdadeiros, que há, e de pessoas que são vivas em as partes e lugares nomeados no processo da história, que viram com seus olhos algumas, e outras ouviram a outros mais antigos. O qual Miguel de Figueiredo tem seu brazão de armas que aos Figueiredos pertencem (que são fidalgos de cota de armas, de que ele descende por linha direita masculina) e estão nos livros da nobreza do Reino, que são um escudo com o campo vermelho, e nele cinco folhas de figueira, de verde, perfiladas de ouro em aspa, elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, paquife de ouro e vermelho, e por timbre dois braços de leão em aspa, com duas folhas de figueira nas unhas, com uma merleta de ouro por divisa.

Assim que estes e outros antigos, e outra nobre gente que, depois, pelo tempo, veio a esta ilha de Santa Maria e seus descendentes, povoaram e cultivaram a terra, e a puseram no estado em que agora está, como são os Faleiros, descendentes de João Vaz Melão, e os Fontes, de João Roiz da Fonte, e os Curvelos, do mestre António, de Catalunha, e os Sarnaches, de Pero Álvares de Sarnache, e outras nobres progénies que a governam, cuja descrição logo irei contando.

Mas, primeiro direi o "Contraponto" que fez o insigne Dr. Daniel da Costa sobre o meu cantochão, que compus da vida do bispo D. Luís de Figueiredo, quando dele tratei, tratando da ilha da Madeira, em que melhor se verá como desta ilha de Santa Maria, tão pequena, saiu quem agora está ilustrando uma ilha tão grande, e a alta progénie deste ilustríssimo prelado, como, então, prometi ([242]).

CAPÍTULO QUARTO

DO CONTRAPONTO QUE FEZ O INSIGNE DOUTOR DANIEL DA COSTA SOBRE A VIDA, COSTUMES E GRANDEZA DE D. LUÍS DE FIGUEIREDO DE LEMOS, BISPO DO FUNCHAL ([243])

Merecem as singularíssimas virtudes do senhor D. Luís de Figueiredo ficar em perpétua memória dos que vierem, contra o duro fado do esquecimento, por benefício e obra das boas letras; convida a ilustre cópia do subjecto os altos entendimentos apurados gastar na gravidade da História as suas devidas horas de compor. Movido do resplendor com que se vêem, quis entrar no conto dos que notam com uma linha breve o rio Nilo e quase com um ponto a grande Roma. Neste sumário, que agora lhe presento, direi do nobilíssimo tronco de que procede, da pátria que deu princípio ao nascimento do imortal nome que em as letras tem, dos abalizados serviços a Sua Majestade feitos, do trono e dignidade em que reside, se minhas forças bastarem subir tanto, que venha conseguir o que prometo.

Promovido D. Hierónimo Barreto de ordinário do Funchal à grave prelacia dos Algarves, eram presentes na memória da Católica Majestade os serviços, que nas ilhas dos Açores, metido este senhor no meio das alterações passadas, arriscando pessoa e vida, lhe fizera, e o nome de tantas virtudes e letras, de informações tiradas por ordem dos antepassados Reis, que nos secretos anais do Tombo se guardavam. Respeitadas estas coisas que nele se juntaram, o presentou no bispado das ilhas da Madeira e Porto Santo, deliberado de o levantar, havendo conjunção, a maiores prémios.

Na ilha de Santa Maria, posta no Mar Oceano, no fertilíssimo quinto clima, que no número dos mais de abundância tem o principado, sita na altura do cabo de São Vicente, em trinta e sete graus, nasceu este senhor; certo, pequena na circunferência que a rodeia, grande na honra de ser primeira que lhes ministrou o vital alento com que respiramos. Foram seus progenitores Miguel de Figueiredo de Lemos, fidalgo muito principal dos Figueiredos, que por cominuação (sic) de tempos foram vice-reis, bispos e grandes destes reinos, cuja memória em os sucessores do nome anda com alguma parte do valor passado, e dos Lemos, ilustríssima família de Galiza, que, por socorro vinda ([244]) à conquista de Portugal, no esforço das armas adquiriu honrosos títulos de grandeza; o qual senhor, deixada sua pátria, trazia requerimento de quem era, e com eles andava com a corte. E por causa de chegado parentesco com D. Filipa de Vilhena, mulher de D. Francisco Coutinho, comendador de Santa Maria, com negócios de muita importância, requerido por eles veio à ilha.

Contente do alegre sítio da formosa terra, movido do singularíssimo parecer e dotes da senhora Inês Nunes Velha, da ilustre descendência dos Costas, que dos Infantes de Aragão trazem o antiquíssimo solar de sua fidalguia, e dos Capitães, que do tempo que se descobriu a ilha, governam e mandam o estado dela, por matrimónio juntos vivem em glória da geração que têm. Esta morosa ([245]) e eficaz razão obrigou este senhor, pospostos do Reino os despachos e pretensões que tinha, viver em deleitosa paz naquela ilha, sem prosseguir o primeiro intento de servir el-Rei, nem andar na sua corte. Esteve Inês Nunes sem trabalhos de emprenhar os primeiros anos do casamento; devia ser poderosa causa natural que o impedisse, ou que as grandes e raras coisas costumam esperar acomodado tempo para vir ao mundo. Temerosas algumas suas parentas que com a idade corresse juntamente a ocasião do parto, respondia, movida de incógnita e não sabida influência, esperar na misericórdia do Sumo Deus ter filhos, e no número destes um que havia de ser bispo, verdadeiro pronóstico do que agora vemos.

Foi primogénito; veio à luz deste nosso miserável mundo na era do Senhor de mil e quinhentos e quarenta e quatro, a vinte e um de Agosto, celebradíssimo dia de Santo Anastácio, e, por nova regeneração no grémio da Igreja, em o mesmo que aquele grande

espantoso bispo Santo Agostinho, com felicíssima vitória do terreno mundo, entrou nos paços da celeste glória. O templo em que recebeu a sagrada água do baptismo se chama Nossa Senhora da Assunção; do mesmo nome é a metropolitana do Funchal em que agora governa a primeira prelacia; são correspondências, a nós secretas, de espantosa e rara maravilha a quem com ânimo curioso as ponderar.

Os primeiros anos de sua tenra idade foram regulados de uma natural modéstia e discrição. E no tempo que começam outros quase conhecer os pais, deixados por ele os risos da inconstante meninice, entrou no rigor do mestre e da escola; com pronta viveza discorrendo a veracidade das letras, em poucos anos aprendeu a ler, passando a maravilhosa invenção do escrever, poderoso e único remédio contra a miserável perda da memória dos mal lembrados homens. De doze anos começou dar obra aos ásperos preceitos da Gramática, na doutrina de um entendido mestre, que com muito louvor aos filhos dos nobres lia as humanas letras, acquirido (sic) quanto dele se podia alcançar, entender, falar e escrever latim.

Antepondo seu pai as certas esperanças que mostrava ao tenro e vivo amor com que o queria, o mandou a Lisboa ao Colégio de Santo Antão, a estudar Retórica e Grego, ornamento e glória da latina língua. Desembarcado nos braços de seus parentes, nos mimos que todos lhe faziam, espantados em tão pequena idade parecerem tantas mostras do que prometia, entrou nas classes, e com incansável zelo da eloquência, passou em poucos meses os mais antigos e graves delas. E no exercício de compor verso e prosa, excedendo com muito louvor a todos, ganhou os melhores lugares e os prémios. Acabados dois anos, julgado no parecer dos padres meretíssimo de qualquer ciência, mandou seu pai que fosse a Coimbra estudar Cânones, presságio da dignidade que havia depois ter. Não bastaram danadas ocasiões daquela imensa cidade de Lisboa a profanar o casto recolhimento de seu peito, antes, avisado com as mostras da perdição que via, realçou em maior altura de virtude. E metido no meio de tantos males, vivia solitário com só Deus e com os livros.

Chegado à mãe das letras, vendo quanto convinha responderem as mais virtudes à nobreza dos parentes que junto de Coimbra possuem seus morgados, no senhorio de Góes, da Trofa, de Besteiros, de Recardães e outras vilas sitas no contorno, vendo-se no teatro do mundo, ausente do grave entendimento de seu pai, regra em a qual sempre vivera, propôs consigo anexar ao respeito de quem era altíssima cópia de virtudes, e, no preceder dos anos que nas escolas teve, correram sempre juntos recolhimento e gravidade a um quase infinito cuidado de tratar os livros. E, para terem melhor ordem estas coisas e alcançar o fim que pretendia, de toda vontade se resignou no singular valor do príncipe S. Pedro, a que de menino teve particular amor e devação (sic) e com muita instância lhe pedia dispusesse sua vida no verdadeiro caminho da salvação. A grave cópia de tantas obras o levantaram ao cume de um supremo nome.

Nem nos limites sós da Universidade discorreu o resplendor de seus louvores; chegou à notícia dos nossos reis e, além do mar, passou às ilhas que chamamos dos Açores. Nas portas dos Gerais, junto aos mestres, nas conferências postas dos ouvintes, no declarar de textos intrincados, no fácil responder aos argumentos se via nele claro a rara subtileza do engenho e quão bem empregara as horas do estudo.

Nunca o pardo ar da noite o achou fora da casa em que pousava, nem a manhã com a claridade o ergueu da preguiçosa cama em que dormia; mas antecipava recolher-se com a casta modéstia do viver honesto, e com a vigilância do estudo defraudava ao sono o limitado tempo. Passados os mais doctos do seu curso, chegou igualar opositores que no dividoso (sic) Marte das cadeiras têm esperança de conseguir vitória.

Correram nestas coisas cinco anos, tempo em que, publicamente, os que o têm cursado mostram por defendidas conclusões ao rigoroso juízo das Escolas quanto por razão dos livros acquiriram, dificultoso acto no parecer de todos, primeiro público exame que se tem, responder aos argumentos dos doctores e condiscípulos, que pretendem de vencer, incerteza da memória que, divertida, de leve ocasião desaparece, lastimosa vergonha do que sustenta. Vencidos todos estes medos, valorosissimamente defendeu os dificultosos passos das graves conclusões; e por todos foi julgado de uma rara habilidade subtilíssima.

Na reputação deste louvor passou um ano. No sexto, teve o segundo acto mais solene: dentro de vinte e quatro horas interpretar um texto por sorte dado no espantoso número de tantos que os sagrados cânones têm, lição de ponto de uma hora inteira na venerada presença das Escolas, assistindo a pessoa do rector, de pronto responder às dúvidas arguidas de seus

mestres e outros que procuram cobrar crédito; e, por fim, o duro escrutínio da provação, votos secretos com que os lentes julgam se admitem ao desejado grau o que sustenta. Temor produz a muitos este exame; neste senhor não houve que temer; seguro com o ímpeto e veemência da lição, tirando do sorteado texto as puras e sinceras conclusões, confundiu das outras o miserável erro; desatou o nó dos argumentos, mostrando o claro sentido da verdade. De modo que por meritíssimo lhe concederam os aprovados graus, sem discrepância, com sumo prazer e aplauso dos circunstantes, dando-lhe faculdade de poder, publicamente, expor e ler nas Escolas quaisquer livros dos sagrados cânones. Os seguintes dois anos que restavam do número dos octo que, por instituto, se requerem de pessoal residência nos estudos, todos empregou no geral das leis, da muita conveniência e parentesco que estes dois direitos em si têm: canónico e civil.

No meio tempo que com infinita vigilância trabalhava penetrar o incerto e duvidoso intento dos legistas, el-Rei D. Sebastião, movido por justíssimos respeitos, deliberou que a ilha de São Miguel, apartada da assistência do prelado, tivesse um eminente e grave homem que, com zelo de justiça, ministrasse o eclesiástico governo. Logo o insulano bispo das Terceiras, D. Gaspar de Faria, por fama que dele teve e estimulado por el-Rei, lhe escreveu viesse possuir o cargo. Negócio era de muita importância, honroso e soberano, se os desegnos de seu intento tiveram os limites postos em fins arrazoados. Acudiram por sua parte os lentes das Escolas, e, quase de comum sentimento, acudiram os ouvintes. Respondeu que aceitar o mando seria interromper o felice curso de seus estudos; acabados eles, faria Nosso Senhor o que fosse mais servido, e o grave entendimento de seu pai lhe dispusesse.

Levado de maior ímpeto de fervor, procurava nestes anos alcançar, por meio do seu amado príncipe São Pedro, despacho de sua salvação, solicitado (sic) com lágrimas o ajudasse conhecer que ordem teria de viver que fosse accepta nos olhos do amor divino. Nestes pensamentos empregava o restante de seus estudos; nestas inteligências ocupava as horas livres do cansado ócio literário. E, como de natureza tivesse aborrecimento grande a vícios profanos seculares, no interior sentia um ignícolo (sic) e devota inclinação do hábito de São Pedro. Entradas as férias (tempo que cessam as escolas e os estudantes, livres do contínuo e áspero jugo das lições, recreiam os ânimos cansados em ocupações honestas), veio a Lisboa visitar D. Luís Coutinho, seu parente, que por morte de D. Francisco Coutinho, seu pai, sucedera no estado da casa e do morgado. Este senhor era um dos mais abalizados mancebos de seu tempo, no brio da pessoa, na cortesania do paço, no conhecimento de latim e matemáticas, que aprendera, na ilustreza do sangue, em todo o Reino principal.

Ambos conferiam e comunicavam seu intento. D. Luís, medindo por vara de prudência humana o valor e crédito de sua pessoa, afirma estar mais à vista da sua nobreza e letras um singular despacho do Desembargo, e, após este, o do Paço, mais altos e subidos fins que podem dar as letras. Facilitava com grande número de senhores que naquele tempo, de sua geração, na corte residia: o Conde de Sortelha, guarda-mor de el-Rei, o Regedor, com tantos filhos, o Barão de Alvito, Duarte Lemos, senhor de Trofa, e outros muitos, que da parte de seu pai o conheciam por parente; e quanto, por via da Ecclesia, primeiro correriam alguns anos que pudesse subir ao alto cume de um bom despacho, incertas esperanças vagarosas, e, entanto, na residência de uma abadia passar vida solitário; probabilidade tinham estas razões e quase convenciam, incerto, no escolher; muitas vezes repugnava antepor o mundano estado, perigoso a aquietação santa do divino bem; e, mal firme, escreveu a seu pai que, pois lhe tocava a resolução do caso, determinasse em breve qual ordem seguiria.

Acabadas as férias, tornou a Coimbra prosseguir o tempo dos estudos, e, com a meditação dos livros, foram nele resfriando as duras lembranças que lhe aconselharam que não fosse clérigo. Deixando tudo nas mãos de Deus, ante quem fervoradas lágrimas de bom desejo alcançam sempre singular remédio, em breve espaço de tempo, das Ilhas lhe deram cartas de seu pai, nas quais o persuadia e brandamente aconselhava que fosse sacerdote, dizendo mandasse logo do ordinário de Coimbra informação da vida, costumes, letras, para lhe poder mandar as reverendas. Resoluto neste parecer, mandou as mais honrosas cláusulas de abonação, que em outras, da mesma sorte, se acham de pessoas principalíssimas; contestes os lentes na suficiência dos estudos, disseram maravilhas, verdade por tantos anos conhecida. Presentadas que foram ao prelado, com altíssimo espanto ficou vendo tão grande cópia de virtudes a tanta multidão de letras vinculada. Temeroso que, no Reino, os que assistem no governo do Estado lançassem dele mão, tratou com seu pai o mandasse vir, e com eficácia de palavras o queria quase convencer, dizendo que com trazer o filho a suas ilhas se segurava da

contínua inquietação de o ter ausente e lograria por espaço de seus dias a sua desejada presença em amorosa paz; e os despachos do Reino eram tais, segundo ele sabia, que os passou tardios e vagarosos de alcançar, e, por fim, perdidas esperanças de nunca mais o ver, ficava em perpétua dor e saudade.

Miguel de Figueiredo, um dos entendidos homens de nosso tempo, respondeu que não parecia razão de o divertir do certo caminho que levava, e em que sua suficiência o pusera, para vir morar as ilhas, honesta sepultura de fidalgos; que no Reino havia e se achavam bastantes prémios a quaisquer virtudes; e que seu irmão, António Lemos, prior de Recardães, pretendia renunciar nele o priorado, que em rendimentos excedia com grandíssima vantagem quanto as ilhas lhe podiam dar, havendo muita cópia de parentes, a cujo parecer o remetera, que aprovaram esta opinião. Desenganado o bispo, determina por outra via buscar meio com que forçado viesse ter às ilhas, dando-lhe licença de tomar no Reino ordens de Epístola e Evangelho, reservando as de missa para si, com desculpa de querer a honra de as dar de sua mão.

Enquanto passavam nas Terceiras estas coisas, acabaram em Coimbra os dois anos de continuar as lições de Leis e, com a licença das ordens que lhe chegou das ilhas, partiu na volta do Porto Alegre tomar as de Epístola do bispo D. André de Noronha, com altíssima devação e reverência de sua vontade própria os votos acceptando, que as sacras tem anexas de pureza e castidade, que perfetissimamente guarda de sua mocidade.

Tornou a Coimbra dar o desejado fim a seus estudos e fez o último acto de aprovação, derradeiro nos trabalhos das Escolas. Espantosa foi a grandeza dele, que por muitos tempos retratado na memória dos ouvintes andou posto. Acabada a obrigação dos cursos e acabados de trilhar os bancos dos Gerais, na Universidade não havia que fazer. E por não querer seguir Escolas, nem perigosas esperanças de pretender cadeiras, com grande mágoa dos estudantes e saudade do apartamento deles, se veio a Lisboa com intento de requerer despacho.

Arribada achou a armada que vai esperar as naus da Índia na derrota das Terceiras; parece desejosa de o levar em si, na qual juntamente arribaram dois seus parentes, que, findos os negócios do Reino, passavam ao descanso de suas casas. Desejosos estes fidalgos de o levar às ilhas, contenderam com as melhores e urgentes palavras que puderam de o persuadir que com eles embarcasse, propondo a cómoda passage (sic) da segura armada, o fácil e brando tornar nela, a deleitosa vista de seus pais e seus irmãos, da sua doce e desejada Pátria, e de todas as mais ilhas, ocupadas nas esperanças de o poder ver. Acrescentavam que, nesta pressurosa viagem, de caminho não interrompia o tardio curso do despacho; antes, recreiado com a suave vista dos seus domésticos, poderia facilitar o grave peso do requerer, e que parecia indigno de quem era tão amoroso e brando, ausente por tantos anos de seus pais, perder a oferecida ocasião de os ir ver, e que, havidos os despachos que esperava, ficaria, porventura, excluído da acomodada conjunção de se embarcar. Movido destas aparências de razões, deu conta a seus parentes que faria; aconselhado por eles que se fosse, logo no mesmo dia embarcou.

Guiaram prósperos ventos, que cursaram, aos levantados mares das Terceiras os nossos armados galeões; desembarcado, de São Miguel em Vila Franca, passados poucos dias de visitas, foi a Santa Maria ver seus pais.

Chegando-se as têmporas de São Mateus, nas quais determinava tomar ordens de Evangelho, passou com este desígnio à Terceira, onde residia o bispo, que o esperava, e agradecer-lhe de o escolher, do número de alguns, no importante cargo de São Miguel, e justificar-se de o não aceitar, movido do parecer de seus parentes, de cuja opinião, por mandado de seu pai, se governava, e por haver muito tempo que intendia esperarem na corte o desejado fim de seus estudos, querendo-se Sua Alteza servir dele; e, posto que, forçado, não pudesse satisfazer em todo a vontade de Sua Senhoria, ficava na obrigação e cargo da mercê que lhe fizera, com tanto amor o eleger na mais iminente (sic) coisa que as ilhas davam, o que, cognoscendo, serviria da vida em qualquer estado que o tempo lho ordenasse.

Muitos eram os conceptos que este prelado tinha da pessoa deste senhor, muito compreendera das relações que vira, muito levou a fama descobridora às orelhas de todas aquelas ilhas; muito mais, sem comparação, se cognecia (sic) de prudência e de valor, quando com ele particularmente se tratava; e foi julgado, do gravíssimo juízo deste bispo, meritíssimo da honra que agora tem. E, com as ordens de Epístola, o fez prior de uma das principais paróquias da Ponta Delgada, em São Miguel, colegiada de suficiente número de benefícios, e o

assinou por administrador do eclesiástico foro em toda a ilha. O que ele, importunado de seus domésticos, aceitou, quase convencido do muito amor com que lho pediram.

Mostrou o glorioso Príncipe ser de sua mão feita esta eleição, e a do sagrado nome de São Pedro se chama a mesma freguesia, a fim de na devação afervorado, pudesse por seu meio alcançar outros diferentes títulos de grandeza. Um ano a teve o bispo sem prover, esperando deste senhor a desejada vinda.

Aceitado o cargo, se partiu na volta de São Miguel; chegando no solene dia do miraculoso São Francisco, foi com muito alvoroço recebido e de todos os principais fidalgos visitado, parentes que, da parte de sua mãe, na ilha moram; passados os dias de cumprimentos, ocupado no governo que aceitou, com suma verdade ministrou justiça, reprimiu dos vícios a semente, pacificou os nascidos ódios, castigou delitos, introduziu nos danados ânimos virtudes e reformou a ilha em um novo estado de viver, que, sem ficarem culpas sem castigo, ficavam todos devendo o brando modo de castigar.

Tem este senhor, com outras singularíssimas virtudes de que é dotado — para governo e mando de coisas altas (particular e raríssimo dom da Natureza), não se aquietar a quaisquer razões, inda que prováveis pareçam e aparentes, até que o claro lume da verdade lhe ilustre com seus raios o entendimento, que logo por ele é conhecida.

Ocupado nestas obras boas, serviu-se Deus levar ao descanso da Glória a ditosa alma do bispo D. Gaspar, com grandíssima mágoa e sentimento de todo povo. Ficaram as ilhas sem pastor, e o senhor D. Luís com ordens de Epístola, sem mais graus. Forçado foi tornar ao Reino, e dispostas em concerto suas coisas, havido cómoda passage, se embarcou.

Chegado a salvamento, tomou as sacras ordens que lhe faltavam, e já feito sacerdote, de conselho de seus parentes, falou a el-Rei D. Sebastião, relatando a nobreza de sua pessoa, a dependência dos merecimentos de seus avós, a comum fama de suas letras, os grandes serviços que fizera no administrar do cargo que, de seu mandado, tivera no governo de São Miguel.

El-Rei, que primeiro dele tinha alguns conceptos, com muito amor o agasalhou, mostras grandes de lhe fazer mercê, e o remeteu ao Doctor Paulo Afonso, por cuja mão corriam os despachos, e mandou que desse, segundo ordem destes Reinos, os papéis. Muito folgou o Doctor de o conhecer e, com a natural prudência de que foi dotado, intendeu a correspondência da pessoa a já sabida informação, que do tempo das Escolas se tomara. Avantajada, depois, foi, e de muito maior crédito e valia, vendo tantos e tão principais senhores, seus parentes, que por ele intercediam. E por o desembargo, que na petição pedia, no igualar ao valor e crédito de quem era, o despachou por capelão-fidalgo com a melhor e mais honrosa moradia que se costuma a dar aos nobles ([246]) que na Capela servem, enquanto se não oferecia coisa que conformasse com seus quilates.

Levado (havido este despacho) de altos desejos de ver seu tio e do amor e criação que teve nas Escolas, partiu, forçado destas coisas, caminho de Coimbra; com muito alvoroço entrou no antigo domicílio das boas letras, nos Gerais, em que bebeu o leite dos sagrados cânones, na honesta conversação dos estudantes, nas domésticas paredes que, atentas, sem rumor, ouviram as blandas (sic) vozes de quando estudava.

Passados em Coimbra alguns dias, foi a Recardães a ver seu tio, claríssima pessoa, por vida e por costumes, a cuja casa outras vezes fora recrear o cansado corpo de frequentar Escolas e satisfazer a obrigação do parentesco. Em santa e suave companhia passaram os dias que foram juntos; do Céu eram os colóquios e as vontades, quando, por via de parentes, teve da corte aviso que o licenciado Marcos Teixeira, mandado por el-Rei, tirava dele secreta e sumária informação de testemunhas graves; que não era tempo andar ausente do despacho, que, vistos estes termos, estava perto de se concluir.

Despedido com lágrimas do tio, segundo requeria o negócio apressado se veio a Lisboa. Falou a Marcos Teixeira, que com particular contentamento o avisou que se visse com Paulo Afonso, em cuja mão ficaram seus papéis, e que neles acharia um bom despacho. Procediam estas informações, tiradas de um oculto desegno de el-Rei, disposto a mandar às Índias dois inquisidores ministrar o cargo do Santo Ofício, e os negócios terem expedição melhor.

Entre alguns que de todo Reino igualaram ao preso, de tão supremo mando com multidão de virtudes acquiridas, foi este senhor nomeado por um deles, e logo no Conselho assentado

que fosse o presidente; ordenadas estas coisas, restava só saber ao certo de sua vontade, de que a conclusão da ida dependia. Quando se viram o doctor e ele, lhe perguntou se passaria o mar com despacho muito avantajado do que pretendia, em honra e dignidade. Respondeu que, perto, se fosse acomodada parte, sim; em remota, oferecida a perigos de uma comprida e vagarosa viagem, se não atreveria, por indisposto e subjecto a uns erráticos fervores de cólera, que, algumas vezes, o molestam, e das devidas saudades de seus pais, que não sofriam tão longo apartamento.

Pesaroso ficou Paulo Afonso de não aceitar tão eminente e supremo cargo, que se dá por último fim de bastantíssimos serviços; e lhe disse que as inconstâncias do incerto mar mostravam tanto vigor e força nas distâncias que demoravam perto quanto nas afastadas partes da esfera, e que a providência dos homens acudiria com maiores remédios a maiores riscos, e, nas esperanças de um bom despacho, as pessoas de sua qualidade se aventuravam a contínuos trabalhos para ter descanso, e ele, levando o melhor que se podia dar a um homem fidalgo (tendo, no princípio do requerer, o que muitos não alcançam no cabo de grandes anos), parecia ir contra o intento de quem era, e em certo modo retardar o ditoso curso de seu merecimento e resfriar a vontade do Príncipe, desejoso de o levantar a maior prémio. Quanto ao insulto dos humores que sentia, não ocasionavam navegar a quem fosse gasalhado na melhor câmara da mais segura nau, e que, no seu risonho e alegre aspecto, não se viam alterações mudadas, que denunciassem internos males, antes de uma complexão (sic) digna de quem era. Não bastaram razões ao remover da dura e deliberada opinião, antes assentou de todo de se não embarcar.

Acabados os desegnos da missão e passadas algumas intercadências de tempo, posto que breves, concluíram no Conselho do Estado fosse provido no número dos inquisidores que residem no Santo Ofício destes Reinos, pelo que se escreveu logo ao Cardeal D. Henrique, maior inquisidor nestes Reinos, sobre ele e suas partes; levou este recado o secretário do cargo ao Cardeal, a Évora, detendo-se por alguns dias a resposta, por estar o Infante de caminho, a se ver com Sua Alteza, que o esperava.

Fizeram-se neste meio tempo prestes os navios da armada, que vão às ilhas esperar as naus, em que ele, feito sacerdote, pretendia ir visitar suas ovelhas, e com devotos sacrifícios honrar os piedosos sepulcros de seus maiores. Desejava isto muito; deviam de ser maiores as esperanças dos seus, nas ilhas, de o ver. Tardava a resposta de Évora; na armada havia grande pressa de partir. Metido no meio de dois extremos: a vagarosa vinda do Cardeal e o vento próspero que os convidava. O despachador dizia estar tudo concluído na vinda do Infante, que por momentos se esperava. O tempo tinha as vergas de alto e a gente dentro. Assentaram que fosse, visto a determinação que mostrava ter de chegar às ilhas, compor necessárias coisas que dizia ficarem lá em aberto; mas, querendo-se Sua Alteza em suficiente cargo de sua pessoa servir dele, logo tornaria. Avindo deste modo, mandou embarcar os pagens e o fato nos navios que estavam para dar à vela.

Sabido dos consultores do Reino que partia e o bispado sede-vacante ficar só, lhe mandaram provisões de que el-Rei era contente da sua sobreintendência em São Miguel e se haveria neste governo, que muito importava por servido, com particular memória de lhe fazer mercê.

Embarcado, as velas quase dadas, pedindo todos a Deus viagem, chegou o Cardeal aquele dia, à tarde, a Lisboa; logo amanhecendo, deram aviso que se não embarcasse, e o acharam embarcado; ele, que todas as suas coisas primeiro conferia, que se deliberasse na resolução do apressado responder; consultado Braz Soares, Capitão de Santa Maria, seu parente, que em sua companhia embarcara, respondeu que, oprimido das angústias do tempo, não era já possíbil tornar a terra, nem desembarcar o fato, recolhido em lugar seguro; mas que tornar seria breve, acabando dar ordem a certas coisas que muito importavam. Ordenava Deus isto a fim de o fazer bispo, que em tantos cargos oferecidos em nenhum quietou, nem aceitar quis, posto que grandes e de singular valor; antes, por ele rejeitados, ficaram sem efeito.

Chegado a Terceira, recebido com sumo contentamento dos insulanos, propôs executar os cargos que levava, com tanta inteireza e verdade de justiça, que mudaram muitos o abuso de seguir os vícios no estado novo de viver quieto.

Enquanto gastava o tempo na reformação dos costumes, foi no Reino provido de (sic) D. Pedro de Castilho por bispo das Terceiras, fidalgo montanhês, de muita erudição e santidade, o qual, depois de poucos dias, vindo ao bispado, morreu o adeão que na Sé servia. Sabia este

ordinário quanto no Reino montavam a fama e nobreza deste senhor e o conhecimento das Escolas, em que ambos foram contemporâneos; logo o nomeou na dignidade, avisando el-Rei da promoção; mandou a Roma buscar as letras e, vindas, tomou posse com altíssima satisfação do povo.

Passados neste meio tempo alguns dias, quis D. Pedro, por obrigação do cargo, visitar em pessoa as outras ilhas do bispado, e o levou consigo por visitador, mostrando confiar tanto no uso e entendimento do seu governo, que por igual com ele reapartia o peso de visitar.

Tanto que partiram da Terceira, o mal entendido povo (infelice e abominábil caso), de falsas aparências enganando, errava no conhecimento da verdade com infame parecer, julgando senhor daquele estado quem, de ordinária via de justiça, nele não tinha alguma parte; e cegos na sorte de escolher, de modo confundiram da mísera república a união, que, excluído o verdadeiro jugo do seu Rei, em triste rebelião ficaram postos.

Tomaram estas miseráveis novas do alevantamento das Terceiras ao bispo e a este senhor na sua mesma pátria. Ambos tiveram profundíssimas lágrimas de sentimento; choravam ambos à comum lástima de tanto povo, ambos se doíam de ver uma das mais frequentadas ilhas que o mar inclui, residência do bispado, universal porto do mundo todo, deliberada e posta em se perder.

Logo se tornaram a São Miguel, acomodada parte de acudir aos públicos desatinos do incerto vulgo e conservar na verdadeira e leal opinião aquela, maior no sítio e rendimentos. Em chegando, o fez o bispo vicário (sic) geral e provisor, para com dobradas forças resistir aos iminentes perigos que ameaçavam.

Entanto, os discordes ânimos da Terceira, passados os limites da razão, traziam no mar navios a roubar, metiam na pátria estrangeiros, pagavam à sua custa guarnições, tinham contínua ordem de vigias, fortificavam as praias, impossibilitavam passos que podiam dar entrada aos imigos e, com horrenda confusão de pareceres, ardiam em confusos pareceres. Juntaram a tantos males maiores outros, roubando os cansados navios que, oprimidos do longo fastio da viagem, demandavam com desejo aquele porto, em refeição e prémio do trabalho.

Vistos tão grandes insultos do infelice gado, procuraram os pastores, por meio de contínuas orações, aplacar a ira do Omnipotente irado e, por humanos meios, restaurar na perdida lealdade os errados entendimentos do miserábil povo. Tentados em vão quaisquer repairos, aplicados remédios sem proveito, nunca fizeram alto em seu desegno (sic); antes da bebida peçonha alienados, tratavam as duras armas em que tinham postas ([247]) falsas aparências de vitória.

Desconfiados de neles haver emenda, o ordinário bispo avisou que se queria depressa embarcar; havida do Reino a licença, mandaram que ficasse este senhor com o mando do bispado, que por Roma lhe queriam confirmar.

E, esperando-se tempo para ir, e segura embarcação em que passasse, partiu de França D. António, com ajuda de perdidos luteranos, a fortificar de novo aquelas ilhas, que tomaram sua voz e defendiam o injusto nome que lhe tinham dado; e trazia razoada cópia de soldados. Vindo a São Miguel, achou nele pouco fruto, por causa destes senhores o terem conservado na devida obediência.

Sabidas estas coisas de Sua Majestade, mandou o Marquês de Santa Cruz acudisse aos insultos daquelas ilhas e desbaratasse o imigo, ousando esperar, que lá andava. Satisfez o Marquês a este cargo e, com poder e força de menos velas, desbaratou a armada populosa de França, ficando a maior parte dela nas mãos do vencedor.

Domesticadas em parte estas coisas, o bispo se embarcou. Quisera o senhor D. Luís acompanhá-lo, mas, advertido que a um deles convinha ficar com a pesada carga do governo, se aquietou, e o bispo, delegando nele o poder que tinha, o deixou por universal senhor do eclesiástico foro.

Chegado D. Pedro a Lisboa, deu conta a el-Rei do estado em que ficavam as alterações das ilhas, dos artifícios que ele e este senhor tiveram para abrandar a obstinada dureza dos alevantados, quantos foram os trabalhos que ambos padeceram, quantas vezes arriscaram as vidas na concórdia de tão grandes males; e dizia este prelado que na prudente indústria deste

senhor se salvaram muitos do miserábil fogo de rebelião; contentíssimo ficou Sua Majestade de o saber, e entender que na sua mão ficavam as rédeas do bispado.

Enquanto ele nas ilhas se ocupava sacrificar a vida no amor de el-Rei, foi no Reino levantado D. Pedro dos trabalhos passados ao prémio de Leiria, e dada no Conselho ordem que por Roma fosse o senhor D. Luís confirmado na administração das Terceiras.

Enquanto estas coisas corriam desta sorte, não bastou a horrenda vista de tantas mortes, nem o mísero destroço da vencida armada, aos mal intendidos insulanos a renderem as armas na clemência do verdadeiro príncipe; antes, com dobrado ódio da obstinação primeira, rejeitaram os sãos conselhos que deste senhor lhe foram dados e de novo tornaram refazer à perda da rota que tiveram.

Durou um ano inteiro este abominável erro sem ter remédio, até que Sua Majestade, vendo que se tentavam em vão tantos remédios, determinou com rigorosa justiça da espada castigar os principais autores da discórdia e mandou ao mesmo Marquês de Santa Cruz com uma poderosa armada que os vencesse. Chegou primeiro o Marquês a São Miguel, submetida ao mando de Sua Majestade, a tomar inteligência do que passava, e recrear a gente dos trabalhos que tiveram na viagem, e informar-se de alguns ocultos desegnos, se os havia, que fizesse a efeito do negócio.

Assentou convir ao serviço de Sua Majestade ficar o senhor D. Luís em S. Miguel, enquanto a sentença do rigoroso Marte definia a qual das partes convinha ter vitória. Necessitado de ficar, proveu em seu lugar por ouvidor eclesiástico da cidade de Angra ao padre Luís A'lvares de Maiorga, cónego que, então, era da mesma Sé, pessoa de confiança e crédito, digno do cargo que levava.

Tomada por força de armas a Terceira, e vencidos os que nunca se deixaram submeter à eficacíssima força da razão, ficando postos no rigor da guerra e debaixo dos miseráveis insultos dos soldados, sabida a contentíssima nova da vitória, rendidas primeiro graças do sucesso, este senhor se embarcou na volta de Angra. Ao tempo de chegar, achou o Marquês já embarcado; grandes foram as alegrias que tiveram e no pouco espaço que se viram: a muitos fez conceder as vidas no último perigo de chegar a morte, a outros as fazendas, por direito da guerra já perdidas. Tiveram outros, por sua intercessão, os merecidos prémios de sua lealdade. No que tocava ao eclesiástico foro de seu governo, de maneira se houve no executar justiça que, sem ficar algum sem ter castigo, nenhum se agravou da dura pena. A excelência destas obras nos duros pectos dos capitães espanhóis fizeram impressão.

Tanto que a vencedora armada, com próspero sucesso, chegou à desejada praia de Lisboa, nos principais senhores correu logo a veloce fama do que este senhor fizera no serviço de Sua Majestade, e com quanta justiça e santidade regera o canónico mando de sete ilhas, e na singular ordem que inventara em confirmar o povo, ainda mal são da passada chaga, num firme pressuposto de nunca mais cair. Todos prognosticaram os prémios que de tantos serviços se esperavam; o Cardeal ([248]), quase vencido do que até os mesmos soldados publicavam das virtudes e saber deste senhor, particularmente o amava, e todos os mais senhores, por cujo entendimento os negócios do Reino se governa, sabidas suas coisas, eram muito seus amigos.

Nos primeiros navios que, depois de reduzida, do Reino foram à Terceira, por cartas do bispo de Leiria e pessoas nobres e parentes, foi deles avisado quanto nos olhos de Sua Majestade eram formosos os serviços que lhe havia feitos e que em breve tempo se veria, no prémio que esperavam, a certeza deles.

Vagara neste meio tempo o bispado de Cepta; logo se suspeitou que o queriam prover nele; mas, sucedendo a vagatura do das ilhas da Madeira e Porto Santo, tão formoso no mundo, o proveu nele, que fora, havia poucos anos, arcebispado de todo o marítimo domínio que os nossos reinos têm em tão remotas partes espalhado. Promulgada a eleição em Março de oitenta e cinco, Sua Majestade o avisou, com muitas palavras de louvor, viesse dar ordem a suas letras.

Chegadas as novas às Terceiras, foram dos insulanos festejadas com sumo alvoroço e estranho gozo; logo a palreira fama, discorrendo, levou por todas as ilhas à comum alegria do bispado a honra universal que lhe era feita, ser de todas elas o primeiro bispo. Misturavam alguns com os plazeres ([249]) as saudosas lembranças do passado, sincero amor com que os tratara no tempo que com eles residira.

Havida conjunção de vir à Corte, no mês de Augusto se embarcou em uma armada que da Mina vinha.

Chegado a salvamento, foi recebido do Príncipe Cardeal e mais senhores com altíssimo gasalhado e muitas honras, e de parte de Sua Majestade lhe disseram a boa informação que dele tinha, e quanto foram aceitos seus serviços, e que muita parte deles, excedendo o modo da mercê, ficavam esperando maior prémio. Os que assistem no governo do Estado o recolheram com assaz contentamento; os parentes com infinito amor e gasalhado. Só D. Luís Coutinho não viu este desejado gosto, da rigorosa morte oprimido nos funestos campos do mal fortunado Alcácer.

Puderam-se com razão engrandecer as verdadeiras provas, que em todas ilhas e no Reino se tiraram da antiga ilustre descendência dos seus maiores, por tantas fidedignas testemunhas aprovada, de inumeráveis anos a esta parte virem seus avós sem nota que macular pudesse a conhecida nobreza desta geração, antes perpetuada no valor e honra; nestes Reinos adquiriram títulos de grandes, e, porventura, o que não creio de malícia ou inveja alguém cuidar, que em parte sobrepujam estes louvores da verdade, que se pede na História, de menos resplendor do que escreveu. Busque na Casa do Tombo originais e as verdadeiras fontes dos instrumentos e neles achará o lume certo desta claridade; e, se ainda duvidar, não faz acaso, que da formosura do Febo não abate a miserável vista do animal da noite que, enquanto o dia dura, da luz foge, contente com as trevas do ar pardo. Atónitos ficaram os que as viram: do ilustre tronco de seus avós; da muita erudição de suas letras, de tão vários exames apurada; do saber e entendimento no governo dos anos de seu cargo.

Estas e outras muitas coisas que a Católica Majestade entendia e a Universidade toda, lentes e doctores, com grandíssimo aplauso comprobaram, escreveu ao Sumo Pontífice, quando na prelacia do Funchal o presentou. E nosso Santíssimo Senhor, nas letras em que o declarara por bispo destas ilhas, diz que o levanta a tão supremo lugar de santidade, movido da informação que dele tem, de muita nobreza e fidalguia, e papéis fidedignos destes reinos, nobreza confirmada por testemunho dos dois monarcas que sobre si sustentam o grave peso da religião cristã.

Em Outubro seguinte, partiu para Roma o correio que levou estes recados. A cinco de Março do ano de oitenta e seis chegaram as bulas a Lisboa. No dia seguinte, que foi de Cinza, por ordem do secretário Lopo Soares, lhe foram mandadas as desejadas novas, estando aos ofícios na Ecclésia de Santa Catarina de Monte Sinai. Quis Deus mostrar quanto o agradara ser electo, que com as lembranças que se costumam dar na criação dos Papas, da velocidade da vida, da glória que em fumo se desfaz, de pressurosa passage (sic) a dar conta, no dia em que a nossa Sagrada Mãe celebra com cinza estas memórias lhe foram as letras dadas do bispado, e de licença do Príncipe Cardeal, no último de Março, domingo que fora da Rosa, ele que no suave cheiro da virtude havia de ser outra, com aplauso de toda a Corte, no venerábil mosteiro da Trindade, foi ungido e consagrado.

Muitas foram para dizer, indignas de tão pequeno âmbito de lugar, as coisas deste dia: a majestade do que passou, as sacras cerimónias do ofício, o profundíssimo pego de devação com que foi feito, o quase infinito concurso do mundo abreviado de Lisboa. Alguns, tratando a vida deste senhor na viva voz de seus escritos, dirão estas grandezas por extenso, levando a memória do que passou ao resplandecente Céu eternizada. No soleníssimo acto, presidiu D. Manuel de Seabra, bispo que foi de Cepta e agora o é da Capela, assistentes o novo de Cepta, D. Diogo Correia, e o bispo dezelandês que, ausente do abominábil perigo de Inglaterra, vive em nossos Reinos em paz católica.

Nem só em os divinos ofícios se mostrou a majestade do dia em que foi sagrado; mas, acabados eles, no sumptuoso e magnífico banquete, nas mesas abundantíssimas de pescados, na ordem e aparato que se teve, passou a diversidade de iguarias muito avante de quaisquer desejos, e já, por fim, mostravam as que vinham quanto a pródiga gula inventou. Acudiu a nossa ilha ao prazer comum com as delícias celebradas de seus mimos, que a fazem em toda a parte nomeada; e com diferente cópia de licores mitigou a sede dos convidados. Excedia o número de todos a cópia de cento e cinquenta pessoas, nobres e fidalgos, de obrigação de parentesco, D. Hierónimo Coutinho, D. Hierónimo Lobo, D. Emanuel de Castro, D. Afonso de Noronha, e alguns outros; os mais consumiu a dura sorte africana nas casas de Sortelha, do Barão ([250]), do Regedor ([251]). Tiradas as mesas, descansou sua senhoria do trabalho passado. Recolhido, agradeceu ao Sumo Fazedor a cópia das mercês.

Mandou logo à ilha tomar posse, foram delegados no negócio D. Francisco Henriques, adeão, e o doctor Gonçalo Gomes, mestre-escola, insignes ambos, um no sangue de seus avós, outro na notícia das sagradas letras. A cinco de Maio, domingo em que se cantava o devotíssimo Evangelho *Ego sum Pastor bonus* (porque tal havia de ser), tomaram posse na presença da nobreza do Funchal, com muito contentamento de todo povo.

Enquanto se aparelhava uma zabra, que se fazia prestes para o trazer à ilha, foi do Cardeal chamado domingo de Ramos, e com muita devação e majestade fez nesse dia o pontifical da Capela. E, logo, quinta-feira da Semana Santa, administrou com muitas lágrimas os Santos Ofícios na Capela. E dia dos Sagrados Príncipes dos Apóstolos teve outro pontifical. Os mais dias, antes de partir, gastou em procurar mercês ao virtuoso clero do Funchal, ou, com mãos abertas, fazer muitas a quem as demandava.

Aparelhada a zabra, embarcado, ficou na corte um geral e altíssimo sentimento, e a todos seus parentes muita saudade. Veio em sua companhia uma nau que navegava ao comércio do Brasil. Não tiveram no mar vista de cossairos, antes alguns, que juntos destes mares andavam, esperando achar presa, um dia primeiro se acolheram, lançados da boa fortuna deste senhor. Chegou em pouco tempo a sua ilha, a quatro dias contados de Augusto.

Espantosas foram as alegrias com que no Funchal o receberam, dignas de quem era e dignas da nobreza da cidade. Acrescentou muito no aparato destas festas a presença de Tristão Vaz da Veiga, capitão e governador do Estado de Machico, generalíssimo nas ilhas da Madeira e Porto Santo, que, por ilustreza de sangue, invencíbil ânimo, gravíssimos e espantosos feitos nas partes de Ásia e África, é das mais eminentes e principais pessoas de nossos tempos, que, com muito alvoroço embarcado, o foi buscar ao navio, com outros muitos fidalgos que o seguiram, e João Daranda, capitão do Presídio, foi com ele.

Trazido a terra, na borda de água o esperava o reverendíssimo Cabido e o mais clero do Funchal, os juízes e vereadores, com o resplendor da fidalguia desta ilha; junto deles a companhia de soldados, com infinita multidão de povo de toda sorte. A salva de artilharia que disparou a fortaleza, a roda viva de arcabuzes e mosquetes, o repicar de sinos, danças, festas, invenções, as comuns vozes de alegria, por longo espaço dispergidas (sic), soavam em remotas partes.

Trazia o barco, em que veio a terra, as mais nobres pessoas de toda a ilha e as principais dignidades que o foram lá buscar. Posto em terra, de geolhos, diante da sacra veneração da Cruz, que com gravíssima pompa lhe foi apresentada, acabada, se recolheu em um pálio de brocado, e com grandíssima majestade o levaram ao trono da sua santa Sé, com as costumadas e devidas cerimónias. Prostrado diante do diviníssimo Sacramento, deu imortais graças ao Senhor de o trazer de tantos perigos a seguro e tranquilo porto de descanso e do estranho contentamento, que em todos via, de o terem por prelado e por senhor.

O que mais nesta soleníssima entrada aconteceu, quanto com sua vinda reformou, a brandura e santidade com que procede, as contínuas esmolas que vai dando, as excelentíssimas coisas que tem feitas, o grande e espantoso fruto das pregações, a veemência das palavras, o levar após si os corações, os institutos e leis de reformar, a singular ordem e assento de proceder — fica tudo reservado para mais subida cópia de palavras e autores graves, de maior concepto.

CAPÍTULO QUINTO ([252])

EM QUE SE COMEÇA A DESCREVER EM CIRCUITO TODA A COSTA MARÍTIMA DA ILHA DE SANTA MARIA, COM A DISTÂNCIA DAS POVOAÇÕES E MAIS NOTÁVEIS PONTAS E BAÍAS E ILHÉUS QUE HÁ NELA, DO CASTELETE, QUE ESTÁ AO ORIENTE, PELA BANDA SUL, ATÉ A PONTA DO MARVÃO, JUNTO DA VILA DO PORTO

A ilha de Santa Maria está em altura de trinta e sete graus da parte do Norte setentrional, leste-oeste com o cabo de São Vicente, do Algarve, da qual, se deitarem uma linha direita a Leste, vai dar no dito cabo, do qual, pouco mais ou menos, distará duzentas e cinquenta léguas. Ao Norte dela demora a ilha de São Miguel, em que estamos, porque o morro do Nordeste desta está Norte e Sul com ela, e de toda ela demora ao Sueste do lugar da Povoação doze léguas, de terra a terra, e do porto de Vila Franca dezasseis, e da cidade vinte, de porto a porto.

Tem de compridão três léguas e de largura légua e meia, e por algumas partes uma; e terá em roda pouco mais de seis léguas, quase toda redonda, ou, por melhor dizer, de figura ovada. Tem a compridão de Leste a Oeste, na parte do Oriente dela, uma ponta baixa ao mar, não comprida, e no cabo dela está um ilhéu redondo e alto, como pináculo, que parece torre ou castelo, e, por ser pequeno em respeito de outro maior, que adiante direi, lhe chamam Castelete. Deste Castelete, que está ao Leste, começa a compridão da ilha até as Lagoinhas, que estão a Oeste, da qual parte faz testa a ilha, das Lagoinhas até Água de Alto, e a Faneca, e Maldegolado (chamado assim pelo espaço que passa dela para a terra ser estreito) e Monte Gordo, assim chamado porque é terra alta e chã e tem feição de gorda. De maneira que, das Lagoinhas a Monte Gordo, não há determinação qual será a ponta da ilha, porque esta testa ou basis, que tem estes quatro nomes, é a ponta dela da parte de Oeste, ficando Monte Gordo da parte do Sul, e as Lagoinhas da parte do Norte desta mesma testa.

De uma parte e doutra, ao longo do Castelete, se acolhem em tempo de tormenta os navios a seu abrigo, dos ventos contrários; e a rocha dele é tão alcantilada, que muitas vezes se salvam ali, deitando a proiz em terra. E pegado nele, da banda do Sul, está uma calheta em que varam barcos e, fora, ancoram navios.

Adiante das calhetas estão algumas fajãs plantadas de vinhas, e no cimo delas, na terra feita, nasce uma fonte, chamada a Fonte Grande, de muita água, que logo na mesma terra se sume e vai por baixo da rocha e fajãs ao longo do mar, sem aparecer senão com a maré vazia; e as fajãs se chamam Fajãs da Fonte Grande, que agora são dos herdeiros de Domingos Fernandes. E esta e outras estão por esta ordem.

Logo, junto do Castelete, está uma ladeira, pela terra dentro, de Cristóvão Vaz Faleiro, que ele houve com o dito Castelete dos herdeiros da Maia, prantada de vinha nova que dá muito e bom vinho, como são quase todos os que cria aquela terra, que são quase como os da ilha da Madeira, por lhe ser semelhante o torrão e salão dela.

Indo do Castelete, pela banda do Sul, para Loeste até umas baixas, que estão debaixo de uma rocha chamada Ruiva, estão algumas fajãs ao longo do mar, a primeira das quais (que está da outra, acima dita, dois tiros de pedra de bom braço, e se chama da Maia, que foi uma honrada mulher de um nobre e rico homem) tem, no princípio, a primeira vinha, que nela prantou um Amador Lourenço, de meias, por lha dar assim Catarina Fernandes, a Maia, com este partido, e depois de prantada e feita, a partiram pelo meio, e a parte que à Maia caiu teve e possuiu até agora um Belchior Fernandes, seu herdeiro, e a do agricultor venderam seus herdeiros a Gaspar Fernandes, sapateiro, parte dela, e a outra tem um deles. Todas estas vinhas darão cada ano cem pipas de vinho, das melhores uvas que há nas ilhas, e dão muita fruta, figos, marmelos e pêssegos.

Daqui vai correndo para o Norte, até junto de Nossa Senhora das Candeias, uma ribeira Grande, que se chama assim, não por ela o ser, mas porque da banda da serra não há outra que tome mais água quando chove; esta corre sempre, no inverno com muita água e no verão com pouca, de algumas fontes que nela se recolhem; tem um salto muito grande na rocha, chegando sobre a Fajã, arriba do qual um tiro de besta estão umas casas antigas, com seu pomar, que foram de Catarina Fernandes, a Maia, chamada assim por ser filha de João da Maia, homem antigo e honrado, e casada com Álvaro Fernandes de Andrade, almoxarife que foi na mesma ilha, do qual ficaram nela os Andrades: Pedro de Andrade, Ana de Andrade, Maria de Andrade, Leonor de Andrade, Inês de Andrade, e outros filhos e filhas destes, que assim se chamam. Foi esta casa, que está perto da rocha, muito rica e abastada, onde estes antigos habitadores dela têm feito muitas esmolas a gente pobre e bom gasalhado aos ricos. Foi esta Catarina Fernandes filha de Guilhelma Fernandes, que foi filha de África Anes e do sobredito Pedro Anes de Alpoem. Junto destas casas da Maia está um moinho ou azenha, que mói de represa, no inverno, nesta Ribeira Grande, que agora é de Ana de Andrade; a qual ribeira vai pela terra dentro, do Sueste até um pico, que se chama do Cavaleiro, que lhe fica ao Nor-noroeste. E agora é esta fazenda de Manuel Fernandes, filho de Domingos Fernandes.

Tornando à Fajã, logo passado o nascimento da dita ribeira Grande, estão umas vinhas muito grandes e boas, onde se faz o melhor vinho da ilha, que vendeu Pero de Andrade, em vida de sua mãe, que possuía a terra delas, a Pero Gonçalves, o Manso, e Pero Nunes, e outra de Teodósio Faleiro, alguns dos quais a prantaram de vinhas mui formosas e de muitas árvores, haverá perto de vinte anos. Depois de vendida a Pero Nunes e a Pero Gonçalves, o Manso, pôs-lhe demanda um herdeiro da Maia, com a qual se consertou o Manso sobre a sua ametade, largando uma parte ao dito herdeiro, mas o Pero Nunes, seguindo a demanda, foi ao Reino e venceu a causa, de cuja sentença ajudando-se o Manso, se tornou a fazer bravo e vendeu a parte que tinha dado de conserto ao herdeiro diante do corregedor, e está agora por apelação para o Reino, e a outra parte que lhe tinha ficado vendeu a Teodósio Faleiro, acima dito, e ficou sem nada.

Logo pegado na mesma Fajã, está outra vinha de Ana de Andrade e de Miguel Soares, seu genro, a qual venderam a Baltazar Velho de Andrade.

Mais adiante está outra vinha de Diogo Fernandes Faleiro, que ele fez, por ser de seu pai, Domingos Fernandes, que possuía do mar até o meio da terra por esta banda do Sul, terras que foram de Genes Curvelo, homem antigo e honrado na ilha. Este Diogo Fernandes e seus irmãos têm suas casas em cima da rocha, como um tiro de arcabuz fronteiras à Fajã, à qual se desce pela dita rocha por um caminho tão medonho e perigoso de descer, que quem olha para baixo perde a vista dos olhos, pelo que o mesmo caminho, por ser tal, é a guarda da vinha (ainda que não para os ladrões, que enrocham como cabras), da qual seu dono não tirava o vinho senão por mar, por causa da grande aspereza do caminho e agrura da rocha, mas já agora tem caminho de carro; dará esta vinha cada ano vinte pipas de bom vinho.

O mesmo Diogo Fernandes Faleiro tem na sua vinha, no meio da rocha feito, um lagar de uma só pedra, muito bem feito, em que faz todo o seu vinho, e o mesmo, no ano de mil e quinhentos e setenta e nove (porque não é bem passar com silêncio uma obra de tanto louvor), sendo de muita esterilidade, como haviam sido já outros atrás, de que ficaram os moradores da ilha tão atribulados e pobres, que não se podiam manter nela, vendo ele alguns parentes seus em semelhante aflição, os persuadiu que se quisessem sair daquela miséria e se fossem para o Brasil, para o que gastou com eles, provendo-os de todo o necessário para a sua embarcação, duzentos mil réis, e mais não sendo ele tão rico, que pudesse fazer tão grossa esmola, sem notável trabalho seu e despesa de sua fazenda, ajudando-os, e, além da dita despesa, com diligências e ocupações de sua pessoa e dos seus, de sua casa, a embarcar, animando-os com grande fervor e caridade.

Adiante, mais no cabo desta fajã, está um ilhéu que chamam o Castelo, por ser maior que o Castelete, ou o Penedo das Armas, e entra ao mar mais quantidade que ele, fazendo um recanto, como abrigo, onde se acolhem os navios com tempo oeste e noroeste. Deste Castelo ao Castelete, donde comecei, ficando no meio esta fajã, será perto de meia légua de costa a modo de baía, não muito grande, onde morre muito peixe e muitos lagostins e se acham muitas cracas e outros mariscos. Tem seu porto, onde saem batéis a tomar os vinhos que hão-de tirar por mar, porque ao longo dele tem caminho de carro, que corre toda a fajã, tão largo e fácil, que os bois trazem pipa por ele, cuja entrada é bem por junto do Castelo. Dão-se nesta fajã muitos melões, abóboras, pepinos, trigo e cevada, porque tem terra feita, mas as vinhas são

em moledais, onde têm seus lagares muito bons; dão muitos figos, marmelos e boas maçãs e tudo o que lhe prantam.

Passando o dito Castelo, está logo junto o porto que se chama a Calheta, onde saem batéis que desta banda pescam, e tem suas cafuas, em que dormem os pescadores e recolhem seu pescado. Adiante está outra fajã, de vinhas mais velhas, que começou a prantar Domingos Fernandes Faleiro, e depois mandou vir da ilha Terceira um Francisco Anes, que lha acabou de prantar, e nela esteve muitos anos, com mulher e filhos; o qual homem, comendo e bebendo com seu suor regradamente, faleceu em idade de mais de cento e dez anos.

Saindo desta fajã para o Norte, nas terras feitas ao Campo da Marcela, por a haver nele, chama-se ali Santo Espírito, onde dizem os antigos que na ilha se disse a primeira missa do Espírito Santo, quando entraram nela, e dali ficou nomear-se ainda hoje em dia esta freguesia de Santo Espírito, sendo ela depois edificada, como agora está, da invocação da Purificação de Nossa Senhora, sem perder aquele nome antigo. E, por não achar neste dito campo conveniente lugar para povoação e vila, se foram a Santa Ana, como direi depois em seu lugar, adiante.

Aqui nesta fajã, pela banda do Ponente, se mete uma enseada à terra, em que está um pico que tem uma rocha mui alta, em cujo recanto está um pequeno porto, e dela, quando a maré é vazia, sai uma formosa água, e muito clara e doce, que se presume ser a da Fonte Grande, que acima na terra se sume e vai ali sair ao nível com o mar, como acima disse.

Deste recanto para o Ponente, onde se chama a Rocha Alta, por ser perto de cento e cinquenta braças de alto e mais, e a mais alta que há na ilha, está outra fajã de terra e vinha, que prantou um Fernão d'Álvares e agora é de seus herdeiros, onde mora Manuel Vaz Feio, natural desta ilha de São Miguel, por casar lá com uma sua filha e ser um dos herdeiros. O qual Fernão d'Álvares se diz que era um homem nobre, rico e abastado, e dizia que da dita sua fajã via a Terra Nova, dando os sinais e figuras dela, e foi casado com uma nobre mulher da geração dos Velhos, e dela teve sete filhos, homens muito lustrosos, cavaleiros, que se exercitavam muito em folgares e cavalarias de cavalos, e algumas filhas. E neste direito ao Norte está a igreja de Nossa Senhora da Purificação, que é a freguesia.

Adiante da dita Rocha Alta, tanto como um quarto de légua, está outra fajã, que se chama a Fajã de Afonso, de vinha, que pode dar três ou quatro pipas de vinho. E, logo além, onde se chama a Lomba da Gardeza, estão outras. E onde se chama o Cardal, estão também outras fajãs de vinhas, que dão três e quatro pipas de vinho, que são dos próprios herdeiros do dito Fernão d'Álvares. E mais avante está outra fajã de vinha, que dá duas pipas de vinho. E aqui se acaba a testada da fazenda que foi de Fernão d'Álvares.

Estas fajãs se chamavam antigamente as Fajãs dos Murtinhos, porque, antes de prantadas de vinhas, davam grandes murtinhos, bons e doces, e tantos, que traziam delas moios deles, pela bondade que tinham, e os ia apanhar muita gente para comer.

Entre estas fajãs está uma ribeira, que corre água todo o ano e se chama da Gardeza, por se chamar assim uma mulher que possuiu estas terras, de uma parte da dita ribeira. Correndo adiante, está uma ribeira chamada dos Eirós ou Esteios. E sai ao mar uma ponta, que se chama de Malbusca, uma légua do Castelete, atrás dito.

Mais adiante, como um tiro de besta, está outra fajã, de Pero Velho, filho que foi de Duarte Nunes, já abaixo do começo da rocha que se chama de Malbusca, cujo sítio, que também se chama Malbusca, como a rocha dele, é da freguesia de Santo Espírito e tem poucos moradores, afastados uns dos outros, como está da Vila uma légua e da sua freguesia meia, que lhe demora a Leste, pela terra dentro, junto do Castelete, onde comecei o princípio da ilha.

Corre esta rocha de Malbusca a pique, ao longo do mar, mui alta e temerosa, da qual se tira urzela, que apanham homens, arriscando suas vidas, metidos em cestos dependurados por cordas atadas em estacas metidas na terra, sobre a rocha, com uma ponta, e na outra atado o cesto em que se metem, e assim vão largando a corda por mão até chegarem onde querem, e, depois que têm seu saco cheio, alam-se pela corda; e outros vão atados pela cinta.

Não pude saber a razão do nome desta rocha de Malbusca, se não lho puseram por nela com tanto trabalho e perigo buscarem os homens e urzela. E logo está a ribeira do Gato, que é muito medonha.

No começo desta rocha de Malbusca, como ia dizendo, está a Fajã de Pero Velho, de mais de dois moios de terra e moledais, a qual foi mato de murtal e pau branco e outro arvoredo; tem vinhas que dão cinquenta pipas de vinho. E tem um ribeiro seco pelo meio, e, no princípio dela, do ribeiro para a banda do Nascente, deu Pero Velho, haverá vinte e quatro anos, um moio dela a Gonçalo Gardez, que a prantasse de meias, a qual prantou e depois partiram. E o dito Gardez e seus filhos possuem a sua parte, que caiu no recanto da rocha, da banda do Nascente, e o Pero Velho a sua, da parte do Ponente, junto de um ribeiro, que corre, de fontes do pé da rocha ao mar, por antre a vinha, e vai ter à porta de um lagar (onde o podem meter dentro por cales), que está feito junto de um porto, que, ainda que é tão estreito que os remos chegam às lagens, entram nos barcos muito à vontade, como de cais a pé enxuto, onde embarcam os vinhos das vinhas, por não haver caminho pela rocha acima, por onde passem os carros.

Nesta mesma fajã, que de ponta a ponta tem uma enseada não grande, fez o dito Pero Velho, que ainda vive, outras vinhas, que, por falecimento de sua mulher, herdaram seus filhos e genros; e, assim, em uma como em outra fajã se dão muitas abobras (sic), melões e pepinos e também algum trigo.

Desta Fajã de Pero Velho até Água de Alto, que já é na praia e será meia légua, vai a rocha, que chamam Ruiva, tão alta e íngreme que faz sombreiro, e com trabalho se podem ter as pombas pousadas nela, da qual cai uma fresca água, que vem de umas fontes de junto da serra e passa perto das casas de Nuno Fernandes e Pero Velho, que com ser pouca, como começa a cair, não dá mais na rocha, senão em baixo no calhau miúdo, salvo se o vento a rebate, e, pela grande altura donde cai, quando abaixo chega, quase toda vai espalhada em gotas. Defronte desta água, ao mar, estão umas baixas, que com a maré vazia quase se pode passar a algumas delas a pé, da terra, e a outras a nado, onde vão muitas vezes a folgar muitos da Vila em barcos, no verão, em uma pequena praia que tem (porque no Inverno bate o mar na rocha), onde acham muitos lagostins e caranguejos, e muito peixe e marisco, e são de muito passatempo.

Passadas as baixas, está a ribeira que chamam Água de Alto, porque dele cai em um pico grande que tem em meia rocha; e dali vai para o mar, vindo da serra, sair no canto de uma praia, da banda do Nascente, onde começam as vinhas da mesma praia, que está mui comprida de areia e começa logo, passando esta ribeira, e acaba pouco mais além de outra.

Da ribeira desta praia para a serra, antre estas duas ribeiras, há ladeiras lançantes e pouco íngremes, em que se fazem searas pelas faldras delas, e no mais são prantadas de vinhas, que foram de Duarte Nunes Velho e dão muito vinho; ficam para a banda da ribeira de Água de Alto, onde se chama Larache, por serem as terras chãs e bem assombradas, como a costa de Larache, de África. Defronte desta ribeira de Água de Alto está um ilhéu pequeno um tiro de pedra da terra. E no cabo destas vinhas de Larache está uma ribeira de todo o ano, que dá no mar, chamada a ribeira do Gato, da qual corre a costa, sem rocha, até a ribeira de Nossa Senhora dos Remédios.

A primeira vinha que houve nesta praia foi uma que fez um homem de Portugal, chamado de alcunha o Albardeiro. E neste canto, onde cai Água de Alto, está uma praia muito pequena, e uma furna nela, em que podem caber duzentos homens; jaz logo uma penedia ao longo do mar, e dela avante vai correndo a praia grande, antre a qual e a rocha está uma vinha de Duarte Nunes, que foi do Albardeiro, que ele depois de feita vendeu a Frei João, vigairo velho, e se foi da ilha.

A esta praia vem sair a outra ribeira, que tenho dito ([253]), rasa neste lugar, mas alta ([254]) por cima da terra ([254]), que se chama a do Gato, sem se saber o porquê. Aqui está, junto das outras, outra vinha, que fez o dito Frei João, vigairo velho, irmão do pai de Frei Belchior Homem, depois de serem feitas as de Larache, a qual ele, depois de passado algum tempo, vendeu toda a Duarte Nunes, e agora as possui juntamente Nuno Fernandes, seu filho, e administrador de duas capelas que deixou, a modo de morgado, no filho mais velho, que renderão um ano por outro quinze até dezoito mil réis.

Adiante está outra vinha de um Sebastião Pires, que na ilha mataram os franceses, e agora possui sua mulher e filhos. Desta vinha até uma aldeia, tudo são terras de pão, que poderão ter até moio e meio somente.

Nesta aldeia da Praia, que será de quinze vizinhos, está uma ermida de Nossa Senhora dos Remédios, onde os tiveram muitos enfermos, que, indo ali em romaria, alcançaram saúde.

Diante desta igreja um tiro de pedra vem sair à praia uma ribeira, que se chama da Praia, vindo pelo Farrobo, onde há vinhas e pomares antigos, e outros que agora se prantam, a qual ribeira logo junto desta aldeia se parte em três: na do Farrobo, já dita, que corre do Norte, e outra do Meio, que vai ter a Castelo de Bodes e vem do Nordeste, e outra que traz sua corrente da parte de Lés-nordeste; e todas três não trazem muita água, mas duas delas juntas têm dois moinhos naquela pequena aldeia, que moem com água de ambas, e por isso esta ribeira se chama dos Moinhos da Praia, a qual praia é tudo areia, em que o mar anda sempre de tombo (?) ou de rolo, em uma grande baía de baixos limpos, onde ancoram muitas naus e navios; e dali vai dar em outra fajã de vinhas, que se chama a Prainha, tudo costa de areia, por esta ordem.

Passada esta ribeira, afastada dela como doze até quinze palmos, nasce uma fonte salobra, com estar do mar um tiro de besta, a qual cai de uma bica, onde se têm lavado muitos enfermos e cobram saúde, e, por isto e por estar ali perto da ermida, lhe chamam todos a Fonte de Nossa Senhora.

Correndo mais adiante, passada esta praia, se mete uma rocha não muito alta, nem comprida, e logo dois tiros de arcabuz está outra praia pequena, que se chama a Prainha, por diferença da outra maior, que atrás fica, sobre a qual estão ladeiras com muitas vinhas, uma das quais dizem prantar um Álvaro da Fonte, o Velho, neto de África Anes, homem liberal e honrado, cuja casa foi muito abastada e estalagem de muitos, assim da terra como de fora, e morreu já pobre por ser bom para todos. Esta vinha mandou renovar e prantar Gaspar Garcia, e nela deu um pedaço a Pero Francisco, seu genro, que vendeu o seu quinhão a um Francisco de Medina, ali estante na ilha e morador na da Madeira.

Perto corre a rocha lançada, com outras ladeiras de vinhas, as mais antigas que houve na ilha, por espaço de outros dois tiros de arcabuz, onde se chama o Figueiral, acima das quais vinhas, na rocha, se tira pedra, de que se faz muita cal na terra, a qual não há em nenhuma das outras ilhas dos Açores, ainda que não é tão boa como a que vem de outras partes. Tiram-se também ali, na mesma pedreira, pedras de mós de mármore. E antre algumas destas pedras se acham pegadas cascas de marisco, de ameijas (sic) e ostras.

Chama-se o Figueiral, por haver ali muitas figueiras juntas, emboscadas, que dão tão bons figos, e a maior parte longares, que em todas estas ilhas os não há melhores, nem tão bons; mas são já figueiras muito velhas. Nesta fajã estão vinhas que dão uvas primeiro que todas as outras, as quais mandou prantar Álvaro da Fonte, acima dito, que foram as segundas que na ilha se fizeram; e, por estarem mais perto da Vila, fazem pouco vinho nelas, polas levarem a vender, e, se algum vinho se faz, é muito bom. As quais vinhas são agora de Gaspar Álvares e António Curvelo e podem render, forros, a seus donos dez mil réis. Daqui, por espaço de dois tiros de arcabuz, corre a rocha tão baixa que a maior parte se anda, que é de terras que foram de Rui Fernandes de Alpoem e agora são de Belchior de Sousa, filho de João Soares, terceiro Capitão que foi da ilha, onde, junto do mar, como em um capelo antre duas vinhas e a ponta do Marvão, estão duas furnas de greda, uma delas muito grande, assim de comprido como de altura, que se chama a Furna Velha, a que se não acha cabo; da qual (indo com candeias acesas por ser dentro obscura) se tira um barro fino, cinzento como sabão muito macio, que serve para lavar pano de cor, principalmente branco, e tirar nódoas dele; untando-as com a greda branda e mole e pondo o pano a secar ao Sol, secando-se, ele chupa e recolhe em si a graxa, ou azeite, ou qualquer outro licor que fez a nódoa, e, lavando-se depois o mesmo pano, fica sem ela. Junto a esta, está outra furna, que se chama a Nova, por se usar dela depois, em que também se tira mais greda, sem candeia.

Correndo a rocha baixa, perto como dois tiros de besta está uma ponta que se chama do Marvão, por haverem sido as terras acima dela de um Francisco Marvão, que dista mais de uma grande légua, pela terra, da ponta de Malbusca, onde estão as baixas, atrás ditas, e pelo mar menos. E antre estas duas pontas se faz uma grande baía.

CAPÍTULO SEXTO ([255])

DA DESCRIÇÃO DA VILA DO PORTO, DA ILHA DE SANTA MARIA, E DE ALGUMAS COISAS QUE HÁ NELA

Da ponta do Marvão se vai para o Ocidente, fazendo como baía uma entrada do mar para a terra, onde, de uma légua da serra, vem sair uma ribeira que, pela água que traz abastar para moendas, com que corre todo o ano, do Nordeste ao Su-sudoeste, e pela concavidade e largura que tem, se chama Grande, ainda que entra pouco pela ilha dentro, por se repartir em duas, e as duas em outros regatos e ribeiros, de frescas águas e fontes, que tem muitas da primeira, donde nasce até um tiro de besta do mar, acompanhada de uma banda e outra de muitos matos de murtas e ornada com muitos pomares, vinhas e hortas em ladeiras, que são altas, a maior parte delas, com cuja água moem oito moinhos, e toda corre por pedra até o mar, tirando algumas partes de limos e juncos, que a fazem mais saudosa, em que se fazem poços em que se criam muitos eirós, agriões e rabaças e outras ervas de outra sorte. E vai entrar no mar, em areia muito rasa, onde está um porto que foi o primeiro de que usaram os antigos habitadores da Vila, que ao longo desta ribeira está a dele tomou o nome de Vila do Porto. E chama-se o Porto Velho, por diferença de outro de que se agora servem, e é uma praia muito bem assombrada, que tem um poço, junto do mar, de água doce, onde se tomam muitos eirós e mugens, e, quando o mar anda bravo, entra por ele um pedaço.

Passada esta ribeira, que fica da banda de Leste da Vila, ou, por outro respeito, do Sueste, vem logo da parte de Oeste, ou do Noroeste, por outra razão, correndo também, não com tanta altura como a outra, somente no Inverno de enxurrada, ao longo da Vila, a entrar no mar em areia muito rasa, outra ribeira seca, que se chama do Sancho, porque parece que morou ali algum homem deste nome. E logo junta está outra da mesma maneira, que se chama dos Poços; e ambas vêm ter ao porto Novo, antre os quais portos, Velho e Novo, e ribeiras, a Grande e a do Sancho, está uma subida para um alto, ao nível com a terra, onde está situada a Vila da ilha de Santa Maria, que se chama Vila do Porto, pelo ter ali velho e bom e, depois, novo e melhor e bem assombrado.

Disse acima que uma ribeira está da banda de Leste da Vila, ou do Sueste, por outro respeito, e outra da parte do Noroeste, porque, respeitando a compridão da ilha, que corre Leste-Oeste, lhe fica a Vila da banda do Sudoeste, junto do mar, posta antre estas duas ribeiras, a Ribeira Grande, da banda do Sudoeste, e a Ribeira do Sancho, da parte do Noroeste.

Logo subindo pela ladeira, no princípio da Vila, junto do mar, sobre a rocha, está uma ermida de Nossa Senhora da Concepção, muito fresca, que, de qualquer parte que vem do mar, de fora para o porto, não se vê outra casa primeiro que ela, por boa entrada e estreia.

Tem esta Vila do Porto três ruas compridas, que correm direitas a esta ermida de Nossa Senhora de Concepção e ao porto, as quais começam do adro da igreja principal. A rua do meio, muito larga e formosa e de boa casaria, faz um cotovelo, pelo qual se não vê do adro da igreja principal a ermida da Concepção, que sobre o porto está, o que foi inadvertência dos primeiros edificadores, porque, vendo dali a dita ermida, ficava a rua com muito mais frescura. As outras duas ruas não são tão povoadas por se antremeterem nelas paredes de muitas hortas e quintais e sarrados (sic), divididas estas três ruas com outras azinhagas e travessas. Acima da igreja principal, para dentro da terra, ficam algumas casas, as mais delas de palha, em um caminho a modo de rua muito larga, que vai correndo antre sarrados e acabar antes que cheguem a uma ermida de Santo Antão, que está em um alto; da qual ermida para cima, ficam terras de pão e casais de homens que moram fora da Vila espalhados, pelo que tem a Vila mais de cem fogos, e com outros fregueses da mesma Vila, que a ela vêm ouvir missa, há na sua freguesia, que é a principal da ilha, trezentos e setenta e oito fogos, e almas de

confissão mais de mil e trezentas ([256]). A igreja principal é da invocação da Assunção de Nossa Senhora (por se achar no mesmo dia a ilha), de naves, com quatro piares em vão, e muito bem assombrada, com um altar do apóstolo São Matias, que é padroeiro de toda a ilha, da banda do Evangelho, e outro de Nossa Senhora do Rosairo, da parte da Epístola. Tem também duas capelas, uma da banda do Sul, que mandou fazer Duarte Nunes Velho, com o altar de Jesus; a outra de Rui Fernandes de Alpoem, com o altar de Santa Catarina. Foi arrematada esta igreja Matriz, para se fazerem as paredes dela, a Estêvão da Ponte, por trezentos mil réis, e a carpintaria a João Roiz, carpinteiro, morador em Vila Franca, desta ilha de São Miguel, por noventa até cem mil réis, sendo vereadores na dita Vila, da mesma ilha de Santa Maria, João Tomé e Rui Fernandes, lavradores e homens principais da terra.

Há mais duas igrejas nesta vila, muito boas casas: uma, nomeada Espírito Santo e Misericórdia, onde se fazem muitas obras de caridade; outra de Nossa Senhora da Concepção, que está sobre a rocha e porto, como já disse.

O primeiro vigairo que houve nesta igreja, primeira e principal, foi Pedro Anes Galego, mas este não foi confirmado; serviu somente com carta de cura. Depois veio Frei João Afonso, com carta de confirmação, o qual era homem honrado e rico, e serviu muito tempo, por cujo falecimento houve a igreja Frei Belchior Homem, seu sobrinho, filho de um seu irmão, o qual Frei Belchior renunciou a dita igreja e houve-a um Henrique de Parada, o qual a não serviu, mas deu-a a Frei Fernando Margalho, com pensão de seis mil réis, que lhe pagava cada ano, ficando ele somente com dois moios de trigo, porque não tinha a igreja mais de renda naquele tempo.

Falecendo Frei Fernando, deu a igreja o bispo D. Jorge de Santiago a um Ascêncio Vaz, que nela era beneficiado e ouvidor na ilha, tirando-lhe a pensão dos seis mil réis e acrescentando-lhe outros seis, pelo que ficou com doze mil réis e dois moios de trigo de renda. Por morte deste Ascêncio Vaz, houve a igreja João Nunes Velho, neto de Duarte Nunes Velho, o qual a serviu como dois anos e meio, sendo bispo D. Manuel de Almada, que lha deu.

Falecido João Nunes Velho, houve a dita igreja Baltazar de Paiva, homem nobre, dos principais desta ilha de São Miguel, e na cidade da Ponta Delgada havia sido cura muitos anos, por lha dar na cidade de Angra o bispo D. Nuno Álvares Pereira, acrescentada em trinta mil réis; e ele a serviu até agora, e foi ouvidor do eclesiástico na dita ilha, como quase ordinariamente o foram todos os vigairos da dita igreja principal, em seu tempo, tirando alguns em que houve alguma mudança e outros serviram este cargo, como depois o teve Belchior Homem e José Gonçalves, beneficiado na dita igreja, e o que ora é vigairo e ouvidor, o licenciado Francisco Álvares, bom letrado e virtuoso ([257]).

Pedro Anes, o Galego, que atrás fica dito, foi o primeiro beneficiado que houve nesta igreja; o segundo, um Fernão Afonso; o terceiro, Francisco Ribeiro; o quarto, João Anes; o quinto, Ascêncio Vaz; o sexto, Mendo Roiz; o sétimo, Manuel Afonso; o oitavo, Gaspar Lopes; o nono, Manuel de Andrade; o décimo, Bartolomeu Luís; o undécimo, Pero de Frielas; o duodécimo, Augostinho de Seixas; o décimo terceiro, José Gonçalves, que agora é ouvidor. E estes quatro derradeiros são os que agora servem, todos honrados e bons sacerdotes.

Acima desta igreja, quase defronte dela, está uma formosa fonte de três grandes canos de água, da qualidade de bom vinho, que quanto mais velho tanto mais gostoso, porque, tirada da mãe, quanto mais está fora tanto melhor se faz. E é muito de notar nesta ilha que, sendo tão pequena como é, com esta fonte, há nesta freguesia principal quarenta e cinco fontes, e na freguesia de Nossa Senhora da Serra outras quarenta e cinco, e na de Santa Bárbara vinte e três, que somam cento e treze, e todas estas estão em partes onde se podem aproveitar delas, algumas das quais são grandes e muito formosas e frescas, e a mor parte pequenas, mas correm todo o ano. E pelas rochas, ao longo do mar, há tantas que se não podem contar.

Acima da Vila, há nesta freguesia quatro ermidas: uma de Santo Antão, e mais adiante, pelo caminho, outra de São Pedro, e outra no cabo da ilha, ao Noroeste, de Nossa Senhora dos Anjos, e outra de Nossa Senhora dos Remédios, que já disse atrás, em um lugar que se chama a Praia, ao longo do mar, que fica a Leste da Vila.

É povoada esta Vila e toda a ilha de gente muito honrada, e muitos têm fidalguia por suas progénies, e outros por lianças de casamentos com os Capitães e seus filhos, de que nasceram fidalgos. Todos os homens honrados, naturais da terra, quase geralmente são altos de corpo, bem dispostos e bem proporcionados, de bons e graves rostos e boas fisionomias,

presumptuosos (sic) e amigos de honra, como o deve ser qualquer homem honrado, por não fazer coisa menos do que dele se espera. E todos de tão grandes espíritos, que, se saíssem da mãe para África ou lugares de fronteira, fariam sem dúvida feitos honrosos e ganhariam grande nome, mas na ilha não são dados a muito trabalho, pelo que nela não há muitas coisas boas e curiosas que pudera haver, se se deram a isso, com que foram mais ricos do que são, pois a terra de si é fértil, posto que pequena, para tão nobre e tanta gente. As mulheres, pelo conseguinte, da mesma maneira são generosas e nobres, bem postas e discretas, com uma grave formosura e virtude, que lhe acrescenta sua nobreza.

A maior curiosidade que os homens têm, depois de enfadados de seus honestos trabalhos em suas fazendas, é de passatempos de caças na terra e de pescarias no mar, que vão em batéis fazer aos ilhéus, de pássaros e ovos, e outras na terra, e muitos e bons pesqueiros que há pela costa, junto da Vila e ao redor de toda a ilha, até tornar à mesma Vila, como são o de Fernando Afonso, chamado assim deste nome de um beneficiado que nele pescava muitas vezes, e outros que da mesma maneira e por outras razões alcançaram seus nomes, como Gonçalo Aires, o Ruivo, o Pesqueiro Alto, a Ponta da Forca, Malamerenda, o Cação, o Penedo de Lourenço, o Caranguejo, o Furado, a Ribeira Seca, o Poção, as Baixinhas, o Recanto do Ilhéu, o Pregador, o Frade, o Redondo, a Água do Chamusca, a Calheta de Braz Álvares, a Lagem do Barbeiro, a Calheta do Barbeiro, a Calheta do Sardo, a Pedra da Rachada, a Sarnacha, o Monteiro, o Crespo, o Vasco Afonso, Belchior Pais, Francisco Lopes, as Lagens da Fonte dos Vaqueiros, o Pendurado, o Joane, o Vale da Barca, os Mesteres, a Baixa do Lobaio, o Furado, o Cabrestante, Vasco Afonso, o Rosto, o Saltinho, a Barquinha, África Anes, o qual nome se tomou de uma mulher honrada, das primeiras que vieram à ilha, que foi mãe dos Jorges e de outra nobre gente, como já tenho contado; o ilhéu dos Frades, que está em Sant'Ana, da banda do Norte, onde se diz que saíram uns que estiveram ali junto, em Nossa Senhora dos Anjos.

Os Altares, os Corvos, o Pesqueiro de Rui Fernandes, filho da dita África Anes, o Maldegolado, o Pesqueiro do Pau, o Pinheiro, a Pedra Mole, a Ponta da Faneca, o Pesqueiro da Corda, as Baixas da Faneca, a Ribeira de Água de Alto, o Tamujal, as Baixas do Monte Gordo, o Furado de Gonçalo Afonso, o Pesqueiro dos Badejos, Salto de Cais, o Pesqueiro da Vaca, o Miradouro, o Furado, o Penedo Negro, a Ponta de João Luís, a Lagoa, a Ribeira dos Ladeiros, a Furna dos Lobos, a Ponta de Álvaro Pires, o Pesqueiro de João Fernandes, o Pesqueiro de João da Maia, o Pesqueiro de Lourenço Vaz, o Pesqueiro da Grota, o do Morro, o das Polombetas, o Ilhéu dos Matos, o Carregadouro, a Ponta Negra. E não é de tachar irem os homens buscar passatempos no mar, quando enfadam ou faltam os da terra, pois todos são lícitos, feitos sem prejuízo do próximo, e o do mar muito mais, para contemporizar com a fraca natureza, que com coisas diversas se contenta e engana.

CAPÍTULO SÉTIMO ([258])

EM QUE SE PROSSEGUE A DESCRIÇÃO DA COSTA DA ILHA DE SANTA MARIA, PELA BANDA DO SUL DA VILA DO PORTO PARA A PONTA DE SANTA ANA; E DAÍ VOLTANDO AO NOROESTE, E DEPOIS AO NORDESTE AO ILHÉU DAS LAGOINHAS

Passado o porto e ribeira do Sancho, torna a fazer a rocha volta para o mar até a ponta da Forca, que está nela, da qual ponta à do Marvão, que atrás fica (fazendo ambas enseada do porto da Vila já dita), haverá um quarto de légua ou menos; passada a ponta da Forca, vai a rocha íngreme até uma ribeira seca, que estará dela como três tiros de besta, a qual ribeira não corre senão quando chove muita água, e mete-se no mar em areia grossa, e é rasa e muito perigosa para a terra, por ser aparelhada para nela desembarcarem imigos, pelo que é necessário haver nela grande vigia.

Defronte desta ribeira, ao Sul da terra, para o mar, está o ilhéu da Vila, redondo e de rocha talhada ao redor, mas tem um só passo por onde sobem a ele, o qual tem em cima tanto como quatro alqueires de terra chã e cria erva, que chamam panasco, e outras ervas, antre as quais criam tantos garajaus que se apanham, quando da terra lá vão folgar, por vezes, trezentos, quatrocentos e quinhentos ovos pelo chão; mas, quando algumas pessoas os vão apanhar, se não levarem as cabeças bem cobertas, parece que não tornarão com orelhas quando se recolherem, porque arremetem os garajaus a eles (sic), como abelhas; e são estes ovos melhores e mais sãos que todas as aves. E neste ilhéu há uma calheta pequena, onde varam um e dois barcos.

Passada esta ribeira seca, vai correndo a rocha baixa para a banda de Sant'Ana; a terra, que por cima corre, se chama Abegoaria, porque antigamente havia ali muita abegoaria de madeira. E adiante está o Cabrestante, que é uma ponta de terra que se mete no mar, mas não muito, e por ser rasa e chã por cima, ou por alguma outra razão não sabida, se chama assim o Cabrestante.

Do porto da Vila, correndo ao longo da costa, até esta ponta do Cabrestante, que está a Oeste, estão como quarenta moios de terra, que ficaram por dar, para o concelho, onde criavam os homens seus gados sem pagar coisa alguma. Depois um Sebastião da Costa, por conselho de um certo homem da ilha, que no Reino se quis amigar com ele, pospondo o bem comum de todos os naturais ao particular de um só estrangeiro, pediu a el-Rei a metade destas terras, ficando o concelho com outra meia parte, começando da Vila para a banda do Ponente. E, desta maneira, comummente pastavam todos nelas seus gados. Mas, depois que as terras se foram desfazendo e descobrindo dos matos que dantes tinham, pediram a el-Rei os regedores da Vila que se pudessem tapar e arrendar para obras do concelho; e assim se arrendaram em pedaços, e os rendeiros as taparam à custa das rendas, fazendo-se nelas seis sarrados, que, depois de ir à ilha o benemérito desembargador Fernão de Pina, digno, enquanto mandou e ordenou nestas ilhas, de perpétua memória, por não ter um só homem o proveito delas, e ser repartido por muitos, e alguns deles pobres, por seu mandado se arrendam a dez, vinte, trinta alqueires a homens que não têm terras para lavrar. E por este modo rendem cada ano quinze até dezoito moios de trigo, quando se lavram todas; e o menos sejam treze moios. E isto tem de renda o concelho da ilha, mas dizem alguns praguentos que luz pouco. Do cabo destes sarrados para diante, estão os de Sebastião da Costa, que já tenho dito, que correm até o Cabrestante. O primeiro rendeiro que trouxe estes sarrados foi um João da Fonte. E porque as informações dos homens variam, declarei isto do princípio, porque é a informação mais certa e passa desta maneira.

Quando se deram as dadas das terras nesta ilha de Santa Maria, de que vou falando, todas corriam do mar à serra, e os que as houveram começaram a roçar de um caminho que agora vai ao mar para Santa Ana, e foram roçando até chegar a estes sarrados, não passando de

uns arrifes que aí estão juntos. E como se passou o tempo de cinco anos de sesmaria, ficaram estas terras devolutas, sem dono. O concelho tem pedidos os vinte moios, que tenho dito, a el-Rei, que lhe fez mercê deles para bois e bestas de serviço, e usou alguns anos, não somente dos seus vinte moios, mas também dos vinte que ficaram das dadas.

Estando as coisas nestes termos, indo João da Fonte, acima dito, ao Reino, deu conta destas terras a D. Luís Coutinho, primeiro comendador desta dita ilha, dizendo-lhe que as queria pedir a el-Rei, o qual D. Luís lhe disse que ele não tinha feitos serviços a Sua Alteza para ter aução ([259]) de pedir esta mercê, mas que ele as pediria para si e depois lhas daria por pouca coisa. Concertados desta maneira, fez D. Luís petição, que deu a Sebastião da Costa, escrivão da Câmara de el-Rei, a qual estando no saco faleceu D. Luís, e achando-a o escrivão já sem requerente, pediu as terras a el-Rei, o qual lhas deu, com pensão de um quarteiro de trigo cada um ano. Deu, então, este Sebastião da Costa estas terras de arrendamento a João da Fonte ([260]) por três quarteiros de trigo, sc. um de pensão para el-Rei e meio moio para si; haverá isto como cinquenta anos. Depois houve estas terras um António Monteiro, homem principal da ilha, por moio e meio de trigo. Depois passaram a Amador Vaz Faleiro, por cinco moios. Agora são estes sarrados, de vinte moios de terra, de um genro de Sebastião da Costa, que se chama Sebastião de Brito.

Está partida esta terra em três sarrados: um traz Jorge Carvalho, outro João Gonçalves, outro Miguel de Figueiredo, que arrecada a renda por Sebastião de Brito. Este Carvalho tem feitas casas em que ele e dois genros seus vivem, abaixo das quais, na costa, está um ilhéu pequeno, que tenho dito, que se chama do Vale da Barca.

E logo adiante, no cabo destes sarrados, indo a Loeste, está a ponta que se chama do Cabrestante, onde começam as terras de D. Branca, mulher de João Soares, primeiro Capitão da ilha, depois de seu tio Gonçalo Velho.

Este Cabrestante é uma lomba que corre do mar para o Nordeste, que tem uns arrifes, e por baixo são terras muito chãs e das melhores da ilha. Logo sai ao mar uma ribeira, que se chama do Capitão (porque é sua), de pouca água, que também se diz de Santa Ana, e vem de fontes que nascem no meio desta terra, onde se chama Flor da Rosa, da qual bebem todos os gados da parte das Abegoarias para além, por não haver outra água do caminho de Sant'Ana para baixo. Dão-se por esta costa muitos melões e bons, em fajãs que por ela estão.

Deste ribeiro para trás, até o Cabrestante, tomou D. Branca em terça, para uma capela cada ano e as missas do Natal, com mais muitos foros de casas, que tem no arrabalde da Vila, e anda no morgado, que é o filho do Capitão. E desta ribeira até Nossa Senhora dos Anjos, ao longo do mar, e até meias terras, tudo é do capitão e seus herdeiros. Aqui se fizeram as primeiras casas e quiseram fazer a Vila; e neste lugar se fez também uma igreja no princípio, mas não se sabe de que invocação era. Mas chama-se ali Sant'Ana; pode ser que a igreja seria sua, onde estão ainda covas de trigo e algumas pedras das casas antigas.

Passada a ribeira, espaço de um tiro de besta, está uma pequena praia, tanto como um tiro de pedra de mão, que se chama a Praia dos Lobos, onde saem alguns lobos marinhos a dormir em uma furna, que ali tem defronte. E logo está uma ermida de Nossa Senhora dos Anjos, muito fresca e graciosa, da qual ao ilhéu da Vila, que atrás fica, haverá quase uma légua; e na fajã, que fica atrás, se fazem grandes pescarias por todo aquele mar fronteiro, onde soíam pescar barcos de Vila Franca, desta ilha de São Miguel; têm suas cabanas em terra, onde recolhiam muito pescado, antes que costumassem ir pescar às Formigas.

Passada esta Ermida de Nossa Senhora, que está perto do mar, em uma grande e alegre fajã, vem ter a ela, das Fontes do Paúl, uma ribeira de água fresca de todo o ano, antre umas altas ladeiras vestidas de murta e regadas de fontes, que ajudam sua corrente, onde vai ajudando a fresca e nomeada fonte de Duarte Lopes; da Faneca vem e também nela entra.

Onde esta ribeira se mete no mar saiu à costa uma baleia, haverá perto de cinquenta anos, de cujos ossos se pudera fazer uma cabana, em que puderam caber uma dúzia de homens, assentados à vontade.

Logo adiante, um tiro de besta, está um ilhéu que se chama dos Frades, por saírem ali uns que naquela ermida de Nossa Senhora estiveram algum tempo. Passada esta ribeira, antre ela e o mar, se alevanta um pico, que se chama Monte Gordo (terra de bom pão), o qual pela banda do mar é de rocha talhada e mui alta, a que não pode descer nem subir gente; e, assim, vai ter a rocha em redondo, derredor do monte, até tornar perto da dita ribeira, sem se acabar

de cortar da terra, com ela fazendo um espinhaço que passa para a Faneca, que se chama Maldegolado, porque, com muito pouco espaço que mais a rocha viera a dar na ribeira, acabara de ficar degolado e apartado aquele pináculo da outra terra, e não ficara antre a ribeira e a rocha um espigão tão íngreme, sem poder passar uma pessoa antre a ribeira e a rocha, que, por isso, lhe puseram este nome de Maldegolado.

Passando avante, vai correndo a rocha da Faneca, alta, íngreme e tão a pique, que nenhuma boa besta chegara com seu tiro do mar acima dela, à superfície da terra. E aqui está uma fonte, que foi de Duarte Lopes de Frielas e do seu nome se chama, no cabo de uma terra que só tem barro vermelho, sem ter verdura, porque, com ser perto de vinte moios de terra, não haverá em toda dois alqueires dela que erva tenha. E no cabo desta altura tem esta fonte, que bota tão grossa água como um grosso punho de uma pessoa, sem haver serra derredor donde aquela água venha, por ser mais alta a fonte que toda esta que está derredor dela, toda muito seca, sem criar erva alguma, senão nalgumas poucas partes, como já disse.

E debaixo desta alta rocha da Faneca, perto desta fonte, está uma furna, que entra muito pela terra dentro e só entram por ela meia légua, com tocha ou candeia, e quanto mais vão por dentro menos ouvem o mar, cuja boca tem altura de duas lanças e uma de largo; é de pedra, por baixo, e, por cima, vai lavrada, a modo de um meio berço de abóbada, como se fora feita por mão de algum oficial extremado.

E parece ser oca e ter com ela concavidade vã toda aquela terra sobre que está a dita fonte, sem se poder entender donde poderá nascer a sua água, por ir esta furna por baixo da Faneca e de outras fontes e ribeiras, acima da qual, dois tiros de besta dentro pela terra, estão as casas do ilustre Capitão Pero Soares e outras que foram de Rui Fernandes de Alpoem, que agora são do bacharel João de Avelar.

Por esta costa, que já vai dando volta à ilha para o Nordeste, por dentro da terra, corre a campina da criação do mesmo Capitão, até a ribeira de Água de Alto, que se chama assim, porque sai das Feiteiras, do pé da serra, e cai à borda do mar, de um salto grande. Nesta rocha se apanha muita urzela, que é como musgo do mar, e de cor cinzenta, e deita de si tinta azul mais fina que a do pastel; nasce ali nas rochas, junto do mar, cuja granjearia é mui trabalhosa e de muito perigo, porque, dependurados em trinta, quarenta, cinquenta braças de corda, os homens as andam apanhando e morrem muitos deles, caindo pelas rochas. A urzela das Canárias dizem ser melhor que a desta ilha de Santa Maria.

Junto desta ribeira de Água de Alto está uma pequena fajã do Capitão, onde tem prantada vinha de mais de seis anos, que já dá bom vinho. E da ribeira para a banda do Nordeste está outra, da mesma maneira, de João Tomé Velho. Chama-se este posto as Feiteiras, por haver ali muitos feitos, onde têm os herdeiros de João Tomé, o Amo ([261]), suas terras, que são muitas do mar à serra. E, ao longo da costa delas, vai correndo a rocha mui alta até as Lagoinhas, que estão perto, e são umas seis ou sete fajãs fundas, a modo de caldeiras, que estão em cima da terra.

De uma furna que está na rocha, ao longo do mar, direito destas Lagoinhas, viram uns pescadores desta ilha de São Miguel, andando lá pescando, sair catorze lobos marinhos que estavam ali como em malhada, e, porque os perseguiam e matavam naquele lugar, algumas vezes os viam, quando se queriam recolher à furna, alevantar as cabeças a ver se viam alguém que os desinquietasse e vigiar como gente de saber e entendimento.

Mais adiante, um quarto de légua, quase defronte destas Lagoinhas dois tiros de besta, ao mar, ao Norte, está um ilhéu pequeno e redondo, que se chama das Lagoinhas, por estar perto e defronte delas, onde desembarcam, mas não vão acima por ser muito alto e íngreme; nele morre muito peixe e há muitos caranguejos, cracas e mais marisco. Do qual ilhéu, inda que esteja ao Norte, está perto o cabo da ilha da parte do Ponente, porque, de Sant'Ana quase até este lugar, faz a ilha testa desta banda. E deste ilhéu das Lagoinhas começa a partir a freguesia de Santa Bárbara, da banda do Norte, e nele fenece a da Vila.

CAPÍTULO OITAVO ([262])

DA DESCRIÇÃO DA COSTA DA ILHA DE SANTA MARIA, PELA BANDA DO NORTE, DAS LAGOINHAS ATÉ O CASTELETE, DONDE SE COMEÇOU E ACABA

Indo deste lugar, pela banda do Norte e Nordeste, a Leste, até Castelete, onde comecei, que haverá três léguas de costa, pouco mais ou menos, passadas as Lagoinhas, em uma grande baía, que se chama dos Landeiros, está logo uma fajã, que também se chama, do seu nome, das Lagoinhas, de pouco mais de três moios de terra, que foi de João Tomé, acima dito, e agora é do mosteiro de Santo André das freiras de Vila Franca, desta ilha de São Miguel, que herdou por falecimento de uma sua filha, que nele tinha freira professa; e logo está a ribeira dos Landeiros, que parte com ela e corre sempre com muita água, por se virem meter nela outras três que descem da serra, a ribeira Funda, e outra de Belchior Martins, e outra do Poldro. Chama-se ribeira dos Landeiros, porque as terras nesta parte foram de uns homens assim chamados, com uma fajã que foi de Estêvão Anes Landeiro, que será de um moio. E outras fajãs estão aqui nesta costa, onde agora se começam a prantar vinhas, as quais foram do Minhoto ([263]) e João d'Arruda, seu genro, filho de Pero da Costa, da Vila Franca, desta ilha de São Miguel, as vendeu a Belchior Homem, e agora são de um Manuel Curvelo.

Está logo pegado com esta fajã uma ribeira de boa água, que se chama de Santa Bárbara, por vir por junto da igreja desta Santa, que é freguesia de quarenta fogos e cento e dez almas de confissão, pouco mais ou menos; onde foi o primeiro cura Bartolomeu Luís, natural desta ilha de São Miguel, o qual não confirmou a igreja, porque quis antes um benefício na Vila. E Amador Fernandes, natural desta mesma ilha, foi o primeiro vigário confirmado; o segundo, José Gonçalves, o qual a renunciou; e ao presente é vigário Manuel Fernandes, natural da dita ilha de Santa Maria; em a qual freguesia mora gente muito honrada. E nas rochas, antre estas ribeiras, há muitas fontes de muitas águas, que vão cair no mar.

Passada esta ribeira, tanto como um quarto de légua, desta baía ao Nordeste corre toda a rocha talhada do ilhéu, por espaço de meia légua, até uma ponta, que se chama de Álvaro Pires de Lemos, porque as terras que correm por cima foram suas; e dizem ser o segundo homem que entrou na ilha, muito rico e honrado, o qual, caindo depois em pobreza, vendeu esta fazenda ao Minhoto, por morte do qual herdaram seus filhos, e o Capitão João Soares o quinhão de um neto seu, filho do mesmo Minhoto, pelo que está espedaçada, e seus filhos e netos, deste Álvaro Pires, vivem agora de esmolas. E um genro seu vendeu daquela fazenda, haverá mais de quarenta anos, um moio de terra por quatro mil e setecentos réis, que vale mais de sessenta mil neste tempo, o qual, o ano de mil e quinhentos e setenta e oito, que foi estéril, deu quinze moios de trigo.

Esta rocha bota uma ponta ao mar, à banda do Norte, direita às Formigas, chamada como de Álvaro Pires, que ali tinha suas terras, e é a terra da ilha que está mais perto delas, e em cima faz um sombreiro para o mar, sobre a qual está um penedo direito, de grossura de uma pipa e comprimento de duas lanças.

A fajã de Bárbara Vaz possuem agora Jorge de Sousa, Belchior Martins, o padre Belchior Homem, vigairo que foi de Vila Franca, nesta ilha, e da Vila do Porto de Santa Maria, e os herdeiros de António de Matos; serão todas estas fajãs quatro moios de terra.

Logo no cabo da rocha corre uma ribeira de água, por extrema de uma fajã de perto de cinco moios de terra, que vai adiante, que foi de António de Matos e agora é de sua mulher e seus herdeiros, prantada, parte dela de vinha que dá bom vinho, com sua fonte dentro, parte dela de pão; pegado a esta, além de um pedaço de rocha, estão algumas fajãs juntas, de dez moios de terra, todas prantadas de vinha: a primeira foi de Bárbara Vaz e agora é de seus herdeiros, a segunda de Gonçalo Pinto, a terceira do Capitão João Soares de Sousa, que

agora possuem seus herdeiros, onde estão casas e donde sai muito vinho, porque não há alqueire de vinha que não dê uma pipa dele e mais.

Adiante está outra de Belchior Martins, outra de Manuel Ribeiro, outra de João da Fonte, muito boa, como já disse, todas na freguesia de Santa Bárbara, que está da rocha do mar pela terra dentro dois tiros de besta, defronte das Formigas, que estão ao Nor-nordeste desta ilha. E defronte desta (sic) igreja, para o mar, do Norte, está uma ponta que tem o penedo que disse, de comprimento de duas lanças e grossura de uma pipa, assentado sobre um sombreiro de pedra na borda da rocha.

E por serem todas estas fajãs mui grandes e formosas se chamam as Fajãs Grandes ou de São Lourenço, por estarem junto de uma sua Ermida, parte prantadas de vinhas, e outras por prantar, onde se dão os melhores figos longares que há nas ilhas, e muitos marmelos, maçãs, amoras e outras frutas, que, por serem vinhas novas, de doze até quinze anos, dão uvas mui grandes e boas. O vinho se tira dele por mar, e dele às costas dos vinhateiros; pode-se fazer caminho de carro facilmente e, por não serem os donos delas muito ricos, o não fazem.

E, finalmente, são tão ricas que, se estiveram em outra parte de Portugal, valeram três mil cruzados. Logo no princípio delas, correndo para o Oriente, pela banda do Norte, é um pedaço de Belchior Martins, e foi dantes de uma mulher antiga, já dita, chamada Bárbara Vaz, que corria do mar à serra com suas terras, da qual mulher a houve o Minhoto, donde a veio herdar João d'Arruda, o qual a vendeu a Frei Belchior Homem, cuja agora é. Nas quais há terras de pão, que poderão ser sete até oito moios, com muitas árvores de fruto e figueiras e amoreiras.

Logo mais adiante, tem Manuel Romeiro outra vinha que ficou de seu pai, Fuão Barba-branca. E, partindo com ela, tem Belchior Martins uma vinha grande, que ele fez, a primeira que se prantou nesta fajã toda, que ele houve com Maria Romeira, viúva, mulher que foi do dito Barba-branca. Logo partindo com esta, tem Manuel Romeiro outra, que lhe deram em casamento com sua mulher, filha que foi de África Anes; e daqui até o ilhéu está a fajã do mar à serra, que foram terras de um Gonçalo Pinto, o qual as vendeu ao Minhoto, e a fajã herdou o Capitão João Soares de Sousa, por falecimento de um seu neto, filho do dito Minhoto, que tenho dito, e começou a fazer vinha nela. Depois que os herdeiros de Gonçalo Pinto viram aproveitar-se as terras e começarem-se as vinhas, puseram demanda e, por concerto, lhe deu, a cada um, seu pedaço, em que agora vivem Ascêncio Pinto e Manuel Pinto; a demais tem D. Maria e alguns dos filhos do dito Capitão. Poderá dar toda a fajã, ao presente, cento e cinquenta pipas de vinho, se for bem aproveitado, beneficiado e recolhido. Tem uma grande baía e praia de areia, ao longo do mar, que se chama de Bárbara Vaz, e três ou quatro fontes, bastantes ao uso dos cultores, e terá perto de meia légua, de ponta a ponta.

Detrás da ponta desta fajã, que toda junta se chama de São Lourenço, para Leste, está o ilhéu, que se chama do Romeiro, menos de um tiro de besta de terra, e um porto, que também assim se chama, defronte do qual ilhéu sai ao mar uma ribeira, que se chama do Salto, porque em cima, no princípio dela, que será em meia terra, tem um salto mui grande; também cai de alto da rocha, no pé dela, sem dar em outra coisa; é ribeira muito curta para a terra, mas mui larga, de muito mato, e de outra parte de vinhas e terra de pão; leva pouca água, mas clara e boa, como são as da ilha todas, e muito mato, de uma e outra banda.

E, abaixo do salto, está uma vinha muito boa e terras de moledais, que se podem fazer em vinhas, e dá muita mostarda; leva a ribeira alguma água, mas não de moinhos, ainda que já teve um.

Chama-se o ilhéu e porto do Romeiro, porque em cima, nas terras feitas ao Sul deles, morou um homem honrado e antigo, chamado Francisco Romeiro, muito abastado, cuja casa era de todos, e tinha graça de curar quaisquer feridas e desmanchos de braços e pernas, não somente de graça, mas pondo todo o necessário em qualquer cura, que fazia à sua custa, para ser graça perfeita. Junto das quais casas, à borda da rocha, está uma fonte muito grande, que se chama a Fonte Clara. E da ponta de Álvaro Pires até este ilhéu será uma légua.

O qual ilhéu do Romeiro é de pedra ([264]), da feição de um coruchéu, e com vento Sul e outros ventos do mar tormentosos se acolhem a ele muitos navios, o qual terá em cima dez alqueires de terra de erva e alguma rama curta e pouca, onde se criam e tomam muitas cagarras que dão graxa e pena para cabeçais. E porque é este ilhéu dos comendadores, não podem ir a ele, nem aos outros, a fazer esta caça, sem sua licença ou dos feitores.

Tem este ilhéu uma furna tão comprida, que parece chegar donde começa à outra parte dele, mas não tem mais de uma boca, maior que um portal de qualquer igreja grande, cuja entrada é mais alta que três lanças. Tem este furna muitos caminhos e furnas com retretes, e toda é de penedia mui áspera, que está como engessada ou grudada, de uma pedra de água, que faz das gotas de água que de cima está estilando e se coalha como cera e congela como vidro e fica no ar dependurada, como regelo ou neve que cai, onde a há, das beiras dos telhados, ou como tochas e círios de cera derretida, que se vai pondo em camadas e coalhando; e assim são algumas tão compridas, que chegam abaixo, e outras ficam no ar dependuradas, mas pegadas em cima, fazendo-se brancas depois de coalhadas, como pedra de alabastro.

Na entrada desta furna está uma lagem, a logares, não muito chã, que está alastrada da dita pedra de água, da mesma maneira da rinhoada (sic) de um boi muito gordo e da própria cor sanguentada, que, vê-la sem a tocar, não se julga por menos; aqui chega o Sol com seus raios alguma parte do dia, por onde parece que tem outra cor, diferente da de dentro, sombria. Parece casa de cirieiro, com as muitas tochas, círios, candeias, da cor da cera, não muito branca, algumas das quais estão pegadas no alto, dependuradas para baixo e as gotas de água na ponta. E onde cai aquela gota, na lagem, de baixo se faz e alevanta outra tocha ou candeia, como a de cima, ficando parecendo aquela furna uma grande e fera boca aberta de baleia, bem povoada de alvos dentes em ambos os queixos, debaixo e de cima; quebrando os quais dentes ou tochas e círios e candeias, lhe vêm as camadas de água coalhada, feita pedra, como as da cera de um círio.

Outros não são como tochas, círios, candeias, nem dentes, senão como pedaços de pau grosso; outros à feição de gamelas; outros, em lugares, feitos à maneira de oratórios, com seus círios postos e castiçais; em outras partes coscorões, mas são sobre o teso, que se não devem mastigar muito bem; em outra parte confeitos, feitos de gotas de água, que de cima cai, e depois se tornam pedras, que os parecem, e que à vista não diferem deles coisa alguma, senão que devem de trincar muito no dente, pois são tornados pedra, com que também fica parecendo aquela furna casa de confeiteiro.

À qual não vão, ainda que seja em dia claro, senão com tocha ou candeio, por causa da grande obscuridade que há dentro nela. Está este ([265]) ao Nordeste da ilha. Há neste ilhéu, ao redor dele, muito marisco, principalmente cranguejos (sic) e lagostins ([266]).

Deste ilhéu, do mar, e da Fonte Clara, da terra, onde fiquei, a um quarto de légua, é a rocha mui alta e está uma ribeira não muito comprida, mas larga, com umas ladeiras grandes, que dão trigo, cevada, pastel, vinho e mostarda, e todo ano corre, mas não tanta que possa haver moendas; a qual se chama de Diogo Gil, que tem ali sua vinha e terras para se fazerem mais; e chega a ribeira a uma ermida de Santo António, que estará do mar um terço de légua.

Esta foi a primeira freguesia, que era da Purificação de Nossa Senhora e, quando se mudou a igreja, lançaram sortes que santo ficaria e saiu Santo António, onde está um fresco retábulo do mesmo Santo, e uma fonte muito fria, grande e formosa, não muito longe, da banda de Oriente. Mais acima está a igreja de Nossa Senhora da Purificação com uma capela de São Pedro, da banda do Norte, que mandou fazer Domingos Fernandes, pai de Diogo Faleiro, que fica desta ao Sueste, de cuja freguesia é a dita ermida de Santo António. Na qual freguesia, que não há trinta anos que se fez, há cento e dois fogos e quatrocentas e treze almas de confissão. Joanne Anes, que era dantes beneficiado na freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Vila do Porto, na mesma ilha de Santa Maria, foi nela o primeiro vigário; e o segundo é agora Cristóvão Lopes, natural da vila da Ribeira Grande, desta ilha de São Miguel.

Da ribeira de Santo António, a que outros chamam de Diogo Gil, corre rocha talhada, por espaço de meia légua, até um ilhéu redondo e chão, que terá meio moio de terra prantada de vinha nova, abrigada da banda do mar com alta rocha, ao qual se vai por terra por um estreito, tanto como dois palmos de largo na entrada e, chegando a ele, menos; e, de comprido, da terra até o dito ilhéu, pelo mesmo estreito, serão perto de trinta; na entrada do qual estreito, na terra defronte do ilhéu, estão duas fontes de água, com que fica a Leste, ali, neste ilhéu, um lugar solitário e saudoso, muito próprio e aparelhado para poder nele um ermitão fazer vida santa.

Deste ilhéu, correndo para o Castelete, está uma baía, que se chama a Feiteira, e, adiante, outra ponta, chamada de Pedro Dias, e, passada ela, vai a costa do calhau grosso um tiro de besta, que se anda a pé toda, até uma ribeira que se chama Grande e, por outro nome, da Maia, porque corre uma fazenda grande, ao longo dela, do mar à serra, que, como tenho dito,

foi de Álvaro Fernandes, marido de Catarina Fernandes da Maia, homem principal e rico. Antre a qual Ribeira Grande e o ilhéu, que agora disse, está uma vinha que foi de Amador Lourenço e agora é de seus herdeiros, que será dois moios de terra.

E, passada a ribeira, que já está da banda de Leste, entra uma baía pela terra, onde está bom porto, que se chama de Domingos Fernandes, em que varam barcos e se carregam muitos vinhos de muitas vinhas, que há até Castelete, por onde corre a fajã da Maia, que serão até dez moios de terra. E está uma fajã baixa, a modo de lagoa, quase ao nível com o mar, toda prantada de vinha e cercada de figueiral da banda do mar, tanta como dois moios de terra, que é de Diogo Fernandes Faleiro, que herdou da Maia ([267]), sua sogra. E ao pé dela está outra vinha, de Cristóvão Vaz Faleiro, ambas as quais fajãs vão entestar no Castelete, defronte das quais está afastada no mar espaço de um tiro de arcabuz uma baía, que se chama da Maia. E será légua e meia do porto principal do ilhéu do Romeiro até ao Castelete; que (sic) uma pedra grande, alta como uma torre, sobre uma ponta que sai ao mar, e também se chama o Padrão, e por tal o tomei aqui como marco da banda do Nascente, para dele começar e acabar nele. Não muito longe do qual está a freguesia de Nossa Senhora da Purificação na serra. E a outra, de Santa Bárbara, fica atrás da banda do Norte.

CAPÍTULO NONO ([268])

DA SERRA, E ALGUNS MONTES E COISAS QUE TEM A ILHA DE SANTA MARIA, PELO MEIO E POR DENTRO DA TERRA

Esta ilha de Santa Maria está como situada sobre pedra e as rochas do mar todas são dela, onde há muita urzela, que valeu os anos passados a oito e novecentos réis o quintal.

A serra, que pelo meio de terra vai como espinhaço alevantado, parte corre Leste-oeste e, por voltas que faz, vai também do Noroeste ao Sueste; é alta a maior parte dela e tem muita lenha, que parece não faltará enquanto durar a terra; e as fajãs o mesmo; e há murta em grande quantidade. Na serra há muito pau branco e poucos cedros, e não servem para madeira, a qual, nem deles, nem de outras árvores, há na terra senão pouca, ruim e mal direita, por ser tudo pedra debaixo da terra, onde dando as raízes das árvores crescem pouco, por andarem e comerem somente a flor da terra, e a maior altura que se acha são sete, oito palmos de terra e logo vão dar no lastro da pedra, que debaixo tem como alicece (sic) e fundamento de toda a ilha; e, ainda que esta terra, desta ilha, produz e cria todas as frutas e árvores que lhe prantam, por esta razão não crescem muito em altura. Dá-se nela também toda a sorte de hortaliça, e muito boa, principalmente de Outono. Cria muito muitos azevinhos, ginjas, louros, tamujos e uveiras, que dão muitas uvas de serra e as melhores que há nestas ilhas todas.

Junto da rocha, defronte do Castelete, da parte do Oriente, está um monte que se chama o pico Calvo, por ser escalvado em cima, no cume. E indo por dentro da terra, junto da igreja, da banda do Norte, sobre Santo António, está um pico que se chama do Cavaleiro, porque foi de Álvaro da Fonte, que o era ([269]).

Mais adiante, pela mesma banda, está o Campo do Loural, por haver nele antigamente, e, ainda agora, muitos louros e grandes, que é de Fernão Monteiro de Gamboa, genro do Minhoto. Ao Sul deste campo estão uns picos que se chamam de Malbusca, dos quais, para o caminho que vai para a Vila, estão umas covoadas que se chamam o Carvão, parece por se fazer ali em algum tempo passado.

Atrás destas covoadas, no caminho, está um passo que se chama Almagra, porque a tiram nele de umas covas. Logo um tiro de besta adiante, indo para a Vila, está outro, que se chama a Setada, por ali tirarem com uma seta ao Minhoto, com que lhe deram pela banda esquerda em umas luvas, que trazia, e, no seio, umas horas de Nossa Senhora, com que lhe fez pouco dano.

Saindo desta ladeira, no chão desta serra, para a banda do Norte se chamam os Pastelinhos, porque antigamente havia neste lugar pastéis.

Mais adiante, ao longo do caminho, está uma fonte que se chama de Sebastião Vaz Faleiro, neto de João Vaz das Virtudes, por haverem sido estas terras suas, da qual dizem ser melhor a água da ilha, onde bebem os caminhantes, e pode ser que o suor, quentura e trabalho do caminhar lha faz parecer melhor de todas as outras que bebem em suas casas, descansados, com sossego.

Desta para a banda do Sul está um pico que tem uma grande penedia sobre o Farrobo, que se chama Castelo de Bodes, porque no verão calmoso vão ali tomar o ar fresco, onde sempre corre viração.

Indo pelo caminho mais avante dois tiros de besta, se encontra o Arrebentão do Azevinho, por haver ali estado um; para a banda do Sul está uma lombada sobre o Farrobo, chamada a de Pero d'Arcos.

Mais adiante outros dois tiros de besta se vê arvorada uma cruz, que se chama a dos Picos, porque são os altos que aparecem e se vêem desta ilha de São Miguel na de Santa Maria. E atrás deste lugar para o Norte, fica um baixo, que se chama o Forno, porque tem um bosque da feição dele, donde nascem umas fontes que vão ter ao ilhéu do Romeiro. Esta fazenda foi de Nuno Lourenço, neto que foi de África Anes.

E assim ficam outras coisas e lugares que seria longo processo contá-los, contra meu intento, que não é senão pôr os mais conhecidos e notáveis. Os altos da Cruz dos Picos, já ditos, correm até às Lagoinhas, que lhe ficam ao Noroeste. Pela faldra desta serra, da banda do Norte, está outro pico, que se chama o Redondo, quase sobre a freguesia de Santa Bárbara, e outro Penedo e os Possilgos, onde há muitas e boas uvas da serra, e a Ribeira do Poldro, de que se tira muita madeira, mas não muito grossa.

Pela banda do Sul está um lugar sobre a Almagreira, que se chama os Malhadais, a Lombada do Galego, o Pico de João da Castanheira ([270]), a Lombada do Capitão, o Curral de Gil. Para baixo, está na terra feita a Almagreira, as Feiteiras, o Paúl, Flor da Rosa. Para a banda do Sul, o Tramoçal, sobre a praia, o Pico do Figueiral, onde vigiam e estão os fachos, Valverde e logo adiante da Vila, para Nossa Senhora dos Anjos, o Ginjal, os Canaviais, porque, antigamente, estiveram ali de açúcar, a Torre e outros lugares altos, afora os baixos que estão da Vila até Sant'Ana, porque aquela é a mais baixa parte de toda a ilha.

Há nesta ilha barro, de que se faz louça vermelha, sem ter necessidade da de fora, e telha muito boa, que, além de abastar para a terra, se traz para esta ilha de São Miguel muita dela. Tem também pedra de cal, e nela se faz não tão alva, nem forte como a de Portugal; e vale a seiscentos réis o moio, pelo preço mais caro. Também há greda, cré, almagra e areia branca, com que se costuma arear e lavar o estanho.

Tem também muitas frescas fontes e ribeiras, de muita água, e com algumas se pode regar a terra para a fazer dar muito fruto e hortaliça, se os moradores disso foram curiosos.

Uma das freguesias da banda da serra, de Nossa Senhora da Purificação, estará da Vila do Porto duas léguas e meia, pouco mais ou menos, ao Nordeste. A outra, de Santa Bárbara, fica ao longo da serra, da mesma banda do Norte, légua e meia da Vila. E haverá em toda a ilha pouco mais de quinhentos fogos e mil e oitocentas e vinte e três almas de confissão, pelos róis dos vigairos.

Esta ilha de Santa Maria, por estar sobre pedra e rocha firme, treme poucas vezes, e não com tremores tão grandes, como acontecem nestas outras ilhas dos Açores.

CAPÍTULO DÉCIMO ([271])

DA FERTILIDADE DA ILHA DE SANTA MARIA, ASSIM DE PÃO COMO DE CRIAÇÃO E DE OUTRAS COISAS

Tem esta ilha duas qualidades de terra: massapez e golfeira. A maior parte das terras de massapez ficam da banda da Vila, ao longo do mar do Sul, e alguma chega à banda do Norte e dá muito e bom trigo. As golfeiras ficam nas faldras da serra, e da outra banda também são terras de muito trigo e bom, porque o desta ilha, geralmente, é melhor que de todas as ilhas dos Açores, e o do massapez tem melhoria sobre todas, e é de mais rendimento.

A quarta parte nesta ilha de Santa Maria, pouco mais ou menos, das terras que se lavram é massapez, o qual cria muito as novidades, correndo-lhe o tempo temperado, porque, de outra maneira, é tão ventureiro que, se depois de semeado o trigo lhe chove dois ou três dias, morre a semente; e alguns anos, como foi o de mil quinhentos e oitenta, acontece semear-se duas e três vezes, e, se ao tempo que semeiam, a terra está seca, não nasce o trigo até que não chove, e assim está por nascer um e dois meses sem apodrecer nem se corromper, porque a qualidade deste massapez seco é não receber em si semente, por ser pedra, e, chovendo, assim se desfaz, como biscoito na água. Se chove dois dias, daí a oito e a dez, não podem lavrar nele; e, se depois dele enxuto não chove outros oito dias, não o podem lavrar com seca. De maneira que é necessário aos lavradores terem o Sol em uma mão e a chuva na outra, esperando em suas sementeiras estas cousas da mão de Deus, que, quando é servido, dá tudo a seus tempos.

Semeia-se um moio desta terra com trinta e cinco até quarenta alqueires de trigo, e não sofre tanta semente como as outras ilhas, porque é de muita criação, e acham-se pés de trigo de um grão, que dá cento e dez, cento e vinte espigas; e o comum daquelas, que bem criam, são cinquenta e sessenta, dez, quinze, vinte, trinta, quarenta.

Monda-se o trigo ao sacho, porque a dureza da terra não sofre mão, ou a mão a não sofre, e para isso fazem uns sachinhos de três dedos de largo, que são, no pequeno olho que tem, da feição de enxada.

A terra, que na ilha de Santa Maria dá dez, doze moios de trigo, é muito melhor que outra tanta que nesta ilha de São Miguel dá vinte, por causa do pouco custo e despesa que se faz em a semear e cultivar, porque a melhor terra que há não passa de alqueire por alqueire, e as mondas também custam pouco.

O trigo dela, especialmente o do massapez, é o melhor de todas as ilhas dos Açores, e dá-o de diversas sortes: nafil, barbela, pelado, canoco, sete-espigo. E a cevada, semelhantemente, tem a vantagem das outras. Este massapez, para a parte do Ponente, entre a qual se acham algumas poucas reboleiras de terra golfeira, e, assim, na serra e onde as terras são golfeiras, também há de massapez outras, o mais que dá um moio de terra dele, pela vara pequena de dez palmos (de que somente ali se usa), são quinze moios de trigo, e, se alguns passam, não poucos; mas o menos dá seis e, como passa destes para cima, não há perda. A ilha, antigamente, foi mui fértil; dava muito e bom trigo e cevada e muito pastel, o melhor que houve nas ilhas, e houve terra que dava algumas vezes, a (sic) por alqueire de cevada, quarenta, trinta e trinta e cinco; mas agora dá o que tenho dito e, às vezes, oito, dez, quinze moios.

As ervas do pasto do gado são azevém, balanco, trevo, trevina, milhã, ainda que pouca, musgo, também muito no mato, panasco, muita grama, pampilho, sagueiro, e, de poucos anos a esta parte, há uma erva que, por não ter nome, lhe chamaram erva má, por ela o ser para os trigos e não a comer o gado; há muita macela galega, e pouca mourisca; todas estas são de tanta abundância, principalmente no massapez, que engordam mais o gado em quinze dias que as desta de São Miguel em trinta. E, assim, são os gados dali muitos mais gordos e

encevados que os das outras partes, mas a carne de vaca não é tão gostosa como a desta de São Miguel, sendo muito melhor a de carneiro e ovelha; os cabritos não são bons; os cordeiros boníssimos.

O leite é muito grosso e, assim, faz muita manteiga, e em nenhuma parte dão as vacas mais, porque a que menos rende dá duas canadas cada dia, e, comummente, três e quatro, e algumas cinco e seis, e houve vaca que dava cada dia oito canadas, ordenhada duas vezes, pela manhã e à tarde, mas isto não sempre.

Uma ovelha se matou em casa de um Tomé Afonso, homem honrado, que deu mais de treze arráteis de cevo ([272]), pesando juntamente o que se tirava da panela, pelo que tem a ilha às outras uma grande avantagem no seu tamanho, que é de mais criação que todas, porque as vacas nela parem todos os anos, e algumas dois bezerros de um ventre. E o ano de mil e quinhentos e setenta e oito se matou uma novilha no açougue, que acertou de ser prenhe, a que acharam no ventre três bezerros, coisa poucas vezes vista. As ovelhas e cabras parem duas vezes no ano, e as mais dois e às vezes três, de um ventre. Pela qual razão há muita criação destas coisas e de outras semelhantes na terra, com que provê a si e a esta de algumas, afora as que vão para a ilha da Madeira e outras partes. Há também cavalos, mas não bons, sendo as éguas formosas e grandes; parece que saem tais por não haverem cavalos castiços, ou, porventura, causará isto a qualidade da mesma terra.

Há também toda sorte de aves mansas que se costumam criar em casa, galinhas, galipavos, patas e adens. E no campo garças, bilhafres, pombos torcazes, mélroas, estorninhos, canários e outros pássaros que se chamam sachões, que são má coisa, pela perda que fazem nas sementeiras. Algumas codornizes houve, cuja carne amargava, por ser pampilho a mor parte de seu pasto, e, pela mesma razão, ou agora há poucas, ou parece que se acabaram.

Por experiência, está visto que todos os anos, véspera de Nossa Senhora da Anunciação, ou ao dia (se tardam, pode ser um dia ou dois) antes ou depois, vão criar à ilha, no ilhéu, que está junto da Vila um tiro de espingarda da terra, defronte da Ribeira Seca, grande soma de garajaus, que dizem vir de umas ilhas que estão junto de Berbéria, ou da mesma Berbéria, que, por ser terra muito quente, não podem lá criar, porque lhe queima ou gora o Sol ou areia quente, com seus raios, os ovos; e, porque ali no ilhéu lhos queimaram um ano, se absentaram, mas já tornam a criar nele; os quais fazem proveito na terra, porque a alimpam do gafanhoto, que faz também muita perda nos trigos; toma-se também muitas cagarras nas rochas, de que fazem graxa.

Em dois ilhéus que estavam ao longo da ilha, que por essa razão rendem seis tostões cada ano, havia ali, antigamente, muitos estapagados, com que muito se sustentava a gente, porque lhe comiam a carne e se alumiavam com a graxa, e dormiam na pena, de que há ainda na ilha muitas coçaras (sic) e cabeçais, que escusam os colchões; e, havendo tantos deles, os tinham por praga, pela perda que faziam nas terras de comedias de gado, lavrando-as por debaixo com covas em que se acolhiam, e, por isto e porque havendo muitos porcos, comiam os estapagados e a carne sabia muito a eles, indo o bispo D. Agostinho à ilha lhe pediram os maldiçoasse e botasse fora da terra, o que o bispo fez; donde nunca mais os viram, nem os há na terra, senão se vem algum de maravilha; e já agora lhe levantariam de boa vontade a maldição, pois suspiram por eles, que eram mantimento de muitos. Estas aves não as viam de dia fora das covas, senão de noite, em que faziam tão grande gasnada que, quando iam ali algumas pessoas de fora que não sabiam deles, cuidavam ser demónios; são estes pássaros da feição e grandura de pombas, e para os tomarem, no tempo que havia muitos, faziam nos campos fogueiras de noite, e, vindo eles como encandeados com o lume cair sobre elas, os tomavam com paus às trochadas, enchendo assim sacos deles, de que faziam muita graxa, e outros escalavam e punham a secar como pescado, para depois comerem; e já em anos de fome foram desta ilha de São Miguel fazer lá escala deles.

Há também na ilha muitos agriões, vimens, e muito junco, com que cobrem as casas, muitas rosas, de mais suave e excelente cheiro que de outras partes, e, da mesma maneira, a flor da laranja cheira muito melhor e os cravos o mesmo.

Abelhas há já poucas, havendo sido dantes muitas, cujo mel é muito bom, mas não em tanta quantidade como dantes, e coalha-se como marmelada, e a cera também boa; o qual dizem comummente ser melhor para temperar e adubar, mas que para comer só o de cá, de São Miguel, tem avantagem; acham muito em abelheiras que se descobrem alguns anos, e no

de mil e quinhentos e setenta e nove, dois tiros de besta da Vila do Porto, na Ribeira Grande dos Moinhos, achou um homem uma, de que tirou quatro canadas de mel; e outros muitos, que cada ano têm por costume buscar abelheiras, acham muitas.

A hortaliça da ilha é a melhor que se pode achar; os rábãos maiores e mais grossos que há em outras partes, e no ano de mil e quinhentos e setenta e sete se achou em uma horta de um homem honrado da terra, que se chama Matias Nunes, um que tinha três palmos de roda na grossura, e outro, em outro tempo, de dois palmos, afora outros muitos, grandes e bons, que se criam muitas vezes; também há nabos muito grandes e já se acharam na ilha da grossura de botijas de quarta. As couves são grandes, sarradas e gostosas, e no massapez crescem muito.

Há também muitos melões, e os melhores destas ilhas, e não há nenhum, por ruim que seja, que não tenha muito bom gosto e se possa comer, antes que lhe caia alforra, que depois nenhum presta para nada. E, geralmente, toda a coisa que na ilha se cria, assim de pranta como de agricultura, é melhor que das outras dos Açores, suas comarcãs, quanto é na bondade, que no mais, um moio de terra nesta ilha de São Miguel rende como dois e mais na de Santa Maria.

Há também muitos e baratos coelhos, que dão três por um vintém, e são tantos, que fazem nas novidades muita perda, e, se os não matassem, como matam muitos, caçando, não se fariam searas com eles. E o mesmo nojo fazem na terra os muitos e grandes ratos que há nela.

Há furões muito bons e cães de caça, ainda que já os houve muito melhores que agora, de maneira que alguns senhores do Reino os mandavam buscar à ilha.

Antigamente, houve muitas perdizes que já se acabaram; dizem alguns que os porcos e ratos e bilhafres as desinçaram da terra, os porcos e ratos comendo-as no ninho e os bilhafres depois que andavam fora, ou por se descobrirem as terras se perderam, como alguns mais afirmam. Porque, em outro tempo, faziam muito pastel na ilha, e as mais das terras, que agora são de matos, foram roçadas para ele, que era bom e dava proveito, e por tempo se veio a perder o trato dele, deixando-se de fazer perto de quarenta anos, por uns mercadores, que vieram de fora, o tomarem na alfarja aos lavradores e o misturarem com o granado, por não haver então justiça que nisso atentasse; mas, já agora, de quatro ou cinco anos a esta parte, se começa a fazer tão bom como o melhor desta ilha de São Miguel. Ou se acabariam as perdizes por todas estas causas, porque, quando uma só por si não pudesse, muitas juntas se ajudariam.

Nas ribeiras de água há muitos eirós e grandes, tamanhos como safios, e para comer mui gostosos; ao redor da ilha se fazem grandes pescarias de pescados de toda a sorte, de que é bem provida, mas não é tão bom e gostoso como o desta de São Miguel. De marisco, há lagostas e muitos e bons lagostins, e algumas cranguejolas (sic) e muitos cangrejos (sic) e camarões, cracas e lapas.

Não falo nas vinhas e bom vinho, que já disse haver ali muito; e melhor o fizeram, se seus donos se puseram a isso. Mas, finalmente, digo que em todas as sete ilhas dos Açores não há melhor torrão de terra que o desta de Santa Maria, pois tudo o que há de mantimentos, frutas e gado é extremado e bom, senão as pragas que disse fazerem-lhe prejuízo, além das muitas pulgas; e querem dizer alguns que muitas mais houvera, se não fora o remédio que para as matar deu um médico castelhano, dizendo que lhe abrissem as bocas e que lhe deitassem um pouco de pó de tijolo ou uma pedra de sal, com que logo morreriam.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO ([273])

DE COISAS DIVERSAS QUE ACONTECERAM NA ILHA DE SANTA MARIA

Afirma-se, por muitos que o viram acontecer, um milagre, haverá doze ou treze anos, na fonte da Praia de Nossa Senhora dos Remédios, nesta ilha de Santa Maria, dando a Senhora remédio e saúde a um moleiro, chamado Pedro Afonso, morador em Valverde, que era muito enfermo e estava em cama havia três anos, o qual, tendo grande desejo e devação (sic) de beber naquela fonte de Nossa Senhora, por ele não poder ir a ela, trazendo-lhe da água que bebesse, não se satisfazia de a beber senão na mesma fonte, com os quais desejos, vindo um dia de São João, que se festejava na dita ermida de Nossa Senhora, onde está uma imagem do Santo, de vulto, tanto porfiou que o levassem a ela, até que lhe satisfizeram seus desejos, ainda que com trabalho seu e dos que o levavam o caminho de sua casa até lá, perto de uma légua, trabalhoso de ladeiras e grandes subidas. Chegado à ermida e fazendo sua oração, se encomendou tanto a Deus e a Nossa Senhora, pedindo-lhe saúde, que, levando-o à fonte e bebendo nela muita água, começou a arrevessar e lançou pela boca um bicho da feição de eiró, maior que um palmo, e logo ficou desalivado ([274]), indo por seus pés dar graças à Senhora, e tornando-se, da mesma maneira, são para sua casa, onde havia três anos que se não podia ter neles.

Uns mordomos de Nossa Senhora da Purificação, da serra, achando-se sem cera, foram à Vila pedir certos círios e tochas para lhe solenizar a festa, os quais arderam às vésperas e à missa, e, quando veio ao pesar da cera para se pagar à confraria, acharam que nenhuma coisa faltava.

Um João Vaz Melão, que se chamava das Virtudes, pela com que curava, natural de Viseu, donde veio à ilha logo no princípio, depois de ser achada, e curava nela por virtude que dizem ser-lhe dada de Deus, por um modo, não sei se autêntico, de que se conta uma larga história que, por brevidade, não digo; onde tinha muita fazenda e uma grande casa que lhe não servia mais que dos enfermos que de muitas partes o buscavam, os quais ele curava, por amor de Deus, só com ervas e azeite, sem mais outra mezinha. E afirma-se que, faltando uma vez o azeite em toda a ilha e querendo ele curar uns doentes que de outras ilhas lá foram, mandou a uma sua neta que lhe trouxesse um pouco dele, afirmando-lhe a moça que não o havia em casa, por ter visto dantes a jarra dele vazia; porfiando o velho algumas vezes que a trouxesse, que azeite tinha, e a neta replicando outras tantas que tal não havia, lhe tornou ele a dizer: "Ora vai com a graça de Deus que a jarra tem azeite e não sejas desconfiada". E a moça, tomando a jarra na mão, a achou cheia de azeite, não tendo dantes gota dele. Este homem curava de graça e nunca lhe pareceu ferida dificultosa, por grande que fosse, dizendo que não era nada, com a ajuda de Deus, com a qual nenhum lhe faleceu nas mãos. E seus filhos e netos e bisnetos, todos têm esta virtude de curar, principalmente, feridas, torceduras, quebraduras de pernas, que parece cousa milagrosa.

Também se conta, por verdade, que, faltando a carne em um vodo ([275]) do Espírito Santo, que na ilha se fazia para a gente necessitada, que de fora chegara com fome, vendo-o ele, mandara do seu gado trazer certos carneiros, os quais se mataram e comeram, e ao outro dia os acharam com as mesmas ovelhas; e dizem que tinham os sinais nas gargantas por onde os degolaram, o que é mui nomeado e afirmado antre todos os moradores da ilha.

Pela fama que corria das curas que fazia este João Vaz das Virtudes, se diz que, achando-se ele no Reino, foi chamado para curar ou a el-Rei D. Manuel ou à Rainha, e, tendo a cura bom sucesso, lho agradeceu Sua Alteza, dizendo-lhe que pedisse mercê. O qual pediu que lhe desse as cabeçadas das suas terras, que tinha na dita ilha, que podiam ser como vinte moios de terra, que naquele tempo estavam devolutas, sem se aproveitar e por dar todas as que na ilha havia para a banda da serra; e não davam naquele tempo (que podia ser na era de mil e

quinhentos anos) dois mil réis por um moio de terra. O bom velho não quis pedir senão as cabeçadas das suas terras, e não todas as da ilha, que não lhe foram negadas, se as pedira; e partira com muitos e honrados filhos que tinha, que tudo era pouco para o que el-Rei lhe dera, mas mais quis ser notado de temperado que de muito cobiçoso.

Depois deste tempo se venderam na ilha muitos moios de terras de comedia de gado, e alguma servia para semear, a quinhentos réis o moio.

A natureza do massapez é tão forte, que no verão abre tanto para o centro, que cabe uma lança pela fenda da terra, e a boca, quando muito, pode o mais ser de meio palmo de largo, e, se chove, sarra-se ([276]) aquela fenda por cima e por baixo fica aberta. E no ano de 1561 ou 62, sucedeu semearem-se algumas serôdias e, não lhe chovendo todo o verão, esteve o trigo na terra por nascer, pela seca que havia, por espaço de seis meses, e no fim deste tempo nasceu e deu depois perfeito fruto.

No tempo do terramoto de Vila Franca e no segundo desta ilha de São Miguel (como em seu lugar direi) e todas as mais vezes que ela treme, com grandes tremores, treme também a ilha de Santa Maria, mas não da maneira que esta, com tão grandes abalos, senão muito menos; e deve ser a razão por estar fundada em rocha. E dia de Nossa Senhora da Esperança da era de 1577 tremeu a terra, e muitas pessoas a sentiram tremer duas horas depois da meia-noite, e, na primeira passagem que de cá foi, souberam que também esta ilha de São Miguel na mesma noite e hora tremera muito por espaço em que se podia rezar o Credo uma vez.

No mês de Março de 1577 achou um pescador, na costa, um peixe, não muito grande, que tinha cornos e orelhas e penugem, coisa mui feia, e por ser homem pouco curioso o tornou a deitar no mar; e, no mesmo tempo e com a mesma tormenta, saiu à costa um cavalinho de grandura de um dedo, que vê-lo não havia mais que pintar; mas destes cria o mar muitos, que vão sair em muitas partes de outras terras.

Lobos marinhos há muitos e grandes pela costa, e algumas vezes os tomam nas furnas, onde saem a dormir, por causa dos quais não tomam na ilha lagostas em côvãos (porque eles os quebram), havendo nela muitas delas e lagostins, que, somente, tomam de mergulho e de fisga.

No ano de mil e quinhentos e setenta e quatro acharam os pescadores uma baleia morta onde se chama o Mar de Ambrósio, e, por ser longe e estar um só batel, a não levaram a terra, inteira, senão muitas postas dela, de que fizeram muito azeite.

No ano seguinte de 1575, a derradeira oitava de Páscoa, apareceu outra, junto da Vila, e três ou quatro batéis, que foram a ela, a levaram à costa, junto de Nossa Senhora da Concepção, da qual se fez muito proveito e tiraram ambre (sic), que lá foi buscar desta ilha o feitor de el-Rei, Jorge Dias. Dizem que aproveitou, mas os pobres nada dele gozaram.

No mesmo ano, em meio de Junho, apareceu outra da banda de Sant'Ana, a qual tiraram em terra no porto de Nossa Senhora dos Anjos, de que se fizeram dez ou doze pipas de azeite.

Daí a poucos dias, acharam outra da mesma banda ([277]) de Sant'Ana, mas porque já andavam os homens enfadados, e ser tempo de aceifa, não curaram dela, até que desapareceu de todo.

Os anos passados, foi achado em Sant'Ana um grande pedaço, que parecia tábua de uma coisa como cevo e da mesma sua cor, que ardia mui bem, e diziam que também aproveitava para frialdade, sem se acabar de determinar o que seria. E muitos há que em São Lourenço saiu um baleato pequeno, afora outros que não lembram.

Em casa de Sebastião Afonso, morador na freguesia da Vila, nasceu um bezerro que tinha pés de cavalo, e o que anda para diante estava para trás, e ventas também de cavalo, e durou pouco.

Afonso Anes, de Santa Bárbara, teve um boi com dois membros naturais de macho e fêmea.

A Manuel Pires, morador na Vila, lhe nasceu um cordeiro perfeito, e em lugar de cabeça tinha uma bexiga de água.

Na era de 1572 anos, pouco mais ou menos, nasceu um menino sem sesso, filho de João da Fonte, o qual baptizou o padre José Gonçalves, e viveu somente quatro ou cinco dias.

Outra mulher, de um João Anes, pariu uma criança morta, que não tinha mais que a metade do corpo, que era só de uma banda uma perna muito comprida, contra natural, monstruosa, e um braço da mesma maneira.

Aos vinte e dois dias do mês de Março da era de mil e quinhentos e setenta e oito, Leonor Fernandes, mulher de Manuel Fernandes Milhandos, pariu um monstro morto, que seria da compridão de um palmo de carne humana, a cabeça e olhos, pés, mãos, unhas e rabo de gato com um braço e cabelos; e, antes que morresse, no ventre, comia de maneira que não se fartava, e, depois de morto, deitou de si a urina, e tinha a mãe grandíssimas dores, o que tudo ela contava depois desta maneira, e o viram suas vizinhas Maria Lopes e Petronilha Lopes e outras, que junto dela moravam.

Afonso Carvalho teve dois filhos e uma filha, todos mudos; dizem que sua mulher, quando era moça, não sendo muito obediente a sua mãe, que algumas vezes a chamava e não lhe respondia, pelo que fora dela maldiçoada, dizendo-lhe: “ainda tu tenhas filhos que te queiram responder e não possam”. E a mesma mãe destes mudos contava isto, vendo os filhos e cumprida neles a maldição da mãe dela e avó deles. O que devia ser aviso para pais e mães mal atentados e desbocados, que cuidam que, sem freio nem consideração, podem rogar aos filhos a praga que lhe vem à boca, a qual depois vendo neles é mágoa de seu coração, além de ser, quando lha rogam, nódoa na consciência e mácula de sua alma.

Em casa do Capitão Pedro Soares de Sousa andava uma porca prenhe, a qual lhe pariu um leitão no mês de Abril; criado o leitão até um mês, o comeram, e meteram a mãe em um chiqueiro para, depois de gorda, lhe fazerem outro tanto, e, matando-a no mês de Setembro, acharam-lhe no ventre outro bácoro morto, com cabelos muito grandes, os olhos esbugalhados e uns dentes como de cachaço.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO ([278])

DA VIDA E FEITOS DO ILUSTRE FREI GONÇALO VELHO, COMENDADOR DO CASTELO DE ALMOUROL E PRIMEIRO CAPITÃO DA ILHA DE SANTA MARIA E DEPOIS DA DE SÃO MIGUEL, PELAS DESCOBRIR AMBAS, E (SEGUNDO ALGUNS DIZEM) ALGUMAS OUTRAS DOS AÇORES

O muito ilustre e valoroso cavaleiro Frei Gonçalo Velho, comendador do castelo de Almourol, que está junto do grande rio Tejo, junto da vila de Tancos, foi da nobre e antiga geração dos Velhos, os quais, nos reinos de Portugal, são fidalgos muito principais, de cota de armas e de solar conhecidos, e sempre serviram os Reis passados nos melhores ofícios de sua Casa; um dos quais, chamado Frei Gonçalo Velho, comendador de Almourol ([279]) era da casa do Infante D. Henrique e tão privado seu e aceito a eles, pelos serviços que ele e seus avós tinham feito à Coroa e a ele, dito Infante, e pelo que conhecia das partes e esforço, saber e prudência do dito Frei Gonçalo Velho, que, determinando descobrir estas ilhas dos Açores, não achou outro mais suficiente em sua casa a quem cometesse o cargo de coisa de tanta importância, como esta era, senão a ele, o que basta somente para prova de quem ele era e podia ser.

E, como atrás tenho contado, o mandou o Infante da vila de Sagres, do Algarve, onde, então, estava, a descobrir a ilha de Santa Maria e, não achando da primeira viagem senão somente os baixos de áspera penedia a que chamou as Formigas, pela razão já dita, se tornou ao Algarve, donde depois foi enviado pelo mesmo Infante ao mesmo descobrimento; e desta segunda vez achou a ilha a que pôs nome Santa Maria, pela achar em seu dia, de sua Assunção, a quinze de Agosto do ano do Senhor de mil e quatrocentos e trinta e dois, no tempo que reinava em Portugal D. João, de Boa Memória, décimo rei em número e primeiro do nome, como já fica dito. E certo eu tenho para mim que, ordinariamente, não faz Deus tal mercê de mostrar uma só ilha, nunca descoberta, a alguém, senão a pessoa que tenha grandes partes e virtudes, quanto mais muitas ilhas, como se diz que quis mostrar a este valoroso Capitão, como irei contando.

Assim que a primeira que achou foi a de Santa Maria e tornando com a nova do novo descobrimento ao Infante, ele lhe fez mercê dela, fazendo-o seu Capitão e Governador, com o qual cargo, depois de mandar lançar gado e outras coisas nela, o mandou a povoá-la e cultivá-la, o que ele fez com grande saber e diligência, trazendo consigo a Nuno Velho e a Pero Velho, seus sobrinhos, filhos de uma sua irmã, que eram ainda meninos. E fez cultivar e povoar a ilha de nobre gente, tratando-a com muito amor, e governado-os com muita brandura, pela qual razão era de toda obedecido e mui querido.

E, indo outra vez ao Reino, o tornou o dito Infante a mandar descobrir esta ilha de São Miguel, por sentir dele que para tudo era; o qual, obedecendo aos mandados e rogos do Infante, alcançou de Deus achá-la, como direi adiante, quando dela particularmente tratar, e fez-lhe o Infante mercê da capitania dela, juntamente com a da ilha de Santa Maria, ficando Capitão de ambas, mas, por ser, então, mais povoada a de Santa Maria, que primeiro fora achada, residia o mais do tempo nela e lá morava ([280]).

E tornando dela ao Regno, dar informação do que nela fazia e havia, e, porventura, de outras conjecturas que sentiria de haver ao redor, perto destas, mais ilhas, ou por isso, ou pelo que o Infante tinha entendido de as poder haver, o tornou a mandar ao descobrimento delas; e comummente se diz (ainda que em seu lugar direi o que outros dizem e sentem por mais certeza) que, vindo o dito Frei Gonçalo Velho a esta empresa mandado do dito Infante, descobriu primeiro a ilha Terceira, e depois a de São Jorge e a Graciosa, com que o Infante lhe ficou mais afeiçoado, fazendo-lhe cada vez mais mercês e favores, quando o viu diante de si tão ditoso e bem afortunado descobridor de tantas ilhas, de que se esperava acrescentamento

e grande provimento e bem do Regno. E logo o enviou com alguns navios carregados de gado de diversa sorte para o lançar nelas antes de se povoarem, porque, multiplicando na terra os povoadores que viessem a elas, passados alguns tempos, achassem já mantimentos e instrumentos, para se poderem ajudar deles quando a beneficiassem e cultivassem; pelo que, quando, depois, el-Rei D. Afonso, duodécimo Rei de Portugal e quinto do nome, deu licença que todas se povoassem no ano de 1449 ([281]), pela fertilidade e fresquidão que delas se contava, e por estas cousas que já nelas havia, folgavam de vir a elas e, principalmente, gente muito honrada e nobre, de que todas se povoaram em poucos anos.

Andando os homens nestas ilhas roçando os espessos matos e caçando, não com açores, nem gaviões, nem outras aves de altanaria, as outras aves que neles havia, senão com as próprias mãos, com que as tomavam sem trabalho por elas não fugirem, pelo pouco uso que de ver gente tinham, e beneficiando a terra, semeando-a de trigo, cevada e centeio e de diversos legumes, armando e tecendo suas casas, como fazem os curiosos e cuidadosos passarinhos antre o alto arvoredo, temperando com aquelas soidades dos matos e novas e estranhas ilhas as que tinham de suas terras naturais, donde vinham, uns com determinação de tornar às que deixaram, outros de viver e morrer nas que novamente acharam e povoavam, apostados com aquela colónia de novas terras esquecer as saudades das suas antigas, e estando no ano de 1460 o felicíssimo Capitão das duas primeiras ilhas na de Santa Maria, onde tinha seu principal assento, ocupado, com o mesmo cuidado do mar, com machados e foices roçadouras, roçar e cortar as empinadas árvores e, com enxadas e fogo, extirpar e dissipar e destruir suas grudadas raízes, e romper as terras com o curvo arado, experimentando das sementes qual melhor frutificava, do primeiro alvará que se acha e sabe mandar-lhe o Infante do Regno para o norte do governo destas ilhas, que eram suas, e principalmente destas duas, de Santa Maria e São Miguel, de que o fizera Capitão e Governador, direi aqui, por ser cousa antiga, as palavras antigas, todas finalmente notadas, que são os seguintes:

"Eu, o Iffante D. Henrique, duque de Viseu e senhor de Covilhãa, mando a vós, Frei Gonçalo Velho, meu cavaleiro e capitão, por mim, em minhas ilhas de Santa Maria e de Sam Miguel dos açores, que tenhaes esta maneira, a juso scripta acerca da justiça e feitos cives. Vós mandareis aos juizes da terra que oição as partes que em litígio forem, as mandem vir presente si, e lhes façã comprimento de direito. E se das sentenças, que os juizes derem quiserem appellar, appellem para vos, e vos confirmai as sentenças dos juizes ou as corregei, qual virdes que he direito. E se de vossa sentença elles quiserem appellar, vos lhe nã recebereis appellação, nem lhe dareis salvo estromento dagravo ou carta testimunhavel para mim, com vossa reposta, e então eu denunciarei, o que vir, que he direito, e vos mandarei o que façais; porém vós nã deixareis de mandar enxuquatar as dictas sentenças, posto que com os estromentos ou cartas testimunhaveis a mim venhã. E se for em feito crime, em que algum, ou algua faça o que não deve, e por que mereçam pena de justiça, vos mandai prender e apenar em dinheiro, e degradar para onde vos prouver, e mandar açoutar aquelles, que o merecem, sem dardes pera mim appellação. E se for feito tã crime, per que mereçã mortes ou talhamento de membro, vos mandareis aos juizes, que dem a sentença e os julguem, e da sentença, que derem, appellem por parte da justiça, e enviarão a mim a appellação, e de mim irá a casa del-rey, meu Senhor; e eu vos enviarei a denunciação, que de lá vier. E outrosi avisareis aos moradores dessas ilhas que não vão com nenhuns agravos, nem appellações, nem estromentos, nem cartas testimunhaveis a nenhua justiça, senão a mim ou a meus ouvidores; porque a jurdição toda he minha civel e crime, e de mim irã as appellações das mortes dos homens e talhamentos de membros à casa del-rey, meu Senhor, porque vos, nem outro algum capitão, nam tem poder de matar, nem de mandar talhar membro. E nos outros casos vos tende a maneira susodicta; e qualquer que o contrario fizer, e em esto usurpar minha jurdição, pagara por cada vez, e cada hum, mil reis para minha chancelaria. E outro sim se o taballião de si errar em seu offício por falsidade, vos o sospendei do offício ate me fazerdes saber o erro, como he, e vos eu mandar a maneira que tenhaes. E outrosim sereis avisado, que se a essa ilha forem Diogo Lopez e Rodrigo de Baiona, sem vos mostrarem minha licença que os prendaes e tenhaes bem presos, até mo fazerdes saber, e vos mandar como façaes, e mos enviai presos à minha cadea. E quanto he à inquirição, que me qua enviastes, vos vede la o feito e o determinai, como virdes, que he direito. Comprindo todo assim, e pella guisa, que por mim he mandado sem nello pordes outra briga, nem embargo, porque assim he minha merce. Feito em minha villa de Lagos a dezanove dias de Maio. João de Gorizo o fez, anno do nacimento do Senhor de mil e quatrocentos e setenta ([282]).

Indo-se depois, dali a alguns anos (que não podiam ser muitos), destas ilhas o dito Frei Gonçalo Velho para o Regno, pediu-as para os dois sobrinhos, que a elas trouxera consigo meninos e nelas deixava feitos já homens, Nuno Velho e Pero Velho, em idade e discrição que bem as podiam governar, fazendo conta que um ficaria por capitão de uma e outro da outra; porque ele, como se criara na corte, às abas dos reis e grandes senhores, e a natureza também o chamava, ia determinado de largar as ditas capitanias e contentar-se com estar ao bafo dos reis, como sempre estivera, e servi-los em velho, como fizera em mancebo.

Mas, propondo-lhe o Infante diante outro seu sobrinho, que em sua casa tinha, e os muitos serviços que dele tinha recebidos, e como era também seu sobrinho, filho de outra sua irmã, pareceu-lhe bem ao dito Frei Gonçalo Velho a razão do Infante e fez-lhe a vontade, aceitando a mercê que lhe fazia para seu sobrinho, que se chamava João Soares de Albergaria ([283]); e, mandando-o chamar o Infante, lhe fez mercê, diante de seu tio Frei Gonçalo Velho, per sua livre vontade e voluntária renunciação, da capitania das ditas ilhas de Santa Maria e São Miguel, e, beijando o dito João Soares logo a mão ao Infante por esta mercê, que lhe fazia, ficou capitão eleito delas, e depois confirmado por sua carta patente, que lhe disso foi passada, por mandado do dito Infante e assinada por ele ([284]).

Além de ser certo indício da muita virtude e do grande e esforçado ânimo deste felicíssimo e primeiro Capitão, que foi destas duas primeiras ilhas dos Açores, pelas achar e descobrir a elas, e, segundo alguns dizem, as outras três, que já disse, mais certa prova é ainda do grande valor de sua ilustre pessoa deixá-las e largá-las livre e liberalmente em sua vida, como quem não deixava nada, pois mais magnânimo se mostra ser o homem em largar e dar o que tem e possui que em aceitar e tomar o que lhe oferecem. Assim ficou este felicíssimo capitão, de boa memória, no Regno, em serviço dos Reis e Infantes que tanto amava, vivendo ainda alguns anos. E depois de muito velho, Frei Gonçalo Velho, sendo-o na idade como no nome e costumes, acabou seus bem empregados anos de sua vida com a morte que a todos leva, dando sua alma a Deus, que tão ornada e acompanhada de virtudes e boas obras lha deu, para por elas, fundadas nos merecimentos de sua sagrada Paixão, lhe dar no Céu (como cremos que deu) a sua glória.

As armas do brazão deste Capitão Frei Gonçalo Velho e de sua progénia dos Velhos, de que todos os descendentes deles gozam, assim os do Regno como os destas duas ilhas de Santa Maria e de São Miguel, e de outras partes onde os há, são um escudo com o campo vermelho e nele cinco vieiras douradas em aspa, com sua merleta de ouro por divisa; e não têm elmo, com o mais que agora se costuma, porque parece que não se costumava naquele tempo antigo, senão somente o escudo com as armas nele; as quais armas dos Velhos são as dos ilustres Capitães da ilha de Santa Maria, que trazem e têm de seus antepassados, e principalmente deste primeiro Capitão da mesma ilha, Frei Gonçalo Velho; e estão postas na igreja de Nossa Senhora da Assunção, da Vila do Porto, da dita ilha, na capela de Duarte Nunes Velho, que deles descendia. Mas depois vi outras da mesma maneira no brazão de Matias Nunes Velho Cabral, com elmo aberto guarnido de ouro, paquife de ouro e vermelho e prata e púrpura, e por timbre um chapéu pardo com uma vieira de ouro na borda da volta, que é o timbre dos Velhos ([285]).

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO ([286])

DA VIDA E FEITOS DO ILUSTRE JOÃO SOARES DE ALBERGARIA, PRIMEIRO DO NOME E SEGUNDO CAPITÃO DA ILHA DE SANTA MARIA E DOS FILHOS QUE TEVE

Sendo feito Capitão das duas ilhas, de Santa Maria e de São Miguel, João Soares de Albergaria, sobrinho de Frei Gonçalo Velho, filho de uma sua irmã ([287]), preparando as cousas necessárias para sua partida, foi enviado pelo Infante D. Henrique a residir nelas e governá-las com justiça.

Partiu do Regno com sua mulher, chamada Breatiz Godiz, de nobre geração, com quem era casado, trazendo consigo também o dito Capitão João Soares um seu sobrinho, chamado Filipe Soares, casado com Constança d'Agrela, o qual (como já disse) mataram dois negros seus, estando ele crestando uma abelheira. E, vindo ter a estas ilhas, exercitava sua jurdição, visitando ora uma, ora outra, provendo-as do necessário para acrescentamento de seus frutos e rendas e bem de todos os moradores delas, residindo, principalmente, o mais do tempo na de Santa Maria, que, então, era mais povoada e principal, por ser primeiro descoberta e habitada.

Dali a poucos anos veio a enfermar a dita sua mulher, Breatiz Godiz, e não podendo achar, nem sentindo melhoria em sua enfermidade, a levou o dito Capitão à ilha da Madeira, para lá lhe buscar alguns remédios de médicos, que cá, nestas ilhas, ainda não havia. E fazendo grandes gastos em sua cura, veio a praticar com ela que seria necessário vender a capitania de uma destas duas ilhas, e parecendo-lhe bem, tratou este negócio com Rui Gonçalves de Câmara, filho de João Gonçalves Zargo, primeiro Capitão da ilha da Madeira, que, então, estava na mesma ilha, e concertando-se ambos, com procuração que lhe fez para isso a dita sua mulher, lhe vendeu esta de São Miguel; e, porque há diversas opiniões na contia do preço dela, dizendo uns mais, outros menos, deixo a resolução disso para quando tratar do dito Rui Gonçalves de Câmara e desta ilha de São Miguel, de que ele ficou Capitão por esta compra, confirmada depois em a cidade de Évora pela Infanta D. Breatiz, tutor e curador do Duque D. Diogo, seu filho, que ainda naquele tempo era de pouca idade, mestre da Cavalaria da Ordem de Cristo, de cujo mestrado eram estas ilhas, feita na era do Senhor de mil e quatrocentos e setenta e quatro anos, aos dez dias de Março.

Depois de feita a dita venda, como a morte e a vida estão nas mãos de Deus e os que têm seus dias cheios na sua divina presciência não os pode estender a ciência humana, por mais gastos e remédios que se fizeram na cura da dita Breatiz Godiz, não pôde escapar da morte, fim de todas as cousas, e faleceu na dita ilha da Madeira, onde foi sepultada, com as exéquias e honras funerais que a tal pessoa se deviam, com grande sentimento e saudade do Capitão, seu marido.

Depois do falecimento desta generosa e virtuosa mulher, partindo o Capitão João Soares, seu marido, da ilha da Madeira para o Regno, ficando Rui Gonçalves de Câmara Capitão da ilha de São Miguel e o dito João Soares somente da de Santa Maria, por ser neste tempo falecido o Infante D. Henrique, que o fizera capitão das duas ilhas, e era já mestre da Ordem de Cristo o Duque D. Diogo, filho da Infante D. Breatis, viúva, confirmou a doação, ou a houve de novo da dita Infante aos doze de Maio da dita era de mil e quatrocentos e setenta e quatro anos e confirmada pelo Duque, seu filho, depois que teve idade para isso, aos quatro (sic) dias do mês de Junho do ano de mil e quatrocentos e noventa (sic) ([288]); cujo teor é o seguinte:

"Eu, a Infante D. Breatis, tutor e curador do Duque meu filho, &. Faço saber a quantos esta minha carta virem e o conhecimento dela pertencer que eu dou cárrego a João Soares, cavaleiro de sua casa, na ilha de Santa Maria, que ele seja capitão em ela, assim pela guisa que o é em sua ilha da Madeira João Gonçalves, e que ele a mantenha por o dito Senhor em

justiça e em direito, e, morrendo ele, a mim praz que seu filho primeiro ou segundo tenha este cárrego per a guisa suso dita; e assim de descendente em descendente, por linha direita. E sendo em tal idade o dito seu filho que a não possa reger, que o dito Senhor ou seus herdeiros porão aí quem a reja, até que ele seja em idade para a reger.

Item me praz que eles tenham em esta dita terra a jurisdição, pelo dito Senhor, meu filho, do civel e crime, reservando morte ou talhamento de membro, que por apelação venha para o dito Senhor; porém, sob embargo da dita jurisdição, me praz que os mandados todos do dito Senhor e correição sejam aí cumpridos, assim como coisa própria. Outrossi me praz que o dito João Soares haja para si todos os moinhos que houver em esta ilha, de que lhe assi dou cárrego, e que ninguém faça aí moinhos senão ele, ou quem a ele aprouver; e em isto se não entenderá mó, que a faça quem quiser, não moendo outrem em ela; e não façam aí atafona. Item me praz que todolos fornos de pão, em que houver poia, sejam seus; e porém não embargue quem quiser fazer fornalha para seu pão, que a faça e não para outro nenhum. Item me praz que tendo ele sal para vender, o não possa aí vender outrem, dando ele a rezão do meio real de prata o alqueire e mais não; e quando o não tiver que o vendam os da ilha à sua vontade até que ele o tenha. Outrossi me praz que todo o que houver de renda o dito Senhor em a dita ilha, ele haja de dez um. E o que o dito Senhor há-de haver na dita ilha é conteúdo no foral que para ela mandei fazer; e per esta guisa me praz que haja esta renda seu filho ou outro seu descendente de linha direita, que o dito cárrego tiver. Item me praz que ele possa dar por suas cartas a terra desta ilha forra, pelo foral da dita ilha, a quem lhe aprouver, com tal condição que aquele a que a der a dita terra, aproveite a sua cinco anos, e não a aproveitando, que a possa dar a outrem e depois que aproveitada for, se a deixar por aproveitar até outros cinco anos, que isso mesmo a possa dar a outrem. E isto não embargue ao dito Senhor que, se houver terra por aproveitar que não seja dada, que a possa dar a quem sua mercê fôr; e assi me praz que as dê o seu filho ou herdeiros descendentes que o dito cárrego tiveram. E mais me praz que os vizinhos possam vender suas herdades aproveitadas a quem lhe aprouver; e, se quiserem ir de uma ilha para outra, que se vão sem lhe pôrem nenhum embargo. E se fizer malefício algum homem em cada uma das ilhas, que mereça ser açoitado e fugir para outra ilha, que seja entregue onde tem o malefício, se requerido fôr, e poder ser preso, para se fazer dele cumprimento de direito. E se dever dívida, onde quer que estiver, se faça dele cumprimento de direito. Outrossi me praz que os moradores da dita ilha se aproveitem dos gados bravos que em ela andarem, segundo lhe ordenará o dito João Soares e os que depois ele, por o dito Senhor e por seus herdeiros, o cárrego tiverem; ressalvando os gados que andarem nos ilhéus, ou em outro lugar terrado que o senhorio o lance. E isso mesmo me praz que os gados mansos pasçam, assim em uma parte como em outra, trazendo-os por mão que não façam dano, e, se o fizerem, que o paguem a seu dono. Feita em a cidade de Évora, a doze de Maio. Álvaro Anes a fez, ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quatrocentos e setenta e quatro. A qual carta, vista por mim, eu a confirmo e eu por confirmada assi e pela maneira que em ela é conteúdo, sem outro embargo que uns e outros a elo ponham. Dada em vila de Torres Vedras, a vinte e quatro dias de Junho. Pero Lopes a fez ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quatrocentos e noventa e três anos ([289]). E eu João da Fonseca, escrivão da fazenda do dito Senhor, a fiz escrever e aqui subscrevi".

Alguns afirmam que, estando, então, em Portugal o dito Capitão João Soares, casou aí a segunda vez, e outros conjecturam que em outro tempo, como logo adiante direi; mas, como quer que fosse, depois de casado ou por casar, ele tornou à ilha de Santa Maria, ou com sua mulher, ou sem ela.

E, estando algum tempo na ilha, contam alguns que, andando um dia passeando à sua porta, veio uma nau de castelhanos onde vinha um seu cunhado, outros dizem seu genro, que o queria matar; e saíram em terra como quarenta homens armados que, sem serem sentidos, deram de súbito com ele a horas de meio dia, e, tirando alguns tiros com seus arcabuzes, sem lhe empecerem, nem acertarem, acudiu um mancebo, que se chamava António Fernandes, com um montante, e tão valorosamente o fizeram o Capitão João Soares e ele e outros poucos da terra, que levaram os imigos até à rocha da Concepção, deitando dois deles pela rocha abaixo, que logo morreram, acolhendo-se os mais aos barcos e neles à sua nau.

O que bem podia acontecer, porque outros dizem que, estando o dito Capitão João Soares, no tempo em que havia guerras antre Portugal e Castela, veio ter aí um navio de castelhanos, que quiseram entrar, e o dito Capitão se defendeu deles por espaço de dois ou três dias com um negro e quatro ou cinco homens, que somente tinha consigo, e, como eram tão poucos, o

cativaram por fim os castelhanos, depois de muito desvelado e cansado de pelejar, e o levaram a Castela, levando com ele o negro; e dos mais que tinha em sua companhia não se sabe, se vendo a coisa mal parada e sem remédio, se acolheram à serra e ficaram na ilha, ou se foram também cativos com o seu Capitão, que lá em Castela se resgatou; e, depois de ter pago o resgate e estar livre, daí a oito dias se fizeram as pazes com Portugal, as quais pazes el-Rei de Portugal D. Afonso, o quinto do nome, fez com el-Rei D. Fernando de Castela, marido da Rainha D. Isabel, no fim do ano do Senhor de mil e quatrocentos e oitenta, como conta o curioso cronista Garcia de Rezende no capítulo vigésimo da sua Crónica, que fez do grande Rei de Portugal D. João, segundo do nome.

Tornando de Castela para Portugal livre o Capitão João Soares, onde estando, e sendo já muito velho, se casou por mandado de el-Rei, com D. Branca de Sousa, filha de João de Sousa Falcão, fidalgo da casa de el-Rei, morador em Alter do Chão, (parente muito chegado do Barão velho ([290]) e do suave e doce poeta Cristóvão Falcão, que fez a afamada égloga das primeiras sílabas do seu nome, chamada Cristal) e de D. Mécia de Almada, sua mulher, prima coirmã do Conde de Abranches. A qual D. Branca era donzela da Senhora D. Filipa, tia da Rainha; e dotou em casamento o dito João de Sousa Falcão a sua filha, D. Branca de Sousa, com o dito Capitão João Soares, cinco mil dobras acostumadas, de cento e vinte réis cada uma dobra, das quais eram duas mil que a dita Senhora D. Filipa lhe deu de seu casamento e três mil que el-Rei lhe tinha prometidas; o qual contrato de matrimónio foi celebrado aos vinte dias do mês de Junho do ano de mil e quatrocentos e noventa e dois ([291]), na cidade de Lisboa, em as pousadas do mesmo João Soares, Capitão da dita ilha de Santa Maria, pelo que parece ser mais verdadeiro ser este o tempo certo e não o dantes, como outros disseram, em que se celebrou este dito casamento; e, então, lhe confirmou o Duque, que já mandava, a carta de sua capitania, como nela tenho atrás referido, estando na vila de Torres Vedras a vinte e quatro dias de Junho do ano do Senhor de mil e quatrocentos e noventa e três; feita a confirmação por Pedro Lopes e subscrita por João da Fonseca, escrivão da fazenda do dito senhor Duque ([292]).

Depois de casados, João Soares e D. Branca de Sousa se foram para a ilha de Santa Maria, com toda sua casa e família, onde dizem que ele viveu com ela sete anos, e houveram de seu matrimónio dois filhos: João Soares, morgado, que lhe sucedeu na casa e capitania, e Pedro Soares, que de Lisboa se foi para a Índia e lá faleceu, e duas filhas, D. Maria e D. Violante. D. Maria, que era a mais velha de todos eles, casou em Portugal com um nobre homem, feitor de el-Rei, chamado João Fernandes, de que houve uma filha, que casou com um fidalgo, chamado D. João, no mesmo regno, e não pude saber se teve mais filhos ou filhas. A D. Violante, que era a mais moça de todos os filhos do Capitão João Soares, casou na mesma ilha com um castelhano, que aí veio ter das Índias de Castela, muito rico, o qual daí se tornou para as mesmas Índias, e este se suspeita ser o que depois veio contra o Capitão na armada de Castela, que atrás disse, por se ir da ilha escandalizado dele, ou no tempo daquelas guerras ou outras que depois foram antre Portugal e Castela; ainda que outros querem que acontecesse isto ao Capitão, seu filho, João Soares, do mesmo nome. E D. Violante, ficando prenhe, pariu um filho que viveu somente seis ou sete meses, e ela faleceu passado um ano depois da partida do marido.

E, porquanto, quando casou o Capitão João Soares com D. Branca de Sousa, foi feito contrato que, morrendo ele primeiro, lhe ficassem a ela de arras trezentos mil réis, os quais havia de tomar de toda a fazenda antes de se partir; ela os tomou em terras (como atrás fica dito), por falecimento do dito João Soares, o qual faleceu na mesma ilha de Santa Maria, deixando bom nome e exemplo de vida e virtudes a seus sucessores, sendo de idade de oitenta anos para cima.

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO ([293])

DA VIDA E FEITOS DO ILUSTRE JOÃO SOARES DE SOUSA, SEGUNDO DO NOME E TERCEIRO CAPITÃO DA ILHA DE SANTA MARIA, E DOS FILHOS QUE TEVE

Por falecimento de João Soares, segundo Capitão da ilha de Santa Maria, herdou a capitania seu filho João Soares de Sousa, segundo do nome e terceiro Capitão da dita ilha, o qual tomou o Sousa de sua mãe, D. Branca de Sousa.

E, para entendimento do que hei-de dizer, se há-de notar que, depois que seu pai, João Soares, vendeu esta ilha de São Miguel a Rui Gonçalves de Câmara, filho de João Gonçalves Zargo, primeiro Capitão da ilha da Madeira, ficando o dito Rui Gonçalves de Câmara Capitão desta de São Miguel, antre outros filhos naturais que teve, houve uma filha, chamada D. Breatiz da Câmara ([294]), a qual casou com um fidalgo de Portugal, chamado Francisco da Cunha, filho de Pero de Albuquerque, primo de Afonso de Albuquerque, Governador que foi da Índia, e de sua mulher D. Guiomar da Cunha, prima de Nuno da Cunha, que também foi Governador na Índia, onde Francisco da Cunha foi duas vezes por capitão de naus, e andou lá algum tempo em serviço de el-Rei ([295]); o qual veio viver, com sua mulher D. Breatiz, em Vila Franca do Campo e na Ponta Garça, termo da mesma vila, onde nesta ilha de São Miguel tinha sua fazenda, mas não tanta como a sua pessoa e fidalguia convinha, pelo que, indo desta ilha a Portugal, a ter requerimentos na corte sobre o acrescentamento de sua moradia, conta o curioso cronista Garcia de Rezende, no capítulo duzentos e onze, que estando o grande Rei D. João, o segundo do nome, tão mal, que dali a duas horas faleceu, este Francisco da Cunha (que ele chama da ilha Terceira, pelo comum nome de que usam os moradores de Portugal quando falam destas ilhas dos Açores, sendo ele morador nesta de São Miguel) chegou a el-Rei dizendo-lhe que pelas cinco chagas de Jesus Cristo lhe fizesse alguma mercê, porque era fidalgo e muito pobre, e el-Rei lhe mandou com muita pressa fazer um padrão de trinta mil réis de tença e o assinou, e disse-lhe que tomasse a prata que na casa estava, que não tinha já que lhe dar; o que foi causa de se saber a grande devação que el-Rei tinha às cinco chagas de Cristo, Nosso Deus e Senhor, lá consigo só, ençarrada ([296]), em seu real peito, porque, em se saindo Francisco da Cunha, disse el-Rei aos que com ele estavam naquela agonia da morte, com que estava lidando: "Já posso agora isto descobrir; nunca em minha vida me pediram coisa à honra das cinco chagas que não fizesse". E mandou logo saber em que ponto estava a maré e, dando-lhe a resposta, disse: "Daqui a duas horas me finarei"; e assim aconteceu, que domingo, em se querendo pôr o Sol, dizendo ele "Agnus Dei qui tollis peccata mundi, miserere mei", lhe saiu a alma da carne, vinte e cinco dias de Outubro do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quatrocentos e noventa e cinco, em idade de quarenta anos e seis meses, dos quais foi casado com a Rainha D. Lianor, sua mulher, vinte e cinco, e reinou catorze anos e dois meses.

Este Francisco da Cunha houve uma filha de sua mulher D. Breatiz, chamada D. Guiomar da Cunha, nesta ilha de São Miguel, com a qual casou João Soares de Sousa, Capitão da ilha de Santa Maria. E houveram dantre ambos estes filhos e filhas: Pero Soares de Sousa, que herdou a casa e capitania, e Manuel de Sousa que, por morte de um homem que ele (como dizem) matou, ou por seu mandado, indo ele ao delito, mataram com uma seta, se foi da ilha e andou em Itália e França trinta e cinco anos ou mais, sem dele haver novas; e no ano de mil e quinhentos e setenta e seis, em que entraram os franceses e os cossairos na ilha, a roubar a Vila do Porto, tinha ele chegado dantes, na entrada do verão, e havendo andado todo o tempo sobredito em notáveis perigos e guerras, de que trazia muitos sinais de feridas, quando se deu o rebate da entrada dos imigos, a cinco dias de Agosto, dia de Nossa Senhora, pela manhã, acudindo ele dos primeiros para defender a Pátria, como mui esforçado cavaleiro, que era, e valentíssimo soldado velho, cursado na guerra, nos primeiros encontros dos cossairos o mataram com um pelouro de um tiro de escopeta, não longe da casa de seu pai, à vista de

todos; o que parece ser juízo de Deus, que é perfeito juiz, de quem ninguém pode escapar ou tarde ou cedo.

Teve mais o dito Capitão João Soares outro filho, mui macio, brando e pacífico, além da muita virtude que tinha, chamado Nuno da Cunha, que casou nesta ilha de São Miguel com D. Francisca, filha de um nobre e rico homem da cidade da Ponta Delgada, chamado Sebastião Luís, pai de Hierónimo Luís, homem principal da mesma cidade e mui rico de fazenda, prudência e virtude; da qual houve um filho, chamado João Soares, como o Capitão, seu avô, o qual, sendo de tenra idade, estando a uma janela rasa (que, ainda então, não tinha grades, por serem casas feitas de novo), passando o Santíssimo Sacramento que se levava a um enfermo, querendo o menino olhar a gente e campainha, que vai tangendo junto com o pálio, caiu da dita janela com a cabeça para baixo e, dando nas pedras da calçada, que é uma boa altura, não morreu, inda que lhe ficou um jeito no olhar; de maneira que de todos foi julgado por milagre, e bem parece que o guarda Nosso Senhor para fazer dele um grande santo, como está mostrando seu proceder, o qual é agora de quinze anos, pouco mais ou menos ([297]). Mas seu pai, Nuno da Cunha, é falecido.

O Capitão João Soares houve mais outro filho, chamado Simão de Sousa, que faleceu na ilha, sendo de idade de dezassete ou dezoito anos. E três filhas, a primeira D. Maria, que casou com Rodrigo de Baeça, castelhano, que ainda vive na dita ilha; e ela haverá nove ou dez anos que é falecida, sem haverem filhos, nem filhas.

A segunda, D. Joana, que casou com Hector Gonçalves Minhoto, tão rico, que, se mais vivera, acabara de comprar toda a ilha e fora sua; de que houve D. Guiomar, que casou com João d'Arruda, filho de Pero da Costa, da Vila Franca do Campo, desta ilha de São Miguel, e D. Branca, que casou com Fernão Monteiro de Gamboa, de que tem uma filha, chamada D. Filipa, ainda solteira ([298]). Teve mais D. Joana de seu marido, Hector Gonçalves Minhoto, um filho, chamado Francisco da Cunha, que, por falecimento do Minhoto, seu pai, ficou muito rico e casou na ilha da Madeira com uma mulher fidalga, de boa geração e de muita virtude, de quem houve três ou quatro filhas; e, ficando muito próspero por falecimento de seu pai, depois de viver na ilha de Santa Maria estragadamente, se foi para a ilha da Madeira com sua mulher e filhas e, apartando-se lá de todos por querer fazer penitência, se foi viver junto do mar, antre umas furnas da rocha e penedia, onde pescava algum peixe, que comia, e outro que punha sobre as pedras e calhaus, que os moços iam tomar, dando-lhe alguns pedaços de pão, com o qual e algum marisco se mantinha, sem querer ver homem nenhum, nem falar com ninguém; e, se iam falar com ele, escondia-se logo antre os penedos e furnas ao longo do mar; e assim viveu penitente, com aspereza de vida, sete ou oito anos, até que faleceu, deixando na mesma ilha da Madeira três filhas suas, onde estão honradamente casadas.

A terceira filha do Capitão João Soares, chamada D. Lianor, foi freira professa no mosteiro da Esperança da cidade da Ponta Delgada, desta ilha de São Miguel, e nele faleceu.

Além de se afirmar por verdade que moveu D. Guiomar da Cunha, mulher deste Capitão João Soares de Sousa, cinco crianças juntas, da qual movedura dizem que, como anojada, morreu.

Pela qual razão, por parte da mãe, D. Guiomar da Cunha, são estes seus filhos e descendentes parentes mui chegados dos Capitães da ilha de São Miguel e liados os Capitães delas em estreito e vizinho parentesco, como as mesmas ilhas antre si são tão chegadas e vizinhas.

Por morte da Capitoa D. Guiomar da Cunha, casou segunda vez o Capitão João Soares de Sousa com D. Jordoa Faleira, filha de Fernão Vaz Faleiro e de Filipa de Resende, sua mulher, moradores na mesma ilha; e houveram de antre ambos filhos, todos muito honrados e nobres e de magníficas condições, cuja presença, prática e pessoa, de qualquer deles, mostra claramente sua fidalguia e nobreza.

O primeiro, Gonçalo Velho, que morreu no mar, indo para Lisboa a criar-se na corte, como os mais dos Capitães costumavam mandar lá seus filhos e principalmente os mais velhos.

O segundo, Álvaro de Sousa, que casou com D. Isabel, filha de Amador Vaz Faleiro, o primeiro que mataram os franceses na entrada da Vila, homem mui honrado e principal na ilha, da qual tem uma só filha, que se chama D. Jordoa ([299]).

O terceiro, Rui de Sousa, que, andando em serviço de el-Rei na Índia, foi morto em uma batalha.

O quarto, André de Sousa, que, como já atrás tenho dito, casou com D. Mécia, filha de Miguel de Figueiredo e irmã do licenciado Luís de Figueiredo de Lemos, vigairo que foi de São Pedro da cidade da Ponta Delgada e ouvidor do eclesiástico nesta ilha de São Miguel e daião da Sé de Angra e vigairo geral e governador em todo o bispado. E agora bispo do Funchal ([300]).

O quinto, Miguel Soares, que casou com D. Antónia neta de Ana de Andrade, viúva, mulher que foi de Gonçalo Fernandes.

O sexto, Belchior de Sousa, que casou com D. Maria, filha do bacharel João de Avelar, de muito magnífica condição e grande virtude.

Teve também uma filha desta D. Jordoa, chamada D. Cecília, que faleceu sendo freira professa no mosteiro de Santo André de Vila Franca do Campo, desta ilha de São Miguel.

Por falecimento de D. Jordoa, casou terceira vez o Capitão João Soares com D. Maria, filha de Nuno Fernandes Velho, e já depois dele ser muito velho, houve dela uma filha que se chamou D. Branca, já falecida, e um filho António Soares, e outro João Soares, e uma menina que também é falecida. O António Soares há pouco tempo que foi para a Índia, ficando o outro, chamado João Soares, em casa enfermo de enfermidade incurável, com sua mãe, D. Maria, que pode ser ao presente mulher de quarenta anos.

Além destes filhos legítimos, houve este Capitão quatro filhas de uma Bárbara Pires, preta, chamadas Isabel de Abreu, Hierónima de Abreu, Violante de Abreu e Joana de Abreu, e um filho, chamado João de Abreu.

E de uma Violante Álvares houve uma filha, por nome Ana de Almada. E de Isabel Ribeira dois filhos, Francisco de Sousa, que morreu de etiguidade (sic), e Simão de Sousa, que em moço se criou no mosteiro de São Francisco da Vila Franca, desta ilha de São Miguel, e, não querendo ser frade, se foi para as Índias de Castela, sem nunca mais se saber dele nova certa, ainda que alguns disseram que estava lá muito rico; e uma filha, Francisca de Sousa, que casou com um homem de Vila Franca, desta ilha de São Miguel; que somam todos, legítimos e bastardos, vinte e quatro, afora os cinco que já disse, de cujo aborto ([301]) faleceu a primeira mulher, D. Guiomar da Cunha, de anojada, da qual seus descendentes tomaram o apelido da Cunha.

No mês de Maio, no ano de mil e quinhentos e vinte e dois, mandou o corregedor António de Macedo, com seus poderes, à ilha de Santa Maria, João de Aveiro, escrivão público nesta de São Miguel (que, então, servia de chançarel, por ser o chançarel Pero Gomes Freire ido a Portugal), a mandar à corte a apelação de uma sentença dada contra o Capitão João Soares de Sousa e prendê-lo por uma querela que dele se deu; e, por o dito Capitão querer ir com a apelação, foi com ela preso e no Regno se livrou. E tirou o dito João de Aveiro na dita ilha de Santa Maria algumas devassas, e, por não haver lá tabalião nem escrivão sem suspeita, a requerimento das partes e por mandado do corregedor, as foi tirar com João Vaz, licenciado, no mês de Maio, e reconciliou a Rui Fernandes, ouvidor do Capitão, com os oficiais da Câmara da dita ilha de Santa Maria, que iam com ele de São Miguel, onde se vieram a queixar ao corregedor, dizendo que o ouvidor mandara lançar pregões que ninguém obedecesse a seus mandados, deles, porque a troco de vinho vendiam as vidas dos homens, o que dizia por razão de recolherem e tirarem pelo mar pipas de vinho de um navio que vinha impedido, e os fez todos amigos.

Mandou João Soares entregar a carta da capitania nas confirmações, para se lhe haver de fazer no ano de mil e quinhentos e vinte e dois, e não se lhe fez senão depois que o requereu, e foi confirmado nela por el-Rei D. João, terceiro do nome; e feita a carta de confirmação em Lisboa por Aires Fernandes a treze de Março do ano de mil e quinhentos e vinte e sete.

Foi este Capitão João Soares de Sousa animoso homem, grande de corpo e muito grosso e de boa disposição, e dizem que em mancebo era muito ligeiro e desenvolto, preto, não alvarinho, fidalgo muito honrado e de magnífica e liberalíssima condição, em tanto que, por ser muito liberal, morreu pobre.

Não arrendava as suas terras por junto a um só, senão a muitos, repartidas, para que todos tivessem algum remédio. O rendeiro que lhe devia meio moio de trigo, se era pobre, pagava-lhe com um saco dele somente. Tendo os moinhos, quase o não conheciam por senhorio deles

e pagavam-lhe o que queriam. Nunca mandou citar ninguém por dívida que lhe devesse, e um ano que houve fome na ilha e esterilidade de pão mandou deitar pregão que quem quer que lhe tomasse ovelha ou carneiro do seu gado lhe tornasse a pele e a lã, e o mais lhe perdoava. E, como bom fidalgo, fazia coisas e liberalidades como quem era, socorrendo e animando os pobres em suas necessidades; faltando-lhe, finalmente, o que dar, sobejava-lhe a boa condição e vontade; às vezes se mostrava colérico e agastado, com razão, mas durava-lhe pouco sua cólera.

Era em suas práticas muito discreto, alegre e gracioso, e, sem ser letrado, bom judicial e certo no que mandava, em tanto que sentença que ele dava por nenhum caso se achou desmanchar-se no desembargo. Parecia filósofo em muitas coisas e piloto destro em conhecer os tempos em que se havia de navegar da ilha de Santa Maria para esta de São Miguel, ou para as outras; e tanta certeza e experiência tinha disto, que nenhuns mestres, nem pilotos, partiam da ilha com batel nem barca (ainda que fosse bom tempo), senão quando ele dizia, tomando todos seu conselho, em que o achavam sempre certo, porque, como ele dizia que partissem, estava a viagem segura, e nunca se achou errar nisso. Antes dizem que uma vez partiu um sem registar com seu parecer, que era que não partisse, o qual se perdeu na viagem com tormenta; e dizem ser este o Coelho, do Nordeste, grande navegante nesta travessa, que se perdeu um dia de Santo Tomé, o qual antes de partir da ilha de Santa Maria, perguntando ao Capitão se partiria, lhe respondeu que não partisse, e detendo-se a barca alguns dias e agastando-se o mestre, e tornando-lhe a perguntar se era já tempo, respondeu o Capitão que se aviasse que não partisse; mas o mestre, estando agastado de esperar tanto, partiu-se de noite, e perguntando o Capitão por ele ao outro dia, lhe disseram que era partido, ao que respondeu dizendo que ele e todos os que com ele iam haviam de ser mortos, e assim aconteceu, que todos morreram naquela viagem. E, se afirmava o dito Capitão que cedo, de alguma navegação, havia de ir navio à ilha, ou fosse da ilha da Madeira, ou desta de São Miguel, ou de outras partes, que ele logo particularmente nomeava, pela experiência que tinha dos tempos que corriam ao longe, sem falta assim acontecia como ele dizia.

Depois de velho, foi mui sujeito aos filhos, e doente de parlezia perto de quatro anos, antes que falecesse; e falava mal, estando quase todo este tempo em cama. Às vezes se alevantava, às vezes se deitava, e da mesma doença, com a fala assim torvada até acabar, faleceu a dois dias de Janeiro da era do Senhor de mil e quinhentos e setenta e um anos, sendo de idade de setenta e três, muito amigo de Deus, havendo sido travesso em sua mocidade. Foi enterrado, com grande sentimento de todo o povo (que muito o amava, mais como pai que como senhor e capitão), na capela-mor da igreja principal de Nossa Senhora da Assunção, junto da porta da sanchristia, com a primeira e segunda mulher que teve, fazendo seu corpo perpétua companhia na morte às que em vida teve por fiéis companheiras.

CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO ([302])

DA VIDA E FEITOS DO MUITO ILUSTRE PERO SOARES DE SOUSA, QUARTO CAPITÃO DA ILHA DE SANTA MARIA, ÚNICO DESTE NOME, E DOS FILHOS QUE TEVE

Morto João Soares de Sousa, terceiro Capitão da ilha de Santa Maria e segundo do nome, herdou a casa e capitania o ilustre Pero Soares de Sousa, seu primeiro filho, quarto Capitão da mesma ilha e único do nome, o qual, sendo moço de pouca idade, se criou na corte e, depois do falecimento de seu pai, governou a capitania, e foi confirmado nela a sete dias de Dezembro da era de mil e quinhentos e setenta e três anos.

E indo à ilha da Madeira, casou lá com uma generosa mulher, de muita prudência e virtude, chamada D. Breatiz de Moraes, filha de João de Moraes, natural do Quintal, termo da cidade de Viseu, dos Moraes, Gouveias e Azevedos, e de Catarina Fernandes Tavares, da geração dos Tavares e Teixeiras, moradores em Santa Cruz ([303]), da mesma ilha, e aí viveu com ela alguns anos; mas depois se vieram a viver na ilha de Santa Maria com o cargo dela, assim ele, como sua mulher, mui virtuosa e honradamente, sem agravo nem escândalo de ninguém, com tanta paz, amor e mansidão com todos, que quase não se enxergava nem sentia o jugo que tinham os súbditos de seu governo. Sendo ambos mui cheios de caridade e amigos dos pobres, repartindo com eles suas esmolas, visitando e ajudando a todos com todo o que podiam e mais além de suas forças, e tão conhecidas eram suas grandiosas e magníficas condições e virtudes, que está entendido, e mais claro que o meio-dia, que, se sua possibilidade fora maior, soaram muito mais suas grandezas, dignas de grandes louvores, porque não ia pessoa honrada ou necessitada a sua casa que ele não amparasse, honrasse, favorecesse e recebesse, com umas entranhas tão sinceras e um coração tão amoroso e obras tão caritativas, que, dando exemplo aos seus naturais de toda benignidade, estava roubando as vontades e corações dos forasteiros e estrangeiros, que ele, como domésticos e próprios filhos, agasalhava, pelo que de uns e outros era mui obedecido, louvado e amado.

Era este ilustre Capitão mui espiritual e devoto, grande amigo de Deus, donde lhe vinha ser, por amor do mesmo Senhor, tão amigo dos homens; e deste bom fundamento lhe iam sempre em crescimento as boas obras que fazia. Vivendo grande meia légua da Vila do Porto, o mais do tempo em uma sua quintã, não perdeu missa domingo nem festa, por grande necessidade que tivesse, e o mesmo fazia a Capitoa, que em todas estas nobrezas, liberalidades e virtudes lhe ia sem discrepar, seguindo as passadas; o qual, além de não faltar na Igreja os dias de sua obrigação, três vezes na semana, pelo menos, ouvia missa, pelo que, conversando na Igreja e sendo tão amigo dela, não foi fero nem bravo e de dura cervix, como soem ser os que dela fogem, mas humilde, obediente, brando, macio e subjecto a toda a doutrina, especialmente eclesiástica.

Foi homem grande de corpo, grosso, grave, gentil-homem, e muito alegre e afável; e, com ser tão liberal, era contrário à ociosidade, porque sabia que ela é mãe e seminário de muitos vícios, como a cobiça é raiz de todos os males.

Houve este generoso e virtuoso Capitão da Capitoa D. Breatiz de Moraes, sua mulher, quatro filhos; o mais velho se chama João Soares de Sousa e ora é frade de São Hierónymo, muito virtuoso e bom religioso, o qual, sendo ele o morgado, mandou seu pai a Lisboa para andar na corte e servir a el-Rei, com outros dois irmãos, mais moços, em sua companhia, um chamado Brás Soares de Albuquerque e o outro, Henrique de Sousa, para daí irem caminho da Índia. E estando em Lisboa, movido João Soares de Sousa por inspiração divina, querendo buscar e fazer outra vida mais quieta que a que o mundo promete, e servir a outro maior senhor que o rei da terra, aspirando seus desejos antes para o Céu, se apartou de seus irmãos, e sem lhe dar conta alguma, se foi caminho de Castela e lá se meteu na ordem, em um

mosteiro de Burgos, onde fez profissão, fazendo nela vida santa, e por sua religião e virtude e mansidão foi e é honrado e estimado muito de todos os frades.

Em Lisboa, ficaram os outros dois irmãos, onde dali a poucos dias, com grande enfermidade, faleceu o mais moço, chamado Henrique de Sousa; e outro, chamado Brás Soares de Sousa, e dantes de Albuquerque, que ora ficou morgado, também adoeceu de grave doença e, para se curar dela, se recolheu e agasalhou em casa de uma nobre e honrada mulher, natural da mesma ilha de Santa Maria, a qual o curou e serviu tão bem, com tanto amor e cuidado, que, depois de ter saúde, não soube com que lho agradecer, senão com casar com uma sua filha, como adiante direi, quando dele, particularmente, em seu lugar disser.

Houve outro filho o dito Capitão, que se chama António Soares, gentil-homem, discreto e muito alegre, e dado a passatempos com outros mancebos, muito forçoso e afeiçoado a jogar das armas, que, por ter grandes espíritos, se foi para as Índias de Castela, onde alguns dizem ser falecido.

Tem também uma filha, chamada dantes D. Ana, e agora Ana de São João, no mosteiro da Esperança da cidade da Ponta Delgada, desta ilha de São Miguel, em que está já professa, e outra, natural, chamada dantes Concórdia de Sousa, e agora Concórdia dos Anjos, que houve sendo solteiro, também professa e boa religiosa, que por sua perfeita virtude e religião, de ambas, são nele de todas as mais religiosas muito estimadas.

A jurdição, que têm os Capitães desta ilha de Santa Maria, é conforme a dos da ilha da Madeira, até quinze mil réis e açoite em peão. E, quanto à renda, afora a de suas terras próprias e outras granjearias, tem a redízima e os moinhos, fornos de poia, e que, tendo sal o não possa vender outra pessoa senão ele, a meio real de prata o alqueire.

E na era de mil e quinhentos e oitenta, sendo este ilustre Capitão Pero Soares de idade de sessenta e sete anos, enfermou de parlisia (sic) que lhe deu, como ao Capitão, seu pai, que sofreu com muita paciência, louvando a Deus que lha deu cá na terra, de que faleceu aos trinta dias de Agosto da dita era, para merecer com ela e com as obras de muita virtude e caridade, que sempre usou fazer, a herança do Céu para que foi criado; e foi enterrado na igreja principal de Nossa Senhora da Assunção com muita solenidade e dor de todo o povo, que por suas obras e condição o amava muito.

CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO ([304])

DA VIDA E FEITOS DO MUITO ILUSTRE BRÁS SOARES DE SOUSA, QUINTO CAPITÃO DA ILHA DE SANTA MARIA, ÚNICO DESTE NOME

O ilustre Capitão Pero Soares de Sousa, único do nome, e quarto na ordem dos Capitães da ilha de Santa Maria, antre outras perfeições que teve, foi o grande cuidado de ensinar seus filhos, e, não os tendo na terra, mandava alguns a criar-se na corte, em serviço de el-Rei, e outros a terras estranhas.

E mandando, como tenho dito, os três filhos a Portugal, onde faleceu o mais moço, e o mais velho, que era morgado, se foi a Castela e lá se fez frade em um mosteiro, onde não recebem senão homens fidalgos, ficando em Lisboa o segundo filho na ordem da idade, que se chamava Brás Soares de Albuquerque, que, por falecimento de seu pai, sucedeu no morgado e capitania da ilha, e, porque é costume dos morgados tomarem os apelidos dos pais, de quem os herdam, se chama agora Brás Soares de Sousa; o qual, dando-se a el-Rei no foro de seus avós, o serviu em muitas armadas e se achou no cerco de Mazagão e na armada, em companhia do Capitão Pero Corrêa de Lacerda, onde também ia Aires Jácome Raposo, Bartolomeu Favela da Costa, naturais da ilha de São Miguel, contra um galeão grande e dois patachos de cossairos ingreses que andavam antre estas ilhas da Terceira e São Miguel, onde contam que lhe tiraram quatrocentos pelouros, e outros dizem quinhentos, e o furaram todo, matando-lhe muita gente, até que uma noite desapareceu e fugiu dentre a armada; e renderam um dos patachos, cujo capitão se deitou ao mar (quando viu que os seus já não queriam pelejar, e cruzando as mãos se rendiam), vestindo-se muito bem de seus melhores vestidos, pondo ao pescoço suas cadeias de ouro, e, vindo assim vestido de festa a bordo, arrancou à vista de todos uma adaga com a mão esquerda (por trazer a direita muito ferida ou quase decepada) e, metendo-a em si pelos peitos, se deitou juntamente no mar, onde se foi ao fundo dele e do Inferno celebrar as tristes festas, para que assim de festa se vestira.

Também se achou Brás Soares de Sousa em África, na conquista e tomada do Pinhão, indo na armada que el-Rei de Portugal mandou ao Católico Rei Filipe para o ajudar a conquistar, e em outras armadas e batalhas, onde sempre se mostrou bom cavaleiro e valente soldado.

Estando uma vez em Lisboa (como dito tenho), adoeceu de uma grave enfermidade e, recolhendo-se por esta causa a casa de uma honrada fidalga, viúva, chamada Maria da Câmara, filha de Antão Roiz da Câmara, filho (sic) ([305]) de João Roiz da Câmara, quarto Capitão que foi desta ilha de São Miguel, e mulher que fora de João Nunes Velho, honrado fidalgo, filho de Duarte Nunes Velho, sobrinho de Frei Gonçalo Velho, comendador de Almourol, primeiro Capitão que foi da ilha de Santa Maria, pelo conhecimento que tinha dela, do tempo de sua criação na mesma ilha de Santa Maria, e ainda muito parentesco antre eles, foi ali dela bem servido por tão prolongado tempo em sua doença, que, depois de ser curado e ter perfeita saúde, por ser tão generoso e grato ao bem e serviço que dela recebera, não achou igual paga, com que lhe pagasse, senão com casar com uma sua filha, que em casa tinha, de grande honestidade e virtude, chamada D. Dorotea; mas casou muito pobre, sendo, como é, tão honrado e morgado, herdeiro de uma tal capitania, por fazer esta virtude e agradecer o bem e cura que em sua doença lhe fizeram; pelo que Nosso Senhor, que é todo bem e riqueza, lhe fará muitos bens e dará grandes riquezas, além da virtuosa fidalga e perfeita mulher que lhe deu, por riqueza e dote mais principal que todos os homens prudentes devem pretender e buscar quando se casam, que é antes mulher sem dinheiro que dinheiro sem mulher, pois que, ele gastado, sem ele se fica e sem ela.

Sendo assim casado, se tornou com sua mulher para a ilha de Santa Maria, onde foi bem recolhido do Capitão, seu pai, que, por descansar dos cuidados do mundo, já lhe tinha largado

o governo da ilha, que governou até o falecimento de seu pai, e governa agora com muito espírito e prudência.

E passado algum tempo depois, adoeceu seu pai (como disse) de parlesia, com que não podia bem pronunciar o que falava, e assim esteve muitos dias vivo e enfermo, como em Purgatório, mas com bom juízo, ainda que não tão perfeito, e com o temor e amor de Deus, que sempre teve perfeitíssimo, tendo saúde e vida, até que Deus houve por bem de o levar para si.

O filho, Brás Soares de Sousa, é homem pequeno do corpo, de meia idade, gentil-homem, discreto, bem assombrado, conversável, grave, e de grandes espíritos, manso a seu tempo e colérico quando é necessário; e ainda que alguns tenham outra opinião, a minha é que nenhum homem sem cólera, medida com razão, prudência, verdade e saber, é para ser Capitão, nem ter algum cárrego honroso, porque sem ela, tida a seu devido tempo, não fará nunca nada; tenha furor zeloso quem manda, ainda que seja murmurado dos que reprende (sic) e castiga, deitando a culpa que eles têm nos erros que fizeram à cólera do superior, que, sem ela, os não pode bem castigar, nem governar como deve. Finalmente, afirmo que quem tem cargo de mandar há-de saber ser mais manso que cordeiro, a seu tempo, e mais bravo que leão, quando releva, porque outro modo flemático (sic), no que manda, é condição não de homem, mas de cepo.

Digo esta verdade rasa, porque sei que não é tão aceito aos súbditos, feitos à sua vontade, o modo de mandar perfeito do governador cuidadoso e ardiloso, pelo uso e criação que tem da sobeja brandura daqueles que, quando dantes os mandavam, nunca lhe souberam nem quiseram dizer que mal faziam, e em vez de assoprar, quando o fogo morria, lhe deitavam água em cima de sua brandura. Mas, console-se quem bem governa com saber, que é certo sinal isto de seu bom, discreto e perfeito governo, que se deixasse cada um viver à sua vontade, sem lhe ir à mão a seus descuidos, contentaria aos homens, que não querem reprensão, e a Deus descontentaria, que quere justiça. Mas, se algum destes dois se há-de anojar e ofender, descontentem-se e ofendam-se os homens, por agradar a Deus fazendo o que ele manda. Sufra-se (sic), pois, quem faz o que deve em seu ofício ou cargo para mais merecer, quando é por isso murmurado, pois é costume antigo do mundo mimoso e da mimosa natureza dar peor galardão a quem, por meio de alguma aspereza muito leve, mais procura seu bem e seu descanso.

E, ordinariamente, sobre os bons governadores, que de novo vêm com algum cuidado e rigor necessário, caem as culpas, flemas e remissões que os passados tiveram, e tudo isto Deus permite, e que seja murmurado o bom juiz de bom governo, por fazer maior mercê a quem acerta no que manda sem temer, nem dever, e sem mostrar nem ter aceitação de pessoa alguma, para que, tendo com isso paciência, diante de Deus e dos homens prudentes mais mereça. Digo isto, porque o Capitão Brás Soares de Sousa, logo no princípio, foi tido por algum tanto áspero, sem o ser, mas, já agora, depois que caíram os súbditos na conta de sua grande prudência e amor da pátria, é também de todos com leais corações e amor obedecido.

Tem este Capitão de sua mulher, D. Dorotea da Câmara, três filhos e algumas filhas: o mais velho, que será de dezoito anos, se chama Pero Soares, o segundo, Manuel de Sousa, o terceiro, António Soares, e das filhas duas são freiras no mosteiro da Esperança da cidade da Ponta Delgada ([306]).

É este ilustre Capitão de grande ânimo, por ser homem cursado e experimentado na guerra, como já disse, e, por isso, antes de ter o governo da ilha, morando seu pai, Pero Soares, em uma sua quintã, meia légua da Vila, o tinha na mesma Vila em umas suas casas, onde morava, para acudir por ele a alguma pressa ou rebate de imigos, se sobreviesse, estando ele fora, como aconteceu à entrada dos cossairos na Vila, onde, acudindo com grande diligência e esforço o dito Brás Soares de Sousa, foi ferido, como logo contarei. E depos sustentou a ilha na obediência de el-Rei Filipe, mandando fazer uma forca para espantar e castigar aos revéis, pelo que Sua Majestade lhe fez mercê da comenda de Cristo, com sessenta mil réis de renda, pagos na Alfândega desta ilha de São Miguel, com esperanças de lhe fazer depois maiores mercês, como ele merece.

CAPÍTULO DÉCIMO SÉTIMO ([307])

EM QUE A VERDADE COMEÇA A CONTAR UMA ENTRADA QUE FIZERAM UNS COSSAIROS NA VILA DO PORTO DA ILHA DE SANTA MARIA

O sono, Senhora, e pouca vigia, é às vezes causa de se perder a fazenda e vida; este, ocasionalmente, fez cortar a cabeça a Holofernes e desbaratar seu exército; este deu ânimo e forças a uma fraca mulher, com que matou ao valente capitão Sisara; este deu atrevimento a dois ladrões, com que mataram a Isboseph; este foi meio com que David tomou as armas a Saúl de sua tenda e cabeceira, e, segundo ficções poéticas, foi ocasião com que tomassem e se assolasse a soberba Tróia e Mercúrio furtasse a vaca Io ao pastor Argos, de cem olhos, quando com todos dormia; este privou ao grande gigante Polifemo de um só olho que tinha e causou outros muitos males, perdas e ruínas de castelos, cidades e vilas estranhas, como também foi causa de se tomar, roubar e saquear pelos cossairos uma só vila que havia na ilha de Santa Maria, aqui nossa vizinha, de que vou contando, há muito pouco tempo, como agora direi.

Um sábado à tarde, às três horas depois de meio-dia, pouco mais ou menos, quatro dias de Agosto do ano do Senhor de mil e quinhentos e setenta e seis, véspera de Nossa Senhora das Neves, que aquele ano caiu ao domingo, passou de Ponente para o Oriente, ao longo desta ilha de São Miguel, um grande galeão de cossairos franceses e uma nau mais pequena e uma zabra; e, indo ter a Vila Franca a zabra, perto do ilhéu, que está defronte da Vila, e o galeão grande perto da zabra, e a outra nau mais pequena engolfada no pego do mar, estando, pegada com o ilhéu uma nau armada do Grão-Capitão Francisco do Rego de Sá, a gente da qual e de outro navio que ali estava, vendo ir os cossairos, fugiu para a terra, ficando um só homem dentro, porque quis ficar, o qual, vendo a lancha perto, pôs o fogo a tiro, e outro lhe atiraram de terra, o que sentindo os da lancha dos imigos, eles e as suas naus se fizeram todos na volta do mar, e, navegando para o Sul com vento galherno (sic) Noroeste Nornoroeste, que, então, ventava de cima, escassando-lhe (sic) e faltando-lhe o vento, deitando ante-manhã a lancha diante a remo, e o galeão e nau indo detrás, foram amanhecer ao dia de Nossa Senhora das Neves, que era domingo, um quarto de hora antes de sair o Sol, junto do porto da Vila da ilha de Santa Maria, achando a gente da terra sem vigia, ainda dormindo e descuidada naquele tempo, sendo dantes ordinariamente vigiada de dia e de noite por mui boa ordem. Mas, porque havia oito dias, pouco mais ou menos, que eram chegadas duas caravelas que foram desta ilha de São Miguel, uma de José Gonçalves e outra de António Roiz, e sendo-lhe perguntado ao despacho se havia novas de cossairos, disseram que não, e um dia antes que a terra fosse entrada chegara um navio de Cezimbra do Porto, que viera da ilha da Madeira, respondeu, sendo-lhe perguntado, não haver novas de cossairos; com o dito dele e das caravelas vieram a descansar da vigia na terra, com lhe parecer que o mar estava seguro, o que não fizeram se tiveram outra nova, sem embargo de lhe ser muito custoso vigiar-se em tal tempo, por serem todos os moradores dali lavradores e seareiros, que naquela conjunção estão sempre nas suas eiras, fora da Vila, como, então, estavam. E, pelas novas, acima ditas, de não haver imigos, estavam todos tão descansados do trabalho que tinham de se vigiarem, que, no princípio da noite dantes, a mulher do almoxarife Tomé de Magalhães, homem dos mais principais da terra, filho de Bento Dias, que também foi almoxarife, disse a seu marido que muitos anos havia que tão descansada se não achara, sem temor de imigos; e, por este seguro, que todos tinham entendido, não foram vigias à Ribeira Seca, defronte do ilhéu, que está do porto ao Sudoeste pouco menos de meia légua, que é a principal vigia para guarda da terra; e, pela mesma causa, não foi também vigia à ponta do Marvão, que fica da outra banda de Leste pouco espaço do porto, com as quais vigias se não pode entrar no porto sem serem os que entrarem sentidos. Somente vigiaram da ermida de Nossa Senhora da Concepção, que está sobre o porto, quatro homens, dois dos quais, acabando de vigiar o seu

quarto, se foram dormir a suas casas; os dois, que ficaram, adormeceram por serem homens trabalhadores e irem ali cansados do trabalho.

Sucedeu também que o sábado à tarde, véspera do dia da entrada, se achou um mancebo na vigia, por nome João de Matos, que aquele dia lhe coube no pico do Figueiral, que está da Vila para a banda de Leste meia légua, donde se vigia de dia o mar, o qual vigiando e não vendo vela nenhuma, antes que se tornassem para sua casa, atou dois fachos com tenção de os pôr no lugar costumado, para que na Vila vigiassem de noite, e por temer alguma reprensão o deixou de fazer; mas, sendo caso que se puseram, não há dúvida senão que se vigiaram de noite muito, como faziam dantes.

Estando o povo desta maneira descansado, e as duas caravelas desta ilha de São Miguel, carregadas para partir para cá, já de largo, se diz que meia hora antes que nascesse o Sol três moços da caravela de José Gonçalves foram tomar cranguejos (sic) ao ilhéu e à terra, que está um quarto de légua da Vila, e, chegando ao pesqueiro, que chamam de Malamerenda, viram antre o ilhéu e a terra ir remando a lancha, e, suspeitando o que era, tornaram logo com muita pressa, remando e gritando, caminho do porto, a dar aviso às caravelas que se recolhesse a gente delas para terra; e, antes de chegarem na bateira, indo uma moça, chamada Caterina Gaspar, filha de Florença de Seixas, mais vizinha do porto, buscar água à ribeira, que está abaixo da ermida de Nossa Senhora da Concepção, viu de cima da rocha ir remando a lancha muito depressa e os moços da bateira diante dela fugindo, e, vendo isto, dando gritos, foi bater à porta de um Belchior Lourenço, pescador, dizendo com voz alta que vinha ali uma barca remando e não sabia se seriam franceses; e, alevantando-se com pressa o pescador, e vendo a lancha, foi gritando pela rua acima, apelidando a gente, dizendo que acudissem, que eram entrados franceses no porto.

Entretanto, as barcas se vinham, com o bradar dos moços, atoando para terra até abicarem nela, e a lancha atrás delas, dentro pela baía do porto, os quais, vendo os das barcas perto de si, se lançaram ao mar e a nado escaparam.

Com os brados do pescador Belchior Lourenço acordaram e se alevantaram algumas pessoas, acudindo com muita pressa com as armas com que cada um podia, e alguns sem elas, e, chegando sobre o porto e vendo a lancha, pareceu a todos que não queriam mais os imigos que levar as caravelas que nele estavam, pelo que, ao desembarcar, lhe não fizeram resistência, nem havia com quê, ainda que lha quiseram fazer; nem um homem que tinha cuidado de umas peças de artilharia, que aí estavam, estava, então, na Vila, porque ia para fora com os vereadores a fazer exame pelos lugares da banda do Norte, e, quando chegou, já eles estavam em terra.

Mas antes que a ela chegassem, trazendo o beneficiado Pero de Frielas fogo de cima da rocha, onde se ajuntaram três ou quatro homens, um dos quais era António Fernandes, escrivão, home animoso, puseram fogo a um tiro que passou por alto, por estarem já os franceses debaixo da rocha, o qual ouvindo eles, acharam-se embaraçados, como gente que não sabia haver artilharia na ilha; e, tornando-se a determinar, arremeteram à terra e, enxorando a lancha nela, desembarcaram como homens que já não tinham outro remédio, porque, tornando atrás, os podiam meter no fundo; pela qual razão se suspeita que não vinham a mais que a saltear os navios, e assim parece ser pelo arreceio que tiveram no saltar em terra e pela desordem com que acometeram, e eles próprios, depois, se espantavam da maneira com que a tomaram.

Mas, por irem enlevados nas caravelas que se acolhiam à terra, foi causa de desembarcarem nela e, por não verem mais gente que os que lhe tiraram com o tiro, escolheram e tiveram por mais seguro o ir por diante que o tornar para trás, por sentirem estarem os da terra poucos e descuidados, como na verdade o estavam. Assim que é de crer (segundo alguns) que, se as caravelas não foram, tal não cometeram, as quais caravelas houveram de partir ao sábado, véspera da entrada, mas, impedidas pelos oficiais da Câmara, por dizerem que levavam trigo sem despacho, não partiram (porque quando há-de vir algum mal, tudo se vai asando para ele). Outros dizem que vinham determinados para tomar a terra, e sinal disto é trazerem eles, como traziam, cada soldado seu cordel na cinta para amarrarem as mulheres e matarem os homens, e com tenção de chegarem duas horas ante-manhã; e, por ser longe o lugar donde a lancha se apartou das naus, não puderam os que nela iam vingar mais que ir amanhecer ao porto e, entrando pela baía dele, remando com grande força e pressa, passaram por antre as barcas e um navio que aí estava, sem fazerem caso dele, e

enxoraram na areia, onde logo saltaram fora, e o primeiro que saltou, com uma partesana ([308]) nas mãos, fez na areia uma cruz e se benzeu, chamando os outros com a mão que saíssem depressa. E, seguindo o capitão, começando a caminhar pela ladeira arriba, ouviram uma voz dos da terra dizendo: "Não há aqui fogo?", agastado de o não achar para atirar aos contrários; o que ouvido por eles, disse o capitão: "Arriba, canalha, que não têm fogo!". E depressa começou a andar, chamando pelos companheiros, que logo o seguiram, indo todos subindo pelo caminho de carro e ladeira, direito para a Vila.

Ao qual acudiram alguns homens, sc. Brás Soares de Sousa, logo-tente de seu pai, e António Fernandes, escrivão, o vigairo Baltazar de Paiva, o padre Pero de Frielas, beneficiado, Belchior Homem, o Moço, Joanne Anes, criado do Capitão, António Fernandes, sapateiro, filho de Cristóvão Fernandes, sapateiro, e Manuel Fernandes, alfaiate, lançando-lhe de cima pedras grandes pela rocha abaixo, com que os espantaram e fizeram tornar atrás, ao porto, onde se recolheram. E, antre estes primeiros que ali acudiram da terra, foi também uma mulher, natural desta ilha de São Miguel, que fez maravilhas, atirando às pedradas e acarretando pedras, trazendo-as aos homens para atirarem com elas.

Como tenho dito, da banda do Sueste da Vila está uma ribeira grande, de muita água, com que moem muitos moinhos todo o ano, e onde esta ribeira se mete no mar era antigamente o porto da Vila, a que chamam agora o Porto Velho, e passaram a serventia dele à outra banda do Noroeste, por ser melhor porto, junto de uma ribeira que leva pouca água no Inverno e no Verão nenhuma; além da qual está outra ribeira, também de pouca água, a que chamam ribeira do Sancho, e vem-se ajuntar com outra no porto, onde faz um rechão; e antre estas ribeiras fica uma lomba com um fragoso espigão, estreito e íngreme, que se vai para cima cada vez mais alargando, correndo direito ao Nordeste, e no meio a semeiam de trigo, e sempre fica a dita lomba ao nível com a Vila, ou padrasto dela; pela qual os franceses, fugindo das pedras que lhe lançavam de riba, e recolhidos ao porto, havendo seu conselho, fizeram subir vinte, outros dizem que trinta, arcabuzeiros dos seus por esta lomba, que está defronte, donde lhe botavam as pedras, para a banda do Noroeste, e dali se puseram a fazer seus tiros aos da terra para os fazer recolher; e os outros tornaram a cometer a Vila ao longo de uma ribeira, encobertos das pedras, e, com os tiros que os da lomba tiravam, tiveram estes lugar para subir, por haver da parte dos da ilha pouca gente e poucas armas, defendendo as espingardadas dos imigos que na lomba estavam que ninguém acudisse a defender a entrada, botando pedras pela rocha e ladeira abaixo contra os que subiam, e alguns da terra, que se quiseram desmandar e defender-se, foram feridos e outros mortos; os quais tinham o encontro às pedradas, só os que subiam a entrar na Vila, por não terem armas de que melhor se pudessem valer, o que não puderam sofrer nem sustentar por muito espaço pelos matarem e ferirem com a arcabuzaria os que estavam na lomba.

E a primeira pessoa que mataram com um tiro foi Amador Vaz Faleiro, homem animoso e principal, que aquele ano servia de vereador, e feriram a Francisco de Andrade, escudeiro, fidalgo nos livros de el-Rei, em um braço, e um seu irmão, por nome Duarte Nunes, em uma perna, naturais da terra e dos mais honrados, e a Jácome Tomé Faleiro, dos principais, e a um António Fernandes, sapateiro, homem mancebo e animoso, com que durou até o outro dia, em que faleceu, e a Domingos Jorge, ferreiro.

E os que daqui escaparam, fugindo dos tiros que da lomba lhes tiravam e neles faziam pontaria, se abrigaram com as casas, metendo-se na rua do Capitão, esperando detrás delas o segundo encontro dos imigos. Neste tempo, alguns dos contrários, que se meteram pela ribeira acima, subiam pela ladeira, pelo quintal do vigairo Baltazar de Paiva e defronte do granel de Baltazar Velho de Andrade, por onde cometiam entrar na Vila, e, querendo os da terra defender a entrada, mataram os cossairos a um Frutuoso Fernandes, homem trabalhador, o que vendo os outros da terra, começaram a fugir e, dizendo um Amador de Goes, surrador, a Manuel de Sousa, soldado de Itália, de quarenta anos, e irmão do Capitão Pero Soares de Sousa: — "Senhor, vamo-nos daqui que nos matam com os tiros", lhe lançou ele mão do gorjal do pelote, dando duas espaldeiradas a dois homens que se retraíam e dizendo: — "Tá, não fujais nem se vá daqui ninguém!". E como os imigos vinham depressa, não houve mais vagar que de largar Manuel de Sousa a Amador de Goes e com a sua espada e rodela se arremessar a eles, dizendo: — "Ah, duns perros, cães, que aqui vos hei-de comer os fígados!"; as quais palavras o Amador de Goes, indo com outros fugindo, lhe ouviu e, virando o rosto, o viu derribado em terra de um tiro de escopeta, que um dos contrairos lhe tirou de tão perto, que quase lhe pôs a escopeta nos peitos. E é de notar o juízo de Deus que, sendo este Manuel de Sousa absente

da dita ilha havia quarenta anos, pelo homízio e morte do filho de Rui Fernandes de Alpoem, que atrás disse, e tido já por morto, veio aquele ano à dita ilha para nela pagar daquele modo o mal que nela fizera.

E também feriram a Pero de Andrade, escrivão da Câmara, atravessando-lhe uma perna pela coxa da banda de dentro, o qual se acolheu pela ribeira do Sancho arriba, onde esteve aquele dia, que era domingo, até a segunda-feira à noite, que, de gatinhas, se saiu por uma lomba e foi ter a uma eira, onde o foram achar muito mal tratado, mas, depois de curado, sarou bem e viveu.

E em chegando Amador de Goes ao canto de Simão Álvares, viu vir outro magote de franceses pela rua do Capitão arriba, muito depressa, que eram os que subiam pela ladeira do porto, onde os estavam esperando os que de cima do mesmo se recolheram, e ali feriram na mão direita, na raiz do dedo mindinho, ao filho mais velho e morgado do Capitão Pero Soares de Sousa, chamado Brás Soares de Sousa, que, como valente soldado e homem de grandes espíritos e esforço, estava na dianteira, e a Fernão Monteiro de Gamboa, capitão de uma companhia, pela barriga, ambos de um tiro, passando o pelouro de uma parte a outra pela carne, junto do embigo (sic), sem penetrar as tripas, de que esteve muito mal, e se curou depois nesta ilha de São Miguel, deixando-se escalar todo com muito ânimo; e feriram a Manuel Jorge, alfaiate, valente mancebo, e mataram Aires Gonçalves, também alfaiate, e a Nicolau Álvares, pescador, e Simão Álvares, cirurgião, que havia estado de princípio sobre a rocha e se tornou a recolher em sua casa, e se trancou de dentro, donde, ouvindo o estrondo que na rua se fazia, saiu à sua janela e, deitando fora a cabeça para ver se vinham os franceses, lhe deram uma arcabuzada nela, passando-lha com o pelouro de parte a parte, de que logo caiu para trás no sobrado, onde depois foi achado, inchado e podre.

CAPÍTULO DÉCIMO OITAVO ([309])

COMO SE DESPEJOU A VILA DOS MORADORES E FOI TOMADA DOS IMIGOS, COM O QUE MAIS PASSOU EM UM ENCONTRO QUE COM ELES TIVERAM OS DA ILHA, ATÉ QUE OS OUTROS DESEMBARCARAM

Enquanto isto, que atrás disse, passava, as mulheres se recolheram todas, com muita pressa, para fora da Vila, e as mais delas em camisa, tão súpita e não esperada, nem cuidada, foi a chegada destes cossairos; e sendo esses homens, uns mortos, outros feridos, e os que ficavam poucos, por estarem recolhendo suas novidades fora da Vila, não houve mais resistência, e cada um fez por se recolher e salvar a vida, que vale mais que a fazenda, porque, quanto ao que à honra tocava, não se pôde mais fazer.

E assim os imigos, indo pela Vila, sem ordem nem esquadrão, senão como cada um queria, três a três, e a quatro a quatro, entretanto uns na igreja da Misericórdia, começaram a tratar mal o altar, vendo-os Fernão Monteiro de Gamboa, que eles não viram que estava no coro, ferido da maneira que tenho dito, até que eles passaram, e assim foram até o cabo da Vila, uns por uma parte e outros por outra, despejando e roubando o melhor dela.

O vigairo Baltazar de Paiva, até este tempo, sempre teve para si que não entrariam aqueles cossairos a Vila, e, cuidando que se defenderia, andava na dianteira, ajudando e animando a todos. E vendo neste tempo que já entravam pelas ruas da ermida de Nossa Senhora da Concepção, onde estava ajudando a defender a entrada, lembrando-lhe o Santíssimo Sacramento, foi correndo a sua casa buscar umas chaves para o ir tirar do sacrário e pôr em cobro. Chegando a casa, chegava um seu moço, de idade de dezoito anos, chamado Belchior Luís, com o seu cavalo, de fora, e, mandando-lhe que trancasse as portas e selasse o cavalo, se meteu dentro em casa a buscar as chaves e, querendo sair de casa, foi primeiro ver da janela da rua se apareciam alguns imigos e viu passar adiante da sua porta três, com piques nas mãos, espadas na cinta, e, tornando-se à janela do quintal, para se deitar por ela abaixo, viu já no mesmo quintal, junto da porta, quinze ou vinte soldados e, tornando-se à janela da rua, viu em baixo, no cabo dela, vir para cima quatro ou cinco arcabuzeiros. Determina-se, então, sair pela porta da rua, e, antes de sair, disse ao moço, que lhe estava selando o cavalo: — "Moço, deixa acabar estes ladrões de entrar na Vila e, como não vires nenhum no quintal, sai-te por ele no cavalo e vai pela ribeira arriba ter à igreja, que lá me hás-de achar, ou morto ou vivo". E, dizendo isto, saiu com muita pressa, a todo correr, ficando-lhe os arcabuzeiros nas costas, que lhe tiraram um tiro sem acertar, por ver as cabeças de outros que estavam já nos quintais para saltar na rua de António Coelho, não ousando ir por ela, e passou por antre os três cossairos, que diante dele vira passar dantes com os piques, os quais foram após ele, sem o poder alcançar, até se pôr na rua Direita, por onde foi ter à igreja.

E neste tempo entravam já os imigos por muitas partes na Vila, matando os que podiam alcançar e espantando outros que fugiam.

Chegando o dito vigairo ao adro da igreja, achou nele um António Pinto, casado, homem trabalhador, e lhe disse: — "Entretende às pedradas estes ladrões, que não entrem na igreja, enquanto vou tirar do sacrário o Santíssimo Sacramento". E o António Pinto pelejou, como valente, detendo-os um pouco espaço às pedradas, que, se isso não fora, sem dúvida nenhuma os imigos mataram o vigairo dentro na igreja. O qual descendo pelos degraus do altar-mor com o Santo Sacramento em um cofre, entrava o seu moço (que rompeu pelos franceses, sem o matarem), trazendo-lhe o cavalo por onde o dito vigairo lhe tinha mandado, e, entrando sobre ele pela porta travessa da igreja, da banda do Sul, foi ter à capela-mor, onde se apeou, e, subindo o vigairo no cavalo, deu, entretanto, o cofre com o Santo Sacramento ao moço, e, tornando-lho a tomar, lhe disse que o seguisse, apegando-se no rabo do cavalo; e se saía pela mesma porta travessa do Sul, por a outra, da banda do Norte, estar fechada com

chave da banda de fora, e a porta principal somente ter um postigo aberto, e os imigos defronte.

Saindo ele pela porta do Sul, viu vir quatro arcabuzeiros demandar a mesma porta e, perplexo e duvidoso por quais deles romperia com o cavalo, olhou para trás e disse ao moço: — "Sigue-me (sic) e pega-te ao rabo do cavalo, que quero romper por onde estão estes dos piques, que estão da banda da porta principal, que tem menos perigo que estoutra dos arcabuzeiros". E neste olhar para trás viu aberta a outra porta travessa da banda do Norte, estando ela (como disse) fechada de fora com chave e de dentro com tranca, e sem atentar, então, por isso, cuidando que alguém lha abrira, voltou com o cavalo, saindo por ela correndo, sem ver ninguém junto da porta; e logo os imigos o cercaram, assim pela banda da porta principal como por detrás da capela-mor, e, saltando ele com o cavalo o peitoril do adro, sem poder ir pelos portais dele, por estarem tomados dos contrários, se acolheu, com o moço detrás do cavalo, pela rua arriba, fora da Vila, e ali lhe tiraram uma arcabuzada, que lhe deram pela borda do sombreiro, indo alguns quatro ou cinco de piques e espadas na cinta após ele, e chegando arriba das derradeiras casas da Vila, onde morava Amador Vaz Faleiro, que já por eles, em baixo, ficava morto, vendo a Helena de Alpoem, mulher deste defunto, com duas netas suas, lhe disse: — "Saí fora, Senhora, e fugi, que vêm aqui os cossairos!"

E ela começou a correr, com passo vagaroso de oitenta anos para cima, que tinha de idade, levando consigo as meninas, com cada uma sua trouxinha à cabeça; e, levando-as diante de si e animando-as que corressem, as iam alcançando os cossairos, pelo que foi necessário ao vigairo acolher-se a cavalo pelo não matarem, sem lhe poder valer. E, chegando à ermida de Santo Antão, achou nela muita cópia de gente, homens e mulheres, onde, tirando o Santíssimo Sacramento do cofre, lho amostrou, dizendo algumas palavras de consolação espiritual, que aquele tempo requeria, com que houve grandes clamores, gritos e lágrimas de todo o povo. E acabado isto o recebeu, com muita reverência e devoção, acompanhada também com muitas lágrimas.

Não há dúvida senão que milagrosamente escapou o vigário da igreja principal com o Santíssimo Sacramento e se lhe abriram as portas travessas da banda do Norte, por si, ou algum Anjo, por mandado de Deus, lhas abriu, porque elas estavam fechadas da banda de fora, e de dentro com a tranca, e não havia ali de dentro nem de fora quem as pudesse abrir senão ele e o seu moço, que as viram abrir naquele grande conflito, de que não podia escapar com a vida, se Deus lhas não abrira. Nem os imigos ali haviam chegado, pelo que o dito vigairo, para verificar o milagre que Deus fez, contou depois na estação, em muitos domingos, este caso, perguntando se alguma pessoa se achara ali, ou fizera por abrir naquele tempo aquelas portas, e não se achou alguém que tal fizesse, nem ao tal tempo ali se achasse, senão António Pinto, que foi o derradeiro que dali partiu sem chegar à dita porta, por onde ficou claro ser milagre que Deus fez, de que o vigairo não tirou estromentos por não se achar ali mais gente que ele e o seu moço, sem levar, por antre os imigos tão armados, outra fazenda, senão a Deus, que é toda riqueza; e, por poor (sic) em cobro o Santíssimo Sacramento e fazer por defender a terra, como pai da pátria, não lhe lembrou sua casa nem o que nela tinha, que valeria mais de quatrocentos cruzados, que lhe roubaram. Mas o Deus que ele quis tirar do poder dos hereges o livrará a ele de outros imigos e lhe dará, pelas riquezas que perdeu temporais, outras eternas.

O tesoureiro, sentindo o rebate dos cossairos, havia tirado também a prata da igreja que ele tinha a seu cargo, levando consigo três cálices de prata, e um dourado, e a cruz e turíbulo, também de prata, e todos os corporais que havia na igreja. A outra se perdeu, por ele não ter a chave que tinham os mordomos do Santo Sacramento, que era uma custódia e todos os ornamentos da confraria, que estavam fechados em uma caixa. E também a da Misericórdia foi roubada dos imigos, e um cálice e ornamentos da capela de Duarte... ([310]), que estava tudo fechado em um armário, e a coroa de prata da imagem de Nossa Senhora, com todos os ornamentos da igreja.

Despejada desta maneira a Vila, e entrados os cossairos e posta a maior parte deles junto da igreja principal, e outros andando roubando, a quem primeiro chegaria para levar as primícias do que achassem, ficaram nela somente dois ou três homens velhos, e um negro cego, e duas mulheres muito velhas, de setenta anos para cima, e mais dos oitenta, uma chamada Helena de Alpoem, mulher de Amador Vaz Faleiro, o primeiro homem que mataram, e uma neta sua, menina, filha de Matias Jorge, e outra neta sua, bastarda, também menina, como tenho dito; e a outra mulher velha era Caterina Bernaldes, mãe do padre Bartolomeu

Luís, ali beneficiado; e nenhuma outra mulher tomaram, pela bondade de Deus, que foi uma mercê mui grande que ele fez a toda a gente da terra; e está claro que o encontro que tiveram os da terra aos franceses foi causa de não tomarem muitas mulheres nas camas, porque, como disse, em camisa saíram as mais delas, sem salvarem mais que suas pessoas.

Estando os imigos de posse da Vila, os homens, que escaparam, se recolheram todos a uma ermida de Santo Antão, que está direito da mesma Vila ao Noroeste, pouco mais de dois tiros de besta, onde, ajuntando-se os mais chegados moradores e outros de mais longe, que iam para a igreja ouvir missa, esperaram pelo Capitão Pero Soares de Sousa, que estava naquele tempo fora da Vila, no Paúl, uma quintã sua, e, em chegando, houve logo diversos pareceres antre todos, uns que tornassem a cometer a Vila e outros em contrário, dizendo que esperassem que acudisse toda a gente da ilha, porquanto os que estavam juntos eram poucos e desarmados, pelos tomar o rebate fora, onde moravam alguns, e outros estavam recolhendo suas searas, e uns e outros tinham suas armas na Vila, já em poder dos imigos, por não irem com elas às costas aos alardos; outros diziam que os acometessem logo, antes que as naus ao porto chegassem, que neste tempo vinham da banda do Norte em distância de uma légua, e, pois os imigos que estavam na Vila não podiam ser mais que até sessenta homens, os podiam deitar fora ou vencer antes que as naus chegassem, o que não poderiam fazer depois de elas chegadas, pela muita gente que logo desembarcariam.

Estando o Capitão com estes pareceres indeterminado, se veio a determinar que fossem sobre os imigos e deu cargo a um Matias Nunes Velho e a Cristóvão Vaz Velho, fazendo-os capitães daquela gente, que fossem com ela dar sobre os imigos.

E foram logo, e chegando a eles, dois homens principais da terra começaram a dizer, correndo a grandes vozes: — "A eles, a eles, que já fogem!", com as quais palavras começou a gente correr desordenada, e o Capitão Pero Soares de Sousa também com eles, o que vendo uns homens honrados e prudentes, se chegaram a ele, dizendo-lhe que não se fosse dali com tal desordem, mas ele, como agastado e pesaroso do que até ali havia sucedido, não atentando a razão nenhuma (porque muitas vezes qualquer destes dois extremos, ou o muito pesar ou o muito prazer, não tem conselho), tomou uma lança na mão com muito ânimo, sendo, então, homem de mais de sessenta anos, enfermo e muito grosso e pesado, dizendo que o deixassem ir que queria ser o primeiro, e com isto começou a caminhar juntamente com os mais, indo os que alevantaram a lebre por capitães da dianteira, e desta maneira foram todos a quem mais correria.

E, como os imigos viram a determinação dos da terra, começaram a recuar atrás, por ordem, pouco espaço, por verem a desordem que os naturais levavam; estando quedos, puseram fogo às casas do arrabalde, arriba da igreja, por onde pareceu aos da terra que ardia a igreja e toda a Vila, e, juntos os cossairos, que se retraíram, com os que estavam na Vila, deram volta sobre os da terra e dispararam a arcabuzaria.

E, sem falta, os imigos foram desbaratados desta vez se foram avante os da terra, mas, como viram que os contrairos lhe faziam rosto com tanto disparar de arcabuzes, se tornaram todos a recolher, por onde o Capitão Pero Soares correu risco de o matarem, ou ficar em poder dos imigos, se acaso se não achara um cavalo em que o subiram os que com ele iam, e desta maneira escapou.

E também não há dúvida senão que os cossairos foram todos vencidos e mortos, se foram cometidos com ordem, por serem poucos e alguns deles estarem já embarcados, a fazer a saber às naus, que vinham de largo, como tinham a Vila tomada, para que lhe socorressem. E o fogo, que puseram os imigos nas casas, dizem ser ou por fazer terror, ou por dar sinal que os socorressem, e que estavam em aperto, o que fez cuidar que também poriam o fogo a toda a Vila. E com isto se tornou a gente ao lugar donde havia partido. Neste encontro mataram os contrários a um Martim Fernandes, e Sebastião Pires e Simão de Araújo, e feriram a Protesilau de Loura em um braço.

Seria isto já às sete ou oito horas do dia, pouco mais ou menos, e, então, apareceram as naus, que com tempo próspero foram ancorar no porto e botaram logo em terra a mais gente, que seriam, por todos, perto de quatrocentos soldados bem armados, com que os imigos ficaram mais fortes e seguros na Vila.

CAPÍTULO DÉCIMO NONO ([311])

COMO O CAPITÃO PERO SOARES DE SOUSA MANDOU PEDIR SOCORRO À ILHA DE SÃO MIGUEL E FOI PRIMEIRO A ELE O SARGENTO-MOR, SOMENTE COM UM SEU FILHO, E DO QUE COM SUA CHEGADA SE FEZ, ATÉ SE EMBARCAREM OS IMIGOS

Como o Capitão Pero Soares de Sousa viu a força e número dos imigos e a Vila deles possuída, logo no mesmo domingo fez esquipar um barco, que estava varado a Sant'Ana, e mandou nele um seu cunhado, Rodrigo de Baeça, castelhano de nação, que fora casado com uma sua irmã, a esta ilha de São Miguel pedir socorro. E, chegando ele à segunda-feira seguinte, às duas horas depois de meio-dia, à cidade da Ponta Delgada, desta dita ilha de São Miguel, deu a triste nova ao Capitão Manuel da Câmara, o qual, no próprio dia e hora, mandou logo com muita pressa chamar alguns dos principais homens da dita cidade, antre os quais foram Francisco de Arruda da Costa e o Grão-capitão Francisco do Rego de Sá, João de Melo, fidalgo, André Botelho, Baltazar Rebelo, Pero Álvares, cunhado do corregedor Manuel Álvares; o seu ouvidor; o dr. António de Almeida e o licenciado Gaspar Leitão, juiz de fora, Simão do Quental, sargento-mor desta ilha de São Miguel e capitão do número de Sua Alteza, Cristóvão de Crasto, também capitão do número de Sua Alteza, Francisco Dosouro (sic) ([312]), que fora sargento-mor desta ilha, Diogo Lopes, feitor que fora de Sua Alteza, e outros nobres e honrados cidadãos. Os quais, todos juntos em conselho, foram de parecer que com toda a brevidade se socorresse a ilha de Santa Maria.

E perguntando o Capitão-mor Manuel da Câmara a Simão do Quental, sargento-mor, quem levaria a gente a seu cargo, disse ele que ninguém a podia levar melhor que ele, pois o entendia bem, e que para o tal tempo e ocasião que estava oferecido e esperava o honrasse, dando-lhe o que tanto desejava. E não lhe respondendo o Capitão-mor a seu propósito, por certos inconvenientes, elegeram a Francisco de Arruda da Costa por capitão-mor do socorro. Com a qual eleição desesperado o sargento-mor Simão do Quental do que pedia, pretendeu buscar alguma invenção proveitosa, para que em tal ocasião pudesse mostrar os desejos que tinha de servir a Deus e a seu Rei; e, entendendo que o socorro não era possível fazer-se prestes em menos espaço de dois dias, disse ao Capitão-mor Manuel de Câmara que a Vila se tomara ao domingo, quando todos dormiam, e os moradores dela não podiam fazer mais que fugir com as calças nas mãos, e que forçadamente deviam de ter as armas perdidas e a gente havia de andar escondida e espalhada pelos matos por não ter com que se defender, e que o socorro, que esperavam desta ilha, não era poderoso, para que, sem mais ajuda, se pudesse livremente dar batalha aos franceses, pelo que a ele, sargento-mor, lhe parecia bem (porque entendia que o melhor da guerra era soprar e comer e, assim, o requeria a ele Capitão-mor que à própria hora lhe mandasse dar arcabuzes, pólvora e pelouros para se partir logo no barco que trouxera a nova, somente com seu tambor e um filho, chamado António do Quental, para ajuntar e armar a mais gente que pudesse e tê-la em ordem, para que, quando chegasse o socorro, todos juntos melhor e mais seguramente pudessem tomar vingança daqueles hereges, que tão profanadas tinham as igrejas de Deus e saqueada a Vila, com algumas mortes dos vizinhos dela.

Este parecer do sargento-mor foi aprovado por bom pelo Capitão Manuel de Câmara e por todos os mais que ali estavam presentes, ainda que não por todos, como é costume acontecer em ajuntamento de muitos e diversos juízes; e na mesma hora, sem dilação alguma, foram dados os arcabuzes, pólvora e pelouros que pedia, com que logo se embarcou com muita diligência na segunda-feira à tarde, somente com Rodrigo de Baeça, que trouxera o recado, e com um filho seu, e os barqueiros que remavam o barco, e com o seu tambor. E navegando aquela noite, como convinha a soldado, deu-lhe Nosso Senhor tal viagem que à terça-feira, meia hora antes de amanhecer, desembarcou em Sant'Ana, da parte do Norte, uma légua donde os imigos à parte do Sul estavam.

Antes de chegar o sargento-mor, entretanto que o foram chamar e ele foi, havia sucedido que os cossairos tinham mandado pedir ao Capitão-mor da ilha de Santa Maria cinquenta vacas e vinte porcos e trinta carneiros, ameaçando, se lhos não mandasse, que haviam de pôr fogo à Vila e às igrejas, ao que respondeu o Capitão que as cinquenta vacas não era possível mandar-lhas, pelas não haver em terra tão pobre, mas que lhe daria trinta, que eles aceitaram; e o Capitão mandou começar de ajuntar e mandar poucas e poucas, para com isto os entreter até chegar o socorro que esperava. E dizem alguns que também lhe mandaram pedir mulheres para lhe amassar pão e fazer biscoito, ao que o Capitão respondeu que não podia ser, por as mulheres haverem medo deles e não quererem ir, e suspeita-se que, se as mandaram pedir, foi por se assegurarem do arreceio que tinham de lhe vir algum socorro, entendendo que, se lhas mandassem, o não esperavam e podiam, então, estar seguros.

Chegado neste tempo o sargento-mor a Sant'Ana (como tenho dito), a primeira coisa que fez foi informar-se donde estava o Capitão-mor da ilha, Pero Soares de Sousa, e de uns pescadores soube estar daquele porto, onde desembarcara, uma légua, à vista dos imigos, com cem homens, pouco mais ou menos; e sabida esta verdade, lhe mandou logo recado que por nenhum caso deixasse passar pessoa alguma aonde estavam os contrários, e para isso pusesse todas as vigias necessárias para que não tivessem aviso do socorro que lhe ia de São Miguel, o que o Capitão-mor fez com muita diligência. E logo, com toda presteza, se carregou dos arcabuzes, ele e os barqueiros, com os mais que ali pôde ajuntar, que seriam, por todos, dez ou doze homens; todos carregados das mais munições começaram de marchar para onde estava o Capitão-mor da dita ilha.

E sabendo esta nova pela terra por onde passava, lhe começaram de acudir algumas pessoas que andavam abscondidas pelos matos, e não menos espantados que desarmados, aos quais animando o sargento, lhes dava armas com que se defendessem.

Caminhando desta maneira, chegou à vista dos imigos até à ermida de Santo Antão, que está acima da Vila pouco espaço, onde achou o Capitão-mor, de que foi recebido com muito gasalhado e devida cortesia, e logo mandou deitar bando que todos lhe obedecessem como a sua própria pessoa.

Achou-se o sargento-mor, com a gente que foi ajuntando e com a que tinha o Capitão-mor, com duzentos e cinquenta homens armados; e uns diziam que somente eram desembarcados na ilha cem arcabuzeiros franceses, outros que trezentos. E visto pelo sargento-mor quão temorizados andavam os moradores da ilha, temendo não quisessem pelejar, retirou a gente atrás em parte oculta, onde não fosse vista dos imigos, e ali a pôs em ordem, feito seu esquadrão conforme à gente e sítio do campo, com tenção (se não quisesse pelejar) de aguardar pelo socorro, e, se com prontas vontades o quisessem fazer, não esperar que outro fosse ganhar a honra naquela empresa, que ele antre as mãos tinha.

E, depois de posta a gente em ordem, lhe fez uma prática, como bom e discreto soldado veterano e homem experimentado em coisas semelhantes, dizendo-lhes claramente a vontade que tinha, ainda que estrangeiro, de morrer por seu Deus e por seu Rei, e por eles, em tão justa guerra, dando-lhes a entender quantas mais razões tinham eles de fazer o mesmo, pois lhe tinham sua própria pátria usurpada e saqueada, e viam arder suas próprias casas, com mortes de seus pais, irmãos e parentes, prometendo-lhes que iria diante quanto eles quisessem, animando-os todo o possível. Mas não abastou coisa nenhuma a persuadi-los que quisessem usar de alguma virtude das armas, porque os mais calaram, pondo os olhos no chão; e, ainda que havia antre eles alguns de valorosos ânimos, não abastavam sós resistir à força dos contrários, dizendo-lhe também o vigairo Baltazar de Paiva que não lhe parecia bem ir logo com aquela gente dar nos contrários, porque arreceava que só o deixassem.

Depois disto, lhe fez o dito sargento-mor outra prática, pedindo-lhe muito por mercê a todos se animassem e, já que não queriam ganhar de dia as honras perdidas, não quisessem que ficasse em perpétua memória dizerem os da ilha de São Miguel que, se eles não foram, viveram toda a vida desonrados, e que muito melhor lhes vinha ganharem eles por suas próprias mãos o perdido, para se desculparem com Deus, e com Sua Alteza, e com o mundo, que aguardar ajuda de outra parte, não a havendo mister, porque eram duzentos e cinquenta contra cem velhacos e hereges, porque ele não tinha para si que mais fossem; pondo-lhe diante que, se não queriam pelejar de dia, que à quarta-feira, de madrugada, uma hora ante-manhã, os poria em ordem de uma encamisada, com que sem perigo nenhum os tomariam às mãos. Tão pouco quiseram os da ilha aceitar este partido, por verem estar já o mau recado

feito, e, pois que tinham suas fazendas perdidas e roubadas, não quiseram aventurar as vidas pelo que não podiam, nem esperavam, já cobrar. O que visto pelo sargento-mor, ficou tal qual pudera ficar outro tão bom soldado de vinte anos de soldadesca, que tinha jubilado, e, vendo não ter outro remédio, determinou, desesperado, esperar o socorro.

Neste tempo, fugiu um negro de um Manuel Fernandes Faleiro, homem dos principais da terra, para os cossairos, de quem souberam como o sargento-mor era entrado e estava aguardando o socorro da ilha de São Miguel. E logo da Vila saíram perto de quinze ou vinte arcabuzeiros franceses para subirem aos Fachos, que é o mais alto da ilha, e daí vigiarem o socorro, que se esperava, para saírem a tomá-lo no mar. Mas o sargento-mor, entendendo o que podia ser, com muita diligência lhe saiu ao passo, com outros tantos arcabuzeiros valentes e escolhidos, e os fez tornar a recolher à Vila; e, tornando-se a Santo Antão, onde estava o Capitão-mor com trinta ou quarenta homens à vista dos imigos, e ajuntando-se todos, viram sair da Vila obra de cento e cinquenta franceses, todos arcabuzeiros, em um esquadrão fechado, os quais contou o vigairo Baltazar de Paiva, estando detrás da ermida de Santo Antão, a cavalo, onde se deixou ficar para este efeito de ver o número dos contrários; e iam para onde eles estavam. E como o sargento-mor tinha a mais gente de Santo Antão pouco mais de um tiro de arcabuz, deixando encarregado ao Capitão-mor que entretivesse com aquela gente os imigos, enquanto pusesse o esquadrão em ordem de investir com eles, porque entendia que forçadamente haviam de pelejar, e, logo a toda a pressa correndo, foi poor (sic) a gente da maneira que em tal tempo convinha à honra de um soldado veterano. E, piedosamente, acabava de os poor em ordem, quando o Capitão-mor, não podendo resistir aos imigos, se ia retirando para onde o sargento estava, seguindo-o os contrários às arcabuzadas, e descobrindo a gente e vendo-a em ordem de guerra, se detiveram por espaço de uma Ave-Maria, e logo começaram de caminhar por diante e escaramuçando, como soldados práticos na guerra. E espertando o sargento-mor a gente, pedindo a todos que não tirassem até que não chegassem mais perto e ele o mandasse, e tirando e arremetendo fosse tudo uma coisa, animando-os com palavras conformes ao tempo, eles, como bisonhos na arte militar, não querendo dar por o que lhes ensinava, tiravam os seus arcabuzes por espantar aos contrairos.

E como o sargento-mor andava diante de todos dez ou doze passos, estando dos imigos um tiro de pedra de mão, afligindo-se muito a gente, perguntaram o que haviam de fazer e ele lhe respondeu que cada um fizesse como visse que ele fazia. E, logo, dizendo isto, diante de todos arremeteu aos imigos, seguindo-o e acompanhando-o alguns mais esforçados da ilha, que juntamente arremeteram com ele contra os contrários, os quais se retiraram atrás cinco ou seis passos, mas logo tornaram a carregar sobre o sargento-mor, com que se afastou a gente algum tanto atrás, o que vendo o sargento, pediu a todos que o quisessem seguir e, pondo diante seis ou sete homens que lhe pareciam mais esforçados, animando a todos, tornou a arremeter com os imigos, os quais se tornaram a retirar, como de princípio, e tornando outra vez sobre o dito sargento-mor, andando já com eles quase baralhado, seu filho lhe pegou de uma manga da cajaca (sic) e lhe disse que se tivesse, porque a gente o não seguia. Olhando, então, ele para trás, viu-se de todos desamparado, pelo que lhe foi necessário ser tão valente pelos pés como soía sê-lo na guerra pelas mãos, e, chegando aos seus, com palavras e rogos os fez deter e alguns deles detrás de umas paredes baixas, cobertas de silvas, donde se defenderam dos imigos por espaço de uma hora; os quais, tornando-se a retirar à Vila, de caminho puseram fogo à ermida de Santo Antão, mas não ardeu dela mais que um pedaço do retábulo e as portas, porque, como eles foram mais abaixo, lhe acudiram os da terra, que iam carregando sobre eles às arcabuzadas até junto da Vila, e quiseram passar mais adiante, mas o sargento-mor o não consentiu, temendo haver dentro nela alguma cilada. À entrada da qual ficaram perto de cinquenta dos imigos, tendo rosto aos da terra, jogando as arcabuzadas de parte a parte até noite; os mais, assim como foram de cima, se embarcaram logo, querendo-se a este tempo já encobrir o Sol, e os outros, que ficaram ao longo de uma parede, como anoiteceu, fazendo lume e pondo umas pedras sobre outras sobre a parede, para que parecessem as suas cabeças (como na verdade o pareciam, e por tais as julgaram os da terra) e pondo também sobre elas os morrões acesos, para parecer que estavam ali presentes, se absentaram a todo correr e foram embarcar; os quais ouvindo um tiro de arcabuz que um de dois homens da terra atirou, foi o seu medo tal que, com ele e a pressa que levavam, se virou o barco com eles, onde lhe ficaram debaixo do mar algumas poucas coisas, que adiante direi, que se acharam ao outro dia pela manhã, que era quarta-feira, oito dias do mês de Agosto.

Antes disto, tinham já lançados todos os batéis ao mar, senão este, que ficou alagado pela pressa da embarcação, e uma caravela, mas as outras levaram consigo.

Saquearam estes cossairos a Vila de tal maneira no domingo, segunda e terça-feira, até a noite dela, que se embarcaram, que se não restaurará tão cedo, por ser já agora a terra mui pobre.

Nas igrejas fizeram muito dano; roubaram tudo o que acharam de ornamentos; somente uma vestimenta quotidiana, por acerto, e a prata, ficou pela indústria do tesoureiro, que primeiro a tirou. E levaram uma custódia (como já disse), que estava fechada na caixa do Santo Sacramento, e um cálice de uma capela que estava em um almário, e quebraram algumas cruzes e imagens de pau e a porta do sacrário, de que se dantes tirou o Santo Sacramento pelo bom acordo e diligência do vigairo.

Na mesma igreja parrochia (sic) usaram de muitas descortesias e sujidades, porque nela dormiam muitos, e comiam, e faziam o que mais queria sua maldade. E o mesmo fizeram nas ermidas. E por zombar (como contavam dois ou três velhos, que estavam na Vila forçados), vestiam as sobrepelizes dos sacerdotes e meteram um furão dentro em um açafate, à maneira de cofre, com a cabeça fora por um buraco que fizeram na coberta de cima, e assim contrafaziam a procissão do Santo Sacramento. Na companhia deles dizem que vinha um ingrês, que havia já vindo à ilha a comprar urzela, o qual foi o que lhe mostrou a entrada, pela ter já dantes sabida e vigiada, porque andara muito devagar vendo todos os portos da terra, quando nela estivera.

Morreram, nos encontros que houve com os imigos, dos da terra dez homens, e feriram onze, e um dos feridos foi António Fernandes, escrivão dos órfãos, natural desta ilha de São Miguel, que foi dos que atiraram com o tiro na primeira entrada e sempre se achou na dianteira em todos os encontros, como homem esforçado.

Dos imigos também se suspeita que morreram alguns, mas não se achou rasto de mortos, senão de um só que o mar lançou fora, atravessado pelo peito de uma arcabuzada, porque outros morreram e alguns da ilha viram matar, mas logo os iam aboiar no mar por não serem vistos dos da terra. Feridos foram muitos, porque as mais das casas da Vila ficavam cheias de estopadas e fios, e, principalmente, a do vigairo, por ser mais chegada ao porto, e os colchões e lençoens (sic), que ficaram todos cheios de sangue.

Além de embarcarem da Vila quase tudo o que nela havia, levaram os tiros, que eram quatro, dois falcões pedreiros e dois berços, que el-Rei tinha dado havia pouco tempo. Os sinos ficaram (parece), por não terem tempo de os tirar, mas levaram uma campainha, que estava no coro, e um sino pequeno da casa da Misericórdia.

Como tenho dito, estas naus eram duas, uma muito grande, de quinhentos tonéis, a outra mais pequena, de trezentos; a lancha seria do tamanho de uma fusta de doze bancos. Podiam vir nelas até quatrocentos homens, pouco mais ou menos, ainda que eles afirmavam que vinham seiscentos, por trazerem gente de outras naus que se perderam na Flórida, que a armada de Castela metera lá no fundo, e que aquelas escaparam, por serem melhores de vela, e a maior era capitaina de toda a armada.

Isto mesmo contava um negro, que vinha em sua companhia, e também se soube depois que esta armada fora desbaratada, na Flórida, da armada de Castela, e que estas duas naus escaparam. A qual armada se suspeita que saiu de um porto de França, que se chama Abra Nova, e que era de um senhor dali perto, mas escravo do interesse e capitão do demónio; alguns dizem que se chamava Corneles, e outros Sansão ([313]).

Sendo certificado depois a el-Rei da boa diligência que o sargento-mor Simão do Quintal (sic) neste socorro tivera, lho agradeceu muito e lhe mandou dar quarenta cruzados, de que lhe fez mercê, e doze mil réis de renda, que são de ordenado de capitão do número, que ele estimou em muito, por valer mais a honra que o proveito.

CAPÍTULO VIGÉSIMO ([314])

DO SOCORRO COM QUE FOI FRANCISCO DE ARRUDA DA COSTA DA ILHA DE SÃO MIGUEL À DE SANTA MARIA, E DO QUE ENTÃO E DEPOIS SE PASSOU

Depois de partido o sargento-mor da ilha de São Miguel, ainda que o Grão-capitão Francisco do Rego de Sá requeria que lhe dessem gente e artilharia para sua nau e outros navios, oferecendo-se a pelejar com os cossairos, arreceando Rui Gonçalves da Câmara, Capitão-mor desta ilha de São Miguel, que não era caça tão pequena nau e navios, ir cometer umas naus tão poderosas e alterosas como eram as dos imigos, com parecer de todos se ordenou que o socorro fosse desembarcar a terra, para dela lançarem os contrários, sem pelejar com eles, pois não havia navios de porte para isso.

E sendo electo por capitão-mor da gente, que havia de ir ao socorro, Francisco de Arruda da Costa, fidalgo escrito nos Livros de el-Rei, homem, por seus grandes espíritos, de esforçado ânimo e, por sua prudência e discrição e grandiosa condição, digno de grandes e honrosos cargos, se aparelhou com muita pressa e diligência de todo o necessário para um tal encontro, assim de artilharia, armas e munições como de mantimentos, levando consigo a Sebastião da Costa, seu filho, e João de Melo, seu genro, mui nobre fidalgo; indo também a este socorro, em sua companhia, muitos homens fidalgos e honrados, muito valentes e esforçados, que para isso de sua livre vontade se ofereceram, como foram André Botelho, filho de Jorge Nunes Botelho, Henrique Moniz, cavaleiro de África, António de Benavides, Cristóvão Cordeiro, o Moço, Brás Coelho, Pero Roiz de Sousa, seu irmão, filhos de Baltazar Roiz de Sousa, de Santa Clara, João de Frias, filho do licenciado Bartolomeu de Frias, Ambrósio Nogueira, filho de Estêvão Nogueira, João Pacheco, filho de Marcos Fernandes, António Mendes, filho de João de Arruda da Costa, Amador Fernandes, irmão de Sebastião Luís, que foi cativo no Cabo de Guel com o Capitão Manuel de Câmara, onde pelejou como mui esforçado cavaleiro, António Botelho, escrivão da Câmara da mesma cidade da Ponta Delgada, Hierónimo Mendes, filho de António Mendes, Gaspar Camelo, o Moço, sobrinho de Jorge Camelo, Aires Pires Correia, filho de Gaspar Correia, que foi juiz dos órfãos na dita cidade da Ponta Delgada, e neto de Lourenço Aires, e Manuel Lobo, filho de Francisco Lobo, Luís Mendes Vitória, feitor do Católico Rei D. Filipe de Castela, João de Robles, espanhol, casado na mesma cidade, muito esforçado, valente e destro nas armas, e outra gente nobre, e vinte e sete cavouqueiros, arcabuzeiros, que estavam servindo a el-Rei na fortaleza desta ilha, e outros muitos, que podiam ser por todos duzentos homens de peleja, afora a gente do mar, os quais, sendo preparados, se partiram terça-feira à tarde, sete dias de Agosto, em um navio, em que levavam a artilharia e seis berços, um só dos quais levava trinta e nove homens.

Com este socorro (que aproveitara muito, se chegara a tempo), à meia-noite seguinte da mesma terça-feira, em que se embarcaram os cossairos com o aviso que tiveram do negro da terra, que se foi com eles, da ajuda que desta terra se esperava, chegaram à ilha de Santa Maria e, não podendo com a tormenta sair no porto de Sant'Ana, correram pela banda do Norte e foram desembarcar no de São Lourenço à quarta-feira, duas horas ante-manhã, e daí foram, com a maior pressa que podiam, marchando por terra, com carros de artilharia e suas armas, duas léguas pela serra até chegarem à Vila do Porto, a tempo que estavam recolhidos os imigos daquela noite. E entraram na Vila com as bandeiras baixas para ver se tornavam, porque estavam ainda ancorados o galeão e nau e lancha e duas caravelas, uma de José Gonçalves, mareante, morador na cidade da Ponta Delgada desta ilha de São Miguel, e outra do Algarve, que os franceses tinham todas carregadas de fato e mantimentos, os quais, vendo dali, donde estavam surtos, um navio que vinha da ilha da Madeira muito empegado, longe ao mar, da banda do Sudoeste, alevantando âncora, se fizeram à vela, levando as caravelas consigo; o qual navio eles tomaram e, descarregando e despejando nele a caravela de José Gonçalves, a largaram, a qual veio depois ter à cidade da Ponta Delgada com os homens do

navio roubado, porque os das caravelas ficaram na ilha de Santa Maria, por fugirem, vendo ir para si a lancha o domingo pela manhã, quando entraram em terra e a tomaram.

Neste tempo, na mesma quarta-feira e na quinta seguinte chegaram nove navios da ilha da Madeira, com muito dinheiro, a buscar trigo, a que o capitão Francisco de Arruda mandou avisar que se recolhessem ao porto da dita Vila, onde os teve dez dias, no fim dos quais os trouxe consigo ao porto da cidade da Ponta Delgada, vindo por todas catorze velas, sc. os nove navios e o em que fora da armada, e quatro barcos, por ter mandado dantes de aviso à mesma cidade da Ponta Delgada os outros que dela levara.

Na mesma quarta-feira, pela manhã, quando chegou o capitão Francisco de Arruda com sua gente ao porto da Vila, mandou tirar debaixo do mar uma rodela de aço do capitão dos imigos, e nove arcabuzes, e duas alabardas, e uma adaga, e achou no mesmo porto muito fato da terra e algumas rezes, que, com a pressa de se embarcarem, pelo aviso do socorro, deixaram os franceses à borda da água, onde se embarcou um barco deles com a mesma pressa, sem se achar na Vila coisa viva, nem galinha, nem galo, nem cão, nem gato, senão somente um bugio de Belchior Homem, que eles não mataram, cuidando de o levar, e com a pressa do embarcar o deixaram; achando também o dito capitão Francisco de Arruda a praça, ruas e casas juncadas de buchos de porcos e de outras alimárias, e muitas porcelanas e outras peças e bandejas da Índia, quebradas pelas ruas, porque (parece) as quebravam pelas não poderem levar e por não aproveitarem para os da terra.

E estando o domingo seguinte às duas horas andadas da noite ceando, vindo os da vigia gritando que eram chegados os franceses e uma lancha a terra, mandando com este rebate o capitão Francisco de Arruda tocar arma, se alevantaram todos das mesas e, acudindo ao porto e a outras partes onde se presumia poderem sair imigos, acharam que era um patacho que vinha de Arguim, do Cabo Branco, carregado de cação; e todos acudiram, postos em ordem pelo capitão Francisco de Arruda, com muito ânimo e desejo de pelejar, e, sendo já três horas da noite, mandou-lhe o dito capitão atirar com um falcão. Gritaram os do patacho, dizendo que eram castelhanos de paz e, então, os mandou reconhecer com batéis, que trouxeram um homem dele à terra, com que acharam ser assim como diziam, e se aquietaram todos.

Esteve o capitão Francisco de Arruda na ilha de Santa Maria (como tenho dito), por falta de tempo, dez dias com toda a gente que levou, agasalhando-a à sua custa com grande liberalidade e vontade, como sempre costuma ter para todos, de que é tido e julgado por príncipe na condição grandiosa que nele para grandes e pequenos resplandece, com que gastou de sua fazenda nesta viagem, em serviço de Deus e dos próximos e moradores da ilha de Santa Maria, quatrocentos cruzados, como tem feito e faz outros gastos grandes, assim em sua casa, como fora dela, outras muitas vezes, em qualquer honroso feito ou necessidade que se oferece. E, passados os dez dias que estiveram na terra, se partiram, e, acabados doze, chegaram ao porto da cidade da Ponta Delgada desta ilha de São Miguel, com as ditas catorze velas, em que trazia os nove navios da ilha da Madeira, que livrou dos imigos, porque, se ele não fora, todos houveram de ser tomados e roubados, vindo mais descontentes que alegres, por lhe escapar dantre as mãos uma ocasião tão bem oferecida e mal lograda. Com cuja chegada se aquietaram os corações de suas mulheres e parentes, que, como gente virtuosa, andavam fazendo muitas devações, romarias e orações por eles.

Depois dos imigos serem idos e Francisco de Arruda da Costa, capitão da gente do socorro, tornado com ela a esta ilha de São Miguel, uma segunda-feira, ao Sol posto, perto de vinte dias depois de ser saqueada a Vila, tornou uma grande nau de cossairos à dita ilha de Santa Maria com uma lancha e, chegando ao porto, ancorou logo nele, mas, sendo perto de meia-noite, se alevantou e foi com um bordo ao mar, e, como foi manhã, andando a nau à vela, veio a lancha cometer o porto, chegando tão perto de terra como um tiro de arcabuz, fazendo muito por entrar na ilha, e a nau na sua esteira. O qual cometimento vendo o Capitão Pero Soares de Sousa, mandou a Baltazar Velho de Andrade, natural da cidade do Porto, fidalgo de cota de armas, casado na dita ilha, homem principal, com perto de sessenta homens, que defendesse a desembarcação aos imigos, que vinham ao porto direitos, os quais, como viram a gente posta em ordem para lhe resistirem, tornaram atrás, aonde a nau vinha e, depois de estarem nela espaço de uma hora, tornou a lancha com um barco a cometer a terra, e, indo correndo a costa para a banda Leste, foram deitar gente na ponta de Malbusca, duas léguas da Vila, a que acudiram alguns homens aí moradores e outros que da Vila foram ao longo da costa para lhe defenderem a desembarcação, querendo sair em terra, e, vendo que desembarcavam,

acudiram depressa, fazendo-os tornar a embarcar às arcabuzadas para onde a nau andava, que logo foi seu caminho, sem mais ser vista.

Presume-se ser esta nau a maior das que tomaram a Vila e que a mais pequena era ida com o despojo que dela levaram, e esta grande tornava a tomar terra para se fornecer de algumas coisas necessárias, e principalmente de água, porque o tempo que estiveram na ilha não foi mais que para recolher o que nela acharam, e nem para isso o tiveram, porque ainda lhe ficaram muitas coisas que puderam levar, e algumas delas entrouxadas que não levaram, por o tempo lhe não dar lugar, pela pressa com que se embarcaram.

Também se suspeita que, desta segunda vez que esta nau se foi da ilha de Santa Maria, tomou o galeão S. Lourenço, em que este mesmo ano veio Rui Gonçalves de Câmara, Capitão desta ilha de São Miguel, que viera da armada em companhia de D. Pedro de Almeida, que aquele ano veio por capitão-mor às ilhas. Este D. Pero é filho de D. Lopo de Almeida e irmão do ilustríssimo D. Jorge, arcebispo benemérito que foi de Lisboa ([315]), e é casado com uma filha de D. Francisco Pereira; esteve por embaixador em Castela, homem de muito nome.

Vinha por capitão do galeão S. Lourenço Cristóvão Juzarte, homem fidalgo, natural das partes da Índia e soldado de muitos anos e muito esforçado, e, por ser tal, tinha nome “Tigre” de alcunha; e indo-se D. Pedro, capitão-mor, para o Regno, em companhia de três naus da Índia que achou, ficou o Cristóvão Juzarte por capitão-mor da armada que ficava, a que outros capitães não quiseram obedecer, pela qual razão se tomou o galeão, pelejando esforçadamente o capitão e alguns criados de el-Rei, que iam nele. A mais gente dizem que deixou de pelejar por verem o capitão ferido, de que morreu daí a poucos dias em poder dos imigos, e outros muitos mortos e feridos, de maneira que se renderam, o que não fizeram, se o capitão não fora ferido de feridas mortais e os mais criados de el-Rei, que com ele pelejaram. Ainda que não deixou de haver algum descuido, que é certo em portugueses, e se não houvesse, antre alguns deles, desejosos de querer mandar, desprezarem-se de obedecer, cuidando cada um que é mais para ser obedecido, segundo são determinados, e têm por pundonor não tornar atrás no que uma vez emprendem (sic), a que querem de verdade poor o rosto, de maravilha, ou nunca seriam vencidos, e sempre ficariam vencedores ([316]).

CAPÍTULO VIGÉSIMO PRIMEIRO ([317])

DO BOM ESFORÇO QUE MOSTRARAM O CAPITÃO BRÁS SOARES DE SOUSA E OS MORADORES DA ILHA DE SANTA MARIA CONTRA DUAS NAUS DE COSSAIROS QUE COMETERAM A TERRA

Da ilha de Santa Maria apareceram no mar quinta-feira, dois de Novembro de mil e quinhentos e ([318]) oitenta e nove anos, duas naus, sem chegarem em todo dia a ela, e a sexta-feira seguinte eram já passadas ao Sul do porto, e na volta do mar se iam, dando mostras de não fazerem conta da terra, tanto que só se divisava aquela grande nau em que ia o Conde de Nortimborlão (sic), que assim dizem tem o título.

O Capitão da ilha, Brás Soares de Sousa, como é experimentado e acordado na guerra, temendo-se de algum engano, deu ordem que a gente fosse a repousar, e, tendo vigia no mar, deram vista de três barcaças, duas grandes e uma pequena, a tempo que se pôde bem pôr em ordem o que convinha; chegaram somente uma grande barcaça e uma lancha a terra, e houveram vista de dois navios que no porto estavam, chegados do Brasil, carregados de açúcar, pau e outras coisas, um dos quais estava fora do sítio donde podia ser defendido, porque o Capitão mandou aos mestres que se recolhessem para dentro, e, por este vir todo seguro, não quis arriscar a se perder na terra, antes, desamparando, se acolheu a gente, deixando-o ao imigo.

Quiseram os ingreses, com suas mostras de arcabuzaria, mosquetaria, piques e alabardas, fazer entrada em terra, e, a voltas disso, entraram dentro no navio, aonde o Capitão mandou a sua gente lhe atirassem, assim com arcabuzes como com os berços e falcões, bem cheios de pedras, que dentro nele e nas barcaças faziam efeito.

E, porque eles estavam senhores do navio que mais perto da terra estava, desceu o Capitão Brás Soares de Sousa do alto donde está a artilharia abaixo ao porto e, fazendo lançar dois barcos ao mar, com o ímpeto da gente desampararam os ingreses a presa, delxando dentro nela alguns arcabuzes, alabardas, piques, e remos e quantidade de pólvora, que prestou para o outro dia se lhe dar combate, e se foram acolhendo com grande pressa.

Parece que o número de gente que viria nestas duas barcaças (porque a outra, por pesada, não chegou a tempo) deviam ser como cento e cinquenta homens, gente lustrosa e tão animosa e valente, como bem deram mostras do atrevimento que tiveram.

Ao voltar na embarcação pequena, se não deu vista de mais de seis ou sete homens botando todos os quartos, que para água traziam, ao mar; se tornaram às naus, durando este combate, sempre travado, uma hora e meia, sem se fazer mais dano em terra que um só homem, que ficou morto.

Ao segundo dia, pela manhã, vieram duas naus mais pequenas a ancorar no porto, muito perto das trincheiras, donde atiraram quase sessenta peças de artilharia, que por a Vila deram em algumas casas, mas sem dano notável.

Destas naus partiu um pequeno barco a terra, parecendo que vinha com prumo a sondar a altura do porto, a que, com alguns arcabuzes que de uma ponta atiraram, parece mataram dois homens, e os viram cair; e logo se tornaram para as naus, donde, passado pouco espaço, se começou a gente a embarcar em duas grandes barcaças e duas lanchas mais pequenas, todos com muita ordem, indo pelo meio piqueiros e alabardeiros, e por fora os mosqueteiros e arcabuzeiros. Deram, então, de uma das naus uma bandeira de campo à grande barcaça, e, depois, tornada a subir, lhe deram outra, que parecia ter armas, ou as do conde ou reais, a qual foi posta na proa. Começando a marchar para a terra, ao som de seis trombetas e das caixas que por cima das cabeças dos homens se tangiam, não havendo lugar para elas

caberem, chegados a um passo, começaram dar ([319]) suas surriadas com tanto ímpeto e terror, que fazia espanto; e por o lugar e sítio ser de altas rochas ([319]), o eco ([319]) dava mais matéria de estrondo.

Estava neste sítio e estância uma companhia de gente, que afirma o capitão dela, André de Sousa, teria como cinquenta arcabuzeiros e outros tantos piqueiros, a quem mandou o Capitão-mor, seu sobrinho, que não atirassem, nem se atirou até eles não chegarem a terra.

E saltando o primeiro homem, houve dois sinais; um foi que o padre Manuel Curvelo ([320]), pessoa nobre, de boa vida e costumes, tirada a imagem de Nossa Senhora da Conceição, se pôs no alto da rocha e sítio, animando com palavras os soldados e tanto lhe causou ânimo e ao imigo medo, que, logo em dando o Capitão o outro sinal e começando a dar cárregas de arcabuzaria, pouco prestaram mais os imigos.

E um soldado, a quem se acabou a pólvora, se chegou ao seu capitão, André de Sousa (que o fez valorosamente em aquele conflito), pedindo-lha; respondeu que a não havia e, amostrando-lhe as pedras com que devia de atirar, começou este, acompanhado de alguns, a fazer tiros com elas e tão importantes, que os mesmos, que com arcabuzes tiravam, deixando-os das mãos, arremeteram às pedradas, que não pouco fruto fizeram.

Logo se começaram a retirar as lanchas mais pequenas, e com ímpeto tirado de fraqueza se foram acolhendo sem esperar pelas outras; então, saltou um em terra e, pondo os ombros à barcaça grande, que encalhada estava, a botou, ainda que de terra o derribaram com uma pedra, e, recolhendo-o dentro, se foram para fora com menos alarido do que para a terra trouxeram. A este tempo que eles se foram para fora, foi esta grande barcaça descaindo tanto para a costa, que, se a não socorreram outras, se perderam por falta de gente que a governasse e remasse; e se afirma abaterem a bandeira e como arrasto a levavam, e se travou com a volta ([321]) que às naus chegou briga em uma nau, que de terra bem se julgou, a qual veio a tanto, que um dos que na nau estava, arremetendo com fúria, se lançou ao mar, e com muita tristeza se foram na volta das outras naus.

Ficaram em terra muitos de seus arcabuzes e mosquetes, piques, alabardas, espadas e uma trombeta; e depois foram saindo do mar, pouco a pouco, muitas armas, que são de muita estima. E pela tristeza que levaram e afirmarem pessoas que este Conde ia pessoalmente a todas as empresas, se conjectura que acabaria ali, o que parece ser assim, porque a gente que vinha nas barcaças toda era muito lustrosa.

Outras vezes foi cometida a terra com naus armadas e lanchas de contrários, a que o valoroso Capitão Brás Soares com muito saber respondeu, e com grande esforço seu e dos moradores dela acudiu, apostados todos a morrer por sua defensão, o que vendo os imigos, se tornaram a recolher, sem ousarem desembarcar.

CAPÍTULO VIGÉSIMO SEGUNDO ([322])

DA VIDA E COSTUMES DE DOM LUÍS COUTINHO, PRIMEIRO COMENDADOR DA ILHA DE SANTA MARIA

Está dada a ilha de Santa Maria em comenda há muitos anos, e o comendador dela tem todos os rendimentos, como el-Rei tem nas outras ilhas, tirando as entradas, que são de el-Rei, e não há senhor nenhum no Reino que as tenha. Rende a ilha, uns anos por outros, dois mil e quinhentos cruzados, de que o Capitão tem a redízima, e a demasia é do comendador, com obrigação de dar todo o necessário às igrejas, como são ornamentos e as mais coisas necessárias para se celebrar e ministrar o culto divino.

Além disso, paga a dita comenda trinta mil réis ao vigairo da igreja de Nossa Senhora da Assunção da Vila do Porto, e a cada um de quatro beneficiados, que há nela, dez cruzados e moio e meio de trigo, e ao tesoureiro um moio de trigo e dois mil réis em dinheiro, e para despesas da tesouraria vinte cruzados, e dez à fábrica da igreja. E ao vigário de Nossa Senhora da Purificação da Serra vinte mil réis de ordenado e dois mil réis da tesouraria, e um marco de prata de uma capela, que se diz aos sábados, pelas almas dos Infantes que descobriram as ilhas e tiveram o mestrado de Cristo. E ao vigairo da igreja de Santa Bárbara outros vinte e quatro mil e quatrocentos réis. Paga ao almoxarife, que agora é Tomé de Magalhães, homem generoso, discreto e virtuoso, dois moios de trigo, e a seu escrivão, dois mil réis, afora o que costuma dar a seus feitores. De maneira que lhe poderão ficar em cada um ano, uns anos por outros, quinhentos mil réis forros.

De princípio se arrendavam nesta ilha de Santa Maria os dízimos por el-Rei, que era mestre da Cavalaria de Cristo, de cujo mestrado ela é. Depois a deu el-Rei D. Manuel em comenda dos dízimos, somente em cento e vinte mil réis, como diz a carta de mercê ao primeiro comendador que foi dela, que se chamou D. Luís Coutinho, filho do Conde de Marialva, irmão do derradeiro Conde que houve, que foi o que casou a filha com o Infante D. Fernando, irmão de el-Rei D. João, o terceiro do nome, e morreram ambos sem deixarem herdeiros; por onde o condado ficou à Coroa, ainda que um D. Francisco Coutinho, de Santarém, anda em demanda com el-Rei sobre isso e tem tiradas algumas coisas, mas ainda el-Rei está de posse do condado.

D. Luís Coutinho, primeiro comendador da ilha de Santa Maria, foi o terceiro ou quarto filho do Conde, seu pai, e, quando el-Rei lhe deu esta comenda, tinha ele um juro de noventa mil réis, o qual largou a el-Rei quando o fez comendador. Foi casado com D. Lianor de Mendanha, filha ou neta daquele alcaide-mor que agasalhou a el-Rei D. Afonso de Portugal, quinto do nome, no seu castelo, quando foi a batalha de Touro com el-Rei D. Fernando de Aragão sobre a herança do Reino de Castela, onde ambos os Reis foram desbaratados e se acolheram sem um saber do outro, el-Rei de Aragão a Samora, e el-Rei de Portugal ao castelo deste alcaide, de que vou dizendo, cujo nome não alcancei. E o Príncipe D. João, filho deste Rei D. Afonso, ficou nesta batalha por vencedor, sem o pai o saber, e depois foi Rei de Portugal, chamado el-Rei D. João, o segundo.

Este D. Luís Coutinho, primeiro comendador da ilha, houve de sua mulher, D. Lianor de Mendanha, um filho chamado D. Francisco Coutinho, que lhe sucedeu na comenda, e duas filhas, uma chamada D. Joana Coutinha e a outra D. Maria Coutinha. E foi homem de que el-Rei folgava de se servir. E dizem que foi à Índia, ou por capitão-mor das naus da viagem, ou de alguma delas. Foi também a Sabóia com a Infanta.

Faleceu este comendador D. Luís Coutinho (segundo se diz), de morte supitânea e ficou D. Francisco, seu filho, muito moço; e dizem que se dissimulou a morte do pai um dia, para que el-Rei desse a comenda ao filho, dizendo que estava mal, sem quererem dizer que era morto,

para que não houvesse algum invejoso, que se atravessasse a pedi-la, como algumas vezes acontece; e desta maneira houve a comenda D. Francisco Coutinho, depois da morte de seu pai, D. Luís Coutinho.

CAPÍTULO VIGÉSIMO TERCEIRO ([323])

QUE TRATA DE DOM FRANCISCO COUTINHO, SEGUNDO COMENDADOR DA ILHA DE SANTA MARIA, E DOS FILHOS QUE TEVE

Depois de ser feita por el-Rei a mercê da comenda a D. Francisco Coutinho, por morte de seu pai, a mãe D. Lianor de Mendanha, por o filho ser menor, a administrou muitos anos, como sua tutora. Foi esta senhora muito virtuosa e de muitas esmolas, porque no tempo das fomes em Lisboa estavam em sua casa os tabuleiros de pão cozido à porta para darem aos pobres, afora outras esmolas que fazia a pessoas particulares e a religiosos, pelo que dizem que assim lhe cresciam os bens em casa, que lhe aconteceu deixar as jarras de azeite vazias e depois as acharam cheias, como afirmavam pessoas da mesma casa.

Depois da morte desta D. Lianor de Mendanha, casou o filho, D. Francisco Coutinho, segundo comendador da ilha de Santa Maria, com uma irmã do Barão de Alvito, D. Rodrigo Lobo, que se chamava D. Filipa de Vilhena, mulher reverenda de corpo e formosa de rosto, em seu tempo, e de grande governo de sua casa, em que tudo com grande prudência lhe corria pela mão, como adiante direi. Casou D. Francisco com ela, e dois irmãos dela casaram com duas irmãs dele, um dos quais se chamava D. Filipe Lobo, que foi o mais bem disposto e gentil-homem que houve em seu tempo, e era trinchante de el-Rei, e depois foi à Mina e morreu lá, sendo casado com D. Joana Coutinha. O outro, que casou com D. Maria Coutinha, a que não soube o nome, foi pajem de el-Rei, do arremessão.

Houve outro irmão destes, que chamaram D. Francisco Lobo, que foi alcaide-mor de Campo Maior em Alentejo, na arraia de Castela, o qual foi homem de grande corpo e veio ser tão grosso, que se não deixava entender dos que não costumavam falar com ele, senão por intérprete, que sempre tinha detrás de si. Este casou com D. Branca, filha de Afonso Teles, alcaide-mor da mesma vila, o qual perdeu a alcaidaria por morte de um homem, que matou indevidamente, e o genro a houve de el-Rei D. João, terceiro do nome, por ser muito seu privado, e ficou por trinchante, por falecimento de seu irmão D. Filipe, o qual a deixou ao dito seu sogro, que a teve e possuiu até que faleceu. Houve desta D. Branca, sua mulher, uma filha que chamam D. Isabel, que foi casada com André de Sousa, alcaide-mor de Arronches, do qual houve um filho, e, sendo de pouco nascido, faleceu o pai, André de Sousa, e daí a pouco tempo levou Deus o menino para si; vendo-se a mãe desamparada do marido e filho, meteu-se freira no mosteiro da Madre de Deus, que está em Enxobregas, fora de Lisboa, pelo rio acima, adonde hoje em dia vive, dotada de tantas virtudes, que merece ter nome de profeta, como adiante direi.

Teve mais D. Francisco Lobo de sua mulher D. Branca quatro filhos e outra filha, dos quais o mais velho se chamou D. Manuel Lobo, que herdou a alcaidaria por falecimento de seu pai, e foi casado com D. Francisca, filha de Rui Carvalho, uma senhora muito virtuosa e de grandes esmolas; este foi com el-Rei D. Sebastião a África, donde não tornou, nem se sabem novas dele, mas as certas são ser morto, como todos os que até agora não aparecem. O segundo se chama D. António Lobo, mancebo bem disposto e de boas manhas, e muito gentil-homem, e muito mais o fora, se bexigas, de que foi muito doente, lhe não privaram a cor do rosto; este casou com D. Joana, filha de Pero de Mesquita, natural da cidade de Elvas, que foi por mestre do campo da artilharia com o dito Rei D. Sebastião, que também lá acabou a vida, para gozar da eterna, que seus feitos na ilha de Malta, de donde era comendador, bem merecem, segundo o juízo humano. O terceiro chamam D. Afonso, o qual foi para a Índia e lá anda usando da nobrezia e fidalguia de seus antepassados. O quarto chamam D. Diogo, que ao presente não sei aonde anda.

A derradeira filha, que houve, é hoje em dia prioresa do mosteiro da Anunciada de Lisboa, cuja fama, da dita prioresa, é tão grande, que por si soará melhor do que eu posso dizer, nem

declarar. Esta santa religiosa, ainda que mui nobre em geração, é mui insigne com os dons e sinais do Esposo Celestial, os quais eu não vi, mas tenho fé por dito de muitos religiosos e pessoas dignas de crédito, que nas palmas das mãos viram uns sinais vermelhos, de dentro redondos, tamanhos como uma folha de rosa, e de fora em triângulo mais pequeno, mas não são chagas abertas com os cravos, como as do seráfico padre S. Francisco; as dos pés e lado podem-se piedosamente crer, porque ninguém lhas viu. Uma sua irmã está no mosteiro das Descalças da Madre de Deus, em Enxobregas, não de menos virtude e santidade; ainda que estes juízos só pertencem a Deus, o povo tem esta fé. Antre estas, de caminho direi de outras, que Deus manifestou nestes tempos em Lisboa, onde dizem que há outra religiosa na Esperança, que tem grandes prendas e revelações do Senhor. E outras há em muitas partes de grandes merecimentos e fama.

Uma beata do hábito dos Capuchos, vizinha que foi e muito devota da casa destas Descalças, que está em Lisboa, onde cada dia se confessava e comungava e fazia com muita devação as casulas e cheiros para os altares, e outras coisas para honra do culto divino, posto que seja mui pobre das coisas temporais, é mui rica de virtudes e alumiada com muitas revelações divinas, como diz o Apóstolo: — "Assaz é rico aquele que é pobre com Cristo". A esta convém o que diz o profeta: — "Alevantou o Senhor o pobre da terra e do esterco para o colocar com os Príncipes do seu Reino", pois chegou a ser amada do seu dulcíssimo Esposo; dele ouviu a suavíssima voz que se contém nos cânticos: — "Ponde-me por selo sobre vosso coração", o qual nele imprimiu sua forma e figura inteiramente; e com este tão singular dom comungava cada dia, o que alguns não podendo sofrer, o denunciaram ao geral e ao arcebispo. E a seu confessor, para lhe não ser impedida a graça que com a frequência deste sacramento recebia, revelou o secreto que havia mais de oito anos que estava oculto. Mas, não se confiando com isto o arcebispo, fez por três vezes experiência, pondo-lhe sobre o coração uma pasta de cera, e em todas saiu na cera esculpida a imagem do seu Esposo Crucificado, com grande admiração de tamanho milagre. E dizem que a carne de fora, onde lhe põem a cera, não tem sinal algum, e na cera fica às vezes um Jesus impresso, com suas letras, e às vezes um crucifixo, pelo que se afirma que assim o tem imprimido no coração, donde vem ficar aquela forma de cera; e ainda dizem mais que denunciou à madre prioresa da Anunciada que se aparelhasse, que em dia de Santo Tomás havia de receber tão grande mercê, como lhe era revelado. E outros afirmam que sua irmã D. Isabel, do mosteiro da Madre de Deus, com espírito de profecia, por Deus lho revelar, lho mandou dizer pela dita beata, que depois se recolheu no mesmo mosteiro da Madre de Deus, de Enxobregas, porque todas três se comunicavam mui familiarmente, como servas esposas do Mui Alto. O qual, com seu exemplo, espertou tanto a devoção no coração dos fiéis, que todos, ou quase todos, querem comungar cada dia e frequentam as confissões e comunhão ([324]).

A mulher de D. Filipe ficou viúva muito moça e nunca mais casou, e vive com muita abstinência e virtude, fora das pompas e vaidades do mundo, andando por Lisboa visitando enfermos e hospitais, acudindo a muitas necessidades, assim corporais como espirituais, e nisto gasta a vida há muitos anos; de cujos filhos e filhas, destas irmãs, não trato, pelos não ter bem sabidos e por não fazer longo processo.

O segundo comendador da ilha de Santa Maria, D. Francisco Coutinho, houve de sua mulher, D. Filipa de Vilhena, cinco filhos e duas filhas, afora outros, que morreram, porque ele dizia que sua mulher parira vinte e duas vezes, entre moveduras e pariduras. Dos vivos, o primeiro se chamava D. Luís Coutinho, como o avô, que sucedeu a seu pai na comenda; o segundo D. Pedro; o terceiro D. Gonçalo; o quarto D. Bernardo; o quinto D. Hierónimo; e o sobrenome Coutinho; a mais velha, filha, de todos os irmãos se chama D. Joana de Vilhena; a segunda, que nasceu logo despós (sic) o primeiro, D. Antónia de Vilhena e é freira professa no mosteiro de Santa Clara de Santarém; outra mais velha, chamada D. Joana (sic) de Vilhena, casou depois da morte do pai com D. Miguel de Noronha, filho segundo de D. Afonso de Noronha, irmão do Marquês D. Pedro de Vila Real e filho do Marquês D. Fernando.

Foi este D. Afonso capitão em Cepta muitos anos, onde teve bons sucessos contra os mouros e fez muitas entradas nas suas terras, de que trouxe muitas presas boas, e era de maneira que os mouros acalentavam os meninos com ele, dizendo: — "Guarda de D. Afonso, o Torto!", porque tinha este nome de alcunha, e depois foi vizo-rei da Índia, onde teve também prósperos sucessos, levando lá consigo um filho seu, mais velho, chamado D. Fernando, que foi capitão-mor do mar na Índia, estando lá seu pai, e houve no mesmo mar uma grande vitória,

de que não sei as particularidades, mais que ouvir que pelejou com quarenta galés e as desbaratou com sós três galeões, que trazia de armada.

Foi também este D. Afonso mordomo-mor da Infanta D. Maria e faleceu, sendo de muita idade, de ar, ou para melhor dizer, de parlesia, que lhe deu a terceira vez há poucos anos. Ficaram a este D. Afonso quatro filhos e uma filha, chamada D. Catarina d'Eça ([325]), que foi casada com o filho mais velho do Conde de Tentuguel (sic) ([326]) e morreu de parto sem lhe ficar herdeiro. A mulher deste D. Afonso se chamou D. Maria d'Eça ([325]), que foi também uma nobre senhora.

O filho mais velho do mesmo D. Afonso e de D. Maria d'Eça ([327]), sua mulher, chamam D. Fernando de Menezes; o segundo D. Miguel de Noronha, casado com D. Joana de Vilhena, filha de D. Francisco, segundo comendador, de que falamos, a qual foi das mais formosas de seu tempo e ainda agora o é, e D. Miguel, o marido, um dos quatro coronéis que foram com el-Rei D. Sebastião na guerra de África.

O filho terceiro de D. Afonso, que chamam D. Jorge de Noronha, é casado com uma D. Isabel, cujo sobrenome não sei, filha de Antão Martins de Câmara, Capitão da Praia, da ilha Terceira, mas há muitos anos que não fazem vida ambos, por culpa de D. Jorge; ela é mulher de grande virtude.

O quarto filho deste D. Afonso, chamam D. João d'Eça ([327]), é clérigo e bom pregador e prior de Torres Novas.

CAPÍTULO VIGÉSIMO QUARTO ([328])

DOS COSTUMES DE DOM FRANCISCO COUTINHO, SEGUNDO COMENDADOR DA ILHA DE SANTA MARIA, E DE SEU FALECIMENTO

Tornando a D. Francisco Coutinho, segundo comendador da ilha de Santa Maria, de que vou contando, sabei, Senhora, que foi homem pequeno de corpo, mas bem feito e gentil-homem, galante, gracioso e discreto em suas falas e muito de zombar, e dos melhores genetairos (sic) que houve em seu tempo, e, como bom cavaleiro que era, teve gentis cavalos. Foi muito curioso da caça de açor e, assim, os tinha muito bons; como nos bons intrumentos se conhece o bom oficial em seu ofício, teve uma mula, que tudo o que fazia um bom ginete fazia ela, de correr e parar e jogar canas, pela qual lhe dava o Duque D. Jorge, mestre de Santiago, sem lha ele querer dar por isso, mil cruzados, quinhentos em dinheiro e os outros quinhentos em papéis. Era esta mula preta como amora, muito bem feita, não muito grande, e morreu de uma postema, que lhe nasceu antre as mãos daí a pouco depois que o mestre lhe comprava.

Era este D. Francisco muito aceito ao Infante D. Luís e foi com ele na tomada de Tunez ([329]), e, depois da morte do Infante, foi também muito amigo do senhor D. António, seu filho, de tal maneira que ia muitas vezes folgar com ele em uma quintã sua, que tinha junto de Peralonga, no termo de Sintra, que chamam Minalvela. Mas, depois, vieram a estar mal, sobre uma igreja que o comendador tinha na Beira, que lhe dera o Conde, seu tio, a qual comia anexa a esta comenda, e por ser a igreja da... ([330]) do Senhor D. António ([331]), que houve por morte do Conde de Marialva, D. Francisco impetrou do Papa para a poder deixar ao filho segundo, por nome D. Pedro, e, por fazer isto sem dar conta ao Senhor D. António ([331]), ou porque ele se punha contra isso, vieram a estar ambos mal avindos.

Era este comendador voluntário, agastado, determinado e perigoso para quem lhe fizesse ou dissesse coisa fora de seu gosto, em tanta maneira que, indo um dia ao Paço, porque o porteiro logo o não quis deixar entrar, lhe deu uma bofetada, de que el-Rei houve menencoria ([332]), e mandou-lhe tirar a moradia, a qual dizem que depois lha mandou dar, mas ele a não quis.

Era muito opiniático e grandioso; nunca teve dever com rei, nem príncipe, nem privado e zombava de tudo, pela qual razão não valeu no Reino mais do que valia, nem teve cargos, como outros tiveram, sendo ele tanto para isso como todos, pelas partes que tinha. Mas, contudo, nunca pediu coisa a el-Rei, que muito levemente lha não concedesse; tanto que um dia, estando el-Rei comendo, vieram acaso a falar em um escravo seu, que estava preso por ladrão, e, por isso, o mandavam desorelhar, e querendo-lhe D. Francisco comprar as orelhas, saíram-lhe muito caras, e, falando nisso, como digo, acaso, respondeu que muito dinheiro era para tão ruim carne, o que caiu em graça a el-Rei, que mandou soltar o negro, sem nenhuma pena. Tinha destes ditos de presente muitos e mui discretos, e, onde ele estava, sempre havia ajuntamento de gente.

Também lhe fez el-Rei mercê da comenda para o filho mais velho, que ficasse comendador à hora de sua morte, que foi uma mercê larga que os Reis costumam fazer poucas vezes, sem nomear a pessoa a quem se há-de dar, porque, se acerta de morrer o nomeado, fica no peito do Rei querê-la tornar a dar a outrem. E esta foi tão larga, que, ainda que todos morreram e não ficara o mais moço, era sua a comenda.

Tratou-se D. Francisco Coutinho, em sua mocidade, muito custoso e galante e sempre teve grande casa de muitos escudeiros, e pajes e moços de esporas, e outros servidores necessários, e os que tinha, fora de escudeiros e pajes, em sua casa, eram filhos de homens nobres, porque se não queria servir nestes foros senão de semelhantes. E havia muitas casas de condes e outros senhores, que não eram de tanto estado como a sua, com ter tão pouca

renda, que não chegava a um conto. Mas a mulher governava tudo por tal ordem, que lhe sobejava, com a casa ser bem provida e abastada de todas as coisas necessárias e ordenado de seus criados muito bem pago.

Era casa de muitos hóspedes, de parentes e outras pessoas, em que a mulher tinha gentil graça no gasalhado deles. E, se acontecia adoecer algum dos seus criados, de qualquer sorte que fosse, ela o curava por sua mão, e, se era moço pequeno, mandava-o levar para dentro, onde estavam suas donzelas, para ser curado melhor, e, se era homem, ia-o visitar à pousada todas as vezes necessárias, de maneira que não perecesse à míngua. Estas e outras coisas tinha de nobre senhora. Ela tinha também conta com todas as rendas e gastos de casa, de maneira que tudo corria por sua mão, e não era nada avara, mas muito larga no dar, e coisas grandes, e mui amiga de fazer bem, e caridosa com os pobres e necessitados; e o ter muitos filhos lhe não dava lugar a usar tanto de sua larga condição, mas tudo fazia de maneira que nela se não enxergava.

Faleceu o comendador D. Francisco Coutinho a dezoito dias de Outubro de mil e quinhentos e sessenta e cinco, de câmaras de sangue; e do dia que lhe deram a sete dias passou desta vida, sendo de idade de cinquenta e seis anos, estando em muito boa disposição, sem cabelo branco na cabeça, nem na barba; muito bom cristão com receber todos os sacramentos da Santa Madre Igreja.

E no dia e hora de seu falecimento se perdeu um navio na barra da Ribeira, carregado de trigo seu, que ia da comenda, que, com a sua morte, deu grande abalo à casa, porque se despediram algumas pessoas dela, de mais pouca obrigação.

CAPÍTULO VIGÉSMO QUINTO ([333])

DA VIDA E COSTUMES DE DOM LUÍS COUTINHO, TERCEIRO COMENDADOR DA ILHA DE SANTA MARIA E DOS IRMÃOS QUE TEVE

Sendo D. Luís Coutinho, filho mais velho de D. Francisco Coutinho, de idade de vinte e cinco anos, pouco mais ou menos, sucedeu na comenda que vagou por morte de seu pai, por el-Rei lhe ter feito mercê dela, como atrás fica dito e adiante direi. E foi segundo do nome e o terceiro comendador da ilha de Santa Maria, de que vou tratando: grande de corpo e bem feito, gentil-homem, de rosto sôbelo (sic) ([334]) moreno e corado, grave, de seu natural, e de poucas falas e certas, discreto, amigo de honra, muito pontual, em tanto que o que ele dizia se podia bem ter por escritura pública. Foi homem de branda condição, opiniático e bom latino; em vida do pai, e depois da morte, sempre teve mestres que lhe lessem.

Vivendo ainda seu pai, foi ao cerco de Mazagão; depois esteve em Tânger dezassete meses com cinco cavalos e seis homens à sua custa, em tempo que Lourenço Pires de Távora era capitão. Foi na tomada do Pinhão. Depois do pai (sic), sucedeu saquear-se a cidade do Funchal da ilha da Madeira, e ele foi ao socorro, dos primeiros, em companhia dos filhos do Capitão da dita ilha. Todo o mais tempo gastou na Corte, fazendo el-Rei muita conta dele, metendo-o sempre em todos os folgares em que ele entrava, de torneios e jogos de canas, e outros semelhantes. E seria ao presente, pouco mais ou menos, homem de idade de trinta e oito anos, ainda solteiro, não por faltarem casamentos e de bons dotes, mas parece que não eram de seu gosto.

Da (sic) renda da erva que se chama urzela, que se apanha pelas rochas, de que se faz a tinta roxa e anil, tão fina como de pastel, que pertencia a ele por ser tinta, a qual ainda agora nada rende, mas já rendeu em outro tempo, e veio-se a perder o trato dela não sei por que razão. Mas em tempo deste comendador D. Luís Coutinho rendeu esta erva, três ou quatro anos, vinte mil réis cada um ano; depois tornou a acalmar, nem houve quem mais a arrendasse; dizem que, por amor das guerras de Frandes, não tem saída, porque lá se vai apurar para se fazer a tinta dela.

Acrescentou-lhe mais as pensões dos três tabaliães que há na ilha, como tudo tinha e havia seu pai, D. Francisco Coutinho, por carta de el-Rei D. João, terceiro do nome, e o dízimo da terra e do pescado, que se antigamente arrendava pelos oficiais dos Reis passados para sua Fazenda. E, assim, a vintena do pastel da ilha e dos dois ilhéus, que estão junto dela, ao mar, um que se chama de São Lourenço, que está detrás da ilha, e outro que está defronte da ilha, perto da Vila, dos quais o comendador se pode aproveitar, sem deles pagar direitos alguns, e a dízima do pastel que sair da dita ilha para fora do Regno. De maneira que tudo isto fica e se tem em comenda, que rende o que atrás fica dito. Mas a primeira dada foi em cento e vinte mil réis, e assim o diz a carta da mercê, que ao primeiro comendador foi feita.

Foi este terceiro comendador D. Luís Coutinho com el-Rei à guerra de África, porque sempre foi homem que folgou de se achar nas empresas com os Reis, a quem servia com muita diligência e lealdade, mas não há novas dele, e, por tardarem tanto, se tem por morto no serviço de seu Rei, em que nunca faltou e sempre foi dos primeiros e dianteiros; e, como muito valente e esforçado cavaleiro, que era, veio alcançar que África fosse sua gloriosa e saudosa sepultura.

D. Pedro Coutinho, irmão segundo deste comendador, depois da morte do pai, foi-se para a Índia, sendo de idade de vinte e dois anos, pouco mais ou menos, e mancebo também grande de corpo, alvo e louro; onde andou oito anos, nos quais serviu a el-Rei de capitão no mar e na terra, em que lhe sucederam coisas boas, com que era já homem de muito nome. E no cabo dos oito anos, vindo em uma galé, em companhia de outros fidalgos, para se embarcar para o

Regno, a requerer o despacho de seus serviços, encontraram no mar uns navios de imigos, a que chamam sanganes, que dizem ser gente de baixa sorte, e, por assim serem, fizeram pouco caso deles e não se quiseram armar, dizendo que os teriam em pouco, se tomassem armas para gente tão vil; os imigos, como eram muitos, cercaram a galé e renderam-na com matarem e ferirem toda a gente, onde acabou este fidalgo, sendo de idade de trinta anos, pouco mais ou menos. E a galé foi tomada aos imigos, da armada dos portugueses, que atrás vinha.

D. Gonçalo Coutinho, seu irmão terceiro, foi também para a Índia, sendo como de idade de vinte anos, mancebo de meão corpo, bem formado, muito gentil-homem e bem acondiçoado, liberal, cortês, muito macio, e tinha todas as partes que um bom fidalgo deve ter, e, sobretudo, era temente a Deus e muito esforçado.

Como foi na Índia, daí a poucos dias sucedeu o cerco de Goa e Chaúl, e mais forças da Índia, sendo Vizo-rei D. Luís de Ataíde, no qual tempo tiveram aquelas grandes e celebradas vitórias, que todos sabem. Mandou o Vizo-rei a este fidalgo, em companhia de outros soldados, a socorrer Chale, uma das fortalezas que, então, estava cercada, na qual não puderam entrar senão obra de quarenta homens à força de espada por antre os imigos, onde entrou este D. Gonçalo Coutinho, ferido de uma arcabuzada pelo rosto e uma setada em uma perna; e, porque, quando entraram, não puderam meter mantimentos nem munições de guerra, de que havia muita necessidade, se largou a fortaleza a partido aos imigos, e D. Gonçalo Coutinho foi à mão ao capitão que se não rendesse, escrevendo-lhe sobre isso um escrito, estando ferido na cama, que depois veio ao Reino com um estromento que disso tirou, para que se soubesse que não fora ele de parecer que se rendessem; pela qual razão el-Rei mandou cortar a cabeça ao capitão, não porque a fortaleza se pudera sustentar, que não tinha remédio, mas pela largar antes de tempo, podendo-se sustentar mais alguns dias, nos quais lhe pudera ir socorro.

Depois disto, andando este fidalgo, D. Gonçalo Coutinho, de armada na costa do Malabar por capitão, acharam uma fusta de imigos e, por o navio em que ele andava ser grande e pesado, passou-se a uma fusta mais ligeira para alcançar os contrários, que logo alcançou, e, estando aferrados, acudiu a gente portuguesa toda a uma banda para entrarem com eles, e os imigos também a defender-lho, de maneira que se viraram as fustas ambas e se afogaram todos, escapando só um (segundo dizem), onde acabou este fidalgo, mas afirma-se que, ao tempo que as fustas se viraram, ia já tão ferido, que não podia escapar de uma maneira ou de outra; e assim acabou, sendo de idade de vinte e quatro anos, pouco mais ou menos.

D. Bernardo Coutinho, seu quarto irmão, sendo de idade de dezoito anos, se foi também para a Índia, pequeno de corpo, sem se esperar dele ser maior que o pai, com que se ele muito parecia, e, assim, era opiniático. E andando na Índia, de armada no Malabar, por capitão de uma fusta, vindo outra de imigos, correu após ela e alcançou-a com brevidade, por ser a sua mais ligeira, e, estando aferrados para a renderem, chegou outra fusta de portugueses, em que vinha por capitão um Fuão Caiado, que aferrou também a fusta, que logo foi rendida, e largada por D. Bernardo ao Caiado, como em desprezo, fazendo pouca conta dela, por se achar afrontado de outro o socorrer em coisa tão pouca, de que não tinha necessidade, por não ser nada para ele render uma fusta. E, fazendo disso queixume ao capitão-mor, com ásperas palavras (como dizem), dizendo que, se não andara debaixo da sua bandeira, houvera de quebrar uma cana na cabeça ao outro, que estava presente e, achando-se destas palavras afrontado, o desafiou e matou no desafio, indevidamente (segundo dizem), não guardando a ordem que em os tais casos se deve ter, de maneira que lhe foi estranhado por muitos fidalgos. Mas, bem morto ou mal morto, ele acabou miseravelmente por ser em desafio, se antes de expirar não se arrependeu de suas culpas, não dizendo nunca alguém a sua mãe a maneira de sua morte, senão que acabara como os outros.

Teve D. Luís Coutinho outro irmão, chamado D. Hierónimo, de que adiante direi.

A provisão de el-Rei, por que este D. Luís Coutinho, terceiro comendador da ilha de Santa Maria, houve a comenda dela, diz assim:

“D. Sebastião, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d’aquém e d’além mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação, Comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc.: — Faço saber aos que esta minha carta virem que, por parte de D. Luís Coutinho, fidalgo de minha casa, cavaleiro da dita Ordem (sic), filho de D. Francisco Coutinho, que Deus haja, me foi apresentado um alvará de lembrança de el-Rei, meu senhor e avô, que santa glória haja, por ele assinado, por que lhe aprouve de, por falecimento do dito D. Francisco, fazer mercê a seu filho mais velho, que por sua morte ficasse, da comenda de

Nossa Senhora da Assunção na ilha de Santa Maria, que o dito D. Francisco tinha, como é declarado no dito alvará, de que o treslado é o seguinte: "Eu, el-Rei, faço saber aos que este meu alvará virem que, havendo respeito aos serviços que me tem feito D. Francisco Coutinho, fidalgo de minha casa, e aos que espero que ao diante me faça, hei por bem e me apraz de, por seu falecimento, fazer mercê ao seu filho mais velho, que por sua morte ficar, da comenda de Santa Maria da Assunção, da ilha de Santa Maria, das ilhas dos Açores, que ele D. Francisco ora tem; e para sua guarda e minha lembrança lhe mandei dar este alvará por mim assinado, o qual quero que se cumpra e guarde inteiramente, como se fora carta feita em meu nome, passada pela chancelaria, posto que este por ela não passe, sem embargo da ordenação do segundo livro, título vinte, que dispõe o contrário. André Soares o fez em Lisboa a vinte e cinco de Setembro de mil e quinhentos e cinquenta". — Pedindo-me o dito D. Luís Coutinho, por mercê, que, porquanto o dito seu pai era falecido e ele ser o filho mais velho, que por seu falecimento ficara, segundo fez certo por certidão de justificação do doutor António Vaz Castelo, juiz dos meus feitos da Fazenda e das justificações dela, a que vinha e pertencia a dita comenda, conforme ao dito alvará de lembrança, houvesse por bem lhe mandar passar carta em forma dela. E visto seu requerimento e o dito alvará, havendo respeito aos serviços do dito seu pai e aos que espero que ele, D. Luís, à dita Ordem e a mim faça, hei por bem e me praz de lhe fazer mercê em comenda, com o hábito dela, dos dízimos da terra da dita ilha de Santa Maria e a dízima do pescado que se antigamente arrecadava pelos oficiais dos Reis passados, para sua Fazenda, e assim a vintena do pastel da dita ilha de Santa Maria e dos dois ilhéus, que estão junto dela ao mar, um que se chama de São Lourenço, que está detrás da dita ilha, e outro, que está defronte da ilha, dos quais ilhéus hei por bem que o dito D. Luís se possa aproveitar no que lhe bem vier, sem deles pagar direitos alguns, e por esta presente carta lhos couto e hei por coutados. E lhe faço isso mesmo doação e mercê da dízima do pastel que sair da dita ilha para fora do Reino, que anda com a dita comenda, como tudo à dita Ordem e a mim pertence e pertencer pode, por qualquer maneira que seja, e como tinha e possuía o dito D. Francisco, seu pai, pela carta que da dita comenda lhe foi passada, porque de tudo faço por esta doação mercê ao dito D. Luís, com o hábito da dita Ordem, como dito é, com tal declaração que ele será obrigado pagar à sua custa os mantimentos e ordenados do vigairo e clérigos e tesoureiro e quaisquer outras ordinárias de oficiais eclesiásticos da dita ilha, e dar o trigo necessário para farinha para as hóstias, e o vinho, velas e candeias de cera para o serviço das igrejas da dita ilha, cada vez que para isso for pedido. E, portanto, mando ao capitão da dita ilha e ao seu ouvidor, juízes e oficiais da dita Câmara e povo dela que hajam o dito D. Luís por comendador da dita comenda, como era o dito D. Francisco, seu pai, e ao contador de minha Fazenda na contadoria da ilha de São Miguel que lhe dê a posse dele. E assim mando ao almoxarife ou recebedor do almoxarifado da dita ilha de Santa Maria, que ora é, e pelo tempo for, que lhe deixe haver e arrecadar por si e por quem lhe aprouver o rendimento da dita comenda, que, conforme a esta carta, lhe pertencer haver. E isto desde o dia do falecimento do dito seu pai em diante, na maneira sobredita. E cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar esta minha carta que por firmeza lhe mandei dar, assinada e selada com o selo da dita Ordem, a qual se registará no livro dos registos da dita contadoria. E, para se ver e saber como tenho feito esta mercê ao dito D. Luís, ao assinar dela se rompa o dito alvará de lembrança acima tresladado. Dada em Lisboa aos vinte e sete de Junho. Gaspar de Magalhães a fez ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e sessenta e sete. Sebastião da Costa a fez escrever e dar-lhe-á posse da dita comenda Pero Hanriquez, contador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, posto que acima diga que lha dê o contador de minha Fazenda da ilha, a qual posse dará por si ou por sua comissão cada vez que para isso for pedida. O qual está assinado pelo Cardeal Infante".

Fez também el-Rei D. Sebastião mercê (como acima disse) a D. Luís Coutinho, filho de D. Francisco Coutinho, dos direitos da urzela da ilha de Santa Maria, por lhe pertencerem por ser tinta, e assim da pensão dos tabaliães da mesma ilha, por uma provisão feita por Simão Pimentel a seis dias de Julho de mil e quinhentos e sessenta e sete anos.

Tem também o comendador na ilha de Santa Maria, e o desta de São Miguel, a dízima das moendas, em comenda, por provisão de el-Rei D. Sebastião, feita por João Orelha, tabalião, a vinte e três do mês de Agosto de mil e quinhentos e sessenta e oito anos.

Tem el-Rei na ilha de Santa Maria, somente, um quarteiro de trigo de renda da terra da Abegoaria, e tem mais o dízimo das entradas de todas as coisas que vêm de fora do Regno.

CAPÍTULO VIGÉSIMO SEXTO ([335])

DE DOM HIERÓNIMO COUTINHO, QUARTO COMENDADOR DA ILHA DE SANTA MARIA

D. Hierónimo Coutinho, quinto irmão de D. Luís Coutinho, terceiro comendador que foi da ilha de Santa Maria, e mais moço de todos os cinco irmãos, em sua mocidade foi criado em trajos de clérigo, e para isso o principiaram o pai e a mãe; e depois da morte do pai, a mãe o meteu em um seminário, que se fez novamente em Lisboa, na Mouraria, na rua dos Cavaleiros, que ordenou o Cardeal Infante D. Henrique, na vagante do arcebispo D. Fernando, e se sustentavam com as rendas do arcebispado para não entrarem nele senão fidalgos e filhos de cidadãos nobres e pobres, e, como tal, esteve D. Hierónimo Coutinho.

Mas, quando na penúltima peste de Lisboa se desmanchou o colégio com ela, cada um foi buscar sua vida; pediu a mãe ao Cardeal que lho mandasse ao seu colégio de Évora; sendo-lhe isto concedido, Martim de Matos, seu feitor da comenda, homem honrado, discreto e virtuoso, o foi lá levar, onde o deixou. E esteve três ou quatro anos, em que sucedeu neste tempo fazer uma travessura, pela qual o rector, que era um padre da Companhia, o quisera castigar; ele, temendo-se disso, buscou modo de se defender, havendo uma faca à mão, e, quando foram para o açoitar, não consentiu chegar ninguém a si; o rector, quando viu que ele se não queria render, mandou que o deixassem e fechou-lhe a porta, esperando que se lhe fosse a fúria, para depois tornar a ele com brandura e castigo. Mas, vendo-se ele solto, se lançou por uma janela fora e foi ter com um estudante, seu amigo, e daí para Portalegre, a casa de seu cunhado, D. Miguel de Noronha, que, então, estava lá de morada com sua mulher e filhos (como é costume de fidalgos por forrarem gastos da Corte), sem querer tornar mais ao colégio, o que entendendo dele a irmã e o cunhado, escreveram à mãe sua tenção, e ela trabalhou quanto pôde para que tornasse, sem o poder alcançar.

Pediu ele, então, que o mandasse para a Índia, pelo que houve por bem o irmão mais velho de o mandar, negociando-lhe o necessário; e foi para a Índia de idade de dezasseis anos, onde andou cinco anos, ou seis, servindo a el-Rei; e, chegando lá, achou os irmãos todos mortos, mas, como ele era pobre, sem ter em terra estranha quem o favorecesse com dinheiro, determinou de se vir para o Reino, para pedir a el-Rei que lhe desse de comer, o qual, quando tornou, achou ser morto e desbaratado na infelice guerra de África, e do irmão, D. Luís Coutinho, não haver nem as há até agora, por onde se presume também ser morto, e assim parece, pelo seu conhecido esforço que havia de morrer onde morreu o seu Rei. Pela qual razão el-Rei D. Henrique, que haja glória, lhe deu a comenda com condição que enquanto a mãe fosse viva lhe desse duzentos mil réis de pensão.

E, assim, ficou quarto comendador da ilha de Santa Maria, e estes são os meios por onde o veio ser, sendo dantes sempre desfavorecido da mãe por não querer ser clérigo, e o foi muito tempo, de modo que lhe não entrava em casa ([336]).

É moreno de rosto, os olhos grandes e pretos, delgado e de boa estatura, bem acondiçoado e liberal ([337]).

Indo o Senhor D. António ([338]), quando foi jurado por Rei, a tomar posse de Setúvel, foi ele por mar com dois galeões e uma urca e duas galés para tomar a boca da barra; e, como o Senhor D. António ([338]) esteve de posse da dita vila, o mandou ir ao termo de Santarém fazer dois ou três mil homens, de que o fez capitão, por lhe ser muito aceito. E depois foi um dos seus coronéis ([339]), mas ([340]) houve perdão de el-Rei D. Filipe e come sua comenda, como dantes, porque, sabendo o mesmo Rei Filipe o valor da sua pessoa, lhe fez muitas mercês e o mandou o ano de mil e quinhentos e oitenta e seis por capitão-mor da armada da Índia ([341]).

Nenhum destes comendadores foi à ilha de Santa Maria, da qual, por seus feitores, mandava arrecadar e levar suas rendas ao Regno, em o qual e em África e outras partes as gastavam honrosamente, em serviço de Deus e de seu Rei.

A mãe destes fidalgos, D. Filipa de Vilhena, depois da morte do marido, que está enterrado no capítulo em S. Francisco de Lisboa, esteve aí dez meses, negociando as coisas necessárias a sua alma, de que ela ficou por testamenteira com Manuel da Câmara, Capitão que foi desta ilha de São Miguel, em que estamos; e, no fim dos dez meses, se foi para a quintã, que tem junto de Peralonga, a que chamam Minalvela, e nela esteve muitos anos até que tornou a Lisboa, onde se deixou estar por causa do filho mais velho, comendador da ilha de Santa Maria, que foi com el-Rei, para lhe negociar suas coisas.

Esta virtuosa fidalga, mãe destes ilustres fidalgos e esforçados cavaleiros, depois da morte do marido, nunca mais comeu em mesa, nem dormiu, senão no chão; as camisas, toucados, lenços, guardanapos e toda a roupa desta sorte, de seu serviço, é de canhamaço muito grosso, e nem por isso deixa de ter as coisas necessárias para agasalhar seus filhos e parentes, e outros hóspedes, que a casa lhe vão, como sempre costumou. Jejua o mais tempo do ano, e os mais dos dias a pão e água, e muito poucas vezes come pão alvo ou carne, e nesta abstinência vive até agora, depois da morte de seu marido. Ao tempo que ficou viúva seria como de idade de quarenta anos, e haveria vinte e cinco ou vinte e seis que eram casados, e no fim deste tempo viu a morte de seu marido e de seus filhos, tirando a do mais velho, D. Luís Coutinho, segundo do nome e terceiro comendador da ilha de Santa Maria, que foi à guerra de África, acompanhando e seguindo como leal vassalo a seu Rei, de que se não sabe certeza se é morto, se vivo, se cativo.

De qualquer maneira destas, que seja, tudo são tristes saudades do mundo e da terra, que há-de comer, ou tarde ou cedo, a todos; e quem mais viver mais mortes dos seus e estranhos verá e terá mais naturais e estranhas saudades, as quais, antre algumas consolações que tem, uma das principais é durarem pouco, porque dura pouco a vida em que se passam, que presto fenece com a sombra da morte. E pois este breve dia se vai da mesma maneira acabando com a sombra da noite, vamo-nos, Senhora, esconder à sombra da furna, minha pobre morada.

Dizendo eu isto à Fama, nos alevantamos ambas e, passando por antre o arvoredo, comendo dele o fruto não vedado, nos recolhemos, eu com breves palavras e ela com esperanças compridas, dizendo que já folgara de vir o dia seguinte, para ouvir de mim as coisas desta ilha de São Miguel, que lhe pareciam grandes, pois ela era tão grande, ao que eu respondi que na minha ruda linguagem se haviam de tornar pequenas.

Nestas e outras semelhantes palavras, antre sono e sono, passamos recolhidas a obscura noite, que trouxe após si um mais claro e sereno dia que os passados, em que nos tornamos a assentar, como dantes, sobre os lisos penedos, junto das claras águas da grande ribeira; e, sendo dela rogada, inclinando-me a seus rogos por cumprir o prometido, não lhe soube negar o que pedia, e, sem ter saber para isso, lhe contei o que pude saber desta ilha de São Miguel, como direi no livro que se segue.

ANOTAÇÕES AO LIVRO III
DAS
SAUDADES DA TERRA
DO
DR. GASPAR FRUTUOSO

POR

MANUEL MONTEIRO VELHO ARRUDA ([342])

1) DUARTE NUNES VELHO (CAP.ºs III, V, VI, XII, XVI e XVIII)

Foi cavaleiro do hábito de Santiago, segundo Frutuoso, ou cavaleiro-fidalgo, segundo o seu testamento, e casou duas vezes: a primeira com Isabel Fernandes, natural do Continente do Reino, e a segunda com Catarina Gonçalves, filha de Gonçalo Álvares.

Fez testamento a 18 de Outubro de 1554, aprovado na Vila do Porto a 7 de Dezembro do mesmo ano pelo tabelião Pedro de Andrade. Nele diz que tem mais de 90 anos, quando faz o dito testamento, e que edificou na igreja Matriz da Vila do Porto a capela do Bom Jesus, do lado da Epístola, simétrica, paralela e fronteira à de Santa Catarina, fundada por seu irmão uterino, Rui Fernandes de Alpoim, que ainda existe actualmente. A capela do Bom Jesus já desapareceu, mas pela de Santa Catarina se induz a sua arquitectura. Nesta capela do Bom Jesus se manda sepultar e manda dizer uma capela de missas por sua alma e pelas de seu pai, mãe e sua primeira mulher, Isabel Fernandes. A essa capela vinculou as terras de Larache e o cerrado de Malbusca, obrigando assim as suas terças (dele e de sua mulher) ao ornato e manutenção do culto da mesma capela.

Chamou para administrador da sua terça e da de sua mulher Isabel Fernandes a seu filho, Nuno Fernandes Velho, em cuja descendência prosseguiu a administração das mesmas.

Na dita capela estava esculpido o brasão dos Velhos: em campo vermelho cinco vieiras de ouro, em aspa, escurecidas de preto. E não tinha elmo, nem timbre, por inabilidade do artífice, o que levou o Dr. Gaspar Frutuoso a dizer que naquele tempo antigo se não usavam, sendo certo que os brasões, que ainda existem em Santa Maria desta época, não têm elmo e alguns também não têm timbre. Isto é defeito evidente da inabilidade dos artistas marienses, que os não sabiam fazer, ou não podiam, pela má qualidade da pedra empregada, visto que as cartas de brasão de armas que se conhecem, a eles referentes, indicam os elmos e respectivos timbres. Existe na Vila do Porto uma pedra de mármore do século XVI com o brazão de armas dos Velhos, pertencente a Duarte Nunes Velho, ou algum seu descendente, com excelente gravura, talvez feita no Continente, que está hoje em poder de nossa família ([343]).

No seu testamento diz Duarte Nunes Velho que tem sete filhos e que seu filho Salvador Nunes era já morto e jazia sepultado na igreja da Praia (vulgo Santo Amaro). Os filhos da primeira mulher eram: João Nunes Velho, casado com Maria da Câmara; Jordão Nunes Velho, que casou com Joana Curvelo, filha de Genes Curvelo e de Maria de Lordelo; Nuno Fernandes Velho, em cuja linha seguiu o vínculo de Larache; Romão Nunes, que foi morador em Santo Espírito e casou com Leonor de Morais; Pedro Velho, que casou a primeira vez com Margarida da Costa e a segunda com Ana de Resendes, filha de Fernão Vaz Faleiro e de Filipa de Resendes; Inês Nunes; Salvador Nunes, que casara com Joana Garcia, e Gonçalo Nunes.

Da segunda mulher teve Duarte Nunes Velho: Sebastião Velho Cabral, Maria Velho, a Velha, que casou duas vezes, a primeira com Manuel Tomé e a segunda com Manuel Fernandes Faleiro, tendo sido sepultada na igreja das Candeias do lugar de Santo Espírito, junto da porta travessa; e Isabel Nunes Velho, que casou com Teodósio Faleiro, os quais foram bisavós do licenciado Manuel de Andrade de Sousa, cónego de Sé de Coimbra, em cuja Universidade se havia formado.

Romão Nunes Velho (filho de Duarte Nunes Velho e de sua primeira mulher) foi pai de Isabel Velho, que casou na Matriz da Vila do Porto em 22 de Julho de 1601 com Pedro de Baiessa, viúvo, de quem teve um filho, Duarte Velho de Melo, que foi sapateiro em Vila do Porto e casou na Matriz em 24 de Abril de 1631 com Inês Ferreira, filha de Pedro Gonçalves Ferreira e de Inês de Andrade. Este Duarte Velho de Melo fez testamento na Vila do Porto em 28 de Outubro de 1671 e nele se manda enterrar na capela do Bom Jesus, "por ser bisneto legítimo do fundador"; era morador na dita Vila, na casa ao sul da actual ermida da Boa Nova. Foi avô do Padre António Soares Ferreira, ouvidor eclesiástico em toda a ilha de Santa Maria e

vigário da igreja de Nossa Senhora da Purificação do lugar de Santo Espírito, que fundou e erigiu o recolhimento de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Porto.

Pedro Velho (filho de Duarte Nunes Velho e de sua primeira mulher Isabel Fernandes) fez testamento na Vila do Porto a 10 de Julho de 1587, aprovado a 18 de Maio de 1588; fez codicílio a 23 de Julho de 1591. No testamento manda sepultar-se na igreja Matriz da Vila do Porto, na capela do Bom Jesus, feita por seu pai, e vincula a terça de seus bens em benefício de sua alma, nomeando administrador seu filho, José de Pimentel. Foram testamenteiros sua mulher, Ana de Resendes, e o sobrinho desta, António Curvelo. No codicílio diz que ele e sua mulher fizeram doação dos bens da terça em património a seu filho José de Pimentel Velho, e nomeiam outros para a dita terça. Pedro Velho era possuidor da Fajã do Sul, então Fajã de Pedro Velho, a qual, em parte, foi terçada por este no seu codicílio. Frutuoso no Livro IV das "Saudades da Terra", capítulo XXXII, ao referir-se a Ana de Resendes (que foi a segunda mulher de Pedro Velho) diz: "outra filha de Fernão Vaz, Ana de Resendes, casou também com outro filho do Almoxarife Velho" (Bento Dias). Se casou com um filho de Bento Dias, casou depois com Pedro Velho, viúvo de Margarida da Costa, e sobreviveu a este segundo marido.

O filho, José de Pimentel, a quem Pedro Velho se refere nos seus testamento e codicílio, é o Padre José de Pimentel Velho, que foi ouvidor eclesiástico em Santa Maria e se intitulava licenciado. Este padre edificou a ermida de Nossa Senhora da Piedade em Malbusca, na propriedade que herdou de seu pai. Testou em Vila do Porto a 6 de Maio de 1594 e, mais tarde, a 7 de Março de 1630; doou os seus bens a Bárbara Velho, mulher de Estêvão Dias de Bulhões, para património dos filhos dela e de seu marido, Francisco de Melo, António e Domingos, que ele criou em sua casa e diz serem seus parentes, e para o gozarem aqueles que forem clérigos. Doou também uma escrava, Ana, e Maria, sua mãe, e Cosme, escravo baço, recomendando que os não vendam e os tratem bem.

Mais tarde, por escritura de 18 de Janeiro de 1674, o ordenando Bartolomeu de Bulhões, filho de Domingos de Melo e de Isabel de Alpoim, e neto paterno dos ditos Estêvão Dias e Bárbara Velho, fez seu património nas terras e propriedades que o Padre José de Pimentel Velho doara a sua avó, Bárbara Velho, terras sitas na Fajã do Sul e no limite da Malbusca, onde se chama o Zimbral, incluindo-se também umas casas sobradadas na rua Direita da Vila do Porto, que ele já desfrutava por morte de seu pai, de quem era filho mais velho. Este Bartolomeu de Bulhões foi mais tarde cura na Matriz de Vila do Porto e edificou a ermida de Nossa Senhora da Boa Morte na Fajã do Sul, também chamada de Pedro Velho. Vinculou os seus bens, chamando para a administração do vínculo seu cunhado, Inácio de Sousa Falcão, e sua irmã, Isabel de Bulhões, com a obrigação de paramentar a ermida por ele edificada. Um dos seus irmãos foi António de Bulhões, carpinteiro, que casou na Matriz de Vila do Porto a 29 de Agosto de 1688 com Maria de Andrade, filha de Francisco de Andrade e de Jerónima Fernandes, e foi pai do Padre André de Alpoim e de Maria Pacheco, que casou na Vila do Porto a 2 de Janeiro de 1713 com o capitão Manuel de Sousa de Resendes, casamento de que nasceram o Dr. José António de Sousa Bulhões, ouvidor eclesiástico em Santa Maria e vigário da Matriz da Vila do Porto, e Catarina Rosa dos Serafins, que do seu casamento em Vila do Porto a 29 de Outubro de 1744 com o cirurgião, licenciado Francisco da Câmara Carreiro, natural da ilha de S. Miguel, teve a filha única, D. Úrsula Rosa da Câmara, que casou com o capitão Luís Manuel de Figueiredo e Lemos, antepassado do morgado Luís de Figueiredo ([344]).

2) FRANCISCO DE ANDRADE (CAP.ºs III e XVII)

Francisco de Andrade, que era filho de Nuno Fernandes Velho e neto de Duarte Nunes Velho, foi cavaleiro-fidalgo da Casa de El-Rei e almoxarife em Setúbal. Casou, talvez nesta Vila, com Isabel de Queirós, natural da Caparica, concelho de Almada, e filha de Gaspar Vieira e de Ana de Queirós (nota extraída da habilitação do filho Gaspar de Andrade em 1628 para o canonicato da Sé de Coimbra).

Francisco de Andrade foi administrador do vínculo de Larache, instituído por seu avô Duarte Nunes Velho, de que deu contas na Vila do Porto a 10 de Novembro de 1599. Do seu

casamento nasceram: o Doutor Gaspar de Andrade, natural de Santa Maria e cónego da Sé de Coimbra, Bartolomeu de Queirós (sem mais notícia) e António Velho de Andrade, que foi administrador do vínculo de Larache e em cuja descendência seguiu a sua administração.

O Doutor Gaspar de Andrade em 1629 era cónego da Sé de Coimbra, para o que correu inquirição em 1628, sendo inquiridor o Doutor Álvaro da Costa. As testemunhas da inquirição foram, entre outros: o capitão António de Póvoas, da ilha de S. Miguel, Maria Folgada, natural de Santa Maria e residente em Lisboa, Baltazar Velho de Andrade, sargento-mor, com 70 anos, Brás Soares de Sousa, filho do governador da ilha e comendador de Cristo (com hábito), morador em Lisboa, na rua da Caldeira, freguesia de Santa Catarina, Manuel Soares de Sousa, "capitão loco tenente" de Brás Soares de Sousa, na ausência deste, António Soares de Medeiros, beneficiado na igreja de S. Sebastião da ilha Terceira e natural da ilha de S. Miguel, com trinta e cinco anos (diz que "pela muita notícia que tinha das gerações da dita ilha (Santa Maria), no que ele, testemunha, tinha feito muitas diligências por fazer um livro das antiguidades das ilhas pertencentes à Coroa de Portugal e assim por esta razão, como por ser curioso nesta matéria" narra o parentesco do Doutor Gaspar de Andrade com os fidalgos de Belmonte), Simão Guardez Peixoto, fidalgo de geração, natural de Santa Maria, Francisco Curvelo, cavaleiro-fidalgo da Casa de Sua Magestade, escrivão público e do judicial na vila de Almada e natural da ilha de Santa Maria, Brás Barbosa da Silva, alferes-mor e cavaleiro-fidalgo, natural de S. Miguel e residente em Lisboa, Isabel da Fonte, viúva de Domingos Gonçalves, ambos de Santa Maria, Jerónimo da Fonseca Falcão, chantre na Baía de Todos os Santos e natural de S. Miguel, Baltazar Fernandes Madeira, sapateiro, morador em Lisboa e casado com Catarina Bernardes (este é o que mais completamente expõe a genealogia do Doutor Gaspar de Andrade e diz trazer uma demanda com o primo do dito doutor e que era parente dele). Todos concordam em seus depoimentos na nobreza do inquirido, sem mancha de raça infecta.

O Doutor Gaspar de Andrade renunciou mais tarde ao canonicato em favor de seu sobrinho, Padre Francisco de Andrade Velho ([345]), filho de André Fernandes Raposo e Catarina Fernandes, que vivia em Santa Maria por 1622 e em 1676 ofertou os azulejos para a ermida de Nossa Senhora dos Anjos, em cujo lugar viveu, creio que depois de ter resignado por sua vez em Manuel de Andrade de Sousa. O cónego Miguel Ribeiro de Vasconcelos, da casa de Santa Eulália, legitimista que foi perseguido pelos constitucionais entre 1820 e 1846, habilitou-se ao mesmo canonicato por via deste parentesco ([346]).

O Doutor Teófilo Braga era descendente por sua mãe desta família dos morgados de Larache, pois que era neto materno de Inácio Manuel da Câmara e de sua mulher D. Eugénia Violante da Câmara Albuquerque, o qual Inácio Manuel da Câmara era, por seu turno, filho de Manuel José da Câmara, irmão de Luís António de Barros da Câmara, penúltimo administrador do dito vínculo.

3) JOÃO VAZ MELÃO OU DAS VIRTUDES (CAP.ºs II, III, IX e XI)

Frutuoso no capítulo XXXII do Livro IV das "Saudades da Terra" refere-se novamente a este João Vaz das Virtudes, a quem chama João Vaz Feio, o das Virtudes "porque curava por virtude".

Quando nesse capítulo menciona a sua descendência, fala em sua filha Camila de Resendes, casada "com um filho do almoxarife velho, que chamam João Tomé Velho". O almoxarife velho é Bento Dias de Magalhães, que casou com Justa Fernandes, filha de João Tomé, o Amo, assim chamado por ter sido amo do capitão-donatário João Soares de Sousa, e de sua mulher Violante Nunes, que era sobrinha de Duarte Nunes Velho, atrás citado.

Camila de Resendes era irmã do Padre Manuel Curvelo de Resendes e foi sepultada na igreja do recolhimento de Santa Maria Madalena de Vila do Porto, na mesma sepultura de seu irmão, com um letreiro em mármore, que diz: "S.ª do Padre Mel Curvelo Rezende e de Camila de Rezende, sua hermam". Seu marido, João Tomé Velho, era cavaleiro-fidalgo e administrava os vínculos instituídos por João Tomé, o Amo, e Bento Dias de Magalhães, dos quais foi

administrador o morgado Albino José de Medeiros Velho de Bettencourt, que do seu casamento com D. Francisca Violante do Canto Albuquerque Corte-Real não deixou descendência.

4) PADRE BARTOLOMEU LUÍS (CAP.ºs VI, VIII e XVIII)

O Padre Bartolomeu Luís, primeiro cura da igreja de Santa Bárbara e mais tarde beneficiado na Matriz de Vila do Porto — no tempo que escreveu Frutuoso — é filho de Catarina Bernaldes, que morreu a 14 de Janeiro de 1582 e deixou 3000 réis de esmola à Santa Casa da Misericórdia da Vila do Porto. Para ser irmão da mesma Santa Casa, deu-lhe três alqueires de trigo de foro, pelo que foi enterrado com auto e bandeira. (Vid. Livro I de Despesa da mesma Santa Casa, folhas 166).

5) FREI BELCHIOR HOMEM (CAP.ºs V, VI e VIII)

Frei Belchior Homem, que Frutuoso designa também por Padre Belchior Homem, era filho de Pedro Afonso Homem, irmão de Frei João Afonso, freire de Tomar e primeiro vigário da Matriz de Vila do Porto, que para Santa Maria veio casado com Maria Fernandes Reimoa.

Foi vigário da Matriz da Vila do Porto e, depois, da Matriz de Vila Franca do Campo, e morreu em 17 de Maio de 1582, enterrando-se com o auto e bandeira da Santa Casa da Misericórdia, pagando mil réis (Livro I de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia, folhas 152, verso). Fizera testamento a 3 de Maio de 1582, o qual fora aprovado a 14 do mesmo mês e ano pelo tabelião Fernão Vaz Faleiro e na presença das seguintes testemunhas: "O senhor Capitão Braz Soares de Sousa, Fernão Monteiro de Gamboa, o Padre Pedro de Frielas, Pedro de Andrade, Tomé de Magalhães, Rui Gonçalves Alcaide, Pedro Reimão e Melchior Lourenço, todos moradores na Vila do Porto". O testamento foi aberto a 17 de Maio do mesmo ano e depois do Padre Belchior Barreto, sobrinho do dito defunto, nas pousadas deste e na presença de José Gonçalves, reverendo ouvidor eclesiástico, ter requerido ao mesmo reverendo ouvidor o mandasse abrir perante as seguintes testemunhas: Padre Pedro de Frielas, beneficiado da Matriz de Vila do Porto, Bartolomeu Peixoto, alfaiate, e Tomé de Magalhães, almoxarife, que assinou. Deixou por testamenteiro e administrador ao sobrinho-neto Belchior Barreto Homem, clérigo de missa e beneficiado em Vila do Porto, e, por morte deste, a Manuel, filho de Belchior Homem, sendo clérigo, e, não o sendo, passará a administração para a Santa Casa da Misericórdia, com a obrigação de mandar dizer as doze capelas de missas por sua alma e, no caso de ele ser clérigo, as dizer ele próprio, bem como o padre Belchior Barreto Homem. Noutra verba dá poderes ao Padre Belchior Homem para ele nomear quem quiser, com a condição de ser seu parente e seu sobrinho. Os bens vinculados foram a vinha de São Lourenço, onde hoje está a Ermida de Jesus Maria José, e que foi comprada a Dona Guiomar da Cunha e seu marido, João d'Arruda da Costa, de Vila Franca do Campo, por escritura de 3 de Outubro de 1573, com outros bens na freguesia de Santa Bárbara, lugar de São Lourenço ([347]).

Frei Belchior Homem, falecendo em Vila do Porto, foi sepultado na ermida de Nossa Senhora da Conceição, acompanhado com auto e bandeira da Misericórdia; àquela Ermida deixara perpetuamente 15 alqueires de trigo para a sustentação do seu culto.

Seu sobrinho e herdeiro, o Padre Belchior Barreto Homem, paroquiou na Ilha da Madeira durante o governo do Bispo D. Jerónimo Barreto, vindo depois para a Matriz da Vila do Porto, onde foi beneficiado e ouvidor eclesiástico de toda a ilha de Santa Maria por alturas de 1580. Em Junho de 1616 foi preso pelos mouros e levado cativo para Argel, donde se resgatou à sua custa, pois a 24 de Julho de 1624 já estava em Santa Maria. Em uma escritura de distrate feita

a 3 de Julho de 1624 ele diz que pedira dinheiro ao Padre Francisco Nunes Velho para seu resgate e que esse dinheiro era de António Pacheco da Silveira, cidadão de Vila Franca do Campo.

Foi administrador do vínculo instituído por seu tio Frei Belchior Homem e fez testamento a 13 de Setembro de 1611, onde diz que ofereceu um "lampadário ao Santíssimo Sacramento da Matriz e o pôs no lugar em que está mediatamente ao longo do lampadário do senhor Capitão Brás Soares de Sousa da banda da sacristia" e para o alumiar deixa um cruzado no Tramoçal.

Esse Padre Belchior Barreto Homem era filho de Estêvão Roque da Costa e de sua mulher Maria Fernandes Reimão, sobrinha de Frei Belchior Homem. Por sua morte sucedeu na administração do vínculo seu sobrinho bisneto, Padre António da Costa Reimão, beneficiado na Matriz de Vila do Porto em 1630 e vigário da freguesia de Santa Bárbara; foi patrimoniado pelo tio, Padre Belchior Barreto Homem, e por este nomeado administrador do vínculo de Frei Belchior Homem, pelo que correu grande pleito com a Santa Casa da Misericórdia sobre a administração do dito vínculo de que resultou sair ele vencedor em todos os tribunais. Faleceu em Santa Bárbara, sem testamento, originando-se assim um novo pleito com a Misericórdia. Foi sepultado na Matriz da Vila do Porto e o seu inventário fez-se a 22 de Novembro de 1654.

O vínculo teve por terceiro administrador outro Padre Belchior Barreto Homem, também beneficiado na Matriz de Vila do Porto e irmão do Padre António da Costa Reimão, que faleceu a 24 de Outubro de 1660 com testamento feito a 18 do mesmo mês e ano, na Vila do Porto, em cuja Matriz foi sepultado.

Foi irmão destes dois Padres (António da Costa Reimão e Belchior Barreto Homem) o capitão Manuel Curvelo da Costa, almoxarife da Fazenda Real, que casou na Matriz de Vila do Porto a 17 de Junho de 1641 com Maria Jácome de Macedo. Era este capitão mercador e armador, construindo navios em Vila do Porto, como se vê da petição feita à Câmara a 9 de Setembro de 1654, em que pede licença para poder desmanchar a muralha que guarnece o porto (Calhau de peixe), a fim de poder sair o navio do local onde o tinham construído. Como mercador teve larga acção na vida mariense e estendeu a sua actividade a vários gestos de benemerência, não só aos naturais, como também aos que ali abordavam e se achavam em emergências difíceis. Auxiliou também na defesa da ilha, chegando a oferecer uma peça de artilharia e vários outros utensílios de guerra. Chegou a contratar com o Conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa, 7.º capitão-donatário da ilha, a venda da respectiva capitania, transacção que não teve efeito pelas mudanças que trouxe a deposição de Afonso VI e a retirada daquele Conde do Reino. Com sua mulher fez a capela das Almas no convento de S. Francisco de Vila do Porto, onde se mandaram sepultar, e na Fajã de São Lourenço ergueram junto às casas a ermida de Nossa Senhora do Desterro, dando-lhe a fábrica de sua fazenda e determinando que nessa ermida se dissesse missa e nela permanecesse o franciscano que fosse à esmola no tempo do Verão. Ambos vincularam os seus bens por testamento de 10 de Maio de 1677, aprovado a 19 do mesmo mês. Não tiveram descendência e os vínculos seguiram a linha da irmã dos dois padres já citados e do capitão Manuel Curvelo, chamada Maria Velho da Costa, que casou na Matriz de Vila do Porto a 31 de Julho de 1627 com João da Costa Barbosa, mãe e pai de Ana da Costa, que casou na mesma Matriz a 15 de Janeiro de 1658 com Jácome Tomé Faleiro. Estes últimos foram os pais do Padre Belchior Barreto de Macedo, a quem nos referimos adiante, do Padre Manuel Jácome da Costa, vigário da Matriz de Vila do Porto, do padre José Jácome da Costa, que foi vigário da Matriz de Ponta Delgada e ouvidor na mesma cidade, e de Dona Francisca de Macedo, que casou na Matriz de Vila do Porto com o capitão Inácio de Sousa Coutinho, em cuja descendência seguiram os vínculos.

O padre Belchior Barreto de Macedo foi o filho mais velho de Jácome Tomé Faleiro e de Ana da Costa. A 19 de Maio de 1710 era vigário próprio na igreja de Santa Bárbara do lugar de São Lourenço; também esteve na freguesia de S. Pedro e mais tarde, a 16 de Maio de 1622, foi feito vigário da Matriz de Vila do Porto. Depois da morte do pai, como ficassem menores os irmãos, administrou os bens deles e, educando-os, ordenou-os de presbíteros e meteu no convento da Esperança de Ponta Delgada duas irmãs, Bárbara Maria e Catarina, ficando de fora a Dona Francisca de Macedo, que casou com o capitão-mor Inácio de Sousa Coutinho, a quem deixou todos os seus bens em forma de vínculo, que instituiu pelo seu testamento de 19 de Maio de 1710, aprovado na Vila do Porto a 11 de Abril de 1711 pelo tabelião Manuel Soares Ferreira, e acrescentado na mesma Vila a 6 de Maio de 1722. O testamento foi aberto a 13 de Maio de 1722, a quando do seu falecimento na Vila do Porto e nas suas casas defronte da

Matriz, do lado do Ocidente. Nele se mandava sepultar na capela dessa igreja. Declara-se administrador dos vínculos de Frei Belchior Homem e de seus tios Manuel Curvelo da Costa e Maria Jácome de Macedo, por nomeação desta última. Deixou mil missas para serem ditas pelos frades de S. Francisco e pelo colégio da Matriz. Edificou a ermida de Jesus Maria José na Fajã de São Lourenço, nas vinhas que pertenciam à instituição de Frei Belchior Homem, que, então, administrava, com licença dos governadores do bispado, passada a 12 de Março de 1718, tendo sido feita a escritura de fábrica a 13 de Abril de 1717 nas notas do tabelião António Velho Cabral, de doze alqueires de trigo de foro fixo, que foi o dote patrimonial da dita ermida, estabelecida pelo fundador. Nesta ermida existe um frontal de azulejos, onde estão representados em adoração o capitão-mor Inácio de Sousa Coutinho e sua mulher.

6) HEITOR GONÇALVES MINHOTO (CAP.ºs III, VIII, IX e XIV)

Heitor Gonçalves Minhoto foi um mercador que viveu na ilha de Santa Maria desde o princípio do século XVI e ali casou com Dona Joana de Sousa, filha do terceiro capitão donatário, João Soares de Sousa, e de sua primeira mulher, Dona Guiomar da Cunha.

Heitor Gonçalves "Minhoto", por alcunha (cremos), por ser oriundo das províncias do Norte, talvez de Guimarães, fez testamento, já viúvo, a 9 de Janeiro de 1551. Nesse testamento diz que quer ser enterrado na igreja Matriz de Vila do Porto, onde jaz seu irmão Francisco Gonçalves. Vinculou várias propriedades, com encargo de anal de missas, ditas na capela do Bom Jesus da dita igreja Matriz. Nomeia por administrador desse anal seu filho Francisco da Cunha e na falta deste qualquer outro seu filho. Encarrega seu sobrinho Francisco Vaz (que foi juiz dos órfãos) da educação e tutoria de seus filhos, manifestando o desejo de que nem os tios nem o avô materno sejam tutores deles.

O seu testamento tem uma verba que diz: "que lhe mandem vir um seu sobrinho, filho de seu irmão Francisco Gonçalves, e que o façam clérigo, e, sendo clérigo, lhe dêem o anal que ele, testador, manda dizer, e além dos 12 mil réis anuais lhe dêem a sua casa, em que mora, caso ele queira, ou então a casa em que mora Francisco Fernandes, filho de João Tomé o Amo, que foi do dito Francisco Fernandes, e, não sendo ele clérigo, darão todavia a dita casa ao clérigo que disser o dito anal de missas "e mais os ditos 12 mil réis". Esta casa, que ficou fazendo parte da instituição vincular de Heitor Gonçalves Minhoto, era situada defronte da fachada ocidental da igreja Matriz de Vila do Porto, casa que, com os tempos e no decorrer de dois séculos, sofreu várias modificações, havendo épocas em que só existia o chão; da última reconstrução resultou o actual edifício, que é do começo do século XIX, feito ou reconstruído por Laureano Francisco da Câmara Falcão, administrador do vínculo instituído pelo Minhoto, que faleceu em 1825.

Segundo Frutuoso, Heitor Gonçalves Minhoto era tão rico, que, se vivera mais tempo, acabara por comprar toda a ilha e toda ela seria sua. Comprou os bens de Álvaro da Ponte e de Álvaro Pires de Lemos, os quais caíram na pobreza; por isso o seu testamento mandou dar-lhes os rendimentos remanescentes da instituição, metade a cada um, enquanto fossem vivos.

Houve em Santa Maria um António Velho Minhoto, casado com Ana Faleira (que se diz ser filha de Cristóvão Vaz Faleiro e de Deusadeu Gonçalves), de que não se conhece a filiação. Só se sabe que Manuel da Câmara Albuquerque, moço-fidalgo da Casa Real, filho de João Soares de Sousa e de Dona Filipa da Cunha, em seu testamento de 11 de Outubro de 1631 lhe chama tio e lhe deixa o seu vestido por alma. Sendo a mãe de Manuel da Câmara Albuquerque, Dona Filipa da Cunha, filha de Dona Branca de Sousa, e neta, por esta via, de Heitor Gonçalves Minhoto, poderá deduzir-se que António Velho Minhoto seja por sua vez neto de Heitor Gonçalves Minhoto, por ser filho de algum dos filhos naturais deste.

A 4 de Junho de 1562 fez em Vila do Porto testamento nas notas do tabelião Pero de Freitas, estando presente o juiz dos órfãos, Francisco Vaz, sobrinho de Heitor Gonçalves Minhoto. O testamento foi aprovado a 14 do dito mês pelo tabelião Pero de Andrade e nele Francisco Vaz se declara marido de Ana Fernandes, de quem houvera Cristóvão Vaz e

Catarina Vaz. As testemunhas foram Amador Vaz Faleiro, escudeiro, Fernão Soares, Belchior Luís, escudeiro, e Tomé Afonso, escudeiro. O vínculo que instituiu era administrado em 1714 por Manuel Rebelo Borges da Câmara e sua mulher Dona Ana de Medeiros, da ilha de S. Miguel, tendo até esta seguido a linha de Cristóvão Vaz. Nesta época, o Padre Francisco Cabral Teixeira reivindicou os bens por demanda, que ganhou ([348]).

7) BALTAZAR VELHO DE ANDRADE (CAP.ºs V, XVII e XX)

Baltazar Velho de Andrade foi um fidalgo do Porto que casou em Santa Maria com Marquesa Fernandes, filha de Domingos Fernandes e de Margarida Afonso. Foi homem de importância e valor na Vila do Porto, onde desempenhou o cargo de provedor da Misericórdia, a qual beneficiou com um moio de trigo de renda no seu testamento, que fez de mão comum com sua mulher a 15 de Fevereiro de 1583. Por este testamento vinculou, entre outras propriedades, um cerrado na Flor da Rosa (Paul) que comprara a D. Maria de Andrade, viúva do 3.º capitão-donatário, João Soares de Sousa, o qual tinha perto de dez moios de terra. O vínculo foi instituído em forma de morgado, e os seus administradores, mais tarde, intitularam-se morgados do Cerrado, em razão da grandeza e da forma da propriedade. Do vínculo também constava uma vinha na Fajã da Maia, que ele havia comprado a Miguel Soares de Sousa e a sua mulher D. Antónia, neta de Ana de Andrade, e, por conseguinte, descendente de Catarina Fernandes, a Maia, que deu o nome ao respectivo lugar.

Do seu casamento com Marquesa Fernandes nasceram vários filhos, entre os quais o Padre Paulo de Andrade Velho, primeiro vigário da freguesia de S. Pedro da ilha de Santa Maria, que, a 14 de Outubro de 1637, fez doação para património a seu sobrinho António Fernandes de Melo, mais tarde Frei António de Santa Maria, de umas casas na Vila do Porto, com pensão de 250 missas, ditas por uma só vez, e com a condição de, depois da morte deste, seguirem as casas na pessoa que quisesse e escolhesse, mas dentro da geração de sua irmã (dele doado), Isabel Nunes Velho, mulher do capitão-mor Francisco Nunes de Melo, que era também sobrinho do doador. As casas confrontavam pelo Norte com a casa de André Fernandes de Moura, Sul com casas caídas de Diogo Fernandes Faleiro e Nascente e Poente com ruas públicas. A escritura foi feita nas notas de Cristóvão Fernandes. O doado, Frei António de Santa Maria, morreu em Lisboa, onde era frade, e as casas foram vendidas em pregão a 19 de Junho de 1647, sendo seu arrematante Francisco (?) de Andrade de Melo, filho do capitão-mor Francisco Nunes de Melo.

Outro filho de Baltazar Velho de Andrade foi Fernão de Andrade Velho, cavaleiro-fidalgo e herdeiro do vínculo, que casou com D. Jordoa de Sousa Faleiro, filha de Álvaro de Sousa, e, por conseguinte, neta do 3.º capitão-donatário, João Soares de Sousa, a qual em 1616, quando da incursão dos mouros em Santa Maria, foi levada cativa para Argel com alguns filhos e filhas; porém, foi resgatada, pelo que veio a falecer em Vila do Porto, sendo sepultada a 21 de Abril de 1623 com auto da Santa Casa da Misericórdia, em cujos livros foi tombado tal encerramento. O vínculo seguiu esta linha até ao último morgado do Cerrado, Luís Francisco Velho da Câmara, cujos filhos espatifaram os bens, vindo quase todos a morrer na miséria.

Outro filho de Baltazar Velho de Andrade foi Manuel de Andrade Velho, capitão de infantaria e escrivão da Câmara de Vila do Porto, ofício que herdou de seu sogro, Fernão Vaz Faleiro, pois casara com a filha deste, Jerónima Fernandes de Alpoim, de quem teve, entre outros, o Padre Fernão de Andrade Velho, beneficiado na Matriz de Vila do Porto e segundo vigário da freguesia de S. Pedro.

Foi também filha de Baltazar Velho de Andrade Isabel de Andrade Velho, que casou a primeira vez com Sebastião Velho Cabral, de quem não teve geração, e a segunda vez com António Fernandes, cavaleiro-fidalgo e ouvidor do 5.º capitão-donatário, Brás Soares de Sousa. Este António Fernandes era natural da ilha da Madeira e veio como mercador para a de Santa Maria, onde faleceu a 9 de Dezembro de 1610. Os seus ossos, e também os de sua mulher, jazem sepultados na capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Vitória do convento dos

franciscanos de Vila do Porto, em virtude do compromisso que havia tomado de fazer um terço da dita capela, pelo que ficou seu padroeiro.

Do casamento de António Fernandes e Isabel de Andrade Velho nasceu Baltazar Velho de Andrade, que foi sargento-mor de Santa Maria e morreu com testamento feito a 18 de Outubro de 1632, ficando sepultada na mesma capela-mor, de que era padroeiro. Baltazar Velho de Andrade, por escritura pública de 8 de Março de 1617, deu o património necessário para se fazer a ermida de Nossa Senhora da Glória. Do seu casamento, celebrado em Vila do Porto a 27 de Julho de 1608, nasceram além de António de Sousa Falcão, que morreu em Pernambuco sem deixar geração na guerra contra os holandeses, e de D. Mariana de Meneses, que foi mulher do capitão-donatário Brás Soares de Sousa e edificou a ermida de S. José e de Nossa Senhora da Saúde na Flor da Rosa Alta, João Falcão de Sousa, que foi sargento e capitão-mor da ilha de Santa Maria, por carta de D. João IV de Maio de 1654. João Falcão de Sousa governou a ilha na menoridade de Brás Soares de Sousa, 7.º capitão-donatário, desde a dita data de nomeação, acima mencionada, até a sua morte, que ocorreu a 12 de Dezembro de 1657. Foi superintendente das fortificações da ilha de Santa Maria, e, como tal, diligenciou completar a defesa da ilha, não só na Vila do Porto como em todos os pontos onde havia facilidade de um inimigo entrar. Chegou mesmo a empenhar os seus bens para concluir as obras empreendidas. À data da sua morte, devia-lhe Sua Majestade um conto e novecentos mil réis do dinheiro que ele e sua mãe, D. Margarida de Sousa, tinham abonado para as fortificações, o qual, com muita dificuldade, mais tarde esta senhora cobrou.

João Falcão de Sousa foi voluntariamente ao cerco do castelo da ilha Terceira na época da Restauração e edificou, juntamente com sua mãe, a ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, em Vila do Porto, junto das casas da sua residência, dando-lhe património por escritura pública de 6 de Abril de 1657. Já em 16 de Novembro de 1653 dera património para a ermida de Nossa Senhora da Graça, que erigira numa sua quinta. Morreu solteiro, deixando numerosa descendência ilegítima e havendo feito testamento a 25 de Abril de 1657, aprovado a 12 de Dezembro do mesmo ano. Foi sepultado na capela-mor da referida igreja do convento de São Francisco.

8) RUI FERNANDES DE ALPOIM (CAP.os III, V, VI e VII)

Rui Fernandes de Alpoim foi ouvidor do capitão-donatário João Soares de Sousa. Instituiu um vínculo nas terras da Faneca, com a obrigação de dar o quarto da renda ao Santíssimo Sacramento da Matriz de Vila do Porto e também de reparar e ornamentar a capela de Santa Catarina, que edificou na mesma igreja e ainda hoje lá existe, ficando na parte lateral, da banda do Evangelho. É de abóbada e deve ser coeva da sua fundação ou reedificação.

9) GONÇALO FERNANDES (CAP.º XIV)

Frutuoso refere-se a Gonçalo Fernandes, ao citar os filhos do capitão-donatário João Soares de Sousa, dizendo que um deles, Miguel Soares, casara com D. Antónia, neta de Ana de Andrade, viúva, “mulher que foi de Gonçalo Fernandes”.

Ana de Andrade era filha da Maia e a ela se refere António Fernandes, o Rico, no seu testamento, chamando-lhe madrasta e deixando-lhe vinte mil réis.

Este Gonçalo Fernandes deve ter casado uma primeira vez com mulher cujo nome se ignora, e deste casamento teriam nascido vários filhos, entre eles, o dito António Fernandes, o Rico, Beatriz Fernandes (Perinha), que foi administradora do vínculo instituído por este último,

e Jerónima Fernandes, que casou com Pedro de Andrade Alpoim, filho de Álvaro Fernandes de Andrade e de Catarina Fernandes, a Maia, citados por Frutuoso.

António Fernandes, o Rico, fez testamento em Vila do Porto a 12 de Novembro de 1568, escrito pelo padre José Gonçalves, vigário de Santa Bárbara, e aprovado por Vicente Vaz a 21 de Janeiro de 1569. Por este testamento vinculou todos os seus bens em forma de morgado, com a obrigação de se dizer meio anal de missas, cada ano, na igreja principal de Vila do Porto, onde se mandou sepultar, na cova de seu pai e diante do altar de Nossa Senhora do Rosário e de São Sebastião, da banda do Evangelho. Deixou à Misericórdia um moio de trigo, para se amassar em Abril e todos os anos o dar aos pobres, e à Câmara de Vila do Porto vinte mil réis para se fazer um oratório na casa dos lázaros de Santa Maria, onde lhes pudessem dizer missa, e, não podendo ser a Câmara despenderia tal quantia naquilo que melhor lhe parecesse. Determinou que o quinto do remanescente fosse do administrador e o produto dos frutos das terras e dos foros fosse dado aos parentes pobres. Foi esta uma instituição de protecção à família semelhante à de Tomé Magalhães Velho e à de António Coelho, e assim se manteve até à época pombalina, em que foi modificada, desaparecendo o benefício colectivo em proveito do administrador. Dos bens vinculados fazia parte uma propriedade de sete ou oito moios de terra na Almagreira, que António Fernandes comprara a Sebastião Luís, escudeiro, e a sua mulher, Estevazinha Alves. Do vínculo constava também uma propriedade na Lapa, na freguesia de Santo Espírito, e outra no Ginjal, e ainda vários foros e casas, entre estas a da rua Direita (hoje de Gonçalo Velho), onde existe ainda uma janela manuelina, e que fica abaixo da Matriz, à direita quem desce. Chamou para a administração do vínculo a Pedro de Andrade Alpoim, seu cunhado, e a Fernão Gonçalves, seu irmão.

A 17 de Dezembro de 1591 era administrador do vínculo sua irmã Beatriz Fernandes (Perinha) e, desde essa época até à desvinculação, foi ele administrado pelos descendentes desta irmã. O último administrador foi o morgado Ernesto Monteiro Tavares Velho de Bettencourt, que faleceu solteiro em 1917 e deixou os bens a suas afilhadas e parentes, D. Mariana e D. Emília Machado Baptista, respectivamente casadas com José Joaquim de Arruda e capitão Joaquim Monteiro Arruda.

António Fernandes, o Rico, que não deixou descendência, casou com Helena Gonçalves Velhasques, que parece ser natural da ilha de São Miguel. No testamento deixa ainda vários legados e, dentre estes, a suas irmãs e sobrinhos, donde pode deduzir-se a genealogia desta família.

10) PROTEZILAU DE LOURA (CAP.º XVIII)

Protezilau de Loura era filho natural de Fernão Lourenço e de Branca Ribeira, solteira, e neto paterno de Lourenço Fernandes.

Seu pai, Fernão Lourenço, fez testamento em Santa Maria a 25 de Agosto de 1552, tendo já feito um, anteriormente, em Lisboa no mesmo ano, em Alfama. Neste testamento instituiu um vínculo em forma de morgado e nomeia por herdeiro e administrador dessa capela a Protezilau de Loura, filho de Branca Ribeira, que lhe nasceu em casa e que duvida ser seu filho, que neste tempo se acha em Coimbra, a quem manda dar vinte mil réis cada ano e ainda o escravo Jonne para o servir até ser doutor. Foi Protezilau de Loura quem apresentou o testamento em Lisboa a 17 de Fevereiro de 1553 para ser aberto. O vínculo constava de terras, 17 moios de semeadura, desde as terras de Maria Dias até à Ribeira Seca, e também terras no Saramago, que foram de João Garcia. Fernão Lourenço era escrivão dos órfãos em Santa Maria e mandou enterrar-se na cova de seu pai na igreja principal de Vila do Porto.

Protezilau de Loura morreu em 1596, tendo casado com Inês Nunes Velho, filha de Gonçalo Nunes e neta de Duarte Nunes Velho e de Isabel Fernandes. Deste casamento nasceram vários filhos, dentre eles Cosme de Loura, que foi administrador do vínculo de Fernão Lourenço e foi bisavô de Fernão de Loura Bettencourt, a quem foi concedido o uso de brazão de armas, com o seguinte esquartelamento: no primeiro quartel as armas dos Melos, no segundo as

armas dos Cabrais, no terceiro as dos Resendes e no quarto as dos Velhos, e por timbre o dos Melos.

O mesmo Fernão de Loura Bettencourt casou na Matriz de Vila do Porto a 25 de Setembro de 1713 com Dona Mariana Margarida Coutinho, de quem não teve geração. Juntamente com esta sua mulher edificou na Faneca a ermida de Nossa Senhora do Pilar, junto à sua casa de campo, cujo altar é de pedra do Monte Gordo, bem lavrada, e o frontal da igreja é de azulejo, tendo nele debuxada a imagem de Nossa Senhora, e, em adoração, os dois edificadores.

Fernão de Loura Bettencourt era irmão de João de Loura Velho, que foi para o Brasil e faleceu em Nossa Senhora do Rosário da Vila da Caxoeira, capitania da Baía, com testamento feito a 20 de Agosto de 1718 e aberto a 23 de Setembro do mesmo ano. Ambos eram filhos de Ana de Loura, segunda mulher do capitão João de Melo Cabral (casados em Vila do Porto a 18 de Maio de 1659), e netos de Inês de Loura, casada com Constantino Velho de Carvalho, a quem foi passado pela Relação em 1656 sentença sobre a administração do vínculo e morgado de Fernão Lourenço, por Inês de Loura ser a filha primogénita de Cosme de Loura, administrador do mesmo vínculo, atrás citado, a qual administração lhe havia sido disputada por Dona Catarina Teixeira e seu filho Manuel de Sousa de Meneses, órfão e menor, respectivamente, viúva e filho do Doutor Manuel de Sousa de Meneses, corregedor e conservador que foi da cidade e Universidade de Évora, o qual era neto de Protezilau de Loura. A 8 de Outubro de 1665 a dita Inês de Loura, viúva do capitão Constantino Velho de Carvalho, fez nas notas do tabelião Manuel Soares da Costa cedência da adminstração do dito vínculo e morgado, que houvera por sentença da Relação, em seu genro, o alferes Mateus Godim (sic) de Oliveira, da Praia da ilha Terceira, casado com sua filha Esperança de Resendes, que é sua filha mais velha, e, por não ter filhos machos e esta ter um filho macho, chamado Manuel e para escusar demandas entre os seus filhos, depois da sua morte, diz que nomeia ao dito Manuel para suceder no referido vínculo, pois, a ele, seu neto, cabem de direito os referidos bens, pelo que o nomeia em vida e o dá por empossado.

O alferes Mateus Godim de Oliveira (filho do capitão Manuel Jaques e de Maria Fernandes), com quem casara em Vila do Porto Esperança de Resendes, perdeu-se no barco de Manuel Estácio, que saiu da ilha de São Miguel para a de Santa Maria, com todos os que nele se encontravam, por alturas de 1675.

11) JOÃO DE CASTANHEIRA (CAP.ºs II e IX)

João da Castanheira veio para a ilha de Santa Maria antes de 1472, no tempo do segundo capitão-donatário João Soares de Albergaria. Teve dadas de sesmaria perto da Vila do Porto, que começou a cultivar e depois vendeu, quando se passou à ilha de S. Miguel, onde se fixou e deixou descendência.

Foi loco-tenente do capitão João Soares em Santa Maria, e nesta ilha estava em desempenho de funções, quando, em Fevereiro de 1472, passou por aqui Cristóvão Colombo, vindo da descoberta das Antilhas. Com ele tratou, conforme se lê em Las Casas e na História de Fernando Colombo, filho do navegador. Esta asserção é confirmada por uma escritura de venda de seis moios de terra de semeadura, dada em sesmaria por João Soares a João da Maia e a sua mulher Guilhelma Fernandes de Alpoim, em que se fala em João da Castanheira como capitão na ausência de João Soares ([349]). Os terrenos que lhe seriam dados em sesmaria, ficam ao Ocidente da Vila do Porto e foram mais tarde de Heitor Gonçalves Minhoto, intitulando-se Cabeçadas de João da Castanheira. Foi escudeiro-fidalgo do alto donatário da ilha, o Duque de Beja, D. Manuel.

João da Castanheira houve uma filha, Margarida de Matos, que casou com Fernão do Quental, escudeiro-fidalgo, que também povoou a ilha de Santa Maria, onde teve dadas, segundo diz Frutuoso. Vindo com o sogro para S. Miguel, aqui se fixou e foi nomeado ouvidor do capitão-donatário Rui Gonçalves da Câmara. Fernão do Quental fez testamento em Ponta Delgada a 3 de Julho de 1540, e sua mulher, Margarida de Matos, vinculou a sua terça por testamento aprovado a 7 de Maio de 1512.

12) RUA DE ANTÓNIO COELHO (CAP.º XVIII)

A rua de António Coelho é a rua do Açougue, hoje rua do Livramento.

António Coelho era natural de Guimarães e filho de António Gonçalves; era escudeiro-fidalgo da casa do Senhor D. Duarte, como se diz no testamento de Tomé de Magalhães, e veio para a ilha de Santa Maria no último quartel do século XVI, aqui casando com Catarina Vaz Velho, filha de Francisco Vaz (sobrinho de Heitor Gonçalves Minhoto), juiz dos órfãos, e de sua mulher Joana Fernandes, viúva de Fernão Monteiro de Gamboa e filha de João Tomé, o Amo, e de Violante Nunes. António Coelho tinha em Guimarães um prazo de sucessão e nomeação, que deixou a sua filha, Maria Coelho. Ele e sua mulher fizeram testamento em Santa Maria a 14 de Abril de 1609, aprovado a 3 de Maio do mesmo ano, e escrito por seu filho, Frei Francisco Coelho, ou Frei Francisco da Conceição, religioso no oratório de Nossa Senhora da Vitória de Vila do Porto. Por esse testamento, ambos vincularam a terça parte dos seus bens, que constava de quatro moios de terra nas Feiteiras de S. Pedro e de um moio nos Paços da Vila, com a obrigação de ornamentar a capela de Nossa Senhora da Guia, da igreja do convento dos Franciscanos da Vila do Porto, que fica no colateral da capela-mor, da banda do Evangelho, a qual capela de Nossa Senhora da Guia eles tinham mandado edificar e nela se mandaram sepultar. Mais determinaram que do rendimento daquela instituição se desse o azeite para o Santíssimo da mesma igreja, e outras pensões e encargos, recebendo o administrador simplesmente o quinto do rendimento. Nomearam para administrador seu filho, António Coelho Velho.

António Coelho e sua mulher haviam contribuído com parte do terreno para a fundação do convento de S. Francisco, juntamente com outros beneméritos varões: João Soares de Sousa, António Fernandes e Tomé de Magalhães. No seu testamento há uma verba que interessa à história da ilha de Santa Maria, por ser uma das poucas fontes em que um tal facto histórico é narrado.

Diz a dita verba: “declaramos nós, testadores, que quando foi a entrada dos ingrezes esta última vez se pediu emprestado a minha mulher para resgate da própria terra, em qual tempo meu filho Francisco Coelho, que hoje é frade de S. Francisco e há por nome Frei Francisco da Conceição, o entregou a António Fernandes, mercador, 68.000 réis ou o que na verdade se achar, o qual se arrecadará pela sentença do empréstimo que Sua Magestade tem passada acerca do que se deu em resgate desta terra”. Trata-se de uma entrada de ingleses na ilha pelos anos de 1599, os quais destruíram o relógio da Câmara e na ermida de Nossa Senhora da Conceição o seu retábulo, exigindo ainda um resgate, do qual não há notícias circunstanciadas.

Mais tarde, em 1616, uma neta de António Coelho há-de ser cativa pelos argelinos, que a levaram como escrava para Argel.

Do vínculo instituído por António Coelho foi administrador em fins do século XVIII o alferes Joaquim Francisco Coelho de Bettencourt, que nasceu nas Feiteiras de S. Pedro a 2 de Novembro de 1755 e morreu na Lapa de Santo Espírito, casando nesta freguesia a 16 de Maio de 1776 com D. Antónia Margarida de Chaves. Foram pais do alferes António Joaquim Coelho Velho de Bettencourt, que faleceu com 37 anos em 23 de Setembro de 1824, sem deixar descendência, e do alferes José Inácio Coelho Velho de Bettencourt, que também morreu solteiro, do padre Manuel Coelho Velho de Bettencourt, que foi cura em S. Pedro e em Santo Espírito, de D. Lucrécia Miquelina de Bettencourt, que casou com José Pedro de Chaves e em segundas núpcias com Manuel Monteiro de Gamboa, e de D. Ana Rita Coelho de Bettencourt, mulher do alferes de milícias José António Monteiro Velho de Carvalho, e única que deixou numerosa descendência. O vínculo foi abolido por provisão régia de D. João VI, de 12 de Setembro de 1818.

13) MIGUEL DE FIGUEIREDO DE LEMOS (CAP.ºs III e IV)

Miguel de Figueiredo de Lemos (pai do bispo do Funchal D. Luís de Figueiredo Lemos) veio para a ilha de Santa Maria antes de 1540, como feitor da comenda de Nossa Senhora da Assunção, em virtude de certo parentesco que tinha com D. Francisco Coutinho, segundo comendador da mesma. ([350]) Por carta de 3 de Março de 1561, nomeou-o D. João III procurador do número em Santa Maria, para o lugar de Pero Vaz, que estava ausente, e enquanto demorasse a ausência deste. Exerceu também o cargo de juiz dos órfãos durante 30 anos, como se diz na carta de nomeação de seu genro, Simão Gonçalves Pinheiro, dada por Filipe II em 28 de Julho de 1592, cargo em que substituiu Francisco Vaz, que o desempenhou até 1562, aproximadamente.

Casou em Vila do Porto com D. Inês Nunes Velho, filha de Sebastião Nunes Velho e de Maria Gonçalves.

Miguel de Figueiredo e sua mulher vincularam a terça de seus bens por testamento feito em 28 de Abril de 1587 e aprovado a 3 de Maio do mesmo ano pelo tabelião António Fernandes. O vínculo constava de nove moios de terra na freguesia de S. Pedro, distribuídos pela Flor da Rosa e pelo Alto e Terras de João Faleiro e ainda de casas na Vila do Porto, dentre as quais a de sua morada, brasonada, e situada na Praça do Pelourinho. Chamaram para a administração deste vínculo sua filha D. Mécia de Lemos, casada com André Soares de Sousa, filho do terceiro capitão-donatário João Soares de Sousa. A D. Mécia sucedeu seu filho, o cónego Jerónimo de Figueiredo de Lemos, que foi o segundo administrador e, extinguindo-se a geração da dita D. Mécia, entrou o vínculo na descendência de sua irmã, D. Inês Nunes Velho, casada com o juiz dos órfãos Simão Gonçalves Pinheiro, onde se manteve até à sua extinção.

14) D. LUÍS DE FIGUEIREDO DE LEMOS (CAP.ºs III, IV e XIV)

D. Luís de Figueiredo de Lemos foi o sétimo bispo do Funchal. Logo depois de tomar posse do bispado, começou a dirigir a administração deste com o cuidado e o tino que sempre o distinguiram. Fez sínodo em 29 de Junho de 1597, onde promulgou novas constituições do bispado, as quais, juntas às do seu antecessor (D. Jerónimo Barreto) mandou imprimir no ano de 1602.

Logo depois de tomar posse, mandou, por decreto de 27 de Agosto de 1586, que se lançassem em tomos (?) os traslados autênticos de todos os documentos e memórias antigas da Sé do Funchal, dando assim começo ao arquivo daquela catedral.

Teve alguns conflitos com o Senado do Funchal. Um houve, em que teve de intervir o próprio monarca, Filipe III. O caso passou-se, segundo narra Henrique Henriques de Noronha, no seu manuscrito inédito "Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da História da Diocese do Funchal", da forma seguinte: "Era o dia de Corpus Christi de 1603, em que ele levava na procissão o Santíssimo, e querendo intermeter-se o vigário geral no seu governo além daqueles limites, que por direito lhe são concedidos, até o lugar das Cruzes, acudiu o Senado a defender a sua jurisdição. Atearam-se razões e com elas um tal borburinho motim do povo que saiu dele mal tratado o mesmo vigário geral, por cuja causa procedeu o prelado com censuras contra alguns ministros seculares. Deste procedimento agravou a Câmara e foi provido enquanto ao governo da procissão, e enquanto ao sacrilégio não tomaram conhecimento na Relação por ser juiz incompetente. Cuja sentença foi pronunciada em 30 de Agosto do mesmo ano, mas para tal sossego deste incidente acudiu El-Rei, escrevendo ao

Senado com a advertência do respeito que se devia aos prelados e com especialidade a este, "ao qual também escreveu para que se substivesse (sic) no tal procedimento, e determinando o modo com que se deviam haver em semelhante caso mandou pôr silêncio perpétuo no processo".

D. Luís de Figueiredo de Lemos fundou em 1600 a ermida de S. Luís, bispo de Tolosa, junto ao Seminário e Paços Episcopais, cujo edifício também se deve ao seu cuidado, porque, até então, viviam os bispos em casas particulares. Faleceu no dia 26 de Novembro de 1608 e foi sepultado na sua ermida, em campa de mármore em que estão gravadas as suas armas. Manuel Tomás, no livro IX da sua Insulana, em doze oitavas, canta as suas virtudes e a sua fama de santidade. O brasão esquartelado sobre a sua sepultura (actualmente na Sé do Funchal), é o seguinte: no primeiro quartel as armas dos Velhos, no segundo as dos Cabrais, no terceiro as dos Travassos e no quarto as dos Figueiredos; elmo, paquife e por timbre o chapéu, com a vieira na volta, dos Velhos. O brasão do retrato do bispo, que existe na sala da casa do comendador Luís de Figueiredo em Santa Maria, é o seguinte: um escudo esquartelado: no primeiro as dos Figueiredos, no segundo as dos Velhos, no terceiro as dos Travassos (cinco trevos de ouro em campo verde) e no quarto as dos Cabrais.

15) DOMINGOS FERNANDES OU DOMINGOS FERNANDES FALEIRO (CAP.ºs V e VIII)

Domingos Fernandes, ou Domingos Fernandes Faleiro, deve ser descendente de povoadores de Santa Maria, mas ainda não foi possível descobrir a sua filiação. De sua mulher, Margarida Afonso, dizem os genealogistas que é filha de Duarte Nunes Velho, sem indicarem se do primeiro ou do segundo casamento; temos, porém, a opinião de que não é filha dele e que a carta de brasão de armas de Gaspar de Andrade Columbreiro, em que se baseiam para tal afirmação, está nessa parte erradíssima.

Domingos Fernandes e sua mulher Margarida Afonso viviam ao tempo do seu testamento em Santo Espírito, onde possuíam grandes propriedades, com aposentos no lugar da Calheta.

Domingos Fernandes era escudeiro, segundo declara o notário no acto de aprovação do seu testamento, que foi feito a 2 de Setembro de 1566, e aprovado na Vila do Porto, nas casas onde vivia pela mesma época seu genro, Baltazar Velho de Andrade. Por esse testamento vincularam ambos a terça parte dos seus bens em forma de morgado, para sustento e ornamento da capela de S. Pedro, que mandaram edificar na igreja de Nossa Senhora da Purificação do lugar de Santo Espírito, e onde se mandam sepultar. Chamou para a administração do seu vínculo a Diogo Fernandes Faleiro, seu filho primogénito, e por ordem cronológica do nascimento, aos seus restantes filhos. Como Diogo Fernandes não tivesse geração, o vínculo seguiu a linha de Manuel Fernandes Faleiro, segundo filho dos instituidores. Esta capela de S. Pedro existiu na igreja da Purificação até ao ano de 1766, época em que o templo foi aumentado com ordem e autorização do bispo de Angra, D. António Caetano da Rocha. Domingos Fernandes e Margarida Afonso, no mesmo testamento, mandam dizer uma missa, semanalmente, por suas almas na referida capela.

Seu filho, Diogo Fernandes Faleiro, estudou em Coimbra e casou com Maria de Andrade, filha de Álvaro Fernandes de Andrade e de Catarina Fernandes, a Maia. Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia, depois da entrada dos franceses (1577), a qual muito deveu ao seu amor e dedicação. Além do que o Dr. Gaspar Frutuoso conta da sua filantropia (capítulo V), temos a acrescentar que ele e sua mulher doaram à confraria do Santíssimo Sacramento da igreja Matriz de Vila do Porto, por escritura pública feita em 28 de Novembro de 1591 nas notas do tabelião Fernão Vaz Faleiro, dois moios de terra na Feiteirinha e em outros lugares da freguesia de Santo Espírito, propriedade que ainda aquela instituição possui, com a obrigação de dar quarenta alqueires de trigo à Santa Casa da Misericórdia da Vila do Porto.

Faleceu Diogo Fernandes Faleiro, que nos documentos é intitulado cavaleiro-fidalgo, em 1596. Sua mulher, Maria de Andrade, instituiu um vínculo de seus bens, que deixou a seu sobrinho Cristóvão de Andrade Alpoim, filho de seu irmão, Pedro de Andrade Alpoim.

16) ERMIDA DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS (CAP.ºs VI e VII)

No livro da Irmandade de Nossa Senhora dos Anjos e Escravos da cadeiinha, manuscrito de 1676 existente no arquivo da Matriz de Vila do Porto, diz-se o seguinte: "Esta ermida de Nossa Senhora dos Anjos fundou hua m.er natural do Reyno por nome Izabel Glz. m.er de Thome Afonso ([351]) natural do Algarve. Pediu este citio a D. Beatriz m.er do Cap. Donatario a qual lhe deu tres alqueires de terra em q. se fundou a dita ermida por outros tres q. a dita Izabel Glz. lhe deu em sima da rocha os quais tres alqueires em q. está a ermida deixou para o ermitão que a limpasse. O anno em q. foi feita esta fundação não se acha noticia certa por averem passado m.tos e porq. com a entrada dos mouros q. no anno de 1616 saquearão esta ilha levando muita gente cativa fiarão sepultadas as noticias q. disto podia aver. Sabesse q. escapou esta ermida dos mouros e he tradição certa q. a não virão andando perto dela como tambem se presume q. a não virã o anno de 1675, pois entrando de assalto neste citio por descuido dos guardas a noute do pr.º de Setembro levando destas casinhas vesinhas da ermida onze pessoas entre molheres e meninos e juntamente saqueando as não tocarão na ermida q. se por tal a conhesserão ao menos não escapava de ser saqueada e se presumirão ser caza de moradores pr.º avião fazer entrada nela que nos palheiros de onde tirarão a gente e sua pobreza. Esteve esta ermida sem forma de adro até o anno de 1674 dentro nela não avia mais q. hum retabolo antígo q. se fechava com duas portas, estando e costado na parede e chegava a pregar na tacanissa o qual agora está ensserido no meio do retabolo" (triptico).

17) JOÃO TOMÉ o AMO (CAP.ºs III, VI, VII e VIII)

João Tomé, o Amo, "o amo do senhor capitão" (João Soares de Sousa, 3.º capitão-donatário), era escudeiro-fidalgo, e sendo solteiro, comprou a 7 de Maio de 1492 uma terra de seis moios de semeadura na Roça das Canas a João da Maia e a sua mulher Guilhelma Fernandes de Alpoim, dada de terra que a estes fora concedida por João Soares, capitão da ilha de Santa Maria, sendo esta venda confirmada pelo, então, loco-tenente na ausência de João Soares, João da Castanheira ([352]).

João Tomé casou com Violante Nunes, filha de Grimanesa Afonso de Melo e de seu marido Lourenço Anes, da ilha Terceira.

Fez testamento, já viúvo, a 13 de Março de 1537 em Água d'Alto, nas Feiteiras, escrito pelo capitão João Soares de Sousa por estar aleijado da mão, mandando enterrar-se na igreja principal de Vila do Porto e instituindo uma capela de missas à quarta-feira de cada semana, ditas na referida igreja, para o que tomou um moio de terra no Covão das Feiteiras (Água d'Alto), e chamou para administrador desta terça a seu genro Bento Dias, casado com sua filha, Justa Fernandes. Já a 27 de Fevereiro de 1507 lhe fora confirmada a dada de uma terra na Ribeira Funda (hoje Feiteiras de Santa Bárbara), a qual já possuía, por João Marvão, escudeiro da casa do Duque D. Manuel, então Rei, e seu almoxarife na sua ilha de Santa Maria e, a esse tempo, seu capitão, pela menoridade de João Soares de Sousa, terceiro dos capitães-donatários, na ordem cronológica.

Do seu casamento com Violante Nunes teve, entre outros, e além de Justa Fernandes, já citada, uma filha freira professa no convento de Santo André em Vila Franca do Campo, e ainda Maria Fernandes, casada com Barnabé Lopes, filho de Estêvão Lopes, e Joana Fernandes, que casou a primeira vez com Fernão Monteiro de Gamboa e a segunda com o juiz dos órfãos, Francisco Vaz.

Seu genro, Bento Dias, também chamado Bento Dias de Magalhães, almoxarife, fez testamento, depois de viúvo, nas Feiteiras a 9 de Setembro de 1561; nele se manda sepultar na Matriz de Vila do Porto, na cova de seu filho Álvaro Dias, já falecido, ou, então, na de sua mulher, Justa Fernandes, e víncula a sua terça, obrigada a uma capela de missas pela sua alma e de sua mulher, chamando para a respectiva administração seu filho, Tomé de Magalhães, e na falta deste ou de sua descendência, seu outro filho, João Tomé Velho. Para a terça tomou um cerrado nas Feiteiras, junto à terça de seu sogro, João Tomé.

O filho, Tomé de Magalhães, foi almoxarife em Santa Maria, cargo em que sucedeu a seu pai. Criou-se em Lisboa, em casa de D. Francisco Coutinho, segundo comendador de Nossa Senhora da Assunção da Vila do Porto, onde se educou e adquiriu qualidades que mais tarde o tornaram tão prestável à sua ilha e aos seus conterrâneos. Dele fala Frutuoso várias vezes. Vinculou todos os seus bens, por testamento feito na Vila do Porto a 22 de Março de 1577, aprovado por Fernão Vaz Faleiro a 9 de Abril de 1578, e chamou para a administração do seu morgado seu irmão João Tomé Velho, visto que não tinha filhos do seu casamento com Helena Gonçalves Velhasques, viúva de António Fernandes Rico. Nele impôs a obrigação e pensão anual de quatro moios de trigo à Santa Casa da Misericórdia da Vila do Porto para se amassarem em pão e dar aos pobres, começando no dia 8 do mês de Fevereiro e acabando a 8 do mês de Junho. Mandou enterrar-se na igreja Matriz de Vila do Porto, em campa que tinha seu letreiro, e na mesma igreja mandou dizer um anal de missas. Quando se pensou fazer o mosteiro de Santa Maria Madalena, hoje recolhimento, doou bens a essa instituição. Quando se tratou de fundar o convento de Nossa Senhora da Vitória, da ordem de S. Francisco, em Vila do Porto, também contribuiu com parte do terreno para a sua edificação, como relata Frei Agostinho de Monte Alverne, embora ao tempo da edificação da igreja já não estivesse vivo, pois faleceu antes de 21 de Julho de 1607, dia em que foi trasladado o seu testamento por Manuel de Andrade Velho.

Tomé de Magalhães era escudeiro e também exerceu funções de tabelião.

Os vínculos instituídos por João Tomé, o Amo, Bento Dias e Tomé de Magalhães seguiram a linha do irmão deste, João Tomé Velho, e em começos do século XIX eram administrados pelo morgado Albino José de Medeiros Velho de Bettencourt.

18) PEDRO ÁLVARES DE SERNACHE (CAP.º III)

Pedro Álvares de Sernache foi casado com Joana Martins, de quem houve João Pires, o qual casou com Maria Lopes, filha de Estêvão Lopes. Pedro Álvares foi o primeiro juiz dos Órfãos na ilha de Santa Maria e um dos seus primeiros povoadores, assim como Estêvão Lopes.

19) DOS ANDRADES (CAP.º V)

Pedro de Andrade Alpoim foi tabelião e escrivão da Câmara da Vila do Porto.

Casou com Jerónima Fernandes, irmã de António Fernandes, o Rico, para o que foi chamado para a administração do vínculo instituído por este em 1569.

Ana de Andrade casou com Gonçalo Fernandes ([353]).

Maria de Andrade casou com Diogo Fernandes Faleiro, que no capítulo oitavo diz Frutuoso ser genro da Maia (Catarina Fernandes). De facto, na doação da terra da Feiteira, feita à confraria do Santíssimo Sacramento de Vila do Porto a 28 de Dezembro de 1591, se diz que a instituição é de Diogo Fernandes Faleiro e de sua mulher Maria de Andrade. Contudo, na

habilitação do Dr. Gaspar de Andrade ao canonicato de Coimbra se diz que Maria de Andrade é casada com Nuno Fernandes Velho. É erro. Não há dúvida de que Nuno Fernandes Velho casou com uma filha da Maia, porquanto sua filha, a capitoa D. Maria, terceira mulher do capitão donatário João Soares de Sousa, quando lhe foi notificada a sentença das partilhas de seu marido, tinha junto de si seu pai, Nuno Fernandes Velho e o tabelião, seu tio, Pedro de Andrade, e isto a 5 de Junho de 1574, sendo escrivão da notificação António Fernandes. A filha da Maia que casou com Nuno Fernandes Velho foi Isabel de Andrade que Frutuoso não menciona ao citar outras filhas da Maia como Leonor e Inês de Andrade, a qual Isabel de Andrade instituiu uma terça, de que foi administradora sua filha, a dita capitoa D. Maria.

20) MANUEL ROMEIRO (CAP.º VIII)

É difícil saber-se quem foi o primeiro deste apelido que veio para Santa Maria e se fixou em S. Lourenço (baía de Bárbara Vaz) e também no lugar do Salto. Ali existiu um Francisco Romeiro, que deu o nome ao ilhéu.

Diz Frutuoso que Manuel Romeiro tinha na Fajã de Bárbara Vaz "outra vinha que herdou de seu pai Fuão Barba Branca e partindo com ela tem Belchior Martins uma vinha grande, que ele fez, a primeira que se plantou nesta Fajã toda, que ele houve com Maria Romeiro, viúva, mulher que foi do dito Barba Branca". A seguir, diz que Manuel Romeiro tinha outra vinha, partindo com aquelas, que recebera quando casou com uma filha de África Anes. Porém, na carta de brasão de armas passada a Gaspar de Andrade Columbreiro e tombada na Câmara de Vila do Porto, diz-se ser a mulher de Manuel Romeiro neta de África Anes e filha de Grimanesa Afonso de Melo, e chamar-se Briolanja Nunes.

Manuel Romeiro e Briolanja Nunes foram pais de Manuel Romeiro Velho, que está sepultado na Matriz de Vila do Porto e foi pai, por seu turno, de Maria Romeira, que casou com o capitão Sebastião da Fonte. Este capitão e sua mulher, Maria Romeira, foram pais de Sebastião de Fontes Velho, que casou com Maria Velho de Melo, de quem teve o capitão Francisco de Andrade de Melo, que foi mercador e viveu em Lisboa, onde casou a primeira vez com Maria da Silva e a segunda vez com Jerónima Sequeira Vieira. Da primeira mulher teve a D. Frei Francisco de S. Jerónimo, segundo bispo do Rio de Janeiro, que nasceu em Lisboa e foi baptizado na freguesia dos Anjos, tendo entrado para a congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista a 28 de Setembro de 1666; aí foi lente de prima e prelado, e em 4 de Novembro de 1684 foi feito qualificador do Santo Ofício. Em 1655 rejeitou o bispado de Macau, tendo sido eleito bispo do Rio de Janeiro, a 8 de Agosto de 1701; chegou a esta cidade em Junho de 1702 e nela faleceu com 73 anos aos 7 de Março de 1721.

21) CRISTÓVÃO VAZ VELHO (CAP.ºs III e XVIII)

Cristóvão Vaz Velho foi cavaleiro fidalgo da Casa Real e familiar do Santo Ofício. Fez a capela de Santo André na igreja Matriz de Vila do Porto, onde se mandou sepultar. Casou com Ana Fernandes Velho, irmã do padre Francisco Nunes Velho, a cujas filhas deixou bens em vínculo ou deu dotes. Uma destas filhas é Joana Isabel de Melo Cabral, que casou na Matriz de Vila do Porto a 11 de Setembro de 1600 com António Favela da Costa, natural de Vila Franca do Campo, os quais foram pais de João de Melo d'Arruda, capitão de ordenanças das milícias de Vila Franca, que casou na Matriz desta vila a 31 de Julho de 1634 com Maria Pacheco da Silveira, em cuja descendência seguiu o vínculo até ao primeiro visconde de Santa Catarina.

22) FERNÃO D'ALVES OU D'ÁLVARES (CAP.º V)

Fernão d'Álvares, ou melhor Fernão d'Alves, foi escudeiro e vivia nos meados do século XVI em Santo Espírito. Frutuoso diz que ele era morador no Cardal, junto à Rocha Alta, e que foi casado com uma mulher nobre, da geração dos Velhos, que pelo seu testamento se sabe ser Catarina Dias.

Fernão d'Alves fez testamento a 17 de Janeiro de 1559, aprovado em Santo Espírito a 25 de Maio do mesmo ano. Juntamente com sua mulher instituiu uma terça vinculada, que constava de um cerrado no Monteiro, chamado de Fernão d'Alves, e de outros bens. Esta terça foi administrada por Manuel Monteiro de Gamboa e António Cabral de Melo, seu pai, e Manuel Monteiro Cabral, e, depois deste, por Catarina Isabel Monteiro e, mais tarde, por João Inácio Monteiro de Carvalho, sendo a este dada a posse a 15 de Fevereiro de 1772. Passou depois ao filho de João Inácio, Bernardo Ventura Soares Monteiro, que foi capitão de granadeiros na corte do Rio de Janeiro e sargento-mor da ilha de Santa Maria, que a desamortizou, deixando os bens por testamento a José Alves Monteiro de Gamboa.

António Cabral de Melo, acima citado, e sua mulher, Catarina de Melo Gamboa, instituíram a sua terça num cerrado em Santo Espírito, chamado a Cova do Mulato, deixando a administração a sua filha, Isabel Monteiro de Gamboa, a quem sucedeu sua filha, Isabel Monteiro de São João, freira professa no convento de Santo André de Vila Franca e, por morte desta, D. Catarina Teresa Monteiro.

23) GONÇALO VAZ (CAP.º III)

Gonçalo Vaz, almoxarife da Infanta D. Beatriz na ilha de Santa Maria, casado com Isabel Pires, era parente do arcebispo de Lisboa D. Martinho e do arcebispo de Braga, seu irmão. A este almoxarife, sem dúvida um dos primeiros que tiveram este cargo, foi-lhe enviado pela Infanta D. Beatriz, já viúva, novo regimento para ele dar as terras maninhas, de sesmaria, aos moradores da ilha, como a cada um merecer, juntamente com o escrivão do almoxarifado, que faria as cartas das dadas, não as podendo fazer nenhum outro escrivão. Este regimento supomos ser dos mais antigos, e é de notar que não fala no capitão donatário para o auxiliar neste serviço colonizador, como sucedia em geral. Isto pelo ano de 1483.

24) TOMÉ AFONSO (CAP.º X)

Tomé Afonso é sogro de André Fernandes Raposo e avô do administrador da ermida de Nossa Senhora dos Anjos, Manuel Fernandes de Andrade ou Raposo, segundo se depreende do livro das contas da mesma ermida (1600).

André Fernandes Raposo foi casado com Catarina Fernandes e foi pai também do cónego da Sé de Coimbra Francisco de Andrade Velho ([354]), que morreu nesta cidade, e de Isabel de Andrade, que casou em Vila do Porto a 17 de Outubro de 1606 com Manuel Curvelo Faleiro, (filho de Matias Curvelo e de Maria Baeça). Deste casamento nasceram, além de Filipe de

Andrade Velho, casado com Catarina de Sousa Melo, Maria de Andrade, casada com Francisco Curvelo de Moura, e Catarina de Andrade, casada com Diogo Velho de Sousa (estas últimas com descendência em Santa Maria); nasceram, dizíamos, o licenciado Domingos de Andrade, formado em Coimbra entre 1642 e 1649, que foi prior de Santa Comba Dão, o licenciado Francisco de Andrade, também formado em Coimbra e beneficiado na igreja de Nossa Senhora das Neves da Vila de Abiul, que foi pajem de D. Francisco de Bragança, patriarca das Índias, o padre Manuel de Andrade, formado em Cânones em Coimbra por volta de 1646, e ainda Matias Curvelo de Andrade, que casou com D. Joana da Gama e foi morador na freguesia de Santa Maria (sic) de Santa Eulália.

Uma nota nos livros de genealogias do Dr. Ernesto do Canto, existentes na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, dá a André Fernandes Raposo mais dois filhos: o Dr. Gaspar de Andrade, prior da freguesia de S. Cristóvão, de Lisboa e o Dr. Duarte Velho de Andrade, cavaleiro-fidalgo da casa de El-Rei.

André Fernandes Raposo morreu a 7 de Outubro de 1622 ([355]).

25) PADRE MANUEL FERNANDES (CAP.º VIII) ([356])

É o P.e Manuel Fernandes Velho, terceiro vigário de Santa Bárbara, que foi preso e levado cativo para Argel pelos corsários argelinos, comandados por Tapuqua Arraz, renegado genovês, que em 13 de Junho de 1616 ([357]), atacaram a ilha de Santa Maria.

Entraram pela Praia e compunha-se a frota de um navio e dois patachos, com mais de 300 tripulantes bem armados. Os habitantes da ilha fugiram para os matos e para as furnas e rachas, onde se esconderam, principalmente para a furna de Sant'Ana, onde muitos se albergaram e conseguiram escapar.

Tomada a ilha sem resistência alguma, ali estiveram oito dias, fazendo corpo de guarda da igreja Matriz, roubando, saqueando, queimando e profanando as casas e os templos, destruindo por fim a Vila e cativando as pessoas que puderam encontrar.

Retiraram-se finalmente, levando consigo 222 pessoas, das quais algumas foram resgatadas depois de três anos de cativeiro; porém, a maior parte por lá ficou. Quando de S. Miguel lhe acudiram, já os mouros se tinham embarcado muito a seu contento, pois que houve negligência e pouca pressa no socorro que o capitão-donatário D. Manuel da Câmara, 2.º conde de Vila Franca, enviou a Santa Maria.

Entre os cativos figuravam, além do Padre Manuel Fernandes, D. Jordoa de Sousa Faleiro, neta do 3.º capitão donatário, João Soares de Sousa, e mulher de Fernão d'Andrade Velho, que foi resgatada, Cristóvão Fernandes, recebedor da companhia de Francisco Nunes de Melo (Vid. Livros dos Acórdãos da Câmara Municipal de Vila do Porto, ano de 1616), Sebastião Velho de Melo, escrivão da Câmara de Vila do Porto (Vid. o dito Livro dos Acórdãos, ano de 1616), Catarina Vaz, de 14 anos, filha de Gaspar de Andrade e Isabel Velho (filha de António Coelho), P.e Vicente Borges de Vasconcelos, vigário da Matriz de Vila do Porto, P.e Belchior Barreto Homem, beneficiado da mesma igreja, Pedro de Barcelona (Berseulla), de nação castelhano, e os religiosos do Oratório de Nossa Senhora da Vitória da mesma Vila, Frei Sebastião de São Francisco e Frei Manuel de São Francisco, os quais foram resgatados, assim como o P.e Belchior Barreto Homem.

Porém, o P.e Manuel Fernandes Velho morreu no cativeiro, tendo feito testamento em Argel, doente no hospital "que está para os cativos nos banhos de El-Rey", em 22 de Julho de 1616, o qual foi aprovado por João Durão, escrivão da Redenção dos Cativos da Santíssima Trindade, sendo testemunhas presentes os também escravos Vicente Borges de Vasconcelos, vigário da Vila do Porto, Belchior Barreto Homem, beneficiado na mesma igreja, Frei Sebastião e Frei Manuel de S. Francisco, e Pedro de Barcelona (Berseulla).

Neste testamento vinculou todos os seus bens e o vínculo instituído seguiu a geração de seu irmão André Fernandes Velho, que foi casado com Maria Velho de Melo, até D. Antónia

Ermelinda do Loreto e Câmara, filha do capitão-mor de Santa Maria José Ignácio de Sousa Coutinho, época em que o vínculo foi abolido por sentença do Juízo de Direito de Ponta Delgada de 10 de Outubro de 1835.

Constava o vínculo de uma terra no Paúl — no Saramago — e outras terras nas Feteiras.

Numa escritura feita a 22 de Julho de 1610 em Santa Bárbara, o P.e Jerónimo de Sousa Figueiredo diz que tem um foro que herdou de seu tio, o bispo do Funchal D. Luís, que este o houvera "por trespasse do P.e Francisco Nunes Velho, foro que ele tinha comprado a seu irmão André Fernandes Velho, em um cerrado no sítio do Paúl" e, porque as terras são do P.e Manuel Fernandes Velho e este lhe ter pago o dito foro, o dá por quite. ([358])

(Documentos sobre o vínculo do P.e Manuel Fernandes Velho, no arquivo do capitão-mor José Ignácio de Sousa Coutinho).

26) ERMIDA DE SANTO ANTÓNIO (CAP.º VIII)

Esta ermida, situada na freguesia de Santo Espírito, é das mais antigas da ilha e serviu de paróquia (com a invocação de N. Sr.ª da Purificação?), até que se fez a igreja nova onde actualmente está.

Conservou-se esta ermida durante anos sem padroeiro, até que, indo em visita pastoral à ilha de Santa Maria (1603), o bispo D. Jerónimo Teixeira Cabral, a encontrou em poder de um mordomo negligente e descuidado e mandou ao vigário da freguesia que desse a igreja a pessoa que a pudesse sustentar. João Soares de Sousa, filho de Nuno da Cunha e neto do 3.º capi0tão-donatário do mesmo nome, e sua mulher, D. Filipa da Cunha por sua devoção com o glorioso Santo António, se obrigaram a sustentá-la, tomando-a à sua conta, e por escritura pública feita nas notas do tabelião Domingos Fernandes a 23 de Junho de 1614 se constituíram assim seus padroeiros, conforme o mandado da visitação do dito bispo, e estes mesmos por seus testamentos, vinculando as suas terças, as obrigaram ao sustento e repairo da ermida, e a recomendaram aos seus descendentes e sucessores, que a administraram até ao século XIX, sendo o último administrador o morgado João Soares de Sousa Ferreira de Albergaria Borges de Medeiros (1832).

N O T A S

(1) Vid. "O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da ilha Terceira", em "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira", vol. V e VII.

(2) "Insulana", vol. VIII, pág. 247 e seguintes.

(3) "História breve da Historiografia Portuguesa", pág. 154 e seguintes.

(4) "História dos Descobrimentos", vol. I, pág. 367.

(5) "Atlântida", vol. XIII, pág. 95 e seguintes.

(6) Vid. "A Náutica dos Descobrimentos", vol. I, pág. 88 e também pág. 155 e 177 e seguintes.

(7) Vid. "História da Expansão Portuguesa no Mundo", vol. I, pág. 295.

(8) Vid. "Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores", pág. LXXVII.

(9) Num documento que o Dr. Alberto Iria encontrou no Arquivo Distrital do Funchal — uma petição de recurso dos moradores das ilhas portuguesas do Atlântico, de data posterior a 1524 e por ele publicado, juntamente com o estudo "Novas cartas régias afonsinas acerca dos descobrimentos" na revista "Studia", de Dezembro de 1968, os interessados ao exporem a D. João III os seus agravos contra uma ordem que em matéria de justiça lhes foi dada, invocam o que fora determinado por D. Henrique e D. Afonso V e dizem que sempre assim nas ilhas se usou e praticou desde o seu "descobrimento" até então.

(10) O prof. Damião Peres na sua muito recente "História dos Descobrimentos Portugueses" (Colecção Henriquina), pág. 38, admite que os Açores não fossem conhecidos antes do século XV, nestas palavras alusivas aos Arquipélagos Atlânticos: "E se relativamente às Canárias e mesmo ao grupo insular madeirense se não pode falar de descobrimento, já quanto aos Açores isso é bem possível, tão diversa e distanciada é a sua real posição geográfica daquela que a cartografia anterior e coeva assinalava aos pseudo-Açores, desenhados em fileira ao norte da Madeira e bem próximo desta ilha". E mais adiante, ao referir-se a uma tal representação cartográfica, acrescenta que "se ela não é totalmente imaginária, pode, quando muito, corresponder a uma fruste visita, imperfeita nos cálculos da localização, nunca mais repetida senão quando os portugueses devidamente descobriram nos começos do segundo quartel do século XV as ilhas açorianas dos grupos oriental e central".

Por seu turno, Armando Cortesão, como se sabe, grande autoridade em matéria cartográfica, ao tratar dos reflexos das expedições portuguesas pre-henriquinas na cartografia medieval, diz estar convencido de que corresponde aos Açores a "correnteza de ilhas, com nomes que se mantiveram consistentemente em todas as cartas desde o século XIV ao século XV", alguns dos quais subsistem como Corvo e S. Jorge.

Para Armando Cortesão "as viagens de exploração atlântica donde resultaram estas representações cartográficas foram sobretudo portuguesas, possivelmente com a colaboração dos genoveses de Pezagno e dos que lhes sucederam, e muitas das antigas cartas atlânticas ainda existentes, que as registam, derivam de protótipos portugueses". ("Cartografia Portuguesa Antiga", da Colecção Henriquina, pág. 57 e 58).

Da mesma opinião são os eminentes historiadores Beazley e Roncière, que defendem a hipótese da Madeira e dos Açores terem sido descobertos por navios portugueses dirigidos por genoveses, ao serviço de Portugal.

Jaime Cortesão fala também em "reconhecimento" do nosso Arquipélago e coloca-o, segundo as melhores probabilidades entre 1427 e 1431. (Vid. "A Expansão Portuguesa no período Henriquino", pág. 72).

E com base na "Carta Náutica de 1424", que pela primeira vez traz a celebrada Antilia, tanto este escritor como seu irmão, Armando Cortesão, após a profunda e minuciosa análise que lhe dedicaram, chegam à conclusão de que já antes daquela data haviam os portugueses navegado muito mais para o Ocidente e descoberto as Antilhas, senão o próprio continente americano, pelo que seria já do seu conhecimento a existência dos Açores. ("Descobrimentos Portugueses", de J. Cortesão, pág. 219-222, e "Cartografia Portuguesa Antiga", de A. Cortesão, pág. 70 e 71). V. Magalhães Godinho, referindo-se ao problema do descobrimento e colonização do grupo ocidental dos Açores, diz que ele se relaciona "com a complexíssima questão das viagens para Ocidente, em que são mais as hipóteses aventurosas que, as ideas verificáveis". ("Documentos sobre a Expansão Portuguesa", vol. I, pág. 214).

(11) O autor considera aquela expressão como mais exacta, "porquanto, achado o arquipélago por acaso na primeira metade do século XIV, jamais foi regularmente visitado e o seu registo cartográfico, falseado por um erro de posição e por graves enganos de disposição das ilhas, não facilitava de modo algum novas viagens para o reencontrar". (Vid. "A economia dos descobrimentos henriquinos", pág. 152).

(12) Vid. "História dos Descobrimentos Portugueses", de Damião Peres, pág. 68.

(13) Vid. "Archivo dos Açores", vol. I, pág. 5.

(14) E se acatarmos a opinião de Humboldt de que o planisfério genovês de Beccario, datado de 1435, existente em Parma, traz umas ilhas com uma inscrição "Insulae de novo repertae (ilhas de novo achadas), as quais ele identifica com as Formigas, Santa Maria, S. Miguel e Terceira, teremos mais uma prova de que naquela data já os Açores estavam descobertos. ("L'Epoca delle Grande Scoperte Geografishe", de Carlo Errera, pág. 268, nota).

(15) O prof. Damião Peres igualmente aceita que "entre estas duas datas enviou o Infante expedições de reconhecimento, que aí foram lançar animais domésticos". E acrescenta: "É ainda plausível que estas expedições tivessem tido lugar em 1431 e 1432 e que as comandasse Frei Gonçalo Velho". ("História dos Descobrimentos Portugueses", 2.ª edição, pág. 87).

(16) "Colecção de documentos relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores", pág. LXXIII.

(17) Carta de D. Afonso V, de 5 de Abril de 1443, isentando os moradores dos Açores do pagamento da dízima por cinco anos. (Vid. "Archivo dos Açores", vol. I, pág. 5).

(18) Vitorino Magalhães Godinho, embora considerando que o povoamento dos Açores só se tenha realizado após 1439, e por estímulo do Infante D. Pedro, admite que entre 1431 e aquela data ele se tivesse iniciado, mas de maneira insignificante. (Vid. "Documentos sobre a Expansão Portuguesa", vol. I, pág. 211).

(19) Vid. "Colecção de documentos relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores", pág. LXXIV.

(20) "História da Expansão Portuguesa no Mundo", vol. III, pág. 19.

(21) Vid. revista "Lusitânia", vol. I, pág. 45 a 80.

(22) Vid. "Archivo dos Açores", vol. III, pág. 320.

(23) Vid. "Archivo dos Açores", vol. IV, pág. 201 e 202.

(24) "Colecção de documentos relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores", pág. CXXV. Vid. a este propósito "A Ilha da Madeira no período henriquino", de Fernando Jasmins Pereira, na rev. "Ultramar", n.º 3, 1961.

(25) "História dos Descobrimentos Portugueses" (Colecção Henriquina), pág. 44 e 45.

(26) Entrevista concedida ao "Correio dos Açores" a 1 de Janeiro de 1931 e conferência proferida no Clube Naval de Lisboa e publicada no mesmo jornal a 4 de Março de 1932.

(27) Vid. "Correio dos Açores", de 14 de Agosto de 1932.

(28) "Ásia, Década Primeira", L.º II, cap.º I.

(29) "Colecção de documentos relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores", pág. LXXII.

(30) "A expansão dos Portugueses no período henriquino" (Obras Completas de Jaime Cortesão), pág. 72.

(31) Vid. "Saudades da Terra", L.º III, ed. de 1922, pág. XXXIII.

(32) "Insulana", Vol. XXII, pág. 46.

(33) Rodrigo Rodrigues, em nota do seu próprio punho no exemplar que possuía deste Livro III, manda consultar acerca de tal assunto os escritores Fr. Luís de Sousa, Camilo Castelo Branco e Lino de Assunção.

De facto, este último em "Frades e Freiras" (pág. 94 e seguintes) refere-se pormenorizadamente a este caso. Trata-se de Soror Maria da Visitação, prioreza do mosteiro da Anunciada, em Lisboa, que no mundo se chamou D. Maria de Menezes, e se impôs durante muito tempo como predestinada, pelos milagres que se lhe atribuíam, entre os quais o de ter curado a jovem infanta D. Margarida d'Áustria (filha de Filipe II, de Espanha), dada como perdida pelos médicos da corte. Isto lhe valeu grandes honrarias por parte do Rei, do Cardeal Alberto e do povo de Lisboa, chegando a sua fama de santidade a tal ponto, que foi convidada pelo monarca a benzer o estandarte que acompanhou a "Invencível Armada" na expedição contra a rainha Isabel de Inglaterra.

Mas, por outro lado, provocou o agravamento das rivalidades entre os frades de S. Domingos e os jesuítas, dando lugar, por fim, a um processo escandaloso, cuja primeira peça foi escrita a 9 de Agosto de 1588, e se encontrou na Torre do Tombo, catalogado nos papéis da Inquisição de Lisboa com o n.º 11.894.

Tendo confessado, finalmente, as suas culpas e os fingimentos de que se servia para a julgarem milagreira, foi sentenciada a 7 de Dezembro de 1588.

Dando testemunhos de profundo arrependimento, cumpriu pena de 15 anos, pois que a 3 de Março de 1603 foi absolvida, pelo que se lhe permitiu tornar a usar véu preto e a ser considerada apta para o desempenho de todos os cargos.

Camilo Castelo Branco em "As Virtudes Antigas" também trata deste caso, intitulando-o "A freira que fazia chagas" e fundamentando-se sobretudo na "História de S. Domingos", de Fr. Luís de Sousa, vol. IV, cap. XI, da edição de 1866.

Lino de Assunção chama erradamente ao pai de Soror Maria da Visitação D. Fernando Lobo (filho do Barão de Alvito, D. Diogo); porém o seu nome é D. Francisco Lobo, como diz Frutuoso e Camilo confirma. No que Frutuoso se enganou é em nomear Afonso Teles, como seu avô materno, quando o nome deste é António Teles de Menezes.

(34) Vid., a este propósito o que escrevemos a pág. XXVII e seguintes do "Livro VI das Saudades da Terra".

(35) Sabemos que João da Castanheira governou Santa Maria naquela época por um documento, com data de 7 de Maio de 1492, encontrado por Velho Arruda no arquivo do capitão-mor José Inácio de Sousa Coutinho (Arquivo dos Açores vol. XV, pág. 3).

(36) "Insulana", vol. XXII, pág. 55.

(37) Vid. "Correio dos Açores", de 7 de Setembro de 1950.

(38) Vid. "Saudades da Terra", Livro III, ed. de 1922, pág. XXXII.

(39) Vid. "Arquivo dos Açores", vol. XV, pág. 396.

(40) Vid. "Correio dos Açores", de 7 de Setembro de 1950.

(41) Vid. "Saudades da Terra", Livro IV, vol. II, pág. 299 e "Crónicas de Província de S. João Evangelista das ilhas dos Açores", vol II, pág. 176.

(42) Padre António Cordeiro, *História Insulana...,* Liv. II, cap.º II, § 22 *in fine.*

(43) Livro V das *Saudades da Terra.*

(44) *Manual da História da Litteratura Portugueza,* Porto, 1875.

(45) 1828.

(46) Cfr. Ernesto do Canto, *Bibliotheca Açoreana,* I, pág. 132.

([47]) *O distinto e incansável investigador, Sr. Hugo Moreira, é da opinião de que o Livro do Tombo, a que o Dr. Ernesto do Canto e João de Simas se referem, como tendo sido escriturado por Frutuoso, não é o mais antigo que existia no arquivo da Matriz da Ribeira Grande, porquanto o cura desta igreja, P.e Matias Nunes de Melo, no desempenho dos cargos de escrivão e tesoureiro da confraria de N. Sr.ª da Estrela, refere-se em 1693 e a f.s 60 do respectivo Livro do Tombo ao "Livro do Tombo desta mesma Igreja Velho Comesado em os dous do mes de Janeiro de 1571 annos".*

Por sua vez o licenciado António Paes de Vasconcelos, vigário da igreja do Bom Jesus, de Rabo de Peixe, e ouvidor eclesiástico em Ponta Delgada e na Ribeira Grande, exercendo as funções de visitador neste último distrito, subscreveu em 4 de Agosto de 1696 uma Carta de Visitação, em que declara ter achado naquela igreja "um livro novo para servir de Tombo, o qual será rubricado judicialmente, e nele se lançarão por Escrivão Público as propriedades pertencentes à Igreja, capelas e altares dela, missas e legados perpétuos: verbas dos testamentos não só futuras, mas as que já foram lançadas no Livro do Tombo Velho, que por antiguidade e embarasco (sic) da ruim letra, já hoje mal se entendem, como também as que faltam tombar e as escrituras das fábricas das ermidas anexas, posto que estejam lançadas", etc. Daqui deduz que, se é certo que o Dr. Gaspar Frutuoso foi paroquiar a Matriz da Ribeira Grande em 1565, não deve ter escrito no Livro do Tombo que, então existia, "mas sim no livro que começou a ser escriturado a 2 de Janeiro de 1571 (como refere o P.e Matias Nunes de Melo, atrás citado), talvez mandado fazer por ele, para nele lançar umas notas tão bem ordenadas, que se supõe tenham originado as próprias "Saudades da Terra"."

E como o Dr. Ernesto do Canto deixou dito na sua "Bibliotheca Açoreana" que "o Dr. Gaspar Frutuoso também escreveu quase todo o Livro Primeiro do Tombo pertencente ao Archivo da Matriz da Villa da Ribeira Grande, o qual continha muitas memórias desde o descobrimento da Ilha até 1591...", o Sr. Hugo Moreira conclui que ele já não conheceu esse Livro do Tombo, e que aquele, em que o cronista tombou as notícias e memórias de que possivelmente resultaram as "Saudades da Terra", não seria o I, mas o II do Tombo daquela Matriz, que presume ter sido mandado fazer por ele próprio. Isto condiz com a cronologia mais ou menos estabelecida para a confecção da crónica frutuosiana, designadamente do Livro IV, que trata desta ilha de S. Miguel e deve ter sido ordenado nos últimos anos da vida do cronista, a cuja conclusão não chegou a dar forma definitiva, segundo se depreende do manuscrito original.

Agradecemos ao Sr. Hugo Moreira a informação que tão amavelmente nos prestou e vem esclarecer (e mesmo corrigir) o que a este respeito foi dito pelo Dr. Ernesto do Canto e repetido por João de Simas. (Nota de J. B. Rodrigues).

([48]) Braga, 1872.

([49]) Dezembro de 1913.

([50]) Cordeiro, *op. cit., eodem loco.*

([51]) Constituíram, talvez juntos com os das outras livrarias dos Jesuítas, o fundo da *Biblioteca Pública da Corte,* actual Biblioteca Nacional de Lisboa, criada por alvará de D. Maria I de 1796 e aberta ao público dois anos mais tarde.

([52]) *Frutuoso no manuscrito original jamais intitulou a sua obra de "História das Ilhas". Na epígrafe de abertura de cada Livro, e com a sua própria letra (com excepção do Livro IV), ele emprega sempre a expressão "Saudades da Terra". A designação de "História das Ilhas" foi lhe dada por outros autores, certamente por ser um título muito mais elucidativo do que "Saudades da Terra". (Nota de J. B. Rodrigues).*

([53]) É a primeira das licenças que precedem a *História Insulana;* vem datada da Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, de Lisboa, 14 de Setembro de 1716.

([54]) O artigo sobre Fructuoso pode ver-se na *Revista dos Açores,* assim como todos os respeitantes a açorianos.

([55]) Lisboa, 1730-1734, vol. I, *Prologo,* CXLII.

([56]) D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira.

([57]) Cfr. *Collecçam de documentos e memorias da Academia Real de Historia Portugueza.* Lisboa, tom. de 1724, n.º XXIII, pág. 7.

([58]) *Id.,* n.º XVII, pág. 8.

([59]) Parte V, liv. 17, cap. 2, fls. 176 v. da edição de 1650 (1.ª).

([60]) Tomo I, Lisboa, 1735, *Apparato,* pág. LIII.

([61]) Tomo IV (continuação dos três de Jorge Cardoso), Lisboa, 1744, pág. 654.

([62]) Lisboa, 1697, pág. 351, 352, 936 e 937.

([63]) Vol. I, Madrid, 1783, pág. 525. Cfr. Ernesto do Canto, *Bibliotheca Açoreana,* vol. I, pág. 323, n.º 2112.

([64]) Na Biblioteca da Ajuda, de Lisboa. Cfr. Ernesto do Canto, *op. cit.,* vol. I, pág. 117, n.º 843.

([65]) *Theatrum Lusitanae Litterarium, sive Bibliotheca Scriptorum omnium Lusitanorum.* Na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Cfr. Ernesto do Canto, *op. cit.* vol. I, pág. 189, n.º 1168. Supomos ser a cópia que o Visconde de Vila Nova de Cerveira, Tomás da Silva Teles, fez extrair em Paris do original existente na Biblioteca Real de França. Cfr. José de Torres, *Variedades Açoreanas,* tomo V dos Mss., fls. 70.

([66]) Madrid, 1738, 2.ª ed., tom. II, col. 588.

([67]) *Loc. cit.*

([68]) Cfr. José de Torres, *Variedades Açoreanas,* tomo IX dos Mss., fls. 57, donde a extraímos.

([69]) *Minerva Lusitana seu notitia operum, quae a Lusitanorum calamo unquam prodiere, edita ab Emmanuele Caetano de Sousa.* Também conhecida por *Onomastico de escriptores portuguezes.* 5 vol. in 4.º, n.ºs 356 a 360 daquela secção, antigos B-3-32 a 36.

([70]) N.º 363 da mesma secção, antigo B-3-39.

([71]) Formou uma lista delas com o título de *Bibliotheca Sousana,* (Lisboa, 1736) o já citado D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira.

([72]) *Lux Romana, sub stella Clementina, hoc est, Elogia eruditorum qui ab operibus in lucem editis cogniti commorati sunt Romae sub D. N. Clemente XI Pont. Max,* SS.mo, 1 vol. in — 4.º, n.º 365 da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa, antigo B. — 3 — 41. Vem a pág. 95 da *Bibliotheca Sousana,* porém com o final do título assim: *...sub Sanctissimo Domino Nostro Clemente XI Pontífice Máximo.* Ficou incompleta.

([73]) Tomo V dos Mss., fls. 69.

(74) Desde o reinado de D. Manuel I que os portugueses, estudantes em Salamanca, sustentavam uma confraria própria na igreja de Nossa Senhora da Veiga. Haverá ainda nos arquivos salamanquinos algum livro de registo de irmãos em que por acaso apareça o nome dos pais do Dr. Fructuoso? Não o julgamos muito presumível; é, contudo, um fio a seguir. Sugeriu-nos esta lembrança a leitura do delicioso quadro *Estudantes portugueses em Salamanca (1640)* de Camilo Castelo Branco, *in Cousas leves e pesadas,* pág. 39 a 51 da 2.ª ed., Lisboa, 1908.

(75) N.º 1732 do *Catalogo* para o leilão das livrarias de José da Silva Mendes Leal e Jorge César Figanière, Lisboa, 1889.

(76) De algumas há catálogo impresso que não conseguimos ver.

(77) *Na livraria dos Duques de Cadaval, presentemente no palácio destes titulares em Muge, existem duas cópias das "Saudades da Terra", de que mais tarde João de Simas nos daria conta no discurso que pronunciou no Governo Civil de Ponta Delgada, quando da entrega do manuscrito original à Junta Geral do Distrito pelo falecido Marquês da Praia e Monforte, e também no "Correio dos Açores", de Agosto de 1950 (Nota de J. B. Rodrigues).*

(78) *Genealogias extrahidas das "Saudades da Terra", do dr. G. Fructuoso, algumas continuadas até ao fim do século XVIII, comprehendendo muitas habilitações para os padroados,* 1 vol. in-fólio com numerações especiais para cada capítulo. Cfr. Ernesto do Canto, *Bibliotheca Açoreana,* vol. II, pág. 2, n.º 10.

(79) Paris, 1819, pág. 112.

(80) *Obras completas...* tomo VI, Lisboa, 1876, pág. 56.

(81) Tomo IX (2.º do Suplemento), Lisboa, 1870, pág. 414.

(82) Lisboa, 1850.

(83) Lisboa, 1801.

(84) *Sobre o autógrafo das "Saudades da Terra" João de Simas, ao escrever o que se segue, ainda não o conhecia em virtude do sequestro a que durante muitos anos esteve sujeito pela família sua proprietária. D'aí não terem recebido confirmação muitas das suas suposições, como, de resto, ficou assinalado nos estudos que sobre o manuscrito original se publicaram a abrir as recentes edições dos Livros I, V e VI desta mesma obra (Nota de J. B. Rodrigues).*

(85) *João de Simas tem razão. São de facto, duas espécies diversas as "Saudades da Terra" e as "Saudades do Céu", o que se confirma pela numeração das respectivas folhas, que não obedece a qualquer critério de continuidade, pelo que não têm nenhuma relação entre si. Não há, pois, motivo para considerar as "Saudades do Céu", de que existem apenas quatro capítulos versando assuntos de ordem mística e natureza moral, uma continuação das "Saudades da Terra" (Nota J. B. Rodrigues).*

(86) *Vid.* atrás pág. CXXI.

(87) Do Padre Mestre António Leite, chamado antes de legitimado António de Bulhão, diz Cordeiro na *Historia Insulana:* "fervoroso pregador, prefeito dos estudos no Colegio de S. Miguel e muito erudito em genealogias:" (Liv. V, tit. IV, § 162); "Decimo quarto Superior *(do Colégio)* foi o Padre António Leite, natural de Lisboa, entrou em Setembro de 1621 (Liv. V, cap. XXI, § 263);..., "o Dr. Fructuoso, e depois dele o Padre Antonio Leite da Companhia de Jesus (que no seu Colegio de S. Miguel esteve muitos anos) em quererem explicar genealogias"... (Liv. V, cap. XVII, § 134). Estas duas últimas citações vêm resumidas pelo Dr. Ernesto do Canto, *loc. cit.*

(88) *A maior parte das entrelinhas que em larga escala figuram em todos os livros das "Saudades da Terra", com excepção do I, são do punho de Frutuoso, como tivemos ocasião de verificar, pondo-as em confronto com os termos que lavrou nos livros do registo paroquial da Matriz da Ribeira Grande. Já o mesmo não acontece com determinados capítulos, sobretudo do Livro II, em que não só a letra é diferente, mas o próprio estilo em que são redigidos, pelo que devem ter sido incluídos após a confecção da obra, como o demonstram as emendas na numeração dos que se seguem, aliás, feitas com o consentimento do próprio autor. Vid. a este propósito o nosso estudo: O manuscrito original das "Saudades da Terra", com que se dá início à recente edição do Livro I desta obra (Nota J. B. Rodrigues).*

(89) Algumas somente, porque, para transcrevermos todas, necessitaríamos de percorrer com vagar e atenção toda a cópia, trabalho que não fizemos por absoluta falta de tempo. Cremos que bastarão para o nosso intento as que para aqui trasladamos e que são as mais importantes.

(90) É todo o § I daquele capítulo.

(91) Não percebemos bem o que o Morgado Arruda quer dizer: se os catorze capítulos, XXXVII a L, não são de Fructuoso, como é que depois segue certa a sua numeração? Deve ter sido emenda do próprio autor.

(92) Tornamos a não compreender: se o Livro VI não é de Fructuoso, como pretende, porque é que se lhe refere nesta e em outras notas até o fim do Livro, como se ele fosse o autor?
Vid. acerca destas dúvidas o que escrevemos a pág. CXL do Livro I (edição de 1966) e a pág. XV e seguintes do Livro VI. (Nota de J. B. Rodrigues).

(93) Sobre este capítulo diz Cordeiro, *Historia Insulana,* liv. VIII, cap. I § 1: "desde o capítulo 35, por diante, que por erro da pena se conta por cap. 36, sendo na verdade só 35, sem lhe faltar folha alguma".

(94) Sobre estes diz também Cordeiro, *op. cit.,* liv. IX, cap. I, § 1, o seguinte: "Para consumir a tudo o tempo, até aos livros consome, para que nem memoria do passado haja; e assim succedeu em algumas partes ao livro do eruditíssimo Dr. Gaspar Fructuoso, em cujo Liv. 6 sumiu os cap. 45 e 46, em que tratava do princípio das Flores e do Corvo, de que poderamos dizer muito mais", etc..

(95) Diz que começa este cap. a fls. 592 v., contrariamente ao *Indice,* que o coloca na pág. anterior, isto é, 592. Cordeiro, *op. cit,* liv. IX, cap. X, § 48 *in fine,* diz: "O certo é, que com esta fatal Ilha de Santa Cruz acaba o Dr. Fructuoso o sexto livro de sua história, e o capítulo 49, último dela; porque ainda que deixou começado outro tomo, que intitulou: — Saudades do Ceo — para o Ceo se foi, quando compunha o capítulo 4".

(96) Só uma vez o faz. Vid. atraz a *Noticia biografica,* pág. XX. *(Na 1.ª edição deste Livro III).*

(97) *Neste ponto João de Simas engana-se, porque as epígrafes de todos os Livros das "Saudades da Terra" são da mão do autor, com excepção da do Livro VI, que todo ele é de caligrafia diferente, e começam invariavelmente como o Morgado João de Arruda indica na sua cópia; só a do Livro V traz logo a seguir ao nome do autor a indicação de ele ser natural da ilha de S. Miguel. (Nota J. B. Rodrigues).*

(98) *Vid. Nota 52 deste volume. (Nota J. B. Rodrigues).*

([99]) *O Livro V ou "História de dois Amigos" nunca esteve no fim do códice, como João de Simas parece supor, com base no que se lê na parte final da cópia da Biblioteca da Ajuda, que foi propositadamente viciada pelo copista, como demonstramos a pág. XI e seguintes do "Livro V das Saudades da Terra" (edição de 1964) e a pág. XIV do "Livro Sexto" (edição de 1963). (Nota J. B. Rodrigues).*

([100]) *João de Simas refere-se aqui, como é óbvio, à primeira edição deste Livro III, que contém o capítulo que Fr. Agostinho de Monte Alverne dedicou a Fructuoso. (Nota J. B. Rodrigues).*

([101]) *A este propósito vid. a nota 52 deste volume e o que escrevemos a pág. CLXIII do "Livro Sexto das Saudades da Terra" (edição de 1963). (Nota J. B. Rodrigues).*

([102]) *A Margarita Animada, Idéa Moral, Politica e Historica de tres Estados, discursada na vida da Veneravel Margarida de Chaves, natural da cidade de Ponta Delgada da Ilha de S. Miguel, com a descripção da mesma Ilha, offerecida, à Triumphante Virgem Maria SS.ma,* Lisboa, 1723. Reimpressa em parte no *Archivo dos Açores,* em cujo vol. I, pág. 305, se encontra a transcrição que acima fazemos.

([103]) *João de Simas equivocou-se chamando D. Francisco de Lemos ao bispo do Funchal D. Luís de Figueiredo e Lemos. (Nota J. B. Rodrigues).*

([104]) *O autor repete aqui o mesmo equívoco. (Nota J. B. Rodrigues).*

([105]) *João de Simas tem razão quando atribui a Fructuoso a autoria destes capítulos escritos, ou melhor, copiados por outrem. Vid. a este respeito fls. CXXXVII do "Livro I, das Saudades da Terra, ed. de 1966. (Nota J. B. Rodrigues).*

([106]) *Acerca da autoria do Livro VI, vid. o que escrevemos a pág. XV e seguintes da respectiva edição (1963) e CXL do "Livro I das Saudades da Terra", ed. de 1966. (Nota J. B. Rodrigues).*

([107]) *Em nosso parecer, a "Historia de dois amigos" não passa de um mero entretenimento literário, sem qualquer pretensão a um registo biográfico, como durante muito tempo se supôs. Vid. "Livro V das Saudades da Terra", pág. XIV (edição de 1964). (Nota J. B. Rodrigues).*

([108]) Note-se a semelhança de expressão com o título do cap. XVII das *Saudades* de Bernardim Ribeiro: "De como Bimnarder assentou vivenda com o *maioral do gado"...*

([109]) Conhecido anagrama da amada de Camões.

([110]) Caterina, nome pastoril que aparece na *Écloga de Persio e Fauno,* conhecida pela I, de Bernardim:

"E Caterina era dina
Para dar pena e tormento".

Cfr. Delfim Guimarães, *Bernardim Ribeiro (O Poeta Crisfal),* Lisboa, 1908, pág. 71 e 80.

([111]) *Vid.* a *Notícia Biográfica,* pág. XXII. (L.º III, ed. de 1922).

([112]) *Bernardim Ribeiro e a exegese da Menina e Moça,* pág. XXX, *apud Livro das Saudades* de Bernardim Ribeiro, n.º XIII da "Colecção Lusitania", Porto, s. d. (1915).

([113]) Vid. na *Notícia Biográfica,* pág. XLV, a criteriosa interpretação do Sr. Rodrigo Rodrigues. (Edição de 1922 do Livro III).

([114]) No cap. XXXVII do Livro V refere-se Fructuoso a outra Miraguarda. No *Palmeirim (Obras* de Francisco de Moraes, tom. I, pág. 437) aparece também este nome.

([115]) Referência aos conhecidos versos da lindíssima écloga:

"Isto que Crisfal dezia
assi como o contava
uma ninfa o escrevia
num alemo que alli estava
que inda entam crescia"

([116]) A Francisco de Sá de Miranda atribui-se o *crisma falso* de *Antonio* ou *Anton,* como em uma das suas éclogas se vê. Delfim Guimarães, *op. cit.* pág. 84.
Antonio encontra-se também na *Écloga Crisfal:*

"Em um vale, descontente
estar *Antonio* vi"...

Cfr. *Obras de Christovão Falcão,* ed. de Teófilo Braga, Porto, 1915, pág. 75.

([117]) Guiomar, nome pastoril da amada de Sá de Miranda (cfr. Delfim Guimarães, *op. cit.,* pág. 85), aparece também na *Écloga de Crisfal:*

"Oh! Guiomar, Guiomar!
Em ti puz minha esperança"...

Id., pág. 76.

([118]) Crisfal também chora suas desventuras:

"Alli, sobre húa ribeira
de mui alta penedia"

Id., pág. 68.

([119]) O Sr. Delfim Guimarães, no seu livro *Bernardim Ribeiro (O Poeta Chrisfal),* pág. 103, supõe uma edição em 1552. À de Ferrara seguiu-se a de Évora, 1557-1558 e a de Colónia, 1559.

([120]) A edição anterior, sem data, fixa-a o Sr. Dr. Teófilo Braga entre os anos de 1542-1546. Cfr. *Obras de Cristovão Falcão,* Porto, 1915, pág. 183. A pág. 12 e 188 vem citado o Dr. Gaspar Fructuoso entre os escritores antigos que mencionam Cristóvão Falcão como autor da *Écloga de Crisfal.* Em *Crisfal* vê o Sr. Delfim Guimarães um simples *crisma falso* de Bernardim.

([121]) *É esta a nossa opinião, como escrevemos a pág. XIV e seguintes do "Livro V das Saudades da Terra" (edição de 1964). (Nota J. B. Rodrigues).*

([122]) A observação é do Sr. Rodrigo Rodrigues; vid. *Notícia Biográfica,* pág. XXXII: "Para o fim da vida, entre 1586 e 1590, com mais de 64 anos de idade, é que Fructuoso se aplica ao aperfeiçoamento e redacção da sua obra, as *Saudades da Terra".*

([123]) *Esta notícia, da autoria do Padre Manuel Gonçalves, já não se encontra no manuscrito original das "Saudades da Terra". Vid. acerca do seu desaparecimento o que escrevemos a fls. CXXXVII e CXXXVIII do "Livro I das Saudades da Terra", ed. de 1966. (Nota J. B. Rodrigues).*

([124]) E não IV, como erradamente se menciona a pág. 185, n.º 1419 do vol. II da *Bibliotheca Açoriana,* em que por lapso tipográfico também se atribui a este terramoto a data de 1640.

([125]) *No exame que fizemos ao manuscrito original das "Saudades da Terra", concluímos que algumas adulterações e vícios que ele padeceu foram praticados pelo autor, ou então, com o seu consentimento. Deste assunto tratamos pormenorizadamente no estudo "O manuscrito original das "Saudades da Terra", na edição do Livro I, de 1966. (Nota J. B. Rodrigues).*

([126]) *Bibliotheca Açoriana,* vol. I, pág. 129.

([127]) O embarque dos Jesuítas foi feito pela noite, como ordenava a Carta Régia ao governador, a fim de não causar alarme. *Vid.* o vol. I, pág. 384 do *Archivo dos Açores.*

([128]) Ordenado pela mesma Carta Régia. *ibid.*

([129]) Publicadas na nota (4) d'uma carta, no *Annunciador da Terceira,* n.ºs 38, 39 e 40, em 1843. D'ali as transcreveu o Dr. Ernesto do Canto para a pág. 103 do vol. II da *Bibliotheca Açoriana,* d'onde a trasladamos sem conservar o exagerado itálico que n'ela se nota.

([130]) Autor da *Promemoria sobre o Ilheu de Vila Franca do Campo na Ilha de S. Miguel,* Lisboa 1797, manuscrito apresentado ao mesmo D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Vid.* o vol. VI, pág. 392 do *Archivo dos Açores.*

([131]) Nomeado governador e apossado em 3 de julho de 1811. Cfr. *Archivo dos Açores,* vol. XI, pág. 424.

([132]) Em 1802, sendo já cura pelo menos desde 1794.

([133]) Já em 1808.

([134]) O título inteiro é *só* o seguinte: *Noticias verdadeiras = Dos principaes e mais notaveis factos Historicos e Genealogicos da Ilha de S. Miguel, que se acham gravados em dezasseis pedras escriptas em letra redonda, e sentadas no coro, e varandas da Ermida d'abodada no sitio do pico arde da Villa da Ribeira Grande, na quinta e terras de seu Autor João d'Arruda Botelho e Camara, que nasceu na Cidade de Ponta Delgada a 16 de Maio de 1774, tudo provado com authenticos e publicos documentos, e com as formaes palavras dos Capítulos da Historia do Doutor Gaspar Fructuoso, e breve recordação do que contem os seis livros, que ele compoz, sobre o descobrimento das Ilhas dos Açores e Madeira, sendo esta a primeira parte.* In-fol. de 179 pág.
Segue-se a: *Parte Segunda = Em que se dá noticia das Instituições dos Morgados d'esta Ilha, e suas origens masculinas, com sua Arvore de costado, e o mais que se indicou na primeira parte pelo seu Author João d'Arruda Botelho e Camara.* In-fol. de 109-5 pág.
Têm acrescentamentos e notas do Dr. Ernesto do Canto e estão encadernadas no mesmo vol.
Noutro volume estão os: *Extractos de testamentos dos que instituirão Vinculos em S. Miguel e seus Instituidores e Administradores, copiados dos cadernos de João d'Arruda Botelho e Camara, com aditamentos por Ernesto do Canto 1875.* In-fol. de 173-15 pág.
No frontispicio do Vol. I tem uma nota do Dr. Ernesto do Canto, dizendo ser cópia mandada fazer por seu pae José Caetano Dias do Canto e Medeiros. Os originais estão na Biblioteca de José do Canto.

([135]) O Dr. Ernesto do Canto demonstrou que esta não pode ser a data do descobrimento, mas talvez a do princípio da colonização, *Vid. Archivo dos Açores,* vol. I, pág. 82-86.

([136]) O mesmo modo de dizer de Sena Freitas; pelo que julgamos terem sido coproprietários do volume de Fructuoso todos os filhos do Sargento-mor, os quais supomos os seguintes: — Nicolau António Pereira de Sousa, António Joaquim Borges de Bettencourt, João Jacinto Borges de Bettencourt, Caetano António Borges de Bettencourt, Padre Francisco Borges de Bettencourt, Beneficiado José Miguel Borges de Bettencourt, Cónego Jacinto Manuel Borges de Bettencourt; como, porém, só o Padre Luiz Bernardo aparece a pôr e dispor do autógrafo, só a ele nos referimos. João de Arruda diz que todos eram possuidores, mas deste o houve quando o pediu e é ainda na herança dele que se encontra o volume.

([137]) O Dr. Veiga era Desembargador e Corregedor por 1816. Em 1820 já não desempenhava esta última função. *Archivo dos Açores,* vol. XII, pág. 48 e 52.

([138]) Repare-se que nunca lhe chama *Saudades da Terra.*

([139]) Vai tudo até pág. 13.

([140]) *Bibliotheca Açoriana,* I, pág. 129.

([141]) *Ibid.*

([142]) *O snr. Hugo Moreira teve a amabilidade de nos comunicar uma citação até aqui inédita do original das "Saudades da Terra" e constante do inventário a que se procedeu por óbito do Visconde da Praia, Duarte Borges da Câmara e Medeiros, falecido a 19 de Março de 1872, o qual teve começo em 3 de Abril do mesmo ano e de que foi inventariante e meeira nos bens do casal a viúva, D. Ana Teodora Borges da Câmara e Medeiros. Sob o n.º 217 deste extensíssimo inventário tem a verba que se segue: "Um Volume da História Insulana em manuscrito pelo Padre Gaspar Fructuoso, tendo a epigraphe de "Saudades da Terra", avaliado em, ut fls. 310, duzentos e quarenta mil réis". (Nota de J. B. Rodrigues).*

([143]) Cremos ser esta a tentativa do Dr. Eugénio Pacheco, referida atraz a pág. VIII *(da ed. de 1922).* Em 1890, porém, já D. Luiz era falecido. Ainda houve outra tentativa da Sociedade de Geografia, que resolveu se imprimissem as *Saudades da Terra* a instância de alguns sócios açorianos. Neste sentido em 19 de Fevereiro de 1904, pediu o falecido general micaelense Jacinto Ignácio de Brito Rebelo ao Dr. Eugénio do Canto a cedência de uma das cópias do irmão, o Dr. Ernesto do Canto, para completar e conferir a parte que já tinha copiada de uma da Biblioteca Nacional de Lisboa. Possui actualmente a carta de Brito Rebelo o Sr. Fr. António do Presépio Moniz.

([144]) Em 1913.

([145]) Esta frase foi acrescentada depois, quando da conferência com o original.

(146) Em muitas cópias, os copistas alteraram a seu talante a numeração dos livros e capítulos, pela qual se não deve fazer fé. A numeração que citamos é, como já acentuámos, referida ao *Indice* publicado na *Bibliotheca Açoriana* e *Archivo dos Açores (Vid. supra* pág. CXXI).

(147) A esta e às outras cópias desta Biblioteca, por não podermos estabelecer, à distância a que estamos, se uma presumível ordem cronológica, preferimos segui-las pela ordem numérica das respectivas cotas.

(148) Cfr. Dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos), *Bibliographia Nobiliárchica Portugueza,* Braga 1916, vol. I, pág. 188, n.º CCCXLVI.

(149) Aparece sob as duas formas nas *Memórias históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal...,* por D. António Caetano de Sousa, 2.ª ed., Lisboa M.DCC.LV, pág. 658 e 663.

(150) *Diccionário Bibliográphico Portuguez,* VI, pág. 106.

(151) *Collecçam de Documentos e memórias da Academia Real de História Portugueza...* Lisboa, tom. de 1724, n.º XVII, pág. 7.

(152) *Ibid.,* pág. 8 e 9.

(153) *Vid.* também outra referência a pág. CXVI, *supra.*

(154) O final, como o da epígrafe da cópia de João de Arruda. Cfr. *supra* pág. CXXIX.

(155) Os 35 e 45 não existem no original.

(156) O Padre Martim Gonçaves caiu mais tarde no desagrado do Rei, por ter maltratado uma pessoa da sua família, procedimento que desagradou ao monarca.

(157) Cap. XXXVIII do Liv. II, pág. 213 da ed. do Funchal.

(158) *História Genealógica manuscrita,* colecção de genealogias do Legado Ernesto do Canto, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, tom. 15, fls. 137.

(159) Da edição das *Saudades da Terra,* Funchal. 1873, pág. 824.

(160) Lisboa, 1876 - 90, vol. IV, pág. 62.

(161) Por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. Lisboa, 1904-5, vol. II pág. 638.

(162) Inocêncio nunca viu nenhum exemplar, pelo que o julga da maior raridade. *Diccionário Bibliográfico,* tom. 7.º, pág. 168. Não vem mencionado pelo Sr. Martinho da Fonseca na sua *Lista de alguns catálogos de bibliothecas públicas e particulares de livreiros e alfarrabistas.* Lisboa, 1913.

(163) Cfr. *Collecçam de Documentos e memórias da Academia Real de História Portugueza...* tom. de 1726, n.º 16, pág. 4. A referência ao *Catálogo* vem a pág. 3.

(164) Conserva-se também no Legado E. do Canto, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

(165) Foi quase Provincial nos Açores, como se vê no § 62 da mesma Not. 5.ª. Por patente dada em Santa Maria de *Ara Coeli* em 20 Junho de 1683 e corroborada com as condições nela insertas por breve do Papa Inocêncio XI, o Padre Geral Fr. Pedro Marino nomeou em Provincial o Padre mestre de prima Fr. André da Assunção, e sendo morto ou tendo qualquer impedimento canónico, o seria o Padre Fr. Nicolau de S. Lourenço.

(166) Na guarda da pasta superior do vol., hoje descolada, tem a seguinte nota de seu filho e sucessor.
— "Antramos de pose na nossa quinta de Rosto de Cam, que trazia de renda Francisco Afonso, em 7 de Março de 1818, em hum sabado, dia dedicado a Nosa Senhora. M. (Manuel) I. (José) B. (Botelho) A. (Arruda) C. (Coutinho) G. (Gusmão)". Por curiosidade, acrescentaremos que na casa desta quinta residiu em 1582, D. António, Prior do Crato. Cfr. *Uma família histórica — O Conde do Botelho* — do Snr. Padre M. Ernesto Ferreira *apud Revista Michaelense,* n.º 4 do ano 2.º (Setembro de 1919).

(167) A *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal,* por Albano da Silveira Pinto e Visconde de Sanches de Baêna. Lisboa, 1883—90 vol. 1, pág. 110, dá como o 11.º Senhor, o que está certo se se começar a contagem do 1.º donatário da Ilha da Madeira e adjacentes; na ordem, porém, da instituição daquele vínculo é o 8.º.

(168) Não pudemos averiguar se foi este ou algum dos seus antecessores que começou a usar de *ex libris,* por nos faltarem aqui as publicações que tratam desta especialidade.

(169) O resto da palavra está destruído pela traça.

(170) O anacronismo é evidente, pois sendo o vol. posterior a 1722 não podia ter pertencido a Severim de Faria, que faleceu em 1655. A confusão deve ter provindo da referência à *Bibliotheca Lusitana,* que cita a cópia que àquele pertenceu.

(171) Cfr. *Resenha das Famílias Titulares...,* vol. II, pág. 672.

(172) *Rodrigo Rodrigues sugere que talvez seja o Dr. Caetano d'Andrade Albuquerque, genealogista, filho do Licenciado Jacinto d'Andrade Albuquerque e de sua segunda mulher, D. Margarida Maria d'Araújo Vasconcelos. (Nota de J. B. Rodrigues).*

(173) Da *Breve notícia sobre as cópias,* etc.

(174) *Pág. CI da presente edição (Nota de J. B. Rodrigues).*

(175) *Vid.* o enfadonho título completo na nota 3 de pág. CXLV. *(nota 134 desta edição).*

(176) Nascera em 17 de Maio de 1774 e era filho de António Francisco de Arruda e de D. Maria Rosa de Ataíde.

(177) (1820-1898). Era filho do Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros e de sua mulher D. Margarida Isabel Botelho. A pág. 16 das *Cartas Particulares do Sr. José do Canto aos Srs. José Jacome Corrêa e Conde de Jacome Corrêa,* editadas em Ponta Delgada, 1913, pelo Sr. Marquês de Jácome Corrêa, encontra-se a seguinte curiosa referência à tentativa *(vid. supra* pág. VII) do *Agricultor Michaelense,* de que foi um dos organizadores, para a publicação das *Saudades da Terra,* que agora se vê respeitava somente ao Liv. IV:
— "Por outro lado, as mesmas considerações que aí fizeram a respeito do Fructuoso, fiz eu também porque elas ocorrem naturalmente; mas por mais voltas que lhe desse nunca pude achar uma boa porta para entrar para o Fructuoso, e a não ser entrar-lhe pelas janelas, e dar-lhe os capítulos truncados, não vejo outro meio; mas este é desesperado e inhabilita de se encorporar depois a obra n'um livro, é por isso que me pareceu preferível começar por uma sensaboria, mas ficar depois livre de embaraços. Se quizessem poderiam também começar pelo capítulo imediato, que é a descrição da figura de S. Miguel".

([178]) *O Sr. Hugo Moreira teve também a amabilidade, que muito agradecemos, de nos transmitir uma cópia da escritura de venda do apógrafo das "Saudades da Terra", a que aqui se alude, pelos filhos do Morgado João de Arruda ao notável bibliófilo José do Canto.*

Por essa escritura se vê que não foi na data indicada pelo Dr. Ernesto do Canto e por João de Simas que tal transacção se praticou. A dita escritura é datada de 15 de Dezembro de 1851 em Ponta Delgada e figura no Livro de Notas n.º 13 do tabelião José Bernardo Pacheco, a fls. 168, aparecendo como vendedores Francisco de Arruda Botelho e sua mulher, D. Maria Júlia de Bettencourt, António Francisco de Arruda e D. Maria Rosa de Arruda. Diz respeito à venda de "uma cópia da história insulana e genealógica do Doutor Gaspar Fructuoso, bem como de um caderno de genealogias compostas e coordenadas por aquele dito pai e sogro", pelo preço de 140$000 réis, sujeita ao cumprimento de determinadas cláusulas e declarações que na mesma escritura se contêm. (Nota de J. B. Rodrigues).

([179]) Pareceu-nos ser da própria letra de José de Torres; como, porém, não tínhamos à mão qualquer autógrafo dele, não pudemos estabelecer o confronto.

([180]) Hoje em poder do Sr. Felix José da Costa Soto-Maior, filho do destinatário e dela há cópia nos *Extractos de documentos michaelenses,* vol. IX, pág. 289-293, dos Mss. do Legado Ernesto do Canto, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

([181]) E acrescenta o seguinte trecho, que interessa para se avaliar o estado em que encontrou o autógrafo:

— "Tive, pois, de recorrer ao primeiro, e analisar a parte que me pedias, combinando-a com a *História Insulana.* Nenhum fructo, porém, coroou o meu trabalho. Na parte histórica da Ilha Graciosa, duas folhas vi faltam no fim — algumas linhas ininteligíveis e destruídas pela traça e humidade, como grande parte do volume".

A esta carta pertence também o seguinte período, já referido e comentado pelo Sr. Alexandre de Sousa Alvim, no seu artigo *Gaspar Fructuoso...* inserto no *Diário dos Açores,* n.º 9149, de 24 de Agosto deste ano:

— "Tendo lido e folheado por muito tempo este livro (as *Saudades da Terra),* estudei-o, trasladei e anotei mesmo a sua parte histórica desta Ilha, despresando e aborrecendo a insulsa e intolerável rede de genealogias, de que ele maximamente (!) se constitue...".

Do que trasladou nada sabemos; supomos seria um ou outro capítulo, encorporados depois na sua cópia ou destruídos.

([182]) No vol. XII tem o índice do Livro V das *Saudades da Terra,* cremos que copiado do autógrafo, e em outro vol. algumas referências a Fructuoso, das quais já citámos as mais importantes, nas pág. preliminares deste ensaio. Das *Variedades* há um índice na Biblioteca Pública desta cidade, na Secção de Mss. do Legado Ernesto do Canto.

([183]) *Relação de parte das Obras mais importantes da selecta e nomeada Livraria do fallecido Ill.mo sr. José de Torres, que há de ser vendida em leilão no dia 20 de junho...* S, l. n. d. (1875).

([184]) Juntamente com uma cópia das *Notícias verdadeiras* do Morgado João de Arruda *(vid.* a nota 3 de pág. CXLV, *supr*a) feita pelo mesmo Padre António Egídio e um vol. de diversas notas, principalmente de genealogias, da sua autoria. *(a pág. citada é na presente edição a XXXVIII.*

([185]) Hoje do Sr. Rodrigo Rodrigues.

([186]) A n.º 15, *supra,* que um seu possuidor erradamente atribuiu ao chantre. *Vid.* a nota 4 de pág. CLXVIII *(pág. XCVII da edição de 1971).*

([187]) *João de Simas, no discurso que pronunciou no salão do Governo Civil de Ponta Delgada em 3 de Agosto de 1950 (Vid. Correio dos Açores de 6 de Agosto de 1950), por motivo da entrega do manuscrito original das "Saudades da Terra" pelo falecido Marquês da Praia e Monforte à Junta Geral do Distrito, diz que teve conhecimento de mais duas cópias após a publicação desta "Notícia biblográfica", ambas pertencentes à Casa dos Duques de Cadaval. Diz também que a sua existência já era do domínio público através de um catálogo impresso, que só mais tarde teve a oportunidade de consultar.*

Tendo dado notícia de 45 cópias, o número delas soma agora 47, das quais 17 em paradeiro incerto; mas destas transita uma para as de paradeiro conhecido, que somam assim 31. E João de Simas continua: "Esta cópia reaparecida está no Museu Britânico há perto de um século, mas só dela soube há pouco tempo por um folhetinho muito raro sobre alguns manuscritos portugueses e brasileiros ali existentes, publicado em Havana em 1863 por Frederico Francisco de La Figanière, folhetinho de que só conheci há poucos anos o exemplar pertencente à Livraria de José do Canto. Mais recentemente tive o prazer de encontrar desenvolvida referência a esta cópia desaparecida no excelente livro do Sr. Conde de Tovar, "Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico", publicado em 1932, mas que só tive ocasião de adquirir há pouco mais de um ano. A referida cópia reaparecida é a que tem o n.º 32 da minha "Notícia" e pertenceu a Lord Stuart de Rothesay. Subiram assim a 16 as cópias existentes em Bibliotecas Públicas, sendo 13 em Bibliotecas Públicas Portuguesas, das quais 7 na de Ponta Delgada".

Afora o apógrafo do Morgado João d'Arruda, de todas as cópias de paradeiro conhecido, a mais importante é certamente uma das da Casa Cadaval, cuja consulta já mais de uma vez nos foi amavelmente facultada. Consta de dois volumes, com capa de pergaminho, lendo-se no frontispício do primeiro "Descobrimento das ilhas" e sendo a única que reproduz o Livro V, isto é, nove capítulos somente.

Junto da epígrafe do cap.º XLIX vem uma nota que traz a data de 1648 ou 1678 (o 4 confunde-se com o 7); contudo, João de Simas que também a manuseou, atribui-lhe a data de 1628, que leu numa nota final do seu volume II. Como este apógrafo regista as mesmas falhas e mutilações de capítulos que se notam no manuscrito original, somos levados a crer que tais atentados se praticaram antes d'aquela data, alguns talvez com a aquiescência do próprio autor. Vid. a este propósito o que escrevemos desde a pág. CXXVI até à pág. CLI do "Livro I das Saudades da Terra", ed. de 1966. (Nota de J. B. Rodrigues).

([188]) Redigido por Luiz Trindade. Lisboa, 1897.

([189]) Redigido por Francisco Artur da Silva. Lisboa, 1897.

([190]) Lisboa, 1899-1900, Vol. II. Documento DCXXXVI, pág. 176.

([191]) *A pág. LVII da edição de 1971.*

([192]) London, s. d. (1885). Cfr. pág. 19, n.º 7 da *Lista de alguns catálogos de bibliothecas...* do Sr. Martinho da Fonseca.

([193]) Do Snr. Dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos), vol. I, pág. 190, n.º CCCLII, onde aparece como filho de D. Gonçalo Coutinho, 2.º Conde de Marialva, e como tendo entrado na guerra contra Castela no tempo de Afonso V, e como tendo servido depois Fernando e Isabel contra Granada, mas fazendo-o morrer em 1736, o que é certo. O anacronismo ressalta com maior evidência ao afirmar ter sido um Ms. genealógico de sua autoria continuado por seu *bisneto* D. Gonçalo Coutinho (pág. 194, n.º CCCLXI), que morreu depois de 1630. A ser assim, ficava o bisneto mais velho alguns anos do que o bisavô.

([194]) O título geral é — *Genealogias da Ilha do Faial*. Secção de Mss. do Legado E. do Canto na Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

([195]) Pelo Sr. Dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos), tom. I, pág. 188, n.º CCCXLVI.

([196]) Do mesmo autor, Braga, 1908-9, pág. 161.

([197]) Horta, 1922 (em publicação), pág. 138.

([198]) Transcrita e comentada pelo Sr. Alexandre de Sousa Alvim no seu artigo *Gaspar Fructuoso...,* no *Diário dos Açores,* n.º 9.149 de 24 de Agosto do corrente ano.

([199]) *Vid.* a nota n.º 2 de pág. CLXXIII. *(N.º 1 de fls. CIII da edição de 1971).*

([200]) Como se vê na nota do punho do Dr. E. do Canto, à margem da citada carta de José de Torres.

([201]) Paris, 1819.

([202]) Lisboa, 1805, tom. I, pág. 357, na *Memória sobre a originalidade dos descobrimentos marítimos portuguezes no séc. XV.*

([203]) de Medeiros.

([204]) Presumivelmente uma do tipo comum das daquele livro.

([205]) Bernardino José de Sena Freitas, sem dúvida.

([206]) Lisboa, 1845.

([207]) Referências, no período anterior ao que transcrevemos, aos vícios do autógrafo, observados por João de Arruda.

([208]) — É desta biografia a notícia de que o autógrafo das *Saudades da Terra* fora ofertado ao governador António Borges de Bettencourt pelo reitor do Colégio desta cidade *(Vid. pág. XXXVII).* Diz também haver na Biblioteca Nacional de Lisboa uma cópia feita pelo Corregedor Dr. João José da Veiga. Não sabemos, porém, qual seja, porque são todas anteriores ao séc. XIX, por cujo 4.º lustre aqui esteve aquele Corregedor.

([209]) Foi também editado pelo mesmo Dr. E. do Canto, anteriormente, no *Archivo dos Açores,* vol. I, pág. 430, e posteriormente, na *Bibliotheca Açoriana,* vol. I, pág. 151, fazendo parte do índice das *Saudades da Terra*.

([210]) Ponta Delgada, 1881.

([211]) *Após a publicação desta "Notícia Bibliográfica", além dos 3 volumes do Livro IV, que aqui se mencionam, foram editados os seguintes volumes de Fructuoso:*

"Livro 2.º das Saudades da Terra", com Introdução e Notas de Damião Peres, Porto, 1925, baseado na cópia da Biblioteca da Ajuda (Vid. n.º 11) e na edição do Dr. Álvaro Rodrigues de Azevedo (Vid. n.º 1);

"Livro I das Saudades da Terra", precedido de um Ensaio Crítico por Manuel Monteiro Velho Arruda, Ponta Delgada, 1939. Foi impresso sobre uma cópia existente na Biblioteca Pública de Ponta Delgada (legado do Dr. Ernesto do Canto);

"Livro Sexto das Saudades da Terra", Ponta Delgada, 1963, edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, de acordo com o manuscrito original;

"Las Islas Canarias (de "Saudades da Terra"), com Prólogo. Traduccion, Glosario e Indices por E. Serra, J. Régulo e S. Pestana. Faz parte da colecção "Fontes Rerum Canariarum: XII", e foi editado pelo Instituto de Estudos Canarios, La Laguna de Tenerife, 1964;

"Livro Quinto das Saudades da Terra", Ponta Delgada, 1964, edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, de acordo com o manuscrito original;

"Livro Primeiro das Saudades da Terra", Ponta Delgada, 1966, edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, conforme o manuscrito original;

"Livro Segundo das Saudades da Terra", Ponta Delgada, 1968, edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, conforme o manuscrito original;

E no momento presente este "Livro III das Saudades da Terra", que, no prosseguimento das edições daquele Instituto, agora (ed. de 1971) se publica, igualmente de acordo com o manuscrito original. (Nota de J. B. Rodrigues).

([212]) Fazemos somente menção de capítulos completos, por acharmos desnecessária e fastidiosa a referência a excerptos.

([213]) Em outra compilação do Sr. Dr. Teófilo Braga, o *Romanceiro geral*, Porto, 1867, pág. 131, aparece também este romance, porém na incompleta lição do *Agiológio Lusitano*, de *Jorge Cardoso*, vol. III, pág. 415. Transcrito desta última obra, vê-se este capítulo em muitas outras publicações, como: *Diccionário Popular*, da direcção de Pinheiro Chagas, vol. I, pág. 182; *Almanach Popular dos Açores*, para 1874, pág. 43; *Materiaes para o estudo anthropológico dos povos açorianos*, por Arruda Furtado, Ponta Delgada, 1884, pág. 31-35; *Almanach Açores*, para 1906, pág. 75; *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*, por Alberto Pimentel, Porto, s. d. (1899?), pág. 51; *A Liberdade*, de Vila Franca do Campo, n.º 22 de 8 de Março de 1879; *A Persuasão*, de Ponta Delgada, n.º 2497 de 22 de Dezembro de 1909; O *Autonómico*, de Vila Franca do Campo, n.º 608 de 22 de Outubro de 1910; etc.

([214]) Seguiremos nesta secção o critério adoptado para a anterior; *Vid.* a nota 1 de pág. CXCVII. *(nota 212 desta edição).*

([215]) Ponta Delgada, 1883. *Separata* do *Archivo* em edição especial de 100 exemplares.

([216]) Paris — 1883.

([217]) *Informa-nos o Sr. Hugo Moreira que esta publicação no "Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes" teve começo no tomo XII (Série 5.ª). (Nota de J. B. Rodrigues).*

([218]) *Após a publicação desta "Notícia bibliográfica", o historiador açoriano António Ferreira de Serpa publicou em 1931 no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 49.ª Série, 3-4 e 9-10, os capítulos das "Saudades da Terra" referentes às ilhas de S. Jorge e Graciosa, extraídos da cópia da Biblioteca da Ajuda. (Nota de J. B. Rodrigues).*

([219]) *Artigo publicado no jornal "Correio dos Açores" em 24 de Agosto de 1950 para início de um estudo que o autor não chegou a completar, mas que se transcreve nas páginas seguintes. (Nota de J. B. Rodrigues).*

([220]) *Extraído do jornal "Correio dos Açores" de 27 de Agosto de 1950. (Nota de J. B. Rodrigues).*

([221]) *Os capítulos respeitantes a Tristão Vaz da Veiga foram introduzidos neste Livro II das "Saudades da Terra" com o consentimento de Frutuoso. Disto é prova a entrelinha "capelão de Sua Magestade", da sua própria letra, que figura no cap.º XXX, que se segue imediatamente àqueles, e foi escriturado pelo mesmo copista. (Nota de J. B. Rodrigues).*

([222]) *Tanto o n.º 3 como o n.º 4 deste estudo de João de Simas foram transcritos do jornal "Correio dos Açores", respectivamente, de 3 e 7 de Setembro de 1950. (Nota de J. B. Rodrigues).*

([223]) *Extraído do "Correio dos Açores", de 19 de Setembro de 1950. (Nota de J. B. Rodrigues).*

([224]) *Cópia extraída do jornal "Correio dos Açores", de 28 de Setembro de 1950. (Nota de J. B. Rodrigues).*

([225]) *Cópia extraída do "Correio dos Açores", de 5 de Outubro de 1950.*

Aqui interrompeu João de Simas o estudo que, com tanta erudição e entusiasmo, vinha publicando sobre o manuscrito original das "Saudades da Terra", na ocasião em que dele tomava conhecimento por motivo da sua entrada na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.

É o que se depreende do texto e da palavra "Continua", com que subscreve este trecho, a qual, aliás, figura em todos os números deste trabalho. (Nota de J. B. Rodrigues).

([226]) Este título, que é do punho de Frutuoso, como os dos restantes livros, encima a primeira folha do Livro III, que no original tem o número 142, e onde se dá início ao capítulo I.

([227]) Frutuoso escreveu "João Soares de Sousa", e não "Albergaria", mas mais tarde "Sousa" foi riscado e substituído nas entrelinhas por "Albergaria", apelido que está escrito na letra miudinha muito frequente nas emendas do Livro I e em algumas do Livro II, que é do seu punho.

([228]) Idem.

([229]) Frutuoso escreveu "Valenciano", palavra que foi riscada e substituída por "Catalão" na letra já citada.

([230]) A seguir a "mestre António" Frutuoso escreveu "de Valença de Aragão", palavras que foram riscadas com tinta igual à dos riscos já mencionados.

([231]) A seguir a "João Vaz Melão" Frutuoso escreveu "que também se dizia das Virtudes" palavras que foram riscadas com a tinta já citada.

([232]) No título deste capítulo Frutuoso mencionou, primeiramente apenas, os Velhos e Alpoins, pois os restantes apelidos foram acrescentados pela mesma letra, a que já aludimos, e é do seu punho, para coonestar o acrescentamento feito pelo próprio autor no fim do capítulo, que ele escreveu e se encontra riscado pela sua mão.

([233]) Frutuoso escreveu que Nuno Velho casou a primeira vez com África Anes, nome que depois foi riscado e substituído por "com uma", porque a seguir escreveu "mulher mui principal". A mão, que fez esta emenda, é a mesma das já citadas e que a seguir escreveu nas entrelinhas "segunda vez na ilha de Santa Maria com África Anes", isto é, a do autor.

([234]) "de Melo" foi acrescentado pelo autor nas entrelinhas.

([235]) Frutuoso chama primeiramente a este João Soares "terceiro do nome", e não "segundo", palavra que foi escrita nas entrelinhas pela letra miúda já citada e que é do autor, a substituir "terceiro", que riscou. O "terceiro" que antecede "Capitão", foi igualmente escrito nas entrelinhas pela mesma letra.

([236]) Refere-se o autor por duas vezes a D. Beatriz, filha de Fernão Soares de Albergaria, dando-lhe primeiramente como marido Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Moura (sic).

Na segunda vez diz que foi casada com Diogo de Mendanha, alcaide-mor de Moura (sic). Há, portanto, um equívoco, certamente resultante de má leitura do manuscrito que, contendo esses dados genealógicos, lhe foi enviado, na melhor das probabilidades, pelo bispo do Funchal, D. Luís de Figueiredo e Lemos.

O nome do marido da citada D. Beatriz é, de facto, Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão (e não Moura, como erradamente vem nas "Saudades da Terra") e assim o chama Frutuoso, na primeira vez que o menciona.

Cristóvão Alão de Moraes na sua "Pedatura Lusitana", tomo I, vol. II, pág. 340, cita D. Brites (sic) Soares, mulher de Diogo de Mendonça, por alcunha o "Cabeça de Ferro", alcaide-mor de Mourão, e Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel no seu "Livro de Linhagens", tomo I, pág. 72, ao tratar do 4.º Duque de Bragança, D. Jaime, diz que casou a segunda vez em 1520 com D. Joana de Mendonça, filha de Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão, e de sua mulher D. Beatriz Soares de Albergaria, filha ilegítima de Fernão Soares de Albergaria e Maria Fernandes.

Com efeito, Frutuoso ao mencionar pela segunda vez a dita D. Beatriz, chamando erradamente ao marido Diogo de Mendanha, diz que foi mãe de D. Joana de Mendonça, duquesa de Bragança.

([237]) Atrás, Isabel Soares é dada como mulher de Vasco Carvalho.

([238]) Frutuoso chamou-o "da cutilada pelo rosto", mas estas duas últimas palavras foram depois riscadas.

([239]) A partir deste parágrafo a folha do manuscrito está riscada de alto a baixo por traços de tinta que parece ser a mesma usada por Frutuoso; toda esta parte riscada foi trasladada para a folha 146 (que se segue), que é de papel diferente e escrita por letra também muito diferente, a mesma que se contém nas 7 folhas seguintes, incluídas propositadamente na obra para nela se introduzir o "Contraponto" do Dr. Daniel da Costa e talvez mais referências à genealogia dos Figueiredos, como se pode verificar nesta parte interpolada, em que a descrição de Frutuoso foi largamente desenvolvida, parece que com o intuito de lisonjear o bispo do Funchal.

No texto riscado há vários acrescentamentos à margem, escritos com a tal letra muito miudinha. É de notar que a numeração das folhas interpoladas é do mesmo punho que fez a de todo o volume, que suponho de Frutuoso, o que indica que todas estas interpolações se fizeram com o seu consentimento.

([240]) Será D. Jerónimo Osório, e, portanto, resultado de má cópia de um original, de que alguém se serviu para ampliar os dados genealógicos da família do bispo D. Luís de Figueiredo?

([241]) A fls. 18, o cronista chamou a esta Guilhelma Fernandes "Guilhelme", certamente por engano, visto que mais adiante no cap.º V a ela se refere como mulher de João da Maia e mãe de Catarina Fernandes, a Maia, casada com Álvaro Fernandes d'Andrade, almoxarife em Santa Maria.

([242]) O final deste capítulo, no manuscrito original, está escrito numa folha que foi cortada, mas onde se começa o capítulo quinto.

Este final, nessa tal folha, é a continuação do que Frutuoso escreveu na meia folha que desapareceu (em que prosseguia a genealogia dos Figueiredos) e está igualmente riscado de alto a baixo, tal como adiante se diz. Contudo, o anúncio do "Contraponto", assim como as referências a estas famílias de povoadores está em letra muito miúda, a mesma que fez numerosas emendas nesta obra, a título de acrescentamentos, pois que na primitiva redacção, do punho de Frutuoso, o capítulo acabava com as seguintes palavras: "no estado em que agora está, como logo irei contando".

Este capítulo foi vítima duma fraude importante: Está bem visível a parte da margem duma folha que foi cortada à tesoura, uma das que desapareceram para dar lugar às quatro folhas de papel diferente, que constituem o "Contraponto", escritas por letra também muito diferente da de Frutuoso, e da das interpolações do Livro II. Ainda existe no manuscrito, do próprio punho de Frutuoso, mas riscado de alto a baixo (com tinta que parece igual à do autor) uma parte em que este trata da genealogia dos Figueiredos, em sequência do que sobre ela vinha dizendo, como existe também do mesmo punho o final deste capítulo, igualmente riscado, e acrescentado com as referências aos Faleiros, Fontes, Curvelos e Sarnaches que, juntamente com o anúncio do "Contraponto" do Dr. Daniel da Costa, estão escritas com a tal letra muito miudinha, que temos encontrado em toda a obra, e acreditamos ser de Frutuoso.

Evidentemente, que esta fraude obedeceu ao propósito de incluir o referido "Contraponto", mas também com ela se pretendeu alargar a genealogia do bispo do Funchal, que foi nomeado para esta diocese em 1585. Resta saber se os riscos do texto foram feitos por Frutuoso, assim como a ampliação da genealogia, que seria trasladada para as folhas actuais por mão de outrem. Mas o que não se explica facilmente é a numeração das folhas, que parece ser toda ela da mão de Frutuoso, mesmo das que estão escritas por letra diferente; contudo, pelos números dos capítulos, que a partir do quinto estão visivelmente alterados e emendados, chega-se à conclusão de que na primeira redacção deste Livro não existia o capítulo do "Contraponto", que é o quarto.

([243]) Todo este capítulo, que pela linguagem se vê não ser de Frutuoso, foi incluído no manuscrito, como já se disse, onde figura pela mesma letra que escreveu a última parte do capítulo anterior, a que já se fez referência. (Compare-se este capítulo com o que trata do bispo D. Luís de Figueiredo no Livro II).

([244]) Ilegível no manuscrito, mas assim está na cópia do Morgado Laureano Francisco da Câmara Falcão, sobre a qual se fez a primeira edição deste Livro.

([245]) "Sic est" no original, mas na cópia do Morgado Laureano figura "amorosa".

([246]) O mesmo que nobres.

([247]) A palavra "Postas" foi acrescentada nas entrelinhas pela letra muito miúda com que Frutuoso fez as emendas e acrescentamentos.

([248]) É o Cardeal Alberto, Arquiduque de Áustria, que governou Portugal em nome de seu sogro, Filipe II de Espanha.

([249]) O mesmo que prazeres.

([250]) É o 4.º Barão de Alvito, D. João Lobo da Silveira, que morreu na batalha de Alcácer-Quibir.

([251]) É o Regedor da Justiça, cargo que, então, era desempenhado pelos Silvas, Senhores de Vagos, mais tarde Marqueses deste título.

([252]) A numeração foi alterada, porque este capítulo, pela mão de Frutuoso, antes da introdução do "Contraponto" do Dr. Daniel da Costa, era o quarto.

([253]) "que tenho dito" está nas entrelinhas, em letra muito miúda, a mesma que deste tipo nos tem aparecido até aqui e é de Frutuoso.

([254]) "alta" e "terra" são também da mesma letra, figurando a primeira nas entrelinhas, e "terra" em espaço que foi rasurado.

([255]) A primeira numeração deste capítulo foi 5.º, pois reconhecendo-se que o 5 foi emendado para 6 e com tinta diferente, assim como o número do capítulo anterior.

([256]) Frutuoso escreveu "mil e trezentas e tantas"; depois de apagar "e tantas", escreveu com a sua letra miúda nas entrelinhas "mais de".

([257]) O final deste período sofreu alterações porque Frutuoso escreveu o seguinte, depois de "Belchior Homem": "e agora o tem José Gonçalves, beneficiado na dita igreja hoje vigairo o licenciado". "Agora o tem" está riscado; "hoje" foi substituído por "e o que é"; nas entrelinhas acrescentou com letra muito miúda "ora" e "ouvidor" e a seguir a "licenciado" "Francisco Álvares bom letrado e virtuoso".

([258]) Este capítulo era primitivamente o 6.º, como se depreende pela rasura e emenda da numeração.

([259]) O mesmo que acção.

([260]) Pela cronologia e na opinião de Rodrigo Rodrigues, este João da Fonte não pode ser o João da Fonte, o Velho, de que se fala a pág. 12 deste volume. Vid. a propósito da doação a Sebastião da Costa "Arquivo dos Açores", vol. XV, pág. 1 e 2.

([261]) No XV volume do "Arquivo dos Açores", a pág. 3 vem uma carta de venda de uma dada de terreno de sesmaria na ilha de Santa Maria, em 1492, por João da Maia a João Tomé, o Amo, e a pág. 5 encontra-se uma outra de dada de sesmaria ao mesmo João Tomé.

([262]) Era primitivamente o capítulo 7.º (como ainda se vê com muita clareza), porque do 7 e com outra tinta alguém fez o 8, possivelmente o autor.

([263]) Heitor Gonçalves Minhoto, citado no cap.º XIV, como marido de D. Joana, filha do Capitão João Soares de Sousa.

([264]) "de pedra" no original está nas entrelinhas, escrito pela letra miúda nossa conhecida, que é do autor.

([265]) Refere-se ao ilhéu.

(266) Este último período, no original, foi acrescentado pela letra muito miúda do autor.
(267) Catarina Fernandes, a Maia, acima citada e mulher de Álvaro Fernandes de Andrade.
(268) Este capítulo devia ser o 8.º, pois a numeração foi igualmente alterada. O algarismo 9 é de tinta mais escura, como são todas as emendas nos algarismos a partir do cap.º 5.º.
(269) Vid. carta régia de confiscação de uma vinha no pico do Figueiral a Álvaro da Fonte a pág. 72 do vol. I do "Archivo dos Açores". (Nota de Rodrigo Rodrigues).
(270) João da Castanheira, na ausência do 2.º capitão-donatário João Soares de Albergaria, era seu loco-tenente, quando Colombo tocou em Santa Maria, no regresso da sua primeira viagem à América. De facto, no dizer de Frutuoso (cap.º XIII), o contrato de casamento de João Soares com sua segunda mulher, D. Branca de Sousa, foi celebrado em Lisboa em 1492 (Vid. nota do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda no final deste volume).
(271) Este capítulo era antes o 9.º; este algarismo ainda está bem visível.
(272) O mesmo que sebo.
(273) É o antigo cap.º 10.º, pois que a numeração foi emendada.
(274) O mesmo que "desaliviado".
(275) Forma antiga de "bodo".
(276) O mesmo que cerra-se.
(277) Nesta passagem Frutuoso, no original, rasurou e depois escreveu com o seu próprio punho, tendo de apertar a letra para caber toda a frase, mas não usou da letra miudinha, que encontramos frequentemente nas emendas desta obra.
(278) Foi primitivamente o cap.º 11.º, como se verifica pela emenda.
(279) No original, a primitiva redacção desta passagem é a seguinte: "um dos quais, chamado Rui Velho, foi comendador de Almourol e estribeiro-mor daquele grande Rei D. João, de Boa Memória, o primeiro do nome, o qual ofício, por ele ser já velho ao tempo que el-Rei reinou, trocou pela comenda das Pias e Bezelgas. E parece que fez el-Rei mercê a Frei Gonçalo Velho, seu irmão, do dito Rui Velho, da comenda de Almourol; o qual Gonçalo Velho era da casa do Infante D. Henrique", etc. Toda esta passagem foi riscada pelo próprio autor, que, para a ajustar à redacção definitiva, deixou sem traço "Frei Gonçalo Velho" e acrescentou o sufixo "dor" à palavra "comenda".
(280) Fr. Gonçalo Velho estava em Santa Maria em 1455, como se depreende da carta de perdão a João de Lisboa, datada de 22 de Maio daquele ano e publicada no "Archivo dos Açores", vol. III, pág. 320 e 321 (Nota de Rodrigo Rodrigues).
(281) Esta data de 1449 é a da carta do Rei D. Afonso V concedendo licença ao Infante D. Henrique para mandar povoar os Açores.
Já em 1439, na menoridade do Rei essa autorização havia sido concedida (Vid. "Archivo dos Açores", vol. I, pág. 5, 7 e 8). Segundo Velho Arruda, na carta de 1449, o Rei quis confirmar a licença que havia sido concedida durante a sua menoridade (Vid. "Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores", pág. LXXXI).
(282) Em 1470 o Infante D. Henrique já era falecido. Provavelmente, este regimento de justiça foi datado de 1460; houve, por conseguinte, erro na leitura da data, muito semelhante àquela que Frutuoso cometeu no cap.º X do Livro VI ao transcrever o documento da doação da capitania de Angra a João Vaz Corte-Real. A este propósito diz M. M. Velho Arruda: "Este documento estranho junto com a má leitura da data que dela se fez — pois que em 19 de Maio de 1470 já o Infante D. Henrique não era vivo — tem levado alguns escritores açorianos a considerá-lo apócrifo. Mas de que serviria a aprocrifia e a quem iria beneficiar a fraude?" (Vid. "Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores", pág. CXXXII).
(283) No original o apelido "de Albergaria" foi acrescentado na margem exterior pela dita letra miúda, que é do autor.
(284) O Infante, a quem Frutuoso se refere a propósito da escolha de João Soares para suceder a Fr. Gonçalo Velho na capitania, só pode ser D. Fernando, Duque de Viseu, filho adoptivo e herdeiro do Infante D. Henrique, e como ele, alto donatário destas ilhas, diz M. M. Velho Arruda (Vid. "Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores", pág. XCVIII).
(285) Este último período foi acrescentado no original pela mão do autor, bem reconhecível na letra muito miúda, com que fez as numerosas emendas e acrescentamentos que figuram nestes livros.
(286) Foi primitivamente o capítulo 12.º.
(287) "filho de uma sua irmã" está escrito nas entrelinhas, pela letra muito miúda do autor.
(288) Mais adiante no fim da confirmação está a data de 24 de Junho de 1493, que é a exacta.
(289) Em 1493 o Duque de Viseu D. Diogo já não existia, pois que faleceu em 1484; o Duque a que se refere a confirmação deve ser, seu irmão D. Manuel, mais tarde Rei de Portugal.
(290) "do Barão velho e", assim como "prima coirmã do conde de Abranches" estão nas entrelinhas na dita letra muito miúda.
(291) Nesta data, 1492, estava João Soares de Albergaria em Lisboa, o que é confirmado por uma carta de venda de 7 de Maio desse ano, encontrada por Velho Arruda nos arquivos de Santa Maria, em que se fala de João da Castanheira a governar a ilha na ausência daquele capitão. Foi com João da Castanheira que tratou Colombo quando em Fevereiro de 1493 passou em Santa Maria, no regresso da sua primeira viagem à América. (Vid. notas de Velho Arruda na parte final deste volume).
(292) Esta confirmação consta do documento publicado a pág. 177 da "Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores" e extractado do Livro I de Registo da Provedoria das ilhas de S. Miguel e Santa Maria, fls. 8 e 9. O Duque, a que alude a dita confirmação, é já D. Manuel, mais tarde Rei de Portugal.
(293) Era antes o cap.º 13.º, como se pode verificar no algarismo 4, que foi emendado e escrito mais tarde.
(294) "da Câmara" está nas entrelinhas.
(295) A filiação e parentescos de Francisco da Cunha estão no original escritos à margem pela dita letra muito miúda.
(296) O mesmo que encerrada.
(297) Este João Soares casou com sua prima D. Filipa, citada na nota que se segue.

([298]) D. Filipa da Cunha, ou Monteiro, casou em Santa Maria, em 1595, com seu primo João Soares de Sousa, a quem se refere a nota antecedente, filho de Nuno da Cunha. D. Filipa vinculou por testamento aprovado a 24 de Outubro de 1613 em Vila do Porto.

([299]) Esta D. Jordoa, de seu nome inteiro, Jordoa de Sousa Faleiro, casou em Santa Maria com Fernão d'Andrade Velho e foi levada cativa para Argel, quando os mouros assaltaram aquela ilha em 1616. (Nota de Rodrigo Rodrigues).

([300]) Neste passo a crónica foi propositadamente emendada para apontar D. Luís de Figueiredo Lemos como bispo do Funchal, pois que a primitiva redacção, depois de mencionar o seu nome e cargos que exercera, a seguir a "S. Miguel" é: "e agora é emérito deão da Sé de Angra e vigairo geral em todo o bispado". As palavras "agora é emérito" foram riscadas por tinta mais escura e "governador" e "E agora bispo do Funchal" foram escritas nas entrelinhas com letra miúda. Isto significa que D. Luiz de Figueiredo era apenas deão da Sé de Angra e vigário geral do bispado, quando foi escrita esta parte da crónica.

([301]) Frutuoso escreveu "motivo", que riscou e substituiu na margem exterior por "aborto".

([302]) Era o antigo 14.º, como se pode ver na emenda do 4 para o 5.

([303]) Frutuoso escreveu primeiramente "João de Moraes, da mesma ilha", mas nas entrelinhas, pela referida letra muito miúda e com tinta escura, foi escrito depois tudo quanto se segue a João de Morais até "Santa Cruz".

([304]) Era o antigo cap.º 15, como se vê na emenda do algarismo 5.

([305]) Aliás, irmão.

([306]) "no mosteiro da Esperança da cidade da Ponta Delgada" foi acrescentado com a dita letra miúda do autor e com tinta mais escura.

([307]) Era o antigo 16.º.

([308]) O mesmo que "partasana", que é uma alabarda antiga e muito comprida.

([309]) Era o antigo cap.º 17.º, como claramente se vê na emenda que do algarismo 7 foi feita para o 8.

([310]) A seguir a Duarte está um espaço em branco no original, mas deve ser, de facto, Duarte Nunes Velho, porque não se conhece outro Duarte que tenha feito uma capela.

([311]) Este capítulo seria o antigo 18.º, pois o 8 foi emendado com tinta diferente da do texto.

([312]) Deve ser "d'Osório".

([313]) A seguir a "demónio", este final de período está escrito à margem, no original, pela referida letra miúda.

([314]) Era o antigo capítulo 19.º, vendo-se ainda bem claro o algarismo 9.

([315]) No original, a pág. 175, na última parte deste capítulo que está riscada por vários traços em sentido vertical, Frutuoso escreveu ao falar de D. Jorge: "arcebispo benemérito que agora é de Lisboa", mas a palavra "agora" foi depois riscada e a palavra "é" substituída por "foi".

([316]) O final deste capítulo desde "a embarcar às arcabuzadas" está riscado no começo da folha 175, que devia seguir-se à folha 173 se não fosse interpolada uma folha de papel diferente escrita com letra igual à que escreveu o "Contraponto" e com a qual se pretendeu incluir o capítulo 21.º, referente aos feitos de Brás Soares de Sousa cometidos posteriormente à data em que Frutuoso escreveu este livro (antes de 1585). Para tal, foi necessário riscar o final do capítulo 20.º, como já se disse, e copiar este final para o começo da folha interpolada.

([317]) Este capítulo que, como disse, está pela letra de quem escreveu ou copiou o "Contraponto", é posterior à redacção deste Livro III, visto que, tendo sido D. Luís de Figueiredo Lemos nomeado bispo do Funchal em 1585, Frutuoso, ao referir-se a ele, a pág. 166, v.º, do manuscrito, trata-o como deão da Sé de Angra e vigário geral deste bispado. (Vid. a nota, de folhas 54 deste Livro).

([318]) As palavras "Mil e quinhentos e" estão nas entrelinhas pela letra muito miúda do autor.

([319]) "Dar", "rocha" e "eco" estão nas entrelinhas pela letra do autor.

([320]) P.e Manuel Curvelo de Rezendes, um dos instituidores do recolhimento de Santa Maria Madalena em Vila do Porto e seu primeiro padroeiro, que morreu em Almada com testamento, que foi aberto em Lisboa, a 13 de Dezembro de 1614. Foi também capelão do Hospital da Misericórdia de Vila do Porto, beneficiado na Matriz da mesma Vila e ouvidor em Santa Maria. (Nota extraída dum trabalho do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda sobre os padroeiros do dito Recolhimento, publicado no "Arquivo dos Açores", vol. XV, pág. 136).

([321]) Esta palavra lê-se mal e confunde-se com "nova", o que condiz com o que se segue.

([322]) Era o antigo cap.º 20.º, como se depreende da emenda.

([323]) Era o capítulo 21.º, como se pode ainda observar através da emenda.

([324]) Desde o período que começa em "A derradeira filha" até ao fim do parágrafo tudo está riscado no texto, com tinta que parece ser a empregada pelo autor.

([325]) No original Frutuoso escreveu "de Sá", mas à margem, por outra mão, está escrito "d'Eça".

([326]) O mesmo que Tentúgal.

([327]) Aqui se faz a observação constante da nota n.º 325, com a diferença de que "Sá" foi emendado para "Eça" no próprio texto.

([328]) É o antigo cap.º 22.º, como ainda muito bem se observa, através da rasura do segundo algarismo.

([329]) O mesmo que Túnis.

([330]) No original, ao falar desta igreja, ficou um espaço em branco, certamente para o preencher depois com o nome dela.

([331]) No original, nestas duas referências a D. António, a palavra "Senhor" está riscada, com tinta mais escura do que a empregada pelo autor.

([332]) O mesmo que "melancolia".

([333]) Antigo capítulo 23.º, como se vê ainda muito bem através da emenda do segundo algarismo.

([334]) Forma abreviada de "sobre o".

([335]) Era o antigo cap.º 24, como ainda está bem visível.

([336]) Frutuoso escreveu no original a seguir a "clérigo" e *hoje em dia o é,* o que foi riscado e substituído à margem, pela dita letra miúda, por *e* o *foi muito tempo.* Do mesmo modo Frutuoso escreveu, *não entra em casa,* mas nas entrelinhas *entra* foi alterado para *entrava.*

([337]) No original, este período começa da seguinte forma: "Será ao presente de idade de vinte e seis anos", o que igualmente foi riscado.

([338]) No original "D. António" está precedido de "o Senhor", palavras que foram riscadas.

([339]) Frutuoso escreveu a seguir a "coronéis": "E se Deus ordenara que o Reino de Portugal tivera rei português houvera de montar muito", frase que foi toda riscada por tinta que me parece igual à empregada pelo autor. Frutuoso, depois de escrever esta frase, substituiu nas entrelinhas a palavra "tivera" por "fora seu", o que, também, igualmente riscou, parecendo ter riscado duas vezes a expressão "tivera rei português".

([340]) Frutuoso aqui começou outro período com a palavra "depois", que foi também riscada e substituída por "mas" em letra muito miúda.

([341]) As últimas orações deste período, a seguir a "como dantes", estão escritas à margem pela dita letra muito miúda, frequente nas emendas e acrescentamentos, que a todo o momento surgem nesta obra.

([342]) Estas "Anotações" foram publicadas no volume XV do "Arquivo dos Açores", que se deveu ao labor daquele falecido investigador mariense e obteve uma tiragem muito reduzida. Por tal motivo se incluíram neste livro dedicado à ilha de Santa Maria.

([343]) Esta pedra de armas está hoje na escadaria da casa da Senhora D. Ana Monteiro Velho Arruda Rebelo Pereira, na Vila do Porto, casa que outrora pertenceu aos capitães-mores de Santa Maria.

([344]) Sobre Duarte Nunes Velho, vid. "Insulana", volume III, págs. 463 e seguintes.

([345]) Vid. Anotação n.º XXIV.

([346]) Estas notas foram fornecidas pelo Doutor Prudêncio Quintino Garcia, cónego da Sé de Coimbra em 1900 e natural da freguesia de S. José de Ponta Delgada.

([347]) Vid. "Insulana", vol. III, pág. 470, nota n.º 1.

([348]) Sobre Heitor Gonçalves Minhoto, vid. "Insulana", volume III, págs. 463 e 469.

([349]) Vid. Arquivo dos Açores, volume XV, pág. 3.

([350]) Vid. Livro III das "Saudades da Terra" cap.º XXIV e "Comenda de Santa Maria da Assunção da ilha de Santa Maria" (Subsídios para a sua História), pelo Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, em "Insulana", vol. I.

([351]) Vid. anotação n.º 24.

([352]) Vid. anotação n.º 11.

([353]) Vid. anotação n.º 9.

([354]) Vid. anotação n.º 2.

([355]) Vid. anotação n.º 16.

([356]) Esta anotação e a que se segue não foram publicadas no XV volume do "Arquivo dos Açores".

([357]) Num assento da Câmara de Vila do Porto, publicado no XV volume do "Arquivo dos Açores", pág. 330, diz-se que o ataque dos piratas foi a 7 de Junho. A data de 13 é a indicada por Frei Agostinho de Monte Alverne, nas suas "crónicas", vol. I, cap.º 9.º, (Nota de J. B. R.).

([358]) Num assento da Câmara de Vila do Porto, publicado no XV volume do "Arquivo dos Açores", pág. 330, diz-se que o ataque dos piratas foi a 17 de Junho e não a 7, como está a pág. 256. A data de 13 é a indicada por Fr. Agostinho de Monte Alverne no cap. 9.º do vol. I das suas "Crónicas da Província de S. João Evangelista das ilhas dos Açores" (Nota de J. B. Rodrigues).

CORRIGENDA

A pág. 20 deste volume, ao tratar da genealogia dos Figueiredos, refere-se o autor por duas vezes a D. Beatriz, filha de Fernão Soares de Albergaria, dando-lhe primeiramente como marido Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Moura (sic).

Na segunda vez diz que foi casada com Diogo de Mendanha, alcaide-mor de Moura (sic). Há, portanto, um equívoco, certamente resultante de má leitura do manuscrito que, contendo esses dados genealógicos, lhe foi enviado, na melhor das probabilidades, pelo bispo do Funchal, D. Luís de Figueiredo e Lemos.

O nome do marido da citada D. Beatriz é, de facto, Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão (e não Moura, como erradamente vem nas "Saudades da Terra") e assim o chama Frutuoso, na primeira vez que o menciona.

Cristovão Alão de Moraes na sua "Pedatura Lusitana", tomo I, vol. II, pág. 340, cita D. Brites (sic) Soares, mulher de Diogo de Mendonça, por alcunha o "Cabeça de Ferro", alcaide-mor de Mourão, e Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel no seu "Livro de Linhagens", tomo I, pág. 72, ao tratar do 4.º Duque de Bragança, D. Jaime, diz que casou a segunda vez em 1520 com D. Joana de Mendonça, filha de Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão, e de sua mulher D. Beatriz Soares de Albergaria filha ilegítima de Fernão Soares de Albergaria e Maria Fernandes.

Com efeito, Frutuoso ao mencionar pela segunda vez a dita D. Beatriz, chamando erradamente ao marido Diogo de Mendanha, diz que foi mãe de D. Joana de Mendonça, duquesa de Bragança.

AQUI TERMINA O

LIVRO TERCEIRO

DAS SAUDADES DA TERRA

DE GASPAR FRUTUOSO

DADO AGORA À ESTAMPA EM EDIÇÃO INTEGRAL PELO INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA

AOS 15 DE DEZEMBRO

DO ANO DE 19.....

NESTA ILHA DE S. MIGUEL

DOS AÇORES